

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.º 1

## CASTELLO BRANCO

Está situada a cidade de Castello Branco em lugar elevado, na provincia da Beira Baixa, de que é capital.

Não ha noticias certas sobre a epoca e auctores da sua fundação. Alguns cippos e outras pedras com inscripções romanas, achadas dentro da cidade e nos arredores, por occasião de se abrirem alicerces, ou demolir muros, provam que ali existiu alguma povoação importante no tempo da dominação romana.

Um nosso distincto escriptor, que se deu muito ao estudo de antiguidades, chamado Gaspar Alvares de Louzada, encontrou fundamento n'aquellas pedras para se convencer e afirmar que ali teve assento a cidade romana de *Castraleuca*, e que das suas ruinas saiu Castello Branco.

As memorias mais certas d'esta terra datam do reinado de D. Sancho I, que lhe deu foral. D. Sancho II na doação que fez d'ella pelos annos de 1229 a D. Simão Mendes, mestre dos Templarios, menciona-a como povoação importante. El-rei D. Diniz fez-lhe a segunda cêrca de muros, com quatro portas, chamadas do Pelame, de S. Thiago, da Traição, e do Ouro; e com sete torres, além da de menagem, com sete quinás. A primeira cêrca, que era mais pequena e o castello são obra muito mais antiga. D. João II deu-lhe o titulo de *notavel*.

El-rei D. José I elevou Castello Branco á cathogoria de cidade, e obteve do papa Clemente XIV, que a erigisse em sêde episcopal, desmembrando-se do bispado da Guarda o territorio de que se formou a nova diocese.

Foi seu primeiro bispo D. José de Jesus Maria Caetano, mestre dos filhos de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.<sup>o</sup> conde de Oeiras e 1.<sup>o</sup> marquez de Pombal.

Em 1704, as tropas castelhanas de Philippe V, tomaram e saquearam a villa (então) de Castello Branco, mas pouco tempo estiveram senhores da praça, pois que as tropas portuguezas não só a resgataram, expulsando os hespanhoes, mas os levaram nas pontas das bayonetas pela Hespanha dentro.

Di tinguiram-se na expulsão dos inimigos, alguns habitantes da praça, pela sua dedicação e coragem.

Edificada em uma encosta, tem esta cidade as suas

ruas com grande declive, e ha hoje construcções notaveis, transformando o aspecto vetusto de dia para dia.

Na parte mais alta está o velho castello, bastante arruinado, que foi fundado pelos Templarios, e que pela extincção d'esta ordem passou para os cavalleiros de Christo. Dentro d'elle ainda se vêem as casas em que residiam os commendadores. Os ultimos que ali viveram foram D. Fernando de Menezes e D. Antonio de Menezes, que se retiraram para Lisboa logo depois da aclamação de D. João IV.

A antiga igreja matriz tambem ficava dentro da fortaleza, pelo que se denomina Santa Maria do Castello. Arruinada nas guerras da restauração contra o dominio castelhano, mudou-se para a ermida de S. Braz, contigua ao mesmo castello.

A outra parochia é a Sé, que antes da erecção d'este bispado era dedicada a S. Miguel, e que depois foi consagrada, como todas as cathedras do reino, a Nossa Senhora da Conceição.

Houve em Castello Branco dois conventos de frades, ambos extra-muros, um de religiosos da provincia da Soledade, da invocação de Santo Antonio, e o outro de eremitas de Santo Agostinho.

O palacio episcopal é reputado o melhor edificio d'este genero em toda a provincia. Tem annexos uma quinta e bons jardins. Foi mandado fazer pelo bispo da Guarda, D. Nuno de Noronha, para sua residencia de campo e dos seus successores. O bispo D. João de Mendonça fez muitas obras e aformoseamentos, tanto no paço, como na quinta

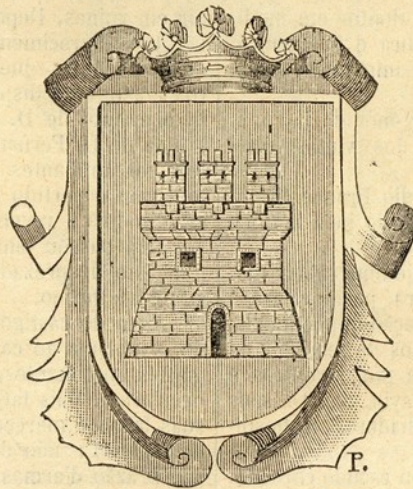
e jardins. Tudo, porém, se acha actualmente em grande decadencia.

E' tradição que a 3 kilomêtros a E. de Castello Branco, existiu a antiqussima cidade de *Belcagiu*, ou cidade dos Belgaios, entre as ermidas de S. Martinho e de Nossa Senhora de Mercútes.

Existem ali ainda vestigios de remotissimos edificios.

Segundo a mesma tradição, uma epidemia assolou esta cidade de tal maneira que a deixou despovoada, porque os que escaparam á peste resolveram abandonar este sitio e fundar outra cidade, para o que escolheram uma pequena montanha, que lhe ficava a uma legua ao O., onde effectivamente fundaram o actual Castello Branco, a que depois os romanos denominaram *Castraleuca*.

E' certo que a tradição parece confirmar-se por



Brazão d'armas de Castello Branco

alguns cippos com inscripções romanas, que ali se teem encontrado em varias epochas.

Outra versão, porém, attribue a destruição de *Belcagia* ás guerras com os romanos; o certo é que existiu e veiu a ser abandonada pelos habitantes, que foram os fundadores de Castello Branco.

Entre os homens notaveis que tiveram berço n'esta cidade, especialisaremos os seguintes:

Frei Roque do Espirito Santo, que recensou o arcebispado de Gôa e os bispados de Vizeu, Ceuta e Lamego.

Bartholomeu da Costa, thesoureiro-mór da sé de Lisboa. Era da familia de D. Jorge da Costa, o celebre cardeal de Alpedrinha.

D. José Pinheiro, bispo de Meliapor.  
Cardeal da Motta.

D. Frei Manuel da Rocha, lente de prima, em theologia, e auctor do *Portugal Renascido*.

João Velho, procurador no casamento da rainha Santa Isabel.

Francisco Sanches, celebre medico e auctor de varias obras da sua profissão.

Francisco Xavier d'Andrade, poeta mystico.

Franciscô Antonio de Paiva, lente de prima, em philosophia, e auctor de um compendio de zoologia.

Manuel d'Azavedo, lente de theologia, em Roma, auctor de diversas obras e editor das do papa Bento XIV.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches, doutor em medicina pelas universidades de Coimbra e Salamanca, medico do hospital de Moscow, e da imperatriz Anna, auctor de varias obras.

Rodrigo Rebello, primeiro capitão-mór da India.

João Evangelista d'Abreu, um dos vultos mais eminentes da engenharia moderna.

Doutor João Rodrigues de Castello Branco (*Amato Lusitano*), medico famoso. Perseguido pela inquisição foi morrer a Tsalonica, em 1490.

Finalmente Castello Branco é hoje uma cidade moderna, na acepção genuina da palavra, porque possui os estabelecimentos de que a civilisação impõe a existencia ás sociedades cultas; elementos de recreio e de instrucção a par com os puramente philantropicos e caritativos; misericordia, hospital, asylo, etc. Os seus habitantes distinguem-se por trabalhadores e hospitaleiros.

O brazão d'armas da cidade é um escudo coroado, tendo um castello de ouro em campo vermelho com tres torres ameidadas.

## CASTELLO RODRIGO (FIGUEIRA DE)

Uma das mais antigas villas do paiz e das que mais teem soffrido com as luctas entre Portugal e Castilla é aquella a que vamos referir-nos.

Figueira de Castello Rodrigo, que tira, segundo diz a tradição, o nome do primeiro alcaide, que a governou, está situada sobre um monte, logar forte por natureza nos limites da comarca de Trancoso, provincia da Beira, a tres leguas da cidade de Pinhel.

E' attribuida a fundação d'esta villa aos povos turculos, quando invadiram a provincia 500 annos antes da era christã, mas não existem documentos alguns que comprovem esta tradição; pelo contrario, a histo-

ria authentica data de epocha muito menos remota, posto que não podendo duvidar-se que os habitantes da peninsula foram povos nomadas, que fundaram povoações de existencia ephemera, que as guerras ou o interesse faziam abandonar depressa, especialmente quando viviam no interior do paiz. E', pois, possivel que os turculos ali encontrassem moradores, que os avassallem; não impedido essa versão que decorressem depois muitos annos em que se desse esse caso, isto é, que a villa estivesse completamente desoccupada, ou que os invasores se fortificassem n'aquelle ponto, abandonando-o depois.

As noticias seguras para fazer a historia da villa datam do tempo de D. Affonso Henriques, que em 1170 a tomou aos mouros, e povoou de christãos, edificando-lhe o convento; mas em breve lhe foi arrebatada, sendo D. Sancho I quem definitivamente a conquistou para a christandade, em 1209, dando-lhe o primeiro foral. D. Diniz, por encontrar aquella posição favoravel para a defeza do reino, apesar de arruinada e abandonada dos moradores, a mandou reedificar e povoar em 1296, construindo ali um formidavel castello, consoante os conhecimentos estrategicos da epocha.

Estas fortificações originaram grandes soffrimentos á villa, porque n'esse largo periodo de luctas, que assignalou o ultimo quartel do seculo XIV na historia da peninsula, tanto soffreu que novamente veiu a cahir em ruinas. Depois da morte de D. Fernando, que não teve merecimentos para figurar na historia com outro cognome que não fosse o de *formoso*, foi a corôa portugueza disputada a D. João, mestre de Aviz, filho natural de D. Pedro I e de D. Beatriz, filha legitima de D. Fernando, casada com D. João I de Castilla, os habitantes de Ferreira de Castello Rodrigo tomaram o partido do estrangeiro, recusando-se por esse motivo a receberem o mestre de Aviz, quando por ali passou em direcção á praça de Chaves. Foi por isso desprezada pelo defensor do reino, quando subiu ao throno.

Além do castigo da inversão das armas no escudo, sujeitou-a ao castello de Pinhel, com muitas obrigações humilhantes, que com o decorrer dos tempos decalaram. Mais tarde Castello Rodrigo resgatou-se de suas faltas e mereceu que lhe fosse conferido o titulo de *notavel*; não deixando, todavia, de conservar no seu brazão d'armas o escudo das quinas em posição contraria.

D. Manuel, que reedificou muitas das villas do reino, aproveitando para esse fim as grandes riquezas que lhe chegavam das regiões descobertas, ordenou tambem consideraveis reparações n'esta, dando-lhe foral em 1508.

Andaram annos relativamente pacificas até ao desastre de Alcaer-Quibir, onde cabiu a gloriosa tradição das nossas proezas em Africa.

D. Filippe II, a quem foi dado o cognome de *demonio do meio dia*, veiu a adquirir o titulo de rei de Portugal, não só pela força de armas, mas tambem em grande parte pela traição de alguns portuguezes desnaturados, que sacrificaram a autonomia nacional aos favores pessoais que Castilla lhes concedeu. D. Filippe II galardoou os serviços de D. Christovão de Moura, o primeiro dos vendedores do reino a Castilla, dando-lhe o titulo de conde de Castello Rodrigo, titulo que D. Filippe III elevou ao de marquez, fazendo-o tambem grande de Hespanha.

A gloriosa revolução de 1640 lançou os castelhanos para fóra do paiz e reconquistou a perdida independência; mas os castelhanos, se no primeiro momento acceitaram as consequências da revolução como perda irreparavel, ha muito por elles prevista—por isso procuravam sempre enfraquecer-nos,—nunca perderam a idéa de *vindicta* e tentaram successivas invasões. Em julho de 1644 dirigiu uma d'estas tentativas o duque de Ossuna, que veio pôr cerco a Figueira de Castello Rodrigo, mas os valerosos terços portuguezes, commandados pelo 1.º visconde da Fonte Arcada, em breve atacaram os sitiantes, libertando aquella praça.

Eis como um notavel escriptor descreve este successo:

«Junto a esta villa, o general hespanhol duque de Ossuna, que a cercava com 4:000 infantes, 700 cavallos, e 91 peças de artilheria e D. João d'Áustria, que o veiu socorrer, foram derrotados pelo illustre e valorosissimo portuguez Pedro Jacques de Magalhães, que commandava 2:500 infantes, e 500 cavallos, além de 150 soldados de guarnição, em 7 de julho de 1644.

Esta batalha foi dada na esplanada que se estenda nas visinhanças do castello, desde o convento até ao rio Aguiar. Ainda hoje ao local aonde se deu este combate se chama a *Salgadella*.

Os 150 soldados da guarnição tinham sustentado o cerco com o maior denodo. Os castelhanos ficaram quasi todos mortos, feridos ou prisioneiros. Ossuna fugiu vestido de frade.

Junto á matta de Lobos está um padrão memorando este feito glorioso, e ao tal padrão se chama *Cruz de Pedro Jacques*.

D. João d'Áustria, se quiz escapar com vida, fugiu tambem vestido de frade. Foi a última invasão dos castelhanos, na guerra dos 27 annos».

O seu castello é, porém, digno de ser visitado pelos curiosos de antiguidades; tem duas portas, sendo uma chamada do *Sol*, outra de *Alverca*. No centro ergue-se uma torre, a de *menagem*, de muita altura, toda de cantaria, de fórma quadrada, com seis grandes janellas. Dentro da praça ainda se vêem as ruinas do palacio de D. Christovão de Moura, 1.º conde e 1.º marquez de Castello Rodrigo, palacio de boa architectura, que o povo incendiou, depois da revolução de 1640.

O celebre chronista-mór do reino Fr. Bernardo de Brito foi sepultado no convento de Santa Maria da Torre d'Aguiar, fundado por D. Affonso Henriques e que pertenceu aos monges de S. Bernardo.

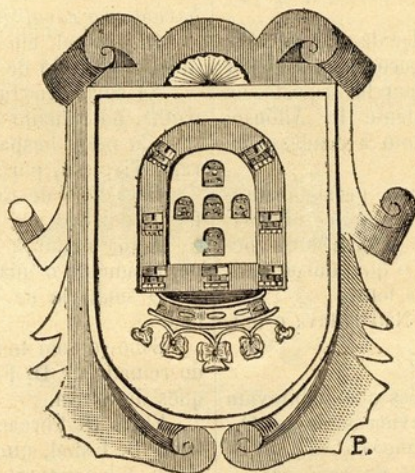
Em 1810, os inglezes, a pretexto da construção de um hospital militar, que, diziam elles, queriam edificar proximo a este convento, desmoronaram as fortificações, que estão todas arruinadas!

Por mais de seis seculos Figueira de Castello Rodrigo foi cabeça de concelho, mas porque fosse cahindo em decadencia e por motivo tambem da aspreza da posição, e porque todo o movimento local se fizesse na aldeia da Figueira, que fazia parte do concelho, foi esta elevada a villa de Figueira de Castello Rodrigo, em 25 de junho de 1836 e para ali mudada a séde do concelho.

No entanto o brazão d'armas d'esta villa ainda hoje contém um escudo com as armas de Portugal ao revez (de corêa e escudo com a parte de cima para baixo):

## CELORICO DA BEIRA

Está situada a tres leguas ao occidente da cidade da Guarda, junto á serra da Estrella, na provincia da Beira Baixa.



Brazão d'armas de Castello Rodrigo

A villa, opinam uns, foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1890 annos antes de Christo, que lhe deu por nome *Celiobriga*; (1) dizem, porém, outros que o nome é derivado da palavra *briga* em que terminavam os nomes das cidades anteriores ao do tempo da denominação romana; querem ainda outros que os seus fundadores fossem os turdulos, (2) que a ampliaram 500 annos antes de Christo.

E' ponto, porém, averiguado que no tempo dos romanos já a villa existia e que então se chamava *Celiobriga*.

Após o dominio dos romanos, e nas invasões que a Luzitania soffreu, a villa foi destruida e reedificada, e n'essas transformações o nome foi mudado em *Corro Rico*, e

mais tarde em *Sólo Rico*, devido á fertilidade dos seus campos, e em *Zelo Rico* á fidelidade que os seus

(1) «Celiobriga ou Zeliobriga», cidade antiquissima, fundada pelos zoelas, mais de 300 annos antes de Jesus Christo, e cujas ruinas existem (ou vestigios d'ellas), proximo ao rio Sabor. Zeliobriga quer dizer cidade dos zoelas.

Suppõe-se com bons fundamentos que os zoelas viveram por estes sitios. Eram poyos das Austrias e do paiz onde existiu a cidade de Zoela, que lhe deu o nome.

E' de presumir que no termo de Bragança existiu alguma cidade, na qual a ordem ou classe dos negociantes ou artistas zoelas dedicassem á memoria ou inscripção que está hoje na igreja de Castro d'Avellans, a Plutão, deus dos infernos e das riquezas.

Outros dizem que Celiobriga é a actual villa de Celorico da Beira.

(2) «Turdulos». antigos lusitanos que habitavam entre os rios Guadiana e Tejo.

habitantes mostraram por varias occasiões. Crê-se geralmente que é de *Celo Rico* que deriva o seu actual nome.

Em 1187 foi sitiada por um exercito de castelhanos e leonezes. Do castello de Celorico era alcaide-mór D. Gonçalo Mendes, filho do conde D. Mendo, e cuja nomeação lhe fôra dada por el-rei D. Sancho I.

Soffriam os habitantes grandes privações em resultado do apertado cêrco e o desejo de combater era unanime. Gonçalo Mendes decidim-se a dar batalha ao inimigo e, auxiliado por seu irmão D. Rodrigo Mendes, alcaide-mór do castello de Linhares, saiu em uma noite de lua nova a accommetter os sitiantes, obrigando-os a uma retirada quasi precipitada e vergonhosa.

Para commemorar esta acção tomou a villa por brazão d'armas um escudo com uma meia lua e cinco estrellas.

Apesar, porém, da extrema fidelidade dos habitantes, Martim Affonso de Mello, que de portuguez só tinha o nome, e que em 1385 era senhor da villa, não vacillou em trahil-os, entregando-a a D. João I de Castella, e ao mesmo tempo reconhecendo-o por *legítimo rei* de Portugal.

Em 1245 exercia o cargo de alcaide-mór de Celorico D. Fernando Rodrigues Pacheco, nomeado por el-rei D. Sancho II. Sendo este monarcha deposto, foi nomeado governador do reino o infante D. Affonso, (depois D. Affonso III), casado com a condessa de Bolonha, D. Mathilde.

D. Fernando Rodrigues, que havia prestado juramento de fidelidade a D. Sancho, recusou-se obstinadamente a fazer entrega do castello a D. Affonso, pelo que este principe lhe poz cêrco, o qual durou muitos mezes, procurando vencel-o pela fome.

A situação era bastante critica. Não faltava o ani-

Os «turdetanos» eram os turdulos que habitavam no Algarve actual; mas os que estavam mais ao O., e nas proximidades do «Cabo Cuneo» (Cabo de S. Vicente) eram designados pelo nome de «cuneos» — todavia, todos eram «turdulos».

Segundo os nossos antigos historiadores, os turdulos e celtas, alliados, accommetteram os povos que estanciam na Luzitania septentrional e chegados ao rio Lima, apenas o passaram para a margem direita (N.) se moveu entre elles tal discordia, e morrendo o general, «esquecidos» da alliança que tinham feito, se espalharam pelo paiz.

D'este facto nasceu, chamar-se ao Lima, «Rio do Esquecimento».

Alguns escriptores, teem por fabulosa esta invasão dos povos meridionaes da Luzitania, na sua extremidade septentrional; porém Avieno, copiando de um escriptor contemporaneo d'esta invasão, diz: — «Se alguém, desde as «Ostreminias», virar a embarcação para o rumo do N., entra na terra dos «ligoros», falta de moradores, porque, «ha pouco tempo», os expulsaram d'ali os celtas, com o seu exercito, em muitas batalhas. E os vencidos, vendo-se despojados, vieram para estas terras, cheias de horrosos silvados, que hoje occupam. Ali, tudo é penedia, rochedos e montes, que se vão ao ceo.

E esta gente fugitiva, muitos annos passou a vida entre penhascos, arredada do mar, porque o temia em rasão do antigo infortunio.»

mo aos habitantes, mas a fome começava a apparecer com todos os seus horrosos.

Um dia, e por casualidade, uma aguia deixou cahir sobre o castello uma truta. O bravo alcaide-mór mandou-a por Gomes Viegas de presente a D. Affonso, pretendendo assim mostrar que na praça, ao contrario do que se julgava, não se conhecia a miseria, não havia fome mas sim abundancia de viveres.

D. Affonso, vendo que nada podia conseguir, levantou o cêrco.

Em resultado d'este facto foi acrescentado ao brazão d'armas um castello, tendo por cima uma aguia com uma truta nas garras.

D. Affonso no meio do seu desespero e como desforra, assolou as terras proximas de Celorico, praticando em todas as mais horrosas crueldades.

O primeiro foral e os primeiros privilegios que Celorico gosou foram-lhe concedidos por D. Affonso I.

D. Affonso II, em 1817, deu-lhe igualmente foral, confirmando e ampliando os privilegios concedidos pelo primeiro.

Ainda D. Sancho II acrescentou os privilegios á villa, sendo um d'elles *que seus peões fossem em juizo havidos por cavalleiros e estes por infanções*.

D. Manuel, em Lisboa, no 4.º de julho de 1512, deu-lhe o titulo de villa e bem assim foral novo.

Na curta guerra que houve entre Portugal e Hespanha, no reinado de D. José, foi a villa de Celorico tomada pelos hespanhoes, em 1762, que a saquearam. Tiveram, porém, pouco depois de a abandonar.

O castello de Celorico, que é obra dos romanos, fei reedificado por el-rei D. Diniz.

Actualmente achase em ruinas, mas conhece-se perfeitamente o quanto era de fortissimo.

O senhorio de Celorico andou em diversas familias.

Sabe-se com todos os visos de verdade, que antes do reinado de D. Fernando pertenceu a Martim Vazques de Sousa.

El-rei D. Fernando deu-a em dote a sua filha bastarda D. Isabel, que em 1373 casou com o conde de Gijon, filho natural de D. Henrique II de Castella.

El rei D. Manuel fez mercê do senhorio da villa ao 1.º conde de Portalegre, e tendo por extincção d'esta familia, passado para a corôa, foi dado por D. Pedro II a André Lopes de Lavre.

Celorico da Beira, como praça de grande importancia, serviu de refens, dado por D. Diniz, para as pazes que fez com seu filho D. Affonso (depois IV) em Santarem, a 25 de fevereiro de 1325.

Tornou a ser dada como refens, por D. Affonso IV, para penhor da paz com D. Affonso XII de Castella, vindo então para alcaide, com guarnição castelhana, D. Fernando Affonso Cabraen.

Tornou ainda a ser refens, dado por D. Fernando I de Portugal a D. Henrique II de Castella, em 1373.

E' patria do dr. Miguel da Silveira, poeta illustre e auctor do poema dos *Machabeus*; e de muitos outros varões distinctos nas lettras.

A villa é dotada de bons edificios, tornando-se notavel a casa da camara, onde se acha installado o tribunal judicial e bem assim a cadeia.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza — Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup> — Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 2

## CELORICO DA BEIRA

(Concluido do numero antecedente)

Os seus arrabaldes são lindissimos. Os campos são ferteis em cereaes, legumes, fructas e azeite; cria-se n'elles bastante gado e caça. A abundancia e optima qualidade de vinho, que Celorico produz, faz inveja ás demais povoações da Beira, por isso os habitantes d'ellas chamam a esta villa *Celorico dos Bebdos*.

Celorico é o centro de todo o commercio com a raia, o que tem feito prosperar muito a villa.

Como os nossos leitores já devem ter deprehendido, o seu brazão d'armas é um escudo com meia lua e cinco estrellas, e bem assim um castello tendo por cima uma aguia com uma truta nas garras.

### Freguezias do concelho dignas de menção

**Açores.** — Existe n'esta aldeia o nobre e antiquissimo sanctuario de Nossa Senhora dos Açores, que hoje é a igreja matriz. N'ella se conservam 4 primorosos quadros; o primeiro representa o apparecimento da Senhora ao *rustico da vacca*, o 2.<sup>o</sup> o filho do rei ressuscitado, o 3.<sup>o</sup> o açôr, o 4.<sup>o</sup> a victoria que os portuguezes alcançaram dos castelhanos proximo da povoação.

Estas pinturas não teem outro fundamento senão a tradição do povo; pois ninguém sabe quem é o filho do rei que ressuscitou, nem quando nem porque foi dada a batalha.

Desde a fundação da monarchia que os nossos reis tiveram este sanctuario em grande devoção e lhe fizeram boas doações. D. Manuel, no foral que deu a Celorico em 1 de julho de 1512, manda que a terça parte dos montados e maninhos se gastará com os *cavalleiros e escudeiros que forem uma vez por anno em romaria a Nossa Senhora dos Açores*.

Na capella-mór da igreja, da parte do Evangelho, está um tumulo com a seguinte inscripção:

«Requievit famvla X pi. in pace. Svntilivba sub mense. Novembres. Era DCCIII.»

D'esta inscripção semi-barbara se collige que na

era de Cesar 706 (666 de J. C.) se sepultou ali Swintituba, serva do Senhor.

Houve na povoação, em tempos remotissimos, um convento *duplex*. No fim do seculo passado se descobriu nos amplissimos passaes dos priores, que provavelmente foram cêrca do convento, as columnas do claustro e as paredes das officinas. A chronica dos eremitas de Santo Agostinho diz que no seculo VII houve ali um mosteiro da sua ordem; mas não adduz provas que satisfaçam plenamente.

**Cortiço da Serra.** — Tinha antigamente o nome de Villa Boa da Jesúa, e no principio da monarchia se chamava Cortiço. Foi da commenda da ordem de Malta, pelo que gosava os grandes privilegios dos caseiros de Malta.

D. Martim Pires e sua mulher, senhores d'esta freguezia, lhe deram foral em 1254. N'elle se diz:

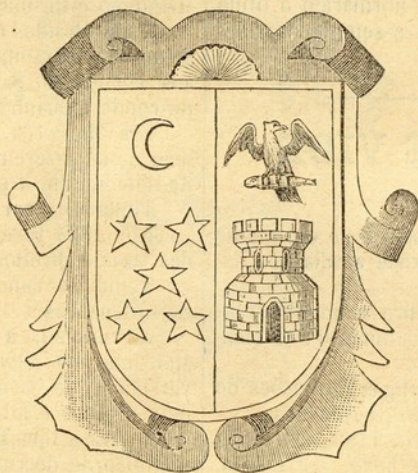
*et verdaduras nos detis nihil*, porque em algumas partes se pagavam dizimos das *verdaduras*, como e pelo praso do logar de Arconces, termo tambem de Celorico, feito pelo mosteiro de Salzedas. Em 1256 pagava este casal, além do mais: *um quarto de esverdaduros* (1). Na renovação d'este mesmo praso, feito em 1333, diz: *um quarto de esverdados*. Tambem a isto se chamava *dizimos verdes*. N'este mesmo foral se prohibem expressa e despoticamente as *querimonias* — (queixas ou querellas).

**Linhares.** — Como esta villa outr'ora e hoje freguezia do concelho de Celorico da Beira possui brazão d'armas, faremos a sua descripção no respectivo logar.

**Velosa ou Velloza.** — Ignora-se o primitivo nome d'esta freguezia. O actual, que tem mais de 500 annos e significa mulher ou homem coberto de pêllos, cabelludo, deve a sua origem, segundo os manuscritos da casa Palmella, aos factos seguintes:

O nosso rei D. Fernando disputou a corôa de Castella ao fraticida D. Henrique II. Alguns fidalgos castelhanos, partidarios do assassinado D. Pedro I, o *Crú*, uniram-se ao rei portuguez, ajudando-o n'esta guerra, que, felizmente, foi de curta duração, pois terminou pelo tratado de paz, feito em Evora, a 31 de março de 1369.

(1) «Esverdaduros», «Esverdados», «Verdaduros» e «Exaveaduras». — Fructos que se colhem das hortas, pomares ou quintaes. Na baixa latinidade «verdearii», «verdegarii» e «veridiaria».



Brazão d'armas de Celorico da Beira

Os castelhanos, que seguiram o partido do nosso D. Fernando, temendo, e com razão, uma cruel vingança e horrivel castigo da parte de Henrique II, ficaram em Portugal, e o rei lhe concedeu varias honras e boas propriedades e senhorios. Entre os fidalgos castelhanos que cá ficaram então, conta-se o tristemente celebre gallego D. João Fernandes Andeiro, que D. Fernando ou sua mulher D. Leonor Telles de Menezes fez conde de Ourem e que o mestre d'Aviz assassinou nos paços do Limoeiro, em Lisboa, a 6 de dezembro de 1383.

D. Antonio Velloso, fidalgo gallego, descendente do famoso conde D. Rodrigo Velloso, senhor da Ribeira e Cabreira, em Hespanha, foi tambem um dos que então ficaram em Portugal.

D. Fernando lhe deu esta freguezia, á qual elle concedeu o fóro de villa e lhe chamou *Velloso*, nome que até hoje tem conserva-lo.

Um dos senhores da Ribeira e Cabreira foi alcunhado o *Velloso* por ser muito cabeludo, e seus descendentes tomaram a alcunha por appellido.

Os Vellosos trazem por armas: em campo de purpura, um castello de prata e tres flores de liz, d'ouro em chefe. O castello está sobre um monte da sua côr, com porta, frestas e lavrado de negro, e junto d'elle um açôr, armado de ouro, com uma perdiz nas garras. Timbre, o açôr do escudo, com a perdiz nas garras do pé direito.

Os reis de Portugal nunca confirmaram o titulo de villa a esta freguezia, que foi e é sempre considerada como aldeia.

## CASTELLO DE VIDE

Em situação elevada, na encosta de um monte da serra de Portalegre, existe a villa de Castello de Vide.

E' povoação antiquissima, nobre e notavel, contemporanea de *Norba-Cesaria*, pois antes d'esta cidade ser destruida já existia a villa.

Diz-se até que é das mais antigas povoações do Alentejo, pois que já existia antes dos romanos.

Pedro Annes lhe deu foral em 1180 e D. Diniz em 1310. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512, o qual serve tambem para Alcoçullo, Fonte de Martinho e Prado.

O seu nome primitivo era *Villa de Vide*, segundo uns, e segundo outros, era *Villa divide*. Os primeiros dizem que o nome cu sobrenome lhe proveiu de uma grande vide que havia no sitio onde se fundou o castello—(é certo que o seu brazão d'armas é uma vide cercando um castello)—os segundos dizem que se chamou *Divide* por estar proximo da divisão de Portugal e Castella.

E' cercada de muralhas com quatro portas.

Em 1710 foi para ali levado um bello portico de cantaria lavrada, que foi da antiga cidade de *Medobriga* para substituir a antiga porta de carro do castello, e por isso se ficou chamando porta de Aramenha.—Aramenha é o nome moderno da cidade de Medobriga.

Tem um forte castello antiquissimo, provavelmente do tempo dos romanos, que D. Diniz reedificou ou concertou, e lhe fez a torre de menagem em 1289.

Outros dizem que o castello, a torre e as muralhas é tudo obra de D. Diniz; mas é mais provavel que elle só reconstruisse o castello, e fizesse de novo as mais obras de defeza.

D. Alfonso III deu esta villa a seu filho, o infante D. Affonso; mas D. Diniz, irmão d'este, não esteve pela doação paterna, e por vezes poz cerco ao castello. Quiz o infante cercar a villa de muralhas, para se defender do rei; mas este lh'o impediu á força de armas (1287).

O infante D. Alfonso pretendia ser o rei legitimo de Portugal, por seu irmão mais velho, D. Diniz, ter nascido antes de seus paes obterem dispensa de Roma «e por ter sido gerado (!) em vida da condessa Mathilde de Bolonha, primeira mulher de D. Affonso III».

O rei, por fim cercou o infante em Arronches, no mesmo anno de 1287; mas sua mulher, a rainha Santa Isabel, compoz então as desavenças entre seu marido e cunhado.

Depois de D. Diniz estar senhor pacifico d'esta praça é que lhe fez a torre de menagem e a cercou de muralhas, em 1289, como já dissemos.

Os hespanhoes occuparam esta praça em 1704, destruindo-lhe as fortificações.

Em 1710 foram não só reedificadas, mas tambem augmentadas todas as obras de defeza da praça; porém, apesar de tão modernas, estas obras estão, pelo abandono e desmazelo, em estado de grande ruina.

Eram alcaldes-móres do seu castello os condes do Sabugal, que tambem eram meirinhos-móres. Por isso aos condes do Sabugal se dava vulgarmente o titulo de conde meirinho-mór.

Era da corôa, com privilegio de não sahir d'ella, nem de se fazerem ali soldados; mas com obrigação de defenderem a praça em tempo de guerra.

Tinha voto em côrtes, com assento no banco II.º

Até 1834 teve juiz de fóra, que era tambem juiz das sizas e direitos reaes, camara, escrivães, etc.

Tinha no concelho capitão-mór e 14 companhias de ordenanças.

Aí nasceu, a 12 de julho de 1780, José Xavier Mousinho da Silveira, formado em direito pela universidade de Coimbra. Serviu diferentes logares de magistratura e foi ministro da fazenda em 1823. Emigrou para a Ilha Terceira em 1828, e lá escreveu essa multidão de decretos, datados da Terceira, em 1832.

Foi ministro do rei D. Pedro IV, na Terceira, em 1832, sabindo do ministerio no dia 1.º de janeiro de 1833, para ser director geral das alfandegas do reino.

Em 1840 retirou-se a vida intima, morrendo em Lisboa a 4 de abril de 1849.

Mousinho da Silveira era homem de muito talento e seria um optimo reformador com governos mais patriotas, prudentes e justos; porque foi sempre e incontestavelmente um varão, que, a par de bastante illustração, tinha muita honra e probidade.

A notavel villa de Castello de Vide sempre primou em ser fidelissima a todos os monarchas portuguezes, dando não vulgares exemplos de boa lição nas artes, nas sciencias e na guerra.

Já em 1299 os povos de Castello de Vide, tendo á sua frente el-rei D. Diniz, avançavam contra Portalegre, que havia tomado o partido do infante D. Affonso, irmão do rei lavrador e ao qual pretendia usurpar a corôa.

A fidelidade de Castello de Vide ao seu legitimo

rei está comprovada por documentos historicos de grande valia. A 14 de maio d'aquelle memoravel anno estava D. Diniz ali, e no dia 15 confirmou «estando já sobre a villa, os fóros e termos do concelho de Castello de Vide, concedendo-lhe que fosse sempre da corôa.»

Seria um nunca acabar se mencionassemos todos os nomes dos varões illustres, que nasceram na abençoada e encantadora villa de Castello de Vide. O insigne Morato Roma, que honrou a sciencia; o abalissado estadista Mousinho da Silveira, o philanthropo dr. João Diogo Zuzarte de Sequeira Sameiro; são tres nomes que resumem em si uma epoca de tudo quanto ha de mais maravilhoso na vida social de um povo livre.

Mas ainda acima d'estes tres grandes vultos depara-se-nos o nome de um valoroso capitão, que fez proezas no campo de Aljubarrota, sendo victima de sua palavra e do amor que lá dentro de sua alma votava ao mestre de Aviz.

Gonçalo Annes, de Castello de Vide, era o heroe que votou ser o primeiro que ferisse de lança os castelhanos. Quando, a 14 de agosto de 1385, os portuguezes de Aljubarrota estavam estendidos em linha de batalha, tendo por capitão o destemido D. Nuno Alvares Pereira, o bravo Gonçalo Annes, em cumprimento do seu voto, «adantou-se nas fileiras a ser o primeiro que ferisse de lança, mas foi derribado, e sendo soccorrido desempenhou bem o proprio valor.»

São d'esta tempera todos os filhos d'esta illustre villa, comprovada em todos os tempos, e ainda não ha muitos annos, na batalha do Bussaco, onde o bravo regimento de infantaria 8, quasi todo composto de castellovidenses, fez prodigios de valentia.

Amor ao rei, á patria, á liberdade e á familia. constituem o brazão do nobre povo de Castello de Vide.

O termo d'esta povoação, em que se contam umas trezentas fontes, é muito productivo e bem cultivado. Recolhe castanhas, peras, peros, e outras fructas de magnifica qualidade; muita e excellente hortaliça, sendo algumas especies de nomeada em toda a provincia; bastante copia de cereaes e legumes, vinho, azeite, e caça de todo o genero. Criase ali muito gado, principalmente suino, que constitue um ramo de grande commercio e riqueza para Castello de Vide.

O brazão d'armas da villa é um escudo, tendo no meio um castello cercado por uma vide com seus cachos e parrãs.

### Freguezias do concelho dignas de menção

**Póvoa e Meadas.** — Eram antigamente duas freguezias distinctas; porém, ha mais de um seculo

que foram annexadas uma á outra e por isso hoje o seu nome official é Póvoa e Meadas.

A villa da Póvoa está situada em uma planicie, fertil e agradável, entre Castello de Vide e Montalvão, a 6 kilometros da raia.

D. Lopo, administrador do mosteiro de Folques, lhe deu foral no mesmo mosteiro, em 2 de abril de 1424. El-rei D. Manuel o reformou, em Lisboa, a 29 de março de 1511.

E' povoação muito antiga, e, pelo menos, dos primeiros tempos da nossa monarchia.

Os castelhanos a incendiaram em 1706, arrazando as suas antigas fortificações, que já estavam muito arruinadas.

D. João V a mandou reedificar em 1720, dotando-a com uma cinta de muralhas, com seu castello e baluartes, hoje tudo em ruinas.

Foram donatarios da villa os condes de Valle de Reis. Meadas tambem foi commenda d'estes titulares.

D. Martinho Pires Valente, ascendente de D. Martinho Castello-Branco, 1.<sup>o</sup> conde de Villa Nova de Portimão, instituiu em Póvoa, no anno de 1348, um grande morgado que foi confirmado por D. Affonso IV, n'esse mesmo anno, como consta de uma lapide que está levantada na estrada, proximo ás ruinas do palacio dos condes.

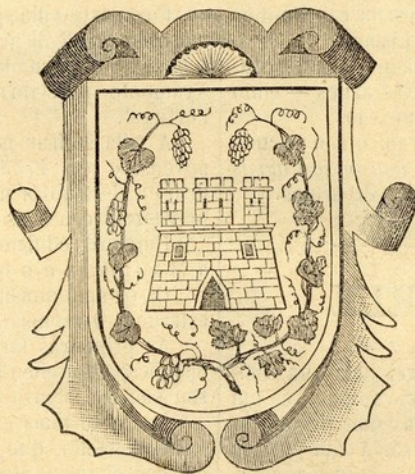
O morgado veiu a ser senhorio dos Furtados de Mendonça e passou depois, por herança, aos condes de Villa Nova de Portimão. Em rasão do vinculo ser instituido por um D. Martinho deu-se primeiro á povoação o nome de *Póvoa de D. Martinho*.

Ha na quinta, que constituiu o morgado, uma edicula dedicada a Nossa Senhora da Piedade, dentro de uma gruta ou lapa artificialmente obrada de pedras tóseas, com uns 30<sup>m</sup>,50 de comprimento, 2

de largo e 2<sup>m</sup>,20 de altura. A santa imagem está de joelhos, com as mãos crusadas sobre o peito, olhando para o lenho onde Jesus foi crucificado. Está aos pés da cruz, tendo de um lado S. João Evangelista e do outro Santa Maria Magdalena, com uma amphora, imitando as que continham balsamos para ungir os cadaveres. Junto d'estas imagens está o corpo do martyr do Golgotha estendido sobre um rico leito de têla bordada a ouro. De cada lado do Senhor Morto está um anjo, tendo todos na mão direita um castiçal de prata com vélas, que se acendem em varios dias do anno e durante a Semana Santa. As imagens são todas de pedra e de boa esculptura. Tem a estatura regular de um homem.

Segundo a tradição, esta devota ermida foi restaurada quando D. Martinho reedificou e aformoseou a quinta e a vinculou; mas, notando a perfeição esculptural das imagens, fez grandes melhoramentos na propriedade e mandou construir uma nova igreja em substituição da gruta; porém, com a sua morte e a de sua esposa não se chegou a concluir o novo templo.

No entanto, D. Francisco de Castello-Branco Va-



Brazão d'armas de Castello de Vide

lente foi quem mais aformoseamentos fez na quinta; e, aproveitando a abundancia d'agua que ali havia, mandou construir alguns vastos tanques, repuxos, cascatas e varios nichos, em diferentes partes, adornados com imagens de santos.

Uma lapide muito bem lavrada e com as armas dos Castellos-Brancos, que se vê na quinta, tem a inscripção seguinte:

Este oratorio de Nossa Senhora da Piedade, com todo o mais edificio d'esta quinta, mandou fazer D. Francisco de Castello-Branco Valente, camareira-mór de el-rei D. João, o III, e senhor de Villa Nova de Portimão, no anno de 1531.

*Valente* é um appellido nobre em Portugal, tomado de alcunha, e tem a mesma origem de *Freitas*. O primeiro individuo que usou aquelle appellido foi Abril Pires Valente, pae de D. Vicente Affonso Valente ou Affonso Pires Valente, como consta de uma inscripção que está em uma sepultura da capella-mór da igreja de S. Jorge (Arroyos) em Lisboa.

As armas dos Valentés são: em campo de purpura, um leão de ouro, faxado de tres faxas azues — elmo de aço aberto, e por timbre o mesmo leão.

Alguns d'este appellido adornaram o seu escudo d'armas com esta legenda: *strenuus non indiget armis* — em portuguez: o valente não precisa de armas.

## CASTRO MARIM

A villa de Castro Marim, notavel pela sua belleza e fertilidade dos seus campos, é um porto maritimo do Algarve e uma das suas principaes (senão a principal) praça de guerra. A sua posição geographica é excellente. Está situada sobre a margem direita do Guadiana, a 6 kilometros da sua foz e a 1:500 metros d'este rio, com o qual communica por um esteiro. Ha quem attribua a sua fundação aos cartaginezes e outros aos romanos. Alguns corographos pretendem mesmo que os seus fundadores fossem os phenicios, 954 annos A. de Christo, porque os phenicios, muito dados á navegação, visitaram largas vezes o Guadiana em procura de minas metallicas, sendo elles os primeiros que trabalharam na exploração das minas de cobre de S. Domingos.

Em 1242, dizem alguns historiadores, D. Payo Peres Correia, expulsou d'ella os mouros; segundo outros, os mouros fugiram para a Africa sem esperarem combate, e quando D. Payo, o *fronteiro-mór* do Algarve transpoz as suas muralhas, encontrou-a abandonada. Este ponto historico não está bem esclarecido. É certo, porém, que esteve occupada unicamente por tropa até que D. Affonso III, em 8 de julho de 1277, a mandou povoar.

D. Diniz deu-lhe foral, em 1 de maio de 1282, confirmando e ampliando tudo quanto seu pae tinha feito.

Em 1319, após a extincção dos Templarios, o rei *lavrador*, tendo creado a ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, determinou que a villa ficasse

sendo cabeça da mesma ordem. A séde da ordem foi transferida, segundo uns historiadores, no reinado de D. Fernando; segundo outros, no de D. Affonso V, para Thomar.

El-rei D. João I, em carta-foral de 10 d'abril de 1421, permittiu, no sentido de promover o augmento da população, que podessem viver na villa 40 *homesteads*, livres da acção da justiça, não sendo os seus crimes de traição ou aleivosia. Estes privilegios foram, com pequena alteração, confirmados por D. João II e D. Manuel;—exceptuaram da regalia concedida por D. João I os moedeiros falsos, os sedomitas e herejes.

D. Affonso V visitou a villa em abril de 1453 e regulou por uma lei as pescarias.

Em 1504, Lopo Mendes, commendador da villa, vexava o povo com as mais arbitrarías exigencias, e tão arbitrarías ellas eram que o povo reclamou justiça, ficando determinado em 21 de março do mesmo anno que vigorassem tão sómente os direitos mencionados no foral antigo.

Em 20 de agosto de 1504 D. Manuel, em Lisboa, deu-lhe foral novo.

Foi n'esta villa que os governadores do reino publicaram em 7 de julho de 1580 a ominosa *sentença*, a qual foi combinada entre elles e os castelhanos em Ayamonte, proclamando Filippe II de Castella rei de Portugal.

A villa soffreu muito com o terremoto de 1 de novembro de 1755. Os prejuizos foram espantosos, ficaram destruidas muitas casas e sob as suas ruinas pereceram centenas de pessoas.

Entre os edificios destruidos devemos mencionar a Misericordia e o hospital.

O cholera-morbus em 1833 fez na villa grandes estragos. O numero das victimas foi consideravel.

As primeiras fortificações foram, segundo varias opiniões, comprehendidas por el-rei D. Diniz ou por seu pae D. Affonso III.

Na parte mais elevada da villa está assente o seu antigo castello, que D. João IV mandou reconstruir, em consequencia dos grandes estragos que por varias vezes lhe fizeram os castelhanos. O monarcha, em vista da grande importancia militar d'este porto, deu nova fórma e mais amplidão ao castello, guarnecendo-o com cinco torres ou baluartes e com cinco portas.

Sendo tambem arruinado pelo terremoto de 1755, el-rei D. José o mandou novamente reedificar, dando-lhe a fórma que hoje tem e só com uma porta para o O. e um postigo ou porta falsa para o SO.

Os condes de Soure, foram alcaides-móres de Castro Marim, e tinham as suas casas dentro do castello. Existem ali as ruinas da igreja de S. Thiago, primitiva matriz da villa.

O edificio, quartel militar, foi convento da ordem de Christo.

Esteve n'esta villa desde 1819 até 1834 o batalhão de caçadores n.º 4. Houve tambem uma companhia de veteranos, e capitão-mór, com 8 companhias de ordenança.

São dependentes da praça de Castro Marim o forte de S. Sebastião, as baterias do Registo, no esteiro, e da Rocha do Zambujal, perto do castello, e a praça de Alcoutim.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 3

## CASTRO MARIM

(Concluido do numero antecedente)

Entre o castello e o cabeço ergue-se a sumptuosa igreja matriz, sob a invocação de Nossa Senhora dos Martyres. A construcção é antiga. O edificio foi restaurado pelo bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avellar. Junto á igreja vê-se um outro bello edificio—o hospital militar. Ao O. existe um vasto eirado, a que chamam o Alpendre, cujo pavimento é todo de cal e areia e murado.

Castro Marim foi elevada a cabeça de condado por D. João VI, quando ainda era principe regente, em 14 de novembro de 1802, recaindo a mercê d'esse titulo na pessoa de Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 8.<sup>o</sup> monteiro-mór do reino, a quem o mesmo principe regente fez, em 1808, marquez de Olhão.

O seu porto é accessivel a navios de alto bordo, mas não chegam á villa, nem mesmo á Ribeira, onde só podem fundear biates; porém, ficam no Registo.

Castro Marim é muito fertil em cereaes, legumes e toda a qualidade de fructas, que são de excellente qualidade; produz tambem optimo vinho e bom azeite. A abundancia de peixe do mar e dos esteiros é grande. Tem igualmente extensas marinhas de sal, de cujo genero se faz grande exportação para o Porto. O principal ramo de commercio é em sal, figos, amendoas e peixe salgado, que é feito para todo o reino, sendo igualmente alguns d'estes generos exportados para Gibraltar, Africa e Brazil.

A villa tem dois arrabaldes: o bairro ou arrabalde da Ribeira, ao S., e o de Fóra, ao N.

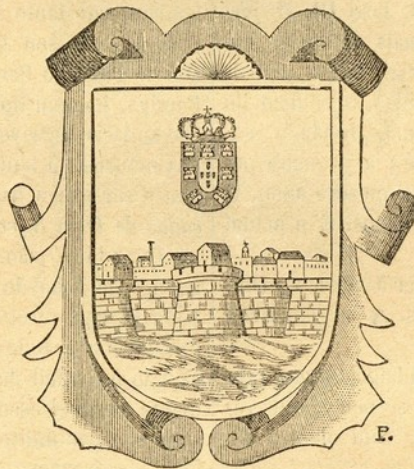
É bellissimo o panorama que se disfructa do castello da villa. Ao SO. vê-se a foz do Guadiana, a linda povoação de Villa Real de Santo Antonio e o mar.

Ao S. vê-se egualmente o Guadiana, a cidade de Ayamonte e varias montanhas da Andaluzia. Ao E. vêem-se as serras de Alcoutim e outras. Ao N. e N. O., vastas e fertes planicies, bonitas aldeias e algumas montanhas.

Consta que a povoação foi, em tempos remotos, muito mais vasta, o que é demonstrado pelos vestigios de alicerces que se encontram nos seus arredores.

A villa tem o titulo nobilissimo de—*Mui antiga e notavel villa de Castro Marim.*

O seu brazão d'armas é um escudo com uma cidade cercada de muralhas e por cima as armas de Portugal.



Brazão d'armas de Castro Marim

## CERTÃ

Está situada em uma planicie, entre duas ribeiras, uma chamada da Certã, outra Anioso, as quaes se juntam no fim da villa e desaguan no Zezere.

A villa da Certã foi, 74 annos antes de Christo, fundada por Sertorio, o qual a denominou *Certago*, dotando-a egualmente com um castello para sua defeza. Depois mudou o nome para *Certagem* e finalmente para *Certã*. Nas heroicas luctas empenhadas por Sertorio, valoroso gene-

ral, contra o imperio romano, para assegurar e sustentar a independencia da Luzitania — nas quaes de parte a parte se praticaram feitos admiraveis, ingentes e gloriosos — um poderoso exercito romano poz cerco a *Certago*. A peleja entre os sitiantes e sitiados foi sanguinolenta. A bravura, a coragem e o desespero que se manifestava de ambos os lados ensojava a terra em sangue, juncando-a de cadaveres. A victoria quasi que pendia para o campo dos romanos. De repente, no furor do combate, viu-se cahir um cavalleiro que era casado com uma formosa mulher chamada, segundo varios historiadores, Celina, ou, conforme outras opinões, Celinda. A noticia em breve se espalhou no castello, do qual a porta estava já

em poder do inimigo. Celina, ferida pela noticia da morte de seu marido, corre cheia de valor, de coragem e de patriotismo com uma *certan* cheia de azeite fervendo, jogando-a contra os oppressores que, attonitos e n'uma confusão enorme, recuaram; os luzitanos poderam então fechar a porta do castello até que, soccorridos, repelliram com admiravel heroicidade o inimigo.

Em memoria d'este feito notavel e brilhante a villa tomou por brazão d'armas, que ainda conserva, um escudo com uma *certan*, e em volta esta legenda:— *Certago sternit certagini hostes*—cuja traducção é:— Com a *certan* destruiu Certago os seus inimigos.

A villa soffreu muito durante os periodos das invasões dos povos do norte e dos arabes.

D. Affonso Henriques, mais tarde aclamado rei em Ourique, mandou reedificar a villa e bem assim o seu castello, e em 9 de maio de 1111 concedeu-lhe foral com grandes privilegios.

D. Manuel concedeu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. A igreja matriz da villa, sua unica parochia, é dedicada a S. Pedro; o templo é de tres naves. A casa da Misericordia é edificio antigo. Foi construido no reinado de D. João III, o *piadoso*. O hospital é de construcção mais antiga e em 1565 foi annexado áquella confraria. Existe igualmente na villa, além de varias ermidas, o edificio do extinto convento de Santo Antonio, fundado em 1635, por fr. Christovão de S. José; a primeira pedra foi lançada no dia 2 de maio do mesmo anno. O edificio pertenceu aos religiosos capuchos. E' o actual palacio da *Quinta das Aguias*.

A pouca distancia da villa da Certã vê-se a ermida de Nossa Senhora dos Remedios. A origem d'ella é, segundo a tradição, a seguinte:

Andando á caça um cavalleiro fidalgo, muito religioso, foi atacado por uma enorme serpente, que repentinamente e sem o menor sitio, saiu dentro do espesso matto que então ali existia.

Horrorisado com a apparição do reptil trepou para cima de uma arvore, procurando assim fugir á morte, e, cheio de uncção religiosa, invocou o auxilio de Nossa Senhora dos Remedios. Fortalecido pela esperanza carregou a espingarda e apontando-a com firmeza disparou sobre a serpente, mataudo-a instantaneamente.

No local em que o reptil cahiu morto mandou o cavalleiro, no cumprimento da sua promessa, construir a ermida, que dedicou a Nossa Senhora dos Remedios, dotando-a com alguns bens para sustentação do culto. Ao lado do altar, onde está collocada a imagem, existe como memoria a queixada da serpente, que tem seguramente um metro de comprimento.

O sitio é lindissimo, circundado de arvoredos, experimentando-se n'elle uma suavidade que delicia e encanta.

Os suburbios da Certã são bellissimos e muito productivos em cereaes, legumes, fructas, vinho e azeite. Tem bastante caça e algum gado.

Foi patria de Lopo Barriga, que fez proezas nas guerras com Marrocos, e de Gonçalo Rodrigues Caldeira que, na memoravel batalha de Aljubarrota, pollejou heroicamente contra os hespanhoes.

*Barriga* é appellido de uma familia oriunda da Beira. Já no tempo de D. Affonso Henriques se acha memoria de um Martin Barriga; apparece no tempo de el-rei D. Diniz um Gil Barriga; e quem torna mais celebre este appellido é o adail Lopo Barriga, no seculo XVI.

Tem por armas, em campo vermelho, um castello de prata lavrado de preto, assente n'uma rocha da sua côr, que nasce de um rio; da janella da torre do meio sae uma bandeira de prata com a cruz da ordem de Christo, sustentada por haste de ouro; o timbre é o castello.

Nos combates, que renderam nos primeiros annos do seculo XVI aos portuguezes a praça de Saffi, e nos outros que se lhe seguiram, quando os mouros a pretenderam reconquistar, começou a distinguir-se um homem, que tanto se devia assignalar na Africa Sptentrional pelo seu valor quasi sobre-humano, como Duarte Pacheco Pereira na India. Foi o celebre Lopo Barriga, homem dotado de grandes forças, de valor e de audacia increveis, cujo nome veio a ser o terror dos mouros, e tanto que, segundo se assevera, chegou a ser praga usada em Marrocos a seguinte: *Lançadas de Lopo Barriga te colham*.

Quando o não menos celebre capitão Nuno Fernandes de Athayde foi nomeado governador de Saffi, Lopo Barriga recebeu o cargo de seu adail. Então Saffi tornou-se a grande escola militar dos portuguezes; o capitão e o adail de Saffi eram dois vultos verdadeiramente cavalleirescos, dois d'estes homens cujas façanhas são por muito tempo a lenda e o terror das tribus; praticavam-se n'aquella praça feitos de armas verdadeiramente sobre-humanos. Um almocadem, tambem da guarnição de Saffi, Diogo Lopes, chegou tambem a partilhar a gloria dos seus dois chefes, mas o typo dominante é sempre o de Lopo Barriga. Uma vez o intrépido adail só com um punhado de homens, uma verdadeira escolta, tomou o castello de Amagar; outra vez, tendo cahido prisioneiro dos mouros, e estando ferido de mais a mais, conseguiu livrar-se sózinho, e fugir montado no proprio cavallo de um dos seus perseguidores.

De Saffi foi Lopo Barriga transferido para Arzilla, e depois regressou a Portugal, sem ter nunca exercido o governo de uma praça, singularidade que se não explica, sendo de mais a mais Lopo Barriga de uma familia nobre.

Lopo Barriga casou em Portugal com uma senhora chamada D. Joanna d'Eça, filha de D. Christina d'Eça,

de quem teve um filho e duas filhas, Pedro Barriga, D. Francisca de Vilhena e D. Beatriz de Vilhena.

Foi commendador da ordem de Christo. Se elle vivia ainda quando D. João III entregou aos mouros as cidades em que elle mostrára sempre tamanho valor, devia ter sido grande devêras a sua irritação, devia ter sido grande o seu desgosto. Elle é que seria n'esse caso o prototypo d'aquelle adail de Arzilla, que nos versos sublimes de Herculano vae queixar-se á sombra de D. Affonso V dos actos praticados por seu bisneto D. João III. E tanto mais podia ser elle o que expirasse «ao dizer:—*Perdeu-se Arzilla*— a D. Affonso V», quanto fiel sempre ás praças africanas nunca foi fazer resplandecer a sua formidavel bravura nas guerras do Oriente.

Do castello da Certã, notavel pela sua antiguidade, construcção e pelo brilhante feito que n'elle se deu, existe apenas o sitio. Ainda ha poucos annos ali se via a porta onde Celina, a heroica defensora da povoação, immortalizou o seu nome. Nem essas ruínas, venerandas reliquias de dezoito seculos, escaparam á acção demolidora do camartello! A porta foi barbara e estupidamente demolida e as pedras empregadas no concerto do arco de uma ponte!

Já é vandalismo!

As ruínas, altamente admiraveis e gloriosas, deveriam, na nossa humilde opinião, ser conservadas. Serviriam para attestar, como monumento, o glorioso feito que a historia aponta nas suas paginas de oiro.

### Freguezias do concelho dignas de menção

**Pedrogam Pequeno.** — Chamava-se antigamente *Pedrogam do Crato* ou *Pedrogam do Priorado*. Esta villa está situada em um platô, proximo da esquerda do Zezere e da famosa ponte do Cabril, quasi em frente de Pedrogam Grande, e é uma das mais bonitas e industriaes da provincia.

Consta que foi fundada pelo consul romano Aulo Curcio, 150 annos antes de Christo. Os arabes a tomaram em 4 de agosto de 718, e D. Affonso II resgatou-a do poder d'elles no dia 13 de março de 1216.

Foi cabeça de um antiquissimo concelho, supprimido depois de 1834. Teve camara, juiz ordinario, paços do concelho e respectivos escrivães.

D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 20 de outubro de 1513.

A distancia de uns 1:200 metros ao NE. da villa, no ponto mais alto da serra que lhe fica sobranceira, vê-se a capella de Nossa Senhora da Confiança, que serve de Calvario, por isso tambem lhe chamam capella do Calvario, e ali termina a procissão dos Passos na quaresma. Fica a ermida imminente ao Zezere e está cercada de frondoso arvoredado silvestre, que tornam o sitio fresco e delicioso. D'ali se descobrem muitas villas, e entre ellas: Pedrogam Grande, Figueiró dos Vinhos, Arega, Certã, Alvaro, Alvares, Dornes, e Villa de Rei.

Ufana-se Pedrogam Pequeno de ser patria de Antonio Gregorio Leitão, joven e esperançoso poeta, a quem a morte arrebatou quando o seu peregrino talento principiava a ser conhecido.

Havia ali, e não sabemos se ainda hoje ha, uma antiga usança, que, pela sua esquisitice, deve ser notada. Era a seguinte:

No dia de S. João, orago da parochia, faz-se uma pomposa festa ao santo precursor, na igreja matriz.

Antes da missa dirigiam-se ao altar-mór sete labregos, ridiculamente vestidos; um d'elles tinha uma corôa na cabeça, na mão direita uma espada ferrugenta, e na esquerda um broquel—era o *rei*. Dois tocavam viola; dois pandeiro; e dois levavam thyrsos enfeitados de cravos. Chamava-se a esta farça burlesca ou grutesca—a *Mourisca*.

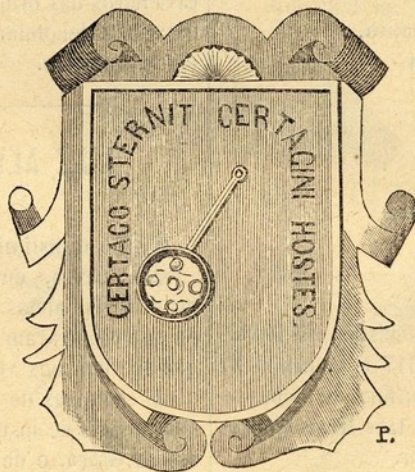
Dançavam cêrca de meia hora uma cousa que elles lá entendiam; e, quando o *rei* já

estava farto de se dar em espectáculo, fazia uma pirueta, dava uma pancada com o espadagão no escudo, e dizia em altos berros: *Viva o meu compadre S. João*. Depois iam todos para a taberna!

Temos ainda bastantes d'estas usanças antigas, sobremodo ridiculas e algumas até indecentes. Os bispos, os parochos e as auctoridades, muitas teem feito acabar, mas não todas.

No dia 8 de setembro de todos os annos faz-se tambem em Pedrogam Pequeno a festa da Senhora da Confiança, que é das maiores romarias d'aquelles sitios; porém, termina quasi sempre por grandes desordens, a que não é estranho o deus Baccho!

**Sernache do Bom Jardim.** — N'esta freguezia nasceu o immortal varão D. Nuno Alvares Pereira, em 23 de junho de 1360. Por parte de seu pae era descendente dos reis da Lombardia e por parte de sua mãe de Bermudo II de Leão. O segundo con-



Brazão d'armas da Certã

destavel do reino foi armado cavalleiro pela mão da propria rainha D. Leonor Telles de Menezes. Morreu no convento do Carmo, de Lisboa, que tinha fundado e onde se havia recolhido, no dia 4.º de novembro de 1430. D. João I e seus filhos assistiram ás exequias.

Quando estava n'aquelle convento tantas obras de caridade fazia que todo o povo lhe dava o nome de *Santo*.

As *Chronicas Contemporaneas* trazem umas trovas feitas ao *Santo condestabre* e que o povo de Lisboa cantava no seu tempo. Dizem:

O gran condestabro  
Em o seu moesteiro,  
Dá-nos sua sôpa,  
Mail'o seu dinheiro.

A bençon do Deos  
Caiu na caldeira  
De Nun'Alv'eres Pereira,  
Que avondo creceu  
E todo lo deu.

Se comer queredes  
Non vades álem,  
Don, menga non tem;  
Ahi comerêdes,  
Como lo bebêdes.

Em 1441, os *Tres-Estados* e os bispos de Portugal pediram a Urbano IX, e em 1647 a Clemente X, para que D. Nuno fosse canonisado; mas de ambas as vezes os embaixadores hespanhoes taes tricas empregaram que nada se poudo conseguir.

Tal era o odio que os nossos visinhos tinham ao inclito varão, que nem o lapso de tres seculos o poudo obliterar!

Portugal tem tido grandes homens, mas nenhum ainda fez tantos e tão assignalados serviços á sua patria como D. Nuno Alvares Pereira. Na idade de 25 annos contribuiu poderosamente para a gloriosissima victoria de Aljubarrot, e por muitas vezes derrotou os castelhanos, em batalhas sanguinolentas.

A sua primeira victoria foi na batalha dos Atoleiros, na qual derrotou os castelhanos, commandados por seu irmão, o traidor Pedro Alvares Pereira.

Entrando por Castella, derrotou em Valverde trinta mil hespanhoes, commandados pelos grão-mestres das ordens militares, morrendo na acção o da ordem de S. Thiago, em 5 de outubro de 1383.

Finalmente taes proezas obrou, que bastava dizer-se: *Ahi vem o Condestavell* para os castelhanos fugirem espavoridos. E elles tinham razão para isso, porque, segundo rezam as chronicas, o seu pulso de ferro e a enorme espada que empunhava e manejava

com grande dextreza, quando faziam frente ao inimigo não era para o deixarem com muita saude.

Existe em Sernache do Bom Jardim um seminario, cujo edificio foi mandado construir por D. João VI, nos fins do seculo XVIII, quando ainda era principe regente, e que pertenceu á *Congregação das missões*. E' actualmente collegio das missões ultramarinas.

**Varzea dos Cavalleiros.**—Torna-se notavel esta freguezia por uma batalha, que n'ella teve lugar, dada por D. Affonso III, quando ainda era infante regente, contra o rei de Castella, que pretendia repôr no throno o nosso D. Sancho II. Nesta acção, D. João Pires Amaya, cavalleiro portuguez, de sete lançadas matou sete leonezes.

O monarcha de Castella, em vista das razões que lhe apresentaram os nossos bispos, approvou os *factos consummados*, e retirou para Hespanha.

Foi d'esta batalha, em que os portuguezes ficaram vencedores, e na qual muito se distinguiram os cavalleiros das ordens militares, que á povoação, até essa data denominada *Varzea*, se deu o sobrenome dos *Cavalleiros*.

---

## LUIZ ALVARES DE ANDRADE

---

Foi o instituidor da procissão dos Passos da Graça, em Lisboa, e o inventor d'aquelles quadros das almas do Purgatorio, que por tanto tempo se encontravam a cada passo em Lisboa, e em que se viam uns vultos esbaforidos a sairem de entre umas chammas de furta-côres. Pois foi Luiz Alvares que, depois de instituir em 1587 a procissão dos Passos da Graça, e de obter em 1588 um breve pontificio concedendo indulgencia a todos os que no dia do Senhor dos Passos visitassem a capella da Graça, distribuiu por toda a parte com uma profusão inaudita e gastando largas sommas, os taes quadros das almas e uns livros de orações, porque o intento de Luiz Alvares era *despejar o Purgatorio*. Para uma pessoa só era muito trabalho, por isso parece que, apesar dos quadros, não houve differença sensivel na população d'esse logar expiatorio. Conta Jorge Cardoso uma historia curiosa a respeito de Luiz Alvares, historia, é claro, a que se deve dar o credito que o piedoso e ingenuo auctor do *Agiologio* nos merece. Conta, pois, que Luiz Alvares se mostrava muito queixoso de Nosso Senhor por nunca lhe ter dado doenças. Deus não quiz que por tão pouco ficasse mal com elle tão piedoso varão, e de tal enfermidade lhe fez presente, que Luiz Alvares nunca mais teve saude, apesar de viver ainda doze annos. Morreu no dia 3 d'abril de 1631. Era muito bom homem.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 4

## CHAVES

A antiga villa de Chaves pertence ao districto de Villa Real, arcebispado de Braga, provincia de Traz-os-Montes. Está situada n'uma pequena elevação, proximo do rio Tamega, que a banha, e dista 70 kilometros da capital do districto. O local chamava-se antigamente *Campo da Rhoda*. A palavra *Rhoda* é persica, e foi adoptada pelos arabes; significa jardim. Ainda hoje se chama Campo da Rhoda a um terreiro do Estado, ao fundo do antigo *Valle de Lhaves*, que serve para exercicios militares, não o valle mas o campo.

A villa deve a origem a umas nascentes de aguas sulphureas, que foram ali descobertas no tempo dos romanos.

O imperador Flavio Vespasiano, tendo noticia de tão importante descoberta, ordenou, no anno 78 de Christo, que se edificasse proximo das nascentes uma povoação, a qual denominou *Aquae Flaviae*, ficando logo considerada como *colonia romana*. Mais tarde o nome foi substituido por *Aquae Calidae* — (aguas quentes). Mas este segundo nome não durou muito, e, como se suppõe, por abreviatura chamaram-lhe *Clavis*, e, finalmente, no tempo de D. Affonso VI, de Leão, no anno 1080, principiou a chamar-se *Lhaves*. D'aqui, como tudo nos leva a crér, o seu actual nome — *Chaves*.

Pelos annos 160 era a villa uma importantissima cidade romana, muito povoada e adornada de sumptuosos edificios, abrangendo uma área superior á que actualmente tem, chegando, como geralmente se suppõe, á povoação do Outeiro Secco. Pelo menos assim o parecem demonstrar os importantes e valiosissimos objectos archeologicos, taes como plintos, canos, tanques, bocados de columnas, pedestaes e capiteis, que se tem encontrado entre a villa e Outeiro Secco.

Chaves, engrandecida pelos imperadores romanos,

era ainda em 412 muito florescente; a sua decadencia começou após a invasão dos povos germanicos, e em 456, em resultado da guerra entre os reis suevos Rumismundo e Frumario, sobre o direito ao throno, foi por este ultimo conquistada e arrasada, não lhe deixando pedra sobre pedra.

Era então Chaves cidade episcopal.

Foi assim, completamente destruida, que os mouros a encontraram em 716, os quaes trataram logo de a reedificar, fortificar e povoar.

Em 888 foi tomada por D. Affonso, o *Catholico*, de Leão, que mandou proceder a varias obras para o seu engrandecimento.

Em 923 foi retomada pelos mouros, e trinta e

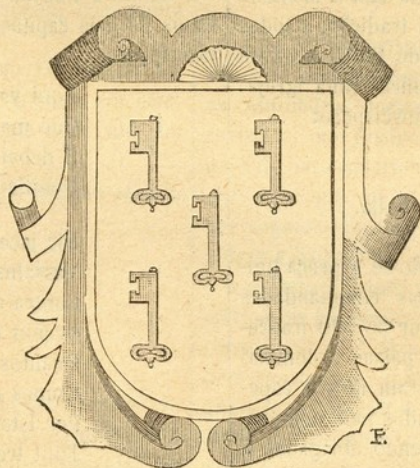
dois annos depois, em 955, foi resgatada por Affonso III, de Leão, ordenando o monarcha, para melhor defeza, a cercassem de muros. Desde essa epoca esteve sob o poder dos reis de Castella e Leão, até que em 1093 foi dada por D. Affonso VI, de Hespanha, em dote a sua filha D. Thereza e ao conde D. Henrique.

Em 1129 tornou a cair no poder dos mouros. Foi, porém, restaurada em 1160, no reinado de D. Affonso Henriques, por dois irmãos, Garcia Lopes e Ruy Lopes, os quaes e como memoria de tão grande feito se appellida-

ram *de Lhaves*. A brilhante façanha dos dois irmãos acha-se eternisada na igreja matriz da villa, nos versos seguintes:

Dois hirmaons com as Quinas,  
Sem rei, ganharam a Lhaves,  
D'onde em roxo, crystalinas  
Lhes foi dado por insignias  
Em seu escudo cinco chaves.

El-rei D. Diniz engrandeceu muito a villa, e em 1300 ampliou as suas muralhas. D. Affonso III deu-lhe foral, em Guimarães, a 15 de maio de 1258. D. Affonso IV confirmou, por carta foral, em 1350, todos



Brazão d'armas de Chaves

os seus antigos privilegios, que foram renovados por D. Manuel, em 1514.

As fortificações de Chaves soffreram por diferentes vezes largas reparações, de fórma que talvez nada exista das suas primeiras obras de defeza. O actual castello e a maior parte das muralhas que cercam a villa são do reinado de D. Diniz. A formosa e robustissima ponte de cantaria lavrada, de dezoito arcos, é obra dos romanos, como claramente nos indicam as inscripções gravadas n'uma das extremidades das columnas. Crê-se geralmente que a construcção da ponte começou no tempo do imperador Flavio Vespasiano e ficou concluida no de Trajano, isto é, entre 74 e 114 annos de Christo.

As aguas thermaes, das quaes a temperatura junto ás nascentes é de 56° centigrados, nascem no Campo do Tabolado, ao N. do Tamega e proximo de um pequeno ribeiro.

Os romanos mandaram construir as suas *thermas*, mas n'uma guerra que houve com Castella, em 1706, o primeiro conde de Mesquitella, governador da provincia, mandou-as arrazar para desobstruir a esplanada da praça.

Na igreja parochial está enterrada Maria Mantella e seus sete filhos *gemeos*, segundo a tradição, e todos clerigos. Maria Mantella era natural do Porto, e diz-se que cada um dos filhos mandou edificar uma igreja. Sobre a sepultura lia-se a seguinte inscripção:

Aqui jaz Maria Mantella  
com seus filhos ao redor d'ella.

Em 9 de março de 1809, achando-se a praça unicamente guarnecida por ordenanças commandadas por Francisco Homem, foi atacada por 30:000 francezes, ás ordens do general Soult; os paisanos dominados pelo santo amor da Patria, sabiram fóra a esperar o inimigo, mas, em breve, vencidos pelo numero, tiveram de retirar para o castello, sendo obrigados a capitular.

Os francezes, tomando posse da villa, praticaram largas infamias e saquearam muitas casas. Soult, julgando ganha a victoria, ordenou que no castello ficassem apenas 3:000 soldados, marchando com o resto para Braga.

O 1.º conde de Amarante, que se achava em Villa Pouca d'Aguiar, com uma brigada composta de paisanos, veiu em soccorro de Chaves, conseguindo resgatal-a no fim de tres dias, ficando prisioneira a guarnição franceza.

As aguas mineraes de Chaves foram analysadas chimicamente, na exposição Universal de Paris em 1867.

As nascentes alcalinas quentes rebentam no meio de um campo chamado Tabolado, perto da fortaleza. Suppõe-se que são as celebres *Aguas Flavias*, dos ro-

manos; o que parece provarem algumas inscripções do tempo do imperador Trajano, que ali foram encontradas.

Estas *thermas*, destruidas no tempo das guerras da restauração contra Castella, estão hoje reduzidas a um modesto estabelecimento, que merecia uma melhor sorte.

Na sua nascente, a agua mineral é tão abundante, que basta cavar a terra a uma pequena profundidade, para vel-a apparecer, acompanhada de uma decomposição de acido carbonico.

A villa de Chaves pertenceu antigamente á comarca de Guimarães, depois á de Moncorvo, e foi tambem durante muito tempo a capital da provincia de Traz-os-Montes.

Era donataria d'esta villa e freguezia a casa de Bragança.

Houve ali duas albergarias, uma fundada pela rainha D. Mafalda, e outra por D. Lourenço Pires de Chaves, chefe da familia d'este appellido.

Manuel de Faria e Sousa, no seu *Epithome das Historias Portuguezas*, parte 3.ª, cap. 2.º, diz:

«Junto a Chaves se acharam as lousas dos sepulchros de dois capitães portuguezes, com as seguintes inscripções:

Aqui yaz Anton  
Que matto muitô castellão,  
E debaixo de su covom  
Desafia a quantos som.

Hic iacet Antonius Periz,  
Vassalus domini regis,  
Contra castellanos misso.  
Occidit omnes qui quisso.  
Quantos vivos rapuit  
Omnes esbarrigavit.  
Per istas ladeiras  
Tulit tres vandeiras  
E feбри correptus  
Hic iacet sepultus:  
Faciant castellani feste  
Quia mortua est sua peste.»

O 1.º duque de Bragança, que foi decidido protector de Chaves, mandou organizar uma grande confraria sob a invocação de S. João, a qual mais tarde teve por denominação—*Congregação da nobre cavallaria de S. João Baptista*. Foi o proprio duque que lhe fez os estatutos, nos quaes se achava estabelecido que todos os annos, no dia 24 de junho, logo de manhã, o capitão de cavalleiros e outras pessoas distinctas acompanhassem em duas alas, a bandeira até ao mosteiro de S. Francisco, e, depois de ouvirem missa no altar de S. João, fizessem em qualquer lugar apropriado dentro dos muros da villa, torneios, justas e

corridas e outros jogos, que o capitão houvesse por bem indicar.

A irmandade começou, porém, a cahir em decadência; em 1625 teve os seus estatutos reformados, tornando a florescer até 1647, mas n'esta época, devido a varias circumstancias, decahiu novamente.

Dentro do forte de S. Francisco houve um convento do mesmo santo, que foi primeiro dos Templarios e estando arruinado e ao abandono, foi reconstruido com esmolas do povo e dos duques de Bragança, em 1637. Na igreja d'este convento está sepultado o 4.º duque de Bragança. O seu magnifico tumulo mandou fazer a duquesa D. Catharina, filha do infante D. Duarte. O palacio em que viveu e morreu o duque ainda existe. Foi elle mesmo que o mandou fazer em 1400.

D'esta villa foi feito marquez, em 1823, o bravo general, 2.º conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, o qual falleceu em Lisboa em 7 de março de 1830. Era filho do 1.º conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca.

Posto que Chaves tenha perdido uma grande parte da sua antiga importancia, ainda hoje é uma povoação muito agradável e não pequena, com muita vida, bons edificios e bonitas ruas.

No antigo brazão d'armas da villa viam-se as armas de Portugal entre duas chaves de ouro, em campo azul, assente tudo sobre uma ponte com um rio por baixo.

O seu actual brazão d'armas é, porém, um escudo de prata e cinco chaves de ouro.

## COVILHÃ

As abas da serra da Estrella na encosta de um monte, e entre as ribeiras denominadas da *Carpinteira* e da *Degoldra*, ambas nascidas na serra proximo á cidade e acima da ladeira, está situada a Covilhã.

Atribue-se geralmente a fundação ao tristemente celebre conde D. Julião, que para se vingar de D. Rodrigo, o ultimo rei dos góds, lhe haver seduzido a filha, provocou a invasão dos arabes na peninsula hispanica. Conta a tradição que na Covilhã nascera a formosissima D. Florinda, pelo povo denominada *Cava*, depois de se tornar amasia do rei, que pagou com a vida e a perda da corôa, os agravos á honra do seu nobre vassallo.

Ha escriptores antigos que consideram o nome Covilhã, como derivado dos referidos factos, dizendo que o conde Julião chamára á villa *Cava-Juliana*, reunindo assim o seu proprio nome e o que o povo dera a D. Florinda; mas esta versão é de todo o ponto inadmissivel. O vocabulo *Cava* na linguagem contem-

poranea não significava barragã se não na accepção figurada, a significação natural era de *cova*, e porque a villa ficava incovada na serra lhe chamaria o conde *Cava-Juliana*. Outros, porém, com melhor senso, são de parecer que o antigo nome fosse o de *Cava* ou *Cova-thana*, que com o decorrer do tempo se corrempu para Covilhã. Esta versão tem a seu favor o exemplo de mais de dez aldeias que com o mesmo nome existem em diversos pontos do paiz, tendo todas o caracteristico de serem afogadas de serras, e cujos nomes primitivos foram tambem e por este facto o de *Cava-thana*. A cidade da Covilhã pôde chamar-se a flôr das Beiras; altamente industrial, fonte principal do commercio indigena em lanificios, é rica e muito populosa, alegre porque da abastança, ainda mesma mediana, resulta um aspecto festivo.

O proloquio popular: «por fóra cordas de viola, por dentro pão bolorento», não é adaptavel a povoações. Quando uma villa ou cidade exhibe aspecto ri-sounho, pôde assegurar-se, sem receio de erro, que os habitantes vivem contentes com a sua sorte, porque se lhes não proporciona regalos, ao menos os tem ao abrigo de privações. Assim succede com a Covilhã.

Que foi importante desde a origem atesta-o o documento archeologico das ruinas do seu castello, mas as continuas e encarniçadas guerras entre mouros e christãos, que encheram os seculos decorridos do VIII ao XII, lhe causaram fundos e gravissimos prejuizos, por isso que as luctas n'aquella época eram sempre seguidas de horrorosas represalias, como as matanças e os saques, a que se entregavam com delicia e com delirio, tanto os soldados da Cruz como os sectarios do Islamismo. Estas luctas e ainda as terriveis consequencias d'ellas, reduziram a villa a um estado de estiolamento, que no reinado de D. Sancho I prognosticava a breve e completa ruina e quiçá o abandono da desmantellada pelos ultimos habitantes. D. Sancho, porém, com um atilismo politico pouco vulgar na sua época, previu quanto convinha impedir a total decadencia d'uma povoação destinada a largo futuro pela sua vantajosa situação, e mandou reedifical-a e povoar em 1186, dando-lhe em setembro d'esse mesmo anno foral, em que foram concedidos grandes privilegios aos moradores, afim de provocar assim o augmento da villa, para o que muito contribuiam n'esse tempo as isenções e fóros especiaes.

Entre outros privilegios gosavam os cavalleiros da villa e seu termo o de serem considerados infanções, isto é, as honras concedidas aos filhos segundos dos *ricos-homens*; e os escravos, que por mais de um anno residissem na mesma circumscripção, adquiriam a libertação e ficavam habilitados para todas as honras e empregos.

Este foral é dos documentos preciosos para a historia da emancipação popular no nosso paiz.

A antiga Covilhã estava situada na parte mais baixa da cidade actual, junto aos pomares da ladeira de Martim Collo, e foi ainda n'esse local que se realison a reedificação ordenada por D. Sancho, de que restam alguns edificios ainda e a parte da cidade chamada *Trez-freguezias*; começando, porém, de seguida a desenvolver-se com rapidez, embora cortada de períodos de estacionamento, foi-se dilatando para o lado superior da encosta.

Covilhã pertencia á corôa nas épocas em que as povoações e villas tinham suzeranos; o mesmo rei D. Sancho, porém, em 1199 fez d'ella doação a Raymundo Paes, em recompensa dos grandes serviços que lhe prestára.

Tão felizes os resultados produzidos pelos privilegios concedidos no foral de D. Sancho, que os successores d'aquelle monarcha os foram ampliando para fomentarem o progredimento da villa. No foral dado em Coimbra em 1217 D. Affonso II, que não primava por generoso, mesmo em regalias aos povos, foram concedidos novos privilegios, ainda que de somenos importancia moral, e D. Manuel renovando estes foraes por um outro, datado de Santarem no dia 1 de junho de 1510, confirmou os antigos privilegios, alguns dos quaes estavam já quasi obsoletos pelos costumes do reino, como se verifica pela comparação de outros foraes d'este rei com os dos primeiros monarchas.

Não correram, porém, para a villa sempre serenos os tempos desde a reedificação em 1186, porque em 1209 os mouros novamente cahiram sobre ella, e porque já n'essa época previam proxima a completa perda d'aquella região, tanto mais se encarniçavam na destruição, e por isso o saque, a matança e a devastação foram de tal ordem que D. Sancho tendo tomado a revindicta e rehavido a villa, teve de ordenar novamente a reconstrucção, que se realison no anno de 1210.

Não foi só em privilegios nos foraes, que ficaram as demonstrações de apreço régio; diversas provisões existem redigidas em termos muito honrosos para Covilhã. D. Affonso III por provisão de 2 de dezembro 1253 a declarou—uma das principaes povoações da Beira; D. Manoel em 21 de fevereiro de 1498 a designa—a principal entre as outras villas do reino; e D. Sebastião em 6 de julho de 1570; em memoria de grandes serviços prestados á corôa, conferiu-lhe o titulo de *notavel*.

Ultimamente, isto é, em 20 de outubro de 1870, foi elevada á cathogoria de cidade por decreto muito lisonjeiro para os seus habitantes.

Entre os senhorios da Covilhã é muito para mencionar o insigne cosmographo, infante D. Henrique, duque de Vizeu, a quem se devem as nossas grandes glorias maritimas e as grandes descobertas na Asia, Africa e America.

Na parte mais alta da cidade existe o seu antiquissimo castello, com duas torres, cuja fundação se attribue a D. Sancho I, e está cercada de muralhas com tres portas denominadas de Valle de Caravelho, Sol e S. Vicente, obra de D. Diniz, pelos annos de 1300.

Tem a cidade bons pontos de vista, d'onde se alcançam as povoações de Alcaide, Aldeia Nova, Aldeia do Carvalho, Boidobra, Belmonte, Caria, Donas, Ferro, Pera-Boa, Souto da Casa, Teixoso e a villa de Fundão.

A's municipalidades, de que tem feito parte os mais conspicuos cidadãos, deve a Covilhã grandes e consideraveis melhoramentos e a outros seus filhos, distinctos pelas virtudes civicas, a fundação de importantes institutos, quer de instrucção quer de caridade.

Possue boas fabricas, edificios pomposos e outras optimas construcções; por isso é, com justissima razão, denominada a *Manchester Lusitana*.

A misericordia foi instituida em 27 de junho de 1577, aproveitando-se os fundamentos da irmandade de Nossa Senhora da Alampada e a capella e hospital por esta irmandade fundado em 1213. O hospital tem creditos de bem montado e ainda melhor administrado.

Não se pôde fallar da Covilhã sem relatar um facto historico, em que concorre a circumstancia de nunca haver sido satisfatoriamente explicado. Em 3 de setembro de 1769, dez annos dia por dia depois do attentado do duque de Aveiro contra a vida de D. José I, quando este soberano sahia do paço de Villa Viçosa para uma caçada, ao passar á *Porta do Nó* foi acommettido por um homem armado de um enorme e pesado bordão, com o qual lhe descarregou valente cacetada dirigida á cabeça, mas pelo rei aparada no braço, continuando o furioso a despedir bordoadas, ora sobre o cavallo, ora sobre as pessoas que se lhe acercaram logo para o conter, muitos dos quaes ficaram contusos e molestados, especialmente o conde do Prado sahio muito mal ferido da refrega.

O louco, conhecido pelo nome de *Migas-Frias*, era natural da Covilhã.

Este successo consta de um manuscripto antigo, que não designa sob outro nome aquelle individuo, nem tão pouco diz que destino teve.

Ufana-se a historica cidade de ser patria de Pero da Covilhã, celebre navegador, que com Affonso de Paiva partiu por terra para a India, em 1480. Paiva morreu na Ethiopia, e Pero da Covilhã, depois de percorrer varios reinos da Asia, voltou a Portugal em 1485, trazendo curiosas noticias da India e outros paizes.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa.—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 5

## COVILHÃ

(Concluido do numero antecedente)

No dia 24 d'agosto de 1869, pelas duas horas e meia da tarde, passou sobre as freguezias de Peraboa e Caria, d'este concelho, uma furiosissima e medonha trovoad, que aterrou todas as povoações circumvisinhas. Foi um verdadeiro cyclone terrestre.

Tomou depois a direcção da serra da Estrella, passando sobre a Covilhã, deixando atraz de si a desolação e a ruina.

Na frente d'aquella negra e immensa agglomeração de nuvens, grandes bandos de passaros, acoçados pela tempestade, fugiam espavoridos, em columnas cerradas. As casas tremiam desde os alicerces; a chuva de pedra, impellida pelo vento, derrotou vinhas, pomares, searas, olivae, hortas, arvoredos, etc., causando prejuizos de muitos contos de réis e deixando muitas familias reduzidas á miseria.

Quasi todos os vidros das jaellas foram esmigalhados, pois que a saraiva era do tamanho de ameixas, chegando na sua maior parte, a pesar cinco oitavas cada pedra.

O Zezere cresceu repentinamente, e na furia da sua impetuosa corrente arrebatou noras, gados, e searas de milho e legumes, sem deixar vestigios de sementeira.

As pombas o outras aves, que andavam no ar, cahiam, como fulminadas.

Um redemoinho de vento arrebatou um homem, levantando-o e arremessando-o a cem metros de distancia, sem que, comtudo, elle soffresse outro incommodo além do susto.

Tambem no dia 3 de outubro de 1876, pelas dez horas da manhã, cahiu sobre a freguezia de Sarzêdo uma tromba d'agua, que esteve a ponto de submergir a povoação, e apresentava um espectaculo tremendo.

Pedras, com peso descommunal, e que não poderiam ser movidas por quatro ou cinco juntas de bois, eram arrojadas com violencia pela corrente, despedaçando tudo quanto lhe oppunha obstaculo á sua passagem devastadora. Algumas casas foram derrubadas, fugindo seus habitantes espavoridos, sendo, ainda assim, victimas uma mulher e uma criança. A maior parte da gente foi salva, como por milagre, na occasião em que era arrojada pela torrente.

Esta tromba causou incalculaveis prejuizos, além dos edificios derrubados, nas propriedades ruraes, que ficaram completamente despidas de fructos.

Perto da Covilhã ha a formosa vivenda do *Refugio*, constante de um bello palacete, jardim, pomares e quintas, de aspecto encantador.

Finalmente, esta cidade é uma das mais prosperas e commerciaes do reino, e as suas condições de progresso receberam um poderoso impulso com a construcção do caminho de ferro da Beira.

Afóra muitos teares particulares, tem importantes fabricas de tecidos de lã, taes como: saragoças, burelinas, casimiras, mesclas, castores, briches, castorinas, meias, chailes-mantas, etc., etc., tudo de optima qualidade e muita duração: o que constitue o seu principal commercio, sua grande actividade e riqueza e seu prodigioso desenvolvi-

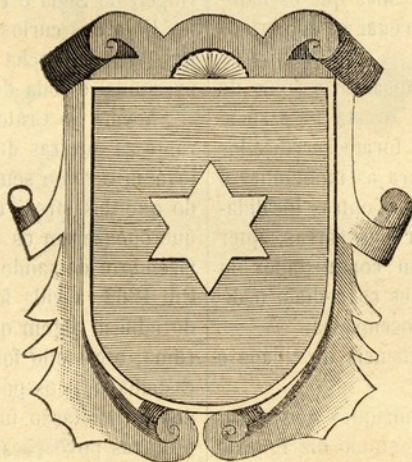
mento. O fabrico de pannos de lã, n'esta cidade, data de remotas eras.

Possue tambem um asylo da infancia desvalida, frito por subscripção. É um vasto edificio, bem dividido e em boas condições hygienicas.

O povo da Covilhã é imminantemente laborioso, franco e hospitaleiro.

As armas da cidade são uma estrella de prata em campo azul, allegoria recordativa da serra onde se acha edificada.

Compõe-se o concelho de vinte e seis freguezias, todas no bispado da Guarda, das quaes não nos occupamos por não terem factos dignos de descrever.



Brazão d'armas da Covilhã

## CRATO

Segundo rezam as tradições, é esta uma das mais antigas villas de Portugal, porque attribuem a fundação aos cartaginezes, que a teriam feito colonia e cidade com o nome de *Castraleuca* ou *Castraleucos*, que se suppõe ser a villa de Crato.

É hoje impossivel discutir este ponto. O unico documento que existe da sua antiguidade não é, todavia, tão remoto. No concilio illiberitano, que se celebrou no anno 300 da era christã, na cidade de *Elvira*, Andaluzia, compareceram tres bispos da Luzitania, e, entre estes, Secundino, denominado *bispo castraleucense*. A prova de que era Crato a cabeça d'esta diocese parece existir na denominação da rua chamada da Episcopia ou do Bispeiro, e que n'outras eras teve talvez este nome por existir n'ella a residencia do bispo.

Que Crato foi na antiguidade uma povoação importante tambem se demonstra, porque, tanto dentro da villa como nas visinhanças, foram encontrados muitos restos de edificios e sepulturas romanas, que ainda no seculo passado existiam, mas que os habitantes foram utilizando para empregar os materiaes em outras construcções.

As invasões dos serracenos causaram a ruina de muitas villas e cidades importantes e esta foi a sorte de Crato. De seus moradores uns foram sacrificados pelos invasores, outros fugiram para as montanhas e bosques proximos, como succedeu n'outras localidades onde os christãos viviam, quer nas serras, quer nos matos, até que chegava um conquistador da mesma fé, ou que os mouros lhes concediam o direito de residencia nas povoações occupadas.

Assim perdeu Crato a proeminencia da cidade e sede episcopal.

Foi no tempo de D. Affonso Henriques que se reedificou e repovoou a villa, e segundo diz Ignacio Vilhena Barbosa, foi igualmente n'essa epoca que ficou definitivamente adoptado o nome de Crato; entretanto Pinho Leal diz que Crato é palavra grega, que significa *forte, formidavel*, e com respeito a *Castraleuca* e *Castraleucos* diz que uma é Castello Branco e que a outra seria Crato e que os arabes lhe corromperam o nome.

Depois foi constituida cabeça do priorado da ordem militar de S. João de Malta. Esta ordem fôra instituida no tempo do conde D. Henrique, em Jerusalem, d'onde vein mudar para a ilha de Rhodes e d'ahi para a de Malta.

Em 8 de dezembro de 1231, reinando D. Sancho II, era prior da ordem de S. João de Jerusalem, em Portugal. Mem Gonçalves, que n'essa data firmou o primeiro foral da villa, mas n'este tempo é de supor que embora Crato pertencesse á ordem não esti-

vesse ainda elevada a cabeça d'ella. Antes de pertencer-lhe, porém, fôra dos Templarios, desde D. Affonso Henriques até á extincção, diz Pinho Leal; mas esta versão não é crível, por isso que a extincção succedeu em tempo de D. Diniz e o foral é anterior a essa epoca.

O primeiro individuo que em Portugal teve o titulo de prior d'esta ordem parece ter sido D. Fernando Farinha ou D. Affonso Pires Farinha, valido de D. Affonso III.

D. Manuel reformou o foral da villa em 1512, concedendo-lhe muitos privilegios e isenções, mas o titulo de *notavel* teve origem muito anterior.

No seculo XVI tiveram logar n'esta villa dois faustos successos: o consorcio d'el-rei D. Manuel com sua terceira mulher, a rainha D. Leonor, e de D. João III com a rainha D. Catharina, celebrados o primeiro em 1518 e o segundo em 1525.

Teve Crato um bom castello, edificad sobre rochedos, em uma immiuecia superior á villa, do qual só existem reliquias, chamando-se o sitio onde se acham o Ervedal. A cêrca de muralhas tinha cinco portas, chamadas de Santarem, de S. Pedro, de Beringel, da Seda e Porta Nova.

Uma das curiosidades da villa é a torre do relógio, que se acha ao centro da povoação, em fórma pyramidal e toda de cantaria.

A villa do Crato e seu termo soffreram muito durante as guerras da successão. D. João d'Austria, que invadiu o reino sem que d'essa invasão colhesse mais do que desastres, desforrou-se da tenaz resistencia que oppozeram os habitantes ao seu forte exercito, fazendo e deixando fazer toda a casta de depradações. Em 1662, a villa foi roubada e queimada, não ficando edificio algum que não padecesse maior ou menor ruina; o castello foi demolido por ordem do general castelhano, e os pobres habitantes espoliados e privados de habitação fugiram para a cidade de Portalegre e outras povoações da provincia. Entre os grandes prejuizos causados pelo incendio da villa, foi das mais sensiveis a perda dos cartorios, ricos em documentos importantes para a historia de Portugal e da ordem de Malta. Passado algum tempo começaram de voltar os moradores e pouco a pouco se foram reedificando as habitações; todavia, a catastrophe não só paralysoou os progressos que Crato ia fazendo, mas deixou-lhe tão grandes vestigios da sua passagem funesta, que ainda ha poucos annos, apesar de haverem decorrido quasi dois seculos, se viam vestigios da ruina.

Ainda uma nota relativa ao nome da villa. Antes de 1232, anno em que esta povoação foi doada, diz o rei, no auto respectivo, que se acha na Torre do Tombo, gaveta 6, maço 1, n.º 22, que faz mercê—*de illo loco... cui de novo nomen imponitur Ucrate ut faciat is ibi populationem, et fortalezam: assigno vobis hos*

*terminos*. Esta carta de doação foi lavrada em Coimbra a XI kal. Aprilis E.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> CC.<sup>a</sup> 2, XX.<sup>a</sup> Nesse mesmo anno os donatarios em 6 de dezembro deram foral á villa.

Foram priores do Crato, notaveis, Alvaro Gonçalves Pereira, pae do grande condestavel de D. João I; Affonso Gonçalves Pereira, Alvaro Gonçalves Camello, D. Pedro Alvares, D. Nuno de Goes, D. Diogo Fernandes de Almeida, D. João de Menezes, conde de Tarouca, o infante D. Luiz, seu filho D. Antonio, de quem adiante falamos, o principe Victorio Amadeu, o infante de Castella D. Fernando, o cardeal archiducque Alberto, D. João de Sousa, D. Manuel de Mello, o infante D. Francisco, irmão d'el-rei D. João V, o infante D. Pedro, depois rei III do nome, o principe D. João, depois rei VI do nome e o infante D. Miguel, que depois reinou de 1828 a 1834.

D. Antonio, 9.<sup>o</sup> prior do Crato e primeiro do nome na ordem dos reis (hypothetico) de Portugal, era neto de D. Manuel e filho do infante D. Luiz e d'uma formosissima senhora de raça hebraica, chamada Violante Gomes, que por sua muita belleza foi conhecida pelo nome de *Pelicana*. Este nome de pelicano era dado a umas arrecadas ou brincos, que as damas usavam muito, enfeitados com pedras preciosas. O cognome dado á formosa judia era equivalente a *joia*. E' ponto controverso se D. Violante foi ou não casada com o infante D. Luiz, se simplesmente sua amante; o certo é que esta senhora se converteu

ao christianismo e morreu freira professa no convento de Almoster, onde deu muitos exemplos de piedade e virtude. Não se pôde afirmar com certeza qual o logar e a data do nascimento de D. Antonio, julgando-se que fosse em Lisboa no anno de 1555.

Era D. Antonio muito querido do povo pela amenidade do trato, pela generosidade e até pela sua bella e elegante physionomia, distinguindo-se n'estes sentimentos de affecto, que lhe tributavam os seus vassallos do gran-priorado.

Por morte de D. Henrique, o cardeal-rei, suscitaram-se as pretensões ao throno portuguez, sendo os principaes reclamantes D. Catharina, duqueza de Bragança, D. Antonio, prior do Crato, e D. Filippe II de Castella. Apoiava as pretensões da duqueza a Universidade de Coimbra, as de D. Antonio o povo, parte da nobreza e do clero, e as de D. Filippe a peita e o suborno; e não contente com isto, o rei cas-

telhano entrou em Portugal com um formidavel exercito capitaneado pelo feroz duque de Alba.

Entretanto, D. Antonio era aclamado em Santarem, em 23 de junho de 1580 e animado por este successo o infante passa immediatamente a Lisboa, onde occupa os paços régios e exerce todos os actos magestáticos.

Os governadores do reino nomeados por D. Henrique, porém, praticaram um cobardissimo acto de felonía, declarando D. Filippe rei de Portugal, e fortalecido com esta nomeação que vinha cohonestar a invasão e usurpação, o duque de Alba marcha sobre Lisboa, não encontrando resistencia séria porque o paiz estava enfraquecido pela desastrosa jornada de Africa.

No dia 25 de agosto foram batidos os partidarios de D. Antonio, em Alcantara, e este teve de fugir para o Minho, d'onde seguiu para França, ao mesmo tempo que o usurpador estrangeiro entrava em Lisboa e o declarava traidor e rebelde.

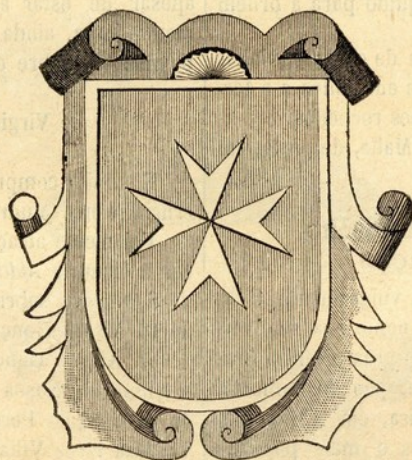
Quiz D. Filippe legitimar a posse e para isso sollicitou, porque era então viuvo, a mão de D. Catharina, duqueza de Bragança, tambem viuva, mas esta senhora replicou-lhe com altivez: — As mulheres da minha qualidade não casam duas vezes.

Conservaram-se fieis a D. Antonio os habitantes dos Açores e o principe ali se dirigiu acompanhado d'uma esquadra franceza, que foi derrotada por outra castelhana e os principaes chefes enforca-

dos como piratas, podendo escapar-se D. Antonio, que se dirigiu então a Inglaterra.

Premeditou D. Filippe destruir a Gran-Bretanha, em vingança de proteger o prior do Crato, e para isso armou 120 navios. Porque nunca se havia visto tão numerosa frota, foi esta esquadra denominada — *Invencivel*, mas, apesar do nome, foi destruida no canal da Mancha, por um temeroso temporal, em 27 de julho de 1588.

Fez o prior então um contracto vergonhoso com Izabel, rainha de Inglaterra, pelo qual a troco de um exercito auxiliar, D. Antonio tornava Portugal uma colonia ingleza, mas ainda este expediente para alcançar a corôa não viu resultado, porque, desembarcando em Peniche e Ericeira, não foi um unico portuguez alistar-se sob a sua bandeira. Desanimou então de tudo e retirou-se a Paris, onde morreu na miseria em 1595.



Brazão d'armas de Crato

Tal é a lenda de D. Antonio, prior do Crato. No seu principio os rendimentos do grão-priorado do Crato eram de 600\$000 réis annuaes e no anno de 1800 já subiam a 24:000\$000 réis.

Por breve do papa Pio VI, de 24 de novembro de 1789, ficou este grão-priorado unido á casa do infantado, que foi extincta em 1834; sendo então tambem extinctos os dizimos, que constituiam o melhor d'aquelles rendimentos.

O grão-prior tinha dominio espiritual e temporal, com jurisdicção episcopal, sem sujeição a bispo algum, por isso se denominava *isento* ou *nullius dioecesis*.

Pertenciam ao grão-priorado as villas de Gafete, Tolosa, Amieira, e Gavião, que lhe ficam da parte d'aquem do Tejo; e da outra parte (Beira-Baixa) Belver, Envendos, Carvoeiro, Preença, Cardigos, Certã, Oleiros, e Pedrogam-Pequeno. Ao todo doze villas, além de muitas freguezias. Os dizimos do priorado deduzidas todas as despezas com os parochos, justicas, empregados, etc., rendiam liquido para a ordem mais de 32:000 cruzados.

E' a povoação e seu termo rica de cereaes, vinhas e olivedos, tem muita caça e abunda em gados e o terreno adjacente é ericado de enormes rochedos.

O brazão d'armas é a cruz de Malta, de prata, em campo vermelho.

### Freguezias do concelho dignas de menção

**Flôr da Rosa.** — Chama-se vulgarmente *Arrabalde da Flôr da Rosa*. Deve este nome e a sua origem a um templo que ali fundou o grão-prior do Crato, D. Alvaro Gonçalves Pereira, pae do immortal condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em 1356, dedicado a Nossa Senhora das Neves e mais popularmente Nossa Senhora da Flôr da Rosa.

A igreja é de architectura gothica e de excellente fabrica. No meio d'ella descança o fundador, em um tumulo de marmore. Suppõe-se que foi o condestavel quem mandou erigir este monumento para honrar a memoria de seu pae.

No cruzeiro ergue-se outro tumulo, tambem de marmore, sobre seis leões, no qual estão os restos de D. Diogo Fernandes d'Almeida, grão-prior do Crato, e filho de D. Lopo d'Almeida, conde de Abrantes.

R. M. da Silva designa a igreja como um *forte castello*, e diz que Flôr da Rosa foi povoada por D. Frei Alvaro Gonçalves Pereira, que então lhe edificou o castello, em 1356. Na verdade, ao edificio do templo mais lhe cabe o nome de castello do que o de igreja. Ali foi o alcaçar do seu fundador e devia então ser uma fortaleza inexpugnável, pois é todo construido de robusta cantaria e corôado em toda a sua extensão de ameias, guaritas e cubellos, recordando os tempos em que os portuguezes, das próprias igrejas, defendiam a Patria e a Liberdade. Hoje não po-

dem os descendentes dos aguerridos lusos d'outr'ora ser patriotas nem liberaes!...

As cellas dos antigos moradores estão em completa ruina, e apenas algumas salas se conservam ainda de pé, servindo de deposito de palha para... as bestas que teem dado coices em todos os venerandos baluartes da defeza nacional. Tambem ali se vê um claustro de oito arcadas, com pilares de marmore, todo coberto de silvas e cardos, que os burros não se teem dignado tirar d'aquelle logar.

Ainda em 1737, segundo diz frei Lucas de Santa Catharina, nas suas *Memorias da ordem militar de S. João de Malta*, «davam corpo ao antigo edificio, nobre e sumptuoso, grandes claustros, casarias espaciaes e iguaes officinas, servindo-lhe d'ornato torres de cantaria, altas e bém lavradas.»

O que se acha mais bem conservado de todo este edificio, por tantos annos residencia principal dos grão-priores de Malta e dos seus freires, é a igreja, apesar de estar assente em terreno alagadiço, requeimando agua, ainda na maior estiagem, as paredes e pavimento. Sobre o portico tem a seguinte inscripção:

#### Virgini Gratiarum Sacrum

E' muito comprido, de uma só nave, em fôrma crucial e mal alumiado. O arco cruzeiro é altissimo.

Foi n'este alcaçar que o immortal Garrett fez nascer a formosa *Alda*, dononissima esposa do *Alfageme de Santarem*, sobrinha do bom Froilão Dias e afilhada de D. Alvaro Gonçalves.

D. Alvaro Gonçalves Pereira, fundador do castello e templo de Nossa Senhora da Flôr da Rosa, era filho de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga e de D. Thereza Pires Villariinho. Por isto se vê que já n'aquelles tempos os ecclesiasticos não morriam de amores pelo estado celibatario, e que o santo padre não oppunha obstaculos a que os seus ministros rendessem culto ao deus Cupido! Venham para cá com as virtudes dos eunuchos da antiguidade, que... recebem resposta prompta pelo correio.

Todavia, a obscurecer um pouco esta falta de respeito pela religião, o arcebispo e seu filho tomaram parte importante na batalha do Salado, em 30 d'outubro de 1340, orde, por ordem de D. Affonso IV, D. Alvaro Gonçalves Pereira arvorou o *santo lenho da vera cruz*, que levára do Marmellal á vista do exercito portuguez, para ser adorado, servindo-lhe depois de guia, precedendo a *signa* real.

Finalmente o arcebispo foi um bom guerreiro e como tal quiz dotar a patria com um filho, ainda mais notavel na arte bellica, e que foi o progenitor do nunca esquecido D. Nuno Alvares Pereira. Do mal o menos.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Raa do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 6

## COIMBRA

Terra de privilegiados encantos, ninho consagrado da Sciencia e da Poesia, é Coimbra a terra mais dilecta da mãe Patria. Prodigalisou-lhe a Natureza graças especiaes e soprou sobre ella as auras suavissimas das illusões juvenis. Terra antiquissima, mas que possui segredos de mocidade eterna, tem ella sido inspiradora dos grandes vates, e creadora das grandes reputações. Ha como uma melodia estranha no seio d'essa formosa terra, que as almas baptisadas com as torrentes dos ideaes escutam, comprehendem e adoram nas brancas noites em que o luar lança chaveiros de perolas por entre as viridentes ramarias do esplendido choupal.

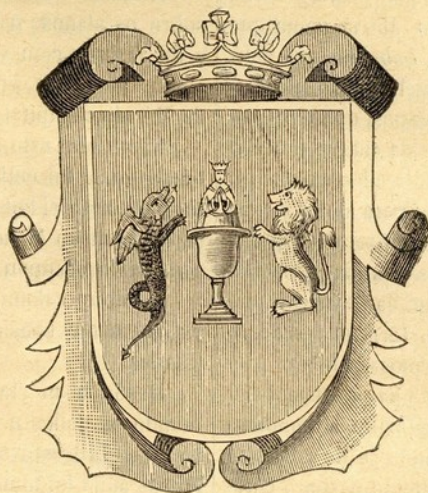
Quem ha, que tendo vivido algum tempo em Coimbra não sinta a influencia d'aquella atmospheria perfumada de idealismos e illuminada de generosas aspirações? Os que ali passaram a quadra mais bella da existencia, não-de para lá voltar perpetuamente o olhar saudoso d'aquelle ceo, d'aquellas flôres, e das horas de vagas melancolias confidenciaes á grande alma da Natureza! Lapa dos Esteios, Penedo da Saudade, Penedo da Meditação! Quantos segredos vos não sido confiados, quantas lagrimas vos não sido baptismo de poesia, quantos suspiros vos tem segredado os eccos sagrados dos mysterios do coração humano! Mas a par d'estas revelações puramente artisticas, que de recordações historicas encerra a pequena cidade! A quinta das Lagrimas, Santa Cruz, palacio de D. Maria Telles, o desmantellado castello, testemunhas são de vetustas glorias, e de historicos delictos. Sem exaggero de phrase podemos dizer quo tudo é grandioso em Coimbra—é um capitolio, e um pantheon!

A origem d'esta famosa cidade não está completamente conhecida, pois são varias as versões que d'ella existem. Querem uns escriptores que Coimbra

fosse fundada no sitio que actualmente occupa, com o nome de *Colimbria*, sendo seu fundador *Hercules Libio*, filho de um rei do Egypto de nome *Osiris*. A ser assim tem a povoação uma idade de 3662, porque os personagens de quem falamos diz-se terem existido em 1788 annos antes de Jesus Christo e, portanto, no anno do mundo 2216. Em apoio d'esta opinião argumentam os partidarios de tão legendaria antiguidade com a existencia da torre pentagona que está á porta do castello, e que sempre foi denominada Torre de Hercules, e á formosa margem do Mondego, outr'ora conhecida por *campos de Hercules*. A torre tinha a inscripção seguinte:

*Quinaria turris Herculea fundata manu*

Pretendem outros que a primitiva povoação foi obra dos colimbrios, 308 annos antes da era christã. Ha tambem quem affirme que o primeiro nome da actual cidade foi Coimbra, e a sua primitiva fundação foi em Condeixa-a-Velha, e não falta quem assevere que Colimbria e Coimbra foram duas povoações differentes, e independentes, uma da outra. Para estes Coimbra existiu onde é hoje Condeixa-a-Velha, isto é 12 kilometros ao sul de Coimbra. E' certo que aquella povoação ainda conserva vestigios de antiga opulencia, taes como alicerces de



Brazão d'armas de Coimbra

fortes muralhas, e ruinas de arcos. Consequentemente Colimbria seria a Coimbra de hoje. E' possivel que esta versão seja a mais approximada da verdade, visto que, segundo André de Rezende e João Vasconcelos, no oitavo concilio de Toledo realizado no anno 652 apresentaram-se dois bispos cada um de sua Coimbra, porque na provincia Lusitana havia duas cidades com o mesmo nome. Para melhor explicar o caso diz o mesmo historiador na sua «Chronica de Hespanha, cap. 10.<sup>o</sup>» que um dos bispos se assignava *Colidomius, episcopus Colimbricensis*, e outro o *Sisebertus Conimbricensis episcopus*.

D'aqui nasce outra complicação.

Siseberto, seria bispo de Coimbra, e esta cida-

de fundada por um tal Brigo, rei de Hespanha, em remotas eras. No entanto a palavra *briga* tinha entre os gallos-celtas a significação de cidade, e como esses povos habitaram a península pelos annos 3009 do mundo é possível que por esse motivo tantas povoações tivessem este nome. Achamos isto mais verosímil. A lenda fez do rei Brigo uma especie de *motu-continuo*, que andava a semear cidades pela península como quem semeia batatas em campo razo. E o mais interessante é que o tal Brigo parecia disposto a parodiari o pachurrento Mathusalem na teimosia do viver! Pelo menos é o que se deduz do que alguns escriptores dizem attribuindo-lhe a fundação de varias povoações nos seculos 600, 500, 400 e 300 antes de Jesus Christo. Como, porém, toda a gloria humana tem o seu reverso não falta quem supponha o tal bisneto de Tubal, neto de Ibero e filho de Jubalda, uma simples criação da phantasia humana.

A palavra *Conimbriga* parece ser composta de duas palavras celtas ou turdulas — *conim* — que quereria dizer campo ou arraial — e *briga*, cuja significação verdadeira desconhecemos.

Tambem se lhe attribue o nome á palavra *collis*, collina — e *briga*, povoação. *Pedro Mariz* opina que Coimbra vem de *collis*, collina — e *imbrium*, das chuvas. Outro investigador, o dr. Miguel Leitão de Andrade, pretende que havendo em tempos, que ninguém conhece, uma formosa princeza n'esta cidade era ella ardentemente amada por um esforçado cavalleiro. Tinha este envidado todos os meios para obter a mão da donairoza donzella, mas em vão o fizera porque a tal se recusavam os nobres auctores dos dias da bella. A esse tempo lavrava enorme terror na povoação, em virtude do apparecimento de uma terrivel serpente que o povo chamava *Coluber*. A formosa princeza participando do medo que a todos invalida mostrou desejos de vêr o nauseabundo reptil reduzido á impotencia. Então o ousado donzel armando-se de coragem atacou *Coluber* e matou-a, conquistando assim o coração e a mão da dama dos seus pensamentos.

Em memoria do acto valoroso do cavalleiro fundou se então uma cidade no mesmo lugar em que o reptil fôra trucidado, e deu se a essa nova povoação o nome de *Coluber Briga* — que vem a ser *batalha da Cobra*.

Como não temos dados positivos limitamo-nos a expôr as diversas opiniões, sem preferencia. No entanto esta ultima parece-nos a mais disparatada.

A historia dá esclarecimentos positivos sobre Coimbra desde D. Affonso I. Foi este monarcha quem a conquistou aos infieis, não estando todavia bem evidenciado se foi em 1040, se em 1064.

No entanto, procedendo por conta alheia, diz-se que nos annos 42 e 43 da nossa era ali existiu o primeiro bispo da Sé, Santo Anastacio, companheiro de S. Gens, e que a mesma Sé Velha foi mandada

edificar por S. Pedro de Rates, predicador do Evangelho. Tomada pelos arabes a cidade transformaram elles a Sé em mesquita. Em poder d'estes se conservou até que D. Fernando o Magno a reconquistou, restituindo o templo ao culto catholico, e nomeando seu bispo a D. Paterno, bispo de Tortosa.

Constituida a provincia Lusitana teve *Conimbriga* grande importancia; mas as invasões que durante a idade média fizeram dos barbaros o terror universal, por varias vezes a assolaram brutalmente.

No começo do seculo V soffreu a Lusitania as invasões dos *selingos*, *alanos*, *suevos*, *visigodos*, *wandalos*, etc. N'estas circumstancias se desenvolveu uma terrivel peste, que dizimou grande numero de lusitanos. Accrescendo á calamidade pestifera a fome, porque os campos eram arrasados, as povoações incendiadas, raros lograram escapar á medonha hecatombe.

*Conimbriga* teve a sorte das demais povoações, e se algum tempo de trêgoas gozou foi durante o reinado de Hermenerico, rei dos suevos, que governou parte da Lusitania com certa brandura.

Ataces, tendo succedido a Resplandeano no poder sobre os alanos, tratou de delimitar os seus estados, e de accordo com varios principes reinantes ficou com a mór parte da Lusitania e de Carthagená, fazendo de Mérida a capital dos seus estados.

Concluido este negocio pensou em reedificar *Conimbriga*, e foi então que entendeu que o melhor sitio para uma cidade tal como elle a queria era á beira do formoso Mondego, e assim foi que a cidade reconstruida occupou o local em que a vemos.

Durante o dominio romano foi a antiga *Conimbriga* altamente considerada e accumulada de prosperidades.

Desde a morte de Ataces, que succumbiu guerreando os godos e romanos em frente de Mérida, até ao anno 716 esteve *Conimbriga* em poder dos godos. N'esse anno foi tomada pelos arabes, os quaes durante vinte e tres annos a governaram por seus emires. N'essa época o alcaide Al-Boacem-Iben-Alhamar, tornou-se independente do kalifa, e fez-se proclamar rei. Não foi feroz este adversario do christianismo, pois chegou mesmo a reconhecer alguns fidalgos christãos, e a consentir na existencia de alguns conventos mediante certos interesses e tributos.

No seculo seguinte foi Alhanah, rei mouro de Coimbra, vencido por D. Ramiro I de Leão, e seu tributarrio ficou. Doze annos depois, em 862, D. Affonso Magno de Leão e Castella readquiriu-a para os christãos que 123 annos a possuiram, vindo a cahir novamente em poder dos arabes no anno de 983, depois de um cerco posto pelo aguerrido Mahumah Almançor. Em julho de 1064 voltou de vez para o dominio christão, mercê da intrepidez com que D. Fernando I de Castella lhe sustentou um assedio de sete mezes. Deve-se

este facto aos padres de Lorvão, que vendo o sitiador disposto a levantar o cerco por lhe escassearem mantimentos ao terceiro mez de lucta, sustentaram todos os combatentes e em tudo lhes valeram até á final victoria.

D. Fernando mandou povoar a cidade por christãos e instituiu sen governador o conde D. Sisnando, cuja sábia administração, valiosas qualidades e natural beneficencia muitos e importantissimos serviços prestaram á formosa cidade.

Tres annos decorridos, e quando a paz começava a assegurar a prosperidade a Coimbra um incidente tragico lhe determinou novas commoções. Era então rei de Portugal e Galliza D. Garcia, e tinha este por valido um tal Verna. Sem bem saber-se porque, o conde D. Rodrigo assassinou o pobre Verna, no proprio paço e á vista do rei. D'aqui resultou o ser a cidade atacada por D. Garcia de Cabras e D. Nuno de Lara, condes castelhanos. D. Rodrigo Dias sahi-lhes intrepidamente á frente, e acompanhado de seus dois irmãos derrotou os adversarios em um logar proximo de Coimbra, conhecido por *Água de Maias*.

O primeiro foral que teve esta cidade foi-lhe concedido por Affonso VI, imperador das Hespanhas, sendo então Portugal reunido a Castella. Este foral, que data de 29 de maio de 1083, tem muitos privilegios. Em seguida teve outro foral, dado pelo conde D. Henrique em 26 de maio de 1110, no qual confirmava todos os fóros e regalias concedidas por seu sogro anteriormente. No anno seguinte voltou a dar-lhe novo foral, para lhe augmentar os privilegios. Todos estes foraes se encontram no cartorio da cathedral de Coimbra.

D. Affonso Henriques e D. Manuel lhe confirmaram e ampliaram os foraes, aquelle em 1179 e este em 1516. Restam mais duas sentenças de foral, uma datada de 29 de agosto de 1503, reinando D. Manuel, e outra dado por D. João III em 29 de março de 1538.

Do que fica exposto vê-se que Coimbra foi em todos os tempos uma povoação altamente considerada.

Entre os edificios mais notaveis de Coimbra citaremos o mosteiro de Santa Cruz, que pela sua antiguidade e magnificencia se deve considerar notavel. O convento de Santa Cruz foi fundado por D. Tello, conego arceidiago da Sé de Coimbra, no anno de 1131. A primeira pedra do edificio foi lançada a 28 de junho, por D. Affonso Henriques, e benzida por D. Bernardo, bispo de Coimbra.

Depois de concluido, o convento e suas dependencias occupavam quasi tanto espaço como a área da cidade. Foi destinado aos conegos regantes de Santo Agostinho. O primeiro monarcha portuguez teve em grande estima este convento, dando-lhe preciosas alcaias e consideraveis rendas. O pontífice Innocencio II concedeu a estes conegos regantes a isenção de toda

a jurisdicção episcopal, e deu ao mosteiro as honras de immediato á Sé Apostolica. Os priores-móres de Santa Cruz tinham jurisdicção episcopal e metropolitana nas igrejas do seu padroado, não podendo das suas sentenças appellar-se senão para a curia romana.

Não foi sempre o convento onde ora existe. A sua primitiva fundação foi no Valle de Ribella, ou Banhos da Rainha, propriedade da mãe do conde D. Sisnando, e legada por esta senhora á viuva do conde D. Henrique que os deu a D. Tello. Já a esse tempo havia nas terras de D. Suzanna uma antiga igreja dedicada á Santa Cruz, a qual, juntamente com as hortas anexas foi deixada em testamento á Sé, e mais tarde vendido tudo pelo cabido ao mesmo D. Tello, por trinta morabitinos de ouro, o que equivalia a réis 15,5000!

O edificio que hoje existe foi mandado fazer por D. Manuel e vein a ser concluido pelo magnifico D. João V. Imponentissimo é o templo de Santa Cruz, outr'ora repleto de preciosidades artisticas e riquissimos paramentos. A custodia era de extraordinario valor, e que o digam os *honradinhos piratas saxontos*, que por *amor da arte* a levaram para Londres, onde muito tempo esteve em exposição no estabelecimento de um *fel aliado* ourives. O que não podêram roubar-nos foi o esplendido pulpito, que faz a admiração dos artistas mais distinctos. Só tendo-se visto se pôde acreditar semelhante milagre da esculptura. É tal o seu valor que tendo sido modelado em gesso pela associação dos architectos civis, e apresentado na exposição de Paris em 1867, ali produziu o maior entusiasmo artistico, e profundissima admiração aos proprios leigos da arte. Não é bem conhecido o auctor d'esta monumental peça esculptural; suppõe-se todavia que é obra do celebre escultor João de Ruão, illustre artista francez do seculo XVI.

Magnifica era tambem a cêrca de Santa Cruz, uma das mais espaçosas e bem cuidadas de todo o paiz. De toda essa opulencia restam ainda vestigios que muito dizem do passado. As grandes esadarias ainda lá estão, semeadas de crystalinos repuxos que ostentam ao sol as suas iriadas e caprichosas evoluções.

Digno é tambem de menção o ferreiro do jogo da bola, onde altivosos se levantam graciosamente os bellissimos tres arcos, ostentando as estatuas das tres virtudes theologaes, que parecem escutar melancolicamente os eccos da cascata, e os mysteriosos suspiros d'aquelles collossaes arvoredos, que tantas gerações hão visto passar a seus pés, e tantos combates hão visto ferir-se no coração da natureza.

Tinha Coimbra em seu recinto oito conventos de frades e de freiras, e vinte e tres collegios de diferentes ordens religiosas, e mais vinte e dois conventos em todo o seu termo, o que dá somma total de

cincoenta e tres congregações de servos de Deus e das *santas conveniências*!

Alguns d'estes *ninhos de indolencia* foram submergidos pelo Mondego, que parecia disposto a engulir todos os conventos de Coimbra se os liberaes lhe não socegassem o animo aproveitando parte d'elles na installação de repartições publicas: o collegio da Graça, fundado por D. João III, na rua Sophia, é hoje parte occupado pelo governo civil e parte pela escola, e outra parte ainda pela irmandade do Senhor dos Passos; o que existe na rua dos Militares é actualmente hospital de lazarus, e substitue o primitivo hospital de gafaria, mandado construir por D. Sancho I fóra das portas de Santa Margarida; o de Santa Cruz serve para as repartições do correio; o de S. Bento foi arrendado ao dr. Pinto Homem, que abi estabeleceu um bom collegio; o de S. Paulo, onde se installou o Instituto de Coimbra, a secretaria da Sociedade Philantropica Academica, e onde desde 1838 funciona o Theatro Academico, de tantas recordações. Do convento da Trindade fez-se o tribunal de justiça, e vendeu se uma grande parte particularmente. O convento dos Jeronymos faz hoje parte dos hospitaes da Universidade. O de S. Paulo é o actual museu archeologico e Instituto de Coimbra.

Finalmente, os edificios que se livraram das irreverencias do Mondego estão mais bem ou menos bem aproveitados, mas sempre para fins mais uteis do que aquellos para que foram creados primitivamente.

Illustres e memoraveis homens repoisam sob as abobadas dos templos mais notaveis da formosa princeza do Mondego, e outros, filhos seus, deixaram na patria historia preclara nomeada. Na magestosa igreja de Santa Cruz estão os magnificos tumulos dos dois primeiros monarchas portuguezes, magestosas obras feitas por ordem de D. Manuel. Notavelmente ficaram lembradas da historia as ceremonias da trasladação de D. Affonso Henriques, pela sumptuosidade com que foram realizadas. Com todo o rigor das etiquetas régias quiz D. Manuel que ao valente fundador da monarchia fossem prestadas as honras do beijamão, sendo el-rei o primeiro a cumprir respeitadamente o austero acto. Coimbra via pela segunda vez um facto que não mais devia repetir-se na lusa historia. Da primeira, foi um monarcha ferido no mais consagrado amor que jámais ha florescido em peito humano, que fazia curvar a fronte nacional, perante um formosissimo vulto de mulher, que a morte cobria com o gelado veu do eternal desalento. Da segunda era um rei ditoso, cheio de vida e de esplendoras esperanças, patenteando ao paiz inteiro quanta gratidão lhe merecia o heroico fundador de uma nacionalidade que devia contar entre seus filhos um D. João de Castro, Vasco da Gama, Pero da Covilhã, Bartholomeu Dias, Pedro Alvares Cabral, e tantos outros heroes que a Patria chorará eternamente!

Porque, sem aquella invencivel espada que foi guardada, como uma reliquia, em Santa Cruz de Coimbra, nunca as gloriosas tradições de Carthago e da Phenicia teriam sido supplantadas. Sem a sangrenta batalha do campo de Ourique não teria Portugal aberto as azas da conquista sobre os dois hemispheros, nem os athleticos feitos dos portuguezes teriam inspirado ao inclito Camões as estrophes palpitantes que immortalizando a Patria immortalisam o seu genial Homero.

O conde D. Sisenando, de quem acima fallamos, tambem dorme o seu ultimo somno sob o formoso ceu de Coimbra. O seu tumulo é extremamente simples; é de pedra calcarea, e está sob um arco na parede externa da Sé Velha. Sabe-se que ali jaz o virtuoso varão, pelo distico que ainda se pôde lêr na pedra tumular e que diz:

Aqui jaz hum que em outro tempo foy grande varom  
Sabedor e muito eloquente avondado e rico e agora  
He pequena cinza ançarada em este moimento  
E com ele jaz hum seu sobrinho dos quaes hum  
Era já velho e o outro mancebo e o nome do  
Sisenando e Pedro avia nome o sobricho.

Era natural de Coimbra o eminente poeta e prosador Francisco de Sá de Miranda, nascido a 27 de outubro de 1493, de paes nobres e considerados. Tambem n'esta cidade viu a luz o celebre esculptor Joaquim Machado de Castro, cujo nome ficou immortalizado pela admiravel execução da estatua equestre de D. José. Além d'esta obra colossal são de sua lavra as bellas esculpturas da igreja da Estrella, em Lisboa, e uma primorosa estatua de Neptuno, outr'ora collocada no chafariz do Loreto, de que hoje nem lembranças resta.

Filho de Coimbra foi o sapiente orador sagrado Diogo de Paiva de Andrade, cuja nomeada percorreu a Europa como um assombro de eloquencia sagrada. Foi este lucido varão enviado por el-rei D. Sebastião ao concilio de Trento, onde deu honra ao nosso paiz. Os sermões do talentoso Diogo de Paiva de Andrade foram impressos no principio do XVII.º seculo.

No cruzeiro da igreja pertencente ao mosteiro de S. Bento está sepultado fr. Leão de S. Thomaz, auctor da *Chronica*, ou *Benedictina Lusitana*, obra de grande nome e summamente apreciada. Sobre a sepultura d'este illustrado comimbricense ha uma lapide com a inscripção que segue:

M. F. Leo ad Thoma.  
Religionis bis Ge  
neralis, academie  
primarius, et saepivs  
vice rector. obiit  
die 6 iunii 1651.

(Continua).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE      ASSIGNATURAS      ANNO DE 1890      CORRESPONDENCIA      NUM.º 7

Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,500 réis  
O pagamento é adiantado.

Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa.

## COIMBRA

(Continuado do numero antecedente)

Em uma capella á direita da igreja de S. Salvador, a qual foi construida no primeiro seculo da monarchia portugueza, vê-se um arco aberto na parede, e sob elle um tumulo com a inscripção seguinte, feita em caracteres goticos:

Esta capella e esta sepultura mândou fazer  
Gvimar de Ssaa pa deitar ho muito honrado  
A.º de Barros caualeiro da casa del rei  
seu marido ho qual aqvi jaz e ella  
mãda a seu testameteiro qvãdo ella  
falecer q a lãce cõ elle ho qll faleceo  
Aos XVIII de F.º de Mill 515 ãnos a qual  
Gviomar de Sa ias aqvi faleceo a  
IX..... Doytbro de I.S.XXXII.

No mausoleu estão as armas sem timbres dos Barros e Sãs. As primeiras—aspa com cinco estrellas; as segundas—meio bufalo.

Outra lapide existe no lado exterior da capella de S. Marcos. Tem uma cruz da ordem do Templo, e logo abaixo:

Eu, Vermudo Vermudes, accitei este monumento, doze dias andados de abril. Era de 1224. (1186 de Jesus Christo).

Deve esta lapide ter pertencido a um carneiro de abobada que fica a pequena distancia, na base da torre dos sinos, ignorando-se a razão porque foi deslocada do seu lugar.

Citaremos tambem o templo de S. Thiago, cuja antiguidade é tal que em 1064 foi reedificado. Segundo investigações do sapiente sr. R. de Gusmão foi esta igreja sagrada com o nome de basilica, no começo do seculo decimo terceiro.

Esta honra confirma-se pelo que se vê escripto no *Martyrologio* do uso do côro de Coimbra.

O que para a historia torna mais memorando este templo é o ter sido ali que o desventurado e honesto duque de Coimbra, D. Pedro, irmão do infante D. Henrique e do martyr de Ceuta o virtuoso D. Fernando, jurou conjunctamente com o conde de Abranches, D. Alvaro Vaz de Almada, não sobreviverem um ao outro. Este solemne juramento, feito sobre uma hostia

consagrada, foi desgraçadamente cumprido no dia luctuoso do infamissimo attentado dos campos da Alfaroqueira.

Dos mais templos pouco podemos dizer para não alongarmos em demasia este trabalho. A Sé Nova não tem grande notabilidade artistica. Foi primitivamente collegio de jesuitas, e depois da suppressão da ordem passou a receber os enfermos do antigo hospital de S. Bartholomeu, tomando o nome de hospital de Nossa Senhora da Conceição, e em parte serviu de installação ao museu de historia natural. A igreja e algumas dependencias deu-as el-rei D. José, por carta régia, ao cabido, e por isso para aqui se transferiu a sede episcopal com grande pompa e ceremonial liturgico. O edificio é espaçoso, e imponente. Tanto a fachada, embellezada por boas estatuas, como o extraordinario zimbório são dignos de reparo, apesar dos estragos que na cantaria externa produziu uma fиска electrica em 1833. A pia do baptismo, que pertenceu primeiramente á Sé Velha, é de graciosa construção, e foi mandada fazer pelo lisbo D. Jorge de Almeida.

O que, porém, tem grande valor é o throno, todo chapeado de boa prata, e um frontal feito do mesmo precioso metal. Digno de ser visitado é o archivo da Sé Nova, onde existem obras de importancia e entre essas a cópia do Livro Preto da Sé de Coimbra, cujo original está arrecadado na Torre do Tombo.

A Sé Velha é todavia mais veneranda, já pela antiguidade, pois suppõe-se de fundação dos gódos, já pela variada architectura que lhe dá ares de uma estancia, onde os seculos iam repousando por instantes deixando-lhe em seguida um obulo de architectura.

O que torna Coimbra mais importante é a sua Universidade, uma das melhores, senão a primeira da peninsula.

A primeira sede aniversataria era, como todos sabem, em Lisboa, no bairro de Alfama, e foi aberta no anno de 1288, por iniciativa do intelligente rei D. Diniz. Vinte annos decorridos foram as aulas transferidas para Coimbra, e augmentadas as disciplinas. Havia ao tempo um palacio real na rua Sophia e foi ali que se estabeleceu a Universidade. Os frades cruzios empenharam-se, porém, em que no seu convento funcionassem as aulas, promptificando se a subsidiar os lentes e mais pessoal anexo, e para isso obtiveram auctorisação pontificia.

Em 1375, reinando D. Fernando, voltou a Universidade novamente para a capital, e occupou o sitio ainda hoje conhecido por Escolas Geraes.

Durante 164 annos funcionou em Lisboa, mas D. João III transferiu-a segunda vez para Coimbra, e mandou-lhe construir dois grandes collegios que la-deavam a igreja de Santa Cruz. Possuia este monarcha uns paços, denominados do Alcaçar, no alto da cidade, com os quaes presenteou a Universidade afim de que ali seestabelecesse convenientemente. Éahi que actualmente funciona. O edificio tem obras que são verdadeiramente primorosas e magestáticas, como a Sala dos Capellos, guarnecida com os retratos dos reitores, a capella de construcção gothica, observatorio, livraria e a espaçosa Sala dos Actos. Na galeria dos quadros ha pinturas de subido valor artistico que não podem ser vistas com indiferença. A pouca distancia dos paços da Universidade estão as aulas de sciencias naturaes. Ficam em um edificio que em tempos pertenceu ao collegio dos jesuitas, e que o ministro de D. José I reedificou com sumptuosidade, adequando-o ao fim actual. Tambem ali estão as salas do museu onde se encontram variados exemplares vegetaes, mineraes e animaes, o gabinete de physica, certamente um dos melhores que ha no paiz, e o theatro anatomico.

Tem Coimbra uma excellente bibliotheca com uns 60:000 volumes, não entrando em conta os livros dos extinctos conventos, os quaes estão no pavimento superior do vetusto collegio das artes, e sobem ao numero de 150:000 volumes.

O observatorio astronomico defronta com a Universidade.

O museu de historia natural de Coimbra foi o primeiro estabelecimento d'esta ordem que se abriu ao publico, por iniciativa do marquez de Pombal que o fundou em 1772.

Especial attenção deve dar-se ao laboratorio chimico, por ser magnifico e satisfazer cabalmente ás necessidades scientificas para que foi creado.

As aulas da Universidade de Coimbra tem sido o foco de irradiação dos mais geniaes talentos e dos mais illustres cidadãos portuguezes. Cada anno ali se realisa uma festa commovente pela imponencia e pela significação: é a distribuição dos premios. Dir-se-hia um *Te-Deum* da Sciencia, em que todos os corações rejubilam, e todos os espiritos sentem o entusiasmo sagrado de uma immortal conquista! Em verdade, quanto devemos nós, os filhos do progresso, áquelles heroes do passado que tanto para os pósteros trabalharam! Quantas difficuldades nos aplanaram, quantos estorvos abateram para nos abrirem a estrada por onde vimos seguindo desde seculos!

Bemditos, mil vezes bemditos os nossos generosos avós!

Dez vezes em Coimbra se reuniram as côrtes ge-

raes, sendo a quarta em 1385, convocadas afim de acclamar-se rei de Portugal o valente e patriotico mestre de Aviz, D. João I. A essa brilhante reunião assistiu o preclaro doutor João das Regras, e o glorioso D. Nuno Alvares Pereira, os quaes com D. João I formaram a triade mais memoranda e patriotica que tem honrado a lusitana historia.

As côrtes geraes eram outr'ora convocadas para se resolverem assumptos de utilidade publica. N'ellas se faziam leis, como em 1211, quando D. Affonso II entendeu dever tratar da organisação da justiça. D. João I convocou-as seis vezes, por onde se vê que o glorioso monarcha se não entregava ao ocio ou a dissolventes distracções com que os povos nenhum bem usofruem.

Coimbra, a formosa rainha dos encantos, tem sido theatro de extraordinarias scenas, ora tragicas, ora de lealdade sublime. D'esta o principal protogonista foi o nobre alcaide-mór Martim de Freitas, exemplo raro de fidelidade, e de desprezo pela infamia dos grandes potentados. Simples mas commovente é a historia d'esse brioso portuguez que teve a austera coragem de protestar contra o despotismo de um ambicioso, exercido sobre um principe leal e cheio de bondosas intenções. Tivera o desventurado Sancho II algumas centenas de homens como esse em volta do throno, e não contaria a historia aquelle fraticidio moral, pois assim se póde considerar a usurpação de Affonso III.

A attestar catastrophes que os sentimentos humanitarios não recordam sem compuncção lá estão o edificio de Sub-Ripas, e a quinta das Lagrimas. Ainda existem os aposentos onde a pobre Maria Telles descuidosa do futuro vivia serenamente, não suppondo que ao longe se maquinava contra ella uma odiosa traição e que os auctores seriam seus proprios irmãos.

Infeliz Dona! Como teria imaginado que emquanto suspirava saudosa do bem amado esposo, ontra mulher devassa, movida pela ambição e pelo crime, trahia simultaneamente os deveres do matrimonio e os deveres fraternaes, e collocava nas mãos do cunhado e amante o punhal que lhe rasgaria o coração, a ella pura e formosa, a ella incapaz de conceber um mau pensamento!

Testemunhas silenciosas d'aquelle horroroso attentado, lá estão ainda erectas as paredes da alcova, repentinamente transformada em funebre estancia.

Apesar da enormidade do delicto, e da indignação motivada pela infamissima conducta de D. Leonor Telles, cujo malevolo espirito determinára o infante a perpetrar o assassinato, não teve esta tragedia tanto ruido como a que se passou na quinta das Lagrimas. A morte barbara de Iñez de Castro ficou eternamente memoranda, e por assim dizer-se envolvida em um veu de poetica melancolia. Quem demora algumas horas na Fonte dos Amores, unica parte da antiga es-

tancia que o Mondego tem respeitado, não pôde frustrar-se a uma doce tristeza. Nas serenas tardes outonaes, quando a natureza desfolha sobre a terra as illusões dos arvoredos, e as primeiras sombras sulcam o horisonte como o *memento* das saudades eternas, parece então que nos murmuros sons d'aquella fonte palpitam ainda os debeis ais da victima incriminada, e que os cedros magestosos se inclinam a recolhel-os para os devolverem ao infinito nos amorosos canticos das aves, que por entre as viridentes ramarias abrigam seus docesinhos.

Do palacio de D. Ignez não restam sequer vestigios; o rio submergi-o completamente, assim como ao antigo convento de Santa Clara, de que restam as ruinas, e que era contiguo á morada da amantissima esposa do filho de Affonso IV. Foi n'este convento, dilecta morada da rainha Santa Izabel, e por ella amplamente opulentado, que veiu morrer a princeza D. Joanna, conhecida da historia pelo cognome de *Excellente Senhora*, uma das mais sympathicas e innocentes victimas das ambições e da má fé do absolutismo.

Quiz a virtuosa esposa de D. Diniz ser sepultada na igreja do mosteiro de Santa Clara, a qual mandára edificar com piedosa devoção. O tumulo da rainha santa, que é de bom marmore, e artisticamente trabalhado, vê-se actualmente na igreja do novo convento, tendo de ser para ali transportado quando foi necessario abandonar o primitivo mosteiro que estava quasi engulido pela constante elevação do leito do Mondego. Com magna generosidade retribuiu Coimbra á bondosa viuva do fundador da Universidade o seu acrisolado affecto. A rainha santa concedeu a Luza Athenas a realza perpetua, creando-lhe um culto affectuoso, e instituindo-lhe luzidos e magnificentes festejos annuaes. E' que a maior das realzas é a que fica immortalizada pelas affirmações da virtude.

A rainha Isabel deu a crença o culto catholico, á doce memoria da gentil Ignez concedeu a poesia a aureola das luminosas lagrimas.

N'esta mesma cidade fez el-rei D. Pedro I coroar e reconhecer como rainha a casta flôr que o tufão do crime barbaramente lhe arrebatára. Seis annos passados sobre a morte da malfadada Ignez, foi publicamente saudado o seu cadaver, acto solemnissimo não visto antes ou depois, e que assombrou o mundo. Coimbra, que a vira cahir atravessada pelo punhal de vis sicarios, via-a então resuscitar para a esplendida adoração do bello, no immorredouro tabernaculo da saudade. Concluido o ceremonial do beijamão foi a formosissima finada conduzida a Alcobça, onde lhe estava preparado um opulento jazigo. Este cortejo adquiriu proporções extraordinariamente imponentes! Cem kilometros, que tanta é a distancia de Coimbra a Alcobça, percorreu o feretro entre alas de tochas accezas. Jámais o mundo vira tão sublime tributo de

amor e de dolorosa saudade por um ente estremecido. Adequada á grandeza da dôr de Pedro I foi a monumental homenagem prestada á dulcissima creatura em quem a natureza conglubára as benções da sua alma artistica!

De todo esse amoroso drama sò resta a fonte dos amores com as suas poeticas recordações, piedosamente guardadas pelo genio de Camões. Ali se vê uma lapide de marmore sobre a qual está gravada uma das oitavas com que o genial cantor das glorias indicas immortalizou a desventura da bella Ignez de Castro.

Poucas terras são como a cidade de Coimbra bem fadadas pela natureza. Os seus campos, banhados pelo Mondego, similham jardins edenicos, e os passeios fizeram-se, por assim dizer-se, espontaneamente. No entanto a parte baixa da cidade é pouco salubre, em consequencia das invasões do rio.

Durante as invernias succede muitas vezes inundar-se a parte mais proxima do Mondego, tendo os seus habitantes necessidade de sair das casas para não serem damnificados. Isto dá logar a grandes prejuizos, que em especial affectam os estabelecimentos commerciaes. O leito do rio subindo sempre é uma seriissima ameaça á cidade. A sorte do antigo convento de Sant'Anna, e de S. Francisco o Velho será talvez a de parte da povoação mais chegada ao rio, se não forem estudados e postos em pratica os meios de evitar que assim succeda no correr dos tempos.

A cidade resente-se da sua antiquissima construcção. A mór parte das ruas são estreitas e faltas de bom ar que lhes varra as exhalções insalubres, provenientes da accumulção da gente. Nos ultimos annos tem a povoação sido consideravelmente melhorada, mórmente na baixa. Os senados tem desenvolvido bastantes esforços e actividade para que a importante cidade adquira os embelezamentos e hygiene a que tem jus. Novas ruas se abriram, e fez-se um caes de cantaria, gradeado do lado do rio, que corre a par de uma formosa alamêda, d'onde se gosa a deliciosa vista do Mondego, sobre o qual se debruçam opulentos laranjaes de auriferos pomos, e viridentes panoramas que convidam á meditação e aos devaneios dos espiritos sonhadores. Os arrabaldes da cidade são divinamente bellos e pittorescos. O penedo da Saudade, o penedo da Meditação, a encantadora Lapa dos Esteios, são lugares que ninguem pôde descrever com a simples approximação da realidade. O que são esses pedaços do thesouro da natureza não se diz; sente-o quem d'ali pôde e sabe comprehender as maravilhas da obra de Deus, o supremo artista do Universo.

Muito aprazível é igualmente o passeio a Santo Antonio dos Oliveas, antigo convento, outr'ora chamado de Santo Antão. Não ha primores de architectura n'este estabelecimento, mas tem a sua impor-

tancia na historia do catholicismo, porque segundo é voz publica ali viveu alguns annos o nosso compatriôta Santo Antonio, o mais popular e querido de todos os santos que figuram no calendario. Até 1539 via-se no edificio uma pequena e estreita cella, onde se diz que habitava o exemplar Antonio, que para assim viver na humildade havia deixado o rico mosteiro de Santa Cruz, onde primeiro professára. N'essa época fundaram os franciscanos novo convento no mesmo lugar, e a cella do santo passou a sala do capitulo, depois, entende-se, de completamente transformada.

Mais tarde, nos primeiros dias de novembro de 1831 um incendio devorou o edificio, salvando-se com difficuldade as pessoas que lá moravam. Apenas escapou a igreja, cujos leves estragos foram reparados.

O sitio, porém, é devêras lindo e merece ser visitado pelos excursionistas. E' ampla a cêrca, cheia de frondosos arvoredos e semeada de capelinhas. Do ponto mais elevado disfructa-se a excellente vista dos esplendidos quadros que a mão do Creador desenrola aos olhos do homem, como affirmação da clemencia e de sollicitude suprema.

Vasto, lindo e primorosamente tratado é o Jardim Botânico de Coimbra. Fica na cidade alta e tem uma vista aprazivel. A estufa satisfaz o mais exigente em colleções de plantas tropicaes, e em minuciosidades botanicas. Foi mandado fazer pelo gran le marquez de Pombal, e é o maior e mais rico em plantas que temos em Portugal. Foi primeiro inspector e director d'este jardim o notavel naturalista e botânico dr. Felix d'Avelar Brotero, conhecido por um dos mais distinctos e sapientes da Europa. Sob a vigilancia d'este homem de sciencia se formou e organisou o jardim, coadjuvando os trabalhos materiaes o digno reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos.

O dr. Brotero foi o primeiro lente da cadeira de Botanica.

Zelosos cuidados tem tido sempre os directores d'este lugar de estudo e recreio, para o conservarem á altura que lhe é devida. Entre outros citaremos o dr. Antonino José Rodrigues Vidal, decano da faculdade de Philosophia, e um dos mais talentosos cathedraes da Universidade. Este illustre lente, ao qual nos ligaram laços de parentesco e a cuja memoria nos preunde affectuosa gratidão, deixou varios trabalhos sobre botanica, escriptos em latim, e que, apesar de não ficarem concluidos, são de bastante merito.

Como passeios todas as estradas de Coimbra são convidativas. A estrada da Beira, por exemplo, é lindissima, e a ponte nova, inaugurada em 12 de julho de 1873, é deliciosa. Quantas vezes, em noites em que o ceo sem luar vestia o seu esplendoroso colobio recamado de constellações, ali deixamos voar o espirito com as brancas azas da aspiração amplamente abertas! Sonhos que partem para não mais volverem,

deixam comtudo no coração um eterno sulco de saudade, que as descrenças não apagam, e que os enganãos não diluem! Se o destino não fosse implacavel aniquillaria uma recordação de cada vez que arranca uma pétala ao ramilhe de das crystallinas illusões da alma humana. Porém as petalas caem, as folhas mirram-se, e a recordação fica sempre repetindo a nossos ouvidos os psalmos das melancolias infinitas.

Não tem parado Coimbra na viagem progressiva dos elementos da civilisação. Para isto muito contribue a imprensa, e Coimbra pôde e deve ufanar-se de ser berço do cidadão que melhor e mais independentemente honra o jornalismo portuguez. Referimo-nos ao sr. Joaquim Martins de Carvalho, mestre na historia contemporanea e modelo de quantos quizerem sustentar a imprensa á altura da nobre missão que lhe incumbe o progresso. Este honrado jornalista, defensor sereno dos verdadeiros principios liberaes, tem sido e continúa sendo incansavel na lucta contra todos os desmandos, contra todos os exaggeros, e contra todas as tibiezás. Entranhada estima lhe merece a classe operaria, e á defeza dos seus direitos não retraihe o seu valioso concurso.

Como todos os verdadeiros pensadores tem fé no movimento associativo, orientado, e consciente dos fins a que se propõe e que são trabalho—Instrucção, moralidade. Por tudo isto tem o *Coimbricense* a primazia entre as publicações jornalisticas.

A classe artistica de Coimbra é illustrada e intelligente. Sustenta os seus orgãos na imprensa admiravelmente redigidos, e conta entre os seus membros poetas inspirados e prosadores distinctos.

Além do que fica dito o principio associativo desenvolve-se auspiciosamente na Lusa Athenas. Ha ali sociedades de beneficencia, asyls, monte-pios, associação de artistas, e a Philantropica-Academica, que valiosissimos serviços tem prestado á intelligencia e ao estado.

O Recolhimento do Paço do Conde é uma piedosa instituição, primitivamente destinada a receber peccadoras convertidas á moral, e desde 1887 mudado pelo bispo D. Joaquim de Nazareth, em recolhimento para educação de meninas pobres.

A Sociedade dos Academicos é brilhantemente sustentada, bem como varias publicações litterarias e scientificas, entre as quaes occupa lugar distincto—o *Instituto*. A imprensa de Coimbra representa todos os partidos, dos mais conservadores ao mais avançado, o que dá perfeitamente a bitola do adiantamento intellectual e opiniativo da população.

(Continúa).

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS

Serie de 26 numeros... 500 réis  
Serie de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA

Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 8

## COIMBRA

(Concluido do numero antecedente)

Ha na cidade uma pronunciada actividade industrial e fabril. Das diversas fabricas sahem trabalhos em faiança que se estão aperfeiçoando cada vez mais, e productos de diferentes generos.

Emfim os artefactos das fabricas e officinas de Coimbra podem competir com os das melhores fabricas da capital.

A cidade prospéra a olhos vistos, mercê da corrente do progresso e tambem do zelo dos corpos senatoriaes que a teem administrado. Uma das melhores obras camararias foi a construcção do mercado e a terraplanagem e calcetamento das ruas da baixa, necessidades de reconhecida urgencia.

Na historia das luctas pela liberdade tambem esta cidade se tornou notavel no valor, e na comprehensão do verbo da democracia liberal. Da Universidade, ninho de ideaes redemptores, sahiu a pleiade de homens illustres que teem hourado os principios constitucionaes, e que por elles sacrificaram os proprios interesses.

Sempre que no relógio das eras tem soado as horas das grandes reivindicações da Liberdade, Coimbra apresenta os seus heroicos batalhões academicos, vibrantes de entusiasmo pela causa da civilisação.

E que o diga o sr. Joaquim Martins de Carvalho, testemunha de heroismos de que nós temos conhecimento pelas narrativas de nossos paes, ou pela historia da primeira metade do seculo. Coimbra, ninho da Sciencia, deve-o tambem ser da Liberdade, filha dilecta da Instrucção.

Os bispos d'esta diocese teem o titulo de bispos-condes. Entre a phalange d'estes theocratas contam-se varões illustres que honram o lusitano clero.

Coimbra tinha voto em côrtes, com assento no primeiro banco, e foi durante a primeira dynastia côrte dos monarchas portuguezes. Definitivamente para Lisboa só foi mudada no reinado de D. João I.

Tem a cidade ainda o brazão d'armas que lhe deu *Ataces*, e que consta de um escudo vermelho em cujo centro está uma taça de ouro, significando a taça do hymeneu. D'esta sahe o busto da princeza *Cindaswinda* com os olhos voltados ao céu e de mãos postas, em attitude de quem implora a misericordia divina.

A princeza está corôada de rainha, e tem á direita *Ermenerico* figurado em um dragão verde, á similhaça do emblema que usava nas suas bandeiras. A' esquerda da *Cindaswinda* está *Ataces*, sob a figura de um leão rompente de ouro. Era assim a divisa por esse principe adoptada.

Pelo que temos dito deduz-se o quanto nos é querida a formosa rainha do Mondego. E' que quem alguma vez se deteve em Coimbra não mais poderá olvidar os seus encantos.

A situação topographica da povoação é das mais felizes. Parte d'ella encosta-se graciosamente a um monte, deixando ver ao longe os seus edificios, alvejando por entre enormes ramilhetes de verdura quaes brancas perolas. D'ali vem descendo, até estender-se indolentemente pela margem direita do Mondego, sobre a qual lança a elegante ponte que vae abraçar a margem opposta.

Nobre entre as nobres foi a cidade de Coimbra, gozando por essa razão o titulo de muito antiga e leal ao rei, e sendo a seus filhos concedido o privilegio de infanciaes.

Quando as hostes napoleonicas invadiram as portuguezas terras, os coimbricenses houveram-se como dignos da cidade que era leal, não ao rei, mas á patria. Não poteram elles soffrer que a honra nacional fosse impuneamente ultrajada por esses congêneres dos invasores da Ilade-média, e portanto a Academia poz-se á frente da revolução patriótica.

Formou-se desde logo o batalhão academico dividido em duas secções: uma, dos lentes, commandada pelo primeiro lente de Canones, o dr. Fernando Saraiva Frago de Vasconcellos; e outra, dos estudantes, sob o commando do major de engenharia Tristão Alvares da Costa, lente de calculo. Foi um destacamento academico, cujo chefe era o estudante Bernardo Antonio Zagallo, que intrepidamente tomou o castello de Santa Catharina. Este feito produziu grande panico entre os inimigos. O destacamento contava apenas 40 combatentes, mas tanto era o entusiasmo de que estava possuido esse nucleo de valentes, que os povos por onde passava se lhe juntavam, armando-se de foices, piques e lanças.

Coimbra é, como deve suppôr quem a não conhece, cheia de bulicio, de movimento, de vida. A população academica enche-a, por assim dizer, de luz e de alegria. Tudo ali concorre para um conjuncto de esplendorosas affirmações. Terra de Sciencia não é me-

nos affecta ás artes, entre as quaes a poesia e a musica occupam a primeira plana. Poderá notar-lhe carencia de distracções quem lhe não souber apreciar os naturaes encantos. Contudo lá está o theatro academico com as suas récitas de quintanistas, que costumam ser brilhantemente desempenhadas. Festas que são prologo de longas recordações, risos que são pre-nuncio de futuros desgostos, expansões que mais tarde são crudelissimamente suffocadas pelos amaros desgostos da vida prática!

Crêmos piamente que raros serão os academicos que não olhem com melancolia para aquella formosa estancia, onde os pensamentos se expandem em estelíferas radiações, e onde os ideaes vòam, quaes brancas pombas em busca dos ignorados ninhos, que já-mais alcançarão nas florestas da vida, onde cada arvore tem as deleterias qualidades da mancenilheira!

*Angelina Vidal.*

### Notas referentes a Coimbra

Na Sé velha está o curioso tumulo de D. Vetaça Lascaris, filha de Irene Lascaris e de Guilherme, conde de Vintemiglia, fidalgo genovez. Por sua mãe, era D. Vetaça neta de Theodoro Lascaris, o Moço, imperador do Oriente, e sobrinha do infeliz João IV, a quem Miguel Paleologo usurpou a corôa e mandou arrancar os olhos e sepultar em uma prisão, na idade de seis annos, isto é, em 1261, no segundo anno do reinado da desditosa criança.

Alguns amigos feis dos Lascaris puderam salvar Irene e a levaram para Italia, onde ella casou com o conde Guilherme. D'este consorcio nasceu a nossa D. Vetaça. Perseguida sua mãe pelos seus inimigos, teve de fugir com ella para o reino de Aragão, e acolhidas benevolamente por D. Pedro III, a joven Vetaça contrahiu verdadeira amisade com a infanta D. Isabel, filha d'aquelle monarcha.

Casando esta senhora com o nosso rei D. Diniz, veio D. Vetaça com ella para Portugal em 1282, onde prestou relevantes serviços á familia real, que a tratou sempre com o maior carinho. Foi a primeira mestra do infante D. Affonso, depois rei quarto do nome.

Matrimoniou-se D. Vetaça, em 1285, com D. Martin Annes, rico fidalgo portuguez. Enviuvando e sem filhos, deu todas as suas riquezas, que eram avultadas, ao cabido da Sé de Coimbra.

Falleceu em idade muito avançada e o seu tumulo está n'uma capellinha do cruzeiro da Sé velha. E' de marmore e na tampa vê-se a estatua da princeza, de proporções maiores do que o natural, e com habito de religiosa; repousa a cabeça sobre uma almofada, que dois anjos sustentam. Aos pés tem um leão. A

caixa do mausoleu é decorada com uns escudos ovaes tendo cada um em relevo uma aguia com duas cabeças, que era o brazão da sua familia. Tem a inscripção seguinte:

Aquí jaz D. Betaça, neta do imperador da Grecia.

Proximo d'este tumulo está, na mesma capellinha, outro mausoleu muito antigo, onde jaz D. Tiburcio, bispo de Coimbra.

A esculptura de ambos estes monumentos está em partes bastante gasta pelo tempo e é grosseira, revelando muito atrazo das artes.

Tambem n'esta igreja existe o tumulo do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, filho de D. Lopo de Almeida, primeiro conde de Abrantes, e irmão do grande vice-rei da India, D. Francisco de Almeida, segundo bispo que teve o titulo de conde de Arganil. Tinha apenas 23 annos quando foi feito bispo de Coimbra, e no conclave que no seu tempo houve em Roma teve muitos votos para papa; foi tambem inquisidormór, por bulla de Paulo III, de 23 de maio de 1536.

No anno de 1512 baptisou em Lisboa o infante D. Henrique, que depois foi cardeal e rei.

Morreu D. Jorge em 25 de julho de 1543, com 85 annos de idade e 62 de episcopado. O seu tumulo, de marmore, está na capella de S. Pedro, d'esta igreja, com a seguinte inscripção:

Divini nyminis  
Pietate. Episcopus  
Comes. Georgivs  
Dalmeida. Hic sitvs  
Vixit. Annis LXXXV  
Obiit VIII kl. Sextiles.  
Ann. D. M. D. XXXXIII  
Anis LXII vtraqz  
Dignitate præditvs.

Na mesma lapide está esculpido o brazão de D. Jorge. Ornou muito este templo e lhe mandou pôr sobre o arco cruzeiro esta inscripção:

Domine, dilexi decorem domus tuæ

As obras sumptuosas que mandou fazer n'esta Sé constituem a parte principal d'este venerando monumento. Foi D. Jorge que mandou fazer pelo celebre esculptor João de Castilho os dois porticos lateraes.

Foi o mesmo bispo que mandou revestir de azulejos, que se suppõem flamengos e que tão admirados teem sido, parte do corpo da igreja. O primoroso retabulo de pedra da capella de S. Pedro e o de tálha da capella-mór. E' talvez a obra mais notavel d'este genero em Portugal, á pia baptismal, de primorosissimo lavor, feita por Pero Henriques e seu irmão, segundo diz uma inscripção que se acha na mesma.

Em 1574 vivia em Coimbra o dr. Pedro Nunes, celebre mathematico do seu tempo, com sua filha D. Guiomar. Tratava esta certo namorico, mais ou menos sério, com um rapaz *limpo*, que lhe tinha prometido casamento. Vendo ella que o amante não tinha pressa de casar, se queixou ao bispo de Coimbra, D. Manuel de Menezes, que mandou chamar o mancebo á igreja de S. João, e ali o inquiriu sobre a sua promessa sempre addiada ou esquecida. O rapaz negava terminantemente haver feito tal promessa.

D. Guiomar, cheia de odio, tira de um estojo um canivete e ali mesmo lhe dá na face um profundo golpe.

Este facto deu então assumpto a varias satyras em prosa e verso, sendo a mais engraçada a seguinte:

Senhora Dona Guiomar,  
Moradora na Calçada,  
Que destes a cutilada;  
Senhora D. Guiomar,  
Que moraveis na Calçada,  
Mereceis tença d'el-rei,  
Pois destes a cutilada.

Os parentes e amigos do rapaz *marcado* sabendo que Pedro Nunes queria metter sua filha no mosteiro de Santa Clara, e conseguindo saber o dia destinado para a entrada no convento, a foram esperar á ponte para, quando ella passasse, tomarem uma atroz vingança.

O bispo, que era irmão da abbadessa de Santa Clara, lhe mandou D. Guiomar dentro de uma grande canastra, em ar de presente; ficando assim illudido o tetrico plano dos *conspiradores*. Isto deu ainda logar a novos ditos, satyras e poesias, que em grande numero se espalharam pela cidade e pelo reino.

Em Coimbra nasceram: D. Sancho I, a 11 de novembro de 1154; D. Affonso II, a 23 de abril de 1185; D. Sancho II, em 1202; D. Affonso III, a 3 de maio de 1210; D. Diniz, a 9 de outubro de 1261; D. Affonso IV, em 1291; D. Pedro I, a 18 de abril de 1320; D. Fernando I, em 31 de outubro de 1345; Santa Thereza, rainha de Leão, filha de D. Sancho I, em 1175; e muitos infantes e infantas.

Ali morreu, no dia 1.º de novembro de 1129 ou 1130, a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, havendo tomado poucos dias antes o habito de Cister.

No dia 16 de janeiro de cada anno se fazia em Coimbra, e ainda ha poucos annos é que deixou de fazer-se, a nada edificante *procissão dos nús*, em que figuravam individuos despídos dos joelhos para baixo e da cintura para cima. Era o cumprimento de um voto, por occasião da peste que ali houve em 1423.

A *quinta das lagrimas*, celebre por ter ali sido assassinada a rainha D. Ignez de Castro, foi subver-

tida pelo Mondego e só d'ella resta o poetico sitio chamado *fonte dos amores*. Ali mandou collocar, em 1811, o general inglez *Trant*, uma lapide de marmore, com a oitava dos *Luziadas* que começa:

*As filhas do Mondego a morte escura*

Não foram os amores de D. Pedro e D. Ignez que deram o nome a esta fonte. Quando Santa Isabel fundou o convento de Santa Clara já ella assim se chamava.

Esta rainha trocou com os frades de Santa Cruz varias propriedades que tinha em Leiria, dando-lhe elles a *quinta do Pombal*, junto ao convento. Ali fundou ella um palacio, onde depois residia D. Ignez, e á porta do qual foi assassinada. Para o convento de Santa Clara, vinha a agua da *fonte dos amores* encanada por um *cano* chamado tambem *dos amores*. No sitio d'este palacio de D. Ignez, junto ao convento de Santa Clara está hoje uma aldeia chamada o *Culgo*. Convento e palacio, foram ha muitos annos arrazados pelo Mondego, mas a agua da *fonte dos amores* é de certo a da quinta do Pombal. E' tradição que a ponte que mandou edificar em Coimbra o imperador Trajano, pelos annos 110 de J. C., assentava sobre outra antiquissima. Tambem alguns escriptores sustentam que Ataces mandou edificar a 2.ª ou 3.ª ponte sobre a de Trajano pelos annos 420 antes de J. C. Seja como fôr, o que é certo é que todas as historias de pontes de Coimbra, antes da de D. Affonso I, de Portugal, se fundam mais na tradição do povo do que em documentos dignos de credito.

D. Affonso I construiu outra ponte sobre a antiga, no anno de 1132, que tambem foi submergida com as areias.

D. Sancho I teve de mandar fazer outra, em 1210, encarregando a camara de Coimbra d'essa obra, mas pagando elle todas as despezas. Ainda as areias do Mondego a submergiram e D. Manuel lhe mandou fazer a que existe, no principio do seculo XVI. Esta ponte vae-se tambem pouco a pouco soterrando, a ponto de estar quasi no estado das antecedentes. E' de bôa e solida cantaria lavrada, e tem 22 arcos. E' dos mais lindos passeios da cidade, e sitio concorridissimo.

Em 12 de julho de 1873 se inaugurou a nova ponte da *Portella*, ficando desde esse dia exposta á viação publica. Logo a 14 do mesmo mez e anno, se deu principio á demolição da velha ponte, para se construir a nova.

O segundo arco da velha ponte foi cortado em 12 de março de 1811, para obstar a passagem das hordas de Massena, quando retiravam das *linhas* de Lisboa. Foi reconstruida pouco tempo depois.

Abaixo d'esta ponte está a elegante ponte do ca-

minho de ferro do Norte, junto á estação 27.<sup>a</sup> do mesmo caminho de ferro.

Ha ainda uma outra ponte, sobre um pequeno ri-beiro, no fim da rua da Sophia, ao N. da cidade, que a liga com a estrada do Porto.

Na freguezia de Eiras, do concelho de Coimbra, fazia-se antigamente a celebre *Festa do Imperador* ou do Espírito Santo.

Teve principio em um voto feito por occasião da terrivel peste do anno de 1569, que assolou esta freguezia, escapando sómente com vida a familia de Luiz Eannes e o vigario Simão Braulim, que n'esse nefasto anno deu grandes exemplos de caridade e dedicação.

Consistia a festa do *imperador* em ir todos os annos a camara, padres e o povo d'ali á capella do Espírito Santo, junto a Santo Antonio dos Oliveaes, em grande procissão, levando um individuo coberto com um manto, e arremedando, mais mal do que bem, o trajo de imperador e coroado, que era o protagonista da festa. Atraz do imperador ia uma charanga tocando, e os rapazes e raparigas cantando cantigas sagradas e profanas, algumas d'estas soffri-velmente licenciosas, dançando, fazendo cabriolas e momices, etc.

José Freire de Faria, vigario capitular, *sete vacante*, de Coimbra, por uma circular de 20 de novembro de 1728, prohibiu todas as danças, cantigas e mais obscenidades, por terem degenerado na pratica de muitos actos licenciosos.

Muitos mimosos poetas e elegantes prosadores teem decantado maviosamente as innumerables bellezas de Coimbra e seus pittorescos arredores. Não extrahimos d'ellas nada, para não fatigarmos mais o leitor.

Os que desejarem mais amplas noções da cidade de Coimbra, podem consultar as obras seguintes :

*Guia Historico do Viajante em Coimbra e Arredores*, por Augusto Mendes Simões de Casiro.

*Chronica dos Conegos Regrantes*, por D. Nicolau de Santa Maria.

*Instituto*, semanario conimbricense, vol. 1 — artigos por J. C. A. de C.

*Conquista, Antiquidades e Nobreza de Coimbra*, por Antonio Coelho Gasco.

*Livro Preto da Sé de Coimbra*.

E a recente publicação *Album de Coimbra*.

\*  
\*   \*  
\*

Tudo persuade, escreve *O Algarvio*, apreciado pe-riodico de Loulé, que a primeira escola de medicina foi inaugurada no convento de Santa Cruz, em Coimbra, nos fins do seculo XII, sendo esta escola a primeira que se conheceu em Portugal; bem como é ponto assente que o primeiro portuguez que ensinou

publicamente medicina em Portugal foi Mendo Dias, sobrinho de D. Gonçalo Dias, prior do convento referido, que mandou pela vez primeira um dos seus conegos estudar a Paris e graduar-se em medicina. Até este momento quem ensinava medicina em Portugal eram os medicos francezes. No principio o estudo era privativo dos padres, e muitos se applicaram a esta sciencia movidos pela caridade de tratarem dos enfermos. Um d'esses padres, que maiores credits obteve como medico, foi aquelle illustre portuguez, que subiu ao solio pontificio com o nome de João XXI.

Mais tarde, quando D. Diniz pensou na fundação da Universidade, accordou com os prelados de Santa Cruz, de Coimbra, e de Santa Maria, de Alcobça, e outros, a consecução d'uma bulla de Nicolau IV, afim de proceder á fundação da referida Universidade, e, conseguida a bulla, estabeleceu-se a mesma Universidade com seis cadeiras, uma das quaes tinha a seu cargo o ensino da medicina, recebendo annualmente o seu professor 7\$200 réis.

Neste tempo, porém, ainda na Universidade se não conferiam os graus de bacharel e doutor; foi no tempo de D. Fernando que, tendo entrado na Universidade mestres insignes de fóra do reino, effe conseguiu do papa Gregorio IX bulla para se darem os graus, e ao mesmo tempo a permissão dos laureados usarem das insignias respectivas.

D. Manuel, vendo que os estudos decahiam es-pantosamente, tratou, logo no primeiro anno do seu reinado, de uma reforma mais radical, e para dar maior impulso aos estudos medicos mandou que houvesse duas cadeiras de medicina, uma de prima com o ordenado de 20\$000 réis, e outra de vespora com 15\$000 réis annualmente. Ordenou o mesmo monar-cha que a Universidade fosse aberta para as aulas em dia de S. Lucas (18 de outubro) e se fechasse em dia de Santa Maria (agosto).

Do exposto, o que encontramos escripto nos do-cumentos mais antigos concernentes ao estabeleci-mento das escolas de medicina, indirectamente se deduz o grande valor dado n'aquelles tempos ao di-nheiro em metal. Um lente da Universidade de Coim-bra, o primeiro estabelecimento scientifico da penin-sula, e o unico de Portugal, recebia annualmente por ensinar medicina em onze mezes a quantia de 7\$200 réis; a mesma quantia que um mediano trabalhador de enclada recebe mensalmente, nos nossos tem-pos!...

Foi necessario que nos tempos de D. Manuel, quando Portugal abarrotava de riquezas vindas do Brazil, se julgasse occasião azada, para dividir em duas cadeiras a velha cadeira de ensino medico, re-cebendo os dois professores, um 20\$000 réis e o ou-tro 15\$000 réis!!!...



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 9

## CORUCHE

Os limites das provincias do Alemtejo e da Extremadura está assente a villa de Coruche, como que vigiando o que se passa n'uma e n'outra região.

Indagar qual a origem do nome, qual a época da fundação e os remotos successos de que foi theatro a villa, é decerto tarefa improba para os nossos dias, em vista da mingua de documentos, e apenas a este respeito, mas sem indicar as bases em que fundamentára esta opinião, Rodrigo Mendes da Silva assegura na sua *Poblacion General de Espana*, que a fundaram os gallos-celtas, 308 annos antes do nascimento de Christo, o que corresponde, segundo a chronologia biblica, ao anno 3696 da idade do mundo.

Entretanto, quer seja ou não veridica esta versão, o certo é que Coruche é de mui remota origem, e o seu nome parece confirmar um pouco que fosse fundada por algum d'aquelles povos barbaros, que invadiram a peninsula, por isso que tanto em nominações de terras como nos emblemas guerreiros seguiam o uso de empregar figuras e nomes de nimaes.

O primitivo nome de Coruche seria pois *Coruja*, que com o andar dos tempos se corrompeu, reduzindo-se ao que hoje é usado, o que parece ainda confirmar-se pelo emblema adoptado nas suas armas.

E' de crêr que durante os tempos das successivas invasões dos romanos, gódos e mais povos do norte e por fim dos arabes — n'esta parte com certeza — não só seguiu a sorte das demais povoações, sendo submettida ao vencedor, mas muito soffreu com as eventualidades das guerras, das conquistas e das reconquistas.

Em seguida á acclamação de D. Affonso Henriques, soberano livre de Portugal, por si e para seus filhos, como diz a formula tradicional, propoz-se este

monarcha a expulsar da peninsula os arabes, por isso que se não podiam considerar seguras para a christandade as povoações conquistadas, enquanto tivessem na visinhança tão temiveis e energicos contendores.

Cabia, pois, o valente *Almansor*, como chamavam os mouros ao rei christão, sobre as villas occupadas pelos filhos de Agar, como o açor cae sobre a presa, e rara era aquella que lhe resistia por muito tempo, porque o pendão da cruz em breve occupava o lugar onde tremulára a bandeira do crescente.

No anno de 1166, pois, atacou Coruche, e o mesmo foi atacal-a que tomal-a, fazendo d'ella doação á ordem de Aviz, em 1176. Possuia então a villa seu castello na crista do monte onde se acha situada.

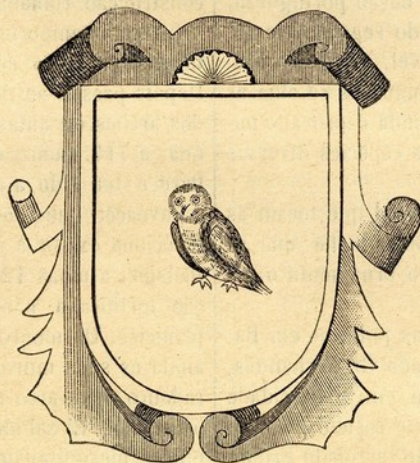
Quatorze annos eram decorridos quando os mouros, confiados na decadencia do heroe, em rasão dos annos, deram sobre a villa, assim como sobre outras praças, e a tomaram, não, porém, sem grandes perdas, porque tanto os habitantes como a guarnição se bateram heroicamente, fazendo tão consideraveis estragos nas hostes do islamismo que depois da conquista commetteram grandes atrocidades, destruindo o castello por tal maneira que nunca os monarchas portuguezes pensaram em restabelece-lo e só

d'elle restam vestigios, se é que ainda hoje se encontram alguns, tão grande é o vandalismo com que as reliquias archeologicas tem sido tratadas entre nós.

Não ponde logo D. Affonso I vingar a despeita; porém, em 1182 expulsou os mouros, mandando em seguida reedificar e povoar a villa, concedendo-lhe foral com data de 26 de maio do dito anno, no qual eram concedidos grandes privilegios.

Este foral foi confirmado em 1189 por D. Sancho I e ampliado por D. Affonso II em 1218.

D. Manuel, que realisou uma reforma geral n'este genero de instituções, deu novo foral a Coruche, confirmando todos os antigos privilegios, em 28 de março de 1513.



Brazão d'armas de Coruche

Banha a villa o rio Sorraia, sobre o qual existe uma boa ponte de cantaria, e no termo corre tambem o Erra. Estes dois mananciaes sustentam uma extensa varzea de formoso aspecto, luxuriante vegetação, onde abundam todos os productos proprios dos hortejos, além de sorridentes pomares e outros arvoredos.

O orago da unica freguezia da villa é S. João Baptista, e tem tambem hospital e casa da misericordia, cuja igreja é de muito boa architectura. Contam-se tambem ali edificios graciosos uns e outros ricos, que embellezam a povoação sobremaneira.

O brazão d'armas de Coruche é um escudo de prata com uma coruja no centro.

## ELVAS

Em frente de Badajoz, vigiando qual atalaya solerte a fronteira hespanhola, ergue a praça de Elvas as suas torres, escarpas e contra escarpas, que tantas vezes tem visto os adversarios de Portugal derrotados e vencidos.

E' uma das preciosidades da nação portugueza, como praça forte, e não lhe tem sido regateada a reputação de inexpugnável e invencível, porque a bravura proverbial dos soldados portuguezes se allia ás optimas condições da fortaleza, e ainda o provado patriotismo dos seus moradores—tres especies diversas de bellica solidez.

D'estes ha rasgos de heroismo tal que tocam as raia da loucura, como por exemplo aquelle que se recorda ainda no emblema que lhe ornamenta o escudo.

Conta-se que, em dias de festas publicas em Badajoz, um cavalleiro elvense, chamado Gil Fernandes, concebeu o temerario projecto de entrar na cidade fronteira e apoderar-se do estandarte castelhano. Não houve razões que o dissuadissem do arrojado proposito. Montando em seu corcel de guerra entrou em Badajoz e rompeu por entre os populares e soldadesca que andava nas ruas, tomou a preciosa reliquia e lançando por terra quantos se lhe oppunham, seguiu o caminho de Elvas.

De perto acossado por numerosas lanças, chegou aos muros da cidade portugueza, e porque da praça temessem a investida do tropel de inimigos cerraram-lhe as portas, de maneira que o intrepido cavalleiro foi crivado de lançadas ao sepé das muralhas, mas só depois de haver arremessado por cima dos muros o estandarte aprisionado, exclamando ao mesmo tempo: *Morra o homem e fique a fama!*

A praça de Elvas está situada a 11,3 kilometros da ponte do Caia, que limita ali a fronteira de Hespanha, portanto a 48 kilometros de Badajoz, 3 da estação do caminho de ferro, iudo pela porta de Oli-

vença, e 2 indo pela de S. Vicente. Dista de Lisboa 287 kilometros pela via ferrea e 487 pela estrada real.

Está assente na encosta de um monte, aspero e despenhado do lado do norte, sobre a ribeira do Ceito (1); para o sul, em suave declive, estende-se a cidade em amphitheatro, toda muito apinhada. Na parte mais alta é o chamado Castello.

A população, com as quintas e casaes do alreod, regula por 10:000 habitantes, áparte a guarnição.

Tem estradas empedradas para Badajoz, Campo Maior, Arronches, Vendas Novas por Extremoz, Juro-menha, e muitas municipaes para os povos proximos.

A origem de Elvas não parece duvidosa, e segundo o testemunho de Tito Livio era habitada por celtas, que occupavam esta parte da Betica, quando Marco Elvio ou Caio (2) Marco Elvio, depois de governador de grande parte da Lusitania, entrou com poderoso exercito, em 212 antes de Christo, passando o Guadiana e o Caia, venceu os celtas e occupou a actual Elvas, dando á povoação o seu nome de Elvio, como á proxima ribeira onde esteve acampado o nome de Caia. O castello é provavel que fosse inicialmente de construcção romana.

Algun tempo esteve esta região na posse dos cartaginezes, e o celebre general Maharbal ali viveu. Depois passou ao dominio dos gôdos, e finalmente ao dos arabes ou antes mouros, que entrando na Hespanha, a 714, pouco depois se assenhorearam de Elvas. Parece ter sido a *Jelch* dos musulmanos, e será esta a povoação que Elidrisi, viajante arabe do seculo XII, menciona existir á direita do caminho de Santarem a Badajoz, a umas 12 milhas d'esta, e ser uma povoação fortificada nas faldas de um monte cercado de planicies. Os mouros ampliaram o castello, existindo ainda os seus muros, e a porta hoje chamada do Miradouro, com arco mourisco em ferradura, comprova o mesmo. E' sabido que no castello havia uma sumptuosa mesquita, de quatro naves, com columnas do templo romano de Serapis, e que já os gôdos tinham aproveitado para um seu templo. No logar da mesquita, demolida segundo as ideias da epoca, edificou-se a egreja de Alcaçova.

Depois da batalha de Poitiers, em que Carlos Martel derrotou Abdarrame, que pereceu no campo, começou a decadencia do poderio mahometano na Europa, depois de haver estabelecido um imperio quasi tão vasto como fôra o de Roma.

Na peninsula começou tambem a sorte das armas

(1) Esta ribeira tambem era conhecida antigamente pelo nome de Chinha.

(2) *Caio* parece que era um titulo honorifico entre os romanos, dado aos capitães do exercito que comandavam, e correspondia ao *Senhor e Dom*.

à ser-lhe contraria. D. Affonso Henriques não lhes dava treguas e não passava anno que não realisasse algum feito de armas, d'aquelles que ficavam indelevelmente impressos na memoria dos vencidos.

Em 1166, D. Affonso Henriques, já senhor de parte do Alemtejo, depois de tomar na Betica o castello de Alconchel, reputado então invencivel, marchou sobre Elvas que se rendeu, ficando os mouros tributarios e vassallos. Rebellando-se, porém, em seguida, D. Sancho II acampon no oiteiro onde está o forte de Santa Luzia, havendo entre esse alto e a povoação menor no sopé do castello um valle proprio para escaramuças. Ao norte estava o grão-mestre dos Templarios, D. Pedro, ao nascente o prior do hospital, D. Rodrigo com os seus cavalleiros, e ao poente D. Soeiro, bispo d'Evora. Este, ao fim de muitas escaramuças, no dia de Nossa Senhora da Conceição entrou na povoação uns 120 passos. Os mouros cortaram as ruas, entrincheiraram-se e continuaram os combates no valle, até que em 1227, em 8 de agosto, as forças do rei em perseguição dos mouros desordenados penetraram na povoação uns 60 passos e ali se fortificaram. Em 29 de junho já tinham os cavalleiros Templarios tomado a *porta de ferro*, onde depois se edificou uma igreja; a essa porta deu por muitos annos o vulgo por corrupção o nome de porta do *Trepam*. Os mouros ainda defendiam o castello, mas em 7 de setembro de 1228 entregaram-se. O rei concedeu-lhes foral, e muitos ficaram alojando-se fóra da povoação em Almocovar. Nesta empreza correu D. Sancho grande perigo de vida; já dentro do fosso salvou-o um cavalleiro, Affonso Mendes Sarchinis, ao qual o rei por gratidão fez doação perpetua do couto de Paredes, como refere Alexandre Herculano á vista de um antigo pergaminho que encontrou n'um convento de frades beneditinos.

D. Manuel em 1513 elevou-a á categoria de cidade, e D. Sebastião em 1570 conferiu-lhe a preeminencia de séde episcopal, confirmada por bulla pontificia.

Comquanto já fosse bem fortificada no tempo dos mouros, foram os reis da primeira dynastia que fizeram reconstruir o castello e reforçar o cinto de muralhas, de maneira que nas guerras do nosso D. Affonso IV com o rei de Castella, D. Affonso XI, este poz a ferro e fogo os arredores d'Elvas, em 1336. Durante as luctas de D. Fernando I, de Portugal, contra D. Henrique II, de Castella, em 1369, Gil Fernandes d'Elvas invadiu a Extremadura hespanhola, destruindo algumas povoações; mas as represalias foram horripéis. D. João de Castro, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, á frente de um exercito castelhano, invadiu o Alemtejo, matando, saqueando, incendiando tudo, e deixando atraz d'elle um rasto de fogo, sangue e desolação. Atacou depois Elvas, em 1381. Era governador da praça seu tio D. Alvaro Peres de Cas-

tro, irmão de D. Ignez, o qual resistiu valorosamente desde 13 de julho até 16 de agosto, 25 dias. Viu-se então o que até ahí se não tinha visto, nem até hoje se tornou a vér—isto é,—um general castelhano defendendo Portugal contra um general portuguez, que á frente de castelhanos lhe fazia guerra!

Em 6 de julho de 1482 acampou em frente d'Elvas o exercito portuguez, com o rei D. Fernando á sua frente, esperando D. João I, de Castella, que com grande força pretendia occupar a praça; mas, temendo uma derrota, fez as pazes, casando com a nossa infanta D. Beatriz. Este consorcio foi depois origem de novas guerras. Em 1385 D. João I de Castella, em pessoa, cêrda de novo Elvas com um exercito de 30:000 homens; mas em vista da tenaz resistencia dos habitantes da cidade e da heroica bravura de Gil Fernandes, retira sobre Coimbra e d'ahi marchando sobre Lisboa, foi ser desbarado na memoravel e gloriosissima batalha de Aljubarrota, em 14 de agosto d'esse anno.

Em 1580, os Pessanhas, que se haviam vendido aos castelhanos, combinaram com elles a entrega da cidade e do castello. Principiaram por excitar o povo contra o corregedor, que era um leal patriota, e lhe podia estorvar os seus planos infames; e assim que viram o povo em desordem abriram as portas ao general castelhano D. Sancho de Avila, em 18 de junho. Atraz de D. Sancho veio o duque d'Alba e o seu exercito e depois d'elle veio o proprio D. Filippe II, que ali esteve com a sua côrte desde 9 de janeiro até 28 de fevereiro de 1581.

O heroico povo d'Elvas, não querendo soffrer um governo estrangeiro, apesar de estar ainda em Lisboa o usurpador, se revoltou contra elle; mas, não sendo secundado pelo resto da nação, teve de succumbir, indo presos para Castella muitos fidalgos e gente de Elvas.

Quando no paiz eccou o grito da independencia e foi aclamado rei de Portugal D. João IV, os habitantes d'Elvas, apesar de estarem a duas horas de marcha de Castella, associaram-se logo no dia 3 de dezembro de 1640 a essas manifestações, sacudindo o jugo ominoso de Filippe IV. Foi tambem este povo heroico que, á sua custa, levantou então as fortificações da praça e o forte de Santa Luzia.

Ainda em 1644 e 1645 um numeroso exercito castelhano poz cêrco á cidade, mas foi repellido valorosamente pela guarnição e obrigado a levantar o sitio e retirar vergonhosamente.

Mas, de todos os feitos d'armas de que Elvas com tanta rasão se gloria e que tanto ennobrecem os fastos d'esta heroica e leal cidade, nenhum é tão memoravel como o occorrido no dia 14 de janeiro de 1659,—é a gloriosissima batalha, conhecida geralmente pela denominação de *Victoria das linhas d'Elvas*.

Um forte exercito hespanhol, composto de 33:000

infantes, 6:500 cavallos, e grande trem de artilheria. commandado por D. Luiz d'Haro, marquez del Carpio, primeiro ministro de Filippe IV, e o melhor general de Hespanha, n'aquelle tempo, poz cerco a Elvas em 22 de outubro de 1658.

Era governador da praça o intrepido D. Sancho Manuel, que se defendeu com o maior heroismo, fazendo além d'isso varias e repetidas sortidas, todas com feliz exito.

O conde de Cantanhede, general em chefe do exercito, juntou como poude em Extremoz a gente disponivel de diferentes praças limitrophes, e no dia 11 de janeiro de 1659 marchou d'ali em direcção a Elvas, com a força apenas de 8:000 infantes, 2:500 cavallos, e 7 peças de artilheria.

No dia 13 formou em batalha em frente do inimigo.

D. Sancho Manuel, apenas viu a divisão portugueza, sahiu da praça no mesmo dia 13, e á frente da sua cavallaria, atravessou impávido, em pleno dia, todo o exercito inimigo e foi conferenciar com o general em chefe, recolhendo de noite á praça!

*Digno feito de ser no mundo eterno,  
Grande no tempo antigo e no moderno.*

Pelas 8 horas da manhã do dia 14, o nosso exercito, dividido em tres columnas, atacou arrojadamente o inimigo. D. Sancho Manuel, á frente da guarnição da praça, sahiu ao mesmo tempo d'Elvas e investiu os castelhanos com a maior galhardia. Estes defenderam-se obstinadamente, procurando vender caras as vidas; mas nada resistiu á temeraria bravura dos portuguezes. Em poucas horas de combate foi ferido D. Luiz d'Haro e todo o seu numeroso exercito rôto e esmagado, retirando em vergonhosa debandada e deixando no campo 10:000 homens, todas as suas bagagens e toda a sua artilheria e munições de guerra; sendo a nossa perda apenas de 800 homens.

O conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, foi feito marquez de Marialva por D. Affonso VI, em 11 de junho de 1661; e o valoroso D. Sancho Manuel foi feito conde de Villa Flôr, no dia 23 do mesmo mez e anno.

Pois com esforços e leaes  
Serviços, foram ganhados,  
Com estes e outros que taes  
Devem ser recompensados.

*(Cancioneiro real).*

Duas vezes foi Elvas bombardeada durante a guerra da successão, uma em abril de 1706 e outra em setembro de 1712, pelo marquez de Bay, além de outros ataques menos importantes.

Em 1801, o ex-cabelleireiro Manuel Godoy, feito principe da Paz, apresentou-se a 20 de maio, em fren-

te d'esta praça, intimando-a para que se rendesse.

D. Francisco Xavier de Noronha, governador da fortaleza, deu-lhe tal resposta, que os castelhanos houveram por bem retirar.

Em 2 de dezembro de 1807, por ordem do principe regente, receberam Elvas pacificamente a divisão castelhana do general Solano mas depois, os francezes que vieram occupar a cidade, taes roubos e atrocidades de toda a casta praticaram, que o povo, não podendo soffrer mais, se revoltou contra os francezes, ferindo mortalmente o seu chefe *Michel*.

Quando pela convenção de Cintra, 31 de agosto de 1808, os francezes evacuaram o forte da Graça, primeiro de outubro, para irem por Lisboa embarcar para França, foi preciso fechar as portas da cidade, e collocar muitas sentinellas nas muralhas, para conter o povo enfurecido contra os *Jacobinos*.

Durante as guerras civis que teem dilacerado Portugal, desde 1820, nunca Elvas tomou a iniciativa em qualquer movimento.

Em 30 de agosto de 1820 adheriu á revolução do Porto.

No 1.º de junho de 1823 acclamou D. João VI rei absoluto, depois da *guerra da poeira*.

Em 1826 aceitou a Carta Constitucional.

Em 29 de abril de 1827, parte da guarnição, artilheria 3 e um batalhão de infantaria 7 e muito povo acclamaram D. Miguel como rei de Portugal. O general Caula contemporisou até poder reunir forças do governo da regencia de D. Isabel Maria e no dia seguinte, no baluarte do Trem e em S. Paulo houve uma verdadeira carnificina, causada pela metralha, fuzilaria e repetidas cargas de cavallaria, sendo os realistas vencidos.

A ultima vez que Elvas foi theatro de scenas sanguinolentas entre irmãos foi em 9 e 10 de outubro de 1846, batendo-se parte da guarnição contra o resto, e entrando tambem n'esta acção o povo.

Desde então a cidade tem-se conservado pacifica e indifferente a todas as mudanças politicas.

A Sé de Elvas é um templo magnifico, obra de el-rei D. Manuel, completada no reinado de D. João V, que lhe pôz a nota da magnificencia peculiar a todas as construcções da sua epoca.

Já que fallamos n'este venerando monumento, não deixemos de narrar o seguinte facto, occorrido a 21 de maio de 1818, dia em que n'esse anno se realisou a festa de *Corpus Christi*.

Urbano Xavier Henriques da Fonseca Monteiro, natural da villa de Castro Marim, e alferes do regimento de infantaria n.º 14 de Tavira, então de guarnição em Elvas, namorava apaixonadamente uma menina d'esta cidade.

*(Conclue no proximo numero.)*

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreiricho,  
17, 1.º—Lisboa.

NUM.º 10

## ELVAS

(Continuado do numero antecedente)

N'aquelle dia estava a joven na varanda do orgão grande, que se debruça sobre o guarda-vento, e o alferes, que, pelos modos, era mais propenso aos combates de Venus e Cupido do que ás batalhas de Belona e Marte, lá do *seu posto* de observação... não tirava os olhos da *sua casta deia*, d'aquelle a quem jurára amor eterno.

Apenas a procissão sahiu da igreja, o impaciente e arrebatado alferes, completamente esquecido da sua posição, que lhe impunha rigorosamente os deveres da urbanidade, dirigiu-se para a escadinha do orgão, no firme proposito de se collocar ao lado da namorada; mas logo nos primeiros degraus, um bedel, ou altareiro, que vinha descendo, por ter terminado a sua tarefa de dar aos folles, impediu-lhe a passagem por ser prohibida pelas *Constituições do Bispo*.

O official teima, o bedel porfia, e vendo que aquelle não se convencia com rasões, deitou-lhe as unhas á farda. Urbano recuou, deixando por tropheu nas mãos do bedel, dois botões, e cheio de indignação por um *toca folles* lhe querer dar sentenças, esqueceu o logar sagrado em que estava e com um junco que trazia deu-lhe duas verdascadas na cara, da qual logo espirraram algumas gottas de sangue sobre o pavimento.

Estava o templo interdito; pelo que a procissão teve de recolher-se á Misericórdia, e passou a ser a igreja de S. Salvador a cathedral interna enquanto durou o interdito.

Urbano foi preso e cara lhe custou a sua audacia. Pelo juizo ecclesiastico foi sentenciado a ser flagellado sobre as costas nuas nos degraus do taboleiro da sé, e depois nas escadas da igreja.

Mettido no calabouço, respondeu a um conselho

de guerra e este o condemnou não sabemos a quantos annos de prisão, que foi cumprir no forte da Graça.

A causa innocente de tudo isto, a tal menina, foi... testemunha contra o adorador atrabiliario.

Outros factos de importancia historica tiveram logar em Elvas, taes são:

Pazes de D. Diniz com seu irmão D. Affonso, por intervenção de Santa Isabel, em 1292.

Pazes de D. Fernando, de Portugal, com D. João I, de Castella, em 1382.

Reunião de côrtes, convocadas por D. Pedro I, em 1361.

Em 1372 concedeu D. Fernando aos moradores d'Elvas poderem tirar mantimentos de todo o reino, sem a obrigação que até então havia de levar outros.

Casamento da infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor Telles de Menezes, com D. João I, de Castella, em 14 de maio de 1383.

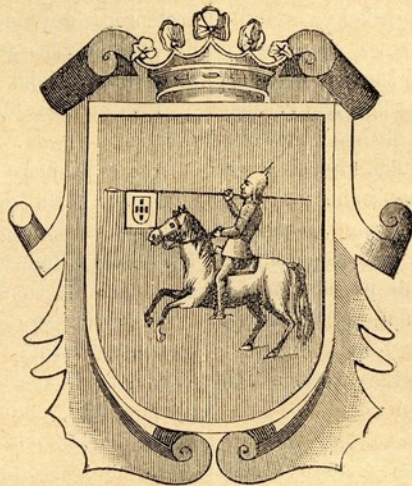
Casamento do duque de Bragança, D. Theodosio, pae de D. João IV, com D. Anna de Vellasco, da quinta de *Uçada*, em 15 de junho de 1603.

Casamento do duque de Bragança, depois D. João IV, com D. Luiza de Gusmão, em 11 de janeiro de 1633.

D. João V residiu algum tempo em Elvas, por occasião do contracto do casamento do herdeiro da corôa, depois rei D. José, com D. Marianna Victoria, filha de D. Filippé V, de Hespanha.

Para a entrevista dos dois monarchas construiu-se sobre o rio Caia uma esplendida casa, onde se realisou a troca das duas princezas, porque ao mesmo tempo que D. Marianna Victoria vinha para Portugal, ia para Hespanha a infanta D. Maria Barbara, filha de D. João V, que desposou o príncipe real, depois rei D. Fernando VI. Por esta occasião houve em Elvas grandes festejos.

Elvas, repetimos, é a primeira pôde quasi dizer-se hoje a unica praça d'armas de Portugal, tanto pela



Brasão d'armas de Elvas

posição como pela solidez e vastidão das suas fortificações. A parte mais alta é occupada por um castello antiquissimo, que, como já dissemos, se suppõe ser obra dos romanos, cercado de robustas muralhas, e flanqueado por torres ameidadas, e nas collinas que lhe ficam sobranceiras e que a cercam estão construidos differentes fortes. Entre os principaes é o de Nossa Senhora da Graça ou *Forte de Lippe* que é considerado como modelo de architectura militar.

Chamou se desde o seu principio *Forte de Lippe*, mas quando D. Maria I subiu ao throno, em 1777, mais piedosa do que agradecida aos relevantes serviços que o conde de Lippe fez a Portugal, ordenou que o forte se denominasse Forte de Nossa Senhora da Graça, por haver ali existido uma capellinha com esta invocação. Em Elvas, porém, e no Alemtejo, se tem sempre continuado a primeira denominação e só officialmente se lhe dá a segunda.

Foi principiado em julho de 1763, por ordem do conde inglez Guilherme Schumburg Lippe, commandante em chefe do exercito portuguez, sendo engenheiro constructor Mr. Valleré, francez, que depois foi general do Alemtejo.

O conde de Lippe era feld-marechal do exercito inglez e marechal-general do portuguez. D. José I o elevou á dignidade de principe de sangue, com tratamento de alteza. Nunca quiz em Portugal receber soldo, nem gratificações; porém, quando voltou aos seus estados, D. José I o presenteou com uma pequena bateria de artilheria, sendo os canhões de ouro macisso, cada um do peso de 32 libras, montados em reparos de ebano, chapeados de prata. Deu-lhe tambem o seu retrato e um botão de presilha para o chapéu, aquelle cercado e este feito de brilliantes, tudo de muito valor.

O sabio engenheiro chamava-se Luiz Antonio Valleré, e tinha o posto de tenente-general.

O risco foi feito por Mr. S. Etienne, tambem francez, que principiou a obra, mas Mr. Valleré a concluiu, fazendo-lhe grandes melhoramentos.

Terminou-se em 1792. Custou 767:199\$039 réis. A casa do governador é sumptuosa e esta e a igreja á prova de bomba, tornando-se em castellos inexpugnaveis, em caso de necessidade.

Quando D. José I visitou pessoalmente este forte, em 1769, fez os maiores elogios a Mr. Valleré.

O principe de Waldeck, reputado um dos mais esclarecidos juizes sobre architectura militar, tambem visitou este forte em 1796, e o julgou, segundo affirma Link, na sua *Voyage en Portugal*, obra prima no seu genero, superior a tudo quanto tinha visto em obras de fortificação.

O forte de Santa Luzia é obra de D. João IV, feita pelo engenheiro flamengo Cosmander, ao qual adiante nos referimos.

A grande cisterna da praça, coberta de abobada,

á prova de bomba, póde prover d'agua uma guarnição de 6:000 homens, por mais de 6 mezes.

A cidade é cercada de duplicadas muralhas, com 7 baluartes, 3 meios baluartes, 8 meias luas, 2 reductos e 3 contraguardas. Tem um soffivel arsenal.

Quando se fizeram as fortificações d'esta cidade, achou-se no fosso que se abriu ao revelim, que fica em frente da rectaguarda da capella-mór da igreja de S. João de Deus, uma pedra de marmore, na qual está esculpido em meio relevo um homem com arco e setas, recostado sobre uma pelle de leão, e com uma clava, o que faz julgar que seja a imagem de Endovelico ou Cupido, deus dos lusitanos.

A pedra foi collocada na face do dito revelim, que olha para o Rocio do Calvatio, ou Campo de S. Sebastião.

Até aos fins do seculo XV, não tinha Elvas dentro de seus muros mais agua potavel do que a do pôço de Alcalá, alimentado todavia por uma grande nascente.

Nas côrtes reunidas em Lisboa por D. Manuel, em 1498, requereram os procuradores d'Elvas um subsidio para reparos d'aquelle pôço. Foi deferida a pretensão, devendo o subsidio sabir do tributo de *um real* em cada arratel de carne e peixe, e em cada quartilho de vinho que se consumisse na cidade.

Pela natureza de sua applicação se chamou *imposto do real d'agua*.

Foi o primeiro imposto d'esta denominação que houve em Portugal. Depois foi-se propagando por varias terras do reino, e por fim, por todo elle. Em 1871 foi o tributo do *real d'agua* posto a quasi todos os generos de consumo.

Concertou-se o pôço, mas a camara, vendo que este insignificante tributo foi bem recebido do povo, e que, ainda apesar do concerto, a agua escasseava na povoação, apprehendeu a grande obra do *Aqueducto da Amoreira*, que principiou em 1500, tratando-se de trazer para Elvas a agua do manancial da *Amoreira*, que deu o nome ao aqueducto, e está a 6 kilometros ao O. da praça.

Já em 1520 se fez um chafariz provisorio na extremidade da obra que ficava mais proxima da cidade; mas só em 1622 é que a obra se concluiu, sendo preciso vender alguns baldios do municipio para com o producto das vendas occorrer ás despezas que se fizeram.

Corren esta agua pela primeira vez na cidade, no chafariz da Misericordia, no dia 23 de junho de 1622. Foi um dia de geral regosijo para Elvas, esolemnizado com uma grande festa, correndo-se touros, havendo cavallhadas, danças, foguetes, luminarias, etc.

O *aqueducto da Amoreira* é obra grandiosa no seu genero, pela sua extensão e altura, e unica no paiz pela sua architectura.

Percorre uns 5 a 6 kilometros, descrevendo *zigue*

zagues. Compõe-se de quatro ordens de arcadas, sendo a primeira muito mais alta do que as outras, e medindo todas 31<sup>m</sup>,10 de altura (140 palmos).

Está construído com grande solidez, e robustecido de espaço por fortes gigantes, alguns dos quaes sobem a toda a altura do aqueducto.

Alimenta varias fontes publicas, sendo a principal d'ellas, pela sua architectura, a de S. Lourenço, construída segundo o desenho do general Valleré. Também abastece os grandes reservatorios (cisternas) da praça, que foram feitos durante a guerra da restauração, concluindo-se em 1650.

Os operarios que trabalhavam no aqueducto vençiam 18 réis por dia. Em 1708, apesar de toda a robustez da obra, cahiram, em consequencia das grandes chuvas, nove dos arcos mais altos, mas foram logo reparados.

Em 1825 se introduziram no aqueducto novas nascentes de aguas. A *fonte da Senhora da Piedade* é de marmore e de elegante architectura.

Em Elvas nasceram entre outros homens illustres, os seguintes: O insigne medico e botanico Garcia da Horta, pelos annos de 1490. Formou-se em medicina nas universidades de Alcalá e Salamanca, e foi lente de philosophia na universidade de Coimbra. Partiu para a India, como physico do rei em 1534. Ali estudou profundamente a botanica indiana, publicando um livro, que se imprimiu em Gôa, sob o titulo de—*Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da India*, etc., obra que foi geralmente apreciada na Europa e traduzida em varias linguas. Foi o primeiro medico que estudou o *cholera asiatico*. Morreu na India pelos annos de 1570.

Em 27 de março de 1816, Miguel Celestino da Silveira Carrilho, auctor de varias xácaras, repassadas de sentimento, que nos dramas *Dois Renegados*, *Homem da mascara negra*, *Fernando ou o juramento*, tanto agradaram ao publico.

E' tambem composição sua a bellissima musica sagrada *Salutaris Hostia*, que passa por um primor d'arte; mas a sua obra prima é a musica que escreveu para o *Noivado em Friellas*, de Paulo Midosi, que foi pela primeira vez á scena, em Lisboa em 1850, e phreneticamente applaudida.

Falleceu n'esta mesma cidade, em 26 de abril de 1868. Jaz no cemiterio de S. Francisco.

Martim Affonso de Mello e os generaes D. João da Silva, Luiz de Mesquita Pimentel, Carlos Frederico de Caula e Maximiano de Brito Mousinho; os antiquarios Ayres Varella, João Eliseu Viegas e José Avellino da Silva Matta; os poetas Alvaro de Mattos e Manuel Pereira Rego.

Na sala das sessões, nos paços do concelho, existem algumas obras notaveis do illustre pintor portuguez Cyrillo Volkmar Machado, e na praça principal vê-se o antigo pelourinho formado d'uma só pe-

ça de marmore, todo cheio de esculpturas no gosto gothico.

São muito agradaveis os arrabaldes da cidade, todos enfeitados de hortas e quintas, especialmente no extenso sitio por onde deslisa o Caia; abunda em cereaes, vinho, muito azeite, fructas e gados.

As armas de Elvas são um escudo coroadado, e n'elle, em campo vermelho, um guerreiro a cavallo, todo armado, empunhando na mão direita o estandarte das quinaz portuguezas.

E' tradição que a origem d'estas armas foi o feito heroico praticado por Gil Fernandes d'Elvas, a que já nos referimos.

### Ainda outros factos historicos referentes a Elvas

Em 1641 recolheu-se a Elvas Martim Affonso de Mello, com algumas bandeiras que havia tomado aos castelhanos e que mandou pendurar na capella-mór da sê, contrapezando este pequeno triumpho o sentimento de não conseguir entrar o reducto da villa de Valverde, pela grande desordem dos soldados.

Poucos dias depois d'este successo derrotou Ayres de Saldanha a tropa que estava em Villar del Rey, e passando a Elvas, correram os castelhanos Campo Maior com as tropas de Badajoz. Achando se Campo Maior fraco para resistir ao inimigo não quiz o sargento-mór Luiz Alvares abrir as portas da praça. Impacientes com esta advertencia os soldados e moradores lançaram-se alguns pelas trincheiras fóra, n'aquelle tempo pouco levantadas. O impulso os apartou d'ellas, ficando ao inimigo o espaço bastante para que, voltando, degolasse trinta dos nossos soldados.

Ainda em 1647 chegou a Elvas Martim Affonso de Mello, que foi recebido por toda a provincia do Alemtejo com grande contentamento, por se haverem persuadido os povos que na sua direcção consistia a sua defenza. N'esta occasião deu el-rei o terço que havia sido de Francisco de Mello, que por queixa da falta de premio se retirou a sua casa, a D. Diogo de Lima, visconde de Villa-Nova da Cerveira, e a Manuel de Mello entregou o governo da praça de Moura, formando-lhe um terço, de que juntamente era mestre de campo, de varias companhias soltas que guarneciam Serpa, Noudar, Çafara e Santo Aleixo.

Joanne Mendes, como não se accommodava a servir com Martim Affonso de Mello, alcançou licença para voltar a Lisboa. Governava então as armas de Castella o barão de Molinguen, general de cavallaria, em substituição do conde de Foen Saldanha, que passou á côrte e não voltou ao exercito. Juntou o barão as tropas dos quartéis visinhos e com 1:200 cavallos foi armar á cavallaria de Elvas, suppondo achar só a guarnição ordinaria da praça; porém, succedeu quando se tocou arma haverem entrado em Elvas,

a passar mostra, as tropas de Campo Maior e Olivença. Sahiram ao rebate 800 cavallos e tres terços de infantaria. Mandou Martim Affonso de Mello a André de Albuquerque que marchasse com as tropas e deulhe ordem que investisse os castelhanos se os achasse d'esta parte dos rios Guadiana ou Caia, suppondo que como elles não podiam prevenir o accidente de estarem em Elvas as tropas de Campõ Maior e Olivença, não devia o inimigo trazer forças com que não podessemos pelejar.

Mandou André d'Albuquerque ao commissario geral D. João de Athayde avançado com quatro tropas, e deulhe ordem que se encontrasse o inimigo d'esta parte de qualquer dos rios o investisse, que elle sem falta o soccorreria. Chegou a ordem a D. João em tão boa occasião que achou o inimigo só com parte das tropas d'esta de Caia. D. João a não executou, dizendo que entendera que a ordem que André de Albuquerque lhe mandára fôra de que avançasse as tropas inimigas se todas estivessem d'esta parte do rio, como se não fôra mais facil tomar a parte que o todo. Vendo esta omissão, Antonio Jacques de Paiva puxou pela sua companhia, e passando pelas tres que levava o commissario investiu valorosamente com os castelhanos; porém, como o poder era tão pequeno, carregado das tropas da vanguarda inimiga, veio se retirando ás tres que não havendo imitado o exemplo de investir, seguiram este. Voltaram as costas, fizeram o mesmo as que estavam com André de Albuquerque, sem elle poder detel-as, e fugiram todos com tanto desaccordo que o inimigo que os carregava com toda a força, por haver passado o rio o barão de Molinguen, lograra a facção sem controversia a não fazer alto á vista da nossa infantaria, porque com a suspensão dos castelhanos se detiveram os nossos soldados, e teve tempo André de Albuquerque de os tornar a formar e de os unir á infantaria. Não quizeram os castelhanos buscar juntos os que não seguiram desbaratados; retiraram-se, levando 40 cavallos, e a nossa gente recolheu-se a Elvas.

Pagaram os culpados o desaccordo com que procederam, porque Martim Affonso que em grande utilidade ao serviço d'el-rei, não costumava perdoar semelhantes delictos, prendeu D. João d'Athayde, remetteu-o a Lisboa, e tirou os postos a outros officiaes, tendo apertadas ordens d'el-rei para proceder com todo o rigor contra os culpados. Chegou a mesma ordem a Jorge da Silva Mascarenhas, que ainda estava no Alemtejo. Martim Affonso aproveitou esta occasião para reduzir a cavallaria a melhor fórma; lançou fôra d'ella os officiaes e soldados inúteis e compol-a com outros melhores, e deu á execução a pratica que Joanne Mendes havia começado da Arca e Contrato; porque governando Joanne Mendes teve principio esta utilissima disposição, e veio a lograr-se em tempo de Martim Affonso de Mello em grande credito de ambos,

pelos interesses que resultaram ao serviço d'el rei, e defesa do reino. Todas as mais occasiões que succederam n'este anno na provincia do Alemtejo, foram de tão poucas consequencias, que não são dignas de memoria. Deu só justo cuidado a infelicidade de levar uma partida dos castelhanos prisioneiro ao coronel engenheiro maior João Paschasio Cosmander. Vinha de Estremoz para Elvas, entendendo que estava seguro, despediu o comboio antes de entrar nos Oliveas, e a poucos passos que havia caminhado, encontrou uma partida de castelhanos, que o fez prisioneiro. Despediu logo o conde de S. Lourenço um correio pela posta a dar conta a el-rei, que sentido d'este successo, como era justo, lhe ordenou offerecesse aos castelhanos o conde de Singuen em troco de Cosmander, e procurou por todas as vias mostrar a Cosmander o muito que estimava a sua pessoa, e o sentimento que lhe ficava da sua prisão. Porém, nem estas nem outras diligencias prevaleceram contra a industria dos castelhanos; porque conhecendo quanto lhes importava reduzir á sua devoção o grande espirito de Cosmander, todo envolto nas nossas politicas, senhor absoluto dos segredos das nossas praças, do genio dos ministros, e da sufficiencia dos cabos, applicaram as diligencias mais esquisitas, e os meios mais extraordinarios, com o fim de lograrem a bem fundada idéa de o reduzirem a ser parcial dos seus interesses. Vacillou muito tempo Cosmander entre os beneficios de Portugal e as promessas de Castella.

Contra a sua constancia applicaram os castelhanos novos arbitrios, cresciam as dadas, os regalos, e as assistencias, e não perdoaram ao suave encanto da illicita conversação e industriosas persuasões de algumas damas da cõrte, para onde logo o passaram, entendendo que no coração em que entra o amor, que é cego, perde o vigor o entendimento, que é Argus. Porém ainda que fossem grandes as conveniencias, não podia ser licito este artificio com um religioso. A todos estes combates resistiu Cosmander, e veio a render-se por caminho extraordinario, quando menos o imaginava. Assistia-lhe, para o segurar, um sargento com uma esquadra de soldados; porfiando um dia sobre o direito e defensor de Portugal, tratou Cosmander tão asperamente ao sargento, que se achou elle obrigado a tomar satisfação; e dando-lhe na cabeça com o ferro da alabarda lhe fez uma grande ferida. Os castelhanos estimavam o castigo da contumacia, que consideravam em Cosmander, por descobrirem novos meios de se valerem da sua astucia. Multiplicaram os regalos e as assistencias dos maiores ministros e pessoas principaes da cõrte, e vieram com este ultimo esforço a conseguir o seu desejo.

Sarou Cosmander da ferida, e adoeceu da infidelidade, reduziu-se a servir el-rei de Castella, mas brevemente experimentou o castigo da sua ingratiidão.

(Continúa).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

## ASSIGNATURAS

Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

## CO-RESPONDENCIA

Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa - Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup> - Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 11

## ELVAS

(Continuado do numero antecedente)

Preparava o marquez de Torrecusa, em 1644, todas as forças da Estremadura, ás quaes unia novos soccorros que Filipe IV lhe mandava, afim de formar um grande exercito para entrar em Portugal, porque não só seria facil ganhar com elle uma praça tão importante como a de Elvas, que levasse atraz de si a maior parte da provincia do Alentejo, senão que seria infallivel para este exercito todos os portuguezes mal satisfeitos do novo governo, etc.

Tratou o marquez castelhano, para fazer verosimil esta ideia, de publicar contra a ordem commum da guerra, não só o exercito que formava, mas outro muito maior que encarecia.

Tendo o conde de Alegrete este aviso deu conta d'elle a el-rei, e promptamente se dispozeram todas as prevenções de que dependia a defenza da provincia do Alentejo. Receberam ordens os governadores de todas as provincias do reino para terem prevenidos grandes soccorros; fizeram-se levas de cavallaria e infantaria, e partiu de Lisboa a maior parte da nobreza, não querendo exceptoar-se nem aquelles a quem a idade dispensava das luctas no campo da batalha. A actividade e diligencia de el-rei D. João IV conseguiram achar-se no principio do outono promptos todos os meios de defeza na provincia do Alentejo. Chegou o inverno sem haver da parte de Castella mais que algumas apparencias de sahir o exercito. Suppoz d'esta dilacão o conde de Alegrete que haviam faltado ao marquez de Torrecusa os soccorros que esperava, e que não seria possivel resolver-se a sahir em campanha no rigor do inverno.

Assentando o conde de Alegrete n'esta ideia licenciou as tropas e dividiu as guarnições pouco antes dos ultimos dias de novembro; porém, teve que arrepender-se do que ordenára, porque no dia 28 do mesmo mez passou o marquez de Torrecusa a ponte do Guadiana em Badajoz com o exercito de Castella, que se compunha de 12.000 infantes e 2.600 cavallos; a infantaria dividida em nove terços, sete de hespanhoes, um de italianos, outro de irlandezes; a cavallaria era repartida em 36 esquadões. Além d'isso trazia 2.000 gastadores, 10 peças de artilheria, dois morteiros, o trem necessario e as bagagens convenientes.

No dia seguinte (29) marchou este exercito com a frente em Campo Maior, fez alto junto ao rio Caia, alojamento em que se deteve n'aquelle e no dia seguinte, conseguindo na sua dilacão reduzir-se a tola a regularidade e embaraçar as resoluções do conde de Alegrete com a incerteza da sua determinação, detendo as guarnições de todas as praças até vêr qual era escolhida para ser sitiada. Não podia o conde penetrar este designio, porque o marquez de Torrecusa até este tempo não tinha tomado a ultima resolução da empreza a que se havia de arrojar. Mandou antes de sahir em campanha reconhecer Olivença; porém, não lhe parecendo capaz esse desêmpenho, passou com o exercito d'esta parte do Guadiana, ficando só a duvida entre Campo Maior e Elvas, porque o rigor do inverno prohibia marchas mais dilatadas.

Depois de grandes debates que houve no conselho, deliberou o marquez sitiar Elvas, levado não só da reputação que esperava conseguir, ganhando a praça de armas de seus inimigos, onde assistiam todos os cabos do exercito e a maior parte da nobreza de Portugal, senão das muitas consequencias que trazia consigo o feliz fim d'esta empreza; pois arruinando se esta muralha ficava aberta e sem defenza quasi toda a provincia do Alentejo, principal segurança da monarchia portugueza. Tomada esta resolução continuou o marquez a marcha e chegou a Elvas no 1.<sup>o</sup> de dezembro, dia infauso para a nação castelhana, sendo o mesmo em que quatro annos antes havia sido D. João aclâmado rei de Portugal.

Quando o marquez de Torrecusa chegou a Elvas não havia mais do que principios da fortificação moderna e só o forte de Santa Luzia estava em defenza, porém não acabado.

A este tempo achava-se o conde de Alegrete com 2.000 infantes dos terços de Luiz da Silva, João Saldanha e Diogo Gomes de Figueiredo, que assistiam com elle.

Depois de se aquartellarem os castelhanos, entrou em Elvas pela parte do mosteiro de S. Francisco, o tenente de mestre de campo general João Leite de Oliveira, conduzindo 400 mosqueteiros com grande risco e louvavel valor. Ao monteiro mór, que estava dentro da praça, mandou o conde sahir com a cavallaria e maldas do trem, ficando só na cidade os capitães D. Francisco de Azevedo e Henrique de Lamorlê com as suas tropas. Levava o general da cavallaria ordem de encorporar em Villa Viçosa os soccorros que

el-rei mandasse, para que formado o exercito se empregasse quando parecesse mais conveniente.

A defesa de maior importancia que segurava Elvas eram as muitas pessoas da aristocracia que se achavam sitiadas. O conde de Alegrete persuadido das animosas instancias do conde camareiro-mór, formou-lhe um corpo de 300 infantes, com o qual desejava distinguir-se, como sempre executou nas occasiões de maior risco. Sobravam em Elvas mantimentos e não faltavam munições; a artilheria estava muito bem montada e o trem abundava de artificios de fogo e instrumentos de defeza.

O conde de Alegrete, antes que o inimigo chegasse a ganhar postos sobre a praça, ordenou ao mestre de campo Luiz da Silva que avançando ao sargento maior João de Amorim com 300 mosqueteiros até ás ultimas tapadas dos Olivaeos, lhe desse calor com o resto do terço menos desviado da praça. Era o intento offender as primeiras tropas dos castelhanos que viessem avançadas; porém elles desvaneceram a empreza, que pudera ser arriscada, não marchando por aquella parte, que era a que olha o forte de Santa Luzia, e vieram buscar um sitio visinho da muralha, chamado o Cazarão, que n'aquelle tempo não estava fortificado e ficava entre a porta de S. Vicente e a de Olivença, olhando a Campo Maior. A porta da Esquina entregou o conde de Alegrete ao mestre de campo João Saldanha, a de Olivença a Diogo Gomes, e a de S. Vicente a Luiz da Silva. Guarnecia cada um d'elles a muralha do seu districto, e a gente que sobrava tinha marcados os postos a que havia de acudir.

O marquez de Torrecusa mandou fazer alto ao exercito desviado do perigo da artilheria, e com um grande corpo de cavallaria rodeou e reconheceu a praça não sem damno, porque a artilheria matou-lhe alguns soldados.

No dia 3 de dezembro intentou ganhar o Outeiro do Cazarão, por ser o sitio mais visinho á praça, sem mais defesa n'aquelle tempo que a de um debil e antigo muro. Luiz da Silva havia mandado occupar o alto do Cazarão com algumas mangas de mosqueteiros. Vieram estas carregadas dos castelhanos, soccorreu-as o sargento maior Bento Maciel; mas como a força do inimigo era muito superior vinha largando o posto; porém Luiz da Silva mandando soccorrel-o pelo sargento maior Diogo Sanchez del Poço, valoroso castelhano, com 300 mosqueteiros, tornaram a desalojar o inimigo, assignalando-se muitos officiaes e soldados com acções memoraveis.

O marquez de Torrecusa, fundando na conservação d'aquelle posto todo o bom successo da empreza, reforçou a infantaria, e com a força de 400 cavallos tornou a mandar que se occupasse. Havia-se retirado por ordem de Luiz da Silva a nossa infantaria, considerando o risco a que estava exposta; e não tendo os castelhanos opposição, occuparam aquella posto.

Porém os nossos soldados, impacientes d'este successo, tornaram a avançar-os e tres vezes os desalojaram. Na ultima accudiu-lhes a cavallaria, a que se oppoz o capitão D. Francisco de Azevedo com 80 cavallos, e pelejou tão valorosamente que obrigou as tropas inimigas a retirarem-se. Fez o mesmo a sua infantaria, que a nossa desalojou.

Mandando Luiz da Silva tocar a recolher retiraram-se todos, trazendo D. Francisco de Azevedo duas grandes e gloriosas feridas; alguns dos nossos soldados sentiram o mesmo damno. Os castelhanos tiveram consideravel perda não só na contenda, mas por effeito da artilheria do castello, que toda sem cessar jogava contra elles; além d'isso deixaram grande quantidade de barris de polvora, em que por descuido se pegou o fogo.

N'aquelle mesma noite fortificaram-se os castelhanos no Cazarão. Na manhã seguinte, mandando o conde de Alegrete reforçar a guarnição d'aquelle parte, sahio Luiz da Silva a atacar as trincheiras do Cazarão, e repartindo as mangas dos mosqueteiros em muito boa fórma, entregou a D. Fernando de Menezes um troço de infantaria para dar calor ás bocas de fogo. Henrique de Lamorlé animava com 100 cavallos a nossa infantaria. Assim que esta gente marchou contra a trincheira, sahio a cavallaria inimiga com o intento de cortal-a; oppoz-se Lamorlé, e ajudado pela artilheria do castello, que fazia consideravel damno nos castelhanos, fel os retirar, obrigados juntamente pelas cargas das bocas de fogo. Mandou o conde de Alegrete recolher Luiz da Silva, não querendo que os castelhanos com novos soccorros tomassem maior resolução e povessem em contingencia o successo. Ficaram alguns soldados mortos, e Lamorlé ferido em um braço.

No dia immediato, vendo o conde de Alegrete que o marquez de Torrecusa applicava todo o cuidado a fortificar o Cazarão, e julgando arriscados e infructuosos os assaltos a peito descoberto, mandou caminhar com um appuxe para aquella ponto, trabalho a que deu principio o engenheiro flamengo Cosmader, assistido de D. Fernando de Menezes. Em adiantar uma e outra obra se gastaram os dois dias seguintes, sem mais contenda que a das armas de fogo.

Ao sexto dia do sitio appareceu um reducto levantado contra o forte de Santa Luzia, com seis meios canhões, que começaram a jogar com pouco effeito, por ser a distancia grande, e maior damno recebia o reducto da artilheria do forte, porque lhe ficava superior. Houve alguns votos que persuadiram o conde de Alegrete a que retirasse a gente do forte e que o largasse ao inimigo; porém elle, reconhecendo a importancia d'aquelle posto, resolveu-se a empenhar a sua dignidade e brios em sustental-o. Dissuadiram-no d'este valoroso intento as instancias de todos os que se achavam sitiados. Então mandou elle o mestre de

campo Diogo Gomes marchar com o seu terço e tomar alojamento junto do forte, que nos dois lados d'elle levantasse duas meias luas em que podesse jogar a artilheria e que communicasse com uma linha o forte com a porta de Olivença. Começada esta obra com grande fervor por Diogo Gomes, alliviou-o do trabalho d'ella o marquez de Torrecusa, porque na tarde de 7 de dezembro começou a retirar a artilheria e no dia seguinte retirou o exercito, e valendo-se do escuro da noite antecedente, encobrando o ruido da marcha com repetidas cargas, quando amanheceu estava todo o exercito fóra dos Olivaes, levando de vanguarda a artilheria e bagagens.

O marquez de Torrecusa tomou esta resolução aconselhado por todos os cabos e officiaes do exercito e pela grande difficuldade da empreza, porque além do valor e disciplina que reconhecia na guarnição da praça, constava-lhe do grande soccorro que el-rei D. João IV lhe preparava, e o seu exercito não era tão numeroso que podesse cerrar o cordão sem muito perigo, por ser muito dilatada a circumvalação de aquella praça, embaraçando-o juntamente o rigor do inverno, que n'aquelles dias se havia manifestado impiedosamente.

O conde de Alegrete, ordenando primeiro que se descobrissem todos os Olivaes, sahio da praça com a guarnição formada, mandou disparar repetidas vezes a artilheria e mosqueteria, e ouvindo os castelhanos estas alegres demoustrações de victoria recolheram-se a Badajoz. O conde de Alegrete, com solenne aparato, mandou enterrar muitos corpos que na campanha o inimigo deixára sem sepultura.

Retirados os castelhanos e desvanecidas as ideias do marquez de Torrecusa, suspenderam-se os soccorros e as levas que marchavam para o novo exercito. Aquartellaram-se as tropas da provincia e retiraram-se para Lisboa os fidalgos que valorosamente haviam assistido á defesa de Elvas, dando com este glorioso successo fim n'aquelle anno a guerra da provincia do Alemtejo.

Passemos agora a descrever mais circumstanciadamente a sempre memoranda e gloriosa batalha das linhas de Elvas:

Em 1658 encontrou D. Luiz de Haro, primeiro ministro de Filippe IV, a praça de Elvas mais adiantada em fortificações do que estava quando a sitiou o marquez de Torrecusa, no anno de 1644. O grande monte em que hoje está situado o forte da Graça é que n'aquelle tempo não tinha fortificação alguma, facilitando aos castelhanos cerrarem o cordão em menos distancia e necessitarem de menos gente. Foi este monte que o inimigo logo ganhou e n'elle deu principio a um forte, d'onde começaram a jogar duas peças de artilheria contra a praça, e que só os telhados das casas offendiam. O governo d'este forte entregou

D. Luiz de Haro ao mestre de campo D. João de Zuñiga, filho do marquez de Avila Fuente.

Fabricaram os castelhanos outro forte no convento de S. Francisco, governado pelo mestre de campo Martin Sanchez Pardo, e depois de haverem reconhecido a praça todos os cabos e engenheiros deram principio a quatro quartéis, que se estendiam no sitio da Vergada. Com os fortes de S. Francisco e Nossa Senhora da Graça cerravam o cordão repartido em fortins, que se descortinavam, como os que haviamos fabricado em Badajoz. O quartel da Côte foi o primeiro que se começou a edificar, entre a fonte dos Ferradores e Val de Revelles; governava-o o duque de S. German. D. Luiz de Haro alojou-se n'elle. O segundo foi o de Val de Marmello, que ficou á ordem do general de artilheria D. Gaspar de la Cueva. O terceiro, que começava na estrada de Villa Boim e acabava na Mesa d'El-Rei, mandava o duque de Ossuña. O quarto, situado na Vergada, foi entregue a D. Ventura Terragona. N'estes quartéis repartiu-se a infantaria e cavallaria com regularidade, ficando o maior grosso da cavallaria no quartel do duque de Ossuña, por ser a parte mais suspeitosa pelo desembaraço da campanha e ser fronteiro ás praças de Estremoz e Villa Viçosa.

Antes que estes quartéis se cerrassem resolveu André de Albuquerque mandar sahir de Elvas a maior parte da cavallaria com as carruagens em que iam os enfermos. Encomendou esta arriscada resolução ao capitão de couraças Duarte Fernandes Lobo, soldado de conhecido valor, porém de inferior posto ao que pedia tão difficullosa empreza. Deram-se as ordens, juntaram-se as carruagens, que eram muitas, e montaram n'ellas os enfermos capazes de tolerar este trabalho, e com mais rumor do que permittia o perigo a que o comboio ia exposto, sahio Duarte Fernandes com 1:200 cavallos, comboiando os enfermos, e marchou pela estrada da Atalaia da Terrinha com a frente para o Guadiana, na intenção de se recolher a Juro-menha, não prevalecendo as advertencias do commissario geral D. João da Silva, que como prudente e pratico no paiz era de opinião que o comboio não marchasse por aquella estrada, por se livrar do embaraço dos regatos Celas e Cancão, porque ainda que eram pequenos vadeavam-se muito difficilmente, e por este respeito a estrada de Campo Maior era menos arriscada, assim por ser o caminho mais breve e mais desembaraçado.

Duarte Fernandes chegou aos dois ribeiros, e o tempo que gastou em os passar tiveram os castelhanos, que o sentiram, quando sahio, para chegarem a investir os batalhões da rectaguarda. Eram os ultimos o de Miguel Barbosa da Franca e D. Martinho da Ribeira, que depois de alguma resistencia foram rotos, com que todos os mais se confundiram, de sorte que divididos em tres troços, uns tomaram a estrada de

Juromenha, outros a de Campo Maior, e Duarte Fernandes com os mais tornou a voltar para Elvas.

Tambem escaparam muitas das carruagens que levavam os enfermos, porque os castelhanos, embaraçando-lhes o receio o bom successo que lhes proporcionou a fortuna, não souberam conseguilo, e só lhes ficaram alguns cavallos que por enfermos iam desmontados, e algumas bagagens com os doentes, que enfraquecidos da enfermidade e medrosos dos castelhanos, não souberam atinar com o caminho de se livrar do captivoiro. Os batalhões que se retiraram a Elvas com Duarte Fernandes, brevemente tornaram a sair em dois troços, que conduziram os tenentes generaes da cavallaria Tamaricurt, e Gil Vaz Lobo, e sem perigo chegaram Tamaricurt a Estremoz, e Gil Vaz a Campo Maior. Melhor successo que Duarte Fernandes teve Jacome de Mello, porque não trazendo mais que sessenta cavallos e sendo sentido dos castelhanos, investiu os primeiros que encontrou, e protestando-lhe os guias que se retirasse, lhes disse com mais valorosa consideração, que o retirar já não era remedio, senão perigo, que marchassem adiante, e conseguindo a fortuna dos onsados, entrou em Elvas pela estrada de Campo Maior com um grande comboio de trigo, e cevada, e n'este tempo sahio da praça Ambrosio Pereira de Berredo com a sua companhia a combater Fernão de Mesquita, que ia governar Villa Viçosa.

Nas preparações referidas da parte dos castelhanos, para continuarem o sitio de Elvas, e nas disposições dos sitiados, para defendel-a, se passaram os primeiros dias do sitio. N'este tempo achando se André de Albuquerque, e Affonso Furtado convalecidos das grandes enfermidades que haviam padecido, no dia quatorze de novembro deu André de Albuquerque á execução a ordem que tinha da rainha para sair de Elvas com Affonso Furtado e todos os mais officiaes de guerra e fazenda que foram necessarios, para se prevenir o exercito, que devia soccorrer Elvas. Tomada esta deliberação, se formou um corpo de cento e oitenta cavallos, e ás dez horas da noite sahio André de Albuquerque de Elvas pela porta de S. Vicente com os mais referidos, e o menos rumor que foi possível; este não ponde ser tão pequeno, que não deixasse em grande sobressalto aos que ficaram na praça dependentes do bom successo d'esta empreza, pela importancia das pessoas empenhadas n'ella, em que consistiam as esperanças de se formar o novo exercito. Passaram o rio Ceto, e encaminhando se pelo pé da serra de Nossa Senhora da Graça, sahiram pelos murtaes, por constar não estava d'aquella parte levantada a trincheira.

Logo que entraram nos Olivaeas, foram sentidos das sentinellas dos castelhanos, tocaram arma, porém sendo maior a diligencia dos que sahiram do que o cuidado dos que os buscaram, conseguiram chegar a Estremoz sem perigo.

D. Sancho Manuel ficou entregue do governo da praça, e Pedro Jacques de Magalhães governando a artilheria. Foram os mestres de campo que ficaram com os seus terços na praça, o conde de S. João, Simão Correia da Silva, Diogo de Mendonça Fortado, Diogo Gomes de Figueiredo, João Leite d'Oliveira, Agostinho de Andrade Freire, de terços pagos, Bernardino de Sequeira, Antonio de Sá de Menezes, Manuel de Sousa de Castro, de auxiliares, o conde da Torre, e Francisco Pacheco Mascarenhas, sem os seus terços, por estarem doentes, quando sahiram os generaes. A estes terços se aggregou toda a gente auxiliar, e da ordenança, que se achava sã e enferma, na praça, e passando-lhe mostra contaram-se onze mil praças; e esta gente, que pelo numero pudera prometter felicidade, prognosticava ruina pelas enfermidades, e mau trato, que padecera grande parte d'ella na campanha de Badajoz. O commissario geral D. João da Silva ficou governando oito companhias, que André de Albuquerque deixou na praça, de que eram capitães D. Luiz de Menezes, Diogo de Mesquita, Jeronymo Borges da Costa, João Bocarro Quaresma, Antonio Fernandes Marques, Jacome de Mello Pereira, Manuel Rodrigues Adibe, e a companhia de D. João da Silva, Jacome de Mello, e Manuel Rodrigues, sahiram com André de Albuquerque, e passados quatro dias, tornaram a entrar na praça, ajudando a noite que podessem retirar-se alguns mosqueiteiros, que guarneciam os moinhos de Cinches, que os castelhanos occuparam. Constavam as oito companhias de duzentos e cincoenta cavallos; uma das maiores seguranças da praça consistia nas pessoas do conde do Prado, que ficou dentro com seus tres filhos, D. Antonio, D. João, e D. Pedro de Sousa, Fernando da Silveira, D. Luiz de Almeida, e seu filho D. Antonio, Miguel Carlos de Tavora, irmão do conde de S. João, que havia de pouco annos começado a servir na campanha de Badajoz, e era capitão de infantaria, João Fortado, e Pedro Furtado de Mendonça, que occupavam o mesmo posto, D. Antonio de Athayde, Luiz Lobo da Silva, e outros soldados de grande valor, e qualidade, que não tinham praça no exercito. Ainda que a gente era muita não faltavam na praça mantimentos com que se sustentasse, por se haverem recolhidos muitos da campanha, fóra os que estavam prevenidos para o mais tempo que ella durasse, e o successo mostrou, que o engano que os castelhanos padeceram n'esta parte foi a melhor defensão d'Elvas, trocando pelo descaço do assedio o perigo dos approx. Todos os mais officiaes da cavallaria, e infantaria do exercito, que estavam em Elvas, sahiram com André de Albuquerque; os officiaes da fazenda se dividiram, ficaram uns com o vedor geral Antonio de Freitas, dentro da praça, sahiram outros com o contador geral Jorge da Franca, que levava o exercicio de vedor geral, para prevenir o exercito. (Continua.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>A</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.º—Lisboa.

NUM.º 12

## ELVAS

(Continuado do numero antecedente)

Na mesma noite que André de Albuquerque sahio de Elvas, havia marchado o duque de Ossuña com a maior parte da cavallaria e um treço de infantaria a ganhar o castello de Barbacena, que governava o capitão de infantaria Gaspar de Amorim de Bettencourt, do terço do conde de S. João, com 40 infantas e alguns paisanos. Como o castello não tinha mais defensão que a antiga muralha, sem fosso, nem terraplano, depois de muitas horas de resistencia e de custar as vidas ao marquez de Santa Eulalia, a alguns officiaes e soldados, rendeu-se com honradas capitulações.

Os sitiados em Elvas, logo que se desembaraçaram da gente que sahio da praça, trataram de se applicar á defensão d'ella, estudando com a attenção precisa os meios por onde podiam prejudicar o exercito inimigo. Laborava a artilheria furiosamente contra os quartéis e faziam-se repetidas sortidas com a cavallaria, todas felizmente succedidas, porque em D. João da Silva, que as governava, concorriam as qualidades de valor, prudencia e conhecimento da campanha, e nos officiaes e soldados se achavam as disposições de que necessitava tão grande empreza. Em um dos primeiros dias do sitio reconheceu-se que as guardas do quartel da Côrte estavam com menos cautella; carregou-as D. João da Silva com as oito companhias, e com tanto vigor que levando D. Luiz de Menezes a vanguarda fizeram-se junto das linhas alguns soldados prisioneiros. Montou a cavallaria que guarnecia o quartel, porém a tempo que já D. João da Silva estava retirado ao abrigo do forte de Santa Luzia, e achando prevenido para este mesmo intento o mestre de campo João Leite de Oliveira, que o governava, jogou a artilheria e mosqueteria contra as companhias que carregavam as nossas com tal effeito que depressa se recolheram ao quartel com grandes perdas. Da nossa parte não houve mais damno que ficar prisioneiro dentro do quartel da Côrte Belchior de Torres de Sequeira, soldado de D. Luiz de Menezes, que depois conseguiu ser capitão de cavallos das companhias de Lisboa, com o titulo das guardas de el-rei.

D. Sancho Manuel trabalhava com summo cuidado e diligencia por atalhar as enfermidades, que por ins-

tantes cresciam, e por distribuir os mantimentos com tanta regularidade que primeiro, se fosse possível, faltassem ao exercito que á praça. Como as linhas não estavam de todo cerradas, todas as noites fazia avisos á rainha e a André de Albuquerque dos accidentes que iam succedendo.

N'este tempo trabalhavam os castelhanos com todo o calor por cerrar o cordão, para impedir os soccorros da praça, constando-lhes que entravam todas as noites muitos soldados praticos e valorosos, incitados do valor e premio, carregados de regalos e medicamentos para os enfermos, e ao mesmo passo que se trabalhava nas linhas laborava a artilheria de duas plataformas levantadas uma por baixo do forte de Nossa Senhora da Graça, outra no forte de S. Francisco, d'onde tambem incessantemente jogavam dois morteiros, que davam grande desasocego aos sitiados, principalmente aos enfermos, que não achavam logar seguro dos ameaços da morte. Uma das bombas tirou a vida ao capitão de cavallos Jeronymo Borges da Costa, antigo e valoroso soldado, na porta da sua propria casa; porém a guerra, nem ainda a fome, eram os maiores perigos que experimentavam os sitiados: a peste era o maior damno, porque não foi o contagio de menos lastimosa execução, ainda que as doenças não foram d'aquella qualidade, porque multiplicando-se com os dias as enfermidades, houve nos ultimos muitos em que chegava a trezentos o numero dos mortos, originando este excesso monstruosos effeitos, porque os vivos perderam de sorte o horror aos defuntos e não sepultados, que nas guardas lhe serviam os corpos mortos de assento para jogarem. De noite os soldados auxiliares e da ordenança, que não tinham quartel, nem conhecimento algum na praça, iam dormir aos alpendres das igrejas, e as roupas que vestiam os cadaveres lhe serviam de cobertura. Chegou lastimosamente a faltar aos mortos aquelles sete palmos de terra para se enterrarem, porque fóra das muralhas não convinha dar-lhes sepultura, por não manifestar aos castelhanos a falta de gente que havia na praça, nem tiral-os do engano em que estavam de que eram mais os soldados que os mantimentos, concorrendo por este respeito no melhor soccorro que podia ter a praça, que era metterem-lhe dentro todos os soldados que faziam prisioneiros na campanha. No fosso, por ser de pedra, não se podiam abrir sepulturas, com que todas se accommodaram, depois de extinctas as das igrejas, nos terraplenos das mura-

lhas: e sendo mais os mortos que a terra, foram muitos corpos sepultados nos ventres dos animaes, porque dos que se conservaram algum tempo vivos, faltando-lhes totalmente o sustento, alimentavam-se dos corpos mortos com lamentavel espectáculo.

Accudia D. Sancho Manuel, todos os mais officiaes e pessoas particulares, que ficaram dentro de Elvas, a remediar tão repetidos infortunios; porém todas as diligencias eram infructuosas, porque a febre e a debilidade corrompia de sorte os pobres soldados, que tão hediondos e insupportaveis eram os vivos como os mortos, e este pestilente ar diffundiu-se de tal sorte por toda a circumferencia da praça, que depois de soccorrida não se atreveram a entrar n'ella muitos dos que vieram no exercito. A fome era mais supportavel, porque não faltava pão; porém os que não estavam costumados a viver só com este mantimento padeciam trabalho; mas as pessoas principaes, que a todos serviam de exemplo, o supportavam com tão magnanimo coração, que fazendo divertimento dos poucos regalos, inventavam iguarias esquisitas, que a fome fazia saborosas. Os cavalloos tambem padeciam diminuição, mas suppria-se com os muitos que se tomavam nas sortidas, que eram continuas, e só á companhia de D. Luiz de Menezes couberam noventa no tempo em que durou o sitio.

Os castelhanos, confidados na pouca cavallaria que havia na praça, vendo um dia que o gado, que pastava fóra d'ella, se alargára mais do que convinha á sua segurança, avançaram quantidade de batalhões de todos os quartéis até ás muralhas, de que receberam pouco damno por descuido dos que estavam de guarda, que não deram principio ás cargas senão a tempo que se haviam retirado os que avançaram e levado o gado, que não fez pequena falta. Tomou D. João da Silva satisfação d'este damno, rompendo um corpo da guarda do quartel do duque de Ossuã, de que resultou ficarem na campanha quantidade de castelhanos mortos, e trazerem á praça vinte prisioneiros.

Ainda que as sortidas eram muitas, as armas do ceo, que pelejavam a nosso favor, eram mais favoraveis, porque a chuva não cessava e o frio continuava com tanto rigor, que por mais reparos que os castelhanos buscavam nos troncos das oliveiras para fogo e nas ramas para barracas, não podendo supportar as incommodidades da campanha, uas adoeciam, outros fugiam para as nossas praças, e os que achavam difficuldades em passar a Estremoz, Juromenha, ou Villa Viçosa, fugiam para Elvas, presumindo erradamente que haviam de melhorar das incommodidades que padeciam na campanha, e muitos com a vida pagaram o seu engano. Diminuiu muito o exercito de Castella a fugida dos soldados, e fomentava-a com grande diligencia Francisco de Brito Freire, que governava Juromenha; porque favorecendo com grande

cuidado os soldados que passavam áquella praça, e dando sessenta patacas aos que vinham montados, entregando os cavalloos, cinco aos infantes, e persuadindo-os a que pozessem por escripto as commodidades que logravam, lançando-se de noite estes papeis nas salidas dos quartéis do exercito, produziu tão grande effeito esta negociação, que houve dia que entraram em Juromenha oitenta castelhanos, pagando a fazenda de Francisco de Brito grande parte da despeza que faziam. A mesma diligencia continuou Pedro de Mello, que assistia em Villa Viçosa.

Suppria o poder de D. Luiz de Haro com novas levas abundantemente esta falta, e a esperanza de que a fome e as doencas lhe haviam de entregar Elvas, suavizava a incommodidade do alojamento, que o pouco exercicio d'aquelle modo de vida lhe fazia parecer intoleravel.

O mau exemplo que davam os castelhanos que fugiam do exercito, não foi imitado dos portuguezes; porque passando de tres mil os que entraram em Portugal durante o tempo do sitio, não constou que houvesse portuguez que passasse para o exercito de Castella, sendo mais louvavel esta constancia nos que ficaram sitiados; porque receiando menos a morte que a infamia, nenhum quiz trocar o perigo dos males, nem os apertos da fome pelos interesses dos castelhanos. Trabalhavam elles com tanto cuidado em cerrar o cordão, que vieram a faltar os soccorros dos doentes, que os soldados traziam aos hombros, e a falta dos remedios acrescentou muito o perigo dos males. Chegaram a subir tanto de preço os alimentos necessarios aos enfermos, que valia uma gallinha sete mil réis, e uma caixa de doce seis; e nos ultimos dias do sitio, nem por muito maior preço se achavam. Estes inconvenientes, e os soccorros que chegavam aos castelhanos, acrescentavam justamente o cuidado a D. Sancho Manuel, e só lhe serviam de allivio as muitas pessoas de valor e qualidade que se achavam n'aquella praça, todas resolutas a entregar as vidas pela sua defesa.

As instancias do conselho de guerra e dos mais ministros facilitaram tanto todos os embaraços, que dentro de poucos dias fez a rainha passar a Estremoz gente, dinheiro e carruagens. O conde de Cantanhede, os mais cabos e officiaes, que lhe assistiam, deram fôrma ao exercito e começaram a fazel-o capaz de se pôr em marcha para soccorrer Elvas.

D. Sancho Manuel e todos os mais que lhe assistiam achavam-se com tão constante deliberação de defender Elvas, que conhecendo nos ultimos dias de dezembro que de onze mil soldados com que se havia dado principio ao sitio, não chegavam a mil os que estavam capazes de tomar armas, com estes determinavam defender-se até ao ultimo momento, tendo por mais conveniente eternisar a honra que conservar a vida.

Em 1659, nos termos apertados a que estava reduzida a praça de Elvas, depois de dois mezes e meio de continuas e mortaes enfermidades, a deixámos sitiada no fim do anno antecedente da guerra da provincia do Alemtejo, e ao conde de Cantanhede com grande zelo e actividade prevenindo em Extremoz o exercito para soccorrer os sitiados tão dependentes d'este remedio, que quasi estavam reduzidos ao ultimo extremo, e as difficuldades de se unir o exercito eram tão insuperaveis que parece que só o grande coração do conde pudera vencel-as; porque as enfermidades que o contagio de Badajoz espalhou por todo o reino infeccionaram de sorte quasi todas as povoações d'elle, que era difficulosissimo tirarem-se levas de gente capaz de tão grande empreza, e a que chegava ao exercito era tão mal disciplinada que só a confiança do valor invencivel da nação portugueza podia animar as esperanças da victoria.

O conde de Cantanhede antes de tomar a ultima resolução da forma e da parte por onde havia de introduzir o soccorro em Elvas, escreveu a D. Sancho Manuel e ordenou-lhe chamasse a conselho todos os officiaes maiores e pessoas mais qualificadas, e propondo-lhes a resolução com que a rainha ordenava se soccorresse aquella praça, e a deliberação com que elle e todo o exercito se achavam de conseguir a empreza, ou acabar na demanda, ouviisse os seus pareceres sobre a parte por onde se havia de introduzir o soccorro. Chegou este aviso a D. Sancho, não sem difficuldade, pelo muito que se iam adiantando as fortificações dos castelhanos. Logo que o recebeu chamou a conselho, e na conferencia, antes dos votos, foram muitos e diversos os pareceres.

Discursavam uns que o exercito devia escolher um de dois partidos, ou da arte, ou da força artificiosa; que a disposição de se conseguir o soccorro por arte, devia ser introduzir-se em Campo Maior a quantidade de mantimentos e munições que fosse possível, marchar o exercito por aquella praça e alojar junto do rio Caia, occupando cinco portos que só se vadeavam pelo porto das Mestras, que é a parte por onde entra o Guadiana até á Godinha, espessa matta, que facilitava a commodidade de lenha e barracas; que estes portos eram os unicos por onde recebia mantimentos e exercito de Castella, porque o rio Guadiana com as repetidas inundações do inverno, nem dava passo, nem soffria ponte, por se espalhar a corrente pela campanha, de sorte que não havia distincção entre ella e o rio; que alojado o exercito, guardados e fortificados os postos, necessariamente haviam os castelhanos carecer totalmente de mantimentos, e por este respeito, ou levantar o sitio, retirando-se a Valença, ficando na eleição do nosso exercito pelejar com as vantagens que na marcha se offerecessem, ou pertender facilitar a passagem do Caia por qualquer dos cinco portos com tão inferior partido,

como claramente se mostrava nas vantagens do nosso alojamento, com differença de querer dar uma batalha, rompendo as bem fortificadas linhas dos castelhanos, para introduzir o soccorro em Elvas, ou esperar-a o nosso exercito fortificado com um grande rio por fosso, e uma praça como Campo Maior na rectaguarda; que a gente bizonha que trazia cobraria novo alento vendo o superior partido com que havia de pelejar; que achando-se n'esta prudente e militar disposição algum inconveniente, e querendo-se fazer o pleito mais summario pela desconfiança da pouca persistencia da gente, devia ser a força tão artificiosa que se escusasse o maior perigo a um exercito de que totalmente dependia a conservação do reino; que o modo de se conseguir este intento devia ser marchar o exercito com a frente para o quartel da Côte, alojar o mais visinho d'elle que fosse possível, compondo-se os terços de quatro mil homens, os melhores do exercito, com escadas, faxinas e todos os instrumentos de expugnação necessarios para tão grande empreza, e que metade dos batalhões deviam levar faxinas e granadas; que tomado o alojamento, logo que chegasse a noite, se haviam de mandar partidas, que tocassem vivamente armas em todo o quartel, e a vanguarda do exercito se havia de encostar ao quartel da Côte, e atacar as trincheiras, de sorte que os castelhanos entendessem que os outros rebates eram diversões e por aquella parte se intentava o soccorro e para os confirmar n'esta presumpção devia jogar furiosamente a artilheria dos baluartes d'aquella parte e a do forte de Santa Luzia contra o quartel da Côte, mandando juntamente uma grossa partida, que sahisse da praça a tocar-lhe arma; que antes de se dar principio a todas estas operações havia de estar em marcha o troço dos quatro mil infantes e mil e trezentos cavallos e chegar-se com toda a diligencia pela parte das Ameymoas (onde quasi não havia linha levantada) ao forte da Nossa Senhora da Graça e a todo o risco se devia dar o assalto com a infantaria, e não bastando, com os soldados de cavallo desmontados e que logo que esta operação tivesse principio sabiria a cavallaria e infantaria, que houvesse na praça, a ajudal-os, por consistir n'ella a saude publica, e porque o forte era pequeno e facil de ganhar, logo que se rendesse ficava a praça soccorrida, porque o exercito com esta certeza havia de marchar para aquelle sitio e d'elle caminhar para a praça, porque entre ella e o forte não podiam subsistir as tropas inimigas, sem palecerem da artilheria e mosquetaria da praça o ultimo estrago; que a todas estas operações dariam logar as muitas horas que durava a noite, e que os castelhanos divididos na precisa segurança dos quartéis e larga circumvalação das linhas não fariam de noite a menor opposição fóra d'ellas.

Este parecer foi exposto na conferencia por D. Luiz de Menezes, a quem D. Sancho Manuel havia

chamado a conselho por favor particular, não lhe tocando entrar n'elle pelo seu posto. Approvou-o D. Sancho, o conde de S. João e D. João da Silva; seguiram os mais a Diogo Gomes de Figueiredo, que disse que o valor dos portuguezes não necessitava de industrias, nem a qualidade da infantaria do exercito, por ver a maior parte bisonha, dava logar a muitas operações; que o exercito devia marchar pela estrada direita de Estremoz e pela parte dos Murtaes, que ficavam á direita d'aquella estrada, ao pé da Serra de Nossa Senhora da Graça, investir as linhas com as espadas nas mãos ao favor das baterias da praça e da sortida da infantaria e cavallaria d'ella; que com esta resolução e o favor divino, que se devia esperar propicio á nossa justiça, podiamos contar por infallivel a victoria.

Estes votos remetteu D. Sancho Manuel ao conde de Cantanhede, e chegando-lhe seguros, chamou a conselho a André de Albuquerque, D. Rodrigo de Castro, Afonso Furtado e ao conde da Feira, e propondo-lhe as duas opiniões dos sitiados, seguiram todos atacarem-se as linhas pela parte dos Murtaes, sem prevalecer a consideração de se poder achar, como devia suppôr-se, o exercito de Castella formado dentro da linha á nossa opposição; experiencia que totalmente difficultava este intento, ou porque a sciencia militar até aquelle tempo não tinha mais exercicio que o do valor, ou porque a Providencia Divina querendo manifestar a sua misericordia, desviava os discursos prudentes, para que triumphando as armas portuguezas pelos caminhos menos acertados, não perigasse na vaidade o agradecimento.

Tomada esta resolução, fez o conde de Cantanhede aviso a D. Sancho Manuel do que ficava determinado e ordenou-lhe mandasse logo cinco soldados praticos na empanha, para guiarem a marcha do exercito pela parte mais conveniente. Mostrou o successo quanto devia escusar-se um perigo d'esta ordem, porque no exercito havia grande numero de officiaes e soldados que sabiam todos aquelles caminhos e nas observações dos cabos consistia o seu acerto e segurança. Chegou a D. Sancho esta ordem e executando-a com menos recato do que convinha, escolheu os cinco soldados e os examinou se saberiam guiar o exercito pela parte dos Murtaes. Responderam-lhe o que não podiam ignorar e vieram a entender o que não convinha que entendessem, pelo perigo a que iam expostos. Despediu-os D. Sancho e a pouca distancia da praça os fez prisioneiros uma grossa partida, que com outra se occupava em impedir a correspondencia entre a praça e o exercito. Mandou D. Luiz de Haro dividir-os e examinal-os, e com promessas e ameaças se renderam a confessarem ao que eram mandados. Como a declaração de cada um concordou com a que fizeram todos, teve D. Luiz de Haro por sem duvida que o exercito determinava

romper a linha pelo sitio dos Murtaes e persuadido d'esta certeza mandou com grande calor adiantar por aquella parte as fortificações.

O conde de Cantanhede nem D. Sancho Manuel tiveram noticia da perda d'estes soldados, com que ficou muito mais arriscado o intento do exercito; nem D. Sancho recebeu um aviso que o conde lhe fez, de que determinava sair de Estremoz a 11 de janeiro; porque os castelhanos na certeza da visinhança do perigo dobravam a vigilancia e por mais de vinte dias teve só communicação a praça com o exercito na valorosa sahida que fez Gomes Freire de Andrade a tomar posse de uma companhia de cavallos, em que estava provido, acompanhado de Marcos Teixeira, tambem nomeado védor geral da artilheria, e de dois guias, levando Gomes Freire avisos de grande importancia ao marquez de Marialva; os quaes D. Sancho Manuel lhe deu vocalmente por fiar do seu segredo que os não descobrisse em caso que fosse prisioneiro e temer que não pudesse occultar as cartas que levasse. Tiveram a fortuna de que o seu valor e diligencia os livrou de tão grande perigo, conduzindo-os ao exercito, e n'este tempo não houve na praça mais que algumas sortidas de pouca importancia; porque os castelhanos só tratavam de segurar os quartéis com fortificações e de applicar levas de infantaria e cavallaria, para engrossar o exercito, entendendo que desvanecido o soccorro ficava a praça entregue e a provincia perdida.

Eram os mortos em tão excessiva quantidade, que havia dia em que acabavam trezentos, e o numero dos que estavam capazes de ir tomar armas era tão diminuto, que o terço de Agostinho de Andrade, a que se haviam aggregado nove de auxiliares e ordenanças, constava de noventa soldados. A noticia das muitas levas, que entravam todos os dias no exercito de Castella, teve o conde de Cantanhede por Juromentha de Francisco de Brito Freire; porém valoroso e acutelado não quiz communicar a alguma outra pessoa, porque o ardor com que todos caminhavam á gloria d'aquella empresa, não passasse de arrojado e discursivo, pois n'esta occasião a temeridade devia ser contada como virtude na consideração de consistir no soccorro de Elvas a conservação do reino. Havendo n'este tempo chegado todas as levas e carruagens que aguardavam e achando-se promptas todas as mais preparações precisas para tão grande intento, sahiu de Extremoz o nosso exercito, sabbado 11 de janeiro, governado por D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede. Compunha se a cavallaria de 2:500 cavallos e 400 eguas, e constava o trem de 7 peças de artilheria de campanha, com todas as prevenções convenientes. Na rectaguarda do exercito marchavam duas mil cargas de munições e mantimentos e duas mil cabeças de gado para se introduzirem na praça.

(Continua).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS

Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA

Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 13

## ELVAS

(Continuado do numero antecedente)

Quando o exercito sahio de Extremoz não marchou todo unido; ao segundo e terceiro dia da marcha se lhe incorporaram as gnarnições de Juromenha, Villa Viçosa, Borba, Campo Maior, Arronches e Monforte. Tomou o primeiro alojamento em Alcaraviça e continuou a marcha no domingo ao amanhecer. Havendo sido todos os dias antecedentes de excessivas tempestades, este foi de sol claro e resplandecente e serviu de feliz annuncio aos soldados; e logo que sahio da Atalaya dos Mattos, se formou em batalha e como a maior parte da infantaria tinha pouco exercicio fez dilação a fórma e ficou alojado no sitio da Rebola, uma legua da Atalaya dos Mattos.

Na segunda-feira, logo que rompeu a manhã, divididos os claros e compassadas as tropas, marchou a occupar o alto da Atalaya dos Sapateiros, que lhe ficava visinho, e os batalhões da vanguarda desalojaram um batalhão, que havia sahido dos quartéis a reconhecer a marcha e retirar os infantes, que guardavam a Atalaya dos Sapateiros. Brevemente occupou o exercito as collinas da Açomada, de que se descobre a praça d'Elvas e se divisavam as dilatadas linhas dos castelhanos. Valoroso e alegre impulso occasionou em todos os soldados a vista d'aquelle magestoso e militar espectaculo; porque a praça eminente e na apparencia formidavel, mostrava dominar todos os quartéis dos inimigos que lhe ficavam inferiores e a realidade persuadia a que toda aquella machina militar, pelo rigor do contagio era mausolén de grande numero de soldados valorosos e consistia a sua defensa em outros ou moribundos ou combalidos dos ares infeccionados com que a madureza do discurso perturbava toda a alegria dos olhos. Porém esta ponderação dobrava em ardentes estímulos todos os discursos de tal sorte, que não havia soldado de animo tão humilde, que lhe não parecesse pequena empresa romper aquelles quartéis e desbaratar todo o exercito que os animava. O conde de Cantanhede, para introduzir nos sitiados a certeza da sua chegada, mandou disparar a artilheria, a que a praça e o forte de Santa Luzia responderam com repetidas salvas, que em uma e outra parte multiplicaram o alvoroço. D. Sancho Manuel sabindo do cuidado em que o tinha posto a dilação dos aviões ao exercito, se lhe dobrou o

contentamento, que de sorte se diffundiu por toda a praça, que em um mesmo ponto se viram sahir dos alojamentos os sãos com armas, os enfermos animados a tomal-as. D. Sancho acompanhado dos officiaes e pessoas particulares ornados de galas e plumas, montaram a cavallo e sabindo da praça com a cavallaria carregaram furiosamente as sentinellas e companhias da guarda do quartel da Côte e não acharam muita resistencia; porque o cuidado dos castelhanos tinha maior emprego, havendo todo o exercito acudido a formar-se na frente que o nosso trazia e D. Luiz de Haro mandado ao tenente general de cavallaria D. João Pacheco com alguns batalhões a observar o alojamento que o nosso exercito toma a. Fez elle esta diligencia e reconhecendo que se aquartelava no sitio da Amoreira, visinho aos Murtaes, que era a parte que os cinco soldados, que foram prisioneiros, sahindo da praça, haviam signalado para se lhe introduzir o soccorro, não serviu esta confrontação de signal para D. João Pacheco advertir a D. Luiz de Haro fôrmasse o exercito na parte opposta ao nosso intento, antes enganado com o successo de Olivença e tomando por feliz annuncio ter este quartel o nome da Amoreira, que era o mesmo dos que haviam tomado n'aquella occasião, assegurou a D. Luiz de Haro que o nosso exercito caminhava, ou pelos mesmos passos, ou pelos mesmos erros e dando o nome ridiculo de Olivençada a esta sua confiança, pretendeu livrar a D. Luiz de Haro do cuidado que podia ter do nosso intento e conseguiu persuadi-lo a dar ordem que os terços e cavallaria voltassem para os seus quartéis. N'este mesmo tempo, chegando a noite, recolheu-se D. Sancho Manuel para a praça e n'ella accommodou o general da artilheria Pedro Jacques de Magalhães no baluarte do Principe, que dominava o sitio por onde o exercito determinava romper a linha vinte peças de artilheria das mais grossas, de que os castelhanos receberam muito consideravel perda na batalha do dia seguinte. Ordenou D. Sancho que aquella noite estivesse exposto o Santissimo Sacramento, sendo a principal obrigação catholica buscar-se em Deus a primeira segurança. Todos os officiaes e soldados dos terços e cavallaria se preveniram para a sortida, primeiro com confissões, depois com armas, e todos com tanto contentamento que parecia mais celebrar a victoria que preparar para a batalha. Os terços do conde de S. João e Simão Correia da Silva, que por falta de gente se haviam reduzido a um, todos os da

praça e também o terço de Agostinho de Andrade e Diogo Gomes de Figueiredo, ficaram alojados na estrada coberta.

Logo que o nosso exercito tomou o quartel referido, adiantaram-se André de Albuquerque e o conde de Mesquitella a reconhecer os alojamentos inimigos, e observando que as linhas que determinavam romper estavam não só mais levantadas do que suppunham, mas em muitas partes com outras de circumvalação e fortins que as seguravam, entraram em novo cuidado e voltaram a dar conta ao conde de Cantanhede, que ao mesmo tempo havia recebido aviso de Francisco de Brito Freire de terem chegado de socorro aos castelhanos tres mil infantes e quinhentos cavallos. Não fiando esta noticia mais que do seu grande coração, brevemente se desembaraçou do cuidado das novas fortificações, dizendo aos dois cabos que não podia encontrar maior perigo que mudar de resolução, na certeza de que passado o primeiro ardor seria difficil conservar o exercito formado de gente nova e mal disciplinada; juntamente entendeu que não devia buscar outro caminho para socorrer Elvas, tendo feito aviso a D. Sancho que por aquelle determinava romper a linha. Juntos os mais cabos e officiaes maiores, todos ajustaram valorosamente seguir aquella grande empreza na fôrma premeditada.

D. Luiz de Haro, logo que chegou a noite, consultou que chamára a conselho os cabos e os muitos officiaes em serviço e reformados de que se compunha o exercito. Resolveu D. Luiz de Haro que o exercito esperasse dentro das linhas a nossa determinação, porque ainda que as noticias anticipadas insinuavam que pela parte dos Murtaes determinavam os portuguezes romper a linha, alojarem o exercito em aquelle mesmo sitio mostrava evidentemente que a determinação era outra e que este intento podia ser espalhado para trazer áquelle ponto todo o exercito em opposição do nosso, investindo de noite outro posto não imaginado, que seria difficultoso vencer pela dilatada circumvalação das linhas; e que as operações do dia seguinte haviam de mostrar se os portuguezes caminhavam n'esta empreza com a mesma confusão que soffreram no socorro de Olivença, inferencia a que persuadiam as suas primeiras disposições. Estas considerações obrigaram D. Luiz de Haro a segurar com as suas guarnições todos os quartéis, e só nas linhas oppostas ao nosso exercito ficou um pequeno troço de cavallaria e infantaria. Ordenou ao commissario geral D. João Quintanal que com quinhentos cavallos se oppozesse á sortida da praça.

Amanheceu terça-feira, 14 de janeiro do anno de 1639, dia tão faustoso para a nação portugueza. Ao apparecer o sol escureceu o dia uma grossa nevoa, antecipando o lucto ás mortes de que havia de ser testemunha. Toda a noite antecedente se tocára viva-

mente arma em todos os quartéis, vigilantemente guarnecidos pelos castelhanos. Logo que rompeu a manhã sahio D. João Pacheco com alguns batalhões a reconhecer o exercito, e observando que elle nem havia mudado de alojamento, nem pegava nas armas para marchar, em consequencia do nevoeiro — costumando estes accidentes ser as melhores armas dos vencedores — voltou a assegurar a D. Luiz de Haro que n'aquelle dia não poderia haver novidade, de que resultou retirarem-se da linha opposta ao exercito os terços e cavallaria, que de noite a haviam segurado, ficando só guarnecidos os fortins.

Parece que o sol esperou que se retirassem enganados os expugnadores da praça para se manifestar formosissimo pelas oito horas da manhã, convidando o nosso exercito á generosa acção que emprendia. Como as ordens houvessem sido distribuidas na noite antecedente e o exercito tivesse ficado em batalha, não foi necessario mais que pegar nas armas, estender as bandeiras e tocar caixas e trombetas. Antes que a marcha tivesse principio fallou o conde de Cantanhede, galhardo na pessoa, alegre no semblante, n'este sentido:

«Os meus annos e as minhas experiencias, valerosos portuguezes, teem-me dado tão verdadeiro conhecimento dos successos futuros, que do governo politico e do socego da paz passei voluntariamente ao exercito militar e á incerteza dos successos da guerra, não só por sacrificar a vida pela liberdade da patria, que todos restauramos, senão por entender que das mesmas difficultades que se offereceram para juntar este exercito haviam de sabir os instrumentos do socorro de Elvas, apesar da opposição dos castelhanos. Com grande contentamento considero lograda esta esperanza, porque no heroico valor que vejo manifesto em cada qual dos vossos semblantes reconheço que acertei, como Gedeão por Divina Providencia, na escolha dos companheiros que elegi para esta generosa empreza, tendo por infallivel que não pudera n'este instante haver no mundo opposição que bastasse a resistir aos vossos impulsos, quanto mais a debilidade de uma fraca trincheira defendida por uma nação tantas vezes vencida por vós outros e vossos antepassados, e agora enganada presumindo que determinamos romper a linha por outra parte, o que se verifica reconhecendo-se que não tem n'ella guarnição, porque o exercito está dividido em todos os quartéis, tão distantes uns dos outros que muito primeiro havemos nós de chegar a romper a linha que elles a defendel-a, vantagem que desde logo nos começa a assegurar a victoria.

«E' D. Luiz de Haro o general que tenho pôr opposto, a que não reconheço vantagem, e os mais cabos d'este exercito excedem os dos inimigos, como teem mostrado as muitas occasiões que d'elles triumpharam. Entre soldados e soldados vós mesmos co-

nheceis a differença, sem necessitar a minha estimação de explicar o que n'ella venero, esperando ver brevemente provadas estas infalliveis proposições e libertados nossos parentes e amigos sitiados na praça que temos á vista, tanto mais opprimidos do contagio que dos castelhanos, que na guerra das sortidas, que é a que teem sustentado por se não atreverem os castelhanos a caminhar com approxes, sempre teem sahido gloriosamente victoriosos; porém tão lastimosamente offendidos pelas enfermidades que me assegura D. Sancho Manuel que ha dias em que morrem trezentos homens, e como é infallivel que se lhe não accudirmos perecerão todos, devemos gastar mais o tempo nas obras que nas palavras, assegurando-vos que vereis as minhas em tudo conformes. E' tempo, valorosos soldados, de investir aquellas linhas, de vencer aquelles inimigos, de soccorrer aquella praça e de livrar os nossos venerandos e legitimos principes do cuidado com que aguardam a noticia d'este successo.»

Em um só rumor, melhor entendido que explicado, respondeu o exercito ao conde de Cantanhede, e manifestou o desejo com que todos estavam de investir as linhas. Não deu tempo a prudencia do conde a outra novidade, conhecendo que os generaes devem venerar e usar d'estes impulsos. Mandou que o exercito marchasse a atacar os fortins e linhas oppostas, na disposição das ordens antecedentes e na fórma seguinte.

Pouco distante da linha da vanguarda marchou o tenente mestre de campo general Diogo Gomes de Figueiredo com os sargentos maiores João Machado Fagundes, Antonio Tavares da Costa, Fernando Martins de Seixas, Alvaro Saraiva, Antonio de Vasconcellos e mil infantes escolhidos em todos os terços, armados de mosquetes, pistolas, partezanas, espadas e rodela, e os mosqueteiros com feixes de fachina para cegar o fosso.

A vanguarda da infantaria, governada pelo conde de Mesquitella, constava de tres mil infantes repartidos em cinco terços, de que eram mestres de campo Pedro de Mello, que occupava o lado direito, e Antonio Galvão, que occupava o lado esquerdo.

Dezeseis batalhões de cavallaria, que constavam de mil e duzentos cavallos, guarneciam os flancos dos cinco terços, governados pelo general da cavallaria André d'Albuquerque, assistido no lado direito, onde marchava, do tenente general Diniz de Mello e Castro e do commissario geral João Vanichelli; o lado esquerdo governava o tenente general Achim de Tamaricurt, acompanhado do commissario geral João da Silva de Sousa.

Constava a batalha de dois mil infantes formados nos esquadrões do conde da Torre, sitiado em Elvas, governados pelo sargento maior Manuel Nunes Leitão. Seguia-se Luiz de Sousa de Menezes, Affonso de Bar-

ros Trovão, o terço de Francisco Pacheco Mascarenhas, tambem sitiado, que governava o sargento maior Manuel da Silva Dorta, Antonio de Sá Pereira, e no lado esquerdo o terço que havia sido do barão de Alvito, commandado pelo sargento maior Balthazar de Sá. Outros dezeseis batalhões, compostos de novecentos cavallos, guarneciam o corpo da batalha. Governava o lado direito Gil Vaz Lobo, o esquerdo o tenente coronel Manuel Freire de Andrade.

Constava a reserva de dois mil infantes divididos nos terços de Gregorio de Castro de Moraes, que marchava no lado direito, Alvaro de Azevedo, Lucas Barroso, Luiz de Mesquita e Gabriel de Castro. Cobria estes terços e segurava as bagagens o tenente general Pedro de Lalanda, com oito batalhões, que se compunham de quatrocentos cavallos e quatrocentas egãos.

O general da artilheria Affonso Furtado de Mendonça fez jogar as peças que levava de uma eminencia que descobria o logar da batalha, laborando em grande prejuizo dos castelhanos; e deixando-a accommodada e guarnecida, passou á vanguarda da infantaria.

O conde de Cantanhede elegeu por capitão da sua guarda, em logar de D. Luiz de Menezes, sitiado em Elvas, a Pedro Cesar de Menezes, que fazia batalhão com André Gatino, capitão de arcabuzeiros da guarda, e marchou na frente da batalha acompanhado de D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, de Garcia de Mello, monteiro-mór do reino, que havia trazido ao exercito quatrocentos espingardeiros de Mertola, de Christovão de Mello, Luiz de Saldanha, Gonçalo Pires de Carvalho, Manuel Freire de Andrade, governador da praça de Peniche, do capitão Miguel Alvares Galvão, do tenente de mestre de campo general Manuel Lobato Pinto e do capitão Mathias Correia de Faria.

Logo que o exercito começou a marchar, observando da praça D. Sancho Manuel a sua resolução, deu ordem ao conde de S. João, a Simão Correia da Silva e a Diogo Gomes de Figueiredo que marchassem da porta da Esquina, onde haviam ficado aquella noite, a formar-se junto ao ribeiro de Chinchas, que corre entre a praça e o forte de Nossa Senhora da Graça, e que observando os movimentos do nosso exercito obrassem em seu soccorro o que julgassem mais conveniente, não se arrojando porém sem grande causa ao maior empenho, pela contingencia do successo do exercito e pouca e debilitada guarnição com que a praça ficava. Mandou dizer ao commissario geral D. João da Silva, que estava formado no outeiro de S. Pedro com cento e setenta cavallos e cincoenta espingardeiros, que deixava na sua eleição executar o que julgasse mais conveniente em beneficio do exercito. Logo que recebeu esta ordem marchou a incorporar-se com os terços no ribeiro de Chinchas.

Na companhia de D. Luiz de Menezes, que cons-

tava de sessenta e cinco cavallos pelos muitos que nas sortidas havia tomado aos castelhanos, iam o conde da Torre, Fernando da Silva e Luiz Lobo da Silva; era seu tenente José Pessanha de Castro.

D. João da Silva tirou das companhias vinte e cinco cavallos e entregou-os ao tenente Russo. Ordenou-lhe que observando de um alto que ficava visinho as operações do exercito e as dos inimigos o fosse avisando para tomar a resolução mais conveniente. Fernando da Silveira, que era dotado de valor intrepido e invencivel, arrojou-se a acompanhar o tenente; apesar de lhe terem pedido todos, principalmente o conde da Torre e D. Luiz de Menezes, seus sobrinhos, que não tomasse aquella arriscada resolução, não foi possível desviar-o de ser uma das primeiras vidas que se sacrificou pelo soccorro da praça de Elvas. Seguiram esta partida com duas mangas de mosqueteiros os capitães de infantaria Miguel Carlos de Tavora e João Furtado de Mendonça, afim de dar calor na aspereza das serras á cavallaria que avançasse.

Na fórma referida marchava o exercito, aguardado na praça pelos sitiados, quando D. Luiz de Haro, avisado pelos eccos das caixas e trombetas, e reconhecendo o engano que havia soffrido, montou accleradamente a cavallo. Nos quartéis em que assistiam o duque de S. German, o mestre de campo general D. Rodrigo Moxica, o duque de Ossuña, general da cavallaria e o general da artilheria D. Gaspar de la Cueva, todos confusamente fizeram marchar os terços e batalhões que encontravam e lhes foi possível conduzir, e correram a remediar o damno que tão manifestamente os ameaçava, pretendendo guarnecer a linha que o nosso exercito investia, que era a que corria do mosteiro de S. Francisco para o forte de Nossa Senhora da Graça, pelo sitio dos Murtaes; porém, como a circumvalação fosse muito larga, quando o nosso exercito chegou ás linhas não haviam os castelhanos formado na sua opposição mais que alguns terços confusos e alguns batalhões embarçados.

D. Luiz de Haro subiu ao forte de Nossa Senhora da Graça, governado pelo mestre de campo D. João de Zuñiga, a observar a determinação do nosso exercito, dizendo em mal explicadas palavras, pelo sobresalto repentino, que accudissem todos a defender nas linhas a honra da nação e o perigo das armas.

O duque de S. German e o mestre de campo general, com summa diligencia formaram os terços que de todos os quartéis vieram accudindo. O duque de Ossuña, com mais largo giro foi unindo os batalhões, que precipitadamente corriam sem ordem, e marchou com elles a remediar o damno que por instantes crescia. D. Gaspar de la Cueva fez jogar a artilheria na melhor fórma que n'aquelle repentino accidente lhe foi possível. Os grandes, titulares, pessoas particula-

res e officiaes reformados, que eram muitos, accudiram ao logar em que ameaçava maior perigo.

Neste tempo havia chegado o nosso exercito á linha. Conforme a disposição referida se adiantou Diogo Gomes de Figueiredo com os sargentos maiores e infantés, que governava, e lançando as fachinas no fosso, usando vivamente das mampostas, começaram a fazer a primeira brecha. Promptamente chegaram a ajudal-os os terços da vanguarda, investindo cada um d'elles, sem descompôr a fórma, o fortim ou linha com que topava, para que fosse bem dilatada a brecha que se abrisse. Com ardor inexplicavel cegavam uns o fosso, outros abatiam a terra, outros saltavam nas trincheiras ajudados pela bateria da artilheria da praça, que furiosamente laborava. Apesar das repetidas cargas dos castelhanos e de toda a sua opposição começaram-se a formar dentro da linha os terços dos mestres de campo Antonio Galvão e Bartholomeu de Azevedo, a tempo que o commissario geral da cavallaria D. João Quintanal, que tinha ordem para se oppôr á sortida da praça com quinhentos cavallos e com errada confiança havia passado a noite fóra dos Oliveiros para a parte de Campo Maier, vinha baixando com valorosa diligencia do alto do monte de Nossa Senhora da Graça, pretendendo romper a infantaria que se ia formando. O tenente Russo, seguindo a ordem que D. João da Silva lhe tinha dado, avisou-o d'este movimento.

D. João, ornado de prudente e promptissimo valor, reconhecendo que este era o melhor e mais util emprego da cavallaria, que mandava contando os soldados pelo valor e não pelo numero, avançou em tão feliz tempo, que occupando o espaço que ainda achou livre entre os nossos dois terços e os batalhões castelhanos, os investiu com tal impeto que os obrigou a fugir. Os nossos soldados, seguindo-os com menos ordem da que D. João desejava, obrigaram muitos a saltar fóra das linhas e a despenharem se da serra. Quando começavamos a baixal-a accudiu aos castelhanos que fugiam um grande troço de cavallaria, da parte do quartel da Vergada, e obrigando-os a formar de novo todos carregaram os da sortida e pelo excesso do numero lhe suspenderam o ardor; porém, como o sitio era estreito e a serra aspera, pelejaram por muito tempo, sem darem logar aos castelhanos a ganharem terreno, com grande utilidade dos que rompiam a linha. Sendo obrigados a ceder foram-se retirando, ficando na rectaguarda D. João da Silva, o conde da Torre, D. Luiz de Menezes, José Pessanha, Luiz Lobo e os officiaes da praça já nomeados. Todos em um corpo, fazendo varias voltas, se foram retirando. Em uma d'ellas cahiu o cavallo ao conde da Torre, que valorosamente pelejava.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 14

## ELVAS

(Concluido do numero antecedente)

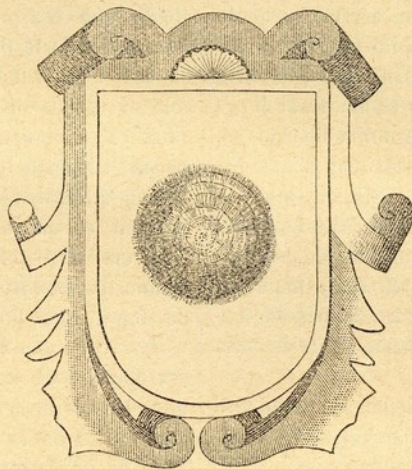
Aproveitando este contratempo carregaram sobre elle grande numero de castelhanos; accudiu-lhe Antonio Heitor, Francisco Velho da Fonseca e Manuel Gonçalves, soldados particulares, e rompendo por toda a opposição dos castelhanos deram-lhe logar a que recuperasse o seu cavallo, o que fez com grande accordo, sem o embaraçar uma ferida que recebeu em o alto da cabeça e a grande molestia da quêda, que o obrigou a recolher-se á praça.

Na fórma referida viemos pelejando até ao alto da serra, e quando já era impossivel resistir ao impeto dos castelhanos fomos oppertunamente soccorridos pelos tenentes generaes da cavallaria Diniz de Mello e Castro e Achim de Tamaricurt com os batalhões da linha da vanguarda, a cujo valor adheriram de novo os batalhões da praça, obrigando os castelhanos a voltar as costas. Seguiram-nos até ao quartel da Vergada, onde fizeram alto, lembrando-lhes D. Luiz de Menezes o successo de Carlos VIII, rei de França, na batalha de Tarro, ganha por se divertir a cavallaria alemã no alcance dos que fugiam.

Voltou a cavallaria a buscar o logar da batalha e acharam que as duas mangas de Miguel Carlos e João Furtado, depois de haveram subido até ao forte de Nossa Senhora da Graça e pelejado com grande valor se tinham unido com os seus terços. Os terços da vanguarda do exercito, assistido de André de Albuquerque e do conde de Mesquitella, rôta a linha, ganharam um dos cinco fortins que a guarneciam. O conde de Cantanhede observando este feliz principio, marchou com todos os terços, que divididos em varias operações fizeram retirar os primeiros defensores da linha. Como os fortes, que estavam bem guarnecidos, eram o maior obstaculo, accudiu um grande troço de castelhanos a soccorrer um d'elles, que An-

dré de Albuquerque havia mandado atacar. Ordenou a Gil Vaz e Manuel Freire que com os batalhões da segunda linha os investissem. Avançaram elles em tão bom tempo que acharam com a mesma resolução o conde de S. João e Simão Correia da Silva, que impacientes do socego, interpretando a ordem de D. Sancho Manuel a favor do seu impulso, passaram o rio, buscaram a linha, subiram por ella e fizeram render o forte que estava atacado e os castelhanos intentavam soccorrer. O mestre de campo Diogo Gomes de Figueiredo, seguindo a opinião de que a ordem de D. Sancho lhe não dava logar a passar o rio, ficou formado junto a elle.

O duque de S. German, vendo que por instantes caminhava o exercito de Castella à ultima ruina, applicava com notavel diligencia e summo valor reduzir os terços e cavallaria a fórma conveniente e engrossar por todas as partes os soccorros, assistido do duque de Ossuña com um grande grosso de cavallaria na linha opposta ao lado direito do nosso exercito; por este respeito e haver d'aquella parte linha de contravalação, era por ella maior a resistencia. D. Luiz de Haro, que no principio da batalha, como dissemos, tinha subido ao forte de Nossa Senhora da Graça, já n'este tempo se havia retirado a Badajoz, dei-



Brazão d'armas da Ericeira

xando n'aquelle sitio o mestre de campo general D. Rodrigo Moxica, que tambem o desamparou, antes de chegar a noite, vendo sem remedio perdida a batalha.

O conde de Mesquitella e Affonso Furtado assistiam valorosamente ao ataque dos fortes e a todo o exercito animava a presença do conde de Cantanhede, que a todas as partes accudia com incessante diligencia, ajudado do valor das pessoas nomeadas que o acompanhavam. Um dos fortes que atacava o terço de Fernando de Mesquita, persistindo animosamente em se defender, mandou o conde de Mesquitella ao mestre de campo Alvaro de Azevedo Barreto que o investisse com o seu terço. Valoroso e diligente, deu

ordem á execução, e com tanta felicidade que escapou o forte á custa das vidas que pretenderam defendel-o. Foi tanto menos feliz a conquista do outro forte que fez lamentavel toda a gloria d'aquelle dia. André de Albuquerque, que havia empenhado n'aquelle empreza todo o seu valor e toda a sua prudencia, ajudava na vanguarda averiguando a parte em que era maior o perigo, para lhe acudir com o remedio. Depois de haver logrado varias vezes este intento, attendeu a um forte que na linha de contravaliação seguava o duque de S. German com a gente que lhe assistia, e viu que o terço de Luiz de Souza de Menezes perdia o terreno que havia ganho, sem animar os soldados o valor do seu mestre de campo já mortalmente ferido.

Como em todo o decurso de sua vida não tolerou André de Albuquerque que os seus soldados voltassem as costas ao inimigo, arrojou o cavallo ao centro do esquadrão, exhortou os que se retiravam e persuadindo-os a que voltassem as caras, levou os junto da estacada do forte e tocando nas estacas com a bengala advertiu-os como haviam de arrancar-as. Obedeceram os soldados, emendando o erro antecedente. Uma bala, mandada do forte, acertou no peito de André de Albuquerque, com effeito tão seguro que infelizmente lhe tirou a vida. Assistiram aos ultimos momentos d'este illustre varão o vedor geral Jorge da Fonseca e o contador geral Antonio de Torres, que não podendo com as muitas lagrimas dilatar-lhe a vida levaram o seu corpo para Elvas. Quasi ao mesmo tempo que foi ferido André de Albuquerque, recebeu o duque de S. German uma bala de mosquete no alto da cabeça, pelo que affrouxou mais por aquelle ponto o combate, porque na sua pessoa consistiu n'aquelle occasião a maior parte da resistencia que fizeram os castelhanos.

Tamaricurt e Diniz de Mello, depois de seguido o alcance do inimigo até ao quartel da Vergada, voltaram, como referimos, a incorporar-se com o exercito, e D. João da Silva, por ordem do conde de Cantanhede, ficou com as companhias da praça dando calor ao assalto que aquella noite se deu ao forte de Nossa Senhora da Graça. Como n'este tempo por todas as partes se declarava a victoria a favor das nossas armas, marchou o conde de Cantanhede a segurar com o soccorro o triumpho na entrada da praça, e de sorte se havia exposto em todo o conflicto aos maiores perigos que permittiu a Pedro Cesar de Menezes que com o batalhão da sua guarda soccorresse os que atacavam os fortins, ameaçados por um grosso de cavallaria que determinava investil-os. Avançou Pedro Cesar a tempo tão conveniente que livrou todos do risco que corriam com a morte de muitos castelhanos. Perdeu alguns soldados do seu batalhão e o capitão André Gatino, francez, que havia servido com muito acerto e por muitos annos o nosso paiz.

Fez o conde alto na linha, porque ainda durava a resistencia de alguns fortes, e mandou marchar as cargas de munições e mantimentos para a praça.

D. Sancho Manuel, vendo chegada a hora que tanto desejava na afflicção que padecera no sitio, que com tanto valor, prudencia e zelo havia sustentado, acompanhado de todas as pessoas principaes, que na praça se não achavam enfermas, veio receber ao rio Ceto o conde de Cantanhede e exercitar o posto de André de Albuquerque, deixando a praça entregue a Pedro Jacques de Magalhães, que tinha feito jogar a artilheria com tão feliz emprego que respeitada pelos castelhanos foi uma das causas principaes de achar o nosso exercito facilitada a opposição na entrada das linhas.

O conde de Cantanhede continuando a marcha, entrou em Elvas e foi á sé render graças a Deus por tão assignalado beneficio. Depois voltou ao exercito, que se aquartelou de noite em o valle que fica entre a praça e o forte de Nossa Senhora da Graça, que ainda persistia na resistencia, e da mesma sorte outro, governado pelo mestre de campo D. Nicolau Fernandes de Cordova. Entendendo o conde de Cantanhede que era preciso, antes de amanhecer, que se rendesse o forte da Graça, mandou ordem ao general da artilheria Affonso Furtado para que o atacasse com os terços do conde de S. João, Simão Correia da Silva e companhias de outros com que se reforçaram. Disposto o assalto avançaram os dois mestres de campo, assistidos de Affonso Furtado, e lançando-se com os officiaes e muitos soldados que os seguiram em o pequeno fosso, receberam consideravel damno das bombas, granadas e outros instrumentos de fogo, que do forte se arrojaram. Pretendendo varias vezes montar as trincheiras reconheceram que era impossivel fazel-o pela falta de fachinas e escadas. Depois de feridos os mestres de campo e Miguel Carlos de Tavora e João Furtado de Mendonça, além de ferido queimado por uma panella com polvora, e muitos soldados mortos, mandou Affonso Furtado que se retirassem. A mesma ordem deu a D. João da Silva, que com as companhias da praça havia assistido ao assalto e segurado na rectaguarda a marcha da infantaria. A' meia noite chegaram ao exercito, onde receberam nos louvores do conde de Cantanhede o premio do trabalho que haviam padecido no sitio e na batalha.

Os castelhanos usando do beneficio da noite retiraram-se para Badajoz e com tanta confusão e desordem que muitos pereceram na corrente do Caia e do Guadiana.

Logo que amanheceu marchou D. Sancho Manuel com toda a cavallaria, e mandando avançar o commissario geral D. João da Silva até Caia, recolheu duas peças de artilheria, que foram as unicas que os castelhanos pretenderam retirar, grande porção de

munições e cinco carroças de D. Luiz de Haro. Espalharam-se os soldados pelos quartéis, em que acharam grande despojo, porque as casas de madeira em que D. Luiz de Haro assistia, as tendas dos cabos, officiaes e pessoas particulares, todas tinham adereços e alfaias de grande preço. Justificou o desaccordo da retirada dos castelhanos deixar D. Luiz de Haro na sua secretaria todos os papeis de que ella constava e n'elles manifestos os intimos segredos que tratava com o rei de Hespanha.

D. Sancho Manuel mandou dizer a D. João de Zuñiga e a D. Nicolau de Cordova que entregassem os dois fortes que governavam, pois deviam ver atalhados com a fugida do seu exercito todos os caminhos de defendel-os. Rendeu-se D. João; porém D. Nicolau persistiu em que não havia de entregar-se senão ao conde de S. João. Concedeu-se-lhe, logrando o conde o merecido applauso de conhecerem e confessarem os inimigos as suas grandes virtudes. Rendidos os dois fortes cessou de todo o conflicto. Os soldados e paisanos, gloriosos e em grande numero, lograram saborosamente o descanso merecido por tão heroico e feliz trabalho.

Os castelhanos soffreram uma das maiores derrotas de que ha memoria, porque depois de haverem entrado de soccorro no seu exercito trinta e seis mil homens, achou D. Luiz de Haro para defender as linhas no dia da batalha quatorze mil infantes e tres mil e quinhentos cavallos. No dia seguinte ao da batalha, passando-se revista ao exercito em Badajoz, não se contaram mais que cinco mil infantes e mil e trezentos cavallos, e d'estes pereceram depois muitos de enfermidades adquiridas no rigor do inverno e incommodidades do cerco. Entre os prisioneiros vieram grande numero de officiaes maiores e inferiores, em serviço e reformados, e muitas pessoas de distincção. Foram os prisioneiros mais de cinco mil, além de seiscentos feridos e enfermos, que o conde de Cantanhede piedosamente mandou para Badajoz. Recolheram-se no trem da artilheria dezeseite peças de varios calibres, tres morteiros, cinco petardos, quinze mil armas, muitas bandeiras, quantidade de munições, e conduziram-se para a praça grande numero de mantimentos.

Antes de se dividirem pelas prisões de outros logares os prisioneiros de maior importancia, que estavam alojados na casa da camara de Elvas, o conde de Medelim, que era um d'elles, levemente ferido, teve industria para fugir para Badajoz, acompanhado de um religioso que tambem havia ficado prisioneiro; ajudou-lhe a ligar a roupa da cama em que dormia á grade de uma das janellas da casa em que estava, desceu á praça sem prejuizo, buscou uma cortina da muralha, que o religioso tinha examinado, por ser de menos altura que as outras e mais desoccupada das sentinellas. Ligaram os dois uma corda a uma peça

de artilheria, lançaram-se por ella, acharam dois cavallos promptos, montaram n'elles e chegaram a Badajoz sem encontrar obstaculo que os embaraçasse. Este successo abreviou a diligencia de se dividirem os prisioneiros pelas prisões do interior do paiz.

Os mortos do nosso exercito de mais relevantes consequencias foram o mestre de campo general e general da cavallaria André de Albuquerque, e D. Fernando da Silveira, irmão do conde de Sarzedas e conselheiro de guerra. O mestre de campo Luiz de Sousa de Menezes tambem morreu em resultado das feridas que recebeu valorosamente na batalha. Perderam ainda a vida n'ella os capitães de cavallaria João Ferreira da Cunha e André Gatino, dez capitães de infantaria, dois ajudantes, dez alferes e cento e setenta e sete soldados. Ficaram feridos os mestres de campo conde de S. João, conde da Torre, Simão Correia da Silva, Bartholomeu de Azevedo Coutinho, Antonio Galvão, o tenente de mestre de campo general Acenso Alvares Barreto, Luiz Francisco Barem, quatro sargentos maiores, um ajudante de tenente, vinte e tres capitães de infantaria, oito ajudantes, vinte e dois alferes, trinta e dois sargentos e seiscentos soldados.

No dia seguinte ao que se ganhou a batalha mandou o conde de Cantanhede sepultar no mosteiro de S. Francisco o corpo de André de Albuquerque, com todas as funebres demonstrações militares que merecia a memoria de um varão de tão excellentes virtudes. A todas as mais pessoas particulares se deram sepulturas em os conventos e igrejas de Elvas, e algumas que tinham jazigos proprios ficaram em deposito. Tambem se enterraram todos os cadaveres dos castelhanos e portuguezes, victimados na campanha, não só por piedade mas ainda por prevenção para os ares se não corromperem. Acabadas todas estas pias attenções mandou o conde de Cantanhede desfazer as linhas e fortins que circumvalavam a praça, o que se executou com difficuldade, porque a infantaria como era de gente collecticia não aguardou permissão para se ausentar. Desoccuparam-se os hospitaes dos convalescentes, que se mandaram para Evora e Estremoz; e a muitos custou a vida o desejo de lograr a liberdade, acabando nas estradas que seguiam para ganhar a saude que desejavam. Os males dos sitiados estenderam-se de tal sorte a todos os logares do reino que morreu n'elle grande numero de gente.

---

## ERICEIRA

---

Acha-se esta villa situada sobre um pequeno golpho, na costa do Atlantico, a 50 kilometros ao NO. de Lisboa.

O nome provém-lhe da grande quantidade de ouriços que existem em toda a costa, chamando-se-lhe

por esse facto *Oyriceira*, do qual com o andar dos tempos se derivou o que hoje usa, tendo ainda em memoria d'essa circumstancia por brazão de armas um ouriço no meio do escudo.

Comquanto a Ericeira seja considerada povoação antiquissima, não ha noticia alguma da sua origem, nem encerra em si vestigio algum que demonstre a sua antiguidade. O documento mais positivo que existe com respeito a esta villa é o foral que lhe foi dado em 1369 por el-rei D. Affonso IV.

D. Manuel reformou o foral em 1513, accrescentando-lhe outras concessões, doando a villa por essa occasião ao infante D. Luiz, seu filho, que a legou a D. Antonio, prior do Crato.

Como é sabido, D. Antonio fez tenaz opposição aos castelhanos, sustentando os seus direitos á corôa portugueza, e por isso quando Filippe II se apossou do reino lhe sequestrou todos os bens para a corôa, fazendo depois doação d'esta villa, *de juro e herdade*, a Luiz Alvares de Azevedo, e como viesse a pertencer a uma filha d'este, que era freira em Odivellas, a abbadessa d'aquelle convento vendeu o senhorio a D. Diogo de Menezes, que pouco depois foi feito conde da Ericeira.

Ainda se vê na povoação, posto que já cahido em ruinas, o palacio d'esta esclarecida familia, que tantos varões illustres tem dado á patria, especialmente nos reinados de D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II, pelos relevantes serviços prestados á independencia e á litteratura nacional.

Os condes da Ericeira lavaram bem a nodoa de aceitar um titulo do usurpador da corôa portugueza. O primeiro, D. Diogo de Menezes, mordomo-mêr de Filippe IV, teve quatro irmãos que morreram ao lado de D. Sebastião, em Alcacer Quibir, no fatalissimo dia 24 de agosto de 1578.

D. Francisco Xavier de Menezes foi um escriptor profundo e elegante, que produziu estimadissimos trabalhos, hoje considerados classicos.

D. Luiz de Menezes, tão conhecido pelo seu livro *Portugal Restaurado*, foi general de artilheria e veador de D. Pedro II, e dirigiu os negocios publicos com grande sabedoria, promovendo o progresso da industria e das artes, pelo que lhe deram o merecido cognome de *Colbert* portuguez. Consta que possuia uma livraria com perto de dezoito mil volumes e manuscritos de immenso valor. Suicidou-se, atirando-se de uma janella do palacio ao jardim. Este palacio era situado na rua chamada dos Condes, em Lisboa, e foi devorado com a preciosa bibliotheca por um incendio, no dia 1 de dezembro de 1755, por occasião do grande terremoto.

Era a vivenda dos condes da Ericeira uma das mais sumptuosas da capital do reino. Foi edificada por Fernando Alvares de Andrade, em 1533. O paço, officinas e cavallariças, occupavam todo o espaço que

medeia entre a actual rua dos Condes e o largo da Annunciada.

A sumptuosa residencia tinha uma magnifica entrada, com grutas e fontes, e um jardim, no qual se admirava uma cascata, obra prima do esculptor romano Bernini, e que constava não ter rival em toda a peninsula. Continha ainda o *palacio da Annunciada* 120 casas, 10 pateos, jardins e hortas, um museu com mais de 200 quadros, entre os quaes figuravam alguns de Corregio, Rubens e Ticiano, cartas hydraulicas, levantadas pelos primeiros descobridores das nossas conquistas, etc.

A *Historia do Imperador Carlos V*, escripta por D. Luiz de Menezes, era uma das obras notaveis que enriqueciam a bibliotheca do palacio, assim como um livro intitulado *Herbolario*, que foi de Mathias Corvino, rei da Hungria.

O tronco da familia dos condes da Ericeira foi D. Fernando de Menezes, o *Roxo*, pae de Henrique de Menezes, illustre vice-rei da India. Da idade de 27 annos succedeu no vice-reinado ao immortal D. Vasco da Gama, e foi um dos bravos governadores da Asia portugueza. Morreu em Cananor, em 1526, contando apenas 30 annos de idade. Camões immortalizou-o no canto X dos *Lusiadas*.

Esta villa foi escollida por D. Antonio, prior do Crato, para desembarcar em 1589 parte das tropas inglezas com que imaginára realisar a expulsão dos hespanhoes. Foi infeliz a expedição, porque tendo-se divulgado que o pretendente realisára um tratado pelo qual Portugal era dado como colonia á Inglaterra, os ericeirenses e o resto do paiz não acudiram ao appello do prior, que por esse facto teve de desistir da empreza.

Foi praça de armas maritima e ainda hoje possui um forte, construido no reinado de D. Pedro II.

O porto da Ericeira é formado por um reconcavo quasi circular, todo garnecido de rochedos, que vão diminuindo em grandeza até deixar aberta uma estreita garganta por onde entra o mar e singram as pequenas embarcações n'esta pequenina bahia. A entrada é difficil pela força com que ali rebentam as vagas; além de ser accessivel, pela estreiteza da entrada, só a embarcações costeiras de pequena lotação.

E' aspera a descida para o porto, que se faz por uma calçada sustentada por muralha formidavel.

Enfim, é frequentado por grande numero de barcos de pesca, que é a principal industria local, fazendo grande concorrencia para o littoral. A gente da localidade é ousada e emprehendedora, não se limitando a pescar ao longo das costas da Extremadura, mas demandam tambem as de Marrocos e tem feito até diversas expedições aos bancos da Terra Nova.



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>A</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 15

## ESTREMOZ

É uma das mais formosas villas da provincia do Alemtejo, e está edificada na raiz e encosta de um monte, corôado por um antigo castello, que deu origem á povoação.

Duas versões existem com respeito á etymologia do nome da villa. Uma diz que o vocabulo Estremoz provém da grande quantidade de tremoceiros que revestiam o monte, quando D. Affonso III mandou construir o castello em 1258, por causa das correrias que os mouros faziam na provincia; outros dizem que o nome lhe adveiu de estar visinha ao *extremo* da provincia. Parece, entretanto, mais rasoavel a primeira versão, por isso que nas suas armas figura tambem um tremoceiro.

Não se sabe se esta povoação já existia no tempo dos romanos, mas é de supôr que sim, em vista dos cippos, inscrições, sepulturas, etc., que ali teem apparecido. É certo, porém, que foi povoação mourisca, sem que se saiba o nome que então tinha. Parecem confirmar este facto os antigos muros d'um grande lago quadrado a que o vulgo dá o nome de *tanque dos mouros*, situado 400 metros ao S. da villa, e dos quaes ainda restam vestigios. É provavel que os arabes a abandonassem quando os christãos resgataram do seu poder as terras circumvisinhas, em 1166.

O que é incontestavel é que não havia na localidade povoação alguma quando se lançaram os fundamentos da fortaleza; mas n'aquelle tempo procuravam-se os abrigos fortes para agrupar na visinhança as habitações, e assim succedeu com aquella, de maneira que em breve trecho se tornou o castello de Estremoz protector de povoada aldeia, concorrendo tambem para que os habitantes augmentassem de dia para dia.

Tão rapido foi este augmento que o mesmo rei D. Affonso III ainda lhe deu foral modelado pelo de

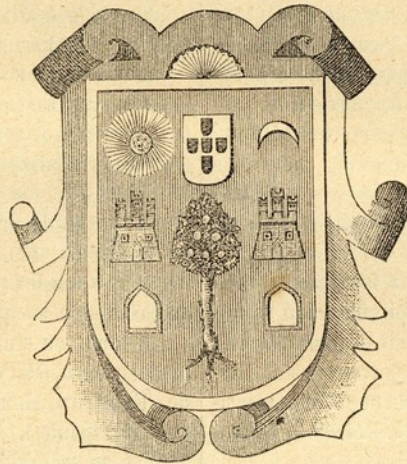
Santarem, o qual foi reformado por D. Manuel em 1512.

No castello residiram el rei D. Diniz e sua esposa, a famosa rainha D. Isabel, a quem a igreja chamou Santa, e de quem a tradição tantos prodigios conta; esta virtuosa senhora, dotada de tão peregrinas qualidades, morreu em Estremoz, assim como D. Pedro I, que ali entregou igualmente a alma ao Creador.

Nas guerras da independencia com a Hespanha, distinguu-se Estremoz de maneira muito notavel; as obras de fortificação que a constituiram boa praça de guerra, começaram desde logo, depois da gloriosa revolução que expulsou do paiz o estrangeiro. Ao principio as obras foram frageis, mas passados poucos annos fizeram-se com solidez, segundo os preceitos da arte, ficando a villa guardada com obras de defeza, tendo dez baluartes, tres meios baluartes, e um reducto, fóra os revelins e mais obras exteriores. Reparou-se tambem por esse tempo o antigo castello, que passou a ser cidadella da praça, construindo-se tambem nos montes visinhos duas fortalezas, sendo uma composta de quatro baluartes e a outra um simples reducto, denominado de Santa Barbara.

Os hespanhoes convergiram para este ponto em uma das suas investidas, e ali proximo se deu a famosa batalha de *Montes-Claros* em 1665, em que o valente marquez de Marialva e o marechal Schomberg, os dois heroes principaes da famosa guerra chamada dos 27 annos, se cobriram de immarcessivel gloria.

Ao lado O. da fortaleza está a capella de Santa Isabel, construida no proprio quarto em que esta virtuosa rainha exhalou o ultimo suspiro. Foi mandada fazer por D. Leonor, esposa de D. João IV, depois da victoria das *linhas de Elvas*, em cumprimento de um voto feito por D. Luiza para se vencer esta batalha. El-rei D. João V, sempre magnificente em todas as suas obras, dotou a historica ermida de Santa Isabel com riquissimas alfaias, e deu-lhe grandes ren-



Brazão d'armas do Estremoz

das, que em 1831 foram julgadas *bens nacionaes* e vendidas em hasta publica. Foi, portanto, fechado e abandonado este monumento, digno do eterno respeito dos portuguezes!

O antigo palacio de D. Diniz, contiguo á capella, foi depois convertido em armazem de munições de guerra, e por fim serviu de paiol da polvera, até 17 de agosto de 1698, em que pela uma hora da tarde, ardeu, em resultado de uma horrivel explosão, que destruiu todo o edificio e arruinou algumas casas da villa.

Em 1738 fundou-se no mesmo logar, por ordem de D. João V, a grande sala de armas, um dos mais ricos e curiosos museus de objectos militares que havia na Europa e o unico de Portugal, desde que o terramoto de 1755 destruiu o que existia nos paços da Ribeira, em Lisboa.

Continha o museu militar de Estremoz 40:000 espingardas, 10:000 pistolas, armas de toda a qualidade, de varias épocas, algumas muito antigas, armaduras completas de ferro e de cobre, etc., etc.

Em 1809, os francezes espoliaram a famosa sala de armas de todas as suas preciosidades para enriquecerem com ellas os museus militares de Paris; mas julgando este roubo ainda pequena façanha, quizeram fazer saltar a torre pelos ares, para o que a minaram, enchendo a mina de barris de polvera, e, lançando fogo a um comprido rastilho, deitaram a fugir.

O fogo, porém, não se communicou á polvera, e este venerando monumento foi ainda salvo da ferocidade dos novos vandalas das Gallias. Hoje serve de quartel militar.

Houve tambem n'esta villa uma fundição de artilheria. Ainda em março de 1874 foi offerecido ao fallecido rei D. Luiz I, o modelo antigo de uma peça de artilheria, de bronze, da fabrica portugueza de Estremoz. Tem as armas reaes de Portugal, e a inscripção seguinte: *Arsenal de Estremoz—1799 = Ultima ratio Regni.—C. (calibre) 14.*

Entre os numerosos varões illustres que tiveram berço n'esta villa, citaremos os seguintes:

Manuel Alves Pêgas, nascido a 4 de dezembro de 1633, e fallecido em Lisboa a 12 de novembro de 1696, sendo sepultado no claustro do convento do Carmo. Foi o mais distincto jurisconsulto do seu tempo, exercendo importantes emprezas na magistratura e escrevendo muitas obras de jurisprudencia, ainda hoje estimadas.

Manuel Gomes Freire, mais conhecido na republica das letras pelo nome de Frei Agostinho de Santa Maria, que adoptou na religião. Nasceu a 28 de agosto de 1642. Era filho de Antonio Freire e de Catharina Gomes.

Em 18 de dezembro de 1663 tomou o habito dos eremitas descalços da Ordem Reformada de Santo Agostinho, introduzida recentemente em Portugal,

sendo elle o primeiro noviço admittido á nova congregação, professando em 19 de dezembro do anno seguinte, no convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, extra-muros de Lisboa, deixando então o nome do seculo.

A muita virtude juntava muita instrucção e amor ao trabalho. Foi feito chronista da sua ordem, prior do seu convento de Evora, secretario da provincia, tres vezes definidor geral, e por fim vigario geral de toda a congregação. Apesar de todas as suas occupações escreveu varias obras, muito apreciaveis e que sobem a 28 tomos as impressas, além das ineditas. A melhor das suas obras publicadas é o *Santuário Marianno*, 10 volumes em 4.º, impressos em Lisboa desde 1707 até 1723. Os escriptos d'este douto varão eram correctos e elegantes.

Morreu em Lisboa, a 2 de abril de 1728, na provecia idade de 86 annos. Foi sepultado na igreja do convento de Nossa Senhora da Boa-Hora. Quando se profanou este convento, para n'elle se estabelecerem os tribunaes de justiça da 1.ª instancia, o retrato de Frei Agostinho foi para a Bibliotheca Nacional, onde existe.

Tambem é filho de Estremoz o arrojado africanista Victor Gordon, ao qual adiante nos referimos.

A villa é grande e consideravel; a parte mais formosa é a que assenta na planicie, onde existe uma bella praça ou largo, cercado de boa casaria, tendo ao centro um chafariz monumental com oito bicas e tres tanques.

O brazão de armas consta de um escudo em campo vermelho, tendo um tremoceiro verde entre sol de ouro e lua de prata, dois escudetes, igual numero de castellos e as quinias no alto.

A torre ou cidadella é tão alta que d'ella se avista Portalegre, Marvão, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Fronteira, Monforte, Veiros, Villa Boim, Albuquerque (Hespanha), Evora-Monte, Vimieiro, Arrayolos, Aviz, e as serras da Estrella e Monte-Junto.

O barro e os marmores de Estremoz são bem conhecidos e afamados até mesmo no estrangeiro.

Os pucaros de barro d'Estremoz, destinados para se beber agua fria, sempre lograram celebridade. Brantôme refere que o Delphin, filho de Francisco I, costumava beber á mesa, excessiva quantidade de agua; e que uma dama da rainha D. Leonor, por nome D. Ignez Beatriz Pacheco, teve o desvelo de mandar buscar a Portugal, para o principe, vasos de barro, que faziam a agua mais fresca e sadia, e que na cõrte portugueza se usavam.

Eram por certo os pucarinhos d'Estremoz. O italiano que escreveu a relação da viagem do cardeal Alexandrino a estes reinos diz que de certo barro das visinhanças d'aquella villa «fazem vasos muito lindos e jarros, pelos quaes costumam beber os fidalgos e até o proprio rei». Do *Aquilegio Medicinal*,

pelo dr. Francisco da Fonseca Henriques, a pag. 207, vê-se a reputação que tinham em tempo de D. João V; diz o auctor que eram «bem conhecidos não só na provincia do Alemtejo e em todo o Portugal, mas em Castella, em Italia, e em outros reinos para onde os levam, e em que são justamente estimados.»

O naturalista Ulysses Aldrovando, no seu *Museum metallicum*, louva grandemente as virtudes do mesmo barro, como besocartico e contraveneno.

O dr. Henriques, que o cita, nota-lhe exaggeração, mas inclina-se a applicar o barro d'Estremoz medicinalmente. Seja-nos licito duvidar d'essas virtudes: basta que lhes reconhecamos a de fazerem mui fresca e em certo modo deliciosa a agua que por elles se bebe.

\*  
\*  
\*

Victor Cordon, o arrojado africanista cujos feitos enobrecera a patria, é natural d'esse oasis de ideaes bellezas, conhecido pelo nome de Estremoz. Ali nasceu em uma casa da rua de Santo Antonio, n.º 18, 20, 22 e 24, e no dia 15 de março do anno corrente completou 38 annos de idade. Tendo completado os primeiros estudos, e desejando seus dignos progenitores D. Emilia Eugenia das Dôres e Jacome da Silva Cordon, dar-lhe uma honrosa carreira, transferiram para a capital a sua residencia, e matricularam o filho no lyceu. Aos 18 annos sentou praça o glorioso estremocense, e sete annos depois pizava pela vez primeira o sólo africano, onde o seu nome tinha de immortalisar-se. Sahiu de Lisboa com o posto de alferes, e seguiu viagem no transporte *India*, como membro da expedição que foi a Ambaca para fazer os estudos e proceder á construcção do caminho de ferro.

A missão especial de Victor Cordon era a construcção da linha telegraphica de Loanda, partindo do Cuanza e atravessando o Dondo, o que fez com a intelligencia e bom senso que tanto o recommendam á estima publica. Em 1879 passou a exercer o cargo de chefe do serviço telegraphico angolense, commissão de serviço que conservou tres annos, até que foi chamado a governar o Ambriz. Com as funcções de governador acompanhava as da direcção das obras publicas, na mesma circumscripção, e d'ali o transferiram para o Novo Redondo, na mesma situação official.

Era áquelle tempo governador geral de Angola o sr. Ferreira do Amaral, o qual tinha este digno official em devida consideração pelo talento e competencia que vinha demonstrando; convidou-o a tomar a direcção dos trabalhos da célebre ponte sobre o Lucalla, a que pôde chamar-se um vigoroso laço do progresso, ligando o Dondo e Cazengo á formosa capital do estado de Angola.

Depois de tres annos de trabalhos assíduos, em

que Victor Cordon arriscou vida e saude, pela influencia mórbida do clima, ficou concluida a ponte *Pinheiro Chagas*, com geral satisfação dos commerciantes das localidades beneficiadas por esse facto. Da digna e intelligente direcção dada pelo nosso arrojado africanista fallam bem alto os louvores com que os povos e o governo a exalçaram, e o habito de Christo, com que o agraciou o governo metropolitano, que d'esta vez, ao menos, soube applicar bem as referidas distincções.

Em 1888, depois de um anno de licença na metropole, partiu para Moçambique, á frente de uma expedição que se havia organizado para explorar os sertões d'aquella rica provincia. N'esta empreza civilisadora teve o brioso official por companheiros os valentes exploradores Paiva de Andrada e Antonio Maria Cardoso.

Em 16 de fevereiro de 1889 chegou á villa do Zumbo, tendo subido o rio Zambeze. A recepção feita pelo potentado Araujo Lopo ao nosso compatriota, foi magifica. Este régulo que habita a margem direita do rio indicado, é naturalmente inclinado á civilisação. Respeita os portuguezes, e vendo no illustre africanista Victor Cordon um mensageiro do progresso, acolheu-o benevolamente, e prestou-lhe mesmo alguns serviços.

Coadjuvou-o poderosamente nos trabalhos preliminares da expedição, organisando-se um troço de mil e quinhentos homens, e acompanhou o destemido explorador. A Panhame chegaram a 8 de junho, tendo ido pelo rio do mesmo nome. Cordeal e respeitoso foi o régulo Chipuril, o qual não só recebeu dignamente o heroico official do exercito portuguez, mas até lhe pediu a cedencia de uma bandeira, declarando ser a unica que reconhecia e fazia respeitar do seu povo como symbolo de gloria, e que com ella se apresentaria no campo de batalha, defendendo-se dos Mattabeles.

A grande alma do benemerito Cordon rejubilou decerto ao aceitar o termo de vassallagem ao rei de Portugal, assignado pelo Chipuril e os grandes do estado.

Eguaes demonstrações deu o régulo Inhamaconde, a quem foram distribuidas tambem algumas bandeiras portuguezas, que hoje fluctuam em seus vastos estados, no Maconde. Este rico potentado, não satisfeito em prestar os maiores obsequios ao representante de Portugal, renovou os protestes de vassallagem, e ordenou grandes festas publicas em honra de Victor Cordon, além do que distribuiu muitos presentes pelos expedicionarios. D'ali partiu a expedição acompanhada por Inhamaconde até á confluencia do Sanhati com Mufful, residencia do régulo Choto.

Em Sanhati, na foz, deteve-se o nosso compatriota, e ali fez construir uma *arínha* a que deu o nome de *Luciano Cordeiro*, e dentro d'essa fortificação edificou uma povoação que denominou *Villa da Princesa*.

*Amelia.* Quatro mezes demorou o illustre africanista n'essa estancia desgraçada, onde nenhum recurso havia para viver quem quer que fosse. A expedição, falta de munições, de comestiveis, sem meios de havel-os, exposta ás hostilidades proprias do clima, começou a resentir-se, e a ser dizimada pelas febres. Mez e meio decorreu sem que outra alimentação houvesse além da carne de um buffalo, já em grande adiantamento de putrefacção. Gravissimas doenças do aparelho digestivo se manifestaram, e áquelle envenenamento dietetico succumbiram bastantes negros. Victor Cordon resistia a todos os ataques da miseria e da fome. Afastado do convívio da civilização, com o pensamento na patria e a vontade de ferro ao serviço de uma causa nobilitante, desdenhava todos os perigos, suplantava todas as contrariedades. A travessia dera-lhe momentaneamente uma illusão querida. Tinha visto aqui e além perdidos laranjaes e limoeiros no meio das gigantescaes vegetações tropicaes, similhando letras dispersas do nome PORTUGAL. Havia tambem vestigios de minas de oiro, mas como elle não professa a religião do *Deus metal*, da qual são ardentes apostolos os piratas albionenses, não era ali que demorava a attenção.

Aquelles arbustos que vegetavam incultamente, nostalgicos do céu protector que tem azuladas doçuras tão cariciantes como o olhar de mãe, davam-lhe saudades das poeticas paizagens dos nossos formosos campos, e recordavam-lhe os ignotos heroismos de que uma simples planta é muitas vezes glorioso padrão, e de que a historia não conhece, nem tem o minimo indicio em suas paginas de luz.

Que mãos teriam plantado essas viridentes arvores de pómos de oiro, que ali protestavam contra a selvageria da colossal fauna africana? Quasi despojado o paiz, sem meios de communicacção com qualquer ponto civilizado, não foi decerto um *diletanti* agricultor que tal fez! Para atravessar similhantes paragens é necessario ser movido ou pelos sentimentos da civilização, ou pela torpeza da cubica. Mas quem tem apenas em mira a acquisição das riquezas mineiras, quem considera as viagens só pelo ponto de vista commercial, não tem a lembrança de depôr no sólo um delicado arbustinho, cuja flôr symbolisa a innocencia, cujo aroma tem impregnações de ingenuidade infantil.

Quem plantou aquellas lorangeiras e limoeiros regou-os talvez com as lagrimas com que a saudade e a esperanza refrigeram a febre do desespero. Devia ter sido obra dos missionarios, dedicados soldados da paz, exploradores dos paizes selvagens, onde vão lançar punhados de luz suavissima. Sim, devia ser obra sua. E' assim que elles respondem aos insultadores de officio, que condemnam a esmo o clero, sem fazerem selecção de membros sãos e membros enfermos.

Mas nós, que temos por lemma a justiça, admiramos do intimo da nossa consciencia esses heroes do christianismo, para os quaes não ha retribuição, mas injusta hostilidade, e que por entre innumerables perigos desbravam os cerrados matagaaes da ignorancia e da ferocidade gentilica. E quantas, quantas vezes o epilogo dos seus trabalhos tem por scenario a labareda da fogueira, e os seus serviços á civilização são expiados no meio de horriveis torturas!

De todos os que em phreneticas invectivas se pronunciam contra os missionarios, quantos teriam a coragem de que serenamente se revestem esses homens dedicados, que sem esperanças de recompensas abrem caminho ao brilhante exercito dos legionarios do progresso! E no entanto enormes serviços teem elles prestado á civilização, e reconhecidos devem ser no seu justo valor.

Se é difficil conquistar pelas armas, muito mais o é conquistar pela palavra, pela persuacção, os povos selvagens, e acoçados pelo odio de raça. Para sermos inteiramente leaes devemos dar aos missionarios africanistas tanta consideração quanta damos aos nossos valentes exploradores. Do contrario denunciariamos a parcialidade e falta de justiça, que nem honram quem a patenteia, nem podem agradar ao espirito esclarecido d'aquelles a quem se pretenda louvar.

Não tem auctoridade no louvor ou na censura quem o faça por accinte ou por malevolencia.

Depois dos soffrimentos da expedição na *aringa* do Sanhati, Victor Cordon *farto de fome* e de carne de *buffalo pódre*, voltou ao Zumbo, em outubro de 1889. Aqui foi recebido com enthusiasmo, mas pouco tempo se deteve, seguindo pelo Zambeze em direitura a Quilimane.

Na derrota da viagem conseguiu prender o infamissimo assassino Cicoongo, chefe ou coisa parecida, de uma quadilha de dez salteadores. Tinham elles assassinado em pleno matto a familia do portuguez Costa, constante de marido e mulher e duas creanças.

Em Quilimane encontrou o nosso brilhante official a Paiva de Andrade, e juntos organisaram novas expedições destinadas a outros pontos sertanejos. N'estas patrioticas romarias, civilizando e conquistando vassallagem para Portugal, estava o brioso africanista, quando os dolorosos acontecimentos de 11 de janeiro vieram acordar, instantaneamente, por desgraça a alma nacional, longamente mergulhada na inercia do pensar e da acção. Por ordem do governador geral de Angola recebeu ordem de recolher a Loanda, e d'ali para a capital.

(Continúa).

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 16

## ESTREMOZ

(Conclusão)

Crêmos que ao receber a noticia do que vinha de acontecer á nação portugueza se lhe alanceiou o coração tão lealmente portuguez! Quem lhe teria dito que emquanto a sua vida era devotada ao engrandecimento do patrio nome, emquanto elle recolhia preitos e homenagens a Portugal, arrostando perigos e arriscando a existencia, uma torpissima rapacidade assestava na face nacional a mais tremenda bofetada de que ha memoria!

Vêr de repente baixar um destino que lhe mercia tanto interesse, vêr a patria coberta de crepes quando elle buscava engrinaldala de louros, vêr de rastros, na lama do opprobrio um povo que tanto era admirado no interior da Africa, foi-lhe mais doloroso mil vezes do que a fome que soffreu, do que os perigos que supportou e venceu como um titan. Homem de rija tempera, valente e lealissimo coração de ouro, quem podêra vêr as lagrimas que te correram pelas faces beijadas pelo sol dos tropicos, no momento em que a patria deshonorada bradava em vão vingança!

Apunbalaram-te a mão adorada, mancharam o immortal colobio da patria aos olhos das nações cultas, e tu, alma de luz e pulso de bronze, nem podias derramar por ella o teu sangue, nem obrigar o infame que a ferira a dobrar perante ella a repellente cerviz! Despotismo crudelissimo pezava sobre esse valente, torturando-o e revoltando-o pela impotencia a que o reduzia a covardia alheia. Ali, em Loanda, face a face com as tradições do passado, pungentes mágnas lhe devem ter torturado o espirito. A estatua de Salvador Correia, a de Pedro Alexandrino eram de ora ávante a reprodução do propheta biblico, escrevendo no livro da historia patria as terriveis palavras da destruição.

Sim! No festim das conveniencias individuaes, n'esta orgia do egoismo em que se corrompe e se embriaga o espirito bodierno, paira a condemnação expressa DO MANE THECEL PHARES, propheta temerata que nem as lagrimas dos valentes conseguirá diluir!

Com estrondeantes manifestações de gratidão haveria a capital recebido o arrojado patriota, se lh'o permitissem... As razões que determinaram o retrabimento forçado não honram quem o instigou. Superior a qualquer consideração deve collocar-se sem-

pre o espirito do civismo. Em qualquer paiz bem orientado, e escrupuloso em pontos de honra nacional, o governo seria o iniciador de festejos patrioticos em hora dos seus preclaros filhos. Aqui julga-se do modo singular. Festejou-se o principe de Galles de maneira pomposa, mas recebeu-se Victor Cordon com entusiasmo negativo, e abstenção plena de manifestações civicas.

Mas que admira? O arrojado africanista, ao entrar na capital d'esta degenerada nação, transpoz os limites de uma necropole em que agonisa a gloria portugueza aos pés do seu immortal cantor, de cujos olhos correm bronzeas lagrimas sobre as ruinas d'esta desolada Pompea.

Não succedeu o mesmo em Estremoz. Ali ha energias indomaveis, e consciencias engrandecidas pela patria comprehensão. O que vem de passar-se na encantadora villa alemtejana deve envergonhar a capital. Apenas chegado á estação da sua terra natal, foi agradavelmente surprehendido o heroico official do luso exercito pela numerosa concorrencia de cidadãos de todas as classes, que em entusiastico alvoroço o saudavam. A philarmonica União rompeu em alegre unisono de musicas festivaes, e a concorrencia era imponentissima.

A Sociedade Recreativa Popular dedicou-lhe brilhantes festas. A casa da associação e o largo da Porta Nova regorgitavam de pessoas de todas as classes e cathogorias, portiando em prestar homenagem ao homem distincto que honra a sua nacionalidade.

As philarmonicas União e Lusitana tocavam no coreto da sociedade o hymno dedicado ao illustre africanista, e quando este deu entrada na sala as meninas Conceição entoaram-no com as suas admiraveis vozes, vibrantes de sacrosanto entusiasmo.

A sessão solemne foi aberta pelo sr. Luciano Fataça, discursador eloquente e inspirado poeta. S. ex.<sup>a</sup> fez a apresentação do benemerito Cordon, em phrase levantada, digna da solemnidade que se realisava. Com justo motivo deve a Sociedade Recreativa Popular orgulhar-se do seu talentoso director, porque se algum podesse pôr em duvida os meritos de Luciano Fataça, ter-se-hia arrependido n'esse memoravel dia. Em seguida ao mimoso e talentoso poeta usou da palavra o dr. Julio Martins, a quem cabe tambem o mais rasgado louvor. O seu discurso, cheio de verdades amarissimas, manteve-se em elegante dicção, e prestou homenagem ao homem excepcionalmente dedicado

que se festejava. Discursou depois o sr. dr. Almeida, juiz municipal de Villa Viçosa, com bastante proficiência e facilidade, arrancando ao auditorio calorosos applausos. E por ultimo fallou o sr. Araujo, sub-inspector escolar, que em um conceituoso e bem elaborado discurso justificou os seus creditos de homem de superior intelligencia e profundos conhecimentos historicos. A sua primorosa oração foi escutada com respeito e attenção e applaudi-la com enthusiasmo. Concluido este discurso encerrou a sessão o digno presidente erguendo a Victor Cordon sentidos e conscienciosos vivas a que a assembléa correspondeu calorosa e patrioticamente.

Foi lida uma delicada poesia dedicada ao corajoso africanista; a leitura foi feita pelo auctor, o sr. Abreu Vianna. Terminada a parte litteraria e patriótica da reunião começou o baile, que concluiu já quando a madrugada vestia a sua branca túnica franjada de rubis.

O dia 3 de junho ficará memorando na historia da terra natal de Victor Cordon. Foi o dia da brilhante apothese que jámais se riscará da ideia de quantos a presenciaram. O senado estremocense reuniu-se ao meio dia na sala das sessões municipaes. Estavam presentes os dignos edis Antonio da Cruz e João Antonio Margalho, bem como o illustre presidente da camara, dr. Joaquim Antonio de Calça e Pina. Um numero incalculavel de cidadãos, e de damas, enchia os salões aguardando com ansiedade a chegada do seu benemerito conterraneo. Victor Cordon fez o tracto pelas ruas da villa entre alas compactas de povo que o saudava commovido e com a expansão sublime da boa e lealissima alma portugueza. Como elles o adoravam! Os velhos recordavam-se da creança que ahí brincára, e narravam com legitimo orgulho as vezes que lhe tinham affagado a cabecita, ou trazido ao cõllo. As mais simples particularidades da sua infancia viviam a lume como casos de grande monta, e os que nunca tinham ouvido fallar do glorioso militar julgavam que jámais se havia elle apartado dos seus olhos, tal era o affecto e admiração que por elle sentiam. Abeita a sessão á chegada de Victor Cordon, o eloquente presidente do municipio expoz em levantado estylo o motivo da reunião, e dirigiu ao preclaro filho de Estremoz os louvores que lhe são devidos, tornando ao alcance de todas as comprehensões os bem evidenciados serviços que o valente africanista prestou á Patria, ao Progresso, á Humanidade emfim.

O sr. dr. Calça e Pina produziu um discurso monumental, como só os sabem conceber espiritos verdadeiramente superiores, e raramente illustrados. Ergueu-se depois o heroico filho de Estremoz, agradecendo commovidissimo aquella expansibilidade dos seus compatriotas pelo sólo e pela nacionalidade. Suas palavras cabiam como gottas de luz na alma dos briosos estremocenses. A maneira como fallou das arris-

cadissimas viagens que fez, tão modesta, tão gentil, produziu o effeito que facilmente se prevê. Não houve mulher que não considerasse honra suprema ter gerado tal filho, não houve pae que não desejasse que seus filhos fossem imitadores rigorosos d'esse brilhante cidadão, cuja modestia está na proporção da valentia de animo e fidalguia de coração. Terminado o discurso do illustre africanista Victor Cordon, dirigiram se todos á rua de Santo Antonio, hoje rua de Victor Cordon, descobrindo o dr. Calça e Pina a lapide commemorativa do nascimento do varão insigne que se festejava, e a que contém o nome da rua. Uma e outra estavam cobertas pela bandeira nacional. N'este solemniissimo instante tocavam as duas philarmonicas União e Lusitana, expressamente convidadas pela camara para abrilhantarem a festa civica. Tambem foi lido um telegramma da Sociedade de Geographia, de Lisboa, constando do seguinte :

«Lisboa, 3, ás 9 h. e 5 da manhã.—Camara municipal de Estremoz.

Sociedade de Geographia sauda n'essa illustre corporação a patria Victor Cordon. Congratulando-se pela manifestação de justiça ao patriótico official.

Secretario

*Luciano Cordeiro.*»

Assignou-se depois o auto da inauguração na mesma casa em que nasceu o illustre estremocense. A rua não podia conter quantos desejavam assistir á commovente manifestação. A's janellas, elegantemente vestidas estavam centenas de senhoras, lançando flores na passagem do insigne official, e per entre feitiços sorrisos reluziam lagrimas de devoção civica, que fazia palpitar aquelles ingenuos corações de mulheres portuguezas, sempre doces no remanso do lar, e heroicas em momentos de perigo para a Patria.

O auto da inauguração da lapide consta do seguinte theor :

«Auto da inauguração de uma lapide commemorando os relevantes serviços prestados á Patria pelo illustre africanista Ex.<sup>mo</sup> Sr. Francisco Maria Victor Cordon, e collocada na parede exterior da casa em que nasceu o illustrado africanista na rua de Santo Antonio d'esta villa de Estremoz.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa, ao tres do mez de junho do dito anno, n'esta villa de Estremoz, rua de Santo Antonio da mesma, sendo presente a camara municipal d'este concelho de Estremoz, representada por seu presidente o Dr. Joaquim Antonio de Calça e Pina e vereadores no fim assignados, e bem assim muitas pessoas de todas as classes d'esta mesma villa, se procedeu á inauguração de uma lapide commemorativa dos altos e relevantes serviços prestados á Patria

nas possessões portuguezas da Africa pelo valente e distincto tenente Francisco Maria Victor Cordon, sendo a mesma lapide collocada na parte exterior da casa da rua de Santo Antonio d'esta villa, que tem o numero de pòlicia 22, na qual nasceu aquelle benemerita tenente, como foi comprovado por competente certidão junta ao requerimento dirigido á predicta camara pelo illustradissimo cidadão Luciano Maria da Silva Fataça, em que pediu que a camara mandasse fazer e collocar a predicta lapide, o que foi deferido em sessão camararia de 10 de março do corrente anno. E para constar se lavrou o presente auto que sendo lido e achado conforme foi pela camara e mais pessoas presentes assignado. E eu Joaquim Ignacio de Queiroz, secretario da camara municipal d'este concelho de Estremoz, que o escrevi.

*Joaquim Antonio de Calça e Pina.*

*João Antonio Margalho.*

*Antonio da Cruz.*

*Francisco Maria Victor Cordon.*

(Seguem-se 62 assignaturas de cidadãos estremocenses.)

Concluida a cerimonia voltaram todos aos paços do concelho, onde o sr. Luciano Fataça agradeceu á digna vereação e aos estremocenses em geral a alta comprehensão que tiveram do fim a que visavam as festas, e exaltando os meritos, as briosas acções do distincto varão honra e orgulho da patria, pediu-lhe que tomasse sob a sua protecção a bella mas pouco ditosa villa que tivera a gloria de amparar-lhe os primeiros passos na vida.

Levantada a sessão foi Victor Cordon acompanhado a casa do sr. Domingos Joaquim da Silva, onde se hospedára, por toda a vereação e cavalheiros presentes. Calorosos vivas, delirantes saudações resoavam em toda a povoação, que assim dava uma severa e justissima lição ao indifferentismo dos poderes publicos.

N'essa noite houve brilhante reunião na Sociedade Circulo Estremocense, que para receber o valente africanista tinha sido adornada com luxo e bom gosto. A casa da entrada, armada em sala de armas com trophes de armas africanas, idolos do gentio e pelles de animaes ferozes, era de um effeito surprehendente, e de uma revelação altamente sympathica. Numerooso concurso de socios e suas familias enchia as salas de alegria, e de expansibilidade. Orou o meritissimo presidente da camara, que é presidente da assembleia geral da associação, com a habitual eloquencia que todos lhe reconhecem. Orou tambem o sr. dr. Sarzedas, presidente da direcção, agradecendo a Cordon o ter accedido o convite da sociedade, e como cidadão portuguez saudou o bravo filho de Estremoz, cujo no-

me a historia registra com reconhecimento perpetuo.

Esplendido foi o discurso do sr. dr. Martins, o qual produziu extraordinaria sensação. Nem ha palavras com que elogiar esse formoso ramilhete de perolas. Ao terminar rompeu unanime côro de ovações, e vivas a Cordon, á patria e á nossa independencia. Em seguida começou o baile, cheio de vida e de regosijo. Victor Cordon participava da alegria espalhada no ambiente. Cada qual queria ouvir-lhe a narração dos episodios das suas travessias, contados por elle com inexcedivel naturalidade e graça. Era o idolo de todos; disputava-se uma palavra sua com raro empenho, e escutavam-n'o com aquella adoravel vaidade das mães que ouvem dos labios de um querido filho a historia da immortalidade d'esse ente consagrado.

Outro baile se realisou no dia immediato, tão animado, tão concorrido e esplendoroso como o primeiro.

Chegou porém o dia da partida, e de toda a alegria só ficou a recordação, e a saudade d'aquelle heroe tão brilhante quanto modesto, tão despretencioso como patriótico.

Com que simpleza adoravel narra elle os perigos que passou, a que chama meros episodios! Quando se ouve a Victor Cordon accodem logo á lembrança certos *charlatães célebres* que para se elevarem a uns actos de fanfarronice praticados, buscam depreciar os verdadeiros homens de merito. Que distancia d'esses *pyrotechnicos* diplomados a este modestissimo valente, que se esforça em fazer acreditar que percorrer o interior da Africa é quasi o mesmo que viajar nos jardins do Algarve ou nos viridentes campos do Minho!

E contudo esse bondoso official, tão delicado e agradável em qualquer salão, tão lhano e accessivel para todos os compatriotas, é bravo como um leão em frente do inimigo. A physionomia franca e leal torna-se então severa e inflexivel, e a mão que se estende exptonea e affectuosamente ao mais humilde homem de probidade, empunha logo a espada com a valentia fria e serena bravura dos vetustos heroes da lusa historia.

Mas, dolorosa decepção! De tanto valor, de tantos sacrificios, que ficou de util á patria? O nobre lusitano, digno filho d'esta nação de immortaes! O que resta d'esses arrojados empreendimentos que teu nome ergueram ao capitolio dos heroes? Roubaram-te! A tua excepcional dedicacão foi ludibriada pelos *bandidos salysburianos* no dia em que o maldicto *ultimatum* cabiu no regaço da mãe patria como um canhão de chumbo derretido!

A *aringa* Luciano Cordeiro, homenagem ao genio activo, e ao preclaro talento d'esse homem illustre, e destinada a sustentar o protectorado portuguez do Mashona, lá fica em poder dos infames contra quem era destinada a funcionar. Construida á custa de estranhos sacrificios, custando a vida a bastantes ho-

mens e a saude ao brilhante fundador, servirá para assassinar os direitos naturaes d'aquelles miserandos africanos, os quaes servem de trafico aos caçadores de escravos, que trabalham de commum accordo com os vandalos da Gran-Bretanha. Ali, onde a fome torturou o glorioso africanista portuguez, hão-de locupletar-se miseraveis que de homens não merecem o nome.

Contra Victor Cordon, contra a civilisação e o humanitarismo, triumpho a *Lubengata*, isto é, a traição, a crueldade, a selvageria. E Portugal não tem forças para castigar os algozes da sua honra! Apertam-lhe o coração no circulo ferreo do opprobrio, e ainda lhe impedem o desabafo das lagrimas!

Diga, diga o destemido fundador do forte do Sahnati se maior dôr lhe alenceou jámais o puro coração do que a que lhe produziu o covarde procedimento dos inglezes! Terra sagrada pelo sangue de denodados campeões do progresso, eil-a envilecida, injuriada por um punhado de rapinantes sequiosos de ouro e de cerveja, incapazes de comprehendereem que alguém se sacrifique pelo bem alheio.

Fracos perante as nações poderosas, atrevidos em face dos pequenos estados, não são feitos para respeitarem as tradições de um povo que tornou seu nome conhecido nos dois hemispherios, e que fez do amor pela patria uma austera e gloriosa religião. Sabidos do nada, creados no tirocinio da pirataria, sentem na epiderme o esporim do grande conquistador Guilherme, e nos ouvidos os gritos de terror que tem arrancado ás suas victimas, e por isso se arrastam aos pés de quem os fustiga e dão aos protestos das nações que lhe soffrem as injurias a gargalhada cynica do salteador, garantido na sua impunidade.

E para este resultado quantos heroismos toem assombrado a Europa! Quão rapida ha sido a decadencia de Portugal! E' pois bem certo que junto de todo o Capitolio colloca a desgraça uma Rocha Tarpeia!

De tanto fastigio, de tantos triumphos nem quasi a memoria resta. Ninguem ousaria suppôr no primeiro terço do decimo quinto seculo que aquelle pertinaz e sábio filho do mestre de Aviz, cuja vida decorreu no estudo das rôtas para as conquistas ultramarinas, estava trabalhando nas descobertas que deviam aproveitar aos famelicos escalrachos da odiosa Albion.

E comtudo a fatalidade não foi incoherente! O primeiro capitulo das nossas conquistas foi escripto com o sangue do virtuoso e amantissimo principe D. Fernando, a quem bem cabe o nome de martyr do civismo -- o epilogo do longo heroismo deve ser diluido em lagrimas! Para aquelle o *miserere* das recordações, para este os responsos da vergonha.

Victor Cordon! Assassinará a tua obra, mas nós, as mães portuguezas, guardamos o teu nome no sacario do nosso amor, para de lá o transmittirmos ás consciencias de crystal dos nossos adorados filhos.

Emquanto existir uma mulher digna compatriota das mulheres fortes da lusa historia, o teu nome ha-de ser um symbolo de honra, de talento, de civismo!

ANGELINA VIDAL.

\* \* \*

A 15 kilometros ao SO. de Estremoz, de cujo concelho faz parte, está situada em eminencia a villa de Evora Monte.

E' povoação antiquissima, mas não se sabe ao certo quem foram os seus fundadores, ainda que pelo seu nome se suppõe terem sido os *eburones*; e, sendo assim, tem mais de 3:800 annos de existencia.

Segundo a *Evora Gloriosa*, pag. 297, esta villa foi colonia dos primeiros eborenses (*eburones*.)

D. Affonso I resgatou-a do poder dos arabes, em 1166, mandando-a logo povoar.

D. Affonso III deu-lhe foral em 1248, ampliando-o e concedendo-lhe maiores privilegios em 1271.

Dizem alguns escriptores que o primeiro foral não foi dado por D. Affonso III em 1248, nem em 1271 o segundo; mas que foi D. Diniz que lhe deu o seu primeiro foral em 1248.

D. Manuel concedeu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1516.

Parece que Evora Monte já tinha algumas obras de fortificação do tempo dos romanos, provavelmente de Sertorio, mas foi D. Diniz que a cingiu de muralhas e lhe edificou o castello, em 1312. Até este anno parece que esteve abandonado, porque a povoação que para ali mandou D. Affonso I, vendo-se em uma villa aberta e exposta ás continuas correrias dos mouros, a abandonára; por isso só se principiou a povoar com permanencia desde que se fortificou.

Um espantoso tremor de terra que houve em fevereiro de 1531, e que durou oito dias, causou grandes ruinas a esta villa, demolindo muitas casas, parte das fortificações e matando varios habitantes. El-rei D. João III mandou então reedificar a parte arruinada das muralhas e concorreu para a reconstrucção das casas dos mais pobres.

N'esta villa foi assignada, em 27 de maio de 1834, a convenção, pela qual a França, Inglaterra e Hespanha obrigaram D. Miguel e o seu exercito a depôr as armas.

Tambem pertence ao concelho de Estremoz a povoação do Ameixial, celebre por ali se haver dado a batalha em que as armas portuguezas sahiram tão gloriosamente vencedoras das poderosas hostes castelhanas. Já descrevemos minuciosamente este successo na primeira série d'esta publicação.



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 17

## EVORA

Antiquissima e importante cidade, conserva ainda actualmente bastante lustre, não tendo seu nome deshonrado as gloriosas tradições, que tanta preponderancia lhe grangearam na peninsula hispanica.

Suppõe-se que foi fundada pelos *eburones* 2039 annos antes da nossa era, os quaes lhe deram o nome de *Ebura*, *Ebora*, ou *Elbura*.

Foram os *eburones* povos que habitaram a Hespanha duzentos e tantos annos depois do diluvio de Noé, mas dos quaes poucos vestigios restam.

Sob o dominio romano floresceu esta cidade honrada com a qualidade de municipio do antigo direito latino, em virtude do que eram os seus moradores considerados no gozo de todos os privilegios e isenções de cidadãos romanos.

*Liberalitas Julia* se chamou então á opulenta cidade, e do que foi, do que mereceu á consideração dos romanos fallam ainda os seus arruinados monumentos, phrases dispersas de uma civilisação e de uma grandeza nunca mais alcançada desde que os seus brilhantes dominadores foram forçados a abandonal-a em outras mãos, menos liberaes e artisticas.

D'então por diante, exceptuando a acção benefica e patriotica do grande Sertorio, todas as demais foram, ou indifferentes, ou nocivas á opulenta povoação. Em tempo d'aquelle preclaro general Quinto Sertorio attingiu Evora o maximo esplendor. Foi elle quem a mandou fortificar, rodeando-a tambem de uma cinta de muralhas com quatro portas, defendida por muitas torres, tudo solidamente construido, segundo os preceitos d'aquella era belligerante.

O palacio em que habitava o valente adversario de Roma era um verdadeiro monumento de arte, estragado depois pela imbecilidade fradesca. Este palacio serviu primeiramente de habitação episcopal, sendo em seguida aproveitado para convento de freiras.

Sabe-se quanto valor abrigava o excelso coração do grande homem, cujo nome, depois de Viriato, constituiu o maior terror das aguias vencedoras. Pois o seu caracter particular estava em perfeito paralelo ao animo guerreiro que demonstrou em todos os seus actos.

A estas altivosas qualidades adjungia um animo magnifico, que immortalizado ficou em suas obras.

O templo de Diana, magnifico edificio de architectura Corinthia, foi mandado fazer por esse sapiente e denodado capitão pelo anno 75 antes de Christo. E' de primorosa execução, e apesar de bastante alterado, conhece-se perfeitamente a sua primitiva opulencia. A frontaria é ornada de seis formosas columnas, e as

partes lateraes de oito. Por um singular capricho da guerra este precioso monumento das vetustas glorias da *Liberalitas Julia* passou incolume as eras das invasões barbaricas, e acha-se actualmente aproveitado em utilidade publica e honra da cidade que o encerra.

Em tempo do dominio arabe, que principiou em 715, foi ali a mesquita do propheta, onde o Alcorão teve o seu culto por espaço de mais de quatro seculos. De templo christão serviu tambem o sacro palacio da casta Diana, onde foi, segundo todas as probabilidades, a primeira sé

eborense, pois tendo os portuguezes tomado a cidade aos infieis em 1166 e sendo a sé começada a construir pelo bispo D. Payo em 1186, e concluida em 1204, é de crer que as funcções episcopaes fossem desempenhadas em edificio apropriado, e outro não havia além do célebre tempo de Diana.

Com o andar dos tempos foi cahindo no abandono, de modo que ha tres seculos servia de celloiro, e mais tarde ali funcionou o matadouro publico, e assim iria decahindo na desconsideração da sua grandeza se em 1836 o duque de Avila, então governador do districto, não livesse mandado entregar o dominio d'esse monumento á camara municipal de Evora, prestando assim um relevante serviço á arte e á historia, e res-



Brazão d'armas de Evora

gatando aquella preciosa reliquia do passado á estupez que a ia destruindo pouco a pouco.

Em 1832, achando-se o envasamento do templo muito soterrado, em virtude da acção da perpetua evolução geologica, rebaixou-se a rua, mas não se fez obra completa, pois ficou de pé a parede que tirava a vista das columnas, obstruindo o espaço entre esses adornos que tanto aformoseiam o soberbo edificio. Estas columnas, são construidas com o maximo esplendor da alvura que tern a marmore de Estremoz rival do marmore de Carrara. A razão da Arte, porém, fez-se ouvir de modo que a *rodilha* de pedra e cal que desfeiteava o pensamento architectonico do fundador do templo, foi d'ali tirada com justo applauso da sociedade illustrada de Evora e de todo o paiz consciencioso das nossas gloriosas tradições.

Digno de menção especial é tambem o aqueducto da Prata, obra do mesmo Sertorio, cujo entranhado affecto aos valentes lusitanos não tinha delimitação.

O aqueducto, que trazia abundantes aguas á cidade querida do illustre homem de guerra, era de uma construcção admiravel pela belleza e pela fortaleza.

A 11 kilometros da povoação, sobre um monte, principia o aqueducto, por duas fontes, e enlaçando varios montes pequenos vae caminhando até á *Torre Alca*, onde já chega enriquecido per vinte e oito nascentes. Parte logo d'ali para Evora, sobre uma arcaria de pedra, tendo as voltas dos arcos formadas de tijolos. Chegando á cidade, onde entra por cima das muralhas, enche de agua o pavilhão que fica entre as portas da Lagôa e de Aviz, o qual é ainda o que primitivamente mandou construir o immortal capitão.

A abundancia da agua é tanta, que dentro da cidade fornecia nada menos de vinte e dois conventos, hospital, cadeia, além de chafarizes publicos, e fóra dava alimento a tres grandes fontes.

Esta monumental obra de arte não teve a boa sorte do templo de Diana. Os barbaros e os christãos, muitas vezes mais barbaros ainda, destruíram-na durante as guerras dos primeiros seculos da nossa era, deixando-lhe apenas os pavilhões e os alicerces, por lhes ser impossivel arremetter a semelhantes collossos de architectura.

Em o reinado de D. João III, o malfazejo instituidor da inquisição em Portugal, e feroz inimigo de Damião de Góes, como do quantos tinham a consciencia dos seculos futuros, durante esse reinado, pois, o sábio André de Rezende conseguiu, á custa de muitas investigações descobrir os alicerces do aqueducto. Sem olhar a despesas mandou immediatamente e a expensas suas, proceder ao desentulho, e admirado da robustez extraordinaria d'esses cimentos, interessou-se pela reconstrucção do magnifico monumento com o entranhado afan de um lealissimo portuguez.

Pediu, instou, e tanto insistia junto do rei sinistro

que afinal conseguiu que este reedificasse o aqueducto de Sertorio. André de Rezende tomou a direcção dos trabalhos que apenas duraram quatro annos, tanto era o empenho e boa vontade com que todos trabalhavam.

Debaixo do arco triumphal de Sertorio construiu-se um formoso chafariz, de precioso marmore. Quatro leões jorravam abundantemente a agua pelas fauces escancaradas. Mais tarde o idiota cardeal D. Henrique, tão fatal á nação quanto inutil á perfeição cosmica, mandou demolir este bello chafariz, ficando os seus preciosos adornos ao ostracismo, até que alguém se lembrou de aproveitá-los para embelezamento de outras obras.

A lapide commemorativa da fundação do aqueducto em tempo de Sertorio, foi encontrada pelo dedicação antiquario André de Rezende, e por elle mandada collocar de novo na edificacção reconstruida.

Lê se ali :

Q. Sertor.....

Honorem nominis sui et cohort. fort.  
Eburensum munic. vet. emer virtutis ergo  
Dou. don. bello celtiberico, deque manubiis  
In public. munic. ejus utilitatem urb.  
Mænivit, eoque aquam diverseis in duct,  
Venum colleteis fontib. perducendam curav.

Traducção:

«Quinto Sertorio, em honra do seu nome e da coorte dos bravos eborenses, por seu valor na guerra celtiberica, cercou e fortificou a cidade, municipio de soldados veteranos e benemeritos; e para utilidade publica fez conduzir á mesma por um aqueducto muita agua, recolhida de diversas nascentes.»

Louvores infindos cabem á memoria do sábio André de Rezende, pelo muito que trabalhou em honra da antiguidade, e em prol da nação que deve orgulhar-se de tal filho.

Parece que o aqueducto conduzia as aguas primeiro ao templo de Diana, e d'ali para o consummo publico.

Na praça maior havia um esplendido arco triumphal, de marmore valioso, elegantemente formado de grandiosas columnas e baixos relevos de inexcidivel merito. Foi construido em honra do valor dos nossos venerandos antepassados lusitanos, querendo d'este modo Sertorio premiar o valor e excitar a coragem dos povos. Sob este arco esteve o chafariz mandado fazer pelo sábio archeologo que vimos citando, o qual, conjuntamente com o formoso padrão de vetustos heroismos, foi demolido em 1566, por ordem do mente-capto D. Henrique, a fim de ornamentar com os seus

despojos o collegio dos jesuitas. Ainda hoje se podem admirar as formosissimas columnas de ordem dérica que sustentavam o arco, na casa que serviu de refeitorio aos *corvos da negra seita*.

No claustro d'este ninho de trevas e de infamias acham-se as columnas do templo de Endovelico, d'onde se collige que os *santos padres* não levavam o seu escrupulo a ponto de regeitarem as opulentissimas manifestações da arte pagã, que nunca mais teve quem dignamente a representasse e comprehendesse.

Causa asco a historia dos passados tempos no que se refere a guerras de religião!

Em nome de um Deus de amor, e de perdão, em nome de uma alma de estrellas, fonte sublino da poesia divina, exterminaram-se homens, mulheres, e pobres entesinhos sem culpa nem pensamento inculgado. Mas as riquezas, os magnificentes despojos das victimas recolhiam-se sem o minimo escrupulo. O oiro era sempre do mesmo valor, quer estivesse ornando uma castissima vestal de Christo, quer fosse arrancado do peito ensanguentado de uma houri do serrallo, quer viesse escorrendo sangue e lagrimas de uma cortezã romana.

Que horrososas hecatombes para a crença!

Quão deturpado ha sido o verbo sagrado de Jesus!

Ah! Mas o seu Espirito triumphante não pôle ser maculado pelo sangue das victimas.

Crêmos piamente que um Deus existe, e que Esse recolhe piedosamente todas as supplicas, todos os ais, todas as lagrimas, desde que ellas significam um protesto, uma aspiração ou um arrependimento, partam embora de uns labios purificados pela agua lustral ou de um coração regenerado pelo baptismo da dôr!

\*

\* \*

Tanto mais crescia a fama de Sertorio, tanto mais augmentava a ira dos romanos. A cada batalha correspondia uma derrota para as pujantes aguias nascidas em os ninhos da gloria. Convencidos de que em guerra leal não lograriam vencer o inexpugnável capitão, forjaram um plano que é indelevel nodoa na reputação valente das armas romanas.

Um infamissimo traidor, por nome Perpena, era tenente de Sertorio, e d'elle recebia favores que deviam obrigar-o á lealdade. Pois d'esse maldito da honra lançaram mão os adversarios do laureado amigo dos lusitanos, conseguindo por meio do suborno que o miseravel se compromettesse a assassinar traiçoeiramente o destemido militar. Perpena aceitou a odiosa missão, e acolytado por outros faccinoras da sua força atacou de noite e ás escuras aquelle a quem tantos favores devia, conseguindo matal-o com vinte e uma punhaladas.

Como o grande Viriato, que tambem habitou Evora e d'ali fez quartel general com estranho pavor de Roma, desde que soube da derrota do consul Caio Plaucio, succumbiu Sertorio á vilissima cilada de uns perversos que, para honra das nossas tradições, não eram de origem lusitana.

Não tardou em revelar-se a justiça suprema: Perpena foi derrotado e morto por Pompeu, e o seu nome ficou exacrado em todas as gerações.

A morte de Sertorio decidiu da sorte das armas, dando afinal victoria aos romanos.

Os povos da Lusitania, privados do seu sabio e intelligentissimo general luctavam, sim com bravura, porém faltava-lhes a tactica e o conhecimento da guerra que aos adversarios sobrava. Vencidos pela força, não o foram pela convicção, e d'abi resultou uma sequencia de combates e escaramuças, que afinal deram em resultado a sublevação não só de Evora mas de Lamgo e outros povos, ali pelos annos de 90 e 100 da era christã.

D'esta vez foi muito sério o conflicto. Quatorze legiões marcharam sobre a Lusitania, por ordem de Trajano, auctorizadas a destruir e arrazar as cidades revoltas.

Lucio Veconio Paulo accudiu em defeza de Evora, e ao seu profundo criterio, energia e intelligencia deveu a cidade o ser poupada. Gratos os eborenses a tão rasgada dedicação ergueram varias estatuas com inscripções honrosissimas, em honra do seu protector desinteressado e leal.

Decabido o poder de Roma foi Evora conquistada pelos arabes, em cujo poder esteve trinta e sete annos, até que em 753 foram estes vencidos por D. Fruela, rei christão, de Oviedo.

Não esteve muito tempo em poder dos christãos a pobre cidade, porque no anno de 760 o kalifa Abdel-Raman a reconquistou, conservando-se sob o dominio serraceno, do qual foi resgatada em 1037 por D. Fernando Magno, rei de Oviedo e Leão.

Ainda porém, volveu ás mãos dos arabes que, ao que parece tinham grande interesse na posse de *Ieborah* ou *Iaborah*.

Dia porém chegou em que a cidade predilecta de Sertorio se tornou definitivamente portugueza; foi a 30 de novembro de 1166. Heroe d'essa façanhuda conquista foi um fidalgo beirense, que andava estramalhado do caminho da honra e commandava uma quadrilha de salteadores, cujo numero e ousadia trazia aterrados os povos do Alemtejo e da Andaluzia.

Giraldo Giraldes era o nome d'esse desorientado gentilhomem, ao qual se não podia negar a bravura e o arrojo. Havia combatido ao lado do primeiro Affonso, sendo takmente extraordinario o seu valor e a sua audacia que o filho de D. Thereza lhe deu o cognome de *Sem Pavor*. Desgraçadamente o seu fogoso character preparou-lhe o desastre da honra. Travando-

se de rasões com outro cavalleiro da cõrte, matou-o. D'então em diante andou fugido, entreguê a aventuras ruins mas anciando por volver ao seu verdadeiro logar. Era isso muito difficil, porque o seu crime exigia punição, e Giraldo *Sem Pavor* não era homem que se sujeitasse a soffrer penas de qualquer especie.

Um dia lembrou-lhe tomar Evora, e entregal-a em seguida ao monarcha guerreiro, que tanto se empenhava em destruir os infieis. D'este modo tinha a certeza de obter o perdão de el-rei, o que para elle era indispensavel para a regeneração do seu nome e da sua posição social.

Giraldo *Sem Pavor* era chefe de uma quadrilha, que mais parecia um exercito, tão numerosa, destemida e adestrada era na arte da guerra. O seu castello devia considerar-se o quartel general de um potentado, mas a empreza que ia tomar offerecia difficuldades que a outro fariam retroceder sem demora.

Meditou o plano com astucia e levou-o a effecto com o maior sangue frio. Evora estava bem fortificada, e para ser atacada com seguro exito era necessario conhecer os pontos menos invulneraveis. Giraldo Giraldes partiu para a cidade, e mostrou-se grande amigo do Propheta, e adversario do rei conquistador christão. Recebido com benevolencia ponde vêr com minucia o estado das fortificações, para assim planear o ataque.

De volta ao seu castello reunia os seus soldados ou seja os seus salteadores, fez-lhes vêr a inconveniencia do caminho que andavam, e prometeu-lhes o perdão de el-rei, acompanhado de valiosas dadivas se elles se prestassem a assaltar *Ieborah*. De prompto accederam todos, e o chefe depois de os ter escondido em varios sitios proximos da povoação, se dirigiu á *Torre da Atalaya*, que era guardada por uma gentil moura e seu pae. O audaz cavalleiro conseguiu trepar á janella que dava ingresso ao interior da torre, pois que nenhuma porta havia, sendo o serviço feito por uma escada engenhosa, a qual era recolhida desde que alguém entrava ou sahia d'aquelle posto de observação.

Era a noite escura e desapercibidos os animos dos mouros, mal cuidando na cilada que lhes estava preparando o falso amigo, que pouco antes haviam recebido com plena confiança.

Giraldo Giraldes trepou á torre conforme ponde, e cahindo de surpresa nos aposentos da joven moura degolou-a, fazendo o mesmo ao desgraçado guarda.

Depois d'esta acção, mais propria de bandido do que de cavalleiro christão, desceu da torre, e levou as duas cabeças aos seus sequazes para lhes inculcar valor, e despertar a ferocidade com o cheiro do sangue. Em breve tempo toda a cidade despertava alvoroçada. A guarnição arabe vendo na torre signal de ataque, para ali correu, deixando abertas as portas

das muralhas. Giraldo e os seus entraram sem mais trabalho, e trancaram fortemente essas entradas. Estabeleceu-se horrivel confusão; o sangue jorrava a flux, e o latrocínio tocou os limites do inacreditavel. Imagine-se o que poderia produzir um esquadrão de centenas de ladrões habituados a assassinar e roubar, achando-se ali em plena liberdade de malfazer.

Giraldo *Sem Pavor* mandou ao rei o quinto do saque, como era da praxe, e fez-lhe presente da cidade para que a mandasse occupar e defender. A esta dadivosa acção juntava o pedido de amnistia para si e para os seus. Affonso Henriques exultou. Evora era para elle um sonho dourado, e a quem lhe realisava o desejo de possuil-a sem o minimo incommodo não devia regatear favores.

Pedralves Gogominho, portador da boa nova, foi presenteado com muitas terras e mercês, e Giraldo Giraldes nomeado alcaide-mór de Evora. Todos foram mais ou menos contemplados, e a cidade guarnecida de defensores valentes, entre os quaes os cavalleiros da ordem de Aviz, que vinha de ser instituida. A estes deu el-rei a parte da cidade que ainda em nossos dias conserva o nome de *Freiria*.

As fortificações pouco soffreram n'este ataque; no entanto D. Diniz teve em projecto reparal-as e amplial-as, o que porém não chegou a realisar. Nos reinados de Affonso IV, e Pedro I fizeram-se algumas obras militares, em harmonia com o espirito da época, vindo a concluir-se em tempo de D. Fernando. Pouco a pouco foi tudo cahindo em ruinas. Os novos processos da guerra zombam das antigas fortalezas, de modo que os pequenos estados só teem como garantia de segurança a necessidade da sustentação do equilibrio europeu. E' porém extremamente triste vêr essas magnificentes ruinas, cujas pedras são protestos de indignação contra o indifferentismo symptomatico da degenerescencia das hodiernas gerações!

\*

\* \*

Vinte e dois conventos, dissemos, tinha a *Liberaltas Julia* de Sertorio. D'estes, porém só merece reparo o de S. Bento de Castris, por se ligar a recordações de valor historico. Começou ali o culto por uma capellita, que sob a invocação de S. Bento, mandou erigir um bispo eborense de nome D. Payo. O local escolhido foi uma antiga casa construida a este da torre assaltada por Giraldo *Sem Pavor*, poucos mezes depois da occupação da cidade pelos christãos. Era essa casa forte destinada a abrigar as *esculvas* do campo, em noite de vendaval e tempestade. Dava-se a este asylo o nome latino de Castris, que significa arraial.

(Continúa)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 18

## EVORA

(Continuado do numero antecedente)

Expulsos os moiros do Alemtejo, ficou inutilizada a construcção, dentro em pouco se foi entulhando, chegando quasi a ser só conhecida dos pastores que ali se abrigavam da chuva, e dos reptis do campo que lá faziam *quartel general*. Depois de instituida a capella tornou-se o lugar concorrido e em 1169 umas senhoras de nobre estirpe obtiveram permissão para fundarem uma especie de mosteiro ligado á capella e para elle se recolheram. Esta foi a origem da ordem das beneditinas em Portugal. A communitade creou fortuna, e adquiriu bens, sendo em 1383 bastante considerada. Por essa época era abbadessa uma D. Joanna Peres Ferreirim, prima da tristemente célebre Leonor Telles.

Suspeitosa era esta dama ao povo e por elle mal vista, chegando-se a affirmar que mantinha relações politicas em Castella, com o fim de prejudicar o movimento popular em favor do Mestre de Aviz.

Crescendo cada vez mais essa aversão, a abbadessa julgou-se mal segura no convento, e quiz mandar a communitade para o interior da povoação, emquanto se não concluíssem as guerras com o paiz visinho. Um dia estava ella na Sé, e presenciou os maus tratos que soffria um pobre homem, porque seguia o partido da rainha. Indignada a religiosa reprehendeu a demasia dos algozes, e estes, crescendo para ella lhe quizeram lançar mão, o que foi impedido pelos conegos que conseguiram salva-la n'aquelle momento.

Alguem de entre a multidão gritava que se procurasse a partidaria do conde Andeiro, e logo se espalhou pelo templo a multidão, encontrando afinal a pobre mulher. Arrastada pelas ruas, soffreu toda a sorte de insultos, até que a assassinaram, e desnudada a atiraram a um monturo.

A'parte o excesso da violencia, e o ser exercida sobre uma mulher, depreheende-se d'este facto que o povo eborense tem sustentado as suas tradições de patriota em todos os tempos.

O Collegio do Espirito Santo é notavel pela sua sumptuosidade, e por ter servido de Universidade durante duzentos annos. Foi fundado pelo cardeal D. Henrique para collegio dos jesuitas e ampliado quando ali se estabeleceram as aulas universitarias, as quaes finalisaram com a expulsão da Companhia.

O duque de Avila e Bolama, quando foi governador civil de Evora, do que deixou boa memoria, fundou n'esse edificio a Casa-Pia, utilissimo estabelecimento, verdadeiramente soberbo pela amplitude e pela magnificencia com que foi feito.

Mais de seiscentas pessoas se alojaram na parte que se destinou á pia instituição e ainda ficou espaço para as diversas repartições publicas.

A sala grande que servia para a cerimonia dos actos é magestosa e verdadeiramente principesca, não devendo ser desconhecida dos excursionistas amantes das recordações historicas.

Digno de menção é tambem o convento de S. Francisco, fundado pelos discipulos de S. Francisco de Assis, em 1224. O templo é de uma só nave, que se sustenta sem columnas onde apoiar-se, tornando-se notavel esse arrojado de architectura. Entre as singularidades que encerra nota-se uma capella subterranea, de tres naves, que tem o nome de *Capella do Senhor da Casa dos Ossos*.

As paredes e columnas são feitas de tibias e de caveiras, o que lhe dá um aspecto lugubre e austerrissimo.

Neste convento está sepultado o grande Gil Vicente, um dos mais gloriosos nomes da historia da litteratura portugueza.

A original e soberba construcção d'este templo foi dirigida toda pelo mestre pedreiro Martim Affonso.

Edificios magnificos tem Evora, e entre esses citaremos a Sé, cujo magestoso frontispicio captiva a attenção. E' de architectura similhante á Sé de Lisboa e á Sé Velha de Coimbra, no estylo mosarabe, porém a capella-mór achando-se em estado ruinoso, foi reconstruida em tempo do magnanimo D. João V com a sumptuosidade que distingue as obras do reinado d'esse gigante de generosidades.

O risco foi dado pelo célebre João Frederico Ludovice, architecto das obras de Mafra. Feita de preciosos marmores e inundada das alegrias da luz, a capella-mór da Sé é como que um sorriso da vida a destacar-se entre a penumbra da austeridade do resto do templo, onde parecem agitar-se as sombras dos cavalleiros terriveis que assombravam as morenas filhas do Islam.

Quando ali se entra sente-se o contacto dos tempos homericos da infancia da monarchia, e da era galante embalsamada pelos perfumes do Oriente. Ha ali o ferro das velhas armaduras, e as perolas formosissimas

simas do Ceylão. E' um templo em que podia ajoelhar Carlos Magno e Luiz XIV.

A claustro, junto da igreja, é também notavel. Suppõe-se ter sido seu constructor mestre Roberto, que foi quem dirigiu as obras da Sé de Lisboa e de Coimbra, que contam a mais dez annos do que a de Evora. Outros opinam que o architecto da claustro foi Martim Domingues, por se achar determinado no livro dos Anniversarios do Côro da Sé de Evora, entre cinco commemorações para o mez de novembro, a de *Martim Domingues, que foi mestre da obra*. Não se explica se a obra é o claustro se o templo.

A Bibliotheca Publica está installada em um bom edificio, feito em 1470, sendo rei de Portugal D. Affonso V, aquelle mau amigo e ingrattissimo coração a quem a historia nunca perdoará o assassinio do virtuoso irmão do martyr de Ceuta.

A ermida de S. Braz, de construcção gothico-normanda, tem grande merecimento artistico. Está em um local formosissimo e de onde se gosa excellente vista.

Assim como é illustre por seus historicos edificios o é também por seus preclaros varões. Desde a alta antiguidade tem Evora sido berço e tumulo de grandes obras e de grandes homens. Não podendo, no estreito espaço de que dispomos ennumerar-los a todos, faremos menção de alguns.

D. Affonso, cardeal e prelado eborense, foi o instituidor dos registros de baptismos, casamentos e obitos, sendo observados pela primeira vez em Evora, quando em toda a sociedade christã era desconhecida tal prática.

O concílio de Trento, reconhecendo as vantagens da innovação approvou-a, e fel-a observar em todos os paizes catholicos.

O primeiro portuguez que trouxe á patria despojos das nossas conquistas no ultramar era natural de Evora e chama-se Affonso Gonçalves Baldaya, e o que primeiro partiu em descoberta do caminho da India, por terra, também d'ali era natural. Pedro de Evora era seu nome, e conhecido ficou pela ousadia e valor do seu caracter.

Pedro Fernandes de Queiroz, natural d'esta cidade, foi o primitivo descobridor das terras austraes, e Soeiro Mendes fundou e governou as primeiras praças portuguezas das nossos colonias.

O valente capitão de Cananor, Lourenço de Brito, cuja memoria ficou immortalizada no cerco da India, era eboreuse, como o foram igualmente os primeiros bispos de Goa, de Pernambuco, do Brazil, e o primeiro primaz do Oriente, arcebispo da Madeira e unico legado a latere da Hespanha, D. Martinho de Portugal.

Do primeiro prelado eborense diz-se ter sido S. Mancio, um dos setenta e dois discipulos de Jesus.

Varias notabilidades das letras do clero e da aristocracia foram oriundas da forte cidade de Sertorio,

não lhe faltando sequer os seus martyres ao cortejo das passadas glorificações. Entre todos deve ser distinguido o célebre D. Paio Peres Correia, cujo nome e valor encheram a Europa em o seculo XIII.

Foi grão-mestre da Ordem de S. Thiago da Espada, e acompanhou o segundo Sancho durante o tempo em que reinou, estando sempre a seu lado nos repetidos combates com os moiros.

Deposto D. Sancho, continuou o valente D. Paio Peres Correia a prestar valioso concurso a D. Affonso III, ajudando-o a colher gloriosos louros em Hespanha.

A fama de que gosava este inexpugnável caudilho era tal, que estando preso em Damietta o rei Luiz IX, foi proclamado pelos principaes generaes dos paizes catholicos para tomar o commando do exercito de cruzados que iam resgatar o monarcha francez do jugo turco.

Não se effectuando a guerra, porque o rei Luiz IX foi resgatado por diuheiro, do que se conclue que os turcos teem tanto amor ás *cruzes* como os mais sinceros catholicos—partiu o arrojado grão-mestre de S. Thiago da Espada com a sua gente em soccorro de Balduino de Flandres, imperador de Constantinopla, a qual se achava a braços com uma guerra com os gregos. Em similhante empreza se houve de modo tão notavel que Balduino lhe deu a cidade de Vicoya, para a sua ordem.

A este preclaro filho de Evora se deve em grande parte a conquista de Tavira e de Silves, o castello de Paderne que era n'aquella epoca quasi invencível.

Em razão d'estas brilhantes victorias deu-lhe D. Sancho II as villas de Mertola e Alfajar, assim como o rei de Castella, Fernando o *Santo* lhe deu Ayamonte, pelo insigne guerreiro conquistada aos moiros.

Feito grão-mestre da ordem de S. Thiago em 1242, não descançou no afan de combater os infieis, pois no anno seguinte tomou Murcia e Jaen, e as importantes praças de guerra *Mula, Carthagena e Lorca*.

Em 1247, de parceria com um esforçado cavalleiro, também portuguez, venceu Sevilha, e proseguindo nas conquistas com a velocidade adquirida, subjugou *Nebrissa, Bejar, Arcos, Medina Sidonia, Xerés, S. Lucar e Texeda*.

Depois de tantas façanhas ainda veiu ajudar D. Affonso III a conquistar Faro.

Pelo seu muito valor e muita virtude foi escolhido para padrinho do filho primogenito de D. Affonso III, e que depois foi esposo da piedosa rainha Santa Isabel.

Infelizmente não se sabe onde existem os despojos d'esse valente portuguez cujo nome constitue patria gloria.

Premio de tantos serviços foi o olvido da posteridade, para vergonha da ingrata gente que renuncia os exploradores e os devassos, e que deixa sepulta-

dos na penumbra do indifferentismo os mais resplandecentes heroismos da grande alma nacional.

Exemplo raro de valor e patriotismo deu tambem Vasco Martins de Mello, honra da arvore genealogica dos duques de Cadaval e dos marqueses de Ferreira. Era elle alcaide-mór de Evora, e para Castella acompanhou a infanta D. Beatriz quando esta desposou o velho João I. Estava o fidalgo em Toledo, com a côrte, quando ali chegou a nova do fallecimento de el-rei D. Fernando I de Portugal. O velho rei castelhano mandou-o então sabir a proclamar rainha de Portugal a D. Beatriz, mas o patriótico Vasco Martins de Mello, indignado respondeu :

«Como guarda-mór dos reis de Portugal antes perderei a vida do que concorrerei para tamanha traição á minha patria. Se quereis proseguir em vossa injustiça escolhei alferes, ou menos honrado, ou menos escrupuloso do que Vasco Martins de Mello.»

E como visse que o monarcha castelhano nomeára outro alferes, e se resolvia a propôr-se rei de Portugal, partiu immediatamente com seus tres filhos — Gonçalo, Martinho e Vasco, todos nascidos em Evora, e com elles se uniu ao partido do Mestre de Aviz, com o mais ardente e entusiastico patriotismo.

Muito illustre varão eborense foi D. Fr. Luiz Mendes, grão-mestre da ordem de Malta e intrepido guerreiro. Ao lado de D. João de Austria fez a guerra do Levante, e durante dois annos capitaneou a famosa galé *Esperança*. Entrou na batalha de Chaca, onde recebeu vinte e oito feridas, e em 1613 elevado a general das galés da armada foi o açoitado dos turcos que o tinham na conta de uma entidade sobrenatural. Falleceu em Malta pelo anno de 1630, cheio de honra e na posse da mais brilhante reputação.

Em Evora nasceu a formosissima D. Isabel, filha do glorioso D. João I e da rainha D. Filippa.

Foi esta a mais illustrada, prudente e encantadora princeza do seu tempo, e bem pôde chamar-se-lhe a providencia de seu esposo, o virtuoso duque de Borgonha, conhecido pelo nome de Filippe, o Bom, conde e senhor de Flandres.

Não foi nascido em Evora, mas ali viveu e exerceu as nobres funções de arcebispo D. Frei Manuel do Cenaculo Villas Boas, ao qual se deve a instituição do museu Cenaculo, actualmente installado no templo de Diana, e primitivamente na igreja de S. Sizenando, em Beja.

Este sabio theocrata já havia deixado boa fama das suas aptidões scientificas em Beja, onde foi bispo. O empenho que tinha na illustração do clero era assaz notavel.

Em virtude das suas relações com varios homens de letras e de sciencia, tanto estrangeiros como portuguezes e africanistas, deu-lhe ensejo a colleccionar varios objectos de valor artistico e antiquario. Além d'isso, como era dado a estudos archeologicos, e co-

nhecia a fundo a historia antiga da peninsula hispanica, onde presumia que devia encontrar algum monumento ou revelação das passadas eras, mandava escavar á sua custa. Nas immediações de Beja e outros pontos conseguiu achar valiosos testemunhos das antigas civilisações e até das épocas prehistoricas. Armas de pedra, da idade da pedra, cippos, columnas, lapides, utensilios de officios e domesticos, tudo colleccionou.

Transferindo-se a Evora, fundou a bibliotheca, e annexou-lhe os objectos portateis que tinha no seu numero. Os que pelo volume e pezo não podiam ser conduzidos de Beja lá ficaram, em numero de 122 lapides, das quaes só restam dez em S. Sizenando, mercê da rapina dos francezes, que de Portugal levaram verdadeiros thesouros em dinheiro, em oiro e prata e em objectos de valor historico. Além de que o que lhes escapou ou o tinha roubado a *cafraria bretã* antes, ou o roubaram depois.

O sabio prelado tivera porém o cuidado de mandar fazer o desenho de todas essas preciosidades, juntando-lhes as medidas de cada pedra com a indicação do local em que fôra encontrada. Estes documentos estão na bibliotheca de Evora, onde é curioso consultal-os para conhecer-se o cuidado que n'outros tempos se dava a estudos sérios, e quanto é injusta e vaidosa a actualidade suppondo-se a primazia em assumptos archeologicos.

Os paços do concelho são tambem dignos de menção. Foram construidos no reinado de Affonso V, ahí pelo anno 1470.

A ennumeración dos edificios a que se ligam recordações historicas seria mui longa.

Evora é sem duvida uma das mais nobres cidades da antiga Lusitania e ninguem, que não seja um heretico da religião do passado, pôde visitar as suas ruinas e os seus monumentos sem um grande sentimento de respeito, e de orgulho bem fundado.

\*

\* \*

Por vezes foi esta cidade theatro de magnificentes scenas e de horrorosos supplicios.

E como d'estes fallamos, a molde vem lembrar o desditoso e nobre duque de Bragança, por ordem de D. João II degolado na praça publica. Se sim ou não elle conspirára contra a lei não ficou bem aclarado, no entanto o ódio que lhe votava o *principe perfeito* não soffre contestação, e dá logar a crêr que a conspiração foi um simples pretexto.

Em 1490 presenceou a cidade de Sertorio os mais esplendidos festejos de que ha memoria.

Foi por occasião do casamento de D. Isabel, herdeira do throno de Hespanha, com o desditoso principe D. Affonso, herdeiro da corôa portugueza. Nada

ha que possa igualar o extraordinario luxo d'essas bodas. D. João II, que sabia ser coruja ou falcão, segundo as circumstancias politicas em que se achava, excedeu n'esse dia quanto de faustoso até então houvera. O sonho dourado da sua vida tomava corpo n'esse venturoso acontecimento. Unir as duas corôas peninsulares, formando um grandioso imperio parecia-lhe agora facil empreza. E para celebrar o advento dos seus ambiciosos projectos deu um banquete que ficou celebre nos annaes da historia.

Na sala do jantar onde estavam as pessoas reaes, e onde os crystaes e oiro, a illuminação e a abundancia de exquisitos manjares e preciosos vinhos davam estonteamentos de surpresa, appareceu de repente um grande estrado de rodas, sobre o qual pousava um carro com dois bois á canga. Os bois estavam assados inteiros, tendo os chavelhos e as patas douradas. O carro vinha carregado de carneiros assados tambem inteiros, e com as pontas douradas. Um fidalgo dirigia o carro, e levava uma aguilhada ao hombro, e a machina era movida por varios moços do paço.

Applausos romperam de todos os lados, e o rei castelhano estava boquiaberto perante aquella sumptuosidade. Então o carro sahiu, e os bois e os carneiros foram dados ao povo que se alegrava delirantemente. Os *mômos* que houve n'essa noite foram celebrados com enthusiasmo.

Era nos antigos e hoje arruinados paços reaes de Evora, talvez os mais magestosos de todo o paiz. El-rei entrou pelas portas seguido de nove bateis grandes mettidos em ondas, e tendo cada um seu mantedor. As vagas eram de panno de linho, pintado de maneira que produzia a necessaria illusão optica. Seguia-se uma grande profusão de bateis, illuminados por vélas douradas e grandes tochas, com a tripulação competente, trajando á allemã. Estrondeava a artilheria, tangiam menestreis altos, resoavam trombetas e atabales, e esfusiavam os signaes dos apitos. As ricas bandeiras fluctuando sobre os toldos de brocado eram de suprehendente effeito. E tudo isto se movia sem que se lhe conhecesse o mechanismo. O velame era de rico tafetá roxo e branco, os cabos de seda e oiro, e as ancoras douradas. As armas eram as da princeza recém-casada e d'el-rei, bordadas nos estandartes de seda e damasco dourado. A' frente da nau vinha o batel real com um grande cisne de penas brancas e douradas, e na prôa um cavalleiro de pé, armado de ricas armas. Era encarregado de falar á princeza em nome d'el-rei, e entregou-lhe um breve, felicitando-a pelas festas do seu casamento, e sobre conclusão de amores desafiou para justa de armas uns oito mantedores, a quantos o quizessem combater.

E pelo rei d'armas, trombetas e outros officiaes se publicou em alta voz o breve do desafio, com as

condições das justas e grados d'ellas, o que tudo teve logar com grandes applausos, sahindo depois el-rei com seus riquissimos mômos, e a nau e bateis com grande estrondo de atabales, artilheria, trombetas, sacabuxas e charamellas, acompanhado de enorme gritaria, o que devemos confessar que daria ideia da mais medonha inferneira.

Dançou el-rei com a nora, e os mantedores com outras damas. Veiu em seguida o duque com outros mômos, e logo um entremez em que figuravam varios mômos mettidos em uma fortaleza, entre uma rocha e matta opulentissima. Defendiam a entrada da fortaleza dois selvagens, com os quaes um homem de armas pelejou até vencer, cortando depois as cadeias que fechavam as portas. Acto continuo sahiram riquissimos mômos, acompanhados de nuvens de perdizes vivas e outras avesinbas que se espalharam no amplo salão.

A este entremez outro seguiu; eram vinte fidalgos em traje de peregrinos, com bordões dourados, e grandes fios de contas tambem douradas, postas no pescoco. Os manteus que traziam, cahidos até ao joelho eram de custoso brocado, cobertos de remendos de setim e de velludo.

Duraram toda a noite estas soberbissimas festas, com geral contentamento do povo eborense, que cá fóra farejava aquella feérica opulencia.

Mal cuidava o *falcão* que um anno depois lhe cahiriam todas as esperanças, todos os calculos, na urna funeraria que devia encerrar o adorado vulto d'esse ente tão estremecido, tão entranhadamente adorado!

Risos percursores de lagrimas, festas que preludivam a maior das desditas! Que absoluta mutação n'aquelle dia terrível de 1491! Toda uma esphera de ideaes se hastilhou na alma do desgraçado pae, cuja vida era a vida do gentil principe, cujo coração só pulsava para o sentimento da grandeza que a monarchia iria projectar sobre aquella juvenil cabeça destinada a sustentar duas corôas, e predestinada a repousar prematuramente no seio da morte! Ninguem sabe, é certo o que adviria a Portugal se as aspirações de D. João II não houvessem esbarrado em um tumulo. A esse respeito a historia só pôde escrever uma interrogativa; mas nós não vemos no infortunio outra coisa além d'esse infortunio. E por isso sempre que em nossos trabalhos de investigação hemos de passar junto da singella rede que foi o primeiro tumulo do desventurado moço, não podemos reter uma lagrima de sincera compaixão.

(Conclue no proximo numero.)



# APPENDICE AO N.º 18 DA 2.ª SÉRIE DO ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

## EVORA

(Concluido do n.º 18)

Evora, a nobre e gloriosa cidade lusitana, não podia ser indifferente á oppressão de Castella, durante os sessenta annos da usurpação filippina. Primeiro do que no resto do paiz, se insurgiu ella contra as cadeias forjadas em Castella, e assim como se declarára pelo mestre de Aviz em passados seculos, então se pronunciou pelo duque de Bragança, D. João, depois IV do nome. O nome legendario do Maauelinho de Evora perpetuou-se na lusa historia como o protesto vigoroso de um povo opprimido, despertando o cioso da sua passada gloria e da sua gloriosa autonomia.

Reinava Filippe IV de Hespanha e III em Portugal, mas não querendo, por desdem ou prudencia, aventurar-se a viver em Lisboa, em sua cõrte de Madrid vivia. Governava o nosso paiz a duqueza de Mantua, que expulsa foi dos seus estados por Carlos Gonzaga, duque de Nevers, o qual sustentava direitos á successão d'aquella soberania, e era apoiado pela França.

Como *premio de consolação* lhe deu o terceiro rei intruso a direcção dos negocios de Portugal, mas a duqueza Margarida, que nada percebia do governo e do nosso idioma, dava plenos poderes ao odioso Miguel de Vasconcellos.

Já o povo não podia aguentar-se com os tributos e vexames que soffria, quando um novo tributo foi imprudentemente lançado pela *junta do desempenho* de Madrid. Ordenou esta aos empregados de Portugal que todos os annos dariam a el-rei, além dos tributos já estabelecidos, 500:000 cruzados.

Os corregedores obedeceram sem réplica e André de Moraes Sarmiento, que em Evora occupava esse cargo, levou ao mais odioso exaggero a sua estúpida obediencia.

O povo irrompeu em murmurações asperas, e o corregedor quiz reprimil-as pela força bruta.

Já a esse tempo appareciam proclamações sediciosas assignadas pelo Manuelinho d'Evora, pseudonymo de um verdadeiro e altivo patriota que teve a coragem de fingir-se louco para melhor servir a causa revolucionaria. O corregedor commetteu a baixeza de chamar a sua casa Sizenando Rodrigues, juiz do povo, e João Barradas, seu escrivão, para os ame-

drontar e obrigar a exercer tyrannias sobre a população. Negando-se elles terminantemente a tal infamia o corregedor ameaçou-os de morte, mostrando-lhes os assassinos que tinha ás occultas em casa. Então os dois briosos portuguezes correndo a uma janella pediram em altos brados socorro ao povo, e este amotinado, deitou fogo á casa de André de Moraes Sarmiento e libertou os representantes populares. A custo se salvou o corregedor, fugindo disfarçado e acoitando-se no convento de S. Francisco.

O motim cresceu, as casas dos partidarios de Castella foram invadidas, e amontoados nas praças os objectos preciosos que havia n'ellas. No entanto a grande alma d'esse honra lo povo eborense não se maculou em acções usadas pelos grandes conquistadores; os altos valores, ouro, prata, brocados, setins e velludos, papeis reaes, toda a opulencia que houveram á mão deram-n'a em pasto ás chammas, porque para elles não se tratava do roubo, mas da sua justiça offendida, mas dos seus direitos postergados.

Os tumultos tornaram-se seriísimos, e se o duque de Bragança não fosse um poltrão, que até ao ultimo momento buscou fugir ás responsabilidades da revolução patriótica, os acontecimentos de 1640 ter-se-hiam anticipado.

De Evora se propagou o movimento revolucionario aos povos circumvisinhos, correndo em todo o Alentejo as ordens assignadas pelo Manuelinho, de fórma terminante, declarando expressamente o castigo que soffreriam os remissos. Taes proporções adquiriu a sublevação que os proprios vereadores eram forçados a coadjuval-a.

A Villa Viçosa, onde estava o duque de Bragança, chegou depressa o ecco revolucionario, e o povo, alvoraçado, sahia a acclamar rei aquelle egoista e frouxo tronco da dynastia brigantina, que para se deliberrar a aceitar a corõa porque suspirava, teve de ser obrigado pela esposa, cujo animo resolutivo devia envergonhal-o e dar-lhe brios.

D. João teve medo de Castella, e por isso não só não declinou as responsabilidades da sublevação, como ajudou a reprimil-a e inutilisal-a.

A duqueza de Mantua, julgando que os acontecimentos não tomassem character grave não se preoccupou a principio com elles; vendo porém augmentar o perigo, pediu socorro a Madrid, e de lá resolveram esmagar a *hydra* a todo o custo, valendo-se da junta da nobreza de Evora, e da influencia de um tal fi-

João de Vasconcellos, da familia do traidor Miguel de Vasconcellos. Todas estas idéas produziram resultados negativos. O povo resistia ás promessas e ás ameaças, e a insurreição tomava vulto. Philippe III deu então ordem para que marchassem as suas tropas sobre Portugal, tanto para aterrar os portuguezes como para prevenir qualquer negociação entre Portugal e a França, por ser evidente o desejo de Luiz XIII em prejudicar a corôa hespanhola.

Como se sabe a esse tempo estavam em guerra as duas nações, tomando Luiz XIII como pretexto a questão de Filisburg, em que os imperiaes, por um descuido dos francezes que não pensavam, apparentemente, na guerra, fizeram aggravos ao elector de Treveris, por elles feito prisioneiro e levado a Bruxellas.

Em circumstancias tão tensas accresceu ainda para Castella a pronunciada indignação do Algarve. A este ponto accorren o duque de Medina Sidonia, e a Evora o conde de Lihares. Apenas ali chegado convocou a junta, e propoz, em nome de Philippe III, que de cada povoação revoltada se apresentassem na côrte madrilena os dois representantes populares, os quaes todos juntos se vestiriam de sacco, com as cordas ao pescoço, e assim dariam entrada na audiencia real a pedir perdão da sua conducta e dos seus povos. El rei os receberia sentado em throno alto, assistido dos embaixadores e de toda a nobreza, segundo o uso dos imperadores romanos. Queria assim o conde que a nação portugueza se vilipendiasse aos olhos da Europa, que sobre ella fixava a attenção com sympathia e interesse.

Comquanto a prova fosse infame, os dois magistrados populares de Evora prometteram submeter-se a ella, mediante formal promessa de lhes serem respeitadas as vidas, pois não faltou quem supozesse tratar-se de uma cidade.

O conde empenhou a sua palavra e d'ali partiu a convencer os demais povos do Alemtejo. Ao voltar a Evora encontrou os dois magistrados firmes no proposito de se não sujeitarem á degradante situação imposta pelo despota de Castella. Irado ameaçou terrivelmente o povo, e o povo respondeu-lhe amotinando-se, e obrigando-o a fugir da cidade.

Então a duqueza Margarida de Mantua fez marchar sobre Evora o corregedor da côrte, Diogo Fernandes Salema, com todos os poderes e forças para castigar os revoltosos. Sizenando, juiz do povo e Barradas escrivão, poderam salvar-se pela fuga, mas foram enforcados em effigie. Os outros sublevados que cahiram em poder dos algozes, ou foram enforcados ou lançados ás galés.

Assim foi suffocada aquella heroica revolução que na historia das nossas gloriosas empresas deve ter distincto lugar. No entanto o sangue dos martyres não foi esteril para a liberdade, porque elle foi o baptis-

mo dos factos de 1640. O infame Miguel de Vasconcellos, auctor de todas as prepotencias exercidas sobre esta nobre nacionalidade, pagou com a vida as vidas que a Patria chorava. Tantos foram os crimes de lesa-nacionalidade por esse degenerado portuguez commettidos, que nem digno é de piedade o seu miserrimo fim.

A Evora chegou breve a ditosa nova, e com grande alvorogo recebida foi. Era realidade a mais cara e ardente aspiração d'esse honesto e valente povo! A duqueza de Mantua, guardada á vista nos paços de Xabregas em companhia do marquez de la Puebla que lhe assistira no governo, e do conde de Bayneto, seu estribeiro-mór, com todos os mais officiaes e empregados da sua casa, a morte do traidor, e a ousadia espantosa dos conjurados, entre os quaes sobresahia o nome da immortal condessa de Athougia, encheram de jubilo o lusitano coração dos filhos da nobilissima *Liberalitas Julia* de Sertorio. Com santo entusiasmo se solemnisouahi a aclamação do duque de Bragança, que a tanta generosidade correspondeu entregando á Inglaterra a chave dos nossos dominios indianos.

Em todas as lectas sustentadas com Castella se houve a nobre cidade com denodada coragem, pelo que bem merece da Patria a veneração historica.

\*

\* \*

Em 1808 foi Evora theatro de sanguinolentas scenas. O general Loison tomando-a de assalto, e fazendo-se forte na sua fraqueza, pois estava quasi inteiramente desguarnecida de tropas, e sem munições de guerra, roubou todas as casas e templos, dando liberdade ás suas desordenadas gentes para saquearem e violarem as mulheres sem distincção de idade e posição, fazendo em seguida grande carnificina em ambos os sexos. Esta foi uma das grandes infamias dos invasores, a cuja memoria jámais devemos perdoar as crueldades e os latrocinios que desencadearam em Portugal, quaes avalanches de crimes.

Aquelles valentes que haviam pelejado contra D. João d'Anstria, durante as guerras da restauração e que tão heroicamente se haviam libertado d'esse odioso jugo de 32 dias em 24 de junho de 1663, após a memoranda batalha do Ameixial, não mereceram aos novos barbaros a mais simples consideração. No entanto Evora foi vingada no Bussaco, e o sangue das victimas foi nova chuva de benções sobre a immaculada reputação dos nobres filhos da cidade excelsa.

\*

\* \*

Evora tem um excellento e sumptuoso quartel e

possuía outr'ora doze hospitaes e albergarias, todos bem dotados de rendas e haveres, sendo o mais rico o hospital da Universidade, destinado por D. Henrique, o cardeal-rei, ao tratamento dos lentes, empregados e estudantes pobres.

Em tempo de D. Affonso V, conhecendo-se que havia muito extravio e exploração na administração dos bens hospitalarios, poz o monarcha á frente de cada hospital uma administração, e assim ficou até ao reinado de D. João II. Reconhecendo este, porém, que assim se dispendia grande parte das rendas em pagamento a empregados, obteve do pontífice Alexandre VI licença para unir todos os hospitaes em um só. D. Manuel mandou construir o novo edificio hospitalar em 1503, no *Espirito Santo*, entregando a sua direcção a pessoas de probidade. Mais tarde foram os conegos seculares de S. João Evangelista que tomaram conta da administração d'esse pio estabelecimento, o qual foi por D. Sebastião entregue *in perpetuum* á mesa da Santa Casa da Misericórdia.

Dos outros hospitaes só ficou o dos Lazaros, construído fóra da *porta do Raymundo*; foi arrazado em 1663, e os seus rendimentos passaram para o hospital real do *Espirito Santo*.

Não devemos deixar sem menção o *Hospital asylo de velhas pobres de Santo Antonio do Conde*, o qual testemunha inquestionavelmente as bellas qualidades de coração do actual marquez de Vallada, D. José de Menezes e Tavora Rapach da Silveira e Castro d'Oliveira e Miranda.

Este estabelecimento de caridade foi fundado por um dos antepassados de s. ex.<sup>a</sup>, 1.<sup>o</sup> conde de Basto, o qual nenhum parentesco teve com o celebre ministro de D. Miguel, tão odioso por sua tyrannia e despotismos.

Herdeiro d'essa geração é o actual marquez de Vallada, porém não lhe cabia a obrigação de satisfazer a recommendação do fundador do hospício, que pedia em testamento aos seus descendentes toda a caridade com os pobres velhos e inhabilitados, e todos os esforços para o melhoramento successivo da benemerita instituição. No entanto, posto que a constituição de 1834 lhe cercasse parte da herança, o sr. D. José não abandonou os desvalidos e continuou sustentando o estabelecimento e com sympathico interesse se occupa do bem-estar das velhinhas que, bem entendido, o adoram. Este rasgo de generosidade do illustrado titular é muito digno de louvores e ninguém de boa fé ousará negar-lh'os.

O sr. marquez tem o seu palacio em Evora, e ali vai muitas vezes levado dos santos principios da beneficência. De recordações cavalleirosas é a sua casa, por ter sido outr'ora ali o castello da cidade, e a primeira estancia da ordem militar de S. Bento de Aviz, que nas salas do castello se installou com o nome de *cavalleiros de Evora*.

Durante annos serviu tambem de paço real, e n'elle residiu D. Catharina de Bragança, viuva de Carlos II de Inglaterra. Entrando na herança do conde de Basto, veio a cahir no poder do actual marquez de Vallada. S. ex.<sup>a</sup> que é um dos mais illustrados fidalgos do paiz, tem conservado o seu palacio com o caracter austero e imponente das vetustas eras. Honra lhe seja.

\*  
\* \*

Em Evora se passou a ultima scena ou antes o epilogo da guerra fratricida d'este seculo; referimo-nos á convenção, ou capitulação de 27 de maio de 1834.

Hoje Evora é uma povoação illustrada, que sabe ler e comprehender o seu poeta Garcia de Rezende, amigo dedicado de D. João II, e um dos maiores vultos da nossa litteratura. Tem os seus theatros, sociedades, lyceu, cabido, enfim é uma cidade de consideração por todos os motivos.

Ninho de preclaras familias de titulares e de varões illustres na guerra e nas letras, conserva ainda uma sociedade illustrada e patriótica. Não impera ali o fanatismo estulto porque os seus arcebispos tem sido homens de talento, e de scientifica educação, achando-se o governo diocesano actualmente entregue a um meretissimo e lucido dignatario ecclesiastico, em cujo brilhante espirito se conglobam as virtudes christãos do padre e os mais nobres predicados do cidadão.

Modelo de fidalgos brios é tambem o sr. conde da Costa, em quem se perpetua a distincção e nobreza dos portuguezes illustres das transactas gerações.

Os caminhos de ferro, e o telegrapho animam poderosamente a povoação, que se tem embellezado e desenvolvido em luxo e elegancia.

As armas d'Evora são um cavalleiro armado em um escudo branco, com uma espada na mão direita e duas cabeças, uma de moura, outra de mouro, na esquerda.

De quanto foi apenas lhe restam vestigios, e esses mesmos dispersos. Quando hoje se contemplam essas mudas testemunhas de tantas scenas de fausto e de dôr, sente-se a alma repassada de melancolia, e invadida de uma vaga saudade que nos leva o pensamento para o preterito. Surgem-nos então aos olhos aquellas ideaes donzellas arabes atravessando as ruinas, com seus elegantes trajas fluctuando aos ventos da tristeza, e com lagrimas de luz a scintillar em seus olhos fulgurantes quaes preciosos carbunculos.

Outras vezes são as visões dos castellos feudaes, onde em noites de lua cheia as formosas castellãs se debruçavam sobre as muralhas, para recolherem os suspiros e as endeixas que os enamorados bandos lhes cuviavam nas espiraes da tepida viração.

Tempo que passou e não volta mais! Tempo dos grandes crimes e das espantosas virtudes; quanto mais crente era então o espirito humano! E quanto mais esplendidas as afirmações da dignidade do homem e do patriotismo do cidadão!

Havia então a Fé! Fé em Deus, na patria e em si mesmo, e por isso cada homem era um heroe, cada batalhão um nucleo de titans.

\* \* \*

O que fica descripto não abraça todas as maravilhosas recordações que Evora tem em seu seio, porque o fazel-o minuciosamente depende de muito tempo e espaço. Pelo que deixamos exposto avalia-se, porém, o grau de grandeza e de opulencia que teve esta gloriosa povoação habitada pelos immortalisados generaes da Lusitania, e pelos monarchas dos primeiros seculos da nossa autonomia.

Perdida a nossa epopeia no oceano da indifferença publica, cahiu naturalmente Evora na atonia, e pouco a pouco foi sendo esquecida a sua varonil historia.

Mas o *Archivo Historico de Portugal*, atalaya das patrias glorias, não pôde deixar de apregoar bem alto as façanhas dos filhos da privilegiada terra!

As nossas povoações tem quasi todas uma historia digna de ser conhecida, e por isso nos parecia conveniente que os professores primarios d'ella se inteirassem, para a communicarem aos seus alumnos. Na educação da mocidade deviam ter logar os conhecimentos historicos das terras do paiz. A historia que se adopta nos cursos primarios não merece tal nome, porque não corresponde á missão que lhe deve incumbir.

Deslumbram as façanhas do passado! E se todos houvessem d'ellas detalhada noticia, se em todas as consciencias brilhasse o pharol da historia crêmos que a covardia e o cynismo das hodiernas gerações, teriam de fugir, qual ave notivaga, quando o Mithra excelso faz a sua entrada triumphal no hemispherio que habitamos. Dir-nos-hão que em passados seculos não se aprendia a historia escripta, porque a leitura era quinhão de raros. Mas aprendia-se pela tradição! Embalavam as mães os tenros filhos ao som dos contos guerreiros, envolvidos em poeticas roupagens. Os bardos e os menestreis immortalisavam os heroes, as donas e donzellas impelliam os guerreiros ás gloriosas conquistas e cobriam de louros o vencedor.

Ah! E' que a crença não fóra ainda despedaçada pelo *velo de oiro*! O utilitarismo era desconhecido. Deus, Patria, e a dama escolhida, eram as luminosas alavancas com que os titans da lusa epopeia moveram a seu sabor a esphera dos legendarios heroismos.

Mas se tudo prostou a aza bronzea da descrença, recolhamos piedosamente as hastilhas das nossas glorias, e depositemol-as no sacrario da immortalidade onde devemos adoral-as com a immaculada religião do civismo.

ANGELINA VIDAL.

\* \* \*

A 12 kilometros d'Evora fica a freguezia de Ourega ou Tourega, que, segundo os mais auctorizados escriptores, é uma povoação antiquissima a que os romanos davam o nome de *Tauregia*.

O sanguinario Daciano, pretor das Hespanhas, teve ali um sumptuoso palacio e formosos jardins, grande quinta, soberbo aqueducto, thermas, etc. Foi junto ao palacio que elle mandou degolar dezoito martyres do christianismo, no anno 305, os quaes foram enterrados em uma gruta a que ainda hoje se dá o nome de Cova dos Martyres.

Tambem a 20 kilometros de Evora existe a freguezia de Pomares, povoação antiquissima e muito celebre pelo famoso templo de Venus, fundado por Sertorio no anno 80 antes de Jesus Christo. Estava edificado no monte, hoje chamado de S. Gens. D'elle não restam vestigios, porque os duques de Bragança o mandaram demolir para com os seus materiaes edificarem mosteiros na sua povoação de Villa Viçosa.

Não é menos celebre pelas victorias n'estes sitios obtidas pelo grande Viriato contra os romanos.

Os antigos escriptores dizem que Viriato se fortificou no *Monte de Venus*, hoje de S. Gens, e que d'ali desceu a desbaratar o pretor Cayo Plaucio, nos campos de Evora. Consta que Cayo foi o unico romano que escapou com vida d'esta batalha sanguinolenta, que teve logar pelos annos 150 antes de Christo.

Lucio Sylo Sabino, soldado romano, mortalmente ferido n'esta acção, mandou, pouco antes de expirar, que se escrevesse no seu tumulo a narração do combate; ordenando que seus ossos fossem levados á Italia, se elles ficassem livres do poder dos lusitanos. Este tumulo foi achado, no seculo passado, em Pomares. E' curioso pela inscripção que contém, a qual publicámos em portuguez:

«Eu Lucio Sylo Sabino, que nos campos de Evora, na Lusitania, na guerra de Viriato, fui ferido com muitas lançadas, e conduzido aos hombros dos soldados ao pretor Cayo Plaucio; mandei fazer esta sepultura, na qual se não enterrará mais ninguem, livre ou escravo, e se se fizer o contrario, os ossos d'aquelle, quem quer que seja, se tirem fóra; e se a patria estiver livre, quero que os meus restos mortaes sejam para lá conduzidos.»

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da impreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 19

## FARO

Faro está situada muito proximo do logar onde outr'ora existia a cidade de *Ossonoba*, de origem antiquissima e que floresceu por muitos seculos, sendo a principal da região chamada Luzitania Celtica, que corresponde ao actual reino do Algarve, pouco mais ou menos.

*Ossonoba*, capital do Algarve, e seu governo, estavam sujeitos ao *convento juridico pacense* de Beja, mas documentos irrefragaveis provam ter *Ossonoba* um governo democratico, composto de uma junta governativa ou coisa que valia o mesmo, e seis membros ou *tribunal servirato*, como republica distincta e populosa.

Os outros pontos do Algarve eram governados por *duumviratos* ou *quadrumviratos*, ou por delegados do Cesar, investidos do poder consular.

Uma lapide que existe na casa da camara de Faro prova esta verdade, pela inscripção que contém, cuja traducção é a seguinte:

«Marco Cornelio Eridano e Gaio Junio Recepto, por causa da honra de servirato, dedicaram esta lapide á sua custa.»

Tal era a honra de ser do servirato de *Ossonoba*, que os eleitos mandaram gravar esta lapide para perpetuar aquella honraria.

Foram os *cuneos* os primeiros povos que habitaram o Algarve; ás suas costas abordaram frequentemente os phenicios, que ali commerciavam e fundaram colonias, dependentes da colonia principal que tiveram em Cadiz; depois vieram os cartaginezes e em seguida os romanos, que ali tiveram muitas povoações importantes, de que ainda hoje se encontram vestigios. Os *cuneos* eram povos habitadores da antiga Iberia.

Muitos escriptores consideram a palavra *Al-gharb*, usada pelos mouros, como designativa do reino algarvio, mas é um erro. *Al-gharb* não significava para

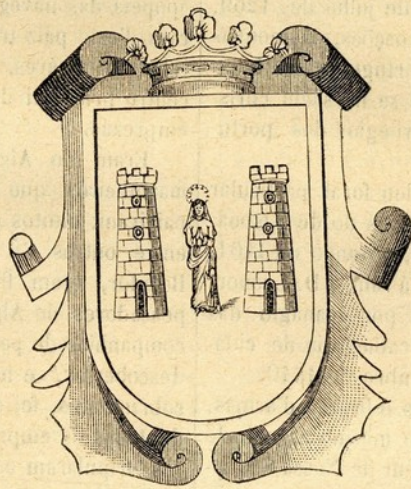
elles simplesmente uma provincia, mas todo o occidente da peninsula que se dividia em tres provincias: *Belatha*, que abrangia todas as regiões ao norte do Tejo; *Alkassr*, que designava as vastas planicies alemtejanas; e *Al-faghar*, que era a denominação da estreita faixa de terra, apertada entre a serra e o oceano meridional, hoje Algarve.

Acompanhou esta provincia o resto da Hespanha romana nas vicissitudes porque passou, depois do desmoronar do imperio e cabiu com a monarchia gôda nas mãos dos arabes.

Quando os mouros invadiram a peninsula foi a antiga cidade de *Ossonoba* completamente arruinada, e de seus moradores, os que escaparam, fugiram para as serras proximas, de Monchique e Caldeirão, d'onde—passados annos e quando os sectarios de Mafoma considerando já a conquista solidamente effectuada, começaram a entabolar relações pacificas com os habitantes,—vieram a construir diversas casas alguns pobres pescadores, em sitio afastado cêrca de legua e meia da antiga cidade. As edificações foram aumentando e os foragidos vieram pouco a pouco estabelecer-se ali. Foi este o começo da hoje capital do reino algarvio.

O primeiro nome d'esta nova povoação foi *Santa Maria*, mas como existisse ali proximo um pharol, a que tambem no antigo idioma, muito menos distincto do castelhano do que hoje é, se dava o nome de *faro*, passou a usar esta denominação.

A conquista do Algarve pelos chefes christãos deu origem a numerosas lendas e extravagantes chronicas, de que o visconde de Almeida Garrett se aproveitou para o seu mimoso poema *D. Branca*. O papel de Paio Peres Correia, o mestre dos cavalleiros de S. Thiago da Espada ou *spatharios*, é muito exaggerado, e em compensação é completamente escondido na sombra o vulto de Affonso Peres Farinha, o mestre dos hospitalarios, que nas luctas quotidianas da fronteira concorreu tanto como Paio Peres Correia para a



Brazão d'armas de Faro

conquista do territorio algarvio. Foi ella começada por Silves e por muitos annos a essa cidade se limitou, e só em 1249 D. Affonso III a dilatou até Faro, que atacou ao mesmo tempo por mar e por terra. Era ardua a empreza porque a cidade, além de bem fortificada, recebia facilmente socorros de Africa; foi por isso tenaz a defeza e ardente o ataque, pelo que ficou a cidade em tal estado de ruina que a maior parte dos habitantes a abandonou.

Tão destruida havia ficado a povoação, que, apesar de D. Affonso III a mandar povoar em 1250, pouco se tinha desenvolvido a população. O rei, querendo fazer de Faro uma boa povoação e uma praça de guerra, mandou-a cercar de muros muito mais fortes do que os antigos e guarnecer de torres, dando-lhe então por armas um escudo em branco, de prata, corôado, por ser conquistada pelo proprio rei em pessoa.

No anno de 1266, achando-se então o reino completamente desaffrontado de moiros, o mesmo rei que a conquistára lhe deu foral com muitos privilegios que lhe attrahissem moradores. Tambem deu foral aos *mouros fôrros*, de Faro, a 12 de julho de 1269, porque ali, como em todas as povoações, os mouros que se sujeitavam á dominação portugueza continuavam a residir nas suas terras e se se fizessem christãos tinham todos os fóros e privilegios dos portuguezes.

Depois, ainda D. João I lhe deu foral particular da *portagem*, com todos os privilegios do de Lisboa, por carta régia feita em Santarem, no anno de 1401.

Faro foi doada por D. João II á rainha D. Leonor, sua mulher, ficando desde então por apanagio das rainhas de Portugal, e elevada a cathedra de cidade por D. João III, em 7 de setembro de 1540.

Por essa occasião foi-lhe dado o brazão d'armas, que ainda hoje conserva, isto é, o mesmo escudo de prata corôado e no centro a imagem de Nossa Senhora da Conceição entre duas torres.

Tem ainda uma sentença de foral, dada pelo desembargo do Paço a favor de Faro, em 14 de janeiro de 1556.

Já *Ossonoba* nos primeiros seculos do christianismo lograra a prerogativa de séde episcopal; mas depois da conquista passou esta para Silves. Tendo engrandecido a nova cidade consideravelmente pelas vantagens commerciaes que o seu porto lhe proporcionava, em 1580 foi trasladada de Silves para Faro a séde do bispado, de que era então bispo o virtuoso D. Jeronymo Osorio, que tão grande nome legou á historia da igreja algarvia.

A cidade, assim como todo o litoral algarvio, foi algumas vezes visitada pelos piratas argelinos, que infestavam os mares, e quando não encontravam fazendas levavam escravos os habitantes; e não foram só os argelinos que a assaltaram.

Em julho de 1596, surgiu ali uma esquadra ingleza; as tropas que trazia a bordo, entraram á força de armas na cidade, no dia 25, e só reembarcaram depois de a haverem saqueado e incendiado. O fogo devorou a maior parte dos edificios, escapando dos templos só o de S. Pedro e a igreja da Misericordia. Esta catastrophe deixou a povoação no mais triste estado de miseria e ruina. A rica livraria do bispo D. Jeronymo fez parte da presa, levando-a os inglezes para a universidade de Oxford.

Os habitantes de Faro foram sempre de extremo valor. Em 1616 resgataram do poder dos mouros uma nau flamenga, captivando alguns d'elles.

Em 1617 aprisionaram 70 turcos e o seu capitão.

Em 1620 tomaram uma naveta de turcos com toda a sua artilheria e armas de diferentes qualidades, matando ou aprisionando a sua guarnição.

Em 1638 tomaram outra galé de turcos.

Tambem Faro concorreu com muita e luzida gente, navios e munições para as guerras d' Africa.

O Algarve tem a parte mais brilhante na grande epopeia das navegações portuguezas, porque os naturaes d'este paiz tripularam os primeiros galeões, partidos de Sagres, tornada pelo infante D. Henrique centro principal de seus estudos e das suas arrojadas emprezas.

Eram do Algarve a maior parte dos audaciosos marinheiros que tripularam as caravellas que d'ali partiram; muitos dos nossos grandes navegadores, e entre outros Gil Eanes, que quebrou o encanto do Bojador, eram filhos d'aquella nobre terra. Foram pescadores do Algarve os que primeiro organisaram companhias de pescarias nos mares africanos, recém-descobertos, e no primeiro periodo dos nossos descobrimentos, foi o Algarve exclusivamente o iniciador de todas as emprezas maritimas. Os seus marinheiros tripularam os navios, que sahiram dos seus portos em busca de desconhecidos mares.

Em 1580 acompanhou o resto do reino na escravidão, como o acompanhou em 1640 no livramento; mas em 1808, quando as hostes napoleonicas dominaram em terras portuguezas, foi no Algarve que reventou o grito de revolta contra os francezes, foi essa provincia que os expulsou do seu territorio, foi uma fragil calique de Olhão o audacioso navio, que, atravessando por um milagre de heroico patriotismo os mares tempestuosos, foi levar á familia real no Brazil a noticia da emancipação de Portugal.

Em 1833 foi nas suas costas que desembarcou a expedição do duque da Terceira, que, marchando sobre Lisboa, deu o golpe decisivo no absolutismo de D. Miguel; foi nos seus mares que se ganhou a victoria naval que preparou o triumpho a D. Pedro IV e a D. Maria II. E' verdade que depois tambem no Algarve se protrahiu por bastante tempo a resistencia

dos partidarios do absolutismo, organizados em guerrilhas, que o célebre *Remechido* commandava.

Em todos estes successos tiveram parte importante os habitantes de Faro.

Em 1722 sentiu-se na cidade um violento abalo de terra, que arruinou muitos edificios, fazendo consideravel numero de victimas. No 1.º de novembro de 1755 o grande terramoto, que abysmou Lisboa, estendeu a todo o Algarve a sua influencia, causando graves prejuizos á capital.

Governava então as armas do Algarve o arcebispo D. Frei Lourenço de Santa Maria, o qual, salvando-se por entre as ruinas do seu palacio, que todo foi a terra, deu logo energicas providencias e distribuiu muitas esmolos na cidade e por todo o Algarve.

Dois annos depois, a 13 de janeiro, um medonho furacão deitou por terra a igreja de S. Pedro.

Faro está situada n'uma planicie, na margem esquerda d'um pequeno rio ou esteiro, denominado de Valle Formoso, que fórma ali um porto accessivel a barcos de navegação costeira e navios até 200 toneladas. Apresenta um aspecto agradável pela alvura e asseio das casas; tem ruas espaçosas e limpas. Na praça principal ha um formoso arco de cantaria, ornado de columnas jonicas e encimado por uma bella estatua de S. Thomaz de Aquino, feita em Italia, de marmore branco com oito palmos de altura. E' obra de Francisco Xavier Fabri.

Este elegante monumento foi mandado construir pelo bispo D. Francisco Gomes de Avellar, que regeu a diocese na segunda metade do seculo passado.

No excellentes periodico *O Panorama* sahio em 1842 o retrato e biographia de D. Francisco Gomes de Avellar, e ali diz o anonymo biographo: «Rara será a obra publica de algum vulto no Algarve, que, ou pela fabrica primitiva, ou pela conveniente reparação, deixe de trazer á lembrança o nome de D. Francisco Gomes».

Nasceu este célebre prelado a 17 de janeiro de 1739 no logarejo do Matto, termo da villa de Alhandra. Foram seus paes pessoas de humilde condição. Chegando aos 14 annos de idade passou para a companhia de um tio seu, cura na igreja patriarchal, que o mandou aos estudos publicos da congregação do oratorio na real casa de Nossa Senhora das Necessidades, e tal foi o aproveitamento do joven alumno que os padres oratorianos desde logo o recolheram na sua congregação.

Admittido no instituto de S. Filippe Nery, tanto prosperou em virtudes e letras, que mereceu ser encarregado de dirigir a educação da mocidade religiosa, ensinando com applauso philosophia e theologia.

Ageitando-se-lhe occasião de acompanhar a Roma monsenhor Pacca, nuncio apostolico em Lisboa, teve a felicidade de apurar na contemplação dos monumen-

tos e obras primas das galerias romanas, o seu entranhado gosto pelas bellas-ártes, travando conhecimento na cidade do Tibre com dois celebres pintores portuguezes, o eximio Sequeira e o conhecido Vieira, o moço. O papa Pio VI recebeu-o com amavel distincção.

A reputação do illustre congregado já tão medrada ia em esplendor, que, vagando a mitra do Algarve, foi elle logo por toda a gente indicado como o unico homem mais habilitado para governar aquella diocese n'esse tempo. Com effeito, a sr.ª D. Maria I, que então regia os destinos da nação, escolheu-o para essa elevada missão ecclesiastica, recusando aceitar as escusas do modesto agraciado. Ainda, porém, não empunhava Gomes de Avellar o baculo da sua diocese, comquanto já lhe houvesse sido conferido pelo governo portuguez, quando soube que a sr.ª D. Maria I queria impôr ao bispado do Algarve uma pensão de 2:000\$000 a favor do tribunal da inquisição, Gomes de Avellar, mal que o soube, partiu immediatamente para Salvaterra, onde a rainha estava, e vivamente lhe contrariou esse proposito. Allegava a rainha que era grande o rendimento da mitra; ponderava o bispo que, se o rendimento era grande, não eram menores as necessidades da diocese; que as igrejas estavam carecidas de reparos, que eram precisas alfaías para o culto, e que de mais a mais em toda a parte a pobreza era muita; por ultimo, que se tal imposição fosse por diante não quereria elle ser bispo do Algarve. O que é certo é que a rainha desistiu da tenção, e que Francisco Gomes de Avellar foi sagrado aos 26 de abril de 1789, tendo sido expedidas as bullas por Pio VI em 29 de março d'esse anno.

Agora principia o periodo verdadeiramente legendario da vida d'este bispo nunca mais esquecido e sempre abençoado na memoria dos povos do Algarve.

Visitou desde logo toda a diocese, desempenhando por essa occasião os officios sacerdotaes, prégando, viaticando quando era preciso, esmolando onde havia pobreza. Simultaneamente não descurava as necessidades temporaes da diocese, examinava as igrejas que precisavam de reparos, as estradas que reclamavam melhoramentos, ensinava á gente do campo os melhores processos de agricultura, chegando a publicar uma pastoral sobre a melhor preparação do figo; por sua diligencia e com o auxilio do seu diuheiro se construíram as utilisimas pontes do Ludo, Marim, Cacella e Marxil, se fez a estrada que conduz á barra de Portimão; por sua iniciativa se promoveu e concluiu a edificação do hospital da misericordia de Faro; se procedeu a novas accomodações do hospital das Caldas de Monchique; se concluiu o bello seminario diocesano a que o seu antecessor D. José Maria de Mello lançára os alicerces; sob a sua immediata inspecção foram erectas de novo ou quasi

as egrejas de Albufeira, Santa Maria de Tavira, Aljezur, S. Braz de Alportel, Cacella e S. Luiz de Faro.

No exercer a caridade não havia quem o pudesse egualar. Por toda a pobreza do Algarve espalhava os importantes rendimentos da mitra em esmolas avulsas ou em mezadas determinadas. Era, n'uma palavra, o *bispo apostolico*, como lhe chamou o seu metropolitano D. Fr. Manuel do Cenaculo.

Quando os francezes invadiram o Algarve a sua prudencia e tino grandes calamidades poupou aos seus diocesanos, e quando em 1808, liberta aquella provincia, foi proclamada a independencia nacional, foi D. Francisco Gomes de Avellar o presidente da junta installada em Faro, governando com um poder quasi supremo, enquanto o monteiro-mór não assumiu a capitania geral, poder que continuou a exercer quando o monteiro-mór recolheu á côrte: era de vêr o cuidado com que elle, sem descurar o espirital, apresava as obras de fortificação na linha do Guadiana para inutilisar os effeitos de qualquer invasão dos francezes, que occupavam ainda a Andaluzia.

Logo que as circumstancias da patria foram mais tranquillias, procurou D. Francisco Gomes de Avellar alliviar-se do pesado encargo da jurisdicção politica e militar que lhe havia sido confiada, afim de melhor concentrar as suas forças no desempenho da missão episcopal. Alcançou, pois, ser nomeado um commandante das armas para o Algarve: recabiu a escolha no inglez João Austin. Mas a côrte conservou ao bispo as attribuições de capitão-general e o titulo de *governador*, que teve até morrer.

Quiz Deus chamal-o á sua presença por um modo verdadeiramente extraordinario no dia 13 de dezembro de 1816. Demos a palavra ao seu biographo do *Panorama*: «Celebrou o incruento sacrificio na sua capella; prégou do evangelho do dia, segundo o costume; confessou depois na Sé; prégou á missa conventual, e tambem de tarde depois de vespéras; recolheu-se sem o menor indicio de molestia, não obstante a idade avançada: chamou o seu confessor, fez varias disposições; e quando todos os seus famulos se retiraram adormeceu na paz do Senhor com tal serenidade, que no semblante e compostura do corpo parecia vivo á chorosa familia que no dia seguinte o achou inanimado.»

Espalhou-se a noticia em todo o Algarve, e com ella uma grande dôr. O coronel inglez Austin partiu logo de Tavira para ir despedir-se, dizia elle, do santo bispo. Quando chegou, já o prelado estava sepultado. Fez erguer a campa, desceu ao carneiro, e grande espaço esteve contemplando o cadaver, e chorando.

Todavia D. Francisco Gomes de Avellar não deixou de ser alvo de mordazes calumnias. Era homem superior pelo coração e pêlo espirito: tinha de atra-

vessar forçosamente por essa provação. Atravessou-a serenamente, veiu á côrte, explicou as falsas imputações, e sabiu d'ali mais levantado ainda, se era possível, no conceito da côrte, dos seus diocesanos e de todo o paiz, do que havia entrado.

Faro é praça de guerra e foi começada a fortificar nos fins do seculo XVII, com redentes para o lado do mar e alguns baluartes para o da terra. Das fortificações antigas ainda conservá o velho castello e muralhas torreadas, dentro do qual ha bons quartéis.

Divide-se a cidade em duas parochias: a Sé e S. Pedro; tem casa e igreja da Misericordia, fundadas pelo bispo D. Affonso de Castello Branco, em 1583. Os principaes edificios são, além d'estes, o paço do bispo, o seminario e a casa da camara.

Faro pôde orgulhar-se de ser patria de muitos varões illustres em virtudes, nas letras, e nas armas.

Pelos annos de 1513 ali nasceu Antonio Pinheiro, mancebo valorosissimo. Na idade de vinte e cinco annos, só com outro companheiro sustentaram de cima de um andaime, fóra da parede do baluarte de Rumes, na fortaleza de Diu, o combate dos turcos, que em grande força accommetteram a praça na tarde de 27 de setembro de 1538, matando os dois intrepidos portuguezes muitos inimigos ás lançadas e ficando ambos gravemente feridos.

Em 1520, Francisco Barreto, filho do grande Ruy Barreto, fronteiro-mór do Algarve, e de D. Branca de Vilhena. Foi o 19.º governador da India e succedeu ao 6.º vice-rei d'esse estado, D. Pedro de Mascarenhas, fallecido a 16 de junho de 1555.

E' principalmente conhecido este governador pelo desterro a que condemnou o nosso grande Luiz de Camões, desterro a que o poeta se refere em varias estancias dos *Lusiadas* e em diversas outras poesias.

Não concordam os auctores sobre a causa d'este exilio.

A opinião mais geralmente seguida é a que attribue esse procedimento do governador ás redondilhas-intituladas *Disparates na India*, e á satyra em prosa e verso que anda junta com a segunda carta e na qual Luiz de Camões descreve as festas que tiveram logar em Goa por occasião de succeder no governo da India Francisco Barreto.

O auctor da vida do poeta, publicada no 3.º volume das obras de Camões, na edição da Bibliotheca Portugueza, não segue esse parecer e depois de conhecer as razões porque o não julga accetivel, diz:

«E assim se ha de ter por certo que a unica e verdadeira causa das perseguições e trabalhos que soffreu este grande homem foi a mesma grandeza do seu merecimento e virtude, e a satyra nunca assaz reprehensivel que na sua vida se encontra não serve senão para provar que entre Camões e Barreto havia inimizade.»

(Continúa).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS

Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA

Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 20

## FARO

(Concluido do numero antecedente)

«Nem em tal disparidade de sentir e de pensar podia haver perfeita concordancia.

«Francisco Barreto, homem soberbo e mediocre, posto que não desajudado de fortuna, não podia amar nem soffrer um homem tão superior como Luiz de Camões: desejava-o longe de si, para que não fosse testemunha de suas acções; e apenas se viu com o poder na mão o prendeu e desterrou deixando-se arrastar da sua paixão ou dando ouvidos a mexericos e calumnias, como affirma o commentador Manuel Correia, que o ouviu da propria bocca do poeta.»

Fosse qual fosse a causa do desterro é certo que elle teve logar e que durante esse tempo é que o grande poeta adiantou e concluiu os *Lusiadas*.

E' verdade que a este facto deve principalmente Francisco Barreto a celebridade, mas apesar d'isso não se deve suppôr como inteiramente nefasto o governo que elle exerceu na India.

Durante o tempo que teve o supremo mando de aquelle estado augmentou com algumas conquistas os dominios de Portugal no Oriente e algumas victorias brilhantes se alcançaram sobre os reis d'aquelles territorios.

A 20 de janeiro de 1559 embarcou para o reino e aqui se conservou até fins de abril de 1567, em que novamente partiu para o ultramar.

De 1505 data a colonisação da que hoje chamamos provincia de Moçambique e que nos primeiros tempos formava a capitania de Sofala.

Crescendo e desenvolvendo-se a nascente colonia resolveu a côrte dividir os vastos territorios que constituam o estado da India em tres governos independentes, comprehendendo o terceiro a costa africana desde o cabo das Correntes até Guardafui, e sendo d'elle encarregado Francisco Barreto.

Incumbido então da conquista das minas de ouro do Monomotapa, embarcou em Lisboa acompanhado de alguns homens de armas e de muitos voluntarios que se offereceram para a projectada expedição de que se esperavam grandes lucros.

Chegado a Moçambique tratou de colher as informações precisas sobre o paiz do Monomotapa, mas logo na escolha do caminho a seguir teve de sujeitar a sua opinião á do jesuita Francisco de Monclaros, a

quem o governador, segundo o regimento que tinha recebido, devia sempre ouvir e attender.

Embarcando para Quilimane subiu o Zambeze e chegando a Sena, seguiu ainda ávante a expedição apesar de estar já muito reduzida pelas doenças, mas logo depois teve de retroceder por falta de recursos.

Entretanto uma revolta em Moçambique obrigou o governador a deixar essas forças para vir suffocar o movimento.

Pacificado este e arrançadas as provisões necessarias voltou Francisco Barreto a reunir ao exercito em Sena, mas ahi falleceu, victima do zelo do frade Monclaros, que constantemente lhe requeria da parte de Deus e de el-rei contra as disposições adoptadas para proseguimento da descoberta e que lhe metteu na cabeça que no outro mundo responderia pelas mortes resultantes d'aquella jornada.

Diremos por ultimo que Francisco Barreto logo que chegou a Moçambique tratou de colher noticias sobre o caminho para a costa occidental, que a esse respeito escreveu a el-rei e que do tempo d'este governador é que datam diligencias para a communicação das duas costas africanas.

Ruy Barreto, fidalgo algarvio, alcaide-mór de Faro, pertencente á familia de que sabiu o governador Francisco Barreto, depois de militar briosamente na Africa, passou á India, onde se tornou celebre, entre outros actos, por uma singular façanha.

Em 1559 os turcos cercaram a fortaleza das ilhas Bahrein, pertencente ao rei de Ormuz e defendida por um persa chamado Ras-Murad, que logo pediu auxilio a D. António de Noronha, governador da cidadella portugueza, fundada por Albuquerque. Estava então nas aguas de Ormuz uma esquadra portugueza, commandada por D. Alvaro da Silveira, e em que militava Ruy Barreto, amigo intimo do commandante da esquadra. Foi D. Alvaro em socorro de Bahrein, destroçou os navios turcos, mas teve a imprudencia de acceder ao pedido dos seus soldados, que se queriam bater com os turcos, e de lhes apresentar batalha. O inimigo era muito superior em numero. A batalha era absurda, quando o bloqueio era infallivel. Deu-se, contudo, a batalha, os portuguezes foram derrotados e D. Alvaro da Silveira foi morto. Ao seu lado pelejava intrepidamente Ruy Barreto, que, vendo cair morto D. Alvaro, com tal energia lhe defendeu o cadaver, para que o inimigo victorioso o não mutilasse barbaramente, que recebeu quatorze feridas n'essa

lucta desigual, elle sósinho contra o exercito inimigo, porque os nossos, debaixo do commando de Pedro Peixoto, já a esse tempo se tinham retirado para a esquadra.

Não sabemos se sobreviveu ás suas feridas, mas o que é certo é que o nome d'elle não torna a apparecer nos annaes dos nossos feitos indianos.

Pelos annos de 1540 nasceu em Faro Belchior Vieira, um dos melhores *espingardeiros* que passaram á India, onde obrou prodigios de valor, principalmente nos dois cercos da fortaleza de Ito, em 1569; cuja conservação foi devida ás maravilhas que ali produziu, sendo preciso levarem-n'o de cadeirinha para uma guarita, por estar doente de cama. No primeiro cerco matou o *caviz* que commandava os ternates, e no segundo Be-Aval, commandante da gente de Tidore, além de grande numero de inimigos. El-rei D. João III fel-o fidalgo de sua casa, dando-lhe o habito de Christo com uma boa tença, brazão d'armas, e querendo que se chamasse Belchior Vieira Ternate.

Pelos annos 1600, Dionisia Antonia da Encarnação. Comquanto fosse filha de gente de baixa esphera não obistou isso a que fosse muito instruida em philosophia, mathematica, astronomia e architectura. Tambem desenhava e pintava com subido mimo e gosto.

Em 1746, Francisco José da Horta Machado, filho de João Carlos de Miranda e Horta e de D. Maria Benta. Foi embaixador na Russia e na Austria, dotado de grande erudição, e prestou relevantes serviços ao paiz. Era commendador da ordem de Christo, do conselho de sua magestade e do da fazenda, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, em 22 de maio de 1780, e socio livre em 30 de novembro de 1809. Juntou o mais rico museu numismatico que havia em Portugal e pelo qual, ainda em 1835, davam 8:000\$000 réis. Morreu em Lisboa, em 1817.

Em 1753, Antonio José da França e Horta, irmão do antecedente. Foi conego da sé de Faro, mas abandonou a sua cadeira para ser militar, sentando praça no regimento de Tavira. Era formado em philosophia e mathematica pela universidade de Coimbra. Sendo já tenente coronel aggregado do regimento de artilheria da côrte, foi posto fora por Junot, no dia 1.º de agosto de 1808, por ter ido para o Brazil. Ali foi nomeado capitão general e governador da provincia de S. Paulo, sahindo d'este lugar, mais pobre do que entrou, em 1818. Foi reformado em marechal de campo e nomeado conselheiro da fazenda do Rio de Janeiro, d'onde regressou ao reino com a familia real, em 1821. Falleceu em Lisboa, dois annos depois.

Em 11 de novembro de 1761, Carlos Frederico Lecor, filho de Luiz Pedro Lecor e de D. Quiteria Maria Krusse. Sentou praça no regimento de artilheria de Faro. Sendo primeiro teute embarcou com um destacamento para a Bahia. Foi feito capitão, ajudante d'ordens do marquez de Alorna. Não querendo

acompanhar este fidalgo para França, em 1808, emigrou para Inglaterra. Expulso de Portugal Junot, regressou Lecor á patria com a Leal Legião Lusitana. Distinguiu-se nas campanhas da Peninsula, e, commandando a 6.ª brigada de infantaria, assistiu ás batalhas de Victoria, dos Pyreneus e de Zugaramundí. Commandou a 7.ª divisão do exercito alliado, na batalha de Nivelle, e uma divisão portugueza na de Nive. Sendo marechal de campo, commandou o exercito portuguez, no regresso de França, em 1814. Em toda a parte se portou com extremado valor. Nomeado tenente general, em 1815, conduziu ao Brazil a divisão dos Voluntarios Reaes de El-Rei, com a qual passou em 1817 ao Rio da Prata, onde em poucos dias conquistou a cidade de Montevideu e a banda oriental, cujos estados governou até 1828, em que voltou ao Rio de Janeiro, onde foi feito marechal do imperio, e desde 1817 era barão de Lagúna.

Em 4 de outubro de 1803, Sebastião Francisco Severo Drago Valente de Brito Correia Lacerda Green Cabreira, filho do general Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira e de D. Maria Amelia Alves Pinheiro Correia de Lacerda Green, senhora de origem ingleza. Sentou praça de cadete em artilheria n.º 4, de cujo regimento era então seu pae coronel, em 23 d'agosto de 1820, e foi feito alferes em 18 de setembro d'esse anno. Em 1828 foi despachado tenente de infantaria n.º 18. Seguiu o partido liberal e assistiu ás acções da Ega, Venda do Cego, Cruz de Monroços e Ponte do Vouga. Emigrou para a Galliza e d'ali para Inglaterra e depois para a Ilha Terceira, onde já estavam seu pae e seu tio o general Diocleciano Leão Cabreira, que mais tarde foi barão de Faro. Desembarcou em Arenosa de Pampellido, a 8 de julho de 1832, e logo depois foi feito capitão. Indo para Hespanha com a divisão auxiliar, quando chegou a Portugal recebeu o posto de major. Na guerra chamada *dos marechaes*, em 1837, sendo commandante de caçadores n.º 2, salvou a vida ao marquez de Sá da Bandeira, que esteve a ponto de ser apunhalado na procissão de Corpo de Deus, em Lisboa; e apaziguando o tumulto que pretendia assassinar Antonio Bernardo da Costa Cabral e José da Silva Carvalho. Em 1751, sendo coronel commandante de caçadores n.º 5, foi promovido a general de brigada e feito barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha. Em 1852 foi nomeado governador da torre de S. Julião da Barra, fazendo então varios melhoramentos n'esta fortaleza. Tambem por sua iniciativa se erigiu n'essa occasião, no Campo da Cruz do Alqueidão, um monumento á memoria do general Gomes Freire de Andrade, que foi enforcado em frente d'aquella torre, depois de exautorado das honras militares, por sentença do conselho de guerra promovido pelo marechal Beresford, em 18 de outubro de 1817. Em 1856 foi o barão da Batalha nomeado governador da praça de Abrantes, onde tambem fez

notáveis melhoramentos nas fortificações. Em 1862 foi eleito vogal do supremo conselho de justiça militar, e em 1867 foi nomeado presidente da comissão militar que assistiu ás manobras do *Campo de Châlons*. Morreu em Paris, a 12 de novembro de 1868. Tinha sido por varias vezes ferido e algumas gravemente. Sendo um valente militar, era ao mesmo tempo de trato affavel, extremoso amigo dos seus soldados, de quem era muito estimado. Bondoso, caritativo, nunca negava uma esmola a quem lh'a pedia.

No seculo passado floresceu Antonio dos Santos da Cruz, primoroso escultor de grande fama, que tambem era natural de Faro.

Finalmente, no catalogo dos varões illustres d'esta cidade, tem no entanto lugar eminente a celebre padeira de Aljubarrota, que deu cabo de sete castelhanos, segundo é fama, com a pá tradicional, ainda hoje conservada na villa d'aquelle nome.

Esta mulher não sorriu desde a infancia as graças delicadas e mimosas que caracterisam as creanças do seu sexo. Denunciou-se logo ao entrar na vida a futura virago que Diogo da Costa nos descreve de altura agigantada; magra, mas dotada d'aquelle rijura osuda dos valentes; feia, carrancuda, e tristonha; queimada das faces; crespa dos cabellos; possuidora d'um nariz verdadeiramente adunco e d'uma bocca liberalmente rasgada pela natureza. Mas ainda isto não é tudo. Em cada mão, na mão que, á porfia com o pé, costuma ser ordinariamente nas mulheres graciosa miniatura, em cada mão, diziamos, tinha Brites de Almeida nada menos que seis dedos, por onde a natureza queria mostrar que todos lhe seriam precisos no decurso da vida. E foram. Vejamos.

Brites de Almeida nasceu em Faro, de paes laboriosos e humildes, os quaes, attenta a humildade da sua posição, deviam de ficar contentíssimos quando a filha lhes nasceu com seis dedos em cada mão, e com aquelle corpanzil de metter medo, porque d'aqui inferiram certamente que lhes prestaria grande auxilio no amanho da vida. Enganaram-se, porém, porque a mocetona, mal que o foi, tudo era esgrimir, bulhar, contender, e os paes reconheceram que tinham de sustentar um valentão, o qual seria muito capaz de deitar a casa abaixo se lhe fizessem a menor observação.

Talvez fosse este o desgosto, ou outros de igual natureza, a razão de se finarem os paes de Brites de Almeida antes de chegarem á idade propecta, que a sua boa organização parecia prometter. Brites ficou orphã aos vinte e seis annos de idade, não orphã chorosa e triste á beira do sepulchro paterno. Nada d'isso. Herdára uma propriedadesinha em Loulé, onde a sua familia estava vivendo, e tratou logo de se desfazer d'aquelle empecilho, consagrando o seu tempo a adestrar-se no jogo das armas. A fama do seu valor começou a ser tal no sul do reino, que um soldado alemtejo teve a pretensão de dar o seu nome e a

sua mão á mulher forte do Algarve. Pareceria natural que n'este lance o amor por tal modo ameigasse a a brava indole de Brites de Almeida, que ella fosse capaz de pendurar-se na varanda de Julieta a gorgeiar idyllios amorosos com o Romeu alemtejo. Pois tal não aconteceu. Brites de Almeida respondeu ao pretendente que primeiro brigariam ambos e que, no caso de ser vencida, seria sua esposa. O soldado do Alemtejo estava encantado com tudo o que havia de extraordinario n'aquelle mulher, e acceitou a condição. Ajustou-se o dia e hora do combate. Brigaram devêras, como quem dá a matar, e tanto assim foi, ao menos por parte de Brites de Almeida, que o pobre do soldado ficou morto na arena. Brites tratou de fugir para não cahir nas mãos da justiça, e, chegada a Faro, sua patria, embarcou sósinha n'uma lancha, com destino ao Guadiana, para se passar a Hespanha. Todavia, ventos contrarios a afastaram da costa, e no dia seguinte uma setia de argelinos levou-a captiva. Foi dar comsigo a Argel, Brites de Almeida. Os piratas venderam-n'a a um moiro rico, que tinha dois escravos portuguezes, com os quaes Brites de Almeida logo contratou darem cabo do amo, e fugirem para Portugal. Se melhor o planearam, melhor o executaram. Trataram de embarcar, mas o mar parecia apostado a desafiar a bravura de Brites, a qual, zombando finalmente da furia dos elementos, abicou, aliás quebrada de forças, aos areas da Ericeira, em companhia dos seus dois cúmplices.

Uma vez em Portugal, e logo restauradas as forças pelos ares da patria, começou ella de arreceiar-se da justiça, a quem ainda não tinha esquecido o assassinio do soldado alemtejo. Brites quiz acautelar-se, vestiu-se de homem, e adoptou a profissão de almocreve, a qual exerceu tanto ao pé da letra, que se encarregou de fazer jornada até á eternidade outra pessoa. D'esta vez foi encarcerada na cadeia de Lisboa, e, conseguindo livrar-se não sabemos porque bullas, dirigiu-se a Vallada, onde pouco se demorou, naturalmente por não gostar da terra, e d'onde se passou a Aljubarrota onde fixou residencia, e se ajustou criada de padeira.

Depois de taes e tantos trabalhos, não seria para espantar que Brites de Almeida pozesse pento na historia das suas proezas. Qual! Aljubarrota era justamente o sitio assignalado para o theatro da sua maior façanha.

A padeira morreu ou... supponhamos que morreu passados oito mezes, e Brites, inteiramente senhora da fabrica, tinha ás vezes assomos da sua antiga heroicidade quando se via da pá na mão a fornear o pão dos seus numerosos freguezes. Parece averiguado que a padaria era na rua Direita, e que no predio, que tinha duas janellas, havia esculpido exteriormente um forno, equivalente á taboleta moderna.

Imagine-se qual seria o bravo contentamento de

Brites de Almeida quando, de logar elevado, assistia, bem como todo o povo das cercanias, ás evoluções da batalha que na historia portugueza tem o nome de Aljubarrota.

Os portuguezes venceram tão completamente, que os castelhanos, a exemplo do seu rei, trataram de esconder-se onde poderam por furtar-se ás iras do povo, o qual, embriagado pela victoria, os perseguia cruelmente.

Foi n'este tumulto, n'este *saute-qui-peut*, que sete castelhanos, vendo uma porta aberta, entraram pela casa dentro, e encontrando-a deserta, se fecharam á chave, esperando que resfriasse a ira popular, para se pôrem a salvo. O que elles queriam era escapar da morte durante aquella turbulenta noite. Porém, sobre a madrugada, quando o povo recolhia caçado de fazer justiça por suas mãos, sentiram bater á porta. Ficaram attonitos. Trataram de esconder-se. Mas onde? Deparou-se-lhes o forno, que estava vasio, posto que ainda quente da cozedura da véspera. Entraram uns atraz dos outros para o forno, agacharam-se lá dentro, e n'isto, forçada a porta por mão herculea, entra Brites de Almeida furiosa por ver invadida a sua casa. Brites feriu lume, correu a casa d'um lado para outro, procurou, tornou a procurar, até que deu com os olhos no forno e lobrigou os castelhanos lá dentro. Intimou-lhes que se rendessem. Elles receiosos da população, e tendo por certo a morte se salissem, fugiram-se adormecidos, suppondo talvez que ao menos lhes respeitariam o somno, e que entretanto acalmaria o frenesi popular. Brites de Almeida é que não esteve pelos autos. Repetiu a intimação. Nada! Péga na pá, na pá em que ella sempre lera um presentimento de gloria, e começa a chuçar para dentro do forno, a chuçar, a chuçar, até que poz os castelhanos n'um bolo.

A pá monumental ainda subsiste, como já tivemos occasião de dizer. Filippe II quiz deitar-lhe a mão para se desfazer d'ella, como se queria desfazer da tambem celebre caldeira, que tentára fændir n'um sino, mas os vereadores da camara de Aljubarrota responderam-lhe que não sabiam que destino levára a pá. O certo é que ella esteve escondida no vão de uma parede, d'onde sahio ao tempo da restauração de Portugal para figurar todos os annos, usança que já acabou, na precissão que se fazia em o dia anniversario da victoria, véspera da Assumpção.

Hoje a pá conserva-se com o devido cuidado, e reformado o cabo, na villa de Aljubarrota, onde o leitor curioso poderá ir vê-la se quizer.

\*  
\* \*

A 9 kilometros ao E. de Faro, a cujo concelho pertence, está a grande e bonita aldeia de Estoy, si-

tuada em um cabeço, no centro d'uma planicie amena e fertil.

Dizem os melhores escriptores que n'este sitio existiu a antiquissima cidade de *Ossonoba*. Outros dizem que *Ossonoba* é a actual cidade de Faro. Outros emfim, que é *Estombar*.

Consta que *Ossonoba* foi a primeira povoação da peninsula hispanica onde se prêgou o Evangelho, pelos annos 36 de Jesus Christo. Outros dizem que foi em Evora.

Dizem que foi bispado, sendo seu primeiro bispo Pedro. Seus successores foram: Pluciano, Vicente, Cornelio-Iliberitano, Agripio e mais tres de que são ignorados os nomes.

Em 589, no tempo do rei godo Flavio Ricaredo, tinha *Ossonoba* bispo e sé cathedral. Os arabes arrazaram esta cidade, em 715, em desforra da brava resistencia que n'ella lhe fizeram os lusitanos.

Quando o Algarve tornou a ter bispo foi a sua séde em Silves.

Principiou a ser bispado no fim do seculo III e deixou de o ser no fim do VI. Quando os mouros tomaram o Algarve já havia mais de um seculo que *Ossonoba* não tinha bispo, ignorando-se esse motivo. Outros, porém, dizem que houve ali sempre bispos até 715.

Ha todas as probabilidades de que effectivamente *Ossonoba* foi por uns 300 annos séde de um bispado, qualquer que fosse o local onde esta cidade existisse.

Não nos consta que em Estoy tenham apparecido vestigios de tempo dos primeiros christãos do Algarve; entretanto parece fóra de toda a duvida que a antiga *Ossonoba* era ali. E tanto que os arabes lhe chamavam *Ossonoba* ou *Oksonoba* e a Faro davam o nome de *Pharaon*.

N'esta aldeia teem apparecido vestigios de grandes edificios, aqueductos, sepulturas, lapides, cippos, columnas e outras antiguidades. Em Milreu, que é proximo, ha vestigios de um templo e tambem outras muitas antiguidades.

Parece que o nome actual de Estoy lhe provém de *Esteio* ou *Estuario*, por o *esteio* (esteiro) que dava ingresso ás marés, até quasi á povoação.

A igreja, que o terremoto de 1755 arruinou, foi reedificada no principio d'este seculo pelo benemerito bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avellar. E' de tres naves, separadas por bellas columnas monolythicas, de quinze palmos de altura, sobre pedestaes de um metro e com bellós capiteis. Tem um magestoso frontespicio, adornado de bellas columnas jonicas, e um vasto e bonito adro.

Finalmente, Estoy é terra muito fertil, tem bonitas quintas e produz optimas fructas.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 21

## FERREIRA DO ALEMTEJO

As gerações passadas, que viveram em tempos remotos, ignorantes e incultas, não nos puderam legar memorias escriptas nem documentos authenticos da sua existencia, costumes e usos, das luctas que sustentaram e dos martyrios que soffreram n'essas épocas em que o direito era a força e juiz o arbitrio do mais poderoso.

O unico recurso que nos deixaram para saber da sua passagem são as reliquias archeologicas, paginas soltas por esse grande livro chamado Terra, que conservou no seio as imagens e os esqueletos dos monstros pre-historicos para destruir completa e irrefutavelmente as tradições *genesicas*.

São essas reliquias archeologicas, que aos olhos do vulgo não tem sentido nem valor algum, que assignalam ás gerações actuaes os logares onde existiram outr'ora centros populosos e importantes.

Assim por exemplo na provincia alemtejana, a tres leguas ao occidente de Beja pouco mais ou menos e onde existe hoje a villa de Ferreira do Alemtejo, houve no tempo dos romanos uma cidade com o nome de *Singa*, de que só se sabe que existiu porque ainda no principio

do seculo passado se viam junto á villa, para o lado do nascente, restos de edificios n'uma extensão de meia legua.

De *Singa*, conta ainda uma velha tradição, que resistiu e se defendeu valorosamente das investidas dos godos, suevos, alanos e outros barbaros, que, semelhantes ás vagas do oceano, se estenderam por sobre o grande imperio romano. Na lucta, segundo essa tradição, se distinguui de tanta maneira uma mulher da cidade, defendendo valorosamente a porta do castello, que desde então os moradores da cidade adoptaram por emblema a figura d'uma matrona com dois malhos nas mãos, emblema que a actual villa de Ferreira do Alemtejo, situada pouco mais ou menos no

mesmo logar onde existiu *Singa*, adoptou por brazão de armas.

*Singa* parece ter sido destruida pelos arabes, o que não succedeu unicamente a esta, mas a outras muitas povoações e cidades florescentes no tempo dos romanos, de algumas das quaes nem sequer restam vestigios, outras foram substituidas por povoações em sitios proximos; talvez succedesse o mesmo a Ferreira do Alemtejo. O certo é que os mouros ahi se fortificaram, porque o castello, comquanto esteja cercado de muralhas com barbacaen e torres, construção de mais recente data, accusa a origem mauritana.

E' brevissima a historia de Ferreira. Nas luctas a que o Alemtejo tem servido de theatro, o sopro da guerra, passando sobre ella, causou ali por diversas vezes consideraveis estragos e prejuizos, especialmente nas pugnas por motivos de successão entre D. Antonio e D. Philippe, e mais tarde nas guerras da independencia; por occasião da peninsula ser occupada pelas legiões francezas, e por ultimo nas campanhas liberaes.

Tem foral que lhe foi dado por D. Mannel em 5 de março de 1510.

Com respeito ás povoações portuguezas que usam o nome de Ferreira, encontramos

no excellente *Elucidario* de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo as seguintes curiosas notas:

«Resta dizermos alguma cousa sobre a razão de se dar nome de *Ferreira* a algumas povoações d'esta monarchia. Que de *ferros*, (1) *ferraduras*, (2) *fabricas*

(1) *Ferros*.—Pensão que antigamente se pagava em algumas partes, não sempre em propria especie, mas talvez em dinheiro corrente, e n'aquella quantidade que era precisa para comprar o numero de *Ferros*, ou *Ferraduras*, que o enfiteuta, ou colono devia pagar.

(2) *Ferraduras*.—E' bem para admirar, que por



Brazão d'armas de Ferreira do Alemtejo

de ferro, ou officina, em que se lavra, a que chamavam *Ferrarias*, lhes proveio o nome de *Ferreiras*, parece incontestavel. Pelo que dissermos de umas se poderá ajuizar das outras. A villa de *Ferreira do Alemento* entre o Torrão, e Beja, desde tempo immemorial tem por armas, ou brazão uma matrona, com dois malhos, ou martellos de ferreiro nas mãos. Esta insignia por si mesma está mostrando d'onde viria o nome a esta povoação, notavel já no tempo dos romanos, segundo se pôde colligir pelos vestigios, e ruinas, que junto d'ella se encontram.

«Por occasião dos *Ferros*, ou *Ferraduras*, não será desacerto dizermos aqui alguma cousa do *Ferro quente* (a que chamavam *Ferro caldo*) dos *Ferreiros* e *Ferreiras*.

«..... Não só por entre a gentildade, e paganismo teve uso o *Ferro em brasa*, levado nas mãos, ou calcado aos pés, para se descobrir a innocencia, ou culpa de algum accusado de crime, segundo ficava lesado, ou illeso; mas ainda com a religião santa se foi introduzindo tão desmarcado abuso, e se manteve por dilatados annos, rebuçado sempre com apparencias de piedade, e maravilha; sendo unicamente a ignorancia, e simpleza d'aquelles tempos a quem se pôde attribuir esta louca, e supersticiosa esperança, de que o grande Deus houvesse de alterar sem causa as leis cosmologicas, que desde o principio dos tempos estabeleceu, como invariaveis á sábia e reudida natureza. O *duello*, ou *desafio*, a *agua fria*, e a *quente*, e o *ferro em brasa*, foram as provas mais ordinarias, que admittiam nos crimes, que humanamente se não provavam: e a isto chamavam *purgação canonica*, ou *purgação vulgar*, de que se podem vêr os canonistas, in *Cap. Consulisti*, et in *Cap. Ex literis*, et in *Cap. Dilecti*. Nós só fallamos aqui da *purgação do ferro quente*, e lançando chispas, que vulgarmente se extorquia d'aquellas pessoas, que pela idade, estado, sexo, ou condição, não podiam, ou não costumavam entrar em *duello*.

«Desde o seculo VIII até o XIII são infinitos os exemplos que se referem d'esta superstição, a que chamavam sem razão *Juizo de Deus*. O ceremonial que n'isto se observava por lei ecclesiastica e civil redu-

tantos annos jazessem os portuguezes no fatal captivo de pagarem, principalmente a corporações ecclesiasticas, fôros, foragens, e *direituras*, que não sei se procediam de despotismo, se de vicioso regalo, se de terem em pouco, e desprezarem mesmo os seus semelhantes. Não havia extravagancia com que o miseravel povo não fosse onerado. Já no tempo dos romanos as imposições d'estes foram taes, que julgaram os hespanhoes por mais favoravel o pesado jugo das nações barbaras, e sem cultura. Depois de revoluções tão famosas, e tragicos successos, ainda renasceu a

zia-se á confissão sacramental, communhão e rigoroso jejum de tres dias, que devia fazer o accusado; varias preces, benções, orações, exorcismos e aspersiones da parte do sacerdote; e finalmente a certa figura e pezo do ferro, espaço ou distancia, a que devia, ou ser levado nas mãos, ou calcado aos pés; e precauções escrupulosas, que se deviam tomar, para que se não impedisse, enervasse, ou rebatesse com algum remedio, composição, ou encanto a virtude do fogo. O nosso Portugal não deixou de ter parte n'este *Juizo*, que o demonio inventára, que o fanatismo introduzira e que os successores de S. Pedro, os principes e concilios até os principios do seculo XIV trabalharam para exterminar da igreja e da republica.

«Junto ao sepulchro do veneravel D. Garcia Martins, commendador de Lessa, se conservou por muitos annos um ferro de arado, que a mulher de um ferreiro levou em brasa até aquelle santo lugar sem a mais leve queimadura, para mostrar a sua innocencia no adulterio, de que falsamente era accusada, como se pôde vêr no *Agiolog. Lusit.*, 1.º de Maio, *lettra g.* Em Arouca, diz Brandão, tom. III da *Monarch. Lusit.*, se conserva a doação que D. Tareja Soares fez áquelle mosteiro no anno de 1254. E n'ella se faz menção, em como desconfiando seu marido da sua honestidade e accusando-a de adulterio, ella não permittiu que os seus parentes, que eram dos mais honrados de Ribadouro, defendessem a sua innocencia por *desafio*; mas antes a quiz ella mesma vindicar pelo *ferro quente* na cidade de Braga. Então o marido admirado e reconhecendo o seu erro se lançou a seus pés, pedindo perdão; mas ella voltando-lhe as costas para sempre e acompanhada dos seus parentes se foi sepultar em Arouca, para que a sua muita formosura não repetisse occasiões á sua ruina; não obstante que já tinha tres filhas e um filho. Outros muitos factos se viram dentro d'este reino, que por serem identicos não precisam ser referidos. Acrescento só que na *Jornada de D. Fr. Aleixo de Menezes as Serros do Malavar*, liv. II, cap. IV, se diz: que os juramentos d'aquellas gentes se fazem, ou mettendo a mão em uma certã de azeite fervendo: ou tomando n'ella um ferro em brasa: ou passando a nado algum dos rios cheios de lagartos; e di-

monarchia lusitana com bastantes abusos, que os nossos piedosissimos monarchas suave, e paulatinamente foram reformando a favor de seus vassallos, a quem sempre respeitaram, não como escravos, mas sim como filhos. Uma d'aquellas abusivas contribuições era a de pagarem ao senhorio tantas, ou quantas *Ferraduras*, (a que tambem chamavam *Ferros*) e esta era a moeda corrente, com que em algumas partes compravam o *jus habitando*; imposta a toda a casa em que o colono accendesse fogo ou habitasse.

(Elucidario.)

zema que se fallam verdade, nada d'isto lhes faz mal: que tão enganados como isto traz o demonio aquelles miseraveis!...

«Mal se poderia sem ferro passar uma vida civilisada e prover-se a republica de tudo o que podia fazer a sua segurança, commodidade e sustento. Nem a lavoura, nem a architectura, nem a milicia, nem as outras artes mechanicas, que tantas utilidades nos fornecem, poderiam sem ferro ter alguma perfeição. Não são logo os *fabricadores do ferro* menos attendiveis que os *caxavadores e obreiros* dos metaes mais preciosos, mas nem sempre e absolutamente os mais preciosos. Não se escondem isto á penetração dos nossos primeiros e augustissimos soberanos: o concelho de Felgueiras, junto a Moncorvo, abadantissimo de ferro (ainda que n'aquelle tempo pouco cultivado) mereceu muitos e significantes privilegios para todos os que ali se occupassem nas *Fabricas* de fazer ferro e em tudo o que pertencia á *Ferraria* d'aquelle terra. De uma sentença de el-rei D. Duarte, de 1436, consta que os *Ferreiros* d'aquelle concelho (isto é, os que trabalharam na extracção e fractura do ferro) não deviam servir os encargos da republica, nem servirem de *Andadores*, ou cousa alguma que pertencesse ao officio de *Andoria*. (Doc. da Torre de Moncorvo). D'aqui se vê não ser tão desprezivel o officio de ferreiro n'aquelles tempos de menos vaidade, em que a utilidade publica prevalecia a tudo.

.....  
«No *Agiel. Lusit.*, a 9 de

Abril, letra c, se faz menção do *Grande Affonso Fernandes Barbus*, natural de Arrifana de Sousa (hoje cidade de Penafiel), de illustre prosapia e *ferreiro* por officio, que floresceu em santidade e virtudes. Elle foi o auctor de se encommendarem as almas á noite com a campainha: acção piedosa, que em algumas partes se usa dando umas tantas badaladas no sino.»

## FREIXO DE ESPADA A' CINTA

nome d'esta villa está mesmo denunciando uma lenda singular e estravagante a dar-lhe origem, e com effeito são varias as tradições e qual d'ellas a menos accetavel, sendo a que damos em ultimo logar a unica que pôde ter alguns visos de verdade. Enumeremol-as.

João de Barros nas suas *Antiquidades de Entre Douro e Minho*, diz que fundou a villa um primo de S. Rozendo, de appellido Feijão, que morreu em 977 e que por ter nas suas armas um freixo e uma espada, se ficou chamando de Freixo de Espada á Cinta. Devemos convir que a deducção é pouco ou nada logica e admira que o auctor das *Decadas* a accettasse e lhe desse curso.

Mais consoante seria outra que encontramos n'um manuscripto antigo. Um cavalleiro christão—o mesmo primo de S. Rozendo,—perseguido por uma horda de aventureiros se viu em grande perigo de soffrer morte affrontosa, por isso que se achava desacompanhado.

Sentindo perto os inimigos, cingiu a espada a um freixo e occultou-se entre os ramos, aguardando um milagre. Com effeito foi recompensada a sua fé, não porque a arvore se servisse da espada em defeza d'elle, mas porque os perseguidores, vendo o freixo cingindo armas, se tomaram de tal medo que fugiram em completa debandada. Esta é a razão porque se lançaram os fundamentos da povoação e porque o fundador tomou por armas o freixo e o montante e porque ao logar se deu o nome de Freixo de Espada á Cinta.

A terceira versão é menos romantica e diz que deu origem a este termo o seguinte caso:

Andando um cavalleiro godo, de nome Espadacinta, muito fatigado depois de uma batalha e encontrando ali um copado freixo deitou-se á sombra d'elle.

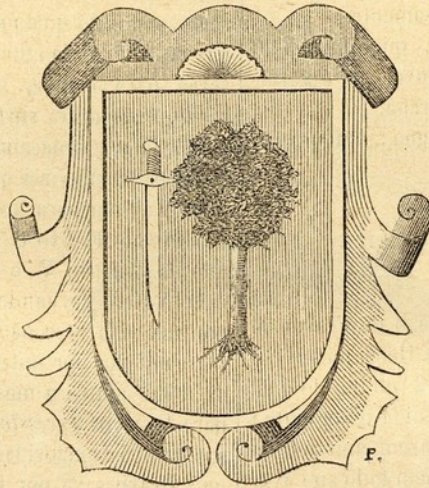
Tão grata memoria lhe deixaram esses momentos de repouso que resolveu fundar uma povoação, a que deu o nominativo de Espadacinta, que com o tempo se converteu no ora usado.

Ainda no principio do seculo passado existia junto á igreja matriz da villa um freixo collossal, cercado de assentos de pedra, que os povos d'ali tinham em grande estima por o julgarem o mesmo da lenda.

E' contudo absoluta a carencia de documentos para resolver este intrincado problema, e portanto deixaremos ao leitor o direito de escolher qual versão lhe pareça mais acertada, ou desprezar todas, se lhe aprouver.

O que é certo é ser a villa anterior á fundação da monarchia e ter sido *couto do reino* ou de *homiziados*.

Nas antigas dissidencias com Castella soffreu bastante, para o que contribuia em grande parte a situação visinba da fronteira, pois apenas demora a uma



Brazão d'armas de Freixo de Espada á Cinta

legua do rio Douro, que n'este ponto descreve a linha divisoria.

Quando D. Affonso II rompeu hostilidades contra suas irmãs, o rei de Leão apoiou as pretensões das infantas e entrou no reino, assolando tudo na sua passagem.

A villa de Freixo foi uma das victimas d'esta invasão, porque, cahindo no poder dos leonezes, foi saqueada e queimada em parte.

Até 1240 pertenceu ao concelho da villa de Alva. Na guerra que n'esse anno teve D. Sancho II com o rei de Leão, foi esta villa de Alva cercada pelo infante leonez D. Affonso, e os seus moradores ou por medo ou por traição entregaram-se ao inimigo, sem resistencia. Em castigo d'esta cobardia ou perfidia D. Sancho II tirou-lhe logo o fôro de villa, dando-o a Freixo de Espada á Cinta pela fidelidade e bravura que então seus habitantes mostraram, defendendo-se obstinada e valorosamente, pelo que os leonezes tiveram que levantar o cerco e retirar-se vergonhosamente.

D. Diniz fortificou-a; o castello, que ainda hoje existe sobre um outeiro contiguo á povoação, é geralmente considerado obra d'este monarcha.

As armas são o que o nome designa: um «freixo de espada á cinta».

\*  
\*   \*  
\*

No Livro dos Foraes Velhos vê-se o de Freixo de Espada á Cinta por el-rei D. Affonso Henriques e sua mulher a rainha D. Mafalda, em 1152, no fim do qual se acha de outra mão, como apostilla o seguinte: «Toda a mulher de Fresno, que acharem cum marido alieno, queymena por aleivosa, e tomem todo suo aver o Concelo pera o Castello: aquel, que acharem con ella p. X. maraved. pera lo Castello.»

Em 1272 conseguiram os povos da villa de Moz que D. Affonso III decidisse a grande demanda que traziam com os de Freixo de Espada á Cinta, sobre pastagens e limites, mandando «que os gados pastassem nas relvas, só depois de n'ellas não haver pães, e que logo que estejam lavradas fiquem defezas».

Em 1342 requereu o povo de Freixo de Espada á Cinta, a D. Affonso IV, que lhe dêsse a *terça* da sua igreja para concluir as muralhas da villa, o que o rei concedeu. Depois, com essas mesmas *terças* fizeram a igreja, que parece ter sido principiada por D. Diniz. Todavia, não chegou o rendimento da *terça* para a conclusão do templo, que esteve incompleto muitos annos. Ainda em 1650 estava por fazer o pulpito, o côro e os remates. Já então as *terças* de todo o reino pertenciam á corôa, pelo que os de Freixo pediram a D. João IV a *terça* d'ali, para conclusão da sua igreja,

que é de cantaria lavrada, com abobada tambem de cantaria.

El-rei D. João I em uma carta de 1408 para os de Freixo de Espada á Cinta, determina que «nenhum Juiz entre naquella Villa a conhecer de algum feito civil, ou crime; eigo» (1) o seu Juiz ordinario.»

Reformando el-rei D. Manuel o foral de Freixo de Espada á Cinta no anno de 1512, diz assim: «A Pena de sangue, que constava do Foral antigo, se prohibe n'este; excepto nos seguintes casos: O que ferir, ou matar o seu vizinho correndo a tras delle, e mattando-o em sua casa, pagará quinhentos réis, e outro tanto o que ferir mulher sua, ou alhea: E quem matar homem, ou Clerigo de Ordens sacras pagará novecentos réis: E o Juiz, que os julgar levará a septima parte. E por todalas as outras penas de sangue contheudas no dito Foral serão pagará mais que duzentos réis, de qualquer maneira que sangue tirar. E não se tirando sangue, senão pagará nada. As armas serão para o Juiz, só no caso que se tomem no arruido, e de outra sorte não.»

E já por uma sua sentença de 1507 havia declarado o mesmo rei que D. Mecia de Mello não tinha direito algum para levar a *pena de sangue* e outros direitos em Freixo e seu termo; por quanto a mercê que D. Affonso V e elle mesmo fizeram a seu marido Vasco Fernandes de S. Payo, era tão sómente por sua vida e se não estendiam á viuva. Isto mesmo se manifesta por outra sentença do mesmo monarcha de 1503 contra a mesma viuva, que não tendo foral para levar os *excessivos tributos*, que costumava, por sua propria auctoridade levava de todo o passageiro que atravessava por Freixo, seu arrabalde, ou termo, 48 réis por maravidi, e dois alqueires de cevada de cada morador: e a *pena de sangue*. E que os *passageiros revéis* em pagar, eram, por *desencaminhados*, privados das suas fazendas. «Manda El-Rei, que a Ré não leve Passagem, nem Portagem, senão dos que passassem de Portugal para Castella, ou de Castella para Portugal com algumas mercancias: Que não leve a Pena de sangue, pois não tem para isso Titulo: E que os dous alqueires de cevada se vendão, e ponha o dinheiro em deposito, até que pela factura dos Novos Foraes se veja, se as taes medidas lhe pertencem, ou não.» (Doc. de Freixo de Espada á Cinta.)

Possue tambem uma sentença de foral, dada a favor da corôa, datada de 6 de junho de 1533, no reinado de D. João III.

(1) «Eigo» ou «ergo»—Unicamente, excepto, tão sómente.



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,800 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.º 22

## FRONTEIRA

Esta villa, hoje bastante pobre e decadente, em epocas passadas desempenhou importante papel, por isso que lhe competia a missão de espiar os visinhos temerosos, advindo-lhe d'aqui o nome e cuja significação para ninguem é estranha, posto que actualmente se não dê o caso de ser ella effectivamente fronteira, qual outr'ora foi.

Como se sabe, as ordens militares, taes como a de S. Bento d'Aviz, Calatrava, S. Thiago e S. João de Jerusalem, eram verdadeiros corpos de exercito, que muitas vezes por propria deliberação combatiam a mourama, conquistando praças, em seguida postas á disposição do monarcha, comquanto frequentemente a soberania real fosse puramente nominal, e positiva e effectiva a dos mestres das ordens.

Por este motivo os reis foram introduzindo filhos seus em todas as ordens, afim de poderem contar com a adhesão, posto que nunca em Portugal se levantasse conflicto sério entre o governo e o mestre, como succedeu em outras nações.

Os mestres das ordens prestavam relevantes serviços ao paiz, não só limpando-o de mouros, mas tambem edificando praças fortes nos sitios mais adequados. Uma d'estas foi a villa de Fronteira, fundada em 1226 por D. Fernando Rodrigues Monteiro, quarto mestre da ordem de S. Bento de Aviz.

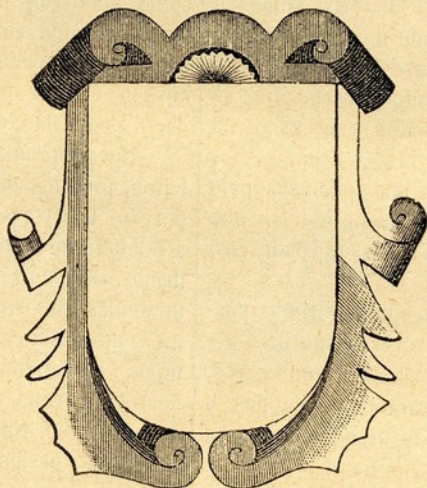
Não foi só fundada por aquelle cavalleiro a villa que usa hoje o nome de Fronteira, mas sim uma outra, que depois foi abandonada e se ficou chamando Villa Velha, nome porque ainda é conhecida actualmente, chamando-se-lhe tambem Villa Velha de Rodam e portas de Rodam.

Foi D. Diniz que determinou a mudança da villa, porque achando-se a anterior muito arruinada deliberou o rei reconstruil-a, e porque tivesse cessado a razão de ser fronteiraça de moirama, ordenou as cons-

truções em mais desviado ponto, ficando desde então as duas villas, a nova chamando-se Fronteira, que era o nome da antiga, e a que primeiro fôra Fronteira chamando-se Villa Velha.

Mandou D. Diniz construir castello e bom cinto de muralhas, que por mais de uma vez sustentaram investidas de castelhanos, sendo, entre outros recontros, notavel o que se deu no proximo sitio dos Atoleiros, que teve grande influencia na lucta entre D. João, mestre de Aviz, defensor do reino, e D. João de Castella.

A respeito d'este glorioso successo encontramos na obra intitulada *Batalhas dos Portuguezes*, do fallecido escriptor Osorio de Vasconcellos, os seguintes periodos que julgamos dignos de transcrever:



Brazão d'armas de Fronteira

«A situação do reino havia chegado ao estado mais apertado e deploravel. D'elle se podia dizer o que no ritual romano dizem os padres aos esposos: *sis mortuus mundo vivens iterum Deo*. Quem o visse accommettido do já então poderio enorme de Castella, tomadas as suas principaes fortalezas, subjugados os povos, rendida e vendida a nobreza, que levantou voz pelo rei estranho, que por seu lado tinha tambem a rainha D. Leonor Telles, aquella formosa barregan, como di-

zem as velhas chronicas do tempo; quem visse aquelle baixel, batido das vagas revoltas, dando em cheio nos parceiros, e prestes a submergir-se, não julgava de certo que em peitos fortes e varonis ainda havia esperança na salvação do estado.

«Havia de feito um grande elemento e uma força indomita e inquebrantavel, uma vontade firme e persistente que resiste a todos os embates e a todas as desgraças. Esse elemento, essa força, essa vontade era o povo portuguez, que não queria ser castelhano, que resistia aos castelhanos e tinha fê em expulsal-os bem escaementados em paga da sua arrogancia e da sua ambição. O povo, o heroe das occasiões solemnes, era o sustentaculo do Mestre de Aviz.

«Este, porém, não sabia como desempenhar-se do encargo espinhoso da defensão do reino.

«Preparava-se o cerco de Lisboa e grandes forças com todos os aprestos e machinas concorriam de toda a parte. Defender Lisboa era uma necessidade indeclinavel e fatal. Ao mesmo tempo, porém, do sul do reino vinham vozes exorando soccorro, porque o mestre d'Alcantara, á frente de luzidas hostes, propunha-se castigar a ferro e fogo todas as terras, que haviam proclamado o Mestre e expulso os alcaides.

«Em tal estado de aperto, não podia o Mestre mandar tropas, que poucas eram as que possuía para a defensão de Lisboa; enviou, porém, um homem, um só homem, de tão rija tempera e animo tão valoroso, que, posto ser ainda bem novo, valia um exercito aguerrido.

«Esse mancebo era Nuno Alvares Pereira, ardente, temerario, leal, cavalheiroso, meneando a espada em prol da patria, prodigo do seu sangue, leitor dos romances de cavallaria, um d'esses caracteres, enfim, que só a idade-média podia gerar nos seus seios potentes.

«Partiu-se, pois, Nuno Alvares Pereira, nomeado fronteiro, para o Alentejo, levando duzentas lanças, e com ellas plenos e amplos poderes. O Mestre acompanhou até Almada o esforçado mancebo, que se poz a caminho de Setubal, levando desfilado na vanguarda o pendão, onde o S. Thiago, amigo dos castelhanos, já se ia sumindo na luz projectada pelo apocrypho S. Jorge. Estes foram os preludios, que conduziram á demissão de S. Thiago de padroeiro militar do reino.

«Setubal era pelos castelhanos e nem abriu as portas ao troço portuguez. Nuno Alvares, como bom general, começou pelo caminho a exercitar a sua gente, com alardes, rebates falsos, escaramuças fingidas e mais stratagemas, que compunham a pequena guerra d'aquelles seculos.

«Applicou logo o suffragio universal e mandou aos homens de armas que elegessem, por terras, um conselho de guerra permanente e junto á sua pessoa. Esta lembrança foi muito bem acciã de todos aquelles milicianos feudaes, a quem sorria pouco a disciplina e a obediencia passiva. Combater gallardamente e defender o pendão á custa da vida, isso sabiam elles; mas o que elles ignoravam era o obedecer, a primeira e principal virtude de um exercito.

«Em Montemor-o-Novo acclamou o Mestre e recrutou gente e chegada a Evora mandou emissarios a todos os concelhos para que os portuguezes dignos d'esse nome viessem unir-se lhe. O mesmo fez em Estremoz, onde conseguiu ajuntar 300 lanças, o que equivalia a mil e quinhentos homens, fraco troço contra o exercito castelhano que ajudado pelo prior do Crato, irmão de Nuno Alvares, se compunha de mil lanças e esperava o embate dos portuguezes.

«O brioso mancebo chamou a conselho e propoz a batalha. Não responderam logo os interpellados e no dia seguinte disseram, que attento o seu exiguo numero e o verem entre os castelhanos o irmão do seu chefe, tinham por melhor o retirarem.

«Nuno Alvares respondeu que não conhecia irmão entre os inimigos; que pela patria combateria contra seu proprio pae e que se tinham medo dos castelhanos, por serem muitos, elle iria, ainda que sósinho, quebrar uma lança pela honra da nação. Esta resposta, que só tem igual nos fastos da antiguidade, reacendeu a flamma do entusiasmo nos peitos portuguezes, e todos á uma juraram morrer ou vencer.

«Só um, não por covardia, porque era esforçado entre os mais valentes, senão porque mal lhe soffria o animo obedecer, Gil Fernandes, alcaide e restaurador d'Elvas e temor dos castelhanos, aproveitou as trevas da noite e abandonou o campo. Nuno Alvares, sempre prudente, logrou convencer-o, pintando-lhe que aquella era a occasião de sacrificar no altar da patria odios e dissensões. Gil Fernandes ficou e todos marcharam para Fronteira, onde estava o inimigo, como souberam de um mensageiro, que o prior do Crato mandou ao irmão tentando dissuadi-lo da entrepresa e convidando-o a passar-se para Castella. Escusado é dizer que Nuno Alvares protestou responder á ponta da lança.

«Encontraram-se as duas hostes no sitio dos Atoleiros, proximo de Fronteira. Era espantosa a desproporção. Um contra cinco. A disciplina, o armamento, a unidade do commando, era tudo a favor dos castelhanos. E Nuno Alvares não desesperou. Como Epaminondas nas suas immortaes campanhas, inventou uma nova tactica e venceu. Resistir á cavallaria inimiga, respondendo ao choque pelo choque, seria a derrota porque as massas eram desigualissimas. O que fez, pois, Nuno Alvares? Como se forrou á eminencia do perigo, que ameaçava tragal-o? E' n'estes momentos que o genio brilha e seduz. Por uma concepção sublime, o heroico mancebo fez o que ninguem ainda tinha sonhado, n'aquellas épocas barbaras, as quaes haviam esquecido que a phalange grega derrotou os exercitos de Xerxes, e a cohorte romana conquistou o mundo.

«Mandou, pois, pôr pé em terra aos cavalleiros, ou como diz Fernão Lopes, *poz batalha por terra*, e esperou o embate da cavallaria, como uma fortaleza movel. A celebre columna de infantaria ingleza em Fontenoy e os quadrados das Pyramides, do Thabór e de Heliopole são a copia da manobra dos Atoleiros, onde Nuno Alvares venceu sem cavallaria, ou o que é mais, sobrelevou ao proprio Principe Negro, ao vencedor da França, pois que este célebre campeão, confiando aliaz nos seus besteiros e archeiros, combateu sempre com a cavallaria e deu-lhe o primeiro logar e a maior importancia.

«O certo é que os castelhanos, ao contemplar aquelle punhado de peões, que não osasam combater a cavallo, sorriram-se e carregaram com toda a velocidade. Tiveram logo de voltar costas porque a experiencia foi-lhes dura e cruenta.

«A primeira fileira do troço agglomerado puzera as lanças em riste com os contos apoiados no chão. Na segunda fileira vibravam os besteiros os seus virotões, ao passo que no centro os peões aliravam os dardos. Quatro cargas deram os castelhanos. Afinal, juncado o solo de cadaveres e empoçado de sangue, tiveram de fugir á espora fita perseguidos pelos portuguezes que montaram a cavallo. Os castelhanos deixaram cento e vinte homens, entre os quaes o commandante e mestre d'Alcantara, ao passo que dos portuguezes apenas alguns foram feridos.

«A importancia moral d'aquelle combate foi enorme. Começaram os portuguezes a cobrar bríos e alentos e a antever a possibilidade de expulsar de vez os inimigos, vencendo-os em batalhas campees. Ao mesmo tempo aperfavam-se os laços entre o chefe e os cavalleiros; extinguiram-se odios e rivalidades, e todos corôados pela victoria, sentiram-se capazes de immortaes prodigios, tendo por guia a Nuno Alvares, genio incomparavel e sem segundo.

«O inimigo desanimou e descoroçou, e começou, em fim, a convencer-se que a conquista de Portugal não era empreza tão facil, como se lhe affigurára a principio.

«Além d'estas, outras foram ainda as consequencias do combate. Grande numero de praças fortes do Alemtejo, castros e fortalezas, em cujas torres fluctuava a bandeira inimiga, submeteram-se e desceram as pontes levadiças para acolherem o vencedor. Gil Fernandes obrou prodigios em Elvas e outros fizeram entrada em Hespanha, talando, queimando e roubando, como era de uso e lei.»

\* \* \*

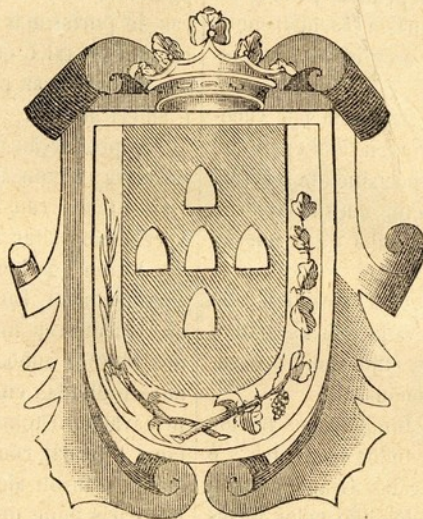
A cinta de muralhas está hoje desmantelada e cahidas em ruinas as sete torres, que a guarneciam; o castello é que ainda existe e attesta antiguidade veneranda.

Deu-lhe foral D. Manuel, no 1.º de junho de 1512. No tempo de D. Pedro II foi creado o marquezado de Fronteira para recompensar serviços militares

do segundo conde da Torre, D. João Mascarenhas. O actual marquez é um cavalleiro muito respeitado e que ha annos desempenhou importante papel na politica do paiz.

Ha annos -- pelos começos do seculo passado -- nas visinhanças da villa, em valle da Amoreira, em um sitio chamado da Cerejeira, descobriram-se algumas peças de oiro de muito peso e valor, que se reputaram romanas; n'esse mesmo lugar foram descobertos vestigios de antigos edificios, mas n'esse tempo niquem fez caso da descoberta e tudo em breve se destiu pelo habitual vandalismo dos povos e desleixo de quem deve saber dar valor a estas riquezas archeologicas. Já vimos uma bellissima inscripção tumular, do tempo de Julio Cesar, no muro de um quintaloro, em cuja construcção haviam sido aproveitadas as reliquias que poderiam fornecer subsidios importantes á historia da localidade.

As armas da villa consistem n'um escudo de prata, sem divisa alguma.



Brazão d'armas do Funchal

## FUNCHAL

Compõe-se o archipelago da Madeira da ilha que tem esta denominação e das de Porto Santo e Desertas, capital a cidade do Funchal, de que nos vamos occupar, mas com a rapidez de quem passasse a pleno vapor atravez da historia e atravez da pittoresca ilha, onde tantos enfermos tem ido retemperar as forças e readquirir a saúde.

A ilha da Madeira foi descoberta em 2 de julho de 1419, por João Gonçalves Zarco, em viagem destinada pelo infante D. Henrique á descoberta de novas terras e novos mares; tão abundante em madeiras acharam a ilha os portuguezes que de Madeira lhe deram o nome.

Os fundamentos da cidade do Funchal foram lançados pelo mesmo Zarco, pouco tempo depois da descoberta.

D. João I dividiu a ilha em dois districtos e fez doação ao descobridor da parte em que este fundou a capital, dando-lhe o nome de Funchal em razão do muito funcho que no logar crescia.

D. Affonso V deu-lhe foral em 1451, e porque a povoação augmentára consideravelmente em pouco tempo, el-rei D. Manuel, em 1508, concedeu-lhe os fôros de cidade.

Ao benemerito infante D. Henrique, a quem Por-

tugal deve a sua gloria na epopeia maritima, porque d'ella foi o propugnador e o iniciador, é igualmente devedora a Madeira de uma das suas principaes fontes de riqueza, pois foi por seus desvelos que conseguiu a cultivar-se ali a canna de assucar e a vinha, o que deu desde logo largo desenvolvimento á industria agricola.

Demora a ilha visinha da Costa de Africa, e que dista duzentas leguas e de cujo clima participa um pouco.

D. Mannel foi o fundador do bispado do Funchal em 1514; elevado a metropolitano ficaram-lhe suffraganeos os bispados de Angra, Cabo Verde / S. Thomé, que abrangia Angola e Congo, e o de Goa, que se estendia pela India oriental, por isso aos bispados do Funchal se deu então o titulo de primaz das Indias, prerogativa que não usufruíram por muito tempo, porque engrandecendo-se os estados portuguezes na India foi Goa elevada á dignidade archiepiscopal primaz do oriente e o Funchal perdeu a jurisdicção metropolitana, voltando a suffraganea do arcebisado de Lisboa.

A igreja funchalense tem sido occupada por venerandos sacerdotes, em quem concorreu tambem a circumstancia de grandes cidadãos, especialmente o actual bispo, D. Manuel Agostinho Barreto, um exemplarissimo ministro do altar, que desempenha a sua missão com grande piedade e patriotismo.

A cidade acha-se situada na costa meridional da ilha, occupando parte d'ella um valle deliciossissimo, e a outra parte a encosta do Pico, cujo cume é occupado pelo castello da mesma denominação.

O porto é excellente e n'elle fundeiam os navios em perfeita segurança com quasi todos os ventos; é formado pelo prolongamento dos cabos Gração e ponta da Cruz e está soffrivelmente defendido pelos fortes da Pontinha, de S. Lazaro, S. João, S. Philippe, S. Thiago, Loures, Alfandega e o castello ilheu, que occupa um grande rochedo no meio do mar.

A cidade, vista d'este ponto, offerece um esplendido panorama.

Os principaes episodios da historia do Funchal, ou antes da Madeira, andam annexos aos annaes da revolução de 1640, invasão dos francezes e luctas pela liberdade.

A cidade acha-se dividida em quatro parochias, sendo notavel a Sé, fundada por el-rei D. Manuel; pinturas, marmores, os tectos das dez capellas, de cedro primorosamente lavrado, tudo a recommenda á contemplação dos fieis. E' tambem notavel a chamada capella dos Ossos, no convento de S. Francisco, a qual é construida de ossos e caveiras.

E' pouco vulgar o asseio que se nota nas ruas da cidade; as casas são todas muito caiadas, e o interior corresponde ao exterior.

O jardim publico é um verdadeiro ramalhete de

plantas exoticas, para o qual subscreveram tanto a flora europea como a africana.

São afamados os suburbios do Funchal pela formosura e amenidade, e por isso ali vão viajantes de todo o mundo pedir á Nice portugueza a restauração pulmonar, e é grande o numero de individuos que confessa dever á Madeira a conservação da sua existencia.

Os melhores edificios do Funchal são o palacio do governo, paço episcopal, os paços do concelho, seminario, alfandega, hospital e theatro. E' digno de ver-se o hospicio chamado da Princesa D. Amelia, fundado pela duqueza de Bragança, viuva do imperador D. Pedro, em memoria de sua infeliz filha. E' destinado a albergar os doentes pobres atacados de molestias pulmonares.

Por toda a ilha abundam os bosques, em que as plantas tropicaes crescem a par com as europeias; os pomares, hortedos e vinhas vestem as collinas; ribeiras de purissimas aguas despenham-se das rochas altitudadas; tal é o aspecto geral d'aquelle eden.

Ha ali ricas propriedades de negociantes inglezes e americanos.

A produção de vinhos d'esta formosa e abençoada terra chegou a ser prodigiosa; mas os inimigos da vinha tem causado ali estragos taes que se tornou necessario voltar á cultura da canna de assucar.

A um dos benemeritos filhos da Madeira, o sr. commendador Tarquinio Lomelino, devem ainda assim os viticultores madeirenses consideraveis interesses nos ultimos annos, pois andavam as melhores marcas desacreditadas em rasão das falsificações, quando este cavalheiro tomou a iniciativa de lhes restabelecer a fama e tornar conhecidos os melhores typos; para este fim realisou algumas viagens ao estrangeiro, esteve em Paris onde prestou os mais valiosos serviços, na grande exposição de 1865.

Não são, porém, só estes os artigos principaes da industria e agricultura madeirense; ali produzem-se cereaes, batata doce e commum, inhame, fructas nossas e do Brazil, e gados. São primorosos os trabalhos das mulheres da ilha em flores de pennas, rendas, bordados, e uma grande variedade de artefactos delicadissimos.

As filhas da Madeira têm fama de formosas e são-no com effeito.

As armas da cidade do Funchal são emblematicas dos artigos principaes de seu commercio—vinho e assucar—porque constam de um escudo coroadado, tendo em torno uma canna de assucar e uma haste de vinha com fructo, e no escudo cinco pães de assucar, de prata.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Devo ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 23

## GARVÃO

A villa de Garvão, tendo uma breve historia, fornece grande lição, ensinando que os destinos dos povos e das nações muito se assemelham ao dos individuos, podendo applicar-se-lhes tanto a uns como a outros aquelles versos de Bocage, que compõem um dos seus mais notaveis sonetos:

Tal que em gran venerando, alto, lusido,  
Como que até regia as leis do Fado,  
Onde o sol, bem de todos lhe é vedado  
Depois com ferros vis se vê cingido

Garvão, depois de haver sido municipio autonomo, depois de ter tido população numerosa, é hoje apenas uma freguezia, incorporada no concelho de Ourique, d'onde dista 12 kilometros, pobre a todos os respeitos, começando no numero de habitantes, e pobre até no assumpto que pôde fornecer a esta resenha, porque a sua historia faz-se em pedruzinhos de traços, visto que a sua idade aurea não restam documentos nem tradições.

Comquanto haja a certeza de ser de remota epoca a sua fundação, não encontraram os escriptores especialistas, que se occuparam d'estas investigações, fundamentos para lh'a assignalarem ao certo. Dizem uns que já existia ao tempo da invasão dos mouros, outros que por elles fôra fundada, alguns ainda assignalam-lhe por fundador D. Affonso I, e estes são os que menos credito merecem por ser mais natural que o primeiro monarcha portuguez achando-a despovoada em seguida á batalha de Ourique, que nas vislhanças se travou em 1139, a mandasse povoar.

O nome parece confirmar um pouco a versão que attribue aos arabes os fundamentos, porque o seu primeiro nominativo *Gorabon* é palavra arabe que significa *córvio*. Porque o dariam á villa é segredo dos tempos, e apenas se pôde inferir que da abundancia de

aves d'esta especie se lhe originasse o baptismo.

Tão importante ainda foi nos primeiros tempos da monarchia que gosava o privilegio de enviar procuradores ás côrtes, e a estes era designado logar no 14.<sup>o</sup> banco. Restam vestigios de edificações antigas a provar que foi muito maior do que hoje é.

Ha ainda quem attribua a fundação aos cavalleiros da ordem de S. Thiago, no reinado de D. Affonso I, ahi pelos annos de 1150, em razão do primeiro foral lhe ser dado por D. Paio Peres Correia. Mas não o confirma esse documento, porque é de crêr que se a fundação fosse da ordem no foral se alludisse a ella, e ahi apenas se diz que desde então ficava elevada a villa. O foral tem a data de fevereiro de 1268. El-rei

D. Manuel lh'o reformou em Lisboa, em 1 de julho de 1512, e n'essa epoca ainda prosperava, porque se lhe concederam maiores privilegios, como se pôde vêr no respectivo *Tombo dos foraes novos* d'aquelle monarcha.

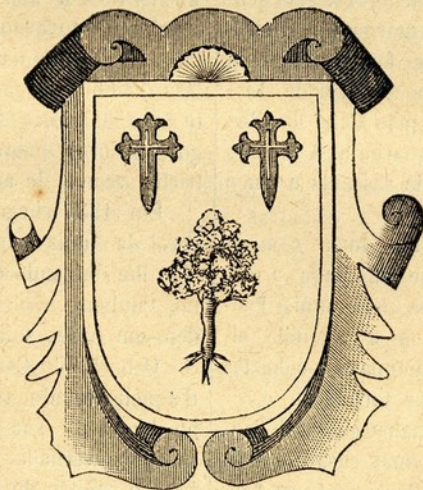
Já que fallámos de D. Paio Peres Correia digámos algumas palavras a respeito d'este heroe lendario.

Geralmente fundem-se n'um individuo só proezas em que foi participe um outro aguerrido portuguez d'aquellas eras, Affonso Peres Farinha.

Alexandre Herculano vingou esta injustiça das chronicas como outras muitas.

D. Paio era grão-mestre da ordem de S. Thiago. Depois das expedições de D. Sancho II, em que aquelles dois irmãos de armas tiveram importante papel, ficaram elles na fronteira, fatigando em luctas quotidianas os mouros, ainda alojados no melhor do Algarve; mas D. Paio partiu para Castella pouco depois, onde foi nomeado commendador de Ucles e grão-mestre de toda a ordem em Hespanha, ficando Peres Farinha substituindo-o, e pela conformidade dos appellidos é que muitos julgam ser aquelle infatigavel liador com quem os mouros constantemente se viam a braços.

«Não fica por isso diminuido o vulto de D. Paio — diz o sr. M. Pinheiro Chagas, na sua *Historia*, pelo



Brazão d'armas de Garvão

contrario, nem Portugal se pôde gloriar menos d'esse seu filho, que se não foi o conquistador do Algarve, teve em compensação a gloria mais alta de ser julgado digno pelas suas façanhas, de governar essa gloriosa milicia christã, que em toda a Hespanha fazia aos mouros uma guerra sem treguas.\*

D. Paio morreu em 1273 e jaz sepultado na igreja de Santa Maria de Tudis, que mandára construir.

Eis a verdade a respeito de D. Paio, o lidador incansavel, que, segundo as chronicas, parecia dotado do dom da ubiquidade, e cujo nome anda annexo ás memorias de Garvão, assim como de outras muitas localidades.

As armas da villa são uma arvore verde em campo de prata, e ao alto duas cruces em purpura, da ordem de S. Thiago, emblema que por um lado recorda a fertilidade dos seus campos e pelas cruces a suzerania da ordem.

## GOA (NOVA) \*

A moderna capital da India portugueza está situada em uma planicie na margem esquerda do Mandovi, a duas milhas da sua foz, e a légua e meia de distancia da antiga metropole. Dista de Lisboa em linha recta mil leguas, e pelo Cabo da Boa Esperança duas mil quinhentas e quarenta. A cidade de Bombaim fica-lhe em distancia de sessenta e cinco leguas.

A importancia da nova capital teve começo em 1812. Até 1759, em que se effectuou a primeira mudança da sede governativa para aqui, Pangim não era mais que uma pequena e immunda aldeia, composta de mesquinhas choupanas cobertas de côlmo, com duas ruas estreitas e tortuosas.

Por esta occasião algumas construcções se fizeram por ordem do governo, e algumas casas se edificaram por conta de particulares. Porém, não se dando então vigoroso impulso ás obras indispensaveis, e variando depois de accordo o governo de Lisboa, só em 1812 se cuidou devêras na transferencia da capital para Pangim, dando-se principio á construcção de alguns edificios publicos, posto que abarracados, e diligenciando-se attrahir ali a população, e sobretudo as familias abastadas, que, retiradas da cidade de Goa, viviam espalhadas pelas aldeias da ilha.

Entretanto a verdadeira época d'esta fundação é

\* As difficuldades com que luctámos para obter esclarecimentos sobre Goa (Nova), obrigou-nos a transcrever esta descripção do excellente livro de Vilhena Barbosa, «As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d'armas».

a de 1827 a 1833, que foram os oito annos do governo do ultimo vice-rei da India, D. Manuel de Portugal e Castro. A este probo e intelligente funcionario é a quem melhor quadra o epitheto de fundador de Nova Goa.

Pôr sua ordem nivelou-se o terreno; seccaram-se e aterraram-se pantanós; fizeram-se encanamentos para as aguas estagnadas, e para as immundicies; delinearão-se e abrirão-se espaçosas praças, e ruas alinhadas de oitenta palmos de largura; construíram-se alguns bons edificios publicos, seis pontes sobre varios esteiros, e um grande e formoso caes em muita extensão da ribeira; plantou-se um passeio publico junto ao rio, onde anteriormente tudo era lodacal; emfim traçou-se e executou-se o plano de uma cidade regular e bonita, digna da preeminencia a que já se achava elevada.

A historia de Pangim, ou Nova Goa não offerece successo algum importante desde essa época até ao presente, a não serem varios alvoroços populares, e algumas invasões do terrivel flagello cholera-morbus.

O primeiro d'esses alvoroços rebentou em janeiro de 1833, por occasião de ser chamado a Lisboa D. Manuel de Portugal e Castro, ultimo vice-rei, e de se instalar no governo Bernardo Peres da Silva, com o titulo de *perfeito dos estados da India*. Ao cabo de 18 dias d'administração foi deposto tumultuariamente este funcionario, e succedendo-se uns apoz outros os governadores provisórios, Nova Goa foi theatro de tristes scenas de anarchia por longo tempo.

Em 1837 chegou ali com o cargo de governador geral da India o barão de Sabroso; porém a morte, não lhe deixando completar um anno do seu governo, tambem não consentiu que restabelecesse a ordem em bases solidas.

O barão do Candal, que lhe succedeu no governo d'aquelle estado, falleceu egualmente no primeiro anno depois da sua chegada á India. Sendo então nomeado governador interino, até novas ordens de Lisboa, o capitão de fragata José Joaquim Lopes de Lima, rompeu o povo em taes desordens e motins, que se viu forçado aquelle official a abandonar o governo, e refugiar-se na cidade ingleza de Bombaim. Todavia durante a sua administração realisaram-se alguns melhoramentos importantes.

As coisas vieram por fim a entrar na ordem, para o que muito concorreu o tenente general conde das Antas, mandado á India por governador geral.

Luctando com graves difficuldades, que lhe proviñham da decadencia do nosso commercio, e do abandono em que Portugal, absorvido nas luctas civis, deixava todas as suas provincias ultramarinas, Nova Goa foi sempre obtendo, apesar de tudo, alguns progressivos beneficios, já na refôrma dos diversos ramos da administração publica, já em alguns aformoseamentos locais.

N'estes ultimos annos tem visto operarem-se melhoramentos importantissimos, que promettem, cremol-o firmemente, um prospero futuro á capital da India portugueza.

Entre outras obras de utilidade, citaremos as apprehendidas pelo governador geral visconde de Torres Novas, já fallecido, como as mais proficuas em resultados, as magnificas estradas, que atravessando as nossas comarcas da terra firme, vão entroncar nas que os inglezes construíram no seu territorio de Bombaim, de accordo com o dito governador, para dar sabida facil e mais economica ao algodão dos seus districtos do interior.

São tres estas estradas. A de *Verem a Siquervale*, na fronteira ingleza, é uma bem construida estrada, que atravessa a industriosa provincia de Bardez, e parte da de Bixolim. Tem muitas pontes solidas e elegantemente edificadas, sendo as mais notaveis a de *D. Estephania*, a de *Namorã* e de *Siquervale*. A estrada real começa em Nova Goa, corta parte das illhas de Goa, continúa do outro lado do rio por Cortalin, Verna, Margão, Chichenin, Conculin, Canacona, e termina na fronteira ingleza. A estrada *central de Tinem* liga com a que vem de Darvar, um dos mais importantes districtos do algodão das possessões inglezas; prosegue pela provincia de Embarbacem, e finda em Usgão na provincia de Bixolim.

As duas primeiras estradas communicam o territorio de Goa com o britanico pelo norte e pelo sul; e a ultima pelo centro. Vem por ellas muito algodão embarcar em Nova Goa. Este producto representa uma valiosa exportação para a Europa. E os inglezes trataram com a maior actividade e efficacia de dar todo o desenvolvimento possivel á sua cultura, sobretudo depois dos acontecimentos da America do Norte. Portanto, este producto da industria ingleza veiu em breve fazer de Nova Goa um grande emporio dos algodões da India.

Terminando este quadro historico, posto que resumido, demasiadamente longo em relação aos limites d'esta obra, diremos, em prova do progresso d'esta nossa possessão, que no anno de 1860, houve em Nova Goa uma exposição geral dos productos da industria dos estados portuguezes da India.

Compõem-se estes estados presentemente das *Velhas e Novas Conquistas*. Chamam-se Velhas Conquistas ás illhas de Goa, que são dez, ás provincias adjacentes de Salsete e Bardez, e ás cidades de Diu e Damão com os seus respectivos territorios; e á ilha de Angediva.

As illhas de Goa, e provincias adjacentes cuja superficie é de duzentas e vinte e tres leguas quadradas, de sessenta ao grau, constituem tres comarcas judiciaes, que tem por cabeça Nova Goa, e as villas de Margão na provincia de Salsete, e Mapuça na de Bardez.

Dá-se o nome de *Novas Conquistas* ao territorio cedido á corôa portugueza no seculo XVII, e ao conquistado depois d'esta cedencia.

As Novas Conquistas compõem-se de dez pequenissimas provincias em que ha duzentas e oitenta e uma aldeias, tendo de superficie oitocentas e trinta e nove leguas quadradas. Outr'ora formavam uma divisão judicial á parte, porém hoje acham-se encorporadas nas comarcas de Salsete e Bardez.

As cidades e praças maritimas de Diu e Damão, situadas no antigo reino de Guzerate, são cabeças de outras duas comarcas do mesmo nome.

O territorio da India portugueza é limitado ao occidente pelo mar, e pelos outros lados cercam-n'o inteiramente as possessões britannicas. A sua superficie total é de mil e oitenta e seis leguas quadradas, com uma população de quatrocentas e oito mil quinhentas almas. D'estes estados, pois, é Nova Goa capital.

N'esta qualidade é sede do governador geral da India, e mais auctoridades militares, administrativas e judiciaes, de um arcebispo primaz do oriente, de uma relação, de um supremo tribunal de justiça militar, de uma junta de fazenda, e de outras repartições e estabelecimentos publicos que ao diante designaremos, bem como de varios corpos, que fazem a sua guarrição, e formam o nucleo e principal força do exercito da India.

Conta Nova Goa quatro grandes praças, e tres mais pequenas. São sete as suas ruas principaes, todas de setenta a oitenta palmos de largura, mui directas, acciadas, e guarnecidas de casas de apparencia agradável.

O passeio publico está situado á beira do Mandovi, em frente da barra, e dos fortes que a defendem. E' um vasto campo orlado de arvores e descoberto no centro para exercicios e paradas da guarnição.

Por portaria do governador geral, barão de Sabroso, foi denominado este passeio — *Campo de D. Manuel*, em honra e memoria do seu fundador, D. Manuel de Portugal e Castro.

Duas bellas pontes, lançadas sobre um braço do rio, communicam a povoação com o campo de D. Manuel. A principal em grandeza é guarnecida de gradaria, e tem no centro duas columnas, uma de cada lado. Na da parte direita estão as armas da antiga cidade de Goa, tendo por baixo a seguinte inscripção:

O senado já sóe erguer ovante  
Da Lusitania o timbre tão famoso;  
Ora as forças reune diligente,  
Aos projectos de um genio glorioso.

Anno de 1832.

Na columna da parte esquerda vê-se a estatua de Minerva, assentada na base da columna, com a egide

aos pés, e sustentando na mão esquerda o braço d'armas dos marquezes de Valença, que era tambem o do vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro, irmão do ultimo marquez d'aquelle titulo. Corresponde-lhe a letra que segue :

Este escudo, que vês, ó caminhaute,  
A gloria sustentou d'alta Lisboa,  
E anteposto se mostra á forte egide  
No grão restaurador da Nova Goa.

Anno de 1829.

O palacio dos governadores geraes é na antiga fortaleza de Pangim, fundada por Hidal-Khan, e reconstruida em 1615 pelo vice-rei D. Jeronymo d'Azevedo. O palacio foi reedificado e augmentado em 1739 pelo vice-rei conde da Ega. A sua grande sala do docel, e outras immediatas, são adornadas com os retratos de todos os vice-reis e governadores da India, pintados a oleo, em corpo inteiro. Estes quadros, posto que lhes falte merecimento artistico, são muito apreciaveis pelo interesse archeologico, pois que sendo contemporaneos dos personagens que representam, mostram com fidelidade os trajos usados em uma longa e brilhante época da nossa historia. Estes quadros foram trazidos para aqui do palacio de Goa, onde estiveram até á mudança dos vice-reis.

Defronte d'aquelle palacio, em uma pequena praça irregular, está o edificio da *Junta da fazenda*, obra de D. Manuel de Portugal. Acham se n'elle, além d'esta, as seguintes repartições: *contadoria, thesouro, deposito publico, casa do sello, correio*, e a *aula de primeiras letras*.

A *nova alfandega*, com excellente caes, é um bom edificio, tambem fundação do mesmo vice-rei. Anteriormente estava n'um barracão tão pequeno, que era necessario arrendar alguns armazens nas vizinhanças.

O *novo quartel militar* é o maior e melhor de todos os edificios publicos de Goa. Tem quatro frentes exteriores, e outras tantas que guarnecem um grande pateo ou praça que fica no centro. Uma inscripção, collocada sobre a porta principal do lado de léste, commemora o nome do referido vice-rei, como fundador, e o anno de 1832, em que se realisou a fundação. Accommodam-se n'este vasto edificio dois batalhões de infantaria, a guarda do governo, a academia militar e de marinha; a bibliotheca publica; a junta e cofre do fardamento do exercito; os tribunaes da relação, e de supremo conselho de justiça militar; etc.

Os outros edificios publicos são: a *casa da moeda*; a *cadeia*, ambas erigidas por D. Manuel de Portugal e Castro; a *casa da camara municipal*; e a *casa da camara agraria das ilhas de Goa*, edificada em 1831.

A *ponte de Pangim*, que dá comunicação de Nova Goa para Ribandar, Panelim, e cidade de Goa, é a mais grandiosa obra d'este genero, que os portuguezes construíram na India. Está lançada sobre terreno inundado, por onde nas enchentes do rio entra a agua para as salinas. Tem de extensão quatro mil quatrocentos e quarenta e oito covados, o que faz perto de tres kilometros, e corre sobre quarenta e quatro arcos, que variam na altura. Os maiores tem de elevação uns dezenove palmos, e de largura pouco mais de vinte e quatro.

Foi mandada fazer esta ponte pelo vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Começou-se em 1633 e acabou-se no anno seguinte. D'isto faz memoria uma inscripção, que está gravada sobre um dos arcos.

As despesas d'esta obra sahiram do tributo de um por cento, lançado sobre os generos despachados na alfandega. Em 1699, em 1771, e 1832 teve esta ponte consideraveis reparos.

Nova Goa apenas tem duas fontes de optima agua; uma no bairro das Fontainbas, antiga, e outra devida ao zelo de D. Manuel de Portugal. Porém a maior parte da povoação abastece-se da agna de poços.

Os estabelecimentos de instrucção publica são: *escola medico-cirurgica*, com seis cadeiras; a *escola mathematica e militar de Goa*, antiga academia militar e de marinha, com sete cadeiras; *escolas de historia, e geographia, das linguas franceza, ingleza, e marata*; varias escolas de instrucção primaria, em que entram algumas nos corpos militares, e nas fortalezas; e a bibliotheca publica.

A guarnição de Nova Goa consta dos seguintes corpos: *um regimento d'artilharia*, com seiscentas e cincoenta e tres praças; *dois batalhões d'infanteria*, com mil duzentas e setenta e oito praças; *dois batalhões de caçadores*, com novecentas e cincoenta praças; *guarda municipal* com cento e cincoenta e nove praças; a guarda do governo geral com oitenta praças; doze soldados do corpo d'engenheiros; e quatro companhias de veteranos com quatrocentas praças, fazendo uma somma total de tres mil quinhentos e trinta e dois homens. D'esta força conservam-se licenceadas quatrocentas praças, e saem destacamentos para guarnecer as fortalezas; e mesmo corpos inteiros para o continente.

Publica-se em Nova Goa um jornal official, intitulado *Boletim do Governo*, para o que ha uma imprensa nacional.

Além dos estabelecimentos já referidos ha mais o archivo militar, e o monte-pio do exercito da India.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS

Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA

Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.º 24

## GOA (NOVA)

(Concluido do numero antecedente)

A fabrica da polvora, e o hospital militar acham-se em Panelim, arrabalde da cidade de Goa; e n'esta conserva-se, como fica dito, o hospital dos pobres, administrado pela confraria da misericordia. Os gentios teem em Nova Goa um pagode. Os musulmanos só nas provincias do continente teem mesquitas.

O porto de Nova Goa é formado por duas pontas de terra das provincias de Salsete e Bardez, e pela união dos rios Mandovi e Zuarim, que ali se lançam no mar, depois de terem cercado e separado do continente a ilha de Goa. A extremidade d'esta ilha, do lado de oeste, chamada Morro do Cabo, entrando no oceano Indico, separa as barras da Agoada e de Murmugão. A primeira fica para o norte, entre a ilha de Goa e a provincia de Bardez, onde está a praça e fortaleza d'Agoada; e a segunda para o sul, junto da provincia de Salsete, onde se acha a fortaleza de Murmugão. Estas duas barras são defendidas por mais outros fortes situados nas margens dos rios Mandovi e Zuarim.

A barra e bahia da Agoada é o porto principal. E' amplo, e seguro durante o verão; porém no inverno offerece não poucos perigos. Póde ser entrado facilmente de dia ou de noite, indo lançar ferro os navios em lugar onde não teem menos de cinco braças de fundo.

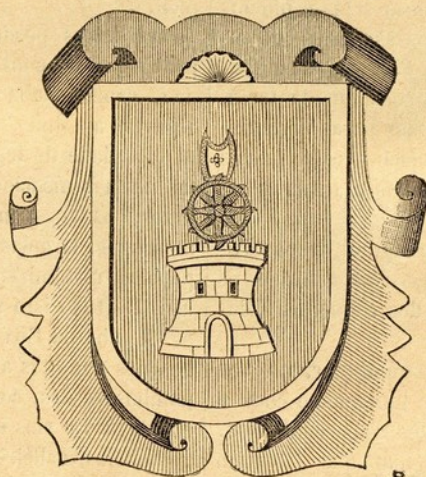
A fortaleza da Agoada ergue-se na foz do Mandovi, sobre elevado monte, em partes formado de rochedos inacessiveis, e cingido de muros, com um grande fosso cheio d'agua, que o não cerca inteiramente. Ha n'esta fortaleza um pharol de rotação, e uma magnifica cisterna, de que se não faz uso, por ter na raiz do monte, que lhe serve de base, uma nascente copiosa de boa agua. Foi fundada esta fortaleza em 1612, sendo vice-rei da India Ruy Lourenço de Tavora.

Junto d'esta praça está a povoação de Siquerim, com perto de oitocentas almas, e uma igreja parochial. N'esta aldeia está o quartel do regimento d'artilheria. Na praia contigua á povoação ha uma abundante fonte, onde os navios costumam fazer aguada. Foi isto o que deu o nome á bahia e á fortaleza.

A barra de Murmugão é pouco frequentada de navios por causa dos bancos d'areia e dos escolhos, que ha no rio Zuarim.

A fortaleza de Murmugão, que defende esta barra, é uma praça de guerra importantissima. Circunda-a um largo fosso, que recebendo as aguas do mar, a faz uma perfeita ilha na maré cheia. Tem muitos e bem construidos baluartes; uma vasta cisterna, com uma escada de cento e cinquenta e dois degraus, e varias fontes de excellento agua.

Foi fundada em 1624, sendo vice-rei, pela segunda vez, D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira. No anno de 1684 ordenou el-rei D. Pedro II a Francisco de Tavora, primeiro conde d'Alvor, o então vice-rei da India, que fundasse uma cidade junto d'esta fortaleza, mandando applicar para isto 20:000 xerafinos por anno. Era a intenção mudar para ali a capital. Tendo-se chegado a construir o palacio para os governadores, alfandega, hos-



Brazão d'armas de Gôa

pital, casa da relação, e outros edificios publicos, mandou-se suspender a obra. Como nunca mais progrediu, todas estas construcções cahiram em ruinas, algumas das quaes ali se vêem.

A insalubridade do sitio, devida aos fossos lodosos da fortaleza, e a um pantano visinho, foi a causa não só de se levantar mão da obra, mas até de se ir descurando a conservação da fortaleza, que hoje se acha com grandes estragos do tempo. Ao presente tem pouca artilheria, e pequenissima guarnição.

Aquelle porto, pois, outr'ora tão frequentado de navios mercantes, e defendido por uma boa esquadra, que constituia a marinha de guerra dos estados da India, a qual no seculo passado ainda constava de

sete fragatas, além de outros vasos menores, chegou a estar quasi abandonado. Presentemente tem mais animação, e o seu movimento que em 1840 foi de setecentas e quarenta e duas embarcações entradas, costeiras e d'alto mar, augmenta d'anno para anno, como se poderá julgar á vista do mappa comparativo dos rendimentos do estado da India. Vê-se d'esse mappa, que a receita geral do estado, que até ha poucos annos regulava, termo médio, em réis 240:000\$000 fortes, subiu no anno economico de 1860-1861 a 314:036\$800 réis fortes.

Quanto á marinha de guerra, pôde dizer-se que é hoje quasi nulla; pois que apenas se compõe de algumas canhoneiras e pequenas embarcações, e de uma velha corveta.

\*

\* \*

A industria manufactora acha-se em grande atraso n'esta cidade, não porque os que a exercem careçam de habilidade e paciencia, que certamente as tem de sobra, mas sim pela falta essencialissima de instrumentos apropriados. Esta industria está por conseguinte limitada a algumas pequenas artes e officios mechanicos, nos quaes os operarios são maus inventores, mas excellentes imitadores. Fabricam-se alguns tecidos de algodão apenas para o consumo da terra, excepto os zuartes, que se exportam para Moçambique. Ha varias tinturarias, e manufacturas de rendas de algodão. Tambem se fazem cabos e amarras de cairo.

A industria agricola tem tido algum desenvolvimento. Os seus principaes artigos são: arroz, e os variados productos, que se tiram dos coqueiros e das arequeiras.

O fructo do coqueiro serve para comer, no seu estado natural, para fazer doce, e juntamente com a agua que encerra, para differentes usos culinarios. Da casca do côco tiram o cairo com que fabricam cordas, amarras, e cabos para os navios. Extrahem bom azeite, não só para luzes, mas tambem para a comida, do côco secco, a que dão o nome de *cópra*. Da parte interior do côco, partido em duas metades, fazem cuias, de que usam os pobres como de tigelas. Do entre casco do coqueiro tiram uma lenha, chamada *chareta*, que reduzem a carvão, usado pelos ourives e fundidores. Dos côcos muito bem pizados fica um residuo excellente para sustento de porcos, e de outros gados. Das folhas do coqueiro fazem umas esteiras, a que chamam *olas*, com que costumam formar tapumes, e cobrir barracas, empregando tambem as mesmas folhas separadas, como nós o côlmo, para a cobertura das choupanas. No talo da folha, junto ao tronco da arvore, cria-se uma planta parasita, especie de musgo, de que fazem isca. Empregam as ditas folhas na fabricação de vassouras, pinceis, e

outros artefactos, e ainda tiram d'ellas uns filamentos de que fazem guita. Da raiz do coqueiro fazem baldes, e o tronco, cuja madeira é quasi tão rija como o ferro, serve para construcção de casas, e para fazer os grandes pregos, que de ordinario empregam nas mesmas.

Além de todos estes productos ainda se obteem da mesma arvore os seguintes: a *sura*, a *jagra*, o *vinho ou aguardente*, e o *vinagre*. A *sura* é um liquido, que se extrah do cacho do coqueiro, e da qual se faz assucar, denominado *jagra*, de que usam principalmente para a fabricação de doces. A *sura* produz aguardente por distillação, e lhe chamam *uraca*, e quando é da mais fina e graduada dão-lhe o nome de *fenim*. Da *sura* fermentada tiram o vinagre.

Não ha vegetal de que a industria colha mais interessantes e variados productos. Sendo pois uma das culturas mais apreciadas na India, tanto nas ilhas de Goa, como nas nossas provincias da terra firme, abundam os palmares, ou os bosques de coqueiros. Estes, e os de *arecas*, outras bellas e productivas palmeiras, constituem os principaes arvoredos da ilha de Goa, e dão uma physionomia graciosa aos arrabaldes da capital.

As outras produções agricolas d'aquellas ilhas, e provincias do continente são: a pimenta, café, algodão, canella, tabaco, anil, linho canhamo, canna de assucar, amphião, sumama, batatas, inhame, e muita variedade de legumes, hortaliças, e fructas. D'estas ultimas mencionaremos por sua excellencia os ananazes, bananas, mangas, cajus, melancias e melões, morangos, laranjas, tangerinas, figos, fructa do conde, papaias, matombas, fructa de Adão, cidras, e alguma uva. De tudo isto se exporta para Bombaim.

A ilha de Goa tambem recolhe bastante sal. Nos bosques e mattos abundam os pavões, gallinhas, rôlas, pombos verdes, codornizes, perdizes, e outras aves. Nas lagôas e rios encontram-se muitos patos, garças, gallinholas, galleirões, e mais variedades de caça.

A pesca não é ramo muito productivo, ainda que o podia ser, attenta a grande quantidade das ostras, que criam as perolas, que ha na foz dos rios de Goa. Porém esta pesca é prohibida, ou pelo menos era-o ainda ha pouco tempo.

O primitivo brazão de armas da antiga metropola da India portugueza era em campo vermelho uma torre de prata, com sua porta, tendo sobre as ameias a roda do martyrio de Santa Catharina, corôada pela mitra primacial do oriente.

Este brazão foi substituido por outro que actualmente usa e que consta do seguinte: em um escudo corôado, as armas reaes, com a corôa e timbre de el-rei D. Manuel, e por cima a roda do martyrio de Santa Catharina, em commemoração da tomada da cidade no dia da sua festa. Não o publicamos por não possuirmos o respectivo desenho.

## GOLLEGÃ

**A** Gollegã é das freguezias que com o seu territorio unicamente compõem um concelho, o que basta para se saber que é villa abastada.

Começou por uma simples estalagem, fundada por uma mulher oriunda da Galliza, que aproveitou a circumstancia d'aquelle ponto ser muito frequentado por transeuntes que de Lisboa e Santarem se dirigiam a Torres Novas e outros logares. Succedia isto no tempo de D. Affonso I ou de seu filho D. Sancho.

Era conhecida a estalagem pelo nome de *Venda da Gallega*, e d'aqui pretendem que derivasse o nome da villa, corrompido com o andar dos tempos. E' possível, mas não assaz logico.

A formosura e fecundidade dos campos que a circumdam a tornam fallada em todo o reino. As imensas e uberrimas lezírias fertilizadas pelas repetidas inundações do Tejo convertem-se frequentemente n'um extenso lago, e as aguas chegando até á villa como que lhe fazem cêrco. N'essas occasiões pôde-se sahír d'ali á vêla, navegando n'um oceano onde mais tarde só se agitam as vagas ondulosas das verdes searas.

A estalajadeira gallega estivera primeiramente em Santarem e d'ahi sahiu para estabelecer apenas uma barraca de taboas a meio d'essa fertilissima campina; prosperou, porém, tão rapidamente que em breve espaço de tempo a barraca foi convertida em boa casa de pedra e cal, e a taberna em estalagem. Esta fortuna despertou a emulação de outros negociantes do mesmo genero, e assim se foi augmentando o numero de habitações, de maneira que no reinado de D. Affonso V já ali existia uma povoação de certa importancia, e assim foi prosperando até ao reinado de D. Manuel, que andava constantemente trasladando a residencia por diversas terras do paiz, incluindo Almeirim, que fica a distancia de 20 kilometros da Gollegã. A visinhança da côrte foi, pois, um enorme impulso dado ao commercio e industrias locais, desenvolvendo-se então com largueza a população da nova villa.

Além da influencia indirecta exercida por aquelle rei na prosperidade da povoação, visitou-a elle pessoalmente e por mais de uma vez, mandando do seu boiso edificar a igreja matriz, que é um templo de tres naves, sumptuosissimo, de architectura do estylo

chamado Manuelino, severo, mas opulento de trabalhos artisticos de subido valor, sendo mesmo de tradição que poucas villas de Portugal pôssuem tão bella matriz.

Existe n'esta igreja, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição, um quadro geralmente attribuido ao Grão Vasco, pintor portuguez de grande nomeada. Está, porém, muito estragado.

A villa andou sempre na posse da corôa enquanto existiram taes usanças.

Os campos da Gollegã medem cêrca de 24 kilometros de comprido por 8 de largo, ou sejam 192 kilometros quadrados de superficie, mas o concelho só occupa 25 d'estes.

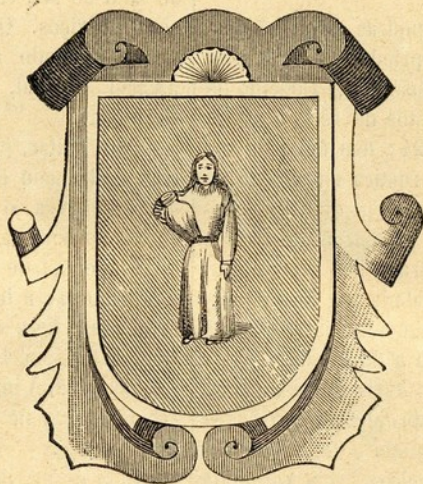
Antes de chamar-se villa da Gollegã foi geralmente conhecida muitos annos pelo nome de *Villa da Gallega*.

No reinado de D. Maria I, tracejando-se uma outra estrada de Lisboa ao Porto e porque essa ficasse desviada da villa, começou esta a resentir-se da falta de movimento e a decahir; porém os povos lançando-se a aproveitar a riqueza dos terrenos, a restauraram d'esse começo de decadencia.

Convém aqui citar o nome de um cidadão, de que a Gollegã venera hoje a memoria e a quem deve os mais relevantes serviços, José Farinha Relvas de Campos, nascido em 1791 e fallecido em 27 de fevereiro de 1865, pae do sr. Carlos Relvas, cavalheiro amavel e cidadão prestante, no alto sentido d'estas palavras.

Não era o sr. Relvas de Campos filho da localidade, mas ali foi residir ainda novo e fundou importantes estabelecimentos agricolas e uma casa de residencia onde não só recebia e agasalhava os forasteiros pobres como deu hospedagem a muitas pessoas notaveis, incluindo os proprios soberanos. Probo, intelligente, activo e emprehendedor, foi um verdadeiro emissario da Providencia para aquella região, á qual fez conhecer os mais adiantados processos e os mais aperfeiçoados machinismos, com que a sciencia tem auxiliado a agricultura moderna. Deve-lhe a agricultura, além d'esses importantes serviços, muitos melhoramentos obtidos ou promovidos por este cavalheiro, quando presidente da camara e procurador á junta geral do districto.

Eleito deputado ás côrtes em 1842, resignou o mandato, assim como recusou todos os titulos, incluindo o de visconde, com que os governos quizeram



Brazão d'armas da Gollegã

recompensar tão provada benemerencia e relevantes serviços.

Estes exemplos teem sido imitados por seu filho o sr. Carlos Relvas, que limita as suas ambições a ser justamente considerado a flôr do *sport* nacional, e o primeiro photographo-amador do paiz, consagrado assim pelos seus primorosissimos trabalhos. E' o pae dos pobres na Gollegã, o protector de quantos carecem de protecção, o suzerano da terra, tendo firmado o seu poderio na estima e respeito que todos os habitantes do concelho lhe tributam.

Os edificios publicos da villa, como casa da camara, cadeia, administração, são bons; e dos meliores que se encontram pela provincia.

A igreja da Misericordia, fundada por el-rei D. Manuel, no principio do seculo XVI, é um bonito, ainda que pequeno templo; tem junto um hospital, que dispõe de bons rendimentos, bem organizado e com excellente serviço.

Ha no termo da Gollegã magnificas propriedades.

A quinta do Paul, rica propriedade do Marquez de Niza, hoje dos herdeiros de José Maria Eugenio de Almeida, foi vendida por 400 contos de réis, e nunca andou arrendada por menos de 24; tem fama de ser a maior e melhor propriedade rustica que existe no paiz.

A da Cardiga, junto ao Tejo, pertenceu aos freires de Christo, de Thomar; incorporada nos bens nacionaes, depois de 1834, foi arrematada por 200 contos de réis e pertence hoje ao sr. Almeida Lima; disputa primazias a muitos respetos com a do Paul.

Além d'estas, são tambem notaveis pela extensão, riqueza e bom gosto, a da Labruja, que pertenceu aos jesuitas, a dos Alamos, e ainda outras, que podem ser visitadas por estrangeiros, sem vergonha para a agricultura nacional.

O brazão d'armas da Gollegã é em campo verde— allusivo á fertilidade de seus campos—uma mulher com uma infusa ou cantaro na mão. Querem alguns que esta figura rememore a gallega da estalagem, mas é mais natural que alluda á falta de boas aguas que padece a villa.

## GRANDOLA

**D**. Jorge d'Alencastre, duque de Coimbra e filho legitimado de el-rei D. João II, era muito affeiçãoado aos exercicios venatorios. Um dos sitios que mais procurava para esta distracção era a serra de Grandola, nos limites da comarca de Setubal, povoada de todo o genero de caça.

Para sua maior commodidade mandou edificar um palacio nas faldas da serra, onde havia uma pequena e pobre aldeia chamada o *logar de Grandola*. Assim

que o duque viu acabado o palacio, passou a viver n'elle uma boa parte do anno.

Achando-se em certo dia á janella a recrear os olhos na matta de sobreiros e carvalhos, que lhe ficava defronte e mui visinha, um grande e sanbudo javali, rompendo com furia o malto, perseguido dos cães, veiu parar ao terreiro do palacio. O duque, mal viu a fera, bradou pelos criados e vassallos, saltou as escadas de um pulo e sahio a campo para montar o porco montez.

Faltou-lhe porém o mais dêstro e ousado dos seus monteiros e a esta falta attribuiu D. Jorge o pezar de lhe escapar o animal. A extensão de semelhante desgosto só pôde ser avaliada pelas pessoas que encontram na caça o maior prazer da vida. Julgue-se portanto da desesperação do duque por não ter corrido á sua voz o Monteiro que mais desejava ver ao pé de si. Todavia não fôra culpa do vassallo o não achar-se ao lado do seu real senhor, quando este precisou dos seus serviços. Outros deveres imprescriptiveis o tinham chamado a uma audiencia judicial na villa de Alcacer do Sal, a cujo termo pertencia o lugar de Grandola.

Para evitar, pois, a repetição d'estes casos impetrou e alcançou D. Jorge de el-rei D. João III o fôro de villa para o seu lugar de Grandola, o que teve effeito no anno de 1543 (1).

Empenhou-se desde então D. Jorge em augmentar e aformosear a humilde aldeia, que de tudo necessitava para bem merecer a honra a que fôra elevada. Com as immensas riquezas de que dispunha facil lhe foi dar grande impulso á edificação de novas casas, á reconstrucção da matriz, que apenas era uma pequena ermida, etc.

Com os privilegios do foral, que obtivera da municipalidade régia; com o fausto com que vivia; e com a auctoridade e consideração da sua pessoa, como principe e perfeito cavalleiro que era; e como grão-mestre da ordem de Santiago, tambem conseguiu sem muita difficuldade ir attrahindo á sua villa numerosos moradores de diversas classes da sociedade, entrando n'esta conta algumas familias nobres e ricas, que ali fundaram boas casas para sua residencia.

Tal foi a origem da villa de Grandola, e por taes razões é uma das terras do reino edificadas com mais regularidade.

(Conclue no proximo numero.)

(1) E' impagavel de candura e ingenuidade esta versão. Pois, porque o lugar de Grandola tivesse o fôro de villa, deixaria o Monteiro de ter deveres imprescriptiveis a desempenhar n'outra parte — como o de testemunha no tribunal da comarca?

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,600 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 25

## GRANDOLA

(Concluido do numero antecedente)

Está situada, como dissemos, nas faldas de uma serra do mesmo nome, quasi nos limites da provincia da Extremadura e a 4 leguas ao sul da villa de Alcaer do Sal.

No centro da povoação está a matriz, que é a unica parochia, dedicada a Nossa Senhora da Assumpção, a qual quando era simples ermida tinha a invocação de Nossa Senhora da Abendada.

Os templos de S. João Baptista, de S. Domingos, de S. Sebastião e de S. Pedro, estão collocados em quatro pontos oppostos, de modo que formam uma cruz, ficando a igreja matriz no meio d'ella.

A igreja e hospital da misericordia acham-se fundados em frente do antigo palacio do duque de Coimbra, no sitio onde o javali rompeu do matto para o terreiro.

No anno de 1679 fundou-se n'esta villa um colleiro commum, á maneira dos de Evora e de Beja, para fazer emprestimos de trigo aos lavradores pobres, recebendo depois na mesma especie o capital e um modico juro.

Muitas vinhas, hortas e oliveas; alguns campos de trigo, e mais longe bosques de sobreiros e carvalhos; o rio Davino com suas margens arborizadas, e que passa junto da villa, indo desaguar no Sado, depois de fazer trabalhar varias azenhas; o Borbolegão e outros mananciaes de purissimas aguas; o proprio Sado, que corre não distante; fazem as cercanias de Grandola muito productivas, apreciaveis e formosas.

Além dos fructos proprios das culturas a que nos referimos, a creação de gado, principalmente suino, constitue ali um ramo de grande commercio.

Grandola tem por brazão d'armas um escudo com a cruz da ordem de Christo, segundo dizem os auctores que temos á vista, o que não se conforma muito com a circumstancia de ter sido o fundador da villa

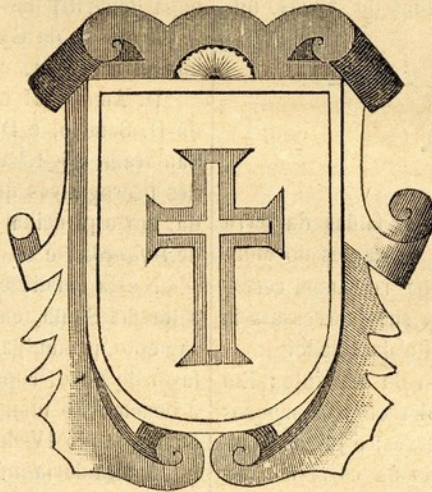
um grão-mestre de S. Thiago e de ter pertencido a esta ordem a apresentação dos seus parochos.

Ha nas visinhanças de Grandola algumas curiosidades que devemos mencionar.

O Borbolegão é um olbo d'agua que nasce junto da villa, apresentando um diametro como o da roda de um carro. E' tal a violencia com que rebenta que expulsa qualquer corpo que lhe lancem, por pesado que seja, arremessando-o fóra da agua. O fragor que as aguas ali fazem assemelha-se ao do mar embravecido e ouve-se em distancia.

Este manancial fórma um rio que vae entrar no oceano proximo de Sines. Dois pontos tem no seu curso, mui notaveis e dignos de exame. Um, a que o

povo chama a Diabroria, é uma lagoa feita pelas aguas do Borbolegão, que se despeña ao sabir d'ella de uma alta penedia. O outro, chamado a Ponte dos Aivados, é uma das mais bellas curiosidades naturaes que se encontram em o nosso paiz. O rio, minando e gastando uma elevada rocha que impedia a passagem da sua furiosa corrente, formou abi uma ponte natural, que a natureza foi vestindo de heras, e tão ampla que lhe passam carros por cima, com commodidade e segurança. Os arvoredos das margens do rio augmentam a belleza d'este sitio.



Brazão d'armas de Grandola.

Outra curiosidade, não menos digna de ser visitada, é a serra das Algares com as suas formosas grutas. Começa esta serra a uma legua ao nascente da villa de Grandola e vae correndo para léste por mais uma legua até ao sitio chamado Castello Velho por causa de um antiquissimo castello arruinado que abi se vê. Está minada esta serra na base e em todo o seu comprimento com extensas galerias por onde se pôde transitar até muita distancia.

Em diversas partes d'estas galerias encontram-se profundos poços que não deixam duvidar de que tudo isto foi obra dos homens em tempos mui remotos, dos romanos ou talvez dos phenicios, para explorações mineralogicas.

Pela extensão e fabrica das galerias, e pela quantidade e grandeza dos poços, vê-se que os trabalhos da lavra d'estas minas foram executados com muita pericia, e deve-se presumir que d'ali se tirou grande porção de metaes. Os terrenos contiguos á serra para o lado do norte estão cobertos de escumalho, provando assim que ali houve fundição de metaes.

No principio do seculo passado, cavando-se á entrada de uma d'estas minas, achou-se uma moeda de prata romana.

No reinado d'el rei D. João V foram estas minas inspeccionadas por pessoas peritas, mandadas a esse fim pelo governo. Segundo a opinião d'essas pessoas extrahiram-se d'ellas muita quantidade de ferro e prata.

Dá-se na serra das Algarés a singularidade de serem potaveis e muito boas todas as aguas que brotam do seu seio pelo lado do sul, ao passo que nenhuma é potavel das que rebentam pelo lado do norte. Todas estas são impregnadas de substancias que lhes dão diversos sabores, e que imprimem diferentes côres nas pedras e terra por onde passam, obstando á vegetação nos terrenos que humedecem. Ao que parece são diferentes qualidades de aguas mineraes.

## GUARDA

Situada em planície elevada nas faldas da serra da Estrella, proximo das nascentes do Mondego, está a *Lancia Oppidiana* dos romanos, cercada de muralhas de cantaria, com suas torres e seis portas, e castello na parte mais alta da cidade.

A origem do seu nome provém do seguinte: Em 879, D. Affonso III das Asturias derrotou os mouros em Coimbra, Vizeu, Lamego e Chaves; e julgando indispensavel pôr um forte obstaculo ás correrias dos infieis de Alcantara e dos que habitavam os campos de Idanha-a-Velha, escolheu o ponto, já pela natureza defensavel, da Serra da Estrella, e ali fez construir um temeroso e altissimo castello, que, além de servir para o que já dissemos, fosse tambem uma atalaya, vigia, sentinella ou *guarda*. Eis porque á fortaleza se deu o nome de *Garda* ou *Warda*, que hoje se diz *Guarda*.

Cinco kilometros a O. d'esta cidade, e sobranceiro ao lugar de Cabedoudi, ainda se vêem as tres ordens de muralhas que cingiam esta praça formidavel e quasi impossivel de conquistar com as armas d'aquelles tempos, não só pelo alcantilado do sitio, como pela robustez da sua construcção.

Ao sitio onde estão estas ruinas venerandas se chama *Tintinollo*, e ali se teem achado monumentos de pedra e objectos de ouro e prata antiquissimos.

Almangor, rei mouro de Cordova, destruiu este castello no anno de 983.

Como o sitio da fortaleza era muito desabrido, por isso D. Sancho I resolveu fazer a povoação em uma planície mais baixa, e taes diligencias empregou o rei, e tantos e tamanhos privilegios concedeu ás familias que para ali quizessem ir estabelecer-se, que em 1199, dois annos depois de haver mandado construir as fortalezas murallas e o castello, já era uma grande povoação e foi n'esse anno que se lhe deu o nome da antiga torre da *Garda*, que se suppõe que no antigo dialecto fosse synonimo de *Tintinollo*, e muitos annos se gastaram em concluir as fortificações da nova cidade, pois que em 1221 ainda se andava fazendo o seu castello.

Até março de 1200 se chamou a esta povoação *Villa de Garda*, e depois cidade da *Garda*, e por fim, passados poucos annos, *Guarda*.

Segundo diz I. de Vilhena Barbosa, a 26 de novembro de 1199, estava já tão povoado o sitio, que o monarcha lhe deu foral com muitos privilegios, pondo-lhe o nome de *Guarda*, em rasão da origem, e elevando-a a cidade, obtendo quasi em seguida que o papa Paulo III lhe conferisse a dignidade episcopal.

A cidade da *Guarda* conta, pois, quasi tantos annos de existencia como de sé-le de bispado.

D. Affonso II confirmou-lhe todos os privilegios de D. Sancho, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Entre as grandes prerogativas que tinham os moradores da *Guarda*, era a principal que os cavalleiros tivessem honras de *infanções*, e os peões fóro de cavalleiros.

Nesta cidade esteve o rei D. Diniz e sua esposa a Rainha Santa, em 1182, pouco depois do seu casamento, promulgando por essa occasião varias leis a favor do povo, como eram todas as d'este illustrado e benemerito monarcha. Em 1293 ali fez pazes com D. Fernando IV de Castella.

A alcaidaria-mór da *Guarda* andava na casa dos condes de Sarzedas, tendo sido o primeiro investido n'aquelle cargo Pedro Paes de Mattos. A cidade e termo foi elevada a ducado por D. Manuel; o infante D. Fernando, filho d'aquelle rei, foi primeiro e ultimo duque da *Guarda*.

A cathedral está considerada uma das mais vastas e sumptuosas do reino; é de bella architectura gothica, e ornada no interior de marmores e primorosas obras de talha dourada. E' a terceira que possui. A primeira começou a D. Sancho I e terminou-a seu filho, mas de tão pequena e mesquinha fabrica que logo se tornou necessario proceder á construcção de outra, fóra das muralhas. Terminou-se a obra em tempo de D. Pedro I, comquanto fosse feita a expensas da mitra.

Curta existencia teve porém, porque a necessidade de desaffrontar as fortificações durante as guerras

encarniçadas que então por vezes houve entre Portugal e Castella, a fizeram demolir no reinado seguinte.

Em vão requereram os bispos a D. Fernando que lhe mandasse edificar nova Sé dentro da cidade; elle não lh'o concedeu.

Acclamado rei o Mestre de Aviz e terminada a guerra com Castella, mandou fazer o novo templo, para o qual deu o risco e algum dinheiro; mas D. Jorge de Mello, então bispo da Guarda, apesar de ter umas rendas enormes, não queria dar nada para as obras; porém o cabido e o legado dos papas Urbano VI e Bonifacio IX, com sequestros rigorosos, e até com interdictos, obrigaram o prelado a dar uma avultada quantia annual para a fundação. Correram as obras com grandes interrupções, ora por impulso real, ora por conta da mitra, pelo espaço de mais de um seculo, até que terminaram no reinado de D. João III.

O seminario episcopal foi fundado pelo bispo D. Nuno de Noronha, filho dos condes de Odemira, em 1593.

O bispado da Guarda era o mais vasto em territorio de todos os do reino, emquanto teve unido o que hoje constitue o bispado de Castello Branco e grande parte do de Portalegre. Quando a Sé era em Idanha, foi primeiro suffraganeo de Merida, e como Compostella ficou sendo successora de Merida, ficou o bispado sendo suffraganeo de Compostella até ao reinado de D. João I, que conseguiu do papa Innocencio VII que ficasse livre da sujeição á metropolitana estrangeira, passando a sê-lo do arcebispado, hoje patriarchado, de Lisboa. Isto em 1405.

Pertence a este bispado todo o territorio do arce-diago de Cêa, que separou de Coimbra o papa Clemente XIV, em 12 de abril de 1774, a instancias de D. José I.

Foi bispo da Guarda D. João Manuel, filho bastardo do rei D. Duarte.

Esta cidade foi, no principio do seculo XVIII, cõrte dos monarchas D. Pedro II, de Portugal, e D. Carlos III ou VI, de Castella, na campanha de 1704.

Ha na casa da camara da Guarda uma collecção de pesos e medidas, muito curiosa pela sua antiguidade. Os pesos tem a fórma de um cône truncado, e pesam todos 60 kilogrammas, ou 4 arrobas, tendo submultiplos até 459 grammas.

Na tampa do maior dos pesos, que serve de caixa aos outros, vêem-se as armas de Portugal, em alto relevo, com duas espheras armilares, uma de cada lado. Os pesos são todos de bronze, e no maior ha a seguinte inscripção :

O Mvyto, Aho, e, Ejxellentissimo,  
Rej, Don, Emãvel, o Prjmeiro, de  
Pvrtvgal, me, mãndov, fãzer,  
ãno, de Nemto, de, Noso, Snor,  
Jhv, Xpo, de 1499.

Estas letras estão mal gravadas. A orthographia estáfielmente copiada.

A collecção de medidas para seccos compõe-se de um alqueire, meio alqueire, quarta e selamim, tudo tambem de bronze, e tendo a fórma de prismas de base quadrada. Cada uma d'estas medidas tem, entre ornatos em alto relevo, um distico tambem em relevo, na disposição seguinte :

	R.	
L.	Sebas-	V.
	tianus	
A.	J.	S.
	1575	

No lado opposto a esta inscripção ha tambem, em alto relevo, as armas reaes, e nas duas faces restantes, em cada uma, uma aza. Como estas, e com igual inscripção, existe uma canada e uma meia canada. São tambem de bronze, e de fórma cylindrica.

A capacidade das medidas de seccos é perfeitamente igual ás actuaes; mas as de canada e de meia canada fazem uma pequena differença para menos, provavelmente em resultado de se terem gasto pela oxidação.

Ufana se a cidade da Guarda de ser patria de muitos varões illustres. Entre elles especialisaremos Ruy de Pina, insigne chronista, nascido pelos annos de 1540. Apareceu pela primeira vez em publico na qualidade de secretario do barão de Alvaro, em uma embaixada a Castella, no anno de 1482. Depois, D. João II encarregou-o de uma missão secreta aos reis de Castella. O mesmo rei, em 1484, conuiu-lhe terceira embaixada áquelle reino. Na volta foi encarregado por D. João II de escrever a chronica do seu reinado.

Ainda em 1493 foi como embaixador a Castella. Em 1495 assistiu á morte de D. João II, em 25 de outubro, em Alvor, como assistira á execução do duque de Bragança, D. Fernando 2.º, cujas ultimas palavras recebeu, na praça de Evora, no cadafalso, a 21 de junho de 1483.

El-rei D. Manuel nomeou-o chronista-mór do reino e guarda da torre do Tombo.

Não se sabe com certeza a época do seu fallecimento; mas, foi nos primeiros annos do reinado de D. João III, e portanto posteriormente a 1521.

Deixou-nos as chronicas de D. Sancho I, D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Duarte, D. Affonso V, D. João II, e a de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, e governador da praça de Alcaccer-Ceguer (Africa). Tambem principiou a escrever a chronica do rei D. Manuel, da qual Damião de Goes confessa ter-se aproveitado

É' opinião geral que Ruy de Pina para escrever a historia dos reis anteriores a D. Duarte se utilisou

muito das chronicas de Fernão Lopes, se as não plagiou completamente, sumindo depois os manuscritos. O estylo de Ruy de Pina é sobrio e digno. Sabe dizer a verdade aos reis, e era grande observador e profundo politico.

Segundo um manuscrito antigo, existente na bibliotheca real da Ajuda, e que é attribuido a Damião de Goes, que ali o poz ou mandou pôr sobrepticamente, deduz se d'elle um facto que tem relação com a cidade da Guarda. Diz assim :

«Quando D. Henrique II de Castella (pae de D. João I, que foi derrotado em Aljubarrota pelo nosso D. João I, em 14 de agosto de 1385) expulsou os judeus de Castella, uma grande parte d'elles se vieram estabelecer em Portugal, sobre tudo na Beira Baixa.

«Um d'elles, chamado *Mem, Mum* ou *Mendo*, era sapateiro e veio estabelecer-se na cidade da Guarda, exercendo ali a sua profissão, e parece que abjureu a lei de *Maysés*.

«O sapateiro (tornado de judeu christão novo) parece que era casado ou cousa que o valha—pois ahi por 1360, lhe nasceu na Guarda uma filha chamada Igenez Fernandes Esteves.

«*Mem* não tinha, ou não queria usar de appellido de familia (ou talvez esquecesse aos historiadores) o caso é que só era conhecido por *Mem da Guarda*, e por ter grandes barbas lhe pozeram a alcunha de *Barbadão*. Parece que era rico (como são quasi todos os judeus!).

«Igenez Fernandes era formosissima, como são quasi todas as *filhas de Israel*. O Mestre d'Aviz, filho bastardo de D. Pedro I, viu Igenez e namorou-se d'ella. Igenez teve d'elle uma filha e um filho. Aquella, chamada D. Beatriz, casou com o conde d'Arondel (Inglaterra) e d'ella procedem muitos *lords* e *lady's* da alta aristocracia britannica.

«O filho chamou-se D. Affonso, e casou com D. Beatriz, filha unica do santo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que herdou a grande casa de seu pae; vindo a ser D. Affonso o 9.º conde de Barcellos e 1.º duque de Bragança, feito por seu irmão, o infante regente D. Pedro. (Note-se que D. João I reconheceu os dois filhos que teve de Igenez Fernandes.)

«Parece que D. João I deu grandes propriedades a *Mem da Guarda*, na villa de Veiros; o que é certo é que elle aqui veiu estabelecer-se e aqui morreu e foi enterrado.»

Do duque D. Affonso e de sua mulher D. Beatriz, e por consequencia do *Barbadão*, procede a familia real portugueza e brazileira e a maior parte das familias reaes da Europa; além de muitos fidalgos.

Duas grandes quebradas separam a cidade da Guarda dos terrenos circumvisinhos. Por uma corre

o Mondego, e por outra o Noçyme, pequeno rio que tributa suas aguas ao affluente do Cõa. São pittorescas e curiosas as cercanias, em plena serra da Estrella, com suas celebradas lagõas, vistas cascatas, grutas e rochedos singulares.

Restam ainda as muralhas da cidade, com seis portas e varias torres, e na parte mais alta da povoação o velho castello, que apesar de bastante aruinado ainda pela sua posição e robustez se tornou importante na guerra peninsular.

Perto dos muros da cidade, ao E., no sitio do *Mirleu* (1) hoje Mileu, existiu uma albergaria do mesmo nome e junto a ella houve antigamente *emparedadas* (2).

(1) «Milreu, S. Mirleu, Mirlau, Milrreu», e «Mili-reu».—Com esta variedade escreveram antigamente os portuguezes esta palavra, que parece nada mais significa que Francez, ou estrangeiro, cousa de França, ou estrangeira. E' sem controversia, que estando para nascer a nossa monarchia vieram a Portugal muitos estrangeiros, e principalmente do reino de França, os quaes, feita a sua veniaga, destino, ou emprego, retornavam ao seu paiz; mas enquanto aqui residiam precisavam de hospitaes, ou albergarias, em que se recolhessem, e tambem carassem. Tiveram-nos com effeito em muitas partes, em que até hoje permanece o nome de «Milheu, Mileu», ou «Mirleu».

(2) «Emparedada, Emparedeada», e «Emparedeada», ou «Empardeada».—Desde o seculo XII até ao XV se achavam em Portugal muitas «Emparedadas». Eram mulheres varonis, que desenganadas inteiramente do mundo, se sepultavam em vida n'uma estreita cella, cuja porta no mesmo ponto da sua entrada se fechava com pedra e cal, e só por morte da «inclusa» se abria, para ser levada finalmente á sepultura. No logar da porta, e ao tempo de a tapar, ficava só uma pequenina fresta por onde se lhe ministrava o indispensavelmente necessario para a vida, que poucas vezes passava de pão e agua, recebiam o corpo de Christo, e fallavam ao seu confessor unicamente no que respeitava á sua consciencia. E de se fecharem entre paredes, ou «emparedando-se», se chamaram «Emparedadas».

Havias-as em todo o reino. Só com licença dos bispos se eximiam da obrigação da missa, depois que esta foi de preceito, e se arrojavam a uma tão horrosa penitencia, mas em tudo livre e voluntaria; ou fosse para expiar as culpas commettidas, ou fosse para conseguir as altas recompensas da innocencia castigada.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 16000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 26

## GUARDA

(Concluido do numero antecedente)

O brazão d'armas consiste n'um escudo coroadó ; em campo azul uma fortaleza de prata com tres torres, e na do meio o escudo real só com as quinas.

Pertence ao concelho da Guarda a villa de Jermello, povoação muito antiga, pelo menos do tempo dos godos, que lhe chamavam *Jarmello*. D. Affonso Henriques deu-lhe foral em Coimbra, mas não tem data.

E' patria de Pedro Coelho, um dos cobardes assassinos de D. Ignez de Castro. Elle, Alvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, commetteram aquelle barbaro assassinio em Coimbra, a 7 de janeiro de 1355.

A Pedro Coelho mandou o rei D. Pedro I arrancar o coração pelo peito, e ao seu cúmplice, Alvaro Gonçalves, lhe foi arrancado pelas costas, em Santarem, a 18 de janeiro de 1357.

Só escapou á vingança do monarcha, Diogo Lopes Pacheco, por ter fugido para a França, feito almocreve.

D. Pedro I. ainda não contente com este horroroso castigo, mandou no mesmo anno de 1357 arrazar Jermello, por ser patria de Pedro Coelho.

D. Fernando mandou reedificar esta villa, pelos annos de 1375; e D. Manuel deu-lhe foral novo em Santarem, no 1.<sup>o</sup> de junho de 1510.

A distancia de 18 kilometros da cidade da Guarda está situada a villa de Valhelhas ou Vallellhas, que foi até 1836 cabeça do concelho do seu nome e hoje faz parte do da Guarda.

E' povoação antiquissima, existindo já no tempo dos romanos. Despovocou-se com as guerras da idade média, e D. Sancho I e seus filhos a mandaram povoar em 1186, dando-lhe foral com grandes privilegios, em julho de 1188, que foi confirmado por D. Affonso II, em Santarem, no mez de outubro de 1217. El rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em 1514.

No foral antigo declara D. Sancho I que tinha dado esta villa *de juro e herdade* a D. Gomes Ramires, mestre da ordem do Templo, e aos seus frades; os quaes d'aqui fizeram uma commenda e aqui construíram uma casa, em que alguns d'elles residiram temporariamente.

Pela extinção da ordem do Templo, em 1311, esteve a commenda de Valhelhas em poder da corôa até 1319, passando então para a nova ordem de Christo, que o rei D. Diniz havia instituido.

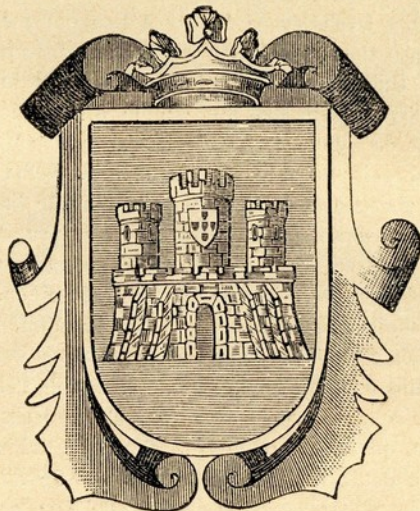
Os seus mais notaveis edificios são a egreja matriz, no centro da povoação, e as ruinas do seu antigo castello, que consta ser obra dos Templarios. O pelourinho é formado por uma columna de granito, oitavada, e com seus ornatos na cupula. Foi feito em 1555, data que n'elle está gravada.

Valhelhas soffreu muito durante a guerra peninsular, pois que os francezes roubaram da egreja matriz e da capella do Corpo Santo objectos de grande valor. Tambem saquearam as casas de varios habitantes da villa, na qual praticaram toda a casta de barbaridades.

Tambem pertence ao concelho da Guarda a freguezia de Vide Monte, cujo termo comprehende grande extensão da Serra da Estrella, onde, durante a guerra peninsular, se refugiaram muitas familias

da Guarda. Ha n'esta parochia, no curuto da serra, uma pyramide geodesica marcando 1:728 metros de altitude sobre o nivel do mar! E' um ponto interessante, com vastissimo horisonte. Tambem existem no alto da serra sete carvalhos seculares que teem salvo muitas vidas, pois durante a estação das neves servem de guia e orientação aos viandantes. Chamam-se os *sete carvalhos juntos* e provam evidentemente que toda a grande serra podia e devia estar assim arborizada.

Em diferentes pontos de Vide Monte teem sido encontradas moedas antigas de cobre, prata e ouro, que não foram archivadas nem classificadas. No cume da serra encontrou-se ha poucos annos, um lavrador de



Brazão d'armas da Guarda

Folgosinho tres argolas de ouro que pareciam argolas de bahus. Foram vendidas por uma somma importante na Guarda, ao ourives Antonio Ferreira, que depois, segundo dizem, vendeu uma ao sr. dr. Martins Sarmento, benemerito archeologo de Guimarães.

## GUIMARÃES

Mo começar este modesto trabalho commettiamos falta de cortezia se não felicitassemos esse berço de heroes, onde raiou a aurora da independencia nacional, onde a autonomia da patria venceu as primeiras pugnas. Salvê Guimarães! Salvê vetusto coração do heroico condado d'entre Douro e Minho, cujos filhos sustentaram as mais aguerridas e porfiadas luctas, para conquistarem aos inimigos da Fê todo o territorio de que se formou o reino de Portugal, que em Ourique juraram manter livre e livre o rei, para si e seus filhos... *surrexerunt et spatii nudis dixerunt: Liberi sumus...*

Salvê Guimarães briosa, amante da liberdade hoje, qual foste quando nas tuas muralhas faziam ronda os spatharios e hospitalarios de Affonso Henriques! Salvê tres vezes, ó nobre, ó gloriosa Guimarães!

São variadissimas as fontes etymologicas que diversos auctores attribuem ao nome da cidade, e quasi não vale a pena discutil-as, tão frageis são as bases em que assentam; entretanto, a mais natural é a que o suppõe corrupção do termo *Vimaranes*, nome de uma antiquissima povoação, existente em logar proximo, ou no mesmo logar onde hoje assenta a importante cidade do Minho, émula a muitos respeito da sua vizinha Braga. Este mesmo nome de *Vimaranes* tem duvidosa origem, porquanto uns o suppõem dado por Vimarano, chefe celta ou gallo-celta; outros por um conde tambem assim chamado, que no tempo dos godos governára a região d'entre Douro e Minho; e outros ainda por Vimarano, irmão do rei godo D. Fruela, que imperou no seculo VIII da era christã.

E' porém certo que já anteriormente á vinda dos godos a Hespanha, o que succedeu ao desmoronar do imperio romano, ali havia uma villa consideravel chamada *Araduza* ou *Araduça*, tambem citada como *Arzua*, e cuja fundação é quasi geralmente attribuida aos gallos-celtas, fixando-a nos annos 500, segundo uns, 296, segundo outros, antes de Christo. Ha contudo ainda quem julgue apoucada esta veneranda idade e a atire para 1300 antes de Christo, dando então como fundadores os gregos, ou mais naturalmente os phenicios.

Que os romanos a possuiram é fóra de toda a duvida, assim como tambem lhe deram o nome de *Leobriga*, que significa *Cidade do Leão*, bem como *Araduça* quer dizer *Cidade das Lettras*.

O porquê d'estas nominações não é facil hoje descortinal-o.

Muma Dona ou Dona Muma, viuva de Hermenegildo Gonçalves Mendes, conde de Tuy e do Porto, fundou ali um mosteiro, no seculo X, para se recolher na viuvez, o qual se chamava *dobrado*, porque parte era destinado á habitação de frades e parte á de freiras, o que n'aquelle epoca era muito vulgar. E' d'esta data a historia de Guimarães desassombrada de duvidas e obscuridades. Este mosteiro foi dedicado a Nossa Senhora da Oliveira e ao Salvador do Mundo e existiu no mesmo logar onde hoje está a parochial de Santa Maria da Oliveira, a qual foi mandada edificar por D. João I, depois da batalha de Aljubarrota, por estar o antigo templo consideravelmente damnificado. O mesmo rei fez-lhe riquissimas doações; entre ellas o magnifico altar de prata que tomou a D. João I de Castella, assim como o pellote que o monarcha portuguez trazia vestido no dia d'essa gloriosa batalha. Deu-lhe tambem riquissimas alfaias e paramentos.

D. João III deu a Nossa Senhora da Oliveira uma corôa de ouro e diamantes, de subido valor. D. Affonso IV deu-lhe uma cruz de prata.

A imagem que se venera n'esta egreja e pela qual os vimaranenses professam grande devoção, consta ter sido trazida pelo apostolo S. Thiago á Lusitania. O templo é magnifico. Para defender este mosteiro foi tambem em tempo de Muma Dona que começou o castello da velha cidade, e com parte de cujo material ainda não ha muitos annos foram calçadas algumas ruas, praticando a camara, por economia, um acto de completo vandalismo. Este castello foi chamado de S. Mamede.

Não impediu, porém, a fortaleza—ou porque não estivesse ainda em estado de defeza ou simplesmente em começo de construcção—que os mouros por duas vezes ali praticassem toda a casta de depradações.

Em 967, cahindo sobre aquella villa Al-Coraxi, rei mouro de Sevilha, capitaneando um forte troço de gente da sua grei, destruiu e saqueou a povoação. Era na época rei de Leão D. Ramiro III, na idade de 5 annos, de maneira que os mouros puderam impunemente alastrar-se por aquelle e outros sitios, que, porém, vieram a abandonar, em rasão de se haver desenvolvido uma terrivel peste n'esta parte da peninsula.

Trataram os habitantes de refazer as habitações; mas, poucos annos andados, em 998, o feroz Al-Mançor, rei de Cordova, renovou as crueldades de que *Vimaranes* ou Guimarães não estava ainda completamente restabelecida, realisando grandes e consideraveis roubos, e seguindo depois caminho da Galliza. Aguardava-o abi o castigo, porque junto a Osma, em Alcantanaçor, encontrou D. Bermudo da Navarra com outros suzeranos, os quaes o desbarataram, tomando-lhe tudo quanto roubado levava.

Foi certamente depois de soffidos estes trabalhos que construíram o castello e as muralhas da cidade, nas quaes havia sete torres.

A torre ou castello está situado no alto do monte Latilo, dividido em dois oppostos cabeços; é quadrangular e tem uma só porta, á esquerda da qual existe uma inscripção, que uns explicam por *Via Maris*, outros por *Via Militaris*.

Dentro das velhas muralhas existem os venerandos restos dos paços do conde D. Henrique, que foram berço da monarchia, porque ali nasceu o fundador, heroe de Ourique, a 25 de julho de 1109.

Era o conde D. Henrique um fidalgo borgonhez, filho terceiro do duque de Borgonha, que vindo á côrte de D. Affonso VI, o Grande, rei de Leão, Castella, Oviedo, Portugal e Galliza e se intitulava imperador das Hespanhas, casou com D. Thereza ou Tareja, terceira filha d'aquelle potentado, que lhe deu em dote o que então havia em Portugal liberto de mouros, e tudo quanto podesse conquistar ao sul até ao Guadiana.

Do condado era coração Guimarães e ali assentou o conde residencia durante todo o tempo de seu governo, em que derrotou os mouros em dezeseite batalhas e varios combates de somenos importancia.

Foi, pois, Guimarães a primeira capital da nação portugueza, na phase designada por esta denominação e, portanto, theatro dos successos mais importantes, até que D. Affonso I havendo dilatado a conquista consideravelmente teve de mudar a côrte para Coimbra, por ficar esta cidade muito mais central.

Depois da morte do conde D. Henrique, occorrida no cerco de Astorga, tomou D. Thereza o titulo de rainha, sem contudo se debellar contra o chefe supremo da nação, como alguns presumem. Rainhas se chamavam n'aquelle tempo todas as filhas dos reis. Sobre o seu governo são contradictorias as opiniões, e parece-nos que as mais seguidas são exactamente as falsas e calumniosas. Diz-se que D. Thereza tomára amores com o conde de Transtamara, D. Fernando Peres de Trava, fidalgo gallego, tendo em mira usurpar o poder ao filho para o conferir ao conde. Ora isto está em pleno desaccordo com a opinião sustentada pelos chronistas de que esta senhora foi modelo de virtudes e illustrada e benemerita soberana.

Fr. Bernardo de Brito, na sua *Chronica de Cister*, diz que o conde entrára em Portugal, com o intuito de, por força ou vontade, desposar a condessa, para reunir na sua posse os dois condados; mas D. Thereza repellira as propostas do ambicioso, chamando em soccorro seu filho que andava em terras das Asturias, fugitando a moirama.

Veiu D. Fernando pôr cerco a Guimarães, em 1125 e ali foi batido e rechassado pelas tropas portugallensis, de commando de D. Affonso e de Egas Moniz.

Outros opinam que a victoria de D. Affonso foi contra as hostes de sua mãe, reunidas ás do conde. Deu-se a peleja nas visinhanças da cidade, em sitio chamado S. Mamede.

Outro facto, de que a tradição trouxe a memoria até nossos dias, acompanhando-a, porém, a negativa de varios historiadores, é o famoso caso de D. Egas Moniz offerecer a propria vida e a de seus filhos em holocausto, á falta de cumprimento de sua palavra, empenhada para com D. Affonso VII de Leão. Unicamente como lembrança o relataremos.

Em 1129 entrou aquelle rei em Portugal e foi pôr apertado cerco a Guimarães, ou para vingar o seu vasallo de Transtamara, ou para exigir a D. Affonso Henriques o reconhecer-lhe os direitos suzeranos e pagar-lhe os respectivos tributos. Deu-lhe batalha D. Affonso I na veiga de Val de Vez, tambem chamada Val da Matança, destroçando-o e obrigando-o a procurar salvação na fuga. Runindo, porém, mais forças cercou Guimarães, collocando D. Affonso em apuradas circumstancias. D. Egas Moniz, aio d'el-rei, para obter a paz foi prometter a D. Affonso VII que o seu pupillo compareceria nas côrtes de Toledo, cumprindo os deveres de vassallo. Contento o de Leão, levantou o cerco e retirou-se; mas D. Affonso não esteve pelo tratado, pelo que D. Egas Moniz com sua mulher e filhos, vestido de sacco e de corda ao pescoço se foi apresentar em Toledo, offerecendo a vida em troca da palavra que o rei não cumprira. N'esta conjunctura procedeu bizarramente o de Leão, pois os despediu em paz e nunca mais pensou em exigir do seu rebellado primo obrigações algumas de feudatario.

Um nosso chronista, Duarte Nunes de Leão, conta este caso, como succedido com Pero Ansures, aio de D. Urraca de Castella, e outros o negam redondamente.

Do tempo de D. Affonso Henriques existem ainda na velha cidade preciosas reliquias; uma d'ellas é a pia onde aquelle valente lidador recebeu as aguas do baptismo, a qual está actualmente recolhida na igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Ministrou o baptismo ao nosso primeiro rei S. Geraldo, arcebispo de Braga, em agosto de 1109, celebrando-se a cerimonia na igreja de S. Miguel, d'onde foi trasladada aquella preciosidade (a piscina baptismal) em 1664, pelos cuidados do prior D. Diogo Lobo da Silveira, que para a recolher mandou abrir um nicho na parede da igreja, do lado da Epistola.

Cabe aqui incluir uma tradição ou lenda popular, a que os vimaranenses ligam grande apreço, considerando-a em sua piedade uma das mais gloriosas para aquella localidade. Proximo da igreja de Santa Maria da Oliveira (ou Nossa Senhora da Oliveira) existe um cruzeiro de pedra, obra do reinado de D. Affonso IV, com varias imagens e ornatos de alto e baixo relevo, collocado no centro do quatro arcos go-

thicos, e na visinhança d'este monumento uma oliveira cercada de grades de ferro, que recorda um milagre da Virgem, do qual provém o nome da freguezia; segundo a lenda, esta oliveira fôra ali plantada em tempos remotos, vindo a seccar, mas apenas por ella passou a imagem da Virgem reverdeceu.

Muitas provações soffreram os habitantes de Guimarães durante os primeiros reinados, assim como tambem muitas provas da particular estima dos soberanos.

Por exemplo: Em 1140 veiu o rei de Leão mais uma vez exigir de D. Affonso I reconhecimento de senhorio, pelo menos em parte do reino, e pôz cerco a Guimarães. Defenderam-se os da cidade com tanto denodo e valor que o leonez teve de retirar, mas não sem primeiro saquear e incendiar todas as povoações das cercanias ou burgos, facto que é recordado pelo rei Affonso no foral dado em 1158, ordenando que os burgueses (los burgos) *nunquam dent fossadeiras*.

E' bem conhecida a historia das dissensões entre D. Diniz e seu filho Affonso, depois rei IV do nome, e de quem alguns escriptores dizem que foi *mau filho e peor pae*. Nessa época os habitantes da villa eram pelo rei, mas o castello esteve occupado pela gente do infante, que parecia haver tomado a peito o empenho de converter as cercanias n'um montão de ruinas, como conseguiu realisar com respeito aos conventos de S. Domingos e S. Francisco, que ficavam fóra das muralhas e bem assim a muitos edificios.

Outro tanto succedeu quando morto D. Fernando sem successão legitima. O paiz se dividiu em dois partidos: um por D. Leonor, viuva do rei; e outro por D. João, mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I e de uma dama nobre da Galliza. N'essa occasião Guimarães tomára o partido da rainha e fôra cercada pelas hostes de D. João, a quem veiu a render-se, provando este monarcha que nenhum resentimento lhe ficára por esse facto pelo muito que presou sempre esta cidade e grandes donativos feitos a suas igrejas e mosteiros.

Além d'estas muitas vezes a villa foi cercada, soffrendo o terrivel flagello da guerra, por ser uma forte praça, que quantos invadiam o reino convinha occupar. Da fortaleza do seu castello, da excellencia da construcção, da felicidade na escolha do sitio onde foi construido, falla eloquentemente Alexandre Herculano com aquelle primor e elegancia que constituem uma das maiores bellezas dos seus escriptos. A descripção, que omitimos por extensa, é de tanta maneira considerada dos mais bellos trechos que se tem escripto em lingua indigena, que em muitas chrestomathias anda colleccionada como modêlo de vernaculidade.

Tambem as pestes não se esqueceram da villa e por muitas e frequentes vezes a visitaram, dizimando-

lhe a população. Era este um tributo antigo, a que pouquissimas terras logravam eximir-se.

\*  
\* \*

A historia documental de Guimarães começa antes da fundação da monarchia, nos grandes privilegios que lhe concedeu D. Ordonhõ III de Leão, em 953, seguindo-se D. Affonso IV (Leão) em 1010 e D. Fernando Magno em 1050. Segue-se o primeiro foral firmado pelo conde D. Henrique, sem data, mas corre geralmente como sendo do tempo em que tomou posse do condado portugualensis. D. Affonso I concedeu outro em 27 de abril de 1128, que foi confirmado por D. Affonso II, e D. Diniz tambem lhe deu carta de confirmação dos antigos privilegios, que eram os maiores e melhores de quantos podiam ser concedidos n'aquellas eras.

No livro dos foraes novos de D. Manuel encontra-se igualmente um datado de 20 de novembro de 1517, em que os antigos privilegios eram confirmados e ainda augmentados com isenções novas.

Varias vezes se celebraram côrtes em Guimarães: as primeiras foram convocadas por D. Henrique quando tomou posse do condado, para se assentarem as leis porque se devia reger o paiz; devem, portanto, ter tido logar em 1093. D. Affonso III tambem ali reuniu os tres estados em 1256 e D. Diniz em 1324.

Em Guimarães, mesmo depois de haver mudado a côrte para Coimbra e ainda quando já assente em Lisboa, residiram alguns dos nossos reis, e varios outros principes, como D. Duarte, filho de D. Manuel, e D. Antonio, que foi prior do Crato e pretendente infeliz á corôa portugueza.

Os duques de Bragança estimavam tanto a villa que n'ella construíram um solar, «obra muito para vêr e ainda mais para admirar», como dizia um chronista; d'esse magnifico palacio restam ruinas, que ha tempos serviam de quartel ao corpo destinado áquella praça. As duas janellas em architectura gothica da capella do palacio eram de grande belleza e ainda ha poucos annos existiam.

Mandou D. Manuel, em signal de estimação pela villa, construir os paços do concelho, que são um bom edificio de cantaria sobre arcos, tendo no frontespicio as armas d'aquelle rei, que são a esphera armillar junto ao escudo real das quinas.

Entre os muitos privilegios que usufruiu a villa é digno de especial menção um, que ao mesmo tempo memorava o valor dos vimaranenses e que se prende com o seguinte facto historico.

(Continua.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 32 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 21

## GUIMARÃES

(Concluido do numero antecedente)

E' sabido que depois de pacificado o reino D. João I, não só desejoso de dilatar seus dominios, mas ainda instigado pela necessidade de desinfestar as costas do paiz da pirataria marroquina, premeditou a empreza audaciosa de ir atacar esses bandidos do oceano no covil, que occupavam, e n'esse intuito se fez ao mar n'uma forte armada de caravellas, indo desembarcar em Marrocos, onde, em successivos recontros, foi derrotando os ferozes africanos, tomando-lhe Ceuta, principal coio da pirataria, a 21 de agosto de 1415.

Não se deram por vencidos depois da conquista os marroquinos e depois de haver sahido d'aquella praça o conquistador, deixando comtudo boa guarnição, deram sobre ella varias investidas. De cada lanço de muralha estava confiada a defeza a seu troço de homens de armas portuguezes. De uma vez succedeu que a investida foi de tanta maneira audaciosa que os de Barcellos abandonaram o seu posto, que ficava visinho do occupado pelos de Guimarães; este acto de fraqueza esteve a ponto de perder a praça para os portuguezes e certamente os agarenos a haveriam readquirido, se os vimaranenses, vendo o perigo, não houvessem tomado a corajosa iniciativa de defenderem a parte confiada ao seu valor e tambem aquella que os de Barcellos haviam desamparado.

Em castigo d'uns e recompensa ao valor dos outros, ordenou D. João I que os vereadores da villa de Barcellos em certos dias fossem varrer as praças de Guimarães, o que se cumpria durante cerca de 70 annos. Vendo D. Jayme, duque de Bragança e conde de Barcellos, que n'esta sua villa não havia quem quizesse exercer as funcções de vereador, por causa da ignominiosa obrigação, alcançou que se remisse aquella pena.

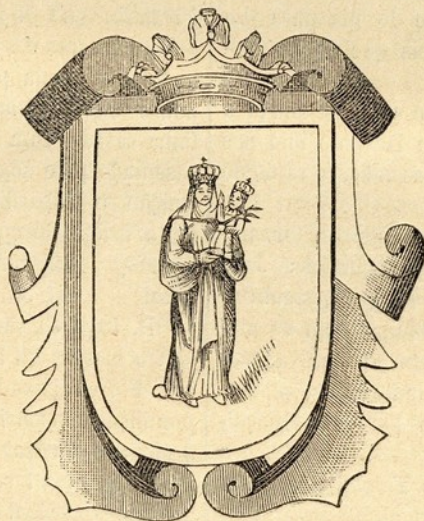
O primeiro doatario de Guimarães foi D. Frei Alvaro Gonçalves Camello, por mercê de D. João I, em 1403. Vagando depois para a corôa, foi dado este senhorio pelo mesmo rei a D. Fernando, segundo duque de Bragança, e ao filho primogenito d'este foi então concedido o titulo de conde de Guimarães.

Foi elevada a ducado por D. Manuel, por occasião do casamento de seu filho o príncipe D. Duarte com D. Isabel, filha de D. Jayme IV, duque de Bragança, ficando desde então n'esta casa o titulo de duque e conde de Guimarães.

Entre as curiosidades historicas da illustre villa ha um carvalho enorme que se diz haver sido plantado por D. Mafalda, esposa de D. Affonso Henriques, na cêrca do convento chamado da Costa. Este venerando ancião vegetal conta mais de setecentos annos de idade e mede na parte inferior do tronco sete metros e meio; é o mais formoso exemplar da sua especie que existe em Portugal.

A rainha D. Maria II, depois de uma viagem ao norte do paiz, pagou áquella villa uma divida de gratidão, concedendo-lhe os fóros de cidade, por carta de lei de 22 de junho de 1853.

Foram sempre os vimaranenses sobremaneira zelosos da sua dignidade. Ainda ha poucos annos se produziu uma



Brazão d'armas de Guimarães

brilhante prova d'esta verdade no conflicto que se levantou entre aquella cidade e a de Braga, por se considerarem desattendidos e aggravados pela Junta Geral do Districto os procuradores por Guimarães. Esse conflicto chegou a assumir proporções graves, sendo uma das causas determinantes da ultima sahida do exercicio do poder executivo de Fontes Pereira de Mello e só foi applacado completamente pela publicação doCodigo Administrativo (1886), que facultou a certos concelhos terem organisação especial, tornando se por ella independentes da tutela da junta, faculdade que a cidade aproveitou immediatamente.

Duas foram as qualidades caracteristicas d'esto

povo, pondo de lado o civismo, que é dote de todos os portuguezes, a piedade e o espirito laborioso. De ha muitos annos Guimarães é considerada a mais industrial terra do reino. As cutelarias vimaranenses tiveram fama em Portugal e no Brazil, onde sustentaram o commercio n'aquella especialidade, hoje decahido bastante, mas ainda teem boa procura nos mercados nacionaes os artefactos que d'ali provêem.

O desenvolvimento d'aquella industria foi tal que chegou a dar origem a um proloquio popular. Quando se via um individuo de delgadas tibias recommendava-se-lhe que não passasse por Guimarães para as pernas não lhe ficarem lá para cabos de facas.

Da piedade dos vimaranenses falla eloquentemente o grande numero de templos, conventos e ermidas, que ali houve e ainda hoje ha, e as pomposas e garridas romarias, em que se dispendem consideraveis quantias. Do patriotismo dá testemunho o monumento erecto em honra do fundador da monarchia, e que é uma das memorias mais significativas e das estatuas mais bellas que existem no paiz.

Guimarães está á altura do nosso incremento de civilisação; possui bons jornaes, officinas bem conceituadas, grandes escolas, e progride de dia para dia assombrosamente, muito mais depois que se emancipou da tutela estranha.

As armas da cidade são: em escudo de prata a imagem da Santa Virgem com seu Divino Filho nos braços, tendo o Menino em uma das mãos o ramo de oliveira.

Entre a pleiade de vimaranenses illustres, tornam-se dignos de especial menção os seguintes: João Gonçalves, cognominado o *Engenhoso*, que assombrou os maiores mathematicos do seu tempo com as machinas e artefactos que inventou, sem ter cultivado as sciencias. Ha uma moeda d'ouro, de 500 réis, chamada *Engenhoso*, por ter sido lavrada por João Gonçalves, com raro primor, em 1362.

Manuel Gonçalves, alcunhado o *Trovador*, por ser o primeiro que fez trovas em Portugal.

Salvador Ribeiro de Souza, famoso capitão. Era um dos aventureiros portuguezes que no principio do seculo XVII offereciam os seus serviços aos reis dos pequenos Estados em que o Indo-China n'aquella época se dividia. Pelos fins do seculo XVI passou a Arrakan, onde commandou as tropas do rei d'este paiz, que em premio dos serviços do guerreiro portuguez lhe deu licença para fundar uma feitoria em Sirião.

Acompanhava Salvador Ribeiro um sujeito de Lisboa, chamado Filippe de Brito Nicote, filho de paes francezes, o qual, atraçoando o seu companheiro e o rei, marchou para a India, para que o vice-rei tomasse conta da feitoria; o que o monarcha veio a saber, pelo que ganhou um grande odio não só a Nicote, mas a Ribeiro e a todos os portuguezes, ordenando a expulsão d'elles de todo o seu reino.

Juntou para isto um exercito de 40:000 homens e uma esquadra de 1:200 vélas, com que cercou o estabelecimento portuguez. Salvador Ribeiro, com um punhado de soldados, havia-se refugiado na feitoria, mal fortificada, onde se defendeu heroicamente, e, afinal, em uma surpresa nocturna, desbaratou o inimigo, obrigando-o a levantar o cêrco.

A fama do valor e façanhas de Ribeiro chegou ao Pegú, cujos habitantes vieram a Sirião offerecer-lhe o throno d'aquella reino. Ribeiro aceitou e foi por algum tempo rei do Pegú.

Entretanto, Nicote, tendo allegado em Gôa grandes serviços á corôa portugueza, conseguiu ser nomeado capitão geral da conquista do Pegú; apparecendo ali, entregou-lhe Ribeiro a corôa que os povos lhe haviam offerecido, e retirou-se a Portugal.

A vida d'este intrepido guerreiro deu a J. P. de Moraes Sarmiento assumpto para um pequeno romance em verso, intitulado o *Massinga*, que é a autonomia porque era conhecido Salvador Ribeiro.

Nicote tornou-se um tyranno execrado em todo o reino do Pegú, pelas suas crueldades. O rei de Ova, surpreendeu em 1613 a feitoria, já então tornada fortaleza, que Nicote não soube defender, enervado pelos prazeres e sensualidades orientaes; e sendo a fortaleza tomada pelo inimigo, o rei vencedor mandou-o empalar nas ameias do forte. Seu filho, que tinha casado com a filha do rei de Matarban, foi assassinado pelo sogro; perdendo assim Portugal, pela traição e cobardia de Nicote, esta conquista, com tanta facilidade como a ganhára. Salvador Ribeiro, o *Massinga*, falleceu em Alemquer, onde está sepultado.

D. Payo Galvão, conego regular de Santo Agostinho e mestre em theologia pela universidade de Coimbra. Foi embaixador de Portugal em Roma, sendo pontifice Innocencio III, por D. Sancho I, e este papa o nomeou cardeal de Santa Maria, *in septi solio*, em 1206. Em 1211 cardeal de Santa Cecilia e em 1215 elevado a cardeal albanense. Em 1218 foi enviado por Honorio III como legado apostolico á Terra Santa, e alguns annos depois legado junto do imperador Frederico II. Na cruzada em que foi como legado apostolico prestou grandes serviços, não só durante o assédio de Damietta, mas tambem na calamidade da peste, e depois na paz que os cruzados fizeram com o sultão, nos convenios com os soberanos de Chypre e Armenia. Depois de uma vida tão agitada e de tão assignalados serviços retirou-se ao cenóbio do Monte Casino, onde falleceu em 1229, e ali jaz.

Frei Estevão de S. Payo, dominico. Em 1380 não se quiz bandear com os castelhanos e seguiu o partido popular de D. Antonio, prior do Crato, pelo que foi depois preso por ordem de Filippe II e mettido em um forte carcere, em Lisboa, do qual poude fugir com outros religiosos da sua ordem, que com elle

e pelo mesmo motivo estavam presos. Seguiu para Tolosa, onde obteve o grau de doutor em theologia, vindo a ser um mestre distincto d'aquella universidade. Era um famoso latino e para essa lingua verteu do portuguez as vidas de S. Frei Gil, de S. Gonçalo de Amarante, de S. Pedro Gonçalves, do beato Frei Lourenço Mendes, de Frei Payo, 1.º prior do convento de Coimbra, de Frei Pedro, porteiro do convento de Evora, e de outros varões illustres em dignidades, letras, ou virtudes da sua religião dominicana. Escreveu mais na mesma lingua um tratado sobre o juramento e confirmação que D. Affonso Henriques fez da celestial visão de Campo de Ourique. Todas estas obras foram impressas e publicadas em Paris, desde 1585 até 1600.

Ouvindo dizer em Tolosa, no anno de 1598, que el-rei D. Sebastião estava preso em Veneza, partiu immediatamente para esta cidade, e não podendo alcançar do senado licença para vêr o preso, passou disfarçado a Portugal, e depois de dar aquella noticia aos fidalgos portuguezes, que eram patriotas, voltou para Veneza e fez as mais fortes instancias para que o rei, verdadeiro ou supposto, fosse solto; o que finalmente conseguiu por intervenção de Henrique IV, de França, da rainha de Inglaterra e da republica de Hollanda; mas com a condição de sabir de Veneza no mesmo dia da soltura, e em tres dias do territorio da *senhoria*.

Frei Estevão levou D. Sebastião (?) para Florença, acompanhando-o sempre com a mais dedicada fidelidade; mas n'aquella cidade, o duque, faltando a todas as leis da hospitalidade, entregou-o ao celebre e feroz conde de Mello, governador de Napoles, por Philippe II de Castella. Frei Estevão, sendo preso, Philippe III o mandou assassinar em S. Lucar de Barrameda, em 30 de agosto de 1603.

D. Agostinho Barbosa, filho de Manuel Barbosa, ambos famosissimos juriconsultos e dignos de perpetua memoria pelos excellentes livros que escreveram e publicaram. O pae excedeu o filho na profundidade e este a aquelle na vastidão. As suas obras são mais uma copiosa livraria do que livros. D. Agostinho Barbosa deixou impressos 21 livros de differentes e gravissimas materias, e promptos para se imprimirem 12; todos muito volumosos e de grande erudição.

Em Roma e em toda a Italia foi justamente apreciado e respeitado. Urbano III nomeou-o thesoureiro-mór da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, proto-notario apostolico, censor de livros e consultor da sagrada congregação do Index. Philippe IV fel-o bispo de Ughento (Napoles) onde falleceu no primeiro anno do governo episcopal, em 19 de novembro de 1649. Jaz na sua igreja cathedral.

Faz-se em Guimarães, a 10 de junho de cada anno, a festa dos pães-bentos, em cumprimento de uma

promessa antiquissima, feita em occasião de grande calamidade.

Vae em procissão o *andor do rôlo*, e é acompanhado pelo cabido e camara. As vélas de cêra que o andor leva são depois distribuidas pelos altares do Santissimo Sacramento, Espirito Santo e Nossa Senhora da Oliveira, todos na collegiada. Estas vélas devem conter o peso que teria o rôlo necessario para cercar os muros da cidade. Recolhido o prestito procede-se á benção dos *pães*, que são repartidos pelas auctoridades ecclesiasticas, civis e militares, e pelo povo. A procissão sae da igreja de Santa Clara e recolhe-se na collegiada.

\*  
\*   \*  
\*

Em 1774, se descobriu na freguezia das Caldas de Vizella, que faz parte do concelho de Guimarães, um tanque de 20 palmos de largo por 20 de comprimento, lavrado e muito bem feito, com degraus de mosaico, obra romana, o que evidencia que já no tempo dos romanos se usavam d'estas aguas para cura de doenças.

Os banhos publicos dos romanos (*thermas*) não estavam reunidos dentro em um edificio, mas dispersos nos differentes sitios em que rebentam as nascentes.

Estas salutares aguas nascem nas margens do pequeno rio Vizella, e são mui frequentadas desde a mais remota antiguidade. As nascentes estão a 6 kilometros a SO. de Guimarães.

Diz-se que os romanos edificaram aqui um templo a *Ceres*.

Mas, nem d'este templo nem da povoação que consta elles tambem aqui fundaram, ha o menor vestigio. Os proprios banhos jazeram por seculos soterrados e sem noticia que commemorasse a sua existencia, até que, parece que em 1840, foram descobertos uns após outros.

Estas Caldas offerecem a vantagem que se não encontra facilmente em qualquer peiz, isto é, a variada temperatura dos seus banhos, desde a agua quasi fervente até á tépida, ou quasi fria. Se tivéssemos melhores governos, ha muito que d'estas Caldas se teria tirado todo o partido e immensas vantagens, que podiam e deviam produzir á nação em geral e aos povos em especial.

A temperatura da agua das Caldas, proximo á nascente, é de 65°,3 thermometro centigrado.

Os banhos são de mui differentes fórmulas e grandeza, mas todos revestidos de pedrinhas brancas, do tamanho e feitio das que se vêem nos mosaicos romanos. O maior é um grande tanque quadrilongo, onde sem incommodo se podem banhar 20 pessoas. Este, porém, não serve, porque a agua de que está

sempre cheio, coseria qualquer corpo animal que lá cahisse. Para evitar qualquer sinistro, está resguardado por uma grade de ferro, que serve de varanda ao passeio de lagêdo que cêrca o tanque. Ha outro tanque grande circular, em que podem banhar-se 6 pessoas.

E' destinado a gente pobre. Os outros banhos é cada um para uma só pessoa.

Passa tambem pela freguezia, além do Vizella, o rio Pombeiro, que rêga, mõe e tem pisões.

O sitio das Caldas é em um fresco e dilatado valle, rodeado de frondosos arvoredos, que o rio Vizella corta e fertilisa. No centro da povoação está um lindo passeio publico, deaominado da Lameira. Na frente d'elle está uma pequena praça, onde se faz o mercado. A' esquerda e ao fundo correm duas ruas, perfeitamente alinhadas, com casas caídas e bonitas, que se alugam no tempo dos banhos. Pelo lado direito está outra rua, onde estão varias casas de banhos e uma fonte de aguas sulphureas, que reventam quasi a ferver. Proximo á entrada do passeio, para a esquerda, tambem estão algumas casas de banhos. As outras casas da povoação sobem espalhadas pela encosta, e assombradas de denso arvoredo.

No monte da margem esquerda do rio, está a linda casa gothica do sr. Vilby, negociante britannico, da praça do Porto. E' uma aprazivel vivenda, com bello jardim e n'um sitio alcantilado, mas muito pitoresco.

## GOUVEIA

Está situada em um alto nas faldas da Serra da Estrella, antigos Herminios, que n'este logar tem o nome de monte Ajax, e divide-a o rio do mesmo nome.

E' o centro d'um pequeno mundo fabril, composto de 23 fabricas quando se procedeu ao inquerito ás industrias em 1881; o animo laborioso do povo e tantas officinas muito contribuem para que este concelho se possa considerar relativamente rico.

Bastante populoso, pois o mais recente censo da população lhe attribue 5:311 fogos com 21:833 habitantes, quer dizer mais 311 fogos do que assignava Pinho Leal em 1876, já então notando o rapido augmento d'este concelho, que teade a augmentar e progredir.

A villa é bonita e de salutar clima, posto que bastante fria, como todas as povoações da serra que d'ella não recebem abrigo ao vento norte; os seus campos produzem em abundancia toda a casta de fructos, assim como alimentam muitos gados e caça; dos arredores gosam-se esplendidos panoramas. Toda esta região, comprehendendo este concelho e o de Ceia, que

lhe fica proximo, pôde denominar-se a Suissa portugueza, quer pela actividade, quer pela belleza alpestre.

Attribue se geralmente aos turdulos a fundação da villa, fixando-a pelos annos 880 antes de Christo, o que lhe dá a bonita idade de 2:469 annos; entre esse povo tinha o nome de *Gauvel*, de que a corrupção fez o nome porque hoje é conhecida.

Soffreu successivamente o jugo dos povos que invadiram e dominaram a península: romanos, godos e mouros; a estes em 1038 a tomou Fernando Magno, de Castella e Leão, porém novamente cahiu na posse dos arabes.

Em 1186 estava arruinada em consequencia das titanicas luctas entre agarenos e christãos, de maneira que D. Sancho ordenou a reedificação, concedendo o primeiro foral, que tem data de fevereiro d'esse anno e contém diversas regalias, attinentes a attrahir ali moradores. Este documento ou lei organica do municipio foi confirmada por D. Affonso II, em Coimbra, em novembro de 1217, e D. Manuel o substituiu por um outro novo, datado de Santarem, 1 de junho de 1510.

Pouco ha que dizer com respeito a notas historicas d'esta villa e seu concelho. De ha muito os habitantes, laboriosos e preoccupados só com os processos industriaes, não pensam em politica; entretanto, de quando em vez as tempestades politicas lançam algumas nuvens sobre aquelles placidos horisontes, mas bem depressa os povos da circumscripção regressam aos labores quotidianos preferindo produzir saraçoas e baetas—principal objecto do commercio local, sem esquecer os famosos queijos, geralmente conhecidos em todo o paiz pelo nome de queijos da Serra, — a disputarem interesses de facções. — N'isto provam as gentes comarcãs serem de bom concelho.

O senhorio da villa de Gouveia andou na casa dos marqueses de Borba e condes do Redondo. D. Philippe IV fez, porém d'elle um marquezado, com que agraciou o conde de Portalegre, D. Manrique da Silva, em 20 de janeiro de 1625.

O marquezado de Gouveia passou á casa dos duques de Aveiro, sendo extincto pela sentença que exhortou esta familia dos fóros de nobreza; o ultimo marquez foi justicado no caes de Belém, como auctor da conspiração contra a vida de D. José e o seu successor, depois de passar muitos annos preso nos carcerees da Junqueira, não logrou fazer revogar a sentença na parte em que se referia a sua familia e veio morrer em mingua de recursos, depois de passar vida por de sobra attribulada.

(Continua.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1\$000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa - Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup> - Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 28

## GOUVEIA

(Continuado do numero antecedente)

Digâmos algumas palavras sobre o attentado contra a vida de el-rei D. José, e sobre a execução dos suppostos criminosos.

Segundo a nossa antiga legislação, os crimes de regicidio, alta traição, parricidio, sacrilegio e outros de maxima gravidade, não eram só punidos com a morte do reu, depois de horriveis tormentos. A vindicta da lei, no intuito de aterrar os mal inclinados e de prevenir os crimes pelos severissimos castigos infligidos aos reus, ia além dos limites de uma hermeneutica racional.

Os sequestros das propriedades dos criminosos era certamente uma barbaridade, — pois que assim vinham a viuva e os filhos innocentes a ficar desherdados do que conscienciosamente lhes pertencia e só herdavam a ignominia que resultava do crime a que tinham sido estranhos. E muitas vezes não eram só os filhos as victimas d'essas leis injustissimas, porque ellas fulminavam ainda os descendentes dos criminosos até á 4.<sup>a</sup> geração, quando não se estendiam a toda a descendencia d'elles até ao fim do mundo. Isto era flagrante crueldade e injustiça; mas arrazar as casas dos criminosos e salgar o chão em que ellas tinham sido edificadas, era uma estupidez, porque nem aproveitava ao estado, herdeiro legal dos bens dos delinquentes, nem ás familias d'estes.

Tambem nos crimes gravissimos os cadaveres desconjunctados ou mutilados dos reus eram queimados e as cinzas lançadas ao mar. Se elles eram nobres, que tinham brazão d'armas, eram estas picadas e destruidas. A lei, com estas severidades, pretendia apagar a memoria do criminoso, mas não fazia mais do que eternisar a lembrança do crime pela atrocidade do castigo.

As sentenças que mandavam salgar o chão, depois de arrazadas as casas, prohibiam que ali se tornasse a edificar, e o sal era para que aquelle chão nunca mais tornasse a dar fructo.

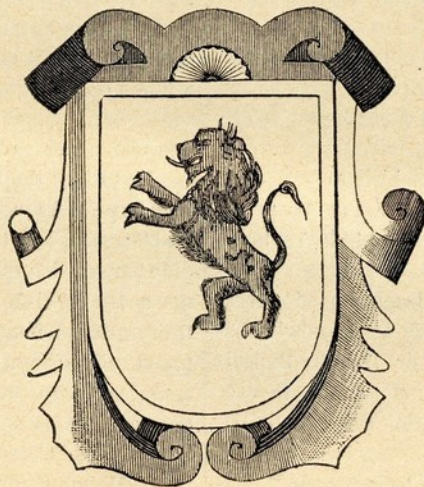
\*

\* \*

*Campo Salgado* ou *Chão Salgado* é um sitio na Rua Direita de Belem (Lisboa) que nos recorda o attentado contra D. José I. Diremos quanto julgarmos interessante com respeito a este logar de sempre funebre recordação.

Pelas 11 horas da noite de 3 de setembro de 1758,

indo o rei caminho do palacio da Ajuda (o que ardeu) em um coche com o seu valido e criado particular Pedro Ferreira, ao sahir pela porta da real quinta chamada do *Meio*, na Calçada do Galvão, para passar por um pequeno campo proximo á residencia do rei, ali estavam tres conjurados, a cavallo, e armados de bacamartes ou *roqueiros*, fortemente carregados de grossa munição, que dispararam simultaneamente contra o coche real; porém um dos bacamartes *errou fogo*. Os bacamartes que *pegaram* foram disparados, segundo diz a sentença, por Antonio Alvares Ferreira



Brazão d'armas de Gouveia

e José Polycarpo de Azevedo, e o que *errou* suppõe-se ser o de Manuel Alvares Ferreira; todos familiares dos duques de Aveiro e Tavoras.

Era tal a carga dos dois bacamartes que se dispararam, que fizeram no espaldar dois grandes rombos esfericos e o despedaçaram todo. Custa a comprehender como o rei poude escapar apenas com um ferimento, ainda que grave, no braço esquerdo.

Segundo uns, vendo-se o rei assim agredido e receiando outra cilada, mandou o boleeiro retroceder para a Junqueira; outros, porém, são de opinião, e é mais verosimil, que as bestas, espantadas com os tiros, retrocederam, sem governo, até áquelle sitio, onde pararam, extenuadas pela velocidade da carrei-

ra. Em qualquer dos casos, a volta por esta desusada vereda foi a causa do rei escapar de segunda emboscada, que estava mais adiante, prevenindo o caso de escapar com vida da primeira.

Morava então no sítio da Junqueira, na casa que antigamente tinha sido um forte, o marquez de Angeja, a quem D. José I tinha dado isto, depois que o terremoto lhe reduzira a cinzas o palacio que havia tido ás Cruzes da Sé. Foi a esta habitação que o rei se recolhera ferido, e na propria cama do marquez lhe fizeram a primeira cura; e, concluida ella, se recolheu ao seu palacio, em outro trem.

Na manhã do dia seguinte toda a cidade sabia do attentado, que era geralmente attribuido á familia Tavora; apesar da côrte pretender fazer acreditar que o ferimento do rei foi em resultado de uma grande queda, que dêra a descer uma escada do paço.

O marquez de Tavora, pae, foi ao paço para protestar a sua fidelidade e offerecer-se para executor da pena por tal crime; mas o secretario, Sebastião José de Carvalho e Mello, o dissuadiu d'isso, dizendo-lhe que o rei attribua o facto a crimes da rainha; pelo que todos os grandes da côrte deviam fingir completa ignorancia do occorrido.

Passados poucos dias, pedia o duque de Aveiro licença para ir, por algum tempo, residir com a sua familia para a quinta de Azeitão, e sendo-lhe concedida, para lá foi.

A familia dos Tavoras ficou em Lisboa.

Com tamanho segredo se deram todas as providencias que nada transpirou, pelo que tudo se levou a effeito.

Na madrugada do dia 13 de dezembro se cercaram de cavallaria e infantaria todas as casas de habitação de D. Francisco d'Assis de Tavora; D. Luiz Bernardo de Tavora; de D. José Maria de Tavora, pae; de dois filhos da marquezia de Tavora; de D. Jeronymo d'Athayde, conde d'Athouguia, genro do primeiro e cunhado do segundo e terceiro; de D. Manuel de Tavora, que, por sua mulher, era conde de Villa Nova; do marquez de Alorna; dos condes de Obidos, da Ribeira e do Calhariz; do desembargador Antonio da Costa Freire; e de outros muitos fida'gos parentes d'estes, que estavam por todo o reino, e da mesma sorte todas as casas dos jesuitas.

Para cada uma d'estas casas se tinha destinado um ministro com seus officiaes, ás ordens do qual estava a tropa que fazia o cerco.

Foram os ministros prendendo os chefes da casa e suas mulheres e filhos, de ambos os sexos, e varios criados indicados nas instrucções, conduzindo-os aos logares préviamente designados.

O marquez, velho, de Tavora tinha passado essa noite em um baile de inglezes, e sabendo, ao regressar, do carruagem, do occorrido, se foi queixar ao paço por a cavallaria, de que era inspector, sahir dos

quarteis sem sua ordem, mas ali mesmo foi preso por Sebastião José de Carvalho e Mello, e entregue a D. Luiz da Canha, secretario dos negocios estrangeiros, e ao conde de Soure, os quaes o conduziram á quinta dos Bixos (Belem) com perta fronteira ao caes, onde já estavam seus dois filhos e seus genros, separados uns dos outros e bem guardados.

No mesmo dia (13 de dezembro) passou um corpo de cavallaria para Aldeia Gallega do Ribatejo, e tendo o duque de Aveiro, que, como dissemos, estava em Azeitão, noticia d'isto por seu secretario Antonio José de Mattos Ferreira, que se conservára em Lisboa, para o avisar do que occorresse, perguntou muito perturbado — estava a jogar — o caminho que a tropa seguia, e respondendo-se-lhe que marchava pelo de Evora, foi continuando a jogar; porém a cavallaria, chegada a alguma distancia, retrocedeu e com uma rapida evolução lhe cercou a quinta.

Era ministro d'esta diligencia o desembargador José Antonio d'Oliveira Machado, que entrando com os seus officiaes, sem a minima formalidade ou cerimonia, só parou em frente do duque, que tentou resistir com os seus criados; mas vendo que era inutil, e ainda mais aggravante, a resistencia, e a fuga impossivel, se entregou. Foi tambem presa sua mulher e filhos e os familiares designados na lista, sendo logo separados e conduzidos a diferentes partes. Os criados não relacionados ficaram em liberdade.

Junto ao duque e no acto da prisão estava José Polycarpo d'Azevedo, um dos mais fortemente indicados; mas, não tendo sido, por engano, comprehendido no rol dos que deviam ser presos, escapou por um acaso á prisão, aos tormentos e á morte. Depois fizeram-se as maiores diligencias para que elle fosse preso, não só em Portugal, mas em toda a Europa e America, para onde se mandaram todos os signaes por onde podia ser conhecido; mas tudo foi debalde, apesar das enormes recompensas que se prometteram. Muita gente suppoz que elle se escondeu em algum deserto, onde morreria na solidão e desamparo; mas parece que escapou no estrangeiro, e que depois de muito velho, no reinado de D. Maria I, veio morrer ao hospital da Misericordia, de Lisboa.

A sentença estabeleceu um premio de 10:000 cruzados a quem prendesse José Polycarpo dentro do reino, e 20:000 se fosse em paiz estrangeiro, além de todas as despesas da jornada.

Constou que elle esteve, completamente disfarçado, em Lisboa, no dia do supplicio dos seus co-reus; mas parece-nos isso inverosimil.

O desaparecimento de José Polycarpo deu lugar a que muitos individuos, que por fatalidade sua tinham a desgraça de se parecerem mais ou menos com elle, fossem presos e passassem muitos incomodos, e alguns até tormentos, antes de provarem a sua identidade plenamente. Tambem bastantes foram

presos por serem seus parentes ou conhecidos (!) a ver se por estes meios injustos se conseguia a sua captura; mas tudo foi em vão, e José Polycarpo foi o unico actor d'este drama horroroso, que se poude subtrahir á acção da justiça.

Tambem em 13 de dezembro appareceram affixados nos logares publicos de Lisboa dois editaes régios, um com a data de 9 d'esse mez, contando o attentado e suas circumstancias e declarando que na cocheira estava patente ao publico a carruagem destruida pelos tiros. Promettia com prodigalidade titulos, honras, postos, logares e grandes premios aos que delatassem o que soubessem d'este facto; e perdoadando aos cumplices, não sendo cabeças, que viessem referir as circumstancias do crime. O outro edital era datado d'esse mesmo dia 13, e prohibia a todos os portuguezes residentes no reino o sahir d'elle, e ainda do territorio do seu domicilio, sem provar a sua identidade perante o ministro *ad hoc*; que depois de rigorosissimo exame, lhe concedia licença, na qual eram minuciosamente expressos todos os signaes do pretendente e os fins e dias da sua ausencia.

A marquezia, velha, de Tavora, D. Leonor, finha ficado presa no seu proprio palacio, mas no dia 14 de dezembro foi transferida para o mosteiro das Grillas; a marquezia de Tavora, nova, para o de Santos; a duquezia de Aveiro, para o do Rato; a condessa de Athouguia, para o de Magdalena e a marquezia de Alorna, para o de Chellas. As filhas d'estas se distribuiram por outros conventos, e os filhos menores por collegios, privados todos da mais simples communicação e com expressa prohibição de serem tratados como nobres.

N'este mesmo dia foi o filho do conde de Villa Nova chamado á secretaria de estado, onde, da parte de el-rei lhe disse Carvalho que o crime de seu pae o não prejudicava; mas que não tornasse a servir-se com criados de seu pae, o que elle logo fez, pondo casa com criados novos.

No dia 16 d'esse mez (dezembro) representou o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte e Quatro, ao rei, o seu grande sentimento pelo attentado regicida, e pedindo que os delinquentes fossem desnaturalizados, *que contra elles se admittisse toda a qualidade de prova (!) e que fossem castigados sem piedade.*

No dia 11 de janeiro de 1759 foi proferida a sentença, que degredou os reus das honras, fóros e privilegios de commendadores e cavalleiros das diversas ordens de cavallaria a que pertenciam.

No dia 12, outra sentença declarava os motivos do castigo, e a 13 ainda outra que desnaturalizava os reus; mas todas estas sentenças foram secretas e ficaram em grande segredo.

Todos os exames e sentenças foram presididos por os tres ministros e secretarios d'estado Sebastião José de Carvalho e Mello, do reino; D. Luiz da Cu-

nha, dos estrangeiros e guerra; e Thomaz Joaquim da Costa Côrte Real, da marinha e America.

Foram nomeados para juizes relatores: Pedro Gónçalves Cordeiro Pereira, deputado da Meza da Consciencia e Ordens e da do Paço e chanceller da Casa da Supplicação; para adjuntos: João Pacheco Pereira, desembargador do Paço, João Marques Bacalhau, do conselho da fazenda, Manuel Ferreira de Lima, da Mesa da Consciencia, o doutor Ignacio Ferreira Souto, aggravista, e José Antonio d'Oliveira Machado, da Supplicação. Este foi escrivão do summario e com voto na sentença.

No mesmo dia 12, depois de aneuter, foi transferida a velha marquezia de Tavora, das Grillas para a Quinta dos Bixos, que, como já dissemos, era no caes de Belem.

No centro d'este caes se levantou um cadafalso, quadrado, de madeira, sem ornato ou pintura, com 18 palmos de alto, 26 de largo e 36 de comprido, para o qual se subia por uma escada com corrimãos.

Desde a porta d'aquella quinta até ao caes amanheceram postados dois regimentos de infantaria, o da Côrte e o de Campo Maior; nos lados estavam os dois regimentos de cavallaria, o do Caes e o de dragões d'Aveiro. Tomaram as bocas de todas as ruas que vão sahir áquelle sítio, partidas de cavallaria, para impedirem a passagem aos transantes e cumprirem as mais ordens que recebessem.

No cadafalso se viam oito rodas, postas em linha, vindo a ficar tres em cada face, e no centro um banco.

Entre as tres rodas que estavam na parte opposta á escada que dava ingresso ao tablado, se viam dois bancos encostados cada um a seu poste, tendo estes uns 10 palmos de alto; de modo que estava tudo em perfeita symetria.

No boqueirão do caes estava uma grande barca carregada de tójo e lenha.

O marquez de Marialva, como marechal general, assistiu á distribuição e collocação das tropas, que se fez na madrugada, e logo se recolheu. Todos os outros corpos estavam nos seus quartéis (abarracamentos, como então se dizia) em fôrma e promptos á primeira voz.

Rondas de officiaes de justiça circulavam pelas ruas dos seus respectivos bairros, reconhecendo e apalpando os que passavam, especialmente de capote, e não os deixando passar para além de Alcantara.

Tomadas todas estas disposições e cautellas, pelas 6 horas e 42 minutos da manhã do dia 13 de janeiro de 1759, sahiu do pateo da Quinta dos Bixos um corpo de dragões, seguidos pelos ministros do crime dos differentes bairros e estes por João Ignacio Dantas, corregedor do crime da côrte e casa. Todos iam a cavalló e de capa e volta.

A estes se seguia uma cadeirinha, toda preta, entre dois padres de Rilhafolles, e fechava o prestio

funebre um grosso destacamento de tropa. Chegada a cadeirinha ao fundo das escadas do cadafalso, d'ella foi tirada D. Leonor de Tavora, marquezeta velha d'este titulo. Esta mulher que, estando na India, quando seu marido foi vice-rei, feito em 1750, ali praticou acções de uma verdadeira heroína portugueza, pelo que era adorada dos portuguezes da Asia e foi varias vezes elogiada e premiada pela familia real, agora não era mais do que uma miseravel criminosa, reduzida ao mais triste e abjecto abatimento!

Demorou-se cousa de meia hora no 1.º degrau da fatal escada, confessando-se, enquanto em cima se faziam mais alguns preparos para o horrivel drama que ia ter lugar. Depois mandaram-n'a subir, o que ella fez logo com desembaraço, entre os dois padres e vestida como estava no acto da sua prisão. Trazia saia de setim azul escuro, casaco do mesmo, lenço no pescoço, a cabeça toucada com fitas brancas e coberta com uma capa alvadia.

O dia estava escuro e triste, não só pelo rigor da estação, mas porque n'esse dia havia um eclipse da lua que ainda durava, pois principiára no nosso horizonte pelas 6 e 3 minutos da manhã e terminou ás 8 e 47 minutos.

O meiriinho das cadeias a esperava com tres algózes, sobre o cadafalso. Logo que a recebeu a foi mostrando ao povo, percorrendo com ella as quatro faces da plataforma. Depois lhe mostrou minuciosamente os instrumentos e as formalidades com que haviam de padecer todos os réus, o que lhe fez perder toda a coragem, derramar um diluvio de lagrimas e pedir que lhe abreviassem o supplicio.

O carrasco principal tirou a sua capa preta e capruça da mesma côr, e passou depois a tirar a capa de D. Leonor, dobrando-a e pondo-a sobre o banco do centro do tablado, e mandou-a sentar ali. Sentada a infeliz, a prenderam com cordas, pela cintura e pelos pés ao mesmo banco,—as mãos já vinham presas—e tirando-lhe o lenço dos hombros com elle lhe vendou os olhos. Absolvida pelos padres, o carrasco a degolou por a parte de traz, para maior ignominia, mostrando a cabeça ao povo e arremessando-a depois ao chão, para junto do tronco, e cobrindo tudo com um panno preto.

Esta execução terminou ás 8 e meia horas, voltando então a mesma cadeirinha, sempre escoltada por dragões e infantaria, á quinta dos Bixos, d'onde logo sahiu entre dois padres arrabidos.

Chegada ao fundo da escada, d'ella sahiu o desgraçado José Maria de Tavora, segundo filho dos marquezes velhos, e que fôra ajudante de ordens de seu pae, que era general, e capitão de dragões de Chaves. Era um elegante e formosissimo mancebo, de longos cabellos louros; vinha vestido de velludo preto, meias côr de perola, e mãos amarradas. Vinha quasi morto, de modo que foi preciso que os padres o le-

vassem quasi suspenso. Foi mostrado ao povo, como sua mãe; pronunciou algumas debeis palavras, com as quaes pedia perdão a todos.

Confrange-se o coração e nega-se a penna a escrever tantos horrores! Grande foi na verdade o crime d'esta gente, que a ambição e o orgulho perderam; mas o castigo excedeu em barbaridade aos mais atrozes das nações selvagens. Diremos apenas: este infeliz foi amarrado a uma aspa, onde lhe quebraram, com macêtas de ferro, as *cannas* dos braços e pernas, e lhe deram garrote vil. Desatado o cadaver e depois de mostrado ao povo, foi estendido sobre a primeira roda que ficava á esquerda da escada. Eram 9 horas.

A cadeirinha, com a mesma escolta, voltou á quinta, d'onde logo veio, entre dois frades arrabidos. Chegando ao primeiro degrão da escada, d'ella sahiu Luiz Bernardo de Tavora, 1.º filho do marquez d'este titulo. Trazia vestido escuro, meias pretas e cabelleira de tranças; era tambem um joven formoso e elegante; trazia, como os mais, as mãos ligadas. No acto de ser mostrado ao povo, principiou a falar, protestando que era innocente e que a sentença que o condemnou era iniqua; mas o corregedor o mandou calar e tratar sómente da sua salvação, aliás lhe mandaria pôr uma mordaga, o que o obrigou a guardar silencio. Morreu do mesmo modo que seu irmão, e foi collocado na roda immediata, que era a que estava no centro das 3 do lado esquerdo da escada. Eram 10 horas.

Foi a cadeirinha buscar á quinta uma outra victima e chegou logo, entre dois frades tambem arrabidos, e d'ella sahiu Jeronymo de Athayde, conde de Athougua, genro dos marquezes velhos de Tavora. Vinha de cabelleira e bolsa, e vestido de velludo escuro; subiu com aspecto furioso, e morreu do mesmo modo e com as mesmas formalidades que seus dois cunhados. Foi deposto na segunda roda do lado direito da escada. Eram 11 horas.

Para maior brevidade n'estas execuções, não se esperou mais que uma fosse terminada, como se tinha praticado até ali, para se ir buscar o padecente immediato, antes apenas um subia ao cadafalso, sahia a cadeirinha buscar outro.

D'esta vez chegou a cadeirinha entre dois padres mariannos e d'ella sahiu Manuel Alves Ferreira, guarda-roupa do duque de Aveiro. Vinha só com a camisa e calções, sem meias nem cabelleira e descalço, apenas coberto com um redingote escuro e algemado. O seu supplicio só se differençou dos antecedentes em lhe serem os ossos quebrados com uma roda de ferro, e com mais brevidade. Foi deposto na terceira roda, da parte esquerda. Eram 11 horas e meia.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1.000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 29

## GOUVEIA

(Concluido do numero antecedente)

Já a este tempo chegava a cadeirinha, vinda, como da vez anterior, da cadeia de Belem, entre outros dois padres mariannos.

Sahiu Braz José Romeiro, cabo de esquadra da companhia do marquez de Tavora, filho, e seu criado. Vinha na mesma figura e morreu do mesmo modo do antecedente. Foi deposto na terceira roda, do lado direito da escada. Era meio dia.

Chegou logo a cadeirinha, vinda da Quinta dos Bixos, entre dois padres mariannos, e ao passar por entre as tropas, rufaram as caixas destemperadas, para maior ignominia do desgraçado que ali vinha, que havia sido seu general. Era Francisco de Assis de Tavora, marquez, pae, d'este titulo. Vinha todo vestido de preto, cabelleira de bolsa e nas mãos atadas um crucifixo.

Subiu velozmente a escada. Morreu do mesmo modo que seus filhos e genro. Foi deposto na primeira roda da direita. Eram 2 horas da tarde.

Então chegava a cadeirinha, vinda da quinta, entre dois padres mariannos, e d'ella sahio D. José Mascarenhas, duque de Aveiro. Trazia roupão encarnado, sem cabelleira, com as mãos presas, e entre ellas um crucifixo.

Com as mesmas formalidades, mas com mais crueldade, por erro ou proposito do carrasco, foi suppliciado e depois deposto na roda do centro, a que ficava junto à escada.

Este homem, intelligente e energico, era quasi geralmente aborrecido pela sua extrema vaidade e insupportavel orgulho, de cujos defeitos fazia ostentação até com os fidalgos da côrte. Era o titular mais rico e magnifico do reino; pois, apesar de nascer filho 2.<sup>o</sup>, veiu a herdar o ducado de Aveiro, o marquezado de Gouveia, e outros muitos titulos, honras e commendas.

Terminou o supplicio d'este desgraçado às 2 e meia.

Chegou a cadeirinha, da cadeia de Belem, entre dois frades de Rilhafolles e d'ella sahio João Miguel, moço de acompanhar, do duque d'Aveiro. Vinha descalço, só com camisa e calções, algemado e coberto com capote. Vinha quasi desfallecido, e morreu como os precedentes.

Foi posto na roda do centro, do lado do rio. Eram 3 horas da tarde.

Torna a chegar a cadeirinha, vinda da mesma cadeia, entre dois frades mariannos, e d'ella sahio o mais infeliz de todos os condemnados, Antonio Alvares, guarda-roupa do duque de Aveiro.

Vinha em camisa e calções, coberto com um capote e algemado. Ao mesmo tempo chegou da quinta a estatua de José Polycarpo de Azevedo, que, como já dissemos, tinha conseguido fugir. Subiram ambos ao cadafalso, indo a estatua levada pelos carrascos; e foram collocados nos dois póstes que estavam ao fundo do cadafalso, do lado do Tejo, vindo a ficar entre Manuel Alvares Ferreira, João Miguel e Braz José Romeiro. Os carrascos amarraram o vivo, Antonio Alvares Ferreira, com uma cadeia de ferro pela cinta e as mãos atraz com uma corda. Encheram-o todo de bocados de bren e lhe pozeram ao pescoço um sacco cheio de pedaços de péz e enxofre, pondo-lhe aos pés um *lava-peixe*, com um archote acceso na mão.

Emquanto se fizeram estes horribéis preparativos, se foi descarregando a barca e trazendo para baixo do tablado, tójo, lenha e barris de alcatrão. Os frades faziam todos os esforços por animar o desgraçado réu, e isto levou uma hora.

Pelas quatro horas se lançou fogo ao cadafalso. Foi atrocissima a morte do desgraçado Antonio Alvares. Estava com a cara virada ao norte, e como o vento n'essa occasião soprava d'aquelle lado, obstava a que elle fosse suffocado pelo fumo, o que lhe prolongou por 20 minutos o supplicio, morrendo a fogo lento.

Depois d'isto, se lançou fogo aos combustiveis que estavam por baixo do tablado e tudo foi preso das chammas. Eram 4 horas e meia da tarde quando tudo terminou.

Os ministros e tropas retiraram. O rei, vestido de gala, deu beijamão á côrte. Foi a primeira vez que appareceu em publico depois de ser ferido.

Para não alongarmos mais esta descripção, abste-mo-nos de transcrever integralmente a sentença que condemnou todos os criminosos; copiaremos apenas os trechos seguintes, que são os mais importantes:

«Condemnam o réu José Mascarenhas, que já se acha desnaturalizado, exautorado das honras e privilegios de portuguez, de vassallo e creado, degradado da Ordem de S. Thiago, de que foi commendador, e

relaxado a esta junta secular, que n'ella se administra, a que, como um dos tres cabeças ou chefes principaes d'esta infame conjuração, e do abominavel insulto que d'ella se seguiu, seja levado com baraço e pregão á praça do caes do logar de Belem, e que n'ella, em um cadafalso alto, que será levantado, de sorte que o seu castigo seja visto de todo o povo, a quem tanto tem offendido o escandalo do seu horrorosissimo delicto, depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oito cannas das pernas e dos braços, seja exposto em uma roda, para satisfação dos presentes e futuros vassallos d'este reino; e aqui, depois de feita essa execução, seja queimado vivo o mesmo réu com o dito cadafalso em que foi justigado, até que tudo pelo fogo seja reduzido a cinzas e a pó, que serão lançados ao mar, para que d'elle e sua memoria não haja mais noticia...

«E considerando-se que o mais conforme castigo é o de escurecer e desterrar, por todos os modos o nome e a recordação de tão enormes delinquentes, condemnam outrosim ao mesmo réu, não só nas penas de direito commum, para serem derribadas e picadas todas as suas armas e escudos em quaesquer logares em que se acharem postas, e as casas e edificios materiaes da sua habitação demolidos e arrazados, de sorte que d'elles não fique signal, sendo reduzidos a campos salgados; mas que tambem todas as casas, formaes ou vinculos per elle administrados, n'aquellas partes em que houverem sido constituidos em bens da corôa, ou que houverem sahido d'ella por qualquer maneira ou titulo que fosse, como por exemplo o foram os bens declarados nas doações da casa d'Aveiro, e os mais semelhantes, sejam confiscados e perdidos desde logo, com effectiva inversão e incorporação na mesma corôa, d'onde sahiram...»

«Pelo que pertence, porém, aos outros morgados constituidos com bens patrimoniaes dos instituidores que os fundaram, declaram que se deve observar em beneficio dos que n'elles houverem de succeder, o que se acha determinado pela Ordem do Liv. 5.º»

«Nas mesmas penas condemnam ao réu Francisco de Tavora, tambem cabeça da mesma conjuração, persuadido pela ré sua mulher.....»

«Mandam que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja, possa, da publicação d'esta em diante, usar do appellido de Tavora, sob pena de perdimento de todos os seus bens para o fisco e camara real e desnaturalisação d'estes reinos e senhores de Portugal, e perda de todos os privilegios que lhe pertenceram como naturaes d'elles.»

«Aos dois ferozes monstros, Antonio Alvares Fer-

reira e José Polycarpo d'Azevedo, que dispararam os sacrilegos tiros.....  
queimados vivos, bens confiscados, demolidas as casas em que moravam sendo proprias, em cujo caso serão tambem os terrenos salgados, etc., etc.»

«E porque o réu José Polycarpo se acha ausente, o hão por banido, e mandarão ás justicas de sua magestade que appellidem contra elle toda a terra (!!!) para ser preso, ou para que cada um o possa matar, não sendo seu inimigo, e, no caso em que seja apresentado nos dominios d'este reino, ao desembargador do paço, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, juiz da inconfidencia, mandarã gratificar á vista, a pessoa ou pessoas que o apresentarem, com premio de dez mil cruzados, ou de vinte mil cruzados, sendo apprehendido em paiz estrangeiro, além das despezas que na jornada se fizerem.»

Os réus Luiz Bernardo de Tavora, D. Jeronymo de Athayde, José Maria de Tavora, Braz José Romeiro, João Miguel e Manuel Alvares, foram condemnados nas mesmas penas dos antecedentes, e de mais a mais, além do perdimento de todos os seus bens para a real camara, diz a sentença:—«Ainda que sejam vinculos constituidos com bens da corôa, na fórma acima declarada, ou ainda de prasos, além da infancia em que hão por incursos seus filhos e netos.»

«Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em junta de janeiro de 1759, com a rubrica dos tres secretarios d'estado que presidiram e de mais seis desembargadores do paço.»

Foram, pois, em cumprimento d'esta sentença, arrasados todos os palacios dos fidalgos suppliciados e derrubadas e picadas as armas e todos os distinctivos heraldicos que n'elles se viam.

\*  
\* \* \*

Como já dissemos n'outro logar d'esta publicação, a camara e povo de Aveiro, em desprezo do duque, requereram ao rei que se mudasse o nome d'esta cidade, o que lhe foi concedido, ficando a chamar-se *Nova Bragança*; mas no reinado de D. Maria I, tornou a tomar o seu antigo nome, que ainda conserva.

Arrasado o palacio e muros da quinta e jardim do duque de Aveiro, se salgou todo este terreno, e n'elle se erigiu uma *memoria* para perpetuar o crime e o castigo d'elle.

E' uma columna cylindrica, de cinco metros de altura, terminada por uma chamma, em fórma de pyra, e cercada de cinco anneis, tambem de pedra, representando os cinco membros da familia de Avei-

ro, que entraram na conjuração. No plyntho da columna, que é quadrado, se lê ainda perfeitamente esta inscripção:

Aqui foram arrazadas e salgadas  
as casas de José Mascarenhas,  
exautorado das honras de duque  
d'Aveiro e outras,  
condemnado por sentença proferida  
na suprema junta de  
inconfidencia, em 12 de janeiro  
de 1759.

Justiçado como um dos chefes  
do barbaro e execrando desacato  
que na noite de 3 de setembro  
de 1758 se havia committido  
contra a real e sagrada pessoa de  
D. José I.

Neste terreno infame se não poderá  
edificar em tempo algum.

Este terreno *salgado*, ficou pertencendo á camara de Belem, e esteve deserto e abandonado — como chão infame — até ao reinado de D. Maria I e seu tio, D. Pedro III, em o qual a camara foi dando licenças para se edificarem casas no ambito condemnado. Ao presente, todo elle se acha occupado, melhor diriamos obstruido, por insignificantes casas e tabernas e por barracas indecentes, que escondem a *memoria*, que actualmente está com a frente virada para as trazeiras de um dos taes casebres, e d'elle distante apenas meio metro, o que torna incommoda a leitura da inscripção.

D. Maria I, logo depois do attentado, fez voto de erigir uma igreja, dedicada á Senhora do Livramento e S. José, em memoria e acção de graças por seu pae ter escapado d'esta cilada; devendo esta igreja ser edificada no proprio sitio onde foram disparados os tiros contra o rei, na calçada do Calvario ou do Galvão.

A este templo se chama vulgarmente *Igreja da Memoria*.

D. Maria, sendo ainda princeza do Brazil, deu principio ao cumprimento da promessa, em 1760, no mesmo anno em que casou, a 6 de junho, com seu tio o infante D. Pedro, depois III.

\*

\* \*

As armas da villa de Gouveia são as mesmas dos Silvas, adoptadas depois que D. Filippe IV fundou o Marquezado d'este titulo, em obsequio a D. Manrique da Silva, primeiro Marquez; isto é, em campo de prata um leão de purpura armado de azul.

Das 23 freguezias de que se compõe o concelho

de Gouveia, tornam-se dignas de menção as seguintes:

**ARCOZELLO DA SERRA.** — Notavel por se realizar ainda ali com as antigas usanças e grande esplendor uma procissão que faz parte das festas do orago, na qual figuram 15 *charolas* ou andores, e diversos grupos de figuras, que vão representando autos e scenas, tal como outr'ora era de uso em todas as procissões, participantes de sua parte de mascarada. Quem quizer conhecer a fundo este mesclado de piedade e comedia elucide-se com as descripções da procissão de *Corpus Christi*, em Lisboa, que era a que mettia maior numero de danças.

As de Arcozello costumam ser quatro: a das *donzellas*, composta de meninas que simulam moiras solicitando o baptismo a um anjo, que lhes serve de guia; a dos *marujos*, representando naufragos salvos pela protecção da Senhora; a dos *espingardeiros*, allusiva ás antigas dissensões com Castella, afirmando-se, bem entendido, o triumpho dos portuguezes; e a dos *pretos*, composta de rapazes mascarrados, que vão fazendo memices e dançando o fandango.

Estas danças representam uma especie de quadro mimico nas paragens ou estações.

A *procissão* atrae sempre grande concorrência de povo ao logar de Arcozello, que por ser situado em um valle bastante fertil proporciona agradavel passeio.

**FIGUEIRÓ DA SERRA.** — É uma pequena povoação em sitio aspero da serra da Estrella. Pertenceu por muito tempo a Lihares, mas em 1855 passou para o concelho de Gouveia. Teve por senhorio a ordem de Malta.

Em 1842, uma mulher, por nome Rosalia Lopes, d'esta freguezia, deu á luz um monstro de talhe e figura medonha. As descripções do aborto designam cabeça semelhante á do cão, dentes agudos como os de pescada, braços e pernas desconformes, que lembravam os locomotores de quadrupede desproporcionado. Nasceu vivo, com dentes e tudo, e morreu poucos minutos depois de nascido. Este caso deu muito que fallar na freguezia, onde causou funda sensação.

**MELLO.** — Em consequencia d'esta villa, que tambem faz parte do concelho de Gouveia, possuir brazão d'armas, faremos a sua descripção no logar competente.

**MOIMENTA DA SERRA.** — Notabilisa-se por ter sido berço do celebre Bento de Moura Portugal, que morreu nos carceres da Junqueira, preso «á ordem do Marquez de Pombal, por haver cusado defender os Tavoras e os padres da Companhia», cita um biographo. D'este notavel erudito diz Innocencio Francisco da Silva:

«Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, por alvará de 24 de março de 1750, cavalleiro professo na ordem de Christo, formado em direito pela Universidade de Coimbra, nasceu a 21 de março de 1702. Tendo via-

jado oito annos successivos em paizes estrangeiros, com o fim de instruir-se nas sciencias e artes, foi preso por suspeito de inconfidencia em 1760, e lançado no forte da Junqueira, onde occupou o carcere n.º 7, com os outros presos de estado, que ali permaneceram até ao fallecimento de el-rei D. José. No fim de seis annos de prisão, terminou seus dias a 27 de janeiro de 1766.

Escreveu *Inventos e varios planos de melhoramentos para este reino, etc.*»

O padre Theodoro de Almeida, no tomo VI da *Recreação Philosophica*, falla de Bento de Moura com grande elogio, referindo-se á sua engenhosa explicação da theoria das marés, segundo o systema de Newton. O que se não diz no *Diccionario Bibliographico*, mas pôde ver-se tanto na biographia d'este erudito filho de Moimenta, no *Panorama*, 1842, e nas *Mara-vilhas do genio do homem* (Amadée de Bast) nota suplementar ao cap. 23.º, é a maneira como Bento de Moura Portugal conseguiu produzir não só aquellas obras como outras muitas memorias que se perderam. No forte da Junqueira era vedado aos presos escrever; elle, porém, logrou fazer tinta de ferrugem diluida em agua, e penna d'um osso d'ave. Conseguiu tambem abrir o seu carcere e os de seus infelizes companheiros, para no silencio da noite se lenitivarem das agruras do captiveiro no convivio amargo de tão tristes sessões.

NESPEREIRA.—Em 1874 deu-se aqui uma série de desgraças, que a não serem por assim dizer dos nossos dias se tomariam á conta de fabula. Tinham ficado só em casa dois filhos d'uma pobre gente, um de 5, outro de 3 annos. O mais velho assistiu á castração de um cevado e foi em seguida reproduzir a operação no irmãosito, que morreu logo. A mãe, ao regressar a casa, vibra tal sacholada á cabeça do fraticida que o deixou tambem sem vida. Sendo presa é a seu turno morta entre a escolta, ás foiçadas, pelo marido, que em seguida se lançou no rio Alva, onde pereceu.

PASSOS DA SERRA.—E' patria do valente militar Antonio de Padua da Costa e Almeida, visconde de Tavira, que ali nasceu a 17 de março de 1790. Fez toda a campanha peninsular, sendo ferido gravemente na batalha de Salamanca, na retirada de Burgos e no assalto da praça de S. Sebastião; e depois a campanha da liberdade, a que prestou relevantes serviços.

## IDANHA-A-NOVA

Para a esta villa que nos deveriamos referir de preferencia; entretanto, a desgraça e a vellez merecem o mais fundo respeito, mórmente quando lhe andam annexas importantes tradições historicas.

Será, pois, de Idanha-a-Velha que trataremos em primeiro logar.

Quem dirá, vendo hoje esta simples freguezia do concelho de Idanha-a-Nova, que ella foi uma das mais importantes cidades da antiga Lusitania?

Tão consideravel e importante que teve a prerogativa de cabeça de bispado, do qual se fez o actual bispado da Guarda, chamado egitanense, em memoria de *Egitania*, nome porque era conhecida Idanha-a-Velha, nos seus tempos aureos.

Ha nações e cidades votadas como os individuos ao ostracismo da ventura; inuteis se tornam quantos esforços sejam empregados a promover-lhes o bem-estar, porque fatalmente hão de cumprir seu fadario; os dias de ventura servem apenas de assignalar-lhes novos periodos de decadencia.

O bispado egitanense era um dos maiores da Lusitania. No concilio XI, de Toledo, reunido em 675, foi-lhe assignalada uma área de 40 leguas de comprimento e 20 de largo, e a cathedral era esse vetusto templo, actual matriz da pequenissima aldeia, a que por uma especie de commiseração se dá ainda o titulo de villa.

Vejamol-a no seu estado prospero, e notemos as causas da decadencia.

Dizia o padre Antonio Vieira descrevendo a guerra, que é aquella calamidade composta de todas as calamidades, contra a qual nem Deus nos templos e sacrarior está seguro. Assim é, e ainda bem que vemos tender todos os esforços humanos a pôr ponto nas luctas, quer civis, quer internacionaes.

Os vaivens das guerras, as invasões successivas, similhantes á onda revolta da inundação, tantas vezes destruíram a antiga cidade que a superstição entendeu ser aquella uma terra maldita, e todos foram fugindo d'ella, não logrando mesmo as penas impostas aos proprietarios de bens ali situados alcançar a repovoação da cidade.

Se não houvera provas de todas as especies da antiga grandeza pareceria um sonho chorographico o que d'ella consta, em vista do estado em que hoje se acha.

*Egitania* consta haver sido fundada pelos turdulos, 500 annos antes da vinda de Jesus Christo. Alguns escriptores lhe dão tambem o nome de *Hircania*, e ainda outros lhe chamam *Citania*, sendo difficilimo descortinar hoje se existiam duas cidades visinhas, ou se houve apenas confusão de nomes. Não era, contudo, nenhum d'estes nominativos o que pertencia á cidade antes da invasão da provincia pelos soldados dos imperadores, porquanto os romanos, depois de a haverem destruido varias vezes durante a lucta com os independentes e valorosos filhos dos Herminios, lhe deram o nome de *Igaedita Egitania* ou *Egiditania*, o que se realisou pelos annos 30 antes de Christo.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.ª SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza - Rua do Terreirinho,  
17, 1.ª - Lisboa.

NUM.º 30

## IDANHA-A-NOVA

(Concluido do n.º antecedente)

Concederam-lhe n'essa epoca os romanos grandes honras e proeminencias, e entre estas a de municipio do antigo direito latino. Era então uma das mais nobres, vastas e opulentas cidades da Lusitania.

Diz-se, mas sem verosimilhança, que os egitanenses foram convertidos ao christianismo por S. Paulo, no anno 64.

Os povos barbaros que anniquilaram o poder romano tambem fizeram sentir a *Egitania* a influencia exercida sobre os destinos da Europa. Em 420 cahiram sobre ella os suevos e a destruíram. Os godos, porém, a reedificaram, e em 534 foi elevada a cidade episcopal. Até 715, em que os arabes invadiram a peninsula, contam-se-lhe nove bispos: Pamerio, Audencio, Adorico, Licerio, Metensio, Armenio, Selva, Moncfouso e Aregesindo. N'este anno de 715 foi reduzida a um montão de cinzas e ruínas pelas invasores.

O bom rei Wamba, que os nobres godos foram arrancar á vida agraria para sentar no throno peninsular, nasceu, segundo todas as probabilidades, n'esta importante cidade lusitana.

Reinou apenas dez annos floresentissimos, ao fim dos quaes abdicou voluntariamente, cortando n'essa occasião os cabellos, o que constituia impedimento para subir ao throno, segundo a lei gôda, afim de tirar toda a ideia de o chamar ao governo; recolheu-se a um convento, onde morreu com fama de santidade.

Foi o successor de Wamba quem fez a primeira cinta de muralhas que teve *Egitania*, das quaes não resta porém o menor vestigio.

Reconstruíram os arabes a cidade e como á pronuncia guttural se difficiliasse a prosodia do nome lhe ficaram chamando *Eydaia* e d'ahi veiu Idanha.

As continuas guerras entre mouros e christãos

trouxeram a cidade em constantes alternativas, ora destruida, ora reedificada, de maneira que no tempo de D. Affonso I estava deserta. Doada aos templarios estes a fortificaram, mas ainda a sorte continuou adversa, pois que os mouros apoderaram-se d'ella e destruíram o castello e muralhas, obra de D. Gualdim Paes.

D. Sancho I resgatou-a, mas tornou a vê-la destruida pelos mouros, que d'esta vez nem sequer quizeram demorar-se e a abandonaram. D. Sancho II reedificou-a em 1229, mas em 1240 era ainda todo o territorio de Idanha, de *fogo morto*, pelo que, em 10 de março d'este ultimo anno, mandou o rei *que fosse todo povoado até ao ultimo dia do proximo maio, sob pena de perderem o que seu fosse, os que não viessem povoar.*

Parece que depois de 715 os bispos não mais tiveram residencia em Idanha, mas sim em Penamacôr. D. Sancho II, vendo que a despeito de seus esforços não conseguia tornar a levantar a cidade á perdida grandeza, obteve a mudança para Guarda, da sêde do bispado, o que o papa concedeu com a condição de que a igreja continuaria a denominar-se Egitanense.

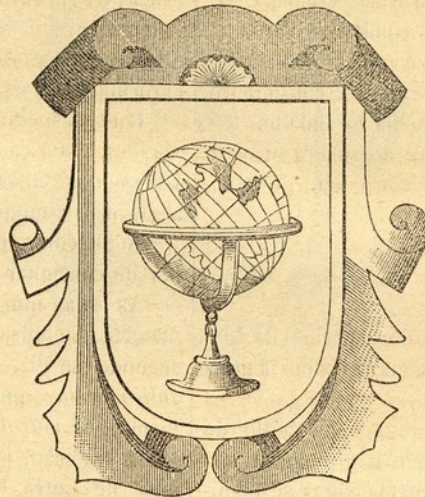
Um bispo d'esta diocese, D. Martinho Paes, levantou armas contra o de Vizeu, para reaver algumas fregue-

zias, que aquelle lhe usurpára. O bispado era suffraganeo de Merida e depois de Compostella e só no tempo de D. João I esta sujeição passou ao patriarchado de Lisboa, a instancias do monarcha.

Hoje Idanha-a-Velha é uma triste aldeia, possuindo por unica riqueza os vestigios archeologicos da passada grandeza. Em 1510 ainda tinha importancia bastante, para D. Manuel lhe conceder, como concedeu, foral novo.

Contribuiu tambem bastante para que Idanha-a-Velha cahisse em completa decadencia a edificação de Idanha-a-Nova, a pequena distancia, que não excede a 2 leguas e meia.

Foi D. Gualdim Paes que em 1187 aproveitou a



Brazão d'armas de Idanha-a-Nova

mais favorável situação topographica para construir uma povoação muralhada e com seu castello sobre um cerro aspero e bastante alto, dominante do terreno adjacente. E' de crêr que os habitantes da antiga *Egitania* preferissem ir acotitar-se aos muros do castello que á sua desmantellada cidade, e assim dessem logar ao referido desenvolvimento da povoação, que em 1206 já é por D. Sancho II classificada villa, no acto de doação aos templários, acto confirmado por D. Affonso II em 1218, sendo este o primeiro documento em que a velha cidade apparece tambem com a classificação de villa. D. Manuel deu-lhe foral no 1.º de junho de 1510.

Não deixaram os mouros de investir com Idanha-a-Nova, assim chamada em memoria da sua illustre e empobrecida vizinha; nunca porém lograram apoderar-se d'ella, circumstancia que tambem deve ter concorrido para a preferencia que os povos lhe dispensaram.

De Idanha-a-Nova e seu territorio fórma uma como que pequena península o rio Ponsul, sobre o qual tem algumas pontes, sendo uma antiga e formosa.

Foi commendador de Idanha e da Azinhaga, D. Rodrigo de Menezes, da casa dos condes de Tarouca.

Possue misericordia, hospital e uma escolhida bibliotheca, offerta do benemerito cidadão, conselheiro José Silvestre Ribeiro, filho d'aquella localidade.

O brazão de armas da villa é a esphera armilar de D. Manuel, que foi quem lh'o concedeu.

\*

\* \*

Com respeito ás freguezias do concelho de Idanha-a-Nova, só nas que seguem encontramos alguns factos dignos de menção:

*Penha Garcia* é povoação antiga e foi couto do reino, privilegio que consistia em não poderem ser presos os criminosos que em certas villas se homisiassem. Teve castello, hoje desmantellado e obra de D. Diniz em 1300; está situada em um alto degrau da serra da Gardunha; teve foraes, do mestre de S. Thiago, em 31 de outubro de 1256, e de D. Manuel, em 1 de junho de 1510. Está decadente.

*Proença-a-Velha*, povoação muito antiga, pelo menos coeva dos godos; é formosa. D. Sancho lhe deu o primeiro foral e D. Manuel o renovou, e ambos lhe concederam grandes privilegios e isenções.

*Rosmaninhal* foi villa e cabeça de concelho; nas cercanias houve minas de ouro, ou as ha ainda, mas que não vale a pena exploral-as. Foi praça de armas com seu castello e muralhas, e na guerra dos 27 annos atacaram-n'a varias vezes os castelhanos. Das fortificações só restam hoje muros desmantellados.

*Salvaterra do Extremo*, foi assim chamada por estar situada na margem direita do rio Elgas, que a

separa de Hespanha. Foi concelho supprimido por decreto de 24 de outubro de 1853. D. Diniz fortificou a e dotou-a com forte castello e boas muralhas, hoje desmantelladas. Em 24 de junho de 1810 os portuguezes n'este logar bateram as tropas de Massena n'um pequeno combate.

Os campos de Salvaterra do Extremo são férteis. Tem sido visitados varias vezes por grandes cardumes de gafanhotos, como em 1610, que alteraram a limpidez da luz solar; em 1876, que foi necessario empregar 200 praças do exercito na perseguição dos terribes acrysios; e em 1877, em que só em tres dias foram apanhados 7:732 kilogrammas.

## JUROMENHA

Junto á margem direita do Guadiana, sobre um rochedo escarpado para o lado do rio e guarnecido em torno com obras de fortificação, está situada a villa de Juromenha, que é uma das nossas praças d'armas da fronteira do Alemtejo. Conta hoje, — que perdeu a antiga autonomia, tornando-se uma das freguezias do concelho de Alandroal, — uma só parochia, cujo orago é Nossa Senhora do Loreto.

Com respeito á fundação da villa são diversas as versões historicas; uns a attribuem aos gallos-celtas, 40 seculos antes de Christo, outros lhe assignalam ainda mais remota origem.

Registemos, porém, os factos provados, sem deixar de consignar as referencias da tradição.

As suas muralhas são obra dos romanos e foram mandadas edificar pelo famoso Julio Cesar, o qual, segundo se diz, por esse tempo lhe deu o nome de *Julii-moenia*, que tem sido traduzido pouco sensatamente por *muralhas de Julio* ou *jurisdicção de Julio*.

A tradição, porém, liga e faz depender o nome da villa de outra lenda mais poetica, posto que talvez não seja mais verdadeira. Diz essa lenda que em tempo dos godos um nobre senhor d'aquella raça possuia ali uma forte torre, e querendo espoliar sua irmã, uma donzella, por nome Megnia ou Menha, dos bens que colhera em herança, ou, segundo outros, apaixonado por ella e querendo obrigar-a a ceder ao seu incestuoso amor, a captivára, encerrando-a na referida torre. A donzella, porém, sustentava sempre a sua firme resolução, dizendo: *Jura Menha que não*.

Pôde ser que assim seja, mas parece-nos que a tradição, pelo menos na parte em que faz depender d'esta phrase o nome da villa, tem todos os visos de apocrypha, e chamal-a assim é ainda fazer-lhe grande favor.

Entretanto devemos notar que uma das torres do castello conserva o nome de Torre de Menha, e diz-se que ali estivera presa a tal donzella.

As noções historicas incontestaveis são as seguintes :

No tempo de D. Affonso I occupavam-na os mouros, a quem aquelle monarcha a tomou em 1167; seu filho D. Sancho fez doação d'ella a D. Gonçalo Viegas, filho do heroico D. Egas Moniz.

Não foi de mão beijada que os lusitanos, então já chamados portugalsis, de que se fez afinal portuguezes, pozeram fóra os mouros do territorio peninsular, que occupavam havia perto de quatro seculos. O territorio do novo reino ora era libertado do poder d'elles, ora de novo lhes estava na posse, e assim em 1242 nós vemos nos muros e atalaias de Juromenha mais uma vez soltar se ao vento o pendão da meia lua, o estandarte verde do propheta, que tanta e tão fanatica influencia exerce sobre os musulmanos.

Não eram, porém, os portuguezes d'aquella epoca gente para soffrer impunes desfeitas, como attestam todas as chronicas e ainda mais eloquentemente as notas chronologicas das reconquistas.

D. Paio Peres Correia, um dos nossos lendarios batalhadores, sahio um dia á frente da horda dos seus soldados, que traziam no hombro a cruz de Aviz, e ceifando cabeças de mouros—no dizer do chronicista—como o cegador no campo enfeixa espigas, deu uma das mais severas lições que recebeu d'elle a moirama, rehavendo para a christandade a praça referida, que nunca mais viu em seus muros tremular outro pendão que não fosse o das quinas, excepto nos lamentosos sessenta annos de dominio estrangeiro, em que o leão de Castella substituiu as chagas e os castellos adeptalos em Ourique.

Reedificou D. Diniz a villa, augmentando-a e concedendo-lhe varios privilegios em 1312; completou o castello, cujos fundamentos haviam sido lançados pelos romanos, e que comprehende dezete torres, sendo a principal a de menagem, muito alta e fortemente construida.

Deram foraes a Juromenha: D. Diniz, em 1312; D. João II, em 1492; e D. Manuel, em 1512.

N'estes foraes se consignava o privilegio de não poderem os seus moradores ser presos sem pronuncia, ou, como diz Vilhena Barbosa, de não poderem os presos ser mudados para outra cadeia, fóra da villa, estando presos, sem que os tribunaes pronunciassem sentença final. A primeira parte era já do fóro romano.

E' abundante o termo de Juromenha, tanto que se costuma dizer que é «boa de trigo e melhor de lenha».

No tempo das luctas com Castella foi varias vezes acommettida, defendendo-se sempre com honra e brio.

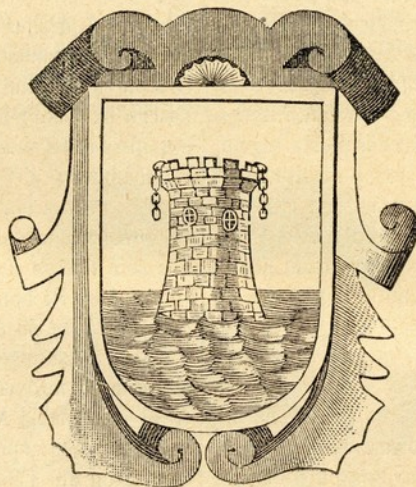
Em 19 de janeiro de 1639, estando de guarnição a esta praça os estudantes da universidade de Evora, commandados pelo padre Francisco Soares, o *Lusitano*, e aquartellados em umas casas situadas sobre o armazem da polvora, por acaso ou por traição incendiou-se esta, indo pelos ares as casas e todos quantos n'ellas habitavam, o que horrorisou o povo da villa e contristou todo o reino, pelos muitos e esperançosos mancebos e seu heroico chefe, que assim morreram tão desgraçadamente.

O ultimo visconde de Juromenha era um erudito. Ninguem diria ao ver nos ultimos annos aquelle velho de rosto sempre risonho e alegre, cabellos completamente alvos, pequenino, mas esperto e vivo, que residia n'elle uma verdadeira bibliotheca. Foi o primeiro compilador e o mais sensato annotador das obras de Camões, que hoje constituem, as da sua edição, uma preciosidade litteraria.

Finou se ha poucos annos, tendo prestado relevantissimos serviços litterarios ao paiz.

O brazão d'armas de Juromenha consiste em um escudo de prata com seu castello, cercado de agua, de todos os lados, pendendo de suas ameias dois grilhões, um á direita, outro á esquerda.

Diz-se geralmente que os grilhões são allusivos ao uso dos romanos de prenderem e executar n'aquella praça os reus de delictos graves; outros attribuem aos grilhões o symbolo da força, e ainda ha mais versões.



Brazão d'armas de Juromenha

## LAGOS

A cidade de Lagos está situada á beira de uma formidavel bahia, em terreno fertilissimo, com bom porto defendido por duas fortalezas.

Sendo concordes todos os auctores em que é cidade antiquissima, divergem, contudo, relativamente á epoca da fundação. pois uns a attribuem a Brigo IV, rei de Hespanha, pelo anno de 1899 antes de Christo, outros dizem que os gallos-celtas lhe lançaram os fundamentos, apenas 400 annos antes de Jesus Christo,

e ainda outros querem que a sua fundação tivesse começo logo depois do dilúvio.

Sem nos determos em indagações sobre tão difficeis pontos, diremos que foi conhecida dos antigos pelo nome de *Lacobriga*, de que os romanos fizeram *Lacobrica*, chamando-lhe os arabes *Zawaia*, de que de approximação de pronuncia deriva o nome porque é hoje conhecida.

Não era precisamente *Lacobrica* situada no mesmo lugar onde hoje se encontra Lagos, mas a 1:500 metros mais para o interior, tendo esta mudança logar abí pelos annos 330 antes de Christo, pelo motivo de estar a antiga cidade arruinada. O reedificador foi Boodes, capitão cartaginéz, que, com os lusitanos, ou cuneos, pois estes eram os habitantes da região, manteve paz e amizade.

O consul romano Quinto Cecilio Metelo poz-lhe apertado cêreo com um numeroso exercito, no anno 76 antes de Christo; porém, sendo soccorrida por Sertorio, que então dominava na península, foram os romanos desbaratados e postos em fuga.

Já que fallamos de Sertorio, digâmos algumas palavras a respeito d'este heroe, que por tanto tempo sustentou e manteve a independencia d'esta região, contribuindo então para os progressos civilisadores.

Quinto Sertorio, general romano, nasceu em Numia, na Sabina, pelos annos 121 antes da nossa era, e foi morto no anno 73, contando 38 annos de idade, victima da inveja do grande renome conquistado, do despeito de Roma, que não lograra triumphar d'elle, e da felonía dos seus subalternos, que o assassinaram n'um lanquete.

Veu pela primeira vez á península ibérica no anno 97, (depois de haver debutado na vida publica, seguindo a carreira do fôro, de que passou á das armas), como tribuno militar, tendo tomado o partido de Mario contra Sylla, quando este recuperou o poder, foi convidado pelos lusitanos para commandar a insurreição, o que aceitou, voltando então á Hespanha, onde derrotou successivamente varios generaes romanos, e entre elles e por mais de uma vez o immortal Pompeu, sendo afinal assassinado n'um banquete.

Plutarcho disse d'este illustre capitão que não era accessivel nem á voluptuosidade nem ao temor; intrepido nos perigos e moderado na prosperidade, nenhum outro capitão do seu tempo o excedeu em audacia.

Sertorio foi proclamado o mais habil general da sua epoca e o homem mais versado na arte da guerra. Dividira elle o seu imperio em duas provincias distinctas, a Betica, que tinha Osma por capital, e a Lusitania, cuja capital era Evora, residencia predilecta do famoso general.

N'este tempo era *Lacobriga* uma grade, forte e florescente cidade, pela sua industria, agricultura e

commercio, e sobretudo por grandes pescarias. Fazia uma grande feira, concorrida por gente de varias nações, que a tornou celebre e riquissima.

Depois da morte de Sertorio até á invasão dos arabes, Lagos ou *Lacobrica* foi repetidas vezes assediada e tomada, destruida e reedificada, indo assim perdendo a antiga opulencia e riqueza, até que em 716 cahiu no poder dos mouros, que a conservaram por mais de quatro seculos.

Foi D. Sancho I que a libertou do dominio dos infieis, em 1190, mas por pouco tempo, porque os arabes se apossaram d'ella novamente, sendo d'ali expulsos por D. Affonso de Castella, em 1253, quando porém a destruição e ruina era tão completa que na carta de doação feita por aquelle rei a D. frei Roberto, bispo de Silves, é designada como aldeia, vindo a ter a classificação de villa só em tempo de D. Pedro I, que por carta de 5 de janeiro de 1361 lhe deu essa jurisdicção, concedendo-lhe alguns privilegios e isenções, sendo um d'elles poderem seus habitantes usar armas defezas por todo o reino. D. João I isentou-os de rondarem, velarem e servirem por corpos no exercito; D. João II o de não serem vendidos por dividas os seus bens de raiz, mas pagarem pelos rendimentos; e D. Manuel, que sendo escudeiros de Lagos, presos por crime, fossem tratados como cavalleiros e não podessem ser açoitados nem degredados com barão e pregão.

D. João III honrou Lagos com o titulo de *notavel*, por alvará de 25 de agosto de 1533, e D. Sebastião a elevou á cathogoria de cidade quando reuniu na sua bahia a formidavel frota que o acompanhou á desastrosa jornada de Africa. Por este rei foi tambem Lagos declarada capital do Algarve, em 1577, honra que conservou até 1755, epoca em que foi transferida para Faro.

A rasão de tantos favores e o principal motivo do renascimento de Lagos foi haver tomado importante parte nas empresas maritimas do infante D. Henrique, tendo fornecido esses arrojados tripulantes dos galeões e caravelas, que realisando tão importantes navegações, descobertas e conquistas deram origem a que o pequeno Portugal occupe um logar valiosissimo na historia da civilisação. Aqui se venderam os primeiros escravos negros que vieram a Portugal.

As fortificações de Lagos são obra de D. Diniz, e a ultima cêrea de muros mandou-lh'a pôr Fernão Telles de Menezes, primeiro governador do Algarve, que se seguiu aos fronteiros-môres. As muralhas são altas e tem nove baluartes para o rio, com oito portas, sendo quatro d'este lado e as outras quatro para a terra.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.ª SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 16000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terroirinho,  
17, 1.º—Lisboa.

NUM.º 31

## LAGOS

(Concluido do n.º antecedente)

E' notavel de singeleza a maneira como se correspondeu em Lagos á patriotica revolução do 1.º de dezembro de 1640. Governava a praça Henrique Correia da Silva. No dia 11 dezembro de 1640 fez reunir na igreja da Misericordia todos os corpos constituidos, e, ouvida a missa, leu-lhes a carta do governo provisorio de Lisboa, terminando com o grito *Viva D. João IV*, repetido por todos com verdadeira embriaguez de jubilo. Tão pouco era esperado este movimento que o marquez de Ayamonte mandou perguntar ingenuamente a Henrique Correia se carecia de gente para manter o Algarve fiel a D. Filippe, ao que aquelle respondeu, com fino motejo, que «não, porque todo o Algarve já reconhecera por seu rei a D. João».

O terramoto de 1755 causou estragos medonhos em Lagos, sendo esta cidade a que mais padeceu com esse cataclismo, depois da de Lisboa. A igreja matriz desmoronou-se quando cheia de gente que pedia misericordia; igualmente ficaram em ruina completa a casa da camara, o castello, a torre do relógio, o convento das Trinas, onde morreram 11 freiras e 11 criadas, e o da Trindade e S. João de Deus, etc. O mar galgou as muralhas, derrocando uma parte d'ellas, elevando-se á altura de 11 metros, e entrou tres kilometros pela terra dentro, destruindo uma formosa ponte que hoje se acha reparada, a capella de S. João Baptista, edificação do seculo XII, a de S. Roque e a fortaleza do Penhão. O numero de mortos elevou-se a mais de 200.

Nota-se em Lagos um phenomeno: o mar vae conquistando lentamente terreno na bahia; navega-se hoje francamente em sitios onde outr'ora era terreno secco.

Nos fins do seculo XVII houve na altura de Lagos uma batalha naval, entre a esquadra franceza, com-

mandada por Tourville, e a ingleza e hollandeza, sob o commando do almirante Rooke, que retirou. Depois do terramoto repetiu-se o facto, sendo então belligerantes francezes e inglezes; tendo estes commettido o attentado de queimarem alguns navios dos contrarios, nas aguas portuguezas, o que deu logar á famosa reclamação do marquez de Pombal, que obrigou a orgulhosa Inglaterra a dar satisfação a Portugal.

Em 1833 tambem se feriu na visinhança de Lagos (Cabo de S. Vicente), a batalha naval entre liberaes e realistas, que tão notavel influencia teve para o triumpho da causa constitucional.

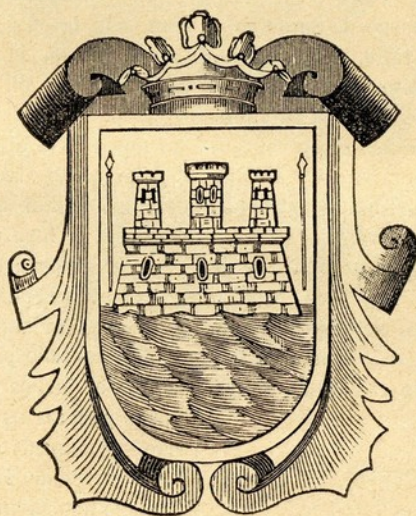
A misericordia de Lagos foi fundada pelo arcebispo de Gôa, D. Gaspar de Leão, em 1498; na sua igreja está hoje a sêde parochial de Santa Maria de Assumpção.

O abastecimento de aguas faz-se por um aqueducto de alvenaria, hoje em mau estado, de 4:555 metros de extensão, começado em 1490 e terminado em 1522. A agua não é da melhor qualidade.

Entre os varões illustres que tiveram berço em Lagos são dignos de menção: Gil Eannes, que tão importante papel occupou nos empreendimentos do infante D. Henrique, que instigou e dirigiu diversas excursões com filhos de Lagos aos *mares nunca d'antes navegados* de estranho

ou proprio lenho. Gil Eannes nasceu pelos annos de 1400. Era um dos mais illustres navegadores portuguezes. Em 1434, animado pelos conselhos e promessas do infante D. Henrique, foi o heroe que primeiro *quebrou o encanto* que feclhava o Oceano aos navegantes, ultrapassando o limite fatidico, imposto pela ignorancia e pela superstição, ás expedições dos europeus. Gil Eannes passou emfim além do Cabo de Não e foi até ao Cabo Bojador. Viu que o mar ainda do outro lado do Cabo era como o de Portugal, cahiram por terra todos os horrores que se diziam d'este medonho Oceano.

Em 1435 voltou Gil Eannes, acompanhado por Afonso Gonçalves Baldaya, a proseguir as explorações;



Brazão d'armas de Lagos

e depois foi commandando um navi na oexpedição *Lançarote*. A sua fama era tamanha que todos queriam levar consigo o venturoso piloto.

Se o nome e a fama parecem pequenos ao lado de Vasco da Gama, é certo que sem a façanha do célebre e intrepido piloto nunca se realisaria o grande feito da circumnavegação da Africa. Gil Eannes foi o precursor de Vasco da Gama. Ignora-se o anno certo do seu nascimento, assim como o da sua morte. Nem mesmo se sabe se é na terra, se no mar que as suas cinzas foram depositadas. E' provavel que morresse na obscuridade e na indigencia, como Camões!

S. Gonçalo foi canonizado pelo Papa Pio VI, em 1780. Era grande prégador, e de tanta virtude e intelligencia que foi amado de todos. Morreu em Torres Vedras, onde jaz sepultado no seu convento, a 15 de outubro de 1422. Os torrejanos o elegeram por seu padroeiro.

Antonio José de Lima Leitão, notavel medico e publicista. Foi membro de varias corporações scientificas de Portugal, Brazil França, e Hespanha. Nasceu a 17 de novembro de 1787, e morreu em Lisboa, a 8 de novembro de 1856.

D. Gaspar de Leão, que foi conego da Sé de Evora. Feito arcebispo de Gôa, em 1559, e recusando, D. Sebastião pediu ao papa um *breve* que o obrigou a acceitar, partindo de Lisboa a 20 de abril de 1560. Renunciando a sua dignidade, recolheu-se ao convento dos franciscanos dos paços de Dauguim, a 2 kilometros de Gôa. Foi um prelado illustrado e exemplar. Morreu em Gôa, a 19 de agosto de 1568.

Gaspar dos Reis, era um célebre professor de musica.

O brazão de armas de Lagos compõe-se de um escudo corôado, e n'elle uma fortaleza com tres torres, banhada pelo mar, e tendo de cada lado do castello uma lança ao alto.

## LAMEGO

Lamego—a moderna—está situada em logar baixo, nas faldas do monte Penude, continuação das serranias da Estrella.

A ancianidade de Lamego é incontestavel, porém, como de todas as cidades e villas antigas, são encontradas as versões sobre qual a data da fundação e o fundador. Ha quem a attribua aos gregos, outros aos godos e gallos-celtas.

Ha tambem quem opine que a Lamego moderna não corresponde topographicamente á antiga, dizendo alguns que era no logar onde hoje se acham as freguezias de Queimada e Queimadella, passando para a actual posição depois dos romanos a haverem destruido, como adiante narramos.

E' certo que, sob o dominio de Trajano, era *Lameca* ou *Lama*, uma cidade ou povoação consideravel, visto que, tendo-se rebellado contra o imperador, em razão das vexações e violencias commettidas pelos cobradores de tributos e rendas, a castigar esta rebelião, pelos annos 100 de Jesus Christo, mandou Trajano quatorze legiões que destruíram e incendiaram a cidade.

Pouco tempo depois, o mesmo imperador ordenou a reconstrucção que se fez no sitio do Castello e cerca antiga.

Decabido o imperio romano, e assenhoreando-se os barbaros dos estados que lhe haviam pertencido, foi Lamego occupada pelos suevos, e fez parte do pequeno reino suevo, cuja séde era em Braga; foi então elevada a cidade episcopal, honra que faz vêr quanta era a importancia d'ella.

Durante dois seculos esteve quasi tranquilla a península, mas a invasão dos arabes, atrahidos pela felonía do conde Julião, a queda da monarchia gôda, na famosa batalha de Guadalete, annunciaram largos dias de provação.

Não resistiu Lamego aos serracenos. Os habitantes, com seu bispo á frente, abandonaram a cidade aos infieis e foram juntar-se a Pelayo, que havia de ser o restaurador do imperio christão, na península, e o fundador de um dos mais notaveis dos novos reinos, em que veio a dividir-se a Hespanha,—o de Leão.

Enquanto viveram nas montanhas, cinco prelados desempenharam a missão de pastorear o rebanho lamecense. A fuga dos habitantes fez com que os mouros respeitassem tudo quanto existia na cidade, e d'ella fizeram a capital de um dos seus pequenos reinos, e lhe deram importante incremento, visto que pouco tempo passado já era outra vez florescente, e devemos fazer justiça aos mouros n'este ponto; se as continuas guerras os não perturbassem, elles enriqueceriam a península com obras de arte e industrias.

D. Ordonho II, rei de Portugal e Galliza, tomou Lamego aos mouros, em 910. Almançor, rei de Cordova, a tornou a conquistar, em 985.

D. Fernando Magno e Ruy Dias de Bivar, o *Cid Campeador*, o maior heroe da velha Hespanha, em 1737, a tomaram novamente, deixando, porém, na posse d'ella, como tributario de Castilla, o wali ou caudilho meuro Zadan-Iben, que a governava.

A este succedeu Echa Martim, que continuou a pagar o tributo até ao tempo de D. Affonso VI; mas tendo este dado Portugal a sua filha D. Thereza e ao conde D. Henrique, Echa não só se recusou a pagar-lhe tributo, mas ainda invadiu, talou e saqueou as suas terras; pelo que D. Henrique e o grande Egas Moniz, correndo em auxilio dos portuguezes, apanhou Echa, sua mulher Ayxa Ansora, suas outras mulheres, exercito, grandes e ricos despojos e muitos captivos christãos, no valle de Arouca, e os derre-

tou, ficando prisioneiros os poucos que escaparam da morte. Echa e sua mulher ficaram captivos; mas o conde não bem os tratou, que elles se fizeram christãos; pelo que D. Henrique os fez senhores da cidade de Lamego e seu termo *como Echa sempre a teve de herança dos mouros seus antepassados que ali reinaram*. Isto por escriptura authentica, feita em Guimarães, aos 13 de novembro da era de 1140 (24 de novembro de 1102). *Chronica de Cister*, tom. 1.º, livro 5.º, cap. 1.º, pag. 559.

Não tendo Echa Martin outro filho além de João Martins, que foi padre e morreu deão da Sé de Lamego, veio, portanto, esta cidade e seu termo a pertencer totalmente a D. Affonso I.

Por muito tempo o anjo da guerra adejou por sobre a cidade, que por diversas vezes foi destruida, saqueada, reedificada e povoada; a expulsão dos mouros para o sul, e as pazes com os visiuhos deixaram prosperar Lamego que nos seculos XIV e XV se tornou um dos mais activos centros commerciaes da península, havendo até uma feira annual a que concorriam os mouros de Granada, com fazendas e especiarias do Oriente, de que se abastecia a maior parte do reino.

Dois grandes e importantes sucessos fizeram mudar completamente a face das coisas para aquella região: foram a conquista de Granada, que lançou fóra da península os ultimos mouros, levando comsigo a industria e animo commercial; e a descoberta do caminho para a India, que enriqueceu Portugal, immortalizou o Gama, e acabou com todo o commercio de Lamego, porque todas as atenções se voltaram para as novas regiões, onde as pedras preciosas se encontravam a montes a cada passo, como diziam os chronistas de saudosos tempos.

Mais tarde a dominação castelhana obedecendo ao principio de Machiavello—*dividir para reinar*—começou por nos enfraquecer por todas as fórmulas, abalou Lamego como todas as outras cidades e villas onde ainda se fazia algum escasso commercio; seguiu-se a restauração com os seus 27 annos de luctas com a Hespanha, que se nos rendia muito em gloria prejudicava consideravelmente todo o paiz em cabedaes.

Entretanto data d'esta época o renascimento de Lamego, que, sob o reinado de D. João V, e ainda mais sob o de D. José I, graças á protecção concedi-

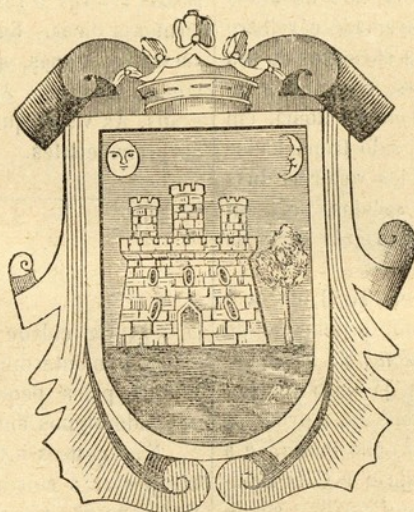
da á cultura e commercio de vinhos do alto Douro, viu surgir-lhe uma nova quadra de florescencia.

Não estava, porém, esgotada a somma dos revezes que lhe eram destinados. A invasão franceza fez consideraveis estragos por todo aquelle districto, e a defeza do reino, obrigando todos os homens válidos a tomar armas, enfraqueceram novamente a cidade e seu districto, que ainda soffreu novas calamidades desde 1820 até 1834, com as successivas luctas entre liberaes e realistas e continuas correrias d'uns após outros, por essas provincias fóra.

Hoje Lamego é rica, florescente, civilizada, e considerada. Tem diante de si larguissimo futuro se principalmente se tornarem effectivos os projectos de protecção ás industrias agricolas; o seu commercio é consideravel, expedindo para todo o paiz carnes secas, vinhos especiaes, azeite, linho, etc.

Os edíficios mais notaveis, e que ninguem deve deixar de visitar em Lamego, são:—o castello, soberbo monumento das eras guerreiras de Portugal, ainda que algum tanto damnificado; a torre de menagem domina toda a cidade, tem sete portas. Andam-lhe annexas muitas anedotas.

A igreja de Almacave, assim chamada, dizem nos por ser este o nome do arabe que a fundara, consagrando-a ao culto de Mafoma, é talvez o edificio mais antigo que existe em Portugal, pois é tambem opinião d'outros escriptores que fóra fundada pelos saevos e servira de cathedral, na primeira instituição



Brazão d'armas de Lamego

da diocese lamecense, enquanto duraram as monarchias sueva e góla. Passou depois a mesquita arabe, e só depois de D. Henrique haver conquistado a cidade, foi purificada e consagrada ao culto catholico. A mesquinhez architectonica não se conforma com a opinião de ser fundação arabe, pois os mouros eram magnificos e pomposos nas obras d'arte; deve ser effectivamente de data mais antiga. Annexa a este templo anda tradição de se terem realisado ali as celebres côrtes de Lamego, em que se lançaram as bases da organização politica do novo reino, em seguida á batalha de Ourique; estas côrtes são postas em duvida por auctorizados escriptores modernos.

A Sé, templo tambem venerando pela antiguidade, é de notavel architectura e no seu genero pôde ser considerado preciosa reliquia; é magestoso e amplo. A fundação data da época da conquista por D. Affonso, que mandou logo em seguida proceder a ella.

Foi o conde D. Henrique quem deu foral a Lamego, em 1109. Dizem alguns escriptores que D. João I tambem lh'o concedeu, em 1390, contendo muitas e importantes isenções. D. Manuel, deu-lhe novo foral, em 1514.

No Tombo do Aro, de Lamego, a fl. 43, se determina que: *Se a mulher fizer malfeizo (adulterio) o marido repartirá toda a sua fazenda com o mordomo de el-rei, de meio a meio, e a mulher ficará sem causa nenhuma.* Este Tombo é de 1316.

As suas armas, segundo o livro d'esta especialidade, guardado na Torre do Tombo, são em campo azul, um castello de prata, com tres torres, sobre fundo negro; ao lado do castello vê-se uma arvore com fructos, e por cima d'elle o sol d'ouro; e da arvore, a lua de prata. Alguns auctores, porém, collocam o escudo das quinas por cima da fortaleza, e uma estrella em lugar da lua.

Em Lamego nasceu, pelos annos 200 de Jesus Christo, o famosissimo athleta e extremo cavalleiro Caio Appuleio Diocles, celebrado nas chronicas do seu tempo pelas suas espantosas proezas, chegando a levantar-se lhe um monumento na cidade de Roma, em cujos *circos* tinha muitissimas vezes sido triumphador corôado. Dão noticia das suas repetidas victorias duas inscrições que existiram muitos seculos, uma em Roma, no Campo de Marte, outra erigida por seus filhos em Preneste.

Faria e Sousa viu a primeira em 1633, da qual consta que Appuleio Diocles, corredor e domador de cavallos, da quadrilha e facção *Russata*, de nação lusitano, tendo 40 annos e 7 mezes, já tinha vencido duas vezes os corredores da facção *Albata*, a primeira sendo consules Acilio Aviola e Cornelio Pansa, e a segunda no consulado de Acilio Glabrio e Caio Bellicio Torquato. Venceu os da facção *Prasina*, sendo consules Torquato Aspernate, e, segunda vez, Annio Libonio.

Em Ostia e Lenate ganhou o premio destinado ao vencedor. Correu com 6 e 7 cavallos juntos, ganhando assim muitos premios e victorias. Em Albato correu com dois carros juntamente, ficando victorioso. Alcançou em um só anno 100 victorias publicas e 103 particulares. Venceu a sua mesma facção, cuja victoria maior nome lhe deu; sendo proclamado o primeiro corredor da republica romana, no seu tempo, etc., etc.

Tambem no tempo dos suevos floresceu em Lamego o célebre escriptor Idacio, nascido n'aquella cidade.

Além d'estes é Lamego patria de frei Francisco da Madre de Deus, conego secular da congregação de S. João Evangelista e religioso virtuosissimo; e de D. Rodrigo Lopes de Carvalho, doutor em ambos os direitos e famoso jurisconsulto.

Ao E. da cidade, a 1 kilometro de distancia, so-

bre uma elevadissima collina, está o sumptuoso templo e sanctuario de Nossa Senhora dos Remedios, padroeira de Lamego e passeio favorito de seus habitantes, para o qual se sóbe por uma rica escadaria de granito, em nove magestosos lanços, com espaçosos pateos, ornada lateralmente de frondosos arvoredos e bonitas fontes. Um dos largos que medeiam entre os lanços das escadas chama-se Largo dos Gigantes, e fica immediatamente inferior ao templo. Entra-se para elle por dois magnificos portões, formados de altissimas columnas, sobre as quaes assentam estatuas de personagens biblicos. A architectura d'estes portões é magestosa e elegante, deliciando e deslumbrando o visitante. No centro está uma elegantissima fonte. E' um formoso obelisco, adornado por quatro soberbas estatuas de granito, fingindo sustentarem o peso d'aquella immensa mola, que da base ao cume tem 22 metros (100 palmos) de altura e é ornada de primorosos lavores e rendilhados. A agua sae por quatro formosas bicas. Em volta do obelisco agrupam-se diversas columnas, que servem de pedestaes a outras tantas estatuas. A escadaria tem, ao todo, 500 degraus. As vistas que se gosam do templo são vastas e surprehendentes.

## LEIRIA

Esta cidade está situada junto á faldá lèste do monte do castello, em uma extensa planicie, regada pelos pequenos rios Lena e Liz, dos quaes, segundo alguns auctores, deriva o nome da povoação.

Não poucos investigadores antiquarios querem fazer passar a cidade de Leiria como originaria da antiga povoação romana *Callippo* ou *Collippo*, que, conforme os mesmos affirmam, era situada no local escolhido por D. Affonso Henriques para a construcção do seu castello; e acrescentam que o material da antiga cidade fôra aproveitado por D. Affonso I e D. Sancho I para a edificacção de Leiria.

Gaspar Barreiros, que passa por um dos nossos mais notaveis antiquarios, diz que a antiga *Collippo* existiu em um sitio proximo de Leiria, que hoje é denominado S. Sebastião.

Effectivamente, junto a esse sitio e nas proximidades do castello appareceram muitos vestigios de edificações antigas e algumas lapides com inscrições romanas, o que prova que ali existiu outra povoação.

No entanto, a data da fundação de Leiria e o nome do seu fundador está, como a de quasi todas as nossas antigas povoações, envolvida em fabulas, mais ou menos verosimeis, e é ponto hypothetico.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 32

## LEIRIA

(Concluido do n.<sup>o</sup> antecedente)

O que é certo é que os suevos tomaram esta cidade aos romanos, em 414; e, tendo Leovegildo, rei dos wisigodos, unido ao seu reino o dos suevos, em 585, ficou Leiria pertencendo ao reino godo. Em 715 foi conquistada aos godos pelos mouros, commandados por Muça e Tarife. D. Fruela I a reconquistou em 753; mas Mahomet, rei de Cordova, a tornou a occupar em 850, estando em poder dos mouros até ao fim do anno de 1134, em que D. Affonso Henriques lh'a tomou e lhe construiu o castello, com suas torres e baluartes, cercado de muralhas e edificado sobre um penhasco.

O primeiro rei da monarchia portugueza quando construiu aquelle castello teve em vista o estabelecimento d'uma fortaleza que lhe servisse de apoio não só á repressão dos mouros de Santarem, mas ainda á conquista da Extremadura, que tinha planeado.

Seis annos apenas esteve de posse da sua obra de defeza.

Em 1140, andando D. Affonso I occupado com a guerra que lhe movia D. Affonso VII de Leão, e sendo primeiro alcaide do castello D. Payo

Guterres, cahiu sobre elle Ismar, rei de Cordova, e o tomou apesar da heroica resistencia dos christãos. O rei portuguez estava n'essa occasião junto á cidade gallega de Tuy. D. Payo Guterres era um dos mais bravos capitães d'aquelle tempo; mas cahindo gravemente ferido, em um dos repetidos assaltos que os mouros deram ao castello, foi a causa d'elle então se perder.

Ismar commetteu esta empreza por instigação de Auzecri, alcaide de Santarem. O seu exercito, que era numerosissimo, compunha-se de mouros de Badajoz, Evora e Santarem. Os infieis, exasperados pela tenaz resistencia dos portuguezes, os passaram todos ao fio da espada, menos o alcaide, que levaram prisioneiro

para Santarem. Incendiaram a igreja e o mosteiro de Santa Maria da Pena, morrendo queimados o prior e conegos que lá estavam.

D. Payo Guterres, estando captivo em Arronches, poudo fugir, e vindo para Coimbra fez-se frade cruzio, doando a Santa Cruz de Coimbra todos os seus bens, entre os quaes era uma fonte que tinha junto á cêrca do antigo mosteiro, a qual corre na claustra principal, e que por isso ainda tem o nome de Fonte de Payo Guterres.

Pouco tempo estiveram os mouros de posse da sua victoria, porque D. Affonso Henriques, logo que se viu desembaraçado dos cuidados da guerra que seu primo Fernando VII intentára contra elle, caminhou

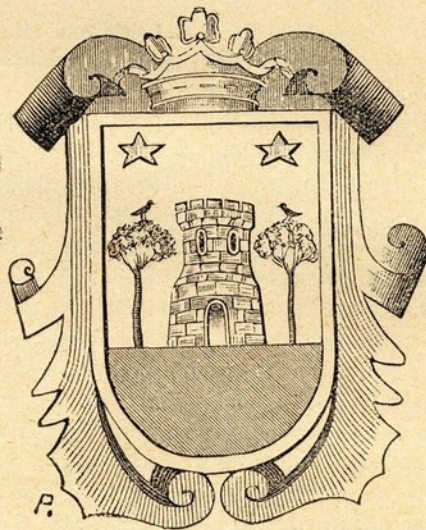
contra os infieis e poz cêrco ao castello de Leiria, ficando novamente senhor d'elle no anno de 1141 ou 1142. Desde logo começou a fundação da cidade em volta da fortaleza; e uma e outra ainda passaram para o poder dos mouros por diferentes vezes, até que em 1145 D. Affonso I atacou de novo a cidade e tomou-a em 4 de fevereiro d'esse mesmo anno, passando á espada toda a sua guarnição, sem escapar com vida um só inimigo!

Em 1195 a tornaram a conquistar os mouros, arrazando completamente a povoação, conservando apenas intacto o

castello. D. Sancho I veio logo em socorro dos povos opprimidos, e em março d'esse mesmo anno reconquistou Leiria, que ficou desde essa data completamente assegurada ao dominio dos portuguezes.

O municipio de Coimbra, a que então pertencia Leiria, concedeu perdão de todos os peccados, a quem fosse combater os mouros n'esta ultima conquista. (*Livro Preto de Coimbra*, fl. 221.)

Ao mesmo tempo que D. Sancho I readquirira para a corda o castello e povoação de Leiria, concedia lhe o titulo e foral de villa e grandes privilegios, de modo que estes garantissem e promovessem o desenvolvimento e augmento da população. Esse foral é datado de 13 de abril de 1195.



Brazão d'armas de Leiria

Já seu pae, D. Affonso I, lhe tinha dado outro foral, em 1142. D. Affonso II confirmou-os em Coimbra, a 31 de janeiro de 1214, e outra vez em novembro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de maio de 1510.

Tres vezes se reuniram as côrtes portuguezas na villa de Leiria; a primeira no anno de 1254, no reinado de D. Affonso III; a segunda na época de D. Fernando, em 1376; e a terceira no tempo de D. Duarte, em 1437 e 1438, a fim de se concordar nos meios que deviam ser empregados para libertar o infante D. Fernando, irmão d'el-rei, do seu captiveiro em Fez.

Leiria foi por vezes hoarada com a residencia de alguns dos nossos reis e principalmente com a de D. Diniz, que ali passou muito tempo, e mandou semear o magnifico pinhal que ali se admira e que é a principal floresta de pinheiros do paiz. Este monarcha fez doação da villa de Leiria a sua esposa a rainha Santa Isabel; e por morte d'esta foi novamente encorporada no senhorio da corôa.

El-rei D. Fernando deu-a de presente a sua mulher D. Leonor Telles e depois ao conde D. Gonçalo, seu cunhado, que esteve de posse d'ella, até que pela ascensão do mestre d'Aviz ao throno de Portugal foi revogada essa doação e encorporada novamente nos bens da corôa, aos quaes ficou vinculada.

Diz-se que a villa de Leiria foi a povoação da península que primeiramente teve a dita de possuir a maravilhosa invenção da imprensa; mas quando assim não succedesse, foi a povoação do paiz onde esse sublime invento primeiramente deu entrada; pois está averiguado que ali houve uma imprensa no seculo XV.

A villa de Leiria foi elevada á supremacia de cidade em 1545 por D. João III, cujo rei lhe obteve tambem do papa Paulo III, no anno de 1517, uma bulla que a elevou á cathedra de sêde episcopal.

Até 1545 era Leiria do priorado de Santa Cruz de Coimbra, que tinha aqui jurisdicção *nullius diocesis*. Foi seu primeiro bispo D. Frei Braz de Barros, frade jeronymo, natural de Braga, confirmado por Paulo III.

Houve n'esta cidade quatro conventos de frades: um de franciscanos, fundado por D. João I, em 1388, em acção de graças pelo seu casamento com a rainha D. Filippa; o de Santo Antonio, construido pelo bispo D. Pedro Vieira da Silva; o convento de Santa Anna, fundado em 1490 por D. Catharina de Castro, filha de D. Fernando I; e outro que, segundo a tradição, existiu dentro do proprio castello.

Durante alguns annos serviu de Sé episcopal a igreja de Nossa Senhora da Pena ou Penha de França, mandada edificar por D. Affonso Henriques, dentro do castello e que é contemporanea d'esta fortaleza; porém o bispo de Leiria D. Frei Gaspar do Casal lançou as bases de um templo mais proprio e sumptuoso, destinado a servir de cathedral, em 11 de

agosto de 1559, como consta da inscripção que se vê na fachada do edificio. O seminario tambem foi fundado pelo mesmo bispo, em 1563.

A Sé cathedral é um vasto templo de tres naves e de boa architectura. O seminario foi reconstruido em fins do seculo XVII, por D. Pedro Vieira da Silva.

Este bispo a quem, como já dissemos, tambem se deve a construcção do convento de Santo Antonio, foi casado com D. Leonor de Noronha e um dos vultos importantes da politica, depois do que tomou ordens sacras. Serviu como secretario de estado dos reis D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II; e tratou como plenipotenciario os ajustes de paz com Hespanha, em 1668.

Foram alcaides-móres do castello de Leiria: Payo Guterres, João Carrapesal, Martin Fernandes, Pero Annes de Portel, Lourenço Annes Redondo, Garcia Rodrigues Taborda, Lourenço Martins, Fernão Rodrigues Alardo, Pedro Barba Alardo, e os marquezes de Villa Real, com os quaes cessou a alcaidaria-mór, em 1641, por se tornar traidor á patria o então marquez de Villa Real.

Leiria tem sido berço de alguns homens notaveis. D'estes citaremos:

O cardeal patriarcha de Lisboa, D. Frei Patricio da Silva.

Francisco Rodrigues Lobo, suavissimo poeta, nascido pelo anno de 1580. Formou-se em direito, na Universidade de Coimbra. E' o mais ameno dos nossos poetas bucolicos. A sua *Primavera* tem versos admiraveis. O *Pastor Peregrino*, e o *Desenganado* são poesias de igual merecimento. A *Côrte na Aldeia* é um precioso modelo de boa prosa portugueza e um primor de linguagem. Em uma viagem que fez a Lisboa morreu afogado no Tejo, ahi por 1630.

Segundo uma tradição que ha em Leiria, a causa da ida de Francisco Rodrigues Lobo para Lisboa foi a seguinte:

O poeta era admittido nos saraus que davam em Leiria os duques de Caminha, e veio a namorar-se de uma filha d'estes fidalgos, indo galanteal-a para a ponte do rio, que n'esse tempo ainda passava por baixo das janellas do palacio, e que, percebendo isto o duque, lhe mandou dizer por um criado, que *ou apparecesse de Coimbra, ou se preparasse para ir, de cabeça para baixo, ao rio*. Lobo, como era de presumir, escolheu a primeira proposta.

Logo na segunda pagina do *Pastor Peregrino*, se vê um soneto que parece abonar a tal tradição. Começa assim:

Altivos pensamentos que tomastes  
Logar n'esta alma, etc.

Diz tambem na Flôr quinta:

Atrevido pensamento,  
 Não me pouhas em perigo,  
 Que, para ser venturoso,  
 Não basta ser atrevido.  
 Se subis por levantar-me,  
 Vêde quanto atraz vos fico.

.....

Encolhei um pouco as azas  
 E estae a conta commigo.

.....

Fiae-vos do desengano,  
 Vereis se é melhor partido,  
 De um cobarde acatelado,  
 Que de ousado arrependido.  
 Vêde no triste successo  
 Do que deu o nome ao rio  
 Quão pouca contra ventura  
 Podem valer artificios.

E na Ecloga oitava:

Seguia um contentamento  
 Impossivel á razão.

.....

Vi Cimeia, e logo n'ella  
 Tantas razões de querella,  
 Que inda em presença do damno,  
 C'os pés sobre o desengano  
 Dêra mil vidas por ella.

Contemporaneo e parente de Francisco Rodrigues Lobo havia outro poeta do mesmo sobrenome e por alcunha *Soropita*, que tem sido causa de não poucos *qui procuos*, em razão da identidade dos appellidos.

Todos sabem que o desditoso Camillo Castello Branco era tão famoso e inexgotavel romancista, como infatigavel investigador de antiguidades, e eximio *esmerilhador* de pontos historicos duvidosos.

Em 1868 publicou um livro intitulado *Poesias e prosas ineditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita*, no prefacio do qual Camillo Castello Branco julga, com muito criterio, que Soropita nasceu em Leiria, e é incontestavel que viveu n'aquella cidade por muitos annos, sendo, como seu parente, Francisco Rodrigues Lobo, admittido em casa dos duques de Caminha, que n'esse tempo ali faziam a sua residencia grande parte do anno. A familia dos Rodrigues Lobo era uma das mais distinctas de Leiria.

Soropita estudou e licenciou-se juriconsulto em Coimbra, onde parece ter sido um estudante travesso e faceto, pois ali publicou um *Regimento Escolastico*, que diz ter sido achado no ventre de uma toninha, no qual, entre alguns bons conselhos aos estudantes, se lêem satyras de muita graça.

Graduado em leis, passou a exercer a advocacia em Lisboa, ainda durante a vida de Luiz de Camões, e adquiriu a fama de bom juriconsulto.

Segundo Camillo Castello Branco, que vamos seguindo, Soropita era um leal patriota, aborrecendo a usurpação de Philippe II, e amando o nosso infeliz D. Antonio, prior do Crato. Escreveu algumas obras estimaveis, e colligiu as *rimas* de Camões. Morreu velho; mas não se sabe com certeza quando.

Os que desejarem saber mais circunstanciadamente tudo quanto ha com respeito á vida e obras de Soropita, póde consultar a referida obra de Camillo Castello Branco.

Pedro Affonso de Vasconcellos, erudito juriconsulto do seculo XVI. Foi auctor de uma obra de direito, intitulada *Harmonia Rubricarum Juris Canonici*, impressa em Coimbra em 1588.

D. Pedro Vieira da Silva, doutor em direito, desembargador do Porto e da Relação de Lisboa, conselheiro da Fazenda, ministro da Junta Nocturna, secretario de Estado de D. João IV e parece que de D. Pedro II, plenipotenciario da paz com Castella, etc. Tinha casado no Porto; depois enviuvou, ordenou-se, e foi bispo de Leiria, sua patria, desde 1671 a 1676 ou 1677.

Em Leiria foi creado o primeiro duque de Bragança, D. Affonso, que nasceu no castello de Veiros, filho bastardo de el-rei D. João I.

Leiria, devido á sua situação e preponderancia tem tido grande quinhão em muitos acontecimentos politicos do paiz; ali tiveram logar alguns factos notaveis d'aquelles que mais avultam na historia das nossas dissencões intestinas e luctas com o estrangeiro.

Alguns dos seus antigos monumentos estão quasi completamente arruinados, contando-se no numero d'estes o castello, a antiga igreja de Nossa Senhora da Penha de França, e o paço de D. Diniz e da rainha Santa Isabel.

Os arrabaldes são muito pittorescos e formosos, principalmente a baixa, banhada pelos rios Liz e Lena, que é muito fertil.

A pouca distancia da cidade está o famoso pinhal, que corre ao longo da costa do oceano, e tem quatro leguas de comprimento.

Esta floresta constitue uma das mais bellas fontes de receita d'aquellas immediações, e emprega grande numero de pessoas, não só na administração como na limpeza das arvores, extracção do alcatrão e guarda da floresta.

A proposito do brazão d'armas de Leiria existe a seguinte lenda: Achando-se o exercito dos christãos acampado sobre uma eminencia visinha do castello, chamada o Cabeço d'El-rei, apparecera um corvo em cima de um pinheiro que existia entre o mesmo exercito e o castello. Esse corvo não cessava de grasnar

e bater as azas. Apenas as tropas christãs começaram o assalto, maior era a agitação da ave, o que visto pelos soldados e tido por bom agoiro e signal de victoria, atacaram o inimigo com tal impetuosidade e arrojio que a breve trecho ficaram victoriosos.

Para memorar este acontecimento, Leiria tomou por brazão d'armas em escudo de prata corôado um castello sobre campo verde, collocado entre dois pinheiros, tendo cada um seu corvo em cima, e na parte superior do escudo duas estrellas d'oiro.

Ainda, segundo outra versão, o mesmo brazão de armas antigamente só tinha um pinheiro e um corvo.

O brazão que publicamos é conforme com a descripção que d'elle existe na Torre do Tombo.

\*

\* \*

Faz parte do concelho de Leiria a povoação chamada Amor, que é notavel pelo facto seguinte:

Tendo o exercito portuguez por varias vezes posto cerco a Juromenha, que estava occupada por castelhanos, nunca poude tomar a praça.

Um homem da freguezia de Amor, cujo nome é ignorado, juntou alguns amigos seus, e, sem mais ajuda, tomou a praça por surpresa e industria, pelo que el-rei D. João IV lhe deu postos e honras e o mandou tomar o appellido de Juromenha, com a condição de passar aos seus descendentes.

Tambem pertence ao concelho de Leiria a freguezia denominada Marinha Grande, ende se acha installada a real fabrica de vidros, a maior e melhor de Portugal.

A darmos o credito devido a alguns manuscriptos existentes no cartorio da casa do *Côvo*, proximo a Oliveira de Azemeis, foi em 1498 que na villa de *Coima*, margem esquerda do Tejo, se principiou a fabricar vidro, com a lenha que por aquelles sitios se podia arranjar, e n'esta industria se occupava a maior parte dos habitantes da povoação; mas como faltasse o combustivel, se mudou, ignorando-se quando, para a Marinha Grande, pela abundancia de lenha do pinhal da nação.

Consta tambem de documentos officiaes, que antes da fundação da actual fabrica, já aqui havia fabricantes de vidraça e differentes objectos de vidro; mas d'estes documentos não consta o anno em que esta industria aqui principiára.

Em 1769, sob a protecção do marquez de Pombal, o inglez Guilherme Stephens, o que deu o seu nome ao largo que existe na rua das Flores, proximo da rua de S. Paulo, em Lisboa—*Largo do Stephens*—fundou aqui uma vasta fabrica de vidros, emprestando-lhe o estado, para esta obra, 32:000\$000 réis, sem juro, nem limite de tempo, podendo fazer os pagamentos parciaes, em cal para as obras publicas, dos

fornos que Stephens tinha em Alcantara, proximo a Lisboa, e que era cosida com carvão mineral, importado de Inglaterra sem direitos.

D. José I lhe concedeu ainda a permissão de gastar a lenha que lhe fosse necessaria para a fabrica, do pinhal do estado, gratuitamente.

Todos estes privilegios deviam durar por espaço de 15 annos, segundo o alvará de 7 de julho de 1769; mas foram accrescentados em 1776, com diversas providencias e regulamentos, sobre o fornecimento, declarando-se na respectiva provisão, que a *fabrica ficava sob a immediata protecção do rei, como util ao bem publico, e ao dos pinhaes*, na supposição de que sendo bem e conscienciosamente dirigido o córte das lenhas, não prejudicava, antes melhorava os pinheiros, que se *limpavam* da lenha sêcca que é o que só era licito aproveitar.

Por alvará de dezembro de 1780, foram considerados os edificios da fabrica e terrenos annexos, e os que se lhe viessem a annexar, como *praso fateosim perpétuo*, para que tudo se podesse conservar indiviso, e para que a fabrica não cessasse de produzir vidro em tempo algum, por causa de partilhas; com prejuizo dos operarios, e empregados, e do publico.

Em 1784, sendo já rainha D. Maria I, terminou o praso de 15 annos; mas o governo prorogou-o por mais 10 annos, continuando a conceder-lhe a isenção de direitos de importação, sobre todas as materias e objectos necessarios para a composição do vidro, e a de direitos de exportação do reino, e de importação nos dominios portuguezes do ultramar.

Em 1794, o príncipe regente, depois D. João VI, prorogou por mais outros 10 annos todos os antigos privilegios e isenções da fabrica. Approvou e elogiou a estrada que Guilherme Stephens tinha mandado fazer, à sua custa, para tornar mais facil o serviço externo, e attrahir aqui directa e commodamente os almocreves e agentes que promoviam, por commissão, a venda dos productos da fabrica. Foi tambem n'este anno, de 1794, que se abriu a *estrada real* de Lisboa a Leiria, Coimbra e Porto, o que muito concorreu para a prosperidade da fabrica:

Em 1793, ordenou o governo que se fizessem, por conta do estado, os córtes de madeira necessarios para se concluirem as obras da estrada real, e da que fizera Stephens.

Em 1799, se prorogou o praso da concessão por mais outros 10 annos; e desde então até 1802, ainda foram concedidos outros privilegios á fabrica, sendo um d'elles a isenção do serviço militar, do exercito e da armada, a todos os empregados e operarios do estabelecimento.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeross... 500 réis  
Series de 52 numeross... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Devo ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 33

## LINHARES

A extincta villa de Linhares está situada 20 kilometros a OE da cidade da Guarda, em sitio bastante elevado, n'uma das vertentes da serra da Estrella.

O padre Carvalho, um dos nossos antiquarios mais dado ao estudo das origens e fundação das povoações portuguezas, é de opinião que a villa de Linhares foi fundada pelos turdulos, 500 ou 580 annos antes da nossa era.

Esta opinião do padre Carvalho, é como outras do mesmo auctor, colhida em auctoridades pouco escrupulosas, para que lhe possamos dar o preciso credito.

Diz o mesmo auctor da *Chorographia Portugueza*, que esta povoação primitivamente se chamára *Lenio* ou *Leniobriga*, cuja corrupção a fez decahir na palavra Linhares, pela qual actualmente é conhecida.

Refere mais o padre Carvalho, que *Lenio* ou *Leniobriga*, no tempo dos gódos foi uma cidade episcopal; que depois d'isso se arruinou, e que el-rei D. Affonso III de Leão, a mandou reedificar pelos annos 900 da era christã.

Embora não possamos aceitar como veridica no todo,

a narrativa feita pelo sabio escriptor, devemos confessar que a fundação da villa de Linhares, é muito anterior ao estabelecimento da monarchia lusitana. D. Affonso Henriques lhe deu foral sem data e a fez povoar de novo.

Ainda o mesmo rei lhe deu outro foral em setembro de 1169, e seu filho D. Sancho I lh'o reformou em 6 de abril de 1198. D. Affonso II confirmou todos estes foraes, que tinham grandes privilegios, em 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.<sup>o</sup> de junho de 1510.

Esta villa foi elevada a cabeça de condado por carta régia de 13 de maio de 1532, sendo essa graça concedida por D. João III a D. Antonio de Noronha,

segundo filho do primeiro marquez de Villa Real.

O conde de Linhares, além d'outros senhorios e empregos, tambem foi alcaide-mór d'esta villa. Extincta a familia Linhares, e sendo principe regente D. João, depois VI do nome, novamente deu á villa o titulo de condado; titulo que foi conferido a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, seu conselheiro e ministro dos estrangeiros e da guerra; continuando até hoje esse titulo na mesma familia.

Linhares tem perdido muito da sua antiga importancia. Ainda em 1840 era cabeça de comarca e de concelho, a qual se compunha das seguintes povoações: Aguiar da Beira, Pena Verde, Algodres, Lagos e Fornos de Algodres.

Era, pois, uma comarca de grande importancia, por quanto, tinha sob sua jurisdicção nada menos de seis concelhos e uma população de 4:869 fogos.

Esta antiga villa tinha uma só parochia, cujo orago é Nossa Senhora d'Assumpção, e além d'isso possuia Misericórdia, hospital e diversas ermidas.

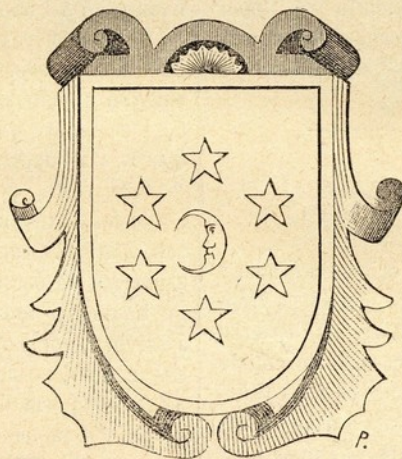
Sobre altos rochedos e em sitio que domina perfeitamente todas as circumvisinhanças, existe o seu antigo e desmantelado castello com duas fortissimas torres e outras tantas portas. Attribue-se a sua edificação a D. Diniz.

Conta-se uma curiosa lenda entre o publico de Linhares e suas immediações a proposito do brazão de armas d'esta terra.

Segundo essa lenda, no anno de 1189, os nossos vizinhos de Leão e de Castella, praticaram grandes correrias pela provincia da Beira, roubando e queimando as terras por onde passavam. N'este proposito de devastação sem limite, dirigiram-se contra o castello de Celorico, certos de que conquistando esta fortaleza ficariam senhores da vontade e liberdade de todos os povos das immediações.

Chamada pela imminencia do perigo, correu a população de Linhares em defeza do castello atacado.

Coincidiu a chegada do auxilio com a aproxima-



Brazão d'armas de Linhares

ção dos invasores; e animados os nossos soldados que guarneciam o castello, com o soccorro que inesperadamente receberam, não deram tempo a que os hespanhoes sitiassem a fortaleza. Sahiram-lhes ao encontro, mesmo de noite, empregando no combate tão denodada bravura que os assaltantes batidos e destrocados fugiram cobardemente deixando no campo todas as bagagens, grande quantidade de mortos e muitos prisioneiros.

Os habitantes de Celorico e de Linhares tomaram para seu brazão d'armas, para recordar este facto, um escudo com meia lua e seis estrellas; porque foram a lua e as estrellas que illuminando-lhe o caminho contra o inimigo lhes ajudaram a ganhar a victoria.

Eram n'aquelle tempo alcaides-móres de Celorico D. Gonçalo Mendes, e de Linhares, D. Rodrigo Mendes, ambos filhos do valoroso conde D. Mendo, e bravissimos guerreiros.

O clima, como o de todas as povoações da Serra da Estrella, é frigidissimo; no seu termo ha magnificos mananciaes de agua potavel e tem magnificas flores-tas e arvoredos.

A povoação de Linhares, chegou depois d'um passado esplendoroso á mais triste condição de importancia. De comarca e cabeça de concelho, foi descendendo até simples freguezia do concelho de Celorico da Beira.

---

## LOULÉ

---

Como muitas povoações cuja origem e fundação é ignorada, Loulé encontra não só na tradição, como em quasi todos os auctores que se occupam d'esta villa, um vastissimo arsenal de noticias historicas, a respeito de quem seriam os seus primitivos fundadores. Uns attribuem-a aos carthaginezes, outros aos romanos e outros ainda vão mais longe nas suas supposições, filiando a fundação da mesma villa na iniciativa de povos muito mais remotos.

Não se nos offerecendo nada de positivo a tal respeito, limitar-nos-hemos a simples chronistas das opiniões alheias, registando-as e reunindo-as como preciosos elementos para a selecção que cada um dos nossos leitores queira fazer d'essas opiniões.

Ha quem affirme que a villa de Loulé fôra construida das ruinas da antiga cidade de *Carteia*, (1) o que não é verosimil, pois *Carteia* era na costa, e, segundo alguns, no local onde hoje é a aldeia da Quarteira. Tambem ha quem affirme que no fim do

seculo passado, ainda ali se viam alguns restos de edificios antigos, denunciando a existencia d'essa extincta povoação.

Nas escavações que em diversos pontos do litoral do Algarve se estão fazendo, quer para abertura de poços, quer para construcção de edificios, mostram que aquella provincia guarda no seu solo grandes preciosidades archeologicas.

Nas proximidades de Quarteira leem-se encontrado vestigios de uma cidade romana, que se julga ser *Carteia*, cidade importante pela exportação do atum e trinchados (sardinhas). Ultimamente, foi encontrada uma medalha de prata, e ella confirma a opinião acima, tendo de um lado uma cabeça laureada, cercada pela legenda *Lucius Marcus*, e do outro um delphim atravessado por tridente, lendo-se na parte superior d'este a palavra *Carteia*, e vendo-se na inferior as letras IIIIVIR, ás quaes se seguem dois DD, separados por um ponto, e que é provavel significuem *Decreto Decurionum*.

Se effectivamente é *Carteia*, e isto pertence aos entendidos o decidirem, encontrou se a cidade aonde se refugiou Lelio e aonde Santo Hesychio prégou o Evangelho 40 annos depois de Christo.

O que a respeito da villa de Loulé passa como inteiramente averiguado, é que já existia no periodo em que a peninsula foi invadida pelos arabes, embora se ignore qual a denominação que tinha n'essa época, e a importancia de que então gosava.

Não resta, pois, duvida alguma que a villa de Loulé foi occupada pelos mouros e esteve sujeita ao seu dominio, durante todo o periodo de tempo que estiveram de posse d'esta parte da peninsula.

Loulé foi uma das ultimas povoações do Algarve a serem conquistadas por D. Affonso III, que a tomou aos mouros, no anno de 1249.

A conquista determinou a quasi immediata emigração das populações arabes do Algarve, que pouco a pouco foram estabelecer-se na costa africana do Mediterraneo, deixando as povoações que habitavam n'aquelle reino completamente desertas e arruinadas. Este facto, obrigou Affonso III a cuidar na reconstrucção das antigas povoações abandonadas do reino do Algarve e a promover o augmento da sua população, concedendo aos novos povoadores grandes fóros, regalias e isenções.

Por este meio, conseguiu povoar muitas d'essas terras, no numero das quaes se faz nota a villa de Loulé, a quem Affonso III concedeu foral no anno de 1267, assignando aos moradores da mesma villa privilegios iguaes áquelles que concedera aos moradores de Faro, Silves e Tavira.

O mesmo rei deu foral aos mouros forros d'esta villa, a 12 de julho de 1269. D. Manuel concedeu-lhe foral novo, em 1504.

Por carta de 9 de agosto de 1357 foram os seus

(1) *Carteia* era uma povoação fundada, segundo uns, pelos antigos lusitanos (enneos), e segundo outros, pelos phenicias.

moradores isentos de pagar dizima e outros direitos.

Antigamente a villa de Loulé era cercada de uma magnifica muralha com seis portas, e tinha ao centro um forte castello; porém, o augmento da população obrigou os moradores a construir predios fóra dos muros, tanto que a parte morada é hoje um pequeno circuito no centro da villa.

O castello, que foi uma fortaleza importante, foi lançado por terra pelo terramoto de 1755, assim como outras edificações.

D. Affonso V deu o titulo de conde e o senhorio de Loulé a D. Henrique de Menezes, conde de Viana. Mais tarde passou este senhorio a D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, que o deu em dote a sua filha, D. Guiomar Coutinho, pelo casamento d'esta com o infante D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel.

Não havendo successão d'este consorcio, o senhorio de Loulé entrou nos domínios da corôa, ao qual ficou annexa até que a sua alcaidaria-mór foi dada aos condes de Valle de Reis.

D. Maria I creou o Marquezado de Loulé em 1799, investindo n'este titulo o oitavo conde de Valle de Reis, Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto. O segundo Marquez, pae do actual duque, foi elevado a duque de Loulé, pelo fallecido rei D. Luiz I.

O Marquez de Loulé, D. Agostinho Domingos José de Mendonça, avô do actual duque de Loulé, foi condemnado á morte por sentença de 21 de novembro de 1811, pelo crime de traidor á patria, vindo no exercito de Massena, quando este invadiu o reino em 1810. Em 1818 obteve no Rio de Janeiro perdão de D. João VI. Passados seis annos foi assassinado no palacio real de Salvaterra, em a noite de 28 para 29 de fevereiro. Ainda hoje é um mysterio este assassinato, de que tanto se tem fallado.

Dos titulares d'esta famosa villa muitos se distinguiram e elevaram no conceito do povo e dos soberanos. O primeiro duque de Loulé representou um dos papeis mais proeminentes na politica contemporanea. Dotado das qualidades de estadista de primeira ordem, e um dos principaes proselytos das ideias liberaes, collocou-se á frente do partido progressista historico, onde militaram homens de superior talento, e investindo com os privilegios que lhe rodearam o berço, reivindicou para o povo muitas das prerogativas que a nobreza antiga lhe contestava.

Nobre de antiga linhagem e até muito proximo parente da dynastia reinante, não escolheu os partidos conservadores para lhe entregar o producto das suas locubrações e da sua actividade politica, filiou-se n'aquelle partido onde militaram e floresceram os Passos Manuel, José Estevão e Sá da Bandeira, esses famosos caudilhos da democracia e deu ao partido, que muitas vezes luctou com o throno e combateu as suas demasias, todo o prestigio de que dispunha e toda a dedicacão de um chefe fiel á bandeira cuja manutencão lhe fóra confiada.

Procedimento igual ao do primeiro duque de Loulé só o encontramos n'essa pleiade de generosos defensores das regalias populares, que nos primeiros momentos da constituição franceza de 1789, dispunham perante a soberania nacional os pergaminhos que herdaram de seus maiores, a fim de não affrontarem com a manutencão d'esses pergaminhos a igualdade civil que procuravam implantar.

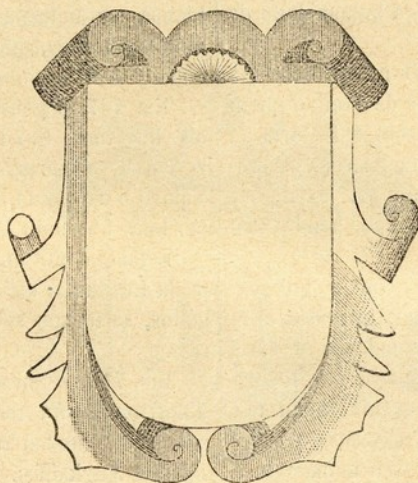
Chegado ao throno pelo mais estreito parentesco, trabalhava para cercear as imunidades do poder real, tanto quanto fosse necessario para que ellas não absorvessem a soberania, da nação, e para estabelecer o equilibrio das duas soberanias como deve existir n'um paiz que se rege constitucionalmente.

O brazão d'armas da villa de Loulé consta, como representamos na nossa gravura, de um escudo branco, sem outra divisa.

Nos arredores de Loulé ha um sitio chamado Cabeço do

Mestre, por n'elle ter acampado D. Paio Peres Correia, mestre de S. Thiago, com os seus cavalleiros, quando veio conquistar esta villa aos mouros.

No mesmo dia em que ali acampára tinha tido uma batalha com os arabes de Loulé no sitio dos Furadouros, onde os mouros o foram esperar.



Brazão d'armas de Loulé

## LISBOA

ão é para as proporções de uma publicação periodica,—de mais hebdomadaria — dar á estampa descripção e historia completa da capital do nosso reino, a formosissima Lisboa, cantada por poetas de todos os tempos, admirada e louvada por quantos a visitam, descripta com enthusiasmo pelos *touristes* nas revistas illustradas de todo o mundo. O que

vamos consignar aqui é apenas um ligeiro *memorandum*, escripto á *vol d'oiseau* de alguns dos acontecimentos mais notaveis de que tem sido theatro.

A sua historia anda vinculada á do Portugal, cujo coração é. Pelas opulentas relações commerciaes que entretém com todos os portos do mundo, pela sua posição geographica posta no caminho que hão-de transitar quantos communicam do velho ao novo mundo, pela magnificencia do seu porto que póde abrigar todas as esquadras que cruzam os mares do globo, por essa vasta e admiravel bacia do Tejo que não tem rival em parte alguma, Lisboa tem infallivelmente destinado logar proeminente no futuro, se... não se deixar desaproveitada toda esta prodigalidade de condições vantajosas concedidas pela natureza.

A sua historia está ainda, pois, por assim dizer em começo. A vida dos povos conta-se por seculos e não por annos e sabe Deus quantos restam ainda de existencia a este globo de materia cosmica até que os géos eternos façam desaparecer a humanidade da sua superficie.

Sirva, pois, este breve exordio de prévia desculpa á critica que não deixaria de apodar de cretino quem tivesse a jactancia de fazer a descripção e historia de Lisboa em breve espaço, quando ella offerece assumpto vasto para encher volumes, como por exemplo: a *Lisboa antiga e moderna*, de Castilho, ainda não concluida.

Damos, pois, o que é compativel com a publicação e... com os nossos, debeis recursos litterarios.

Como acontece a quasi todas as cidades de origem antiquissima, a historia da fundação de Lisboa e dos seus primeiros tempos anda envolvida em mil fabulas. Umias dão-lhe por fundador Ulysses, o celebre capitão grego, dizendo que do seu nome veio á cidade o de *Ulyssippo*, depois corrupto em *Olisippo*. Outras contam, que a fundou um companheiro do deus Baccho, chamado Luso, e que d'aqui tirou o paiz a denominação de *Lusitania*, e os habitantes a de *lusos*. Outras, ainda, attribuem a sua origem a Elisa, bisneto de Noé.

O que de tudo isto se póde colligir com boa razão, é que a antiguidade d'esta nobre povoação é tal, que, havendo memorias suas anteriores á era christã, ainda assim se esconde a sua origem nas trevas dos tempos.

Tomando, pois, para ponto de partida uma época conhecida, tanto por noticias historicas de todo o credito, como por monumentos, diremos, que Julio Cesar, morto quarenta e cinco annos antes do nascimento de Jesus Christo, para honrar Lisboa, que então se chamava *Olisippo*, deu-lhe o nome de *Felicitas Julia*, que queria dizer *felicidade de Julio*, e concedeu-lhe o fóro de municipio romano. Aquella honra e este privilegio de que os romanos eram muito avaros, provam de sobejo a importancia e grandeza, de que já n'esse tempo gosava esta nobre cidade.

Estiveram os romanos senhores de Lisboa pelo longo espaço de 607 annos, isto é, desde o anno 3804 do mundo, ou 200 annos antes de Jesus Christo, até 407 da era christã. Durante este tempo construíram fortalezas, templos, theatros, thermas e outros edificios, a maior parte dos quaes foram destruidos pelos terramotos e pelos barbaros, restando d'alguns d'elles ainda vestigios. Frequentemente teem aqui apparecido e estão apparecendo, nas escavações, cippos com inscripções e outros muitos objectos do tempo d'esses dominadores do mundo.

Nos annos 370 e 377, antes de Christo houve terramotos na Lusitania, e ambos destruíram parte da cidade de Lisboa.

No anno de Jesus Christo 407, foi a Lusitania invadida pelas hordas ferozes, justamente denominadas *barbaros do norte*, vindos da Gothia, Suecia, Noruega, etc., isto é wisigólos, wandalos, suevos, alanos, etc.

Estes barbaros dividiram entre si a Lusitania, e Lisboa e grande parte da Extremadura coube em partilha aos alanos, que destruíram os mais nobres monumentos da architectura romana.

Em 427, o general romano *Sebastião*, ajudado pelos lusitanos, tira Lisboa do poder dos alanos e suevos, á força d'armas; mas, querendo acclamar-se rei, o povo o assassina, e os alanos e suevos recobram o perdido, tornando Lisboa a cair em seu poder.

Selenta e oito annos dominaram os alanos esta parte da Lusitania; até que, em 585, Leovegildo, rei dos gólos, se tornou soberano de toda a peninsula iberica.

Em 715, os arabes commandados por *Murça* e *Tarif*, ou *Tarik*, apossaram-se de Lisboa e de toda a peninsula, fundando diversos reinos ou emirados, sujeitos aos kalifas.

Os arabes, attrahidos por todas as bellezas e commodidades de Lisboa, aqui estabeleceram logo a séde de um governo, e devemos confessar que muito engrandeceram esta cidade, restaurando muitos edificios romanos, que elles e os barbaros tinham desmantellado ou desprezado, e construíram muitos de novo, alguns dos quaes ainda existem. De todas as Hespanhas, era Lisboa uma das suas mais queridas cidades, pelo que muito a aformosearam.

Os mouros, quando tomaram Lisboa, destruíram muitos edificios e mataram muita gente, mas depois foram pouco a pouco tornando menos feroz a sua dominação, e reconstruindo e ampliando o que haviam destruido.

D. Fruela I, rei de Oviedo, tomou Lisboa e outras povoações da Lusitania aos arabes em 753; mas pouco tempo depois, o mouro *Abd-el-Raman* reconquista esta cidade e bem assim Evora, Beja, Santarem e todo o territorio comprehendido entre o Tejo e Cabo de S. Vicente, que já estava em poder dos christãos.

(*Continua.*)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 34

## LISBOA

(Continuado do n.<sup>o</sup> antecedente)

A posição geographica e a amenidade e formosura de Lisboa, a expozeram aos horrores de varios assedios e conquistas.

Em 800 D. Affonso, o *Casto*, filho de D. Fruela I, rei das Asturias e Galliza, toma Lisboa de assalto, e os christãos estiveram em sua posse até 811, em cujo anno *Ali-Atou*, rei de Cordova, a reconquistou.

Em 851, D. Ordonho III, de Leão, a tomou aos mouros e poz-lhe saque, mas tornou a perder-se, e, em 1093, D. Affonso VI, de Leão e Castella, avô de D. Affonso Henriques, recuperou-a; voltando, pouco tempo depois, a cair em poder dos sarracenos.

Nos annos 1009, 1117 e 1146, de Christo, houve grandes terremotos, que destruíram mais ou menos a cidade.

Finalmente em maio de 1147, D. Affonso I, de Portugal, lhe poz um rigoroso cêrco, e, depois d'uma série de encarniçados combates, em que cercadores e cercados mostraram a maior coragem, os christãos, ajudados por uma esquadra de cruzados, a maior parte inglezes, entram victoriosos em Lisboa, no dia 21 de outubro d'esse anno.

Muitos historiadores dizem que os portuguezes entraram em Lisboa no dia 25. Effectivamente assim succedeu pela seguinte maneira:

D. Affonso I, tinha promettido aos cruzados, tres dias de saque, condição que elles haviam imposto. O magnanimo rei dos portuguezes não quiz presenciar, nem que as suas tropas presenciassem esses tres dias de horror; por isso só entrou na cidade depois d'elles decorridos.

No portico da Sé de Lisboa está uma lapide antiga, com uma inscripção gothica, que commemora este feito glorioso. Tambem diz que o exercito portu-

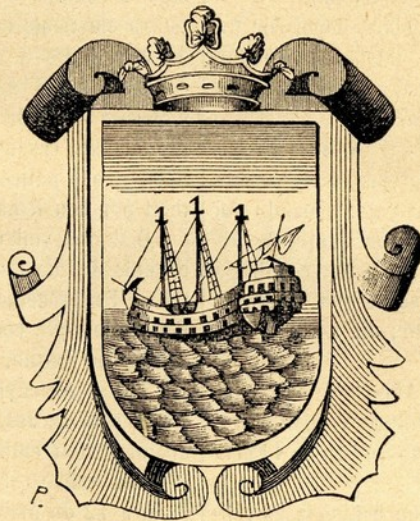
guez entrou a 25. Em frente d'esta lapide existe outra com a traducção d'ella.

D. Affonso I e seus descendentes procuravam por todos os meios fortificar e engrandecer Lisboa, porém a côrte continuou a permanecer em Coimbra, durante os reinados de D. Sancho I, D. Affonso II, e D. Sancho II, que todos, porém, faziam frequentes visitas a Lisboa.

Foi só pelos annos 1260 que D. Affonso III transferiu a côrte para esta cidade, e o primeiro rei portuguez que aqui nasceu foi D. Diniz, a 9 de outubro de 1201, desde então tornou-se Lisboa a predilecta residencia dos monarchas portuguezes.

## VARIAS EPHEMERIDES

Começamos o presente artigo prestando homenagem a um homem que grangeou fama de erudito e creditos de abalizado em assumptos, taes como aquelle de que nos occupamos, referimo-nos a Pinho Leal; mas forçoso se torna abandonar o Mentor, já porque lhe notamos o vicio de faccioso, inadmissivel em quem faz historia, já porque o municipio de Lisboa tem mudado bastante do que era quando Pinho Leal escreveu (1874), e já porque este auctor comquanto agrupasse abundancia de noticias o fazia assaz des-



Brazão d'armas de Lisboa

alinhadamente; assim, pois, reataremos o fio chronologico da narrativa com as seguintes ephemerides, que ainda assim não julgamos completas, antes pelo contrario temos na conta de deficientes.

1147—28 de junho. Neste dia chegaram a Cascaes ou immediações as naus francezas, flamengas e inglezas, conduzindo cavalleiros cruzados de diversas terras, que influidos com os sermões de S. Bernardo se dirigiam á Terra Santa; eram commandados por Guilherme, *Longa Espada*, cavalleiro francez, filho de Godofredo, conde de Anjou.

Constava a frota de 200 naus com 11:000 homens de desembarque. Com estes cruzados contractou D. Affonso I, que os avistára do Castello de Cintra, onde

estava, a conquista de Lisboa, concedendo-lhes metade da cidade e dos despojos, o que foi aceite. O exercito portuguez constava de 13:000 homens e occupou os campos ao oriente da cidade, desde onde é hoje o hospital de S. José, até ao Tejo, estendendo-se pelo campo de Sant'Anna e Santa Clara até ao Caes dos Soldados; pelo lado opposto acampavam os cruzados. Cinco mezes se prolongou o cerco, sendo tomada a cidade em 21 de outubro, mas só occupada pelos portuguezes em 23 do mesmo mez, conforme está dito. Um dos episodios do cerco foi o aprisionamento de uma formosa donzella sarracena, filha do alcaide e desposada de cid-Achim, rei de Silves, que veio entregar-se aos christãos, preferindo ser escravo com a sua noiva do que livre longe d'ella. D. Affonso, porém, não só lhe restituiu a donzella, como todos os despojos apprehendidos aos que a escoltavam para o castello de Alemquer, exigindo apenas do chefe arabe a promessa de nunca mais levantar armas contra os christãos, promessa que elle fez e cumpriu. Ha quem assevere que este episodio carece de confirmação, assim como simillante procedimento attribuido a D. Affonso IV na batalha do Salado.

O primeiro alcaide-mór de Lisboa, depois de tomada aos mouros, foi Pêro Viegas, fidalgo do sequito de D. Affonso e famigerado batalhador, que já possuia o cargo de alcaide-mór de Palmella.

1147—21 de novembro. Lança D. Affonso Henriques a primeira pedra para as egrejas de S. Vicente de Fóra e Nossa Senhora dos Martyres. Quando foi reconstruida a igreja de S. Vicente no tempo de Philippe II encontrou-se esta pedra, que se reconhecia pela inscripção latina, e por ella se vê que a invocação da igreja não foi só S. Vicente; diz assim:

«Esta igreja fundou el-rei D. Affonso I de Portugal á honra da bemaventurada sempre Virgem Maria e de S. Vicente Martyr, em 21 de novembro de 1147.»

1173—15 de setembro. Chegam a Lisboa as reliquias de S. Vicente, declarado pelos habitantes padroeiro da cidade; então adoptou-se o brazão de armas, que ainda hoje usa: — Um galeão navegando, tendo corvos á pôpa e á prôa e nos topos dos mastros.

Um corvo foi por muito tempo o timbre do municipio, e com este symbolo eram indicados os predios foreiros á cidade, signal tambem adoptado pelos frades de S. Vicente de fóra.

Foi S. Vicente martyrisado em Valencia, em 22 de janeiro do anno 366, por ordem do sanguinario Daciano, consul da peninsula no tempo do imperador Diocleciano; as reliquias do santo ficaram conservadas n'aquella cidade, mas em 713, por occasião dos arabes invadirem aquella região, alguns christãos para as furtarem a um desacato dos infieis, com ellas enabar-

caram, vindo aportar ao cabo de S. Vicente, onde erigiram uma ermida, mais tarde convertida em mosteiro e igreja. Conta-se que por occasião d'esta fuga os corvos não abandonaram o navio. Ha uma outra tradição, que omittimos por illogica.

Tomada Lisboa em 1147 os frades de S. Vicente, estabelecidos no Cabo expozeram ao rei os perigos a que se achavam expostos em sitio tão inhospito, pelo que D. Affonso ordenou a trasladação, sendo primeiro as reliquias depositadas na igreja de Santa Justa (onde hoje está o hotel Pelicano) igreja derrocada em 1755, e depois depositadas na Sé, onde se acham n'uma urna de prata.

1370—23 de fevereiro. Houve em Lisboa uma horrorosa tormenta de vento e chuva, que durou 12 horas, da meia noite ao meio dia. Fez voar a grande distancia, as telhas de muitos telhados, partiu os fechos e trancas fortíssimas das portas da Sé, levando-as até ao meio da igreja, arrancou quasi todas as arvores, muitos navios se despedaçaram uns contra os outros, e causou outros mais e grandes prejuizos.

1373—D. Henrique II de Castella entra em Portugal e saqueia e incendeia Lisboa; D. Fernando I estava em Santarem eahi se deixou ficar, sem acudir á capital.

1381 — 18 de julho. Entra a barra ao Tejo uma poderosa armada em que vinha Aymon, duque de Cambridge, casado com a filha de Pedro Cui, de Castella, morto pouco antes proximo ao castello de Monthiel por seu irmão Henrique.

O duque vinha vingar seu sogro e fazer valer os direitos de sua mulher á successão do throno de Castella. Foi recebido festivamente pelo nosso rei D. Fernando, que contratou casar sua filha Beatriz com o filho do duque, promettendo auxilio ao pretendente, que com effeito concedeu; porém em 1382 fez pazes com D. João I de Castella, faltando ao pactuado, e ajustou então o casamento da infanta, sua filha Beatriz, com o rei castelhano, casamento que se realiso a 12 de maio, retirando o duque descontentissimo com o monarcha portuguez, em razão da sua falta de palavra.

Não foi esta a unica vez que D. Fernando deu provas de que a sua palavra não merecia fé.

1383 — Setembro 3. Levanta o cerco de Lisboa D. João I de Castella, depois de ter em vão tentado reduzir a cidade por duas fórmas: fome e successivos assaltos, em que sempre as tropas castelhanas soffriam grandes perdas; este segundo cerco durou tres mezes.

1383 — 6 de dezembro. O mestre d'Aviz, depois D. João I, assassina nos paços reaes o gallego João Fernandes Andeiro, que D. Leonor Telles tinha feito conde d'Ourem e seu amante.

No mesmo dia o povo precipita do alto da torre do norte, da Sé de Lisboa, arrastando depois pelas

ruas da cidade, o seu bispo, por ser traidor á patria. O povo aclama o mestre d'Aviz regente e defensor do reino, tambem no mesmo dia.

1385—Janeiro 8. Descoberta de uma grande conspiração urdida contra o mestre de Aviz, *defensor do reino*, cujos chefes principaes eram o conde D. Gonçalo Telles de Menezes, irmão da rainha D. Leonor Telles e seu filho D. Martinho; D. Pedro, conde de Trastamara, D. Pedro de Castro, João Affonso de Baeça, Ayres Gonçalves e D. Garcia Gonçalves Valdez.

Só este ultimo foi condemnado á morte e executado no Rocio, queimado. Dos restantes cúmplices uns fugiram, outros estavam presos quando foi aclamado rei D. João I, que logo mandou cessar todo o procedimento contra elles, dizendo que «não devia o rei de Portugal vingar as offensas do mestre d'Aviz.» Prova-se por este e outros factos identicos que não é de agora só que se contam em Portugal *inglezados*, ou estrangeirados; já n'aquella epoca havia quem premeditasse a morte do mais valente e leal dos portuguezes para que o reino passasse ao poder de Castella.

1422—22 de agosto. D. João I manda substituir a era de Cesar pela de Nosso Senhor Jesus Christo. Estava-se então em 1460 e retrogradou-se trinta e oito annos, que tantos eram os de differença. Se continuassemos a usar a era de Cesar estaríamos hoje no anno 2028.

1472—15 de maio. Fundação do hospital real de S. José.

1490—1 de junho. A' ordem do rei D. João II foi posto fogo pela justiça do reino a uma casa na praça da Palha, não ficando d'ella outro signal mais do que umas poucas de cinzas; a rasão d'este procedimento foi—jogar-se na tal casa escandalosamente.

1492—Maio 15. D. João II, o príncipe perfeito, lança a primeira pedra para a construcção do hospital chamado de *Todos-os-Santos*, que existiu pouco mais ou menos onde hoje se acha a rua da Bitesga, e estendia-se ainda para os lados do Rocio e rua das Gallinheiras até á do Amparo.

Era em fórma de cruz, amplo, hygienico e rico de rendimentos.

Concluiu-o el-rei D. Manuel em 1501. Parte do sumptuoso edificio foi devorado por um grande incendio na noite de 27 de outubro de 1601, outra grande parte ardeu em 10 de agosto de 1750, acabando com o resto o terramoto de 1755. Não ha ainda muitos annos que, procedendo-se a obras na calçada e excavações para construcção de um cano, foram descobertos os degraus que davam ingresso ao templo, magnífica escadaria de 21 degraus, o primeiro dos quaes media 21 metros e 89 centímetros.

1497—Julho 8. Não somos nós dos povos mais entusiastas pelas glorias nacionaes; temos a esse res-

peito mais palavriado do que sentimento, aliaz a ninguém passaria desapercibido o dia 8 de julho de 1497, dia em que sahiu de Lisboa a famosa esquadilha capitaneada por Vasco da Gama, que só devia regressar ao reino depois de haver realisado a mais temerosa das emprezas d'aquella epoca, e a mais gloriosa e lucrativa para Portugal—a descoberta da India, dobrado o Cabo da Boa Esperança.

Embarcou Vasco na praia de Belem depois de haver passado com seus companheiros a noite em devota vigilia, na pequenina ermida, que ali existia e onde D. Manuel mandou erigir o riquissimo templo chamado dos Jeronymos.

Acompanhavam Vasco da Gama 170 homens, dos quaes apenas volveram a ver o Tejo 55, dois annos depois.

1499—Julho 10. Entrada no Tejo da nau de Nicolau Coelho, que trazia a Portugal noticia da descoberta da India.

Recebeu o rei aquelle capitão e ouviu d'elle a narrativa da gloriosa viagem. Vasco da Gama ficára na Ilha Terceira em razão de seu irmão Paulo ter enfermado mortalmente e ali fallecer.

Foi grande o jubilo na cidade, porque havia muito que os expedicionarios eram chorados mortos e ninguém contava ter mais noticias da frota nem das pessoas que ella transportára.

1499—Julho 29. Chega Vasco da Gama.

Mandou D. Manuel logo cantar na capella real solenne *Te-Deum*; que a nobreza fosse a Belem receber o arrojado navegador, fazendo-lhe cortejo toda a guarnição da capital; organisou o povo danças com musicas, consoante o costume da epoca, e assim se formou um prestito como nunca se vira em Lisboa, o qual acompanhou Gama até ao paço, onde D. Manuel o recebeu sentado no throno.

Entregou Vasco da Gama ao rei as cartas do Samorim e do rei de Melinde, e bem assim as primicias preciosas do vasto imperio, que elle adquirira para a corôa portugueza.

Em todo o reino se renderam publicas graças a Deus por tão fausto acontecimento, e outras festas e demonstrações de geral regosijo.

Não se faz hoje commemoração alguma d'este acontecimento, e ha razão para isso; de que serve lembrar as nossas glorias e riquezas, se não as temos sabido continuar nem conservar?

A India passou ao poder dos inglezes, assim como outras possessões, e não vem tarde o dia em que nos levem quanto resta. N'este estado é quasi para luto recordar que contámos entre os nossos maiores Vascos da Gama e Alvares Cabrael.

1503—1.º de setembro. Desembarca em Lisboa Vasco da Gama, de regresso da segunda viagem ao Oriente; d'esta vez trazia 13 naus carregadas de riquezas. Dirigiu-se ao paço com grande sequito, le-

vando diante de si um pagem com uma grande bandeja de prata, em que sahiam dois mil *meticaes* d'ouro, primeiro tributo de um dos reis indianos. D'este dinheiro se mandou fabricar a famosa custodia de Belem, obra riquíssima pela matéria, pelo primor e delicadeza do trabalho e ainda mais pelos factos gloriosos, que recorda.

1505—Julho 26. Sahe da igreja da Sé para a de S. Domingos procissão solemníssima denominada de *Triumpho*, em honra do valente capitão portuguez Duarte Pacheco Pereira, que a acompanhou debaixo do pallio ao lado direito de el-rei D. Manuel, o qual n'este momento o cummullou de honras e obsequios, para em breve o esquecer ao ponto de heroe, vindo a enfermar ter de recolher-se ao hospital da Misericórdia, onde morreu, em grande desgraça e miseria, abandonado de todos.

Na igreja de S. Domingos foi cantado solemne *Te-Deum* em acção de graças pelas repetidas victorias alcançadas por Duarte Pacheco, heroe das nossas epopeias coloniaes.

Orou D. Diogo Ortez, então bispo de Vizeu, considerado o melhor orador da sua epoca; o sermão foi um continuo e eloquentissimo elogio do estupendo valor e grande felicidade nas campanhas do famoso capitão.

1506—19 d'abril. Horrerosa mortandade nos judeus de Lisboa feita pelo povo da cidade, que attribuia a elles o flagello da peste.

D. Manuel manda queimar vivos, na praça do Rocio dois frades dominicos que foram os cabeças de motim e instigadores do povo para tamanhas barbaridades. Teve principio pelo seguinte facto:

O sol dava de chapa em um crucifixo, que estava sobre o arco da igreja de S. Domingos; entenderam que era milagroso o brilho que os raios do sol lhe causavam. Como um infeliz christão novo cahisse em dizer que o sol era a causa d'aquillo, foi logo arrastado para o Rocio, e ali o mataram e queimaram. Sahiram dois frades dominicos, cada um com seu crucifixo na mão, e com vociferações e imposturas de tanta maneira mais incendiaram a colera e crueldade do povo, que se propoz exterminar quantos mouros, judeus, christãos novos, recentemente convertidos, existiam na cidade.

Velhos, moços, mulheres e creanças ninguem escapava ao furor sanguinario da plebe. Accenderam grandes fogueiras no Rocio e na Ribeira Velha, e ali lançavam as victimas, mortas umas e outras vivas, tendo-lhes antes feito soffrer mil atrocidades. Dividiam ao meio as creanças de peito á vista das mães, puxando um por cada perna, e arrastavam ás fogueiras familias inteiras, não se esquecendo de roubar as casas dos desgraçados. Durou esta carnificina tres dias e morreram cerca de 4:000 pessoas!

D. Manuel estava com toda a cõrte fugido da pes-

te, em Abrantes, e vindo d'esta villa para Beja, soube no caminho d'este horroroso acontecimento, que o encheu de justa colera e foi, como devia ser, severo em castigar. Além dos dois frades, que mandou queimar, muitos dos assassinos foram enforcados e outros soffreram rigorosos castigos, tirando por esta occasião á cidade todos os seus privilegios, isenções e regalias.

1517 — Setembro 12. Grandes festas em Lisboa, interrompendo-se por ordem de D. Manuel o luto por D. Maria, mulher do monarcha venturoso, para acompanhar e festejar a procissão que devia conduzir o corpo de Santa Auita ao seu altar, mandado fazer pela rainha D. Leonor, viuva de D. João II, na igreja da Madre de Deus, em Xabregas, fundação da mesma senhora. Santa Auita era uma das onze mil virgens, companheiras de Santa Ursula e as suas reliquias haviam sido offerecidas á rainha de Portugal pelo imperador Maximiliano, seu primo co-irmão.

1531—A 7 de janeiro começou uma prolongada série de abalos de terra ou pequenos terramotos que durou 50 dias! Sentiram-se em todo o reino. Lisboa e seus arredores e as povoações do Ribatejo, como Santarem, Azambuja, Almeirim, Castanheira e outras foram as que mais soffreram; quasi toda a gente, sem excepção da familia real, fugiu de suas casas, esteve vivendo no campo.

Garcia de Rezende, testemunha presencial, diz:

Dous mezes assi estiveram  
Na mór força do inverno,  
Agoas, ventos, sosteveram,  
Tormentas, trovões soffreram,  
Bradando por Deus eterno.

Em Lisboa ficaram arruinados alguns templos e cahiram 1:300 casas, sepultando nas ruinas muita gente.

No Tejo submergiram-se muitos navios, e nos arredores de Lisboa desapareceram povoações quasi inteiras!

1552—11 de dezembro. Estando um padre a dizer missa na capella real de D. João III, e o rei presente, entrou um inglez e, quando o padre consagrava a hostia, tirou-lh'a da mão, entornando o calix. Foi logo preso e poucos dias depois queimado no Rocio. Os inglezes não vieram cá pedir satisfações.

1569—Grande peste em Lisboa, que principiou a 7 de junho.

(Continua.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa - Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup> - Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 35

## LISBOA

(Continuado do n.<sup>o</sup> antecedente)

Nos dias 10, 11 e 12 de julho, na maior força da peste, espalhou-se em Lisboa que no dia 13 d'esse mez se subverteria a cidade. Foi tal o panico que a cidade ficou quasi deshabitada, fugindo tudo para os campos por não haver habitações para tanta gente; derivou d'aqui a morte para grande numero de pessoas, não só da peste, mas tambem de fome, sede e outras calamidades.

1572—25 de julho. Procissão de *Triumpho* sahida da Sé para S. Domingos, onde se celebrou *Te-Deum*.

Debaixo do pallio ia o joven rei D. Sebastião, que então contava pouco mais de 18 annos, levando á sua direita D. Luiz de Athayde, um dos mais estremados cabos de guerra do seu tempo, vice rei da India, onde grangeára indelevel renome.

1572—Setembro 13. Fuedeou n'este dia no Tejo uma esquadra de 40 navios de alto bordo, para que estavam alistados 10:000 combatentes, entre os quaes avultavam representantes das principaes familias de Portugal.

Fôra D. Sebastião que mandára reunir esta frota e, como em todas as suas cousas, este caprichoso mancebo manifestava a extravagancia do character. nunca se soube qual a expedição a que a esquadra se destinava, suppondo uns que era para auxiliar o papa Pio II na liga contra os turcos, outros que para socorrer Henrique III na guerra com os huguenotes ou calvinistas. O certo é que a poderosa esquadra, uma das mais fortes e numerosas que se reuniram por aquelles tempos, foi destruida no Tejo por um violento cyclone, que metheu alguns vasos a pique e outros espedaçou, chocando-os com violentos embates. Foi o maior desastre naval succedido no Tejo, que tanto tem de ameno e hospitaleiro, como de temivel quando o tufão irrita as vagas da sua avantajada bacia.

1580—A 28 de junho chegou a Lisboa D. Antonio, prior do Crato, que tinha sido aclamado rei de Portugal, em Santarem, a 24 do mesmo mez. Foi residir nos paços reaes, onde dava expediente aos negocios publicos; mandou cunhar moeda, e exerceu todos os direitos magestáticos.

O duque de Alba investiu Lisboa a 25 de agosto com 22:000 homens. D. Antonio oppoz-se-lhe na ponte de Alcantara, com 4:000 homens, mal armados e peor exercitados, e ali foi derrotado, tendo de fugir de seguida para salvar a vida.—Os castelhanos, quando entraram em Lisboa, commetteram toda a casta de barbaridades; o duque vencedor, mandou ir a nobreza de Lisboa á sua presença prestar obediencia ao usurpador.—Quasi todos obedeceram!

1581—A 4 de fevereiro é prohibida pelos castelhanos a moeda de D. Antonio.

A 4 de abril entra em Lisboa o *Diabo do Meio Dia*, Philippe II de Castella, que é recebido com grandes festas.

1588—Maio 30. Sahe a barra de Lisboa a poderosa armada que Philippe II mandou contra a Inglaterra. Foi a maior frota que navegou no Oceano, pois constava de 134 galeões, sendo alguns de estupenda grandeza, e 40 navios de varios tamanhos; alguns auctores elevam o numero de vasos entre os grandes barcos de combate e os auxiliares a 222 vélas; embarcaram n'esta frota 30:000 homens de mar e guerra, em cujo numero entraram cerca de 200 das principaes familias de Portugal e de Hespanha. Comandava este exercito o duque de Medina Sidonia, D. Affonso Peres de Gusman.

Propositára D. Philippe II, o *Demonio do Meio Dia*, destruir o ninho dos «piratas europeus», e essa era a empresa a que se destinava a armada, cognominada a *Invincivel*.

Que enorme beneficio teria prestado ao mundo se conseguisse realizar o seu intento o tetrico fundador do Escorial! mas o grande numero de vasos, a mesma magestade da armada foi o que occasionou a sua ruina.

Já avistavam as ilhas britannicas que demandavam para aniquillar os orgulhosos habitantes, quando no canal da Mancha cahiu sobre a esquadra tão forte temporal que, não podendo os navios pelo grande numero governar, cahiram uns sobre os outros e sobroraram todos. Foi este desastre não menos grave do que o de Alcacer-Quibir, não pelo lado politico, mas pelo material, pelas enormes despezas que se fizera com a esquadra e pelo grande numero de soldados que com ella foram perdidos.

Prova isto que a Inglaterra é de tanta maneira diabolica que nem o proprio *Demonio do Meio Dia*

conseguiu «metter dente», como diziam os nossos vellos, com ella.

1589—Maio 30. D. Antonio, prior do Crato, era o successor do throno, morto D. Henrique, as seductoras offertas de Filippe II e a sorte das armas de tal fórma conspiraram contra elle que se viu forçado a abandonar o reino. Mais tarde fez um tratado vergonhoso com Izabel, de Inglaterra,—a mesma que mandou decapitar a formosa e infeliz Maria Stuart,—pelo qual se obrigava a pagar um tributo annual de 120 contos (300:000 cruzados) além de cinco milhões de cruzados por uma só vez; mediante estas condições deu-lhe a rainha uma frota com 12:000 homens, que desembarcaram em Cascaes em 24 de maio e atacaram Lisboa em 30 do mesmo mez, chegando até aonde hoje é S. Pedro d'Alcantara e se chamava então «os moinhos de vento.»

Contava o principe que os de Lisboa se sublevariam á sua approximação e assim succederia se por ventura se não tornassem notorias as condições do contracto feito com a Inglaterra. Os lisboenses não se sublevaram e os inglezes vendo que sem esse auxilio nada faziam, retiraram não sem primeiro, como bons inglezes e leaes alliados, em Cascaes se demorarem nove dias consagrados a roubos de toda a especie, de maneira que ainda levaram abundancia de despojos. Foi a ultima tentativa do prior do Crato que veio a morrer pobremente em Paris em 1593.

1597—Horriavel terramoto em Lisboa, que subverteu tres ruas no bairro de Santa Catharina, partindo o monte ao meio.

Teve lugar pelas 11 horas da noite. As ruas subvertidas tinham 110 moradas de casas, a maior parte d'ellas grandes, na *Boa Vista*, pelo que ao sitio se ficou chamando *casas cahidas*. Ao pé do Monte de Santa Catharina do Monte Sinay, correu a terra para o lado do mar, levando grande parte do dito monte. Antes alguns minutos da catastrophe ouviram-se estalar as casas com grande estrondo, o que deu aviso aos moradores, que tiveram tempo de fugir no estado em que estavam (alguns nús), pelo que não morreram ninguem.

1598—22 de julho. Sentiu-se em Lisboa outro violento terramoto.

No mesmo anno, a 15 de outubro, principia uma terrível peste, que durou 3 annos! Morreram muitos milhares de pessoas.

1608—6 de fevereiro. Aqui nasce o célebre classico e eminentissimo prégador padre Antonio Vieira, que morreu na Bahia a 18 de julho de 1697. Ainda existe na Sé a pia em que elle foi baptisado.

1615—29 de agosto. Morre em Lisboa o notavel mathematico Pedro Nunes, o mais abalizado scientifico do seu tempo; deixou varios livros em latim e portuguez muito estimadissimos. Nasceu em Alcacer do Sal.

1620—Filippe III vem a Lisboa, onde reúne côrtes para reconhecer seu filho. Fazem-lhe aqui tão grandes festas que elle disse que só n'aquelle dia fóra rei!—o que prova que os lisboetas sempre foram... tolos; não é molestia d'agora.

Em 14 de julho, nos paços da Ribeira e em presença dos *Tres Estados do Reino*, jurou manter os fóros e liberdades de Portugal.

1624—22 de novembro. Sahe do Tejo uma esquadra composta de 26 galeões e navios de alto bordo, que junto á esquadra de Castella foi tomar a Bahia aos hollandezes, o que se realisou depois de repetidos combates.

1630—Na noite de 15 de janeiro entraram na igreja de Santa Engracia alguns malfeteiros, arrombaram a porta do sacrario e levaram um cofre de tartaruga com uma hostia e 10 ou 12 particulas consagradas, e de um vaso doirado, uma hostia e 25 particulas. Foi preso um cavalleiro, bom christão e de muito bom comportamento, chamado Simão Pires de Solis, e tantas judiarias lhe fizeram com as torturas, que o pobre homem, para que cessassem de o atormentar, confessou o sacrilegio, pelo que a Relação de Lisboa o condemnou a ser queimado vivo, por accordão de 31 de janeiro do mesmo anno, que se cumpriu logo a 13 de fevereiro no campo de Santa Clara, perto da igreja de Santa Engracia. Mais tarde veio a saber-se que o desgraçado Solis morrera innocente.

1640—1.º de dezembro. Sessenta annos tinham passado depois que os castelhanos, pela traição dos governadores do reino, principalmente de D. Christovão de Moura, se haviam apoderado de Portugal. Tres haviam sido os monarchas da dynastia phillippina e cada um retrahira mais os fóros e liberdades portuguezas. O ultimo, Filippe IV, nomeára vice-rainha a duqueza de Mantua, senhora edosa, irresoluta e inexperiente em práticas governativas; mas junto d'ella estava Miguel de Vasconcellos, que pretendia fazer esquecer a sua nacionalidade por meio de rigores e de vexames espantosos. Premeditaram quarenta fidalgos e pessoas nobres restaurar o reino, dirigidos e instigados pelo famoso secretario do duque de Bragança, João Pinto Ribeiro; concertaram de acclamar o duque rei e sacudir o jugo castelhano. Estes quarenta heroes arriscavam a vida; nada arriscava o duque que não tomava parte no movimento e só aproveitava; pois ainda assim foi difficil resolver o a prometter aceitar a corôa, tão pusillanime era.

Custa a conceber como quarenta homens, um dos quaes octogenario e outro frade, padre Nicolau da Maia, que não pouco contribuiu para a realisação da arrojada empreza, a conseguiram levar a effeito.

Realisavam-se as conferencias dos conjurados no palacio dos condes de Almada, e ali concertaram que o golpe de mão seria dado no 1.º de dezembro, ás 9 horas da manhã. A essa hora nem um faltava nos

paços da Ribeira, e, apenas o relógio da Sé batia a nona badalada, uns atacavam a guarda tudesca, outros a castelhana que, tomadas de improviso, se renderam de prompto. Entrando no paço, para onde acudia multidão, porque o juiz do povo que estava no segredo apenas soára a hora marcada começou de chamar soccorro, foi morto Miguel de Vasconcellos e lançado da janella para o terreiro publico.

Ao mesmo tempo D. Miguel de Almeida, um venerando ancião coberto de cãs, e que fóra quem dera o signal—um tiro de pistola—soltou o primeiro grito de Real por D. João, rei de Portugal, que logo foi repetido pelo povo, ao mesmo tempo. D. Carlos de Noronha arrancava á tibia vice-rainha ordem para entregar o castello de S. Jorge; e no fim do dia estavam expulsos os hespanhões de Lisboa, sem effusão de sangue, pois foi limitadissimo o numero das victimas da mais furiosa revolução que se tem realisado não só pelo fim, emancipar um povo, como pela maneira como foi levada a effeito.

Poucos dias depois em todo o paiz tinha cahido o jugo castelhano para nunca mais se restabelecer, apesar de se seguir uma lucta que durou vinte sete annos.

Em seguida damos a relação dos heroes d'esse dia para sempre memoravel que prestaram á patria o mais valioso dos serviços, o resgate da autonomia nacional e a restauração da sua independencia.

Dr. João Pinto Ribeiro, juiz de fóra de Pinhel, Ponte de Lima e outros logares.

D. Miguel d'Almeida, conde d'Abrantes, conselheiro d'estado e vedor da fazenda.

D. Antão d'Almada, governador civil da cidade e primeiro embaixador á corte de Inglaterra.

Jorge de Mello, general das galês e conselheiro de guerra.

Pedro de Mendonça, alcaide mór de Mourão, guarda-mór d'el-rei, na ausencia do conde de Villa Nova, proprietario d'este emprego, que se achava retido em Hespanha.

D. Antonio Mascarenhas, commendador da ordem de Christo.

D. Antonio Tello, capitão-mór das naus da India.

D. Gastão Coutinho, governador da provincia do Minho e conselheiro de guerra.

D. Luiz d'Almeida, que serviu na guerra da restauração.

D. Alvaro d'Abranches, general do Minho e conselheiro de guerra.

D. Affonso de Menezes, mestre-sala de D. João IV.

D. Antonio Luiz de Menezes, 3.º conde de Cantanhede, 1.º marquez de Marialva, conselheiro d'estado e da guerra, vedor da fazenda, governador das armas no Alemtejo, capitão-general do exercito da Extremadura e um dos plenipotenciarios da paz.

Dr. João Sanches de Baena, lente de canones em

Coimbra, depois desembargador da Relação do Porto e por fim desembargador do paço.

D. Rodrigo de Menezes, desembargador do paço, regedor das justiças, presidente do desembargo do paço, estribeiro-mór do principe D. Theodosio e seu camarista.

D. João da Costa, 1.º conde de Soure, governador das armas do Alemtejo, general de cavallaria e embaixador a Luiz XIV de França.

D. Antonio da Costa, serviu na guerra da acclamação.

D. Antonio d'Alcaçova, serviu na India e foi capitão do Norte.

D. João de Sá e Menezes, 3.º conde de Penaguião, camareiro-mór de D. João IV e D. Affonso VI, do conselho d'estado e da guerra e embaixador extraordinario na Inglaterra.

João Rodrigues de Sá, commendador e alcaide-mór de Sines.

Antonio de Saldanha, alcaide-mór de Villa Real, capitão-mór das naus da India, general da armada que foi restaurar a ilha Terceira, governador da torre de S. Vicente de Belem, conselheiro de guerra e commendador de Serrazes.

Ayres de Saldanha, commendador e alcaide-mór de Soure; morreu na batalha de Montijo.

João de Saldanha e Sousa, mestre de campo, na batalha de Montijo.

João de Saldanha da Gama, capitão de cavallaria no Alemtejo; morreu na batalha do Montijo.

Antonio de Saldanha, sendo conego, renunciou a vida ecclesiastica pela das armas e combateu valorosamente na batalha do Montijo.

Bartholomeu de Saldanha, morreu na batalha do Montijo.

Sancho Dias de Saldanha, morto em combate contra os castelhanos em 1612.

D. Jeronymo de Athayde, 6.º conde da Athouguia; conselheiro d'estado, governador de Traz-os-Montes e Alemtejo e presidente da junta do commercio.

D. Francisco Coutinho, falleceu em Elvas, combatendo contra os castelhanos.

D. Vasco Coutinho, serviu na guerra da restauração.

Martim Affonso de Mello, conde de S. Lourenço, governador das armas do Alemtejo e camarista do principe D. Theodosio.

Luiz de Mello, porteiro-mór.

Manuel de Mello, regedor das justiças e grão-prior do Crato.

Francisco de Mello e Torres, 1.º conde da Ponte, marquez de Sande e general de artilheria.

Antonio de Mello e Castro, capitão de Sofala e um dos mais insignes governadores da India.

D. João Pereira, prior de S. Nicolau.

Fernão Telles da Silva, 1.º conde de Villa Maior,

governador das armas da provincia da Beira mordo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão.

Antonio Telles da Silva, capitão das naus da India, governador do Brazil e conde de Villa Pouca.

D. Fernão Telles de Faro, general da provincia da Beira.

D. Antonio da Cunha, senhor de Tábua, guarda-mór da Torre do Tombo e deputado á junta dos tres estados.

Tristão da Cunha e Athayde, senhor de Pavolide.

Luiz da Cunha Athayde e Mello, filho de Tristão da Cunha e Athayde.

Nuno da Cunha, conde de Pontével e presidente do senado.

Estevão da Cunha, parochio de S. Jorge de Lisboa e bispo eleito de Miranda.

Luiz da Cunha, serviu na guerra da restauração e falleceu na batalha do Montijo.

Luiz Alvares da Cunha e Azevedo, filho de Duarte da Cunha e Azevedo, morgado dos Olivaes.

Duarte da Cunha e Azevedo, filho de Luiz Alvares da Cunha e Azevedo.

Tristão de Mendonça, primeiro embaixador á Hollanda.

Henrique de Mendonça, commendador d'Avanca.

Luiz de Mendonça, conde do Lavradio, general dos galeões e vice-rei da India.

D. Manuel Childe Rolim.

D. Francisco de Sousa, conde do Prado, 1.º marquez de Minas, embaixador a Roma e presidente do conselho do Ultramar.

Thomé de Sousa, foi védor da casa real e governador de Angola.

D. Paulo da Gama, era filho de D. Vasco da Gama, descendente do grande D. Vasco da Gama, descobridor da India.

D. Thomaz de Noronha, conde dos Arcos, presidente do conselho do Ultramar e camarista do príncipe D. Theodosio.

D. Francisco de Noronha, irmão de D. Thomaz de Noronha.

D. Carlos de Noronha, presidente da mesa da consciencia e ordens.

Miguel Maldonado, escrivão da chancellaria-mór do reino.

Vicente Soares Maldonado, Francisco Maldonado, Sebastião Maldonado e seus filhos; Gonçalo de Tavares e Tavora, filho de Francisco Tavares, senhor de Mira; Gil Vaz Lobo, alcaide-mór de Cintra, filho de Gomes Freire de Andrade; Roy de Figueiredo, senhor de Otta; Luiz de Figueiredo, irmão do antecedente; Gaspar de Brito Freire, seu filho Luiz de Brito Freire; Manuel Velho, filho de Duarte Velho; Francisco Brandão, filho de Carlos Brandão; Francisco Freire Brandão; Francisco de Sampaio, que foi fronteiro-mór.

## POPULARES

O padre Nicolau da Maia. (Este com um alfange na mão direita e um crucifixo na esquerda, com aquelle cortando castelhanos e com este animando os portu-guezes) — o capitão Marcos Antonio de Azevedo — o capitão Vasco Coutinho de Azevedo—Francisco de Vasconcellos—Luiz de Loureiro—o capitão Jordão de Barros e Sousa—Antonio do Rego Beliago e seu filho João do Rego Beliago—Antonio Figueira da Maia—o padre Bernardo da Costa—o alferes Marcos Leitão de Lima—o licenciado Gabriel da Costa, quartenario da Sé—Manuel da Costa, seu irmão — Paulo de Sá — o capitão Diogo Penteado — Manuel de Novaes Carvalho — Manuel d'Azevedo — João da Silva do Valle — Miguel da Silva—Gregorio da Costa—o alferes Francisco de Tavora — Gonçalo de Sampaio — Manuel de Sampaio — Gaspar de Tovar—Pedro de Abreu — Simão da Cunha —Luiz Alves Banha—Bento da Motta Gusmão—Affonso Mendes — Luiz Godinho, escrivão do pescado — o capitão Antonio Franco de Lima—Alberto Raposo — Paulo de Moura—João Ribeiro—o licenciado Gaspar Clemente.

1640 — 13 de dezembro. Acclamação official de D. João IV. Festa solemmissima e dia de grande jubilo para Lisboa foram estes, porque pela primeira vez depois de sessenta annos de captiveiro, se via solta ao vento a bandeira das quinas, livre e intemerata. Celebrou se a cerimonia de acclamação n'uma tribuna armada (*ad hoc*) junto á varanda dos paços da Ribeira, onde o rei já estava alojado. Ahi proclamou o alferes-mór do reino o novo monarcha com as vozes do estylo: «Real, Real, Real, por D. João IV, rei de Portugal», seguindo depois o cortejo para a Sé, onde foi cantado *Te-Deum* em acção de graças. Antes de entrar na Sé, na praça do Pelourinho Velho, realisou-se a solemnidade da entrega das chaves da cidade.

1644—29 de agosto. Foram degolados, na praça do Rocio, por traidores ao rei e á patria, o duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o conde de Armamar e D. Agostinho Manuel de Vasconcellos.

Pelo mesmo crime estavam presos o arcebispo de Braga e o inquisidor geral, que depois de muitos annos de prisão foram perdoados. Tinham sido presos a 28 de julho.

1662—23 de abril. N'este dia saiu de Lisboa a infanta D. Catharina, irmã do rei D. Affonso, e desposada de Carlos II de Inglaterra.

N'outros tempos foram frequentes os consorcios de infantes de Portugal com os monarchas dos grandes estados, mas este ficou sobremancira assignalado na historia.

(*Continua.*)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 36

## LISBOA

(Continuado do n.<sup>o</sup> antecedente)

Em dote presenteava-se esta princeza com um dos mais ricos e vastos emporios do mundo ou pelo menos a parte mais importante d'elle. Referimo-nos a Bombaim e outras possessões colonias que faziam parte do dote da princeza com a condição de regressarem por sua morte á corôa de Portugal. Os nossos *feis aliados* da Mancha, porém nunca cumpriram a ultima parte do contracto, porque elles são sempre assim: inflexiveis nos contractos que lhes aproveitam, mas incorrigiveis na dobléz e velhacaria, quando a desvantagem é para elles.

Fizeram-se grandes festas em Lisboa para solemnizar este consorcio que tão caro nos custava.

1663—25 de maio. Teve lugar n'este dia em Lisboa um tumulto a que deram o nome de *Santo motim*, Evora sitiada por D. João d'Áustria capitulou em 22, mas a notícia só chegou a Lisboa a 24, apenas se espalhou a ruim nova enorme multidão se juntou nos paços da Ribeira pedindo a cabeça dos traidores, assim consideravam os valentes generaes que obravam prodigios de valor defendendo o reino, com pouca gente, de exercitos poderosos. Como entrasse n'esta conta o marquez de Marialva foram atacar o palácio do valente general, que mal pensava quão mal eram comprehendidos e apreciados seus serviços. Estavam no palacio, situado onde hoje é a praça de Luiz de Camões—a marqueza de Marialva e suas filhas, que mal tiveram tempo de fugir pelas trazeiras, indo accher-se ao convento da Esperança. O povo entrou de tropel no palacio, espancou os creados, destruiu todo o que encontrou e ia queimar o edificio quando appareceu o conde de Sarzedas, que corajosamente se lançou ao meio da gentilha enfurecida, e recordando os serviços, a bravura, a lealdade e a dedicação do valente general, conseguiu serenar o povo. Não só n'este lugar houve scenas de vandalismo; como eram numerosos os bandos de populares, cada um correu para seu lado, espalhando o terror por toda a parte. Não se recorreu á tropa, que talvez houvesse feito causa commum com o povo, foi aos frades que o governo encarregou de tranquillisar os animos. Com effeito de muitos conventos saíram as comunidades; de cruz alçada e com o Sacramento em procissão iam

prêgando ao povo e pedindo-lhe que não commettesse desatinos. Serenou então o *Santo motim*, de que resultou formar-se um exercito em Aldegallega, o qual com os restos dos terços do marquez de Marialva e de D. Sancho Manuel retomou Evora a 24 de junho, apreendendo 13 peças de artilheria, muito armamento, munições de guerra, 800 ginetes, etc. Foi tambem este exercito que venceu a grande batalha do Ameixial.

1666—29 d'agosto. Começaram n'este dia e prolongaram-se por muitos seguintes os festejos por occasião do consorcio de D. Affonso VI com D. Maria de Saboya. Hoje que se censura e alardeia as despesas relativamente insignificantes feitas com taes festas, mal se imagina o que foi em Lisboa por occasião do consorcio do infeliz principe, que dois annos mais tarde perdeu ao mesmo tempo a corôa, a mulher e a liberdade, a esforços da formosa dama que n'esse dia tão festejada foi por todos os habitantes da capital. Corridas de canas em que tomaram parte 384 pessoas nobres, tres corridas de touros chamados *reaes*, por serem lidados por fidalgos, lindos e repetidos fogos d'artificio queimados em diversos pontos da cidade e muitas outras diversões, encheram de gaudio a corte e a cidade e os numerosos estrangeiros, que a noticia das festas aqui atrahira.

Pois não era prospero o estado da fazenda publica nem grande o contentamento popular. Havia 26 annos que se sustentava permanentemente guerra com Castella; a louca e turbulenta mocidade de D. Affonso VI, as proezas dos seus *valentes* que quasi todas as noites faziam correrias na cidade, raptando mulheres e espancando os burguezes, tudo concorria para não ser em demasia intensa a satisfação popular. E' que n'este tempo não havia opposições para assoprar a indignação publico; os descontentes e aggravados apenas desafogavam com os intimos e ainda de fórma que mais ninguem os ouvisse.

1667—23 de novembro. Os partidarios do infante D. Pedro e da rainha D. Maria de Saboya, que já a este tempo se havia recolhido ao convento da Esperança d'oade requerera a annullação do consorcio por fundamentos escandalosos, obrigam o rei a abdicar em seu irmão que no mesmo dia tomou conta do governo com o titulo de regente. Bem podia D. Pedro contentar-se com a corôa e a mulher de seu irmão, com a qual veio a casar em 1668, e deixar a liber-

dade ao irmão, mas temendo que este, livre, pudesse desmentir os embustes do processo, enviou-o primeiro para o castello de S. João Baptista da cidade de Angra, na ilha Terceira, e depois para o palacio real de Cintra, onde ainda hoje a sala, que lhe serviu de prisão, é visitada por muita gente. Morreu ali aos quarenta annos de idade, em 12 de setembro de 1683, depois de 16 annos de captiveiro.

1707—9 de março. Desembarca em Lisboa, onde foi recebido com grande pompa e ruidosos festejos o archiduque Carlos, depois imperador de Allemânia, que viaha para passar a Castella cuja corôa disputava a Philippe V. O archiduque recebeu de D. Pedro II não só hospitalidade magnifica e riquissimos presentes, mas o auxilio de um exercito poderoso commandado pelo bravo marquez das Minas e em que militavam guerreiros afamados como o conde de S. Vicente, morto em Broças. Por duas vezes o exercito portuguez entrou em Madrid, ganhando batalhas gloriosas como a de Saragoça em 1710. Os castelhanos tambem invadiram Portugal, chegando a tomar Serpa. Esta guerra durou 11 annos e terminou pela paz ou tratado de Utrecht, assignado a 13 de fevereiro de 1713.

1716—23 de julho. Sae do porto de Lisboa uma esquadrilla composta de nove vasos, sendo seis de guerra, um de fogo, outro para ambulancia e o ultimo para transportes, iam a bordo 2 731 praças. O fim d'esta expedição era combater os turcos, em guerra com os Estados Pontificios e fazer levantar o assedio de Corfú que estava a ponto de render-se aos musulmanos. Era, porém, tal o prestigio das armas portuguezas ainda n'esta época que, apenas chegada a esquadra portugueza ás visinhanças da ilha, os turcos levantaram o assedio e fizeram-se ao largo, não esperando combate. Muitos esforços empregaram os navios christãos para os alcançarem, mas sem resultado.

1720—8 de dezembro. Tveo lugar a primeira sessão da Academia Real de Historia Portugueza, no palacio dos duques de Bragança, na rua do Thesouro Velho. D. João V declarou-se, por decreto especial, protector d'este instituto, nomeando os directores. — Hoje é Academia Real das Sciencias.

1723—O flagello da peste invade outra vez Portugal, morrendo d'ella mais de 40:000 pessoas, só em Lisboa.

—Em 24 de setembro, horroroso auto de fé, em que foram queimados vivos varios desgraçados, accusados do crime de heresia, no largo do Rocio.

1728—23 de agosto. N'este dia presenciamos os habitantes da capital um atroz supplicio, o d'um mancebo de 18 a 19 annos, accusado de haver roubado a pixide, em que estava o Santissimo Sacramento na igreja matriz da villa de Monforte, no Alentejo. O supplicio d'este desgraçado consistiu em ter as mãos

cortadas, sendo garrotado em seguida e por fim queimado. O supplicio teve lugar no Rocio e desde a cadeia até ao lugar da execução foi levado a rastos por um cavallo, a cuja cauda ia amarrado.

Parece impossivel que o bicho homem não seja aparentado com as bestas mais ferozes; o que é certo é que em entranhas tigrinas nenhuma lhe ganha.

A fera defende-se ou ataca, fere ou mata, mas esta accumulção de tratos atrocissimos, cuja memoria obriga a resfriar o coração e a fugir a luz do cerebro, são propriedade exclusiva da humanidade. Não nos admira que assim se procedesse em 1728, quando ainda hoje ha quem diga que a pena de morte é necessaria e deve ser restabelecida!...

1741—21 de julho. Creação do Seminario Patriarchal, no palacio e suas pertencças dos arcebispos de Lisboa.

Este palacio foi destruido pelo terramoto de 1755 mas ainda restam ruinas, que são o chamado pateo da Sé, em frente do Aljube. Auctorisou-o por bulla o papa Benedicto XIV.

1744 — Outubro 4. Começa a correr em Lisboa a agua chamada *livre*, tendo-se ultimado o magnifico aqueducto em agosto anterior. O primeiro chafariz era feito de madeira e installado no sitio das Amoreiras, ao Rato.

1753 — Maio 28. E' proferida em Lisboa a sentença que condemnava á morte José Nicós Lisboa Côrte-Real, e mais nove companheiros, sendo os demais punidos com degredo, depois de açoitados pelas ruas publicas. José Nicós formára uma quadrilha de ladrões que, com documentos falsificados, deixou muitas famílias abastadas a pedir esmola; foi esta a primeira companhia que teve o nome de *Olho Vivo*. O réu Nicós teve por empenhos commutação da pena de morte, mas de pouco lhe valeu por que, por provisão régia o mandaram encerrar n'uma cellula subterranea da torre de Bugio, que media apenas seis palmos de largo, onze de comprido e vinte e cinco de alto, recebendo luz por uma fresta. Não é de crêr que lá vivesse muito tempo. A razão d'este extremo rigor é que os crimes da quadrilha haviam assumido proporções assombrosas, affectando o commercio ultramarino, porque elles levavam a impudencia ao ponto de pôrem em juizo letras falsificadas com tanta habilidade que eram julgadas boas e os suppositos accetantes e saccadores obrigados a pagar, o que se repetira tantas vezes que levantou grande escandallo.

1755—1 de novembro. Espantoso terramoto, que destruiu metade da cidade de Lisboa, e foi seguido de outros menores, mas tambem violentos, que duraram 8 dias. Sentiu-se em todo o reino, em quasi toda a Europa, na America e em quasi todo o mundo esta tremenda convulsão; em Lisboa morreram esmagadas debaixo dos edificios mais de 40:000 pes-

soas. Os prejuizos foram calculados em centenas de milhares. Numerosos bandos de salteadores roubavam as casas abandonadas pelos habitantes espavoridos, e até as victimas moribundas ou gravemente feridas despojavam. O marquez de Pombal desenvolveu n'essa crise pasmosa energia: mandou erigir quarenta e tantas forcas, e os ladrões apanhados em flagrante eram logo justicados, ficando seus corpos expostos no patíbulo, para exemplo. Só assim pôde obstar á foga série de roubos e barbaridades. Este grande ministro cuidou tambem, com toda a actividade que lhe era propria, de socorrer por todos os modos os habitantes de Lisboa, e deu logo principio á reedificação da cidade.

Citam-se d'elle estas palavras: Perguntando-lhe o rei o que se havia de fazer em tão triste conjunctura, o ministro respondeu :

— «Enterrar os mortos e cuidar dos vivos».

E assim fez.

Só temp'os, ficaram completamente arruinados, e foram em seguida devorados pelas chammas, os de Santa Maria Maior, Magdalena, Conceição, Loyos, Misericordia, Santa Justa, S. Julião, Victoria, S. Domingos, Patriarchal, Boa Hora, Espirito Santo, Martyres, S. Francisco da cidade, Corpo Santo, Sacramento, Trindade, Carmo, Loreto, Santa Engracia, Chagas e S. Paulo. E ficaram em completa ruina as igrejas de S. Vicente, Santa Clara, Santa Monica, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora da Penha de França, S. Pedro de Alcantara, Sant'Anna, Calvario e Santo Antonio dos Capuchos.

Soffreram tambem muito as igrejas da Madre de Deus, Bernardos e Santos-o-Velho.

1773—27 de maio. E' collocada na Praça do Commercio (Terreiro do Paço) a estatua equestre de D. José I, que veiu a ser inaugurada a 6 de junho seguinte por ser esse dia o dos annos do rei, que completava 61. O desenho e superintendencia d'esta magnifica obra foi de Joaquim Machado de Castro; a fundição e cizellado sob a direcção do engenheiro Bartholomen da Costa; principiou a obra a 13 de outubro de 1774 e findou a 13 de maio de 1775. Em 7 mezes se concluiu o magestoso monumento!

1775 — 11 de outubro. E' esartejado na praia da Junqueira o genovez João Baptista Pelle, accusado de haver premeditado assassinar o primeiro ministro, marquez de Pombal. O supplicio d'este infeliz, cujo crime nunca se provou e cuja accusação consistia em haver inventado uma machina infernal, foi um dos meios de que o grande inimigo dos jesuitas lançou mão para amedrontar os que contra elle conspiravam. Junto ao supplicio do miseravel louco Gabriel Malagrida, com que teve em mira supplantar o clero e expôr á irrisão os jesuitas, e ao duque de Aveiro e seus suppostos cúmplices, mortos barbaramente para infundir respeito á nobreza, este homicidio legal é

dos graves delictos do eminente estadista e que a posteridade jámais lhe poderá perdoar. O Richelieu portuguez não quiz deixar de acompanhar até na barbaridade o seu émulo franco. A Calais, Cinq-Mars, Montmorency e De Thou, correspondem dignamente os Tavoras, Malagrida e João Baptista Pelle.

O infeliz genovez foi denunciado pelo medico brasileiro Luiz José de Figueiredo, que viera degredado para o reino por delictos commettidos no Brazil. João Baptista Pelle teve as mãos cortadas, em seguida amarraram-n'o pelos membros a quatro cavallos, que deviam fazel-o em pedaços; como, porém, os animaes empregados na terrivel execução, não tivessem forças para isso, foi estrangulado e em seguida queimado e as cinzas lançadas ao Tejo. O supplicio d'este desgraçado foi horrivel, pois passaram-se mais de 13 minutos, empregando-se esforços inuteis para o esartejarem, ao mesmo tempo que de cada pulso cortado lhe manava um rio de sangue; e o desgraçado estava innocente!..

Bem se presta este facto a alterar dois versos de Camões dizendo e com verdade:

Tambem entre os portuguezes

Alguns barbaros houve algumas vezes.

1788 Invento um systema de caadieiros para illuminação publica o engenheiro Martinho Antonio de Castro, invento que foi mandado pôr em pratica pelo intendente geral de policia da côrte e reino, Diogo Ignacio de Pina Manique depois de 1790. Este systema, que hoje nos parece ridiculo e extravagante, foi no seu tempo modêlo de bom gosto e elegancia e considerado muito superior aos usados em Paris e Londres na mesma época. Só em 1850 começou a cidade a ser illuminada a gaz, posto que já em 1830 o conde de Farrobo o houvesse empregado no seu theatro da quinta das Lorangeiras.

1807—A 29 de novembro sabe a barra de Lisboa a familia real portugueza, ausentando-se para o Brazil, e abandonando o reino nas vespersas de invasão.

No dia seguinte entrou em Lisboa o general Junot com o exercito francez, que mais parecia uma horda de bandidos do que um corpo militar; vinham quasi descalços e esfarrapados. Junot apenas occupou a cidade, entendendo que o rei lhe cedera os direitos de governança, começou decretando e fazendo executar seus decretos, em alguns dos quaes dominava o bom senso e o desejo apenas de não perder o que lhe haviam abandonado.

Só a 13 de dezembro se atreveu a mandar arriar a bandeira portugueza, substituindo-a pela das aguias napoleonicas.

1811 — 2 de dezembro. N'este dia cahiu toda Lisboa na historica esparrella do «homem das botas.»

Foi o caso que no tempo da guerra peninsular os santarenos trouxeram para Lisboa o *Santo Milagre*, que entregaram á guarda do Cabido, na Sé de Lisboa d'onde passou para a capella do patriarcha em Marvilla. Como fossem expulsos do territorio portuguez os invasores, pretenderam os de Santarem re-haver a sua preciosa reliquia, mas oppunham-se os de Lisboa, temendo-se por esse motivo graves desordens. Apareceram, pois, cartazes em todas as esquinas da cidade, no dia 30 de novembro noticiando que na segunda feira seguinte um official do exercito britannico faria a travessia do Tejo, partindo da Torre de Belem, com o auxilio de umas botas de cortiça. A hora marcada era a 1 da tarde e escusado será dizer que a essa hora as praias proximas á torre se cobriram de povo, e ao mesmo tempo o *Santo Milagre* era mettido n'uma falua e seguia Tejo acima, caminho de Santarem, onde chegou no mesmo dia com grande regosijo dos moradores da villa, saudosos da sua reliquia.

1817—18 de outubro. O general Gomes Freire e mais 17 individuos, accusados de quererem revolucionar o exercito, são justicados.

1820—13 de setembro. Revolução em Lisboa, dissolvendo a *Regencia* e organisando uma *Junta de Governo*. Esta revolução foi complemento da de 24 de agosto no Porto, e teve por fim expulsar os inglezes.

1828—A 18 de março teve lugar o horroroso assassinato dos lentes de Coimbra, no *Cartaxinho*, 6 kilometros ao S. de Condeixa. Estes lentes e coveiros iam, commissionedos pela Universidade e pelo cabido de Coimbra, cumprimentar D. Miguel pelo seu regresso á patria.

Foram 13 estudantes da Universidade que perpetraram este horrivel attentado. Alguns tiraram os olhos em vida aos infelizes lentes, e todos praticaram n'elles as maiores e mais barbaras atrocidades.

Nove d'estes ignobeis canibaes foram logo presos e a 20 de junho pagaram com as vidas seus crimes selvagens, sendo enforcados no *Caes do Tojo*, em Lisboa.

1833 — Julho 24. Dia de delirante alegria e de pungentissima tristeza foi este para os habitantes da cidade de Lisboa, consoante o prisma politico porque o encaravam: Radiante para os liberaes, afflictivo para os absolutistas; mas se considerarmos que o facto registado nos annaes da historia da cidade vem, por assim dizer, cortar a corda a muitos individuos, chefes de familias uns, moços imberbes outros, que esperavam nas prisões a ultima hora, não podemos occultar que legitimo foi o jubilo. Não merecem sympathia, pelo menos dos postheros, aquelles que pretendem afogar em ondas de sangue os principios de progressão social. — Referimo-nos á entrada do exercito libertador, em Lisboa—ou antes ao punhado de bra-

rem, em plena lucta, as provincias do sul do reino, bateram na Cova da Piedade as hostes folgadas de Telles Jordão, a 23, e a 24 de julho deram entrada na capital, commandados pelo valente caudillo da liberdade, conde de Villa Flór, depois duque da Terceira. Digam o que quizerem os vencidos—as lagrimas são livres, posto que nem essa liberdade se reconhecia sob o regimen d'elles! — digam o que quizerem dos heroicos defensores da liberdade, o que não podem é negar-lhes a bravura. Era apenas um punhado de homens, e derrotaram e bateram completamente um exercito dez ou onze vezes mais numeroso. «Que eram comprados», explicam os partidarios de D. Miguel. Triste e mau era o partido, onde os proeminentes todos se vendiam, sem excepção, pois que não houve combate importante que os de D. Miguel vencessem, salvo o de Alcaccer do Sal, por imprudencia de quem commandava os liberaes.

A entrada do duque e do exercito em Lisboa restituiu á liberdade grande numero de presos politicos, entre elles o tabellião João Baptista Scota, que, quanto contasse apenas 18 annos, estava de oratorio para ser enforcado no mesmo dia 24, como no dia anterior o fôra um outro liberal, que pelas ruas do transito gritava ao povo: «Está por um dia, portuguezes; está por um dia!» E estava. Esse infeliz foi já enforcado ao som da artilheria liberal, que na margem esquerda, desbaratava mais algumas legiões dos fanaticos soldados de D. Miguel.

E aproveitaremos o ensejo para de uma vez citarmos os tristes quadros de que Lisboa foi theatro desde 1828 a 1833, cinco annos dolorosissimos! Não deitamos á responsabilidade do partido, nem do principe que o representava alguns dos factos, que vamos relatar, posto que o governo dêsse o exemplo e es autoisasse *ipso facto*.

D. Miguel vem para Lisboa como logar-tenente do sua sobrinha D. Maria II que reconhecera legitima successora do throno por morte de D. João VI; o seu primeiro acto foi declarar-se rei, fazer-se jurar pelos tres estados, abolir a constituição e ordenar a perseguição dos liberaes. Esta teve tanta amplitude que alcançava do mais graduado funcionario ao ultimo da plebe e factos insignificantes davam motivo a prisão e maus tratos da populaça infrene. Uma canção da época com musica da symphonia da *Semiramis*, opera em voga, a «joven Lilia abandonada» fez levar á cadeia algumas pessoas; trazer perpetuas na lapella era signal de proscricção; certo numero de botões abotoados e o resto desabotoado ou vice-versa tinha alta significação: dois queria dizer: viva D. Maria II; tres: Ilha Terceira—baluarte da constituição onde o miguelismo nunca imperou; quatro: D. Pedro IV, etc.

(Continua.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.º—Lisboa.

NUM.º 37

## LISBOA

(Continuado do n.º antecedente)

Por muitas partes se formaram companhias de caceiros, que espancavam qualquer que lhe fosse indigitado por liberal; para qualquer ser preso e mandado para a torre, onde requintava barbaridades o famigerado Telles Jordão, animal feroz fardado, bastava uma simples denuncia anonyma, bastava ter roupa branca marcada a linha azul! Foi o nosso Terror — o nosso 1793 — e pôde-se gabar a gentalha de Lisboa que se mostrou muito competente para egualar á de Paris. Em face d'este fidelissimo quadro, imagine-se se seriam ou não recebidos com enthusiasmo o duque da Terceira e os seus valentes soldados?

Hoje tudo está esquecido. O dia 24 de julho, ainda ha alguns annos festejado, passa desaperebido, apesar de ser uma data de grata memoria para a cidade, por que ainda que não recordasse mais valiosos serviços prestou-lhe ao menos o de presenciar menos uma execução capital, em que perderia a vida na forca um cidadão prestante e respeitavel, qual era João Baptista Scola.

Entre as numerosas victimas executadas por crimes (!) politicos n'este periodo, devemos citar as fornecidas pelo regimento de infantaria 4, que se sublevára a favor da constituição. Foi *quintado*, quer dizer de cada grupo de cinco forneceu um soldado ao fusilamento, além dos officiaes. A execução teve lugar em Campo de Ourique.

1834—21 de maio. Entram em Lisboa 64 officiaes e 1:300 soldados, prisioneiros na batalha de Aceisseira, que tinha tido lugar a 16.

1836 — 4 de novembro. Ha em Lisboa a reacção para restabelecer a carta. Agostinho José Freire, ministro da guerra, que entra n'ella, é ignobilmente assassinado pelo povo, á Pampulha, e, ainda depois de morto e quasi nú é arrastado.

5 de novembro—A revolução chamada de *Setembro* triumphia, e a rainha é obrigada a ir ratificar o juramento que tinha feito em setembro.

A rainha tinha fugido para o palacio de Belem, e era para lá que ia o seu ministro A. J. Freire, quando foi morto no caminho.

Estava então uma esquadilha britannica em Lisboa e os inglezes chegaram a desembarcar tropas em

Belem para auxiliarem a reacção; mas a attitude do povo de Lisboa intimidou-os e tornaram a embarcar sem nada fazerem.

A rainha soffreu muitos desgostos e humilhações, e alguns dos seus defensores foram mortos em Belem.

1837—Julho. Villa Flór e Saldanha, pondo-se á frente de alguns corpos do exercito, querem restabelecer a *Carta*.

O barão do Bomfim os bate, a 27 de agosto, no Chão da Feira, junto á Batalha, e os marechaes fogem para o norte.

1851—7 de abril. Saldanha, a quem o seu amigo e protegido Costa Cabral, tinha reduzido á nullidade e tirado quasi todos os seus empregos, sahe n'este dia de Lisboa, para fazer a revolta chamada *Regeneração*. Dirigiu-se a Mafra, para se lhe unir infantaria n.º 7, mas só levou alguns soldados. Caçadores 1, que estava em Setubal, e caçadores 5, que estava em Leiria, se lhe juntaram. Não podendo reunir mais gente, e sabendo que o senhor D. Fernando, feito commandante em chefe do exercito, tinha sahido de Lisboa em sua perseguição, e estabelecido o seu quartel general em Coimbra, abandona os seus soldados na Beira e foge para a Galliza.

O barão de Mesquita, levando consigo os regimentos de lanceiros da rainha, granadeiros da rainha, infantaria 1 e uma companhia de infantaria 16, abandona o rei e deserta para o Porto. O general em chefe retira para Lisboa com o resto das suas tropas.

Saldanha entra no Porto a fazer leis para Lisboa, e exige do governo da capital que lhe mande navios para conduzir a Lisboa, a elle e ás suas tropas.

A 13 de maio Saldanha faz a sua entrada triumphal em Lisboa, desembarcando no Terreiro do Paço, e passa com as suas tropas em continencia em frente do palacio real.

Saldanha declarou-se em dictadura promulgando grande numero de leis.

Cabral foge, segunda vez, de Lisboa para o estrangeiro, sob a maldição de quasi todo o povo portuguez, que o detestava por sua ambição e tyrannia. Foram precisas duas batalhas sanguinolentas para que a senhora D. Maria II demittisse este ministro.

1857—A *fibre amarella* mata mais de 8:000 pessoas em Lisboa, fazendo innumeraveis victimas em todo o reino.

D. Pedro V, então rei, visita os hospitaes e enfermarias *ad hoc*. Muitas senhoras da alta nobreza se arvoram em *irmãs da caridade* com a maior abnegação. Numerosos cavalheiros se quotisaram para sustentar as casas de saúde. Quasi nenhum medico e cirurgião accceitava retribuição pelas visitas, e muitos pharmaceuticos davam remedios.

Toda a capital mostrou uma caridade evangelica, uma abnegação exemplarissima.

Foi em 1857 que o nobre character de D. Pedro V se patenteou em toda a evidencia, e mostrou ao mundo o levantado exemplo de um monarcha, que com carinhos paternaes apparecia em toda a parte, visitando os fôcos do flagello, animando os enfermos e dando exemplos de abnegação aos timoratos.

1861—Novembro. Angustiosos foram os dias d'este mez e anno, pois que succumbiram, victimas de febres paludosas, successivamente o infante D. Fernando, o rei D. Pedro V e o infante D. João, tres príncipes queridos do povo, victimas da mesma enfermidade, que accommetteu o ultimo no regresso de Londres, onde se achava com D. Luiz, quando seus irmãos adoeceram. Diz-se que os príncipes receberam a infecção nos pantanos de Villa Viçosa, mas o que ninguém esclareceu ainda é como as exhalações mephyticas dos pantanos alemtejanos chegaram ás Necessidades. *Mysterios!*

A morte de D. Pedro V revoltou o povo, que comentava aquella singular e triste tragedia de maneira assás desagradavel para certos vultos politicos da época. Presidia ao conselho de ministros o duque de Loulé, que por seu parentesco com a familia real portugueza se tornava suspeito a uns, assim como outros eram accusados de prepararem por aquella fórma a vacancia do throno para venderem a patria a alguma nação estrangeira. A historia está repleta de versões suspeitosas d'esta natureza. Comquanto o duque de Orleans, que veio a ser regente da França na menoridade de Luiz XV, possuisse nobres sentimentos, podendo-se-lhe apenas censurar mais tarde os excessos commettidos em honra de Venus Aphrodita, sendo estimado pelo povo e querido na corte, nem por isso deixou de ser indigitado como auctor da morte do *delfim* e da *delfina*, herdeiros de Luiz XIV.

O povo no excesso da dolorosa impressão bastante aggravada pela mocidade do príncipe, as virtudes que lhe eram geralmente attribuidas, a lenda de amor e saudade de que fôra protagonista—amotinou-se; os ministros foram atacados conseguindo evitar pela fuga as aggressões populares; as janellas das casas de individuos proemioentes foram apedrejadas, chegando mesmo a fallar-se em lhes pôr fogo. A agitação popular foi tal que o enterro do infante D. João fez-se sem as solemnidades do estylo e cremos até que de noite.

Tristes foram as festas da aclamação de D. Luiz

I, príncipe que subiu ao throno cheio de pesares, sendo o primeiro o que lhe causava a perda da sua liberdade e da carreira maritima que tanto apreciava e porque sempre provou a mais decidida sympathia.

1863—Novembro 19. Pelas nove horas da noite declarou-se nos paços do concelho um violento incendio, que em poucas horas se communicou ao Banco de Portugal e outros edificios, convertendo o grande grupo de edificações, que mediava entre a rua do Ourro e a praça do Pelourinho, e a rua do Arsenal e a dos Capellistas n'um vasto brazeiro d'onde se despediam enormes linguas de fogo. Papeis incendiados, faulhas e pequenos fragmentos de madeira como que choviam em diversos pontos da cidade e faziam temer novos desastres. O edificio onde estavam estabelecido os paços do concelho havia sido construido a expensas do senado, importára em 121:099,3271 réis e fôra começado em 1770 e concluido em 1774; era de boa construcção, como se faziam n'aquella época em que abundavam as madeiras do Brazil. Media de comprimento 86,46 e de largura 43,12.

1868—Janeiro. Motins populares por causa do imposto de consumo e outros decretos do ministerio Fontes-Ferrão. Quando as commissões populares chegaram a Alcantara, com destino ao paço d'Ajuda, foram acutiladas pela guarda municipal, que lhes tolhia o caminho. Apenas constou ao rei D. Luiz que corra o sangue do povo exigiu do ministerio que se demittisse.

1870—17 de abril, domingo de Paschoa, grande cyclone no Tejo e em Lisboa. Principiou ás 9 horas da noite, com tal força que abriu portas, levou telhados, arrancou arvores, e a gente deitava-se no chão para não ir pelos ares. Perderam-se 60 fragatas, 30 varinos, 80 barcos pequenos, escangalhou-se um hiate e garraram alguns navios. Ouvia-se bramir o Tejo horivelmente. N'este seculo não ha exemplo de igual tempestade.

—19 de maio. Na madrugada d'este dia o duque de Saldanha, á frente de caçadores 5 e infantaria 7, proclama a quêda do ministerio. Só a guarda municipal, alguma artilheria e um esquadrão de lanceiros, deixam de adherir ao movimento.

O duque dirige-se, com a força do seu commando, ao palacio d'Ajuda, onde estava uma bateria de artilheria 3, mas os artilheiros rendem-se logo, ficando apenas mortas umas 4 ou 5 praças de *pret* e igual numero de feridos. Algumas balas de caçadores 5 esmigalharam as vidraças e furaram os estuques do paço real.

O rei tinha resollido á meia noite do theatro, e levanta-se ás duas horas ao estrondo dos tiros. Diz-se que uma bala silvou muito perto da sua cabeça.

O ministerio quer conservar-se a todo o transe, ainda que o sangue portuguez corra a jorros. O ministro da guerra, Lobo d'Avila, dá ordens e contra

ordens, de minuto em minuto. Os outros ministros não sabem o que lãõ-de fazer em tal conjuntura. O rei está aterrado; não quer guerra, não quer sangue, está por tudo que quer o marechal. Mandou chamar o duque de Loulé para se lavar o decreto da demissão do ministerio; porém elle recusa-se a referendar tal decreto e diz ao rei que o governo tem força sufficiente para debelar os revoltosos, que vão immediatamente ser aniquillados; mas vendo que D. Luiz se obstinava em demittir o ministerio, diz-lhe que não quer saber de nada, e vae juntar-se aos seus collegas do ministerio, para envidarem todos os meios de aniquillar a revolta.

O visconde de S. Thiago, commandante da 1.<sup>a</sup> divisão militar, que se tinha conservado no seu posto, marcha com a força que se havia conservado fiel ao governo, em direcção do palacio d'Ajuda; mas, chegando á Tapada, encontra uma ordenança com ordem do rei para retrogradar.

Finalmente, o sr. D. Luiz assigna o decreto da demissão do ministerio e o duque de Saldanha fica senhor da situação.

Chamou-se a isto o *governo dos 100 dias*, por durar exactamente este periodo, pois a 29 de agosto o rei demitte o ministerio, e a nova situação muda a face das coisas, annullando os decretos da dictadura.

1881 — Grandes tumultos em Lisboa, por causa do contracto com a Inglaterra, a respeito da provincia africana Lourenço Marques.

E' principalmente notavel o movimento popular n'esta occasião, porque foi a primeira vez que se accentuou com precisão o progresso do partido republicano, progresso que tem crescido sempre e irradiado para fóra da capital. O partido regenerador organisára um comicio no theatro de S. Carlos, presidido, se bem nos recorda, por José Gregorio da Rosa Araujo; e o partido republicano promovera outro no Rato; o povo, ao retirar do comicio republicano, invadiu o theatro, derrubou as mezas, expulsou os oradores e demonstrou-se de tanta maneira senhor da situação, que de então para cá ainda se não realisou outro qualquer comicio que não fosse ou promovido ou empolgado pelos republicanos.

E' sabido que o governo progressista cahiu em seguida á votação do contracto, sendo substituido por um ministerio de conciliação, presidido pelo velho e hourado liberal Antonio Rodrigues Sampaio, que confiou o governo civil da cidade ao excellentes homem, tantas vezes injustamente amesquiado na imprensa e no theatro, Antonio Maria Barreiros Arrobas. Bom homem na mais ampla acceção da palavra, se teve erros como fuccionario civil, redimiu-os com medidas salutaras e numerosos beneficios. O seu defeito foi pretender afogar completamente o partido republicano. D'esta epoca tambem é que começou o povo portuguez a interessar-se vivamente pelas coisas co-

loniaes, até aqui olhadas com a indifferença da ignorancia.

1885—O municipio de Lisboa é consideravelmente augmentado, sendo-lhe aggregadas diversas freguezias do concelho dos Olivaeos e a maior parte das que compunham o antigo concelho de Belem. Os limites da cidade ficam sendo marcados pela estrada militar que corre desde Sacavem, junto ao Tejo, até á ponte de Algês, onde tambem vae terminar junto do Tejo.

Com o augmento da cidade é publicada uma lei organica especial que lhe dilata amplamente as franquias e regalias, libertando-a da tutela da Junta Geral do Districto, por isso que a edilidade se divide em commissão executiva, e commissão julgadora (reunião plenaria) dos actos d'aquella.

Este systema de organização completamente novo entre nós, sobre ser altamente liberal, serviu logo no anno seguinte de proporcionar ao governo meio de resolver o conflicto levantado entre Braga e Guimarães pela publicação do codigo administrativo, ora em exercicio, que facultou aos concelhos de primeira ordem, em que concorressem certas condições, organisarem-se á maneira do municipio de Lisboa, quer dizer com independencia de outra qualquer collectividade, á excepção do poder central.

A' historia do municipalismo portuguez ficou vinculado por esta medida o nome de Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, que foi quem no nosso paiz, ao fim de quasi vinte seculos de implantado o systema municipal, trazido á peninsula pelos romanos, conferiu mais largas garantias de independencia e autonomia ás municipalidades.

Por este systema a cidade rege-se por si propria, quer dizer, pelos seus delegados, dependendo em mui poucas coisas, e essas necessarias, do poder supremo da nação.

1890—Janeiro 12. Tumultos na capital por causa do *Ultimatum* inglez sobre questões coloniaes em Africa. O povo dirige-se a casa do consul-britannico, onde é arrancado o escudo d'armas d'aquella nação, diz-se que por um subdito hespanhol, que o arrasta nas ruas; a mocidade academica envolve em crepes o monumento a Camões, afixando no pedestal um impresso em que declara, «traidor á patria e o ultimo dos infames»—quem o arrancar. A guarda municipal e a policia civil acutilam o povo e fazem numerosas prisões.

Subindo ao poder um ministerio regenerador colloca-se quasi immediatamente em opposição com a opinião publica, editando em seguida diversas leis e praticando actos que desagradam geralmente e fazem que esse ministerio se torne dia a dia mais antypathico, taes foram a reforma da lei de imprensa e a dissolução da camara municipal que se mostrava affecta ao movimento popular.

São notaveis as eleições seguintes, porque os elei-

tores da capital se pronunciam quasi unanimemente contra o governo elegendo deputados tres republicanos e o ex-presidente da camara dissolvida Fernando Palha, por maioria; e por minoria dois africanistas.

Setembro 15—Abertura das côrtes em que ha-de ser discutido o contracto de 20 de agosto, negociado pelo ministerio Serpa, por intervenção de Barjona de Freitas. Dão-se n'essa tarde e noite conflictos graves, de que resulta a morte d'um popular e ferimentos importantes em diversos agentes da auctoridade. Assignala-se nos dias seguintes um factio grave é que o povo perdeu o medo á policia e que esta pelo contrario nem sequer apparece a não ser em grande numero. A indignação, por se pretender approvar um contracto deshonoroso para o paiz, que voluntariamente cede aos inglezes por esse convenio a maior parte das nossas possessões em Africa, pondo ainda na dependencia d'elles o commercio indigena, sobre o qual não pôde mais preponderar, por isso que nem lhe fica livre o direito de elevar ou reduzir as taxas da pauta aduaneira, não acalma; o governo tem de demittir-se e no momento em que escrevemos passa uma das mais graves crises cuja solução mal se pôde prevêr. E' de esperar comtudo que a cidade se mantenha firme na attitude tomada contra o tratado, que se considera odioso e infamante para Portugal.

E concluidas as ephemerides passemos aos edificios notaveis de Lisboa, começando pelos

### PAÇOS REAES

O primeiro propriamente dito por haver sido construido para habitação de reis foi o de—S. Bartholomeu, edificado extra-muros do castello, por ordem de D. Affonso III, que ali morreu. Derrubou-o o terramoto de 1755 e não resta vestigio algum; no lugar onde existiu é hoje a rua chamada de S. Bartholomeu. N'este paço nasceu D. Diniz, e por este rei foi doado a seu neto João Affonso.

O—das Alcaçovas—foi mandado construir dentro do Castello por D. Diniz que o habitou assim como os reis seguintes até D. Manuel; depois foi cedido aos alcaides-móres e desmoronou o o terramoto em 1755, mas ainda restam vestigios d'elle.

O edificio que hoje serve de cadeia publica, vulgarmente denominada Limoeiro é resto do antigo paço da—Moeda Nova.—Em tempo de D. Fernando serviu de habitação á familia real, tanto que ali morreu este monarcha e pouco depois ali foi tambem assassinado o conde Andeiro, amante da rainha.

No reinado de D. João I foi destinado a habitação de seus filhos, chamando-se-lhe por isso *paço dos Infantes*, sendo-lhe dado tambem o titulo de paço de a par S. Martinho, por ficar proximo da igreja parochial d'aquella invocação. D. Manuel foi quem estabeleceu a cadeia civil n'este edificio, alojando-se tam-

bem n'elle a Casa da Supplicação—quer dizer tribunaes civis. O terramoto tambem o arruinou, restaurando-o o marquez de Pombal.

Os paços da Ribeira, tão fallados nas chronicas dos seculos XVI e XVII foram mandados edificar por D. Manuel e occupavam parte sul e oriental do Terreiro do Paço, assim chamado por demorar junto; morreu ahí o fundador, Philippe II, e D. João V augmentaram n'õ, embellesando-o; ahí deram a morte a Miguel de Vasconcellos, em 1640. O terramoto de 1755, porém, destruiu-o, e o incendio que se lhe seguiu acabou com elle; só resta um portal no edificio do Arsenal da Marinha, para o lado do rio, onde chamam as *galés*.

Os chamados *Paços de Santos*, onde depois se estabeleceu o convento das commendadeiras, hoje em Santos-o-Novo, eram contiguos á actual igreja de Santos-o-Velho; fundou-o D. Sancho I para os cavalleiros de S. Thiago; doou-o Affonso III ás commendadeiras que o habitaram até D. João II edificar o que hoje occupam; residiram n'elle como para veraneiar, D. João II, D. Manuel e D. Sebastião. Hoje pertence o que d'esses paços de occasião resta aos marquezes de Abrantes.

Os paços de Santo Eloy, no largo do Contador, sobre o areo das Damas, chamada assim por ser por aquelle lado o serviço das senhoras empregadas no paço, fundou-o e habitou-o a rainha viuva de D. João II.

Foi tambem a fundadora do palacio dito de *Enxobregas*, cujo edificio é hoje occupado pelo Asylo Maria Pia. Passou da corõa aos condes de Unhão, d'estes aos marquezes de Niza e hoje é da Fazenda Nacional. Proximo aos paços da Ribeira, houve o de Côte-Real, construido pelo traidor á patria Christovão de Moura, e confiscado para a corõa por D. João IV. Occupava o local onde hoje está o Arsenal da Marinha; devorou-o um incendio em 17 de junho de 1750.

O paço dos *Estãos* foi mandado edificar por D. Pedro, filho de D. João I, quando regeu o reino na menoridade de D. Affonso V, para residência dos embaixadores estrangeiros. Era situado no Rocio e largo de Camões; foi residencia real, e parece que n'elle funcionou o tribunal da inquisição desde que permaneceu em Portugal, posto ahí habitasse então D. João III e sua familia. O terramoto destruiu-o, mas foi reedificado, tomando então o nome de palacio da Inquisição; a regencia de 1820 acabou com ella e celebrou n'esse edificio algumas sessões; depois serviu para repartições publicas; em 1826 foi camara dos pares, em 1833, thesouro publico e a 14 de julho de 1836 um pavoroso incendio destruiu-o completamente.

(Continua.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 38

## LISBOA

(Continuado do n.<sup>o</sup> antecedente)

As ruínas estiveram destinadas a servir aos novos paços do concelho em 1840, mas afinal está hoje o theatro de D. Maria II em seu lugar.

Os paços da Moeda Velha foram situados onde agora é a Calçada da Fundição; n'elle esteve funcionando a Universidade, depois foi casa da moeda. Era de construcção arabe e já em 1755 não havia vestígios d'elle.

A entrada para o pateo dos Quintalinhos é o que hoje resta do palacio das Escolas Geraes.

O palacio das Necessidades é fundação de D. João V, bem como o convento que lhe ficava proximo; teve principio em 1743 e concluiu se em 1750.

O palacio da Ajuda foi começado por D. João V no alto da Ajuda, e é hoje habitação da rainha viuva, D. Maria Pia.

O palacio da Bemposta é fundação de D. Catharina, filha de D. João IV e viuva de Carlos II de Inglaterra; serviu de residencia a D. João VI, depois de retirar do Brazil; está hoje n'elle estabelecida a Escola do Exercito.

Em todos os paços reaes que hoje existem abundam as obras d'arte e primores em pintura e esculptura, mas o espaço de que dispomos não permite que as enumeremos.

Resta ainda falar dos paços de A-par-S. Christovão, em que se celebraram pomposas festas em agosto de 1451, por occasião do casamento de D. Leonor, filha do rei D. Duarte com Frederico III, imperador da Allemanha. Este edificio é hoje propriedade e habitação do sr. visconde do Rosario, que o tem embelezado; ainda existe no muro do jardim do lado da rua do Regedor uma porta, que data da primitiva construcção do palacio.

VARÕES ILLUSTRES NASCIDOS EM LISBOA, SEGUNDO AS MAIORES PROBABILIDADES: Fr. Vicente de Lisboa, nasceu na freguezia de S. Nicolau e finou-se em 5 de janeiro de 1401, foi religioso dominico, provincial da sua ordem e inquisidor-mór em toda a Hespanha. Homem de vasta intelligencia e auctor fecundo, D. João I o nomeou seu confessor.

Fr. João da Barroca, assim chamado por viver n'uma gruta no monte proximo á cidade, onde depois

se edificou o convento de S. Francisco, em cujos restos está hoje installada a Bibliotheca Publica e o Governo Civil. Diz-se que prophetizou ao Mestre d'Aviz a victoria na guerra com os castelhanos, viveu 16 annos *emparedado*, quer dizer na sua gruta, de que mandou vedar a entrada deixando apenas uma fresta por onde os devotos lhe forneciam alimentos.

Fr. Antonio de Padua ou Santo Antonio o thaumaturgo, nasceu n'umas casas que existiram onde hoje é a sua igreja, junto á da Sé a 14 de agosto de 1195; outros o dão nascido no dia 15; e foi baptisado na Sé a 22 na mesma pia que ainda hoje existe n'aquella igreja, recebendo o nome de Fernando, que mudou para Antonio ao professar na ordem franciscana. Foi grande theologo e prodigioso observador das leis christãs e virtudes evangelicas, e orador assás apreciado. Embarcando para Africa, uma tempestade e o seu estado de saude o obrigaram a aportar a Italia, onde ficou e abi morreu, em Padua, a 13 de junho de 1231, sendo canonisado no anno seguinte.

Antonio Vieira, eminente orador e o primeiro classico portuguez, nasceu na freguezia da Sé a 6 de fevereiro de 1608 e morreu na Bahia a 18 de julho de 1697. Ninguem como elle soube fazer vibrar, do pulpito, a fibra sagrada do patriotismo; o sermão pregado na Bahia contra os holandezes é um modelo de eloquencia e amor patrio. Alistou-se na Companhia de Jesus e chegou a ter tal influencia na corte que D. João IV lhe incumbiu transcendentis missões diplomaticas, que desempenhou com intelligencia e felicidade. D'aqui lhe proveiu o odio da inquisição que o prendeu e condemnou em 1669, mas obtendo permissão de Clemente X para ir a Roma, foi por este papa declarado para sempre isento da jurisdicção do Santo Officio. Foi o unico orador sagrado que conseguiu fazer do sermão poema, alliando o lyrismo á eloquencia religiosa. O padre Antonio Vieira é uma das maiores glorias nacionaes.

Fr. Balthasar Limpo, confessor de D. João III, bispo do Porto assistiu ao concilio de Trento, onde se tornou notavel pela vastidão de conhecimentos scientificos; morreu em 31 de março de 1558.

Pedro Julião, depois papa com o nome de João XXII, nasceu na freguezia de S. Julião de Lisboa, foi versado em todas as sciencias, principalmente em mathematica, phylosophia e medicina; feito cardeal por Gregorio X, em rasão da sabedoria que revelou

no concilio lugdulense, subiu ao pontificado em 20 de setembro de 1276 na cidade de Viterbo, onde morreu esmagado por uma parede, que desabou, em 16 de maio do anno seguinte.

Luiz de Camões, o grande poeta portuguez, nasceu pelos fias do anno de 1524 ou comêço de 1525; foram seus paes Simão Vaz de Camões e Anna de Sá de Macedo, tornou-se insigne na Universidade de Coimbra; vindo para Lisboa foi muito estimado na côrte, onde se enamorou de D. Catharina de Athayde, que cantou sob o nome poetico de Nathercia (anagramma). Esta dama era da familia dos condes de Athouguia, que fizeram desterrar o poeta, crê-se que para a villa de Constancia. Sentaado praça em 1550 partiu para a Africa, perdendo o olho direito n'um combate naval em frente de Ceuta; passou à India, onde foi perseguido pelo governador Francisco Barreto que satirisára, e esteve tres annos desterrado nas Molucas. D. Constantino de Bragança, que o protegia, nomeou-o para um cargo em Macau, sendo ali que escreveu a maior parte dos *Luziadas*, que lhe mereceram o título de príncipe dos poetas do seu tempo.

Chegou a Lisboa em 1570, depois de ter estado preso em Goa e haver escapado a um naufragio na foz do rio Mecou, no qual, se diz, salvára o poema apenas de quanto grangeára. Fez-se a primeira edição dos *Luziadas* em 1572 e D. Sebastião em recompensa de lhe haver sido dedicado o monumento das patrias glorias, concedeu-lhe a pensão annual de 150000 réis, que, além de escassa, era mal paga, pelo que passou os ultimos annos de existencia miseravelmente, chegando a pedir esmola, para o supprir, o seu fiel escravo jau ou javanez Antonio. Morreu em Lisboa a 10 de junho de 1580. Sobre a naturalidade do poeta tem havido duvidas entre os antiquarios; Coimbra e Alemquer disputam a Lisboa esta honra.

O monumento a Luiz de Camões, erecto na praça do seu nome, foi começado em 28 de junho de 1862 e inaugurada a estatua em 9 de outubro de 1867. Em 1880 celebrou-se pomposamente o tricentenário da sua morte.

Achylles Estaço nasceu em 15 de junho; notavel na oratoria, na poesia e na interpretação das linguas grega e hebraica, em que era versadissimo; mereceu uma cadeira no collegio de Sapiencia em Roma, onde morreu a 28 de setembro de 1581, tendo publicado mais de 25 obras, em latim, sobre assumptos sagrados e profanos, em prosa e verso, além de muitas outras que deixou ineditas.

D. Francisco Manuel de Mello, auctor das celebres *Epanaphoras*, nasceu em 23 de novembro de 1611, bravo militar e notavel estylista, é considerado classico tanto da lingua portugueza como da castelhana; passou vida atribulada, estando duas vezes preso, uma em Castella por patriota e partidario de D. João IV,

outra em Portugal por intrigas que lhe moveram. Ha quem attribua esta ultima prisão a ciumes que D. João IV d'elle tinha, o caso é que só a instancias do rei Luiz XIII recuperou a liberdade; morreu a 13 de outubro de 1666, deixando copiosa bibliographia.

Diogo do Couto, continuador das celebres *Decadas* de João de Barros, esse que fez a historia imparcial e veridica da dominação portugueza no Oriente, nasceu em 1542 e falleceu em Goa em 10 de dezembro de 1616; foi discipulo do celebre fr. Bartholomeu dos Martyres, e tornou-se insigne em mathematica e geographia; os seus escriptos são mais apreciados pela exactidão do que pela elevação de estylo.

Manuel Severim de Faria, notavel antiquario, deixou uma *Historia Ecclesiastica de Evora*, obra importante, e umas *Noticias de Portugal* muito interessantes; morreu em 17 de dezembro de 1655. E' um dos nossos mais notaveis archeologos.

Manuel de Moura, foi secretario de estado de D. Sebastião e um dos governadores do reino depois da morte do cardeal D. Henrique e o maior partidario da usurpação philippina, tendo merecido a confiança e particular estima do *D. monio do Meio-Dia*. Morreu em 30 de dezembro de 1600, odiado por todos os portuguezes amantes da independencia nacional.

Gil Vicente, fundador do theatro portuguez, segundo uma versão com visos de verdadeira deve ter nascido em Lisboa em 1475.

João das Regras, nasceu em Lisboa, n'uma casa às Escolas Geraes, foi insigne jurisconsulto e um dos mais poderosos auxiliares para a elevação ao throno de D. João I, de quem foi grande valido, com descontentamento do condestavel Nuno Alvares Pereira; ao talento d'um e á bravura do outro se deve então a independencia de Portugal.

Pedro Alvares Cabral, grande capitão, conquistou immortal renome, não só pela descoberta do Brazil, em 24 de abril de 1500, mas ainda pelas campanhas na India; morreu esquecido e na obscuridade.

D. Francisco de Almeida, filho dos condes de Abrantes, illustre vice-rei da India e um dos mais notaveis vultos da nossa epopéa no Oriente; foi habil politico, de espirito elevado e integro character.

D. João de Castro, o heroe de Diu, nasceu em 17 de fevereiro de 1500; foi um dos melhores chefes dos portuguezes no Oriente, distinguindo-se tambem nas campanhas luso-africanas na conquista de Tunis, em que a armada portugueza se cobriu de gloria. Falleceu em Goa em 6 de junho de 1548.

D. Constantino de Bragança, illustre vice-rei da India; a sua rectidão motivou-lhe immensos desgostos e soffrimentos; durante o seu governo as armas portuguezas alcançaram grandes victorias no Oriente. Morreu a 14 de julho de 1575.

D. Luiz de Athaide, reconquistou quasi todo o imperio do Oriente, que cahira em grande decadencia;

esteve a ponto de dirigir a expedição á Africa em 1378, o que teria evitado o desastre de Alcacer-quivir. Estava no Oriente quando os castelhanos se apoderaram de Portugal e concebeu o plano d'uma expedição á Europa para os expulsar, mas a morte aniquillou este empreendimento tão patriótico quão gigantesco.

Phebo Moniz, insigne patriota, advogou com ardor e entusiasmo a causa da independencia nas côrtes de Lisboa e de Almeirim, na qualidade de deputado pela capital; mas não conseguindo vencer os intrigantes e traidores, apresentou como ultimo recurso uns embargos em nome do povo portuguez, que foram desatendidos, o que lhe valeu ser preso e morrer no carcere depois que o castelhano avassallou Portugal.

Sendo forçoso abreviar esta nomenclatura, citaremos rapidamente os seguintes varões distinctos: D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira, auctor da *História da Restauração*, militar valente, bateu-se em Badajoz, nas linhas de Elvas, no Ameixial e em Montes Claros.—Fr. Bartholomeu dos Martyres, o illustre arcebispo de Braga.—Padre Manuel Bernardes, primoroso stylista.—D. Fr. Manuel de Vilhena, illustre cavalleiro de Malta, bailio de S. João de Acre, e grão-mestre da Ordem. Foi estimado por todos os soberanos da Europa.—Manuel da Maia, architecto do aqueducto das Aguas Livres e da nova Lisboa reedificada depois do terremoto de 1755.—Francisco de Mattos Vieira, na arte, Vieira Luzitano, apreciado pintor e poeta de transcendente immodestia.—Antonio Diniz da Cruz e Silva, auctor do *Hyssope*, poema humorístico de primeira plana.—Domingos dos Reis Quila, poeta de grande merecimento.—Pedro Antonio Correia Garção, também poeta classificado ottimo.—Nicolau Tolentino de Almeida, chistosissimo poeta satyrico.—Francisco Manuel do Nascimento (Fylynto Elyzio), tão primoroso quanto infeliz.—Marcos Antonio da Fonseca Portugal, grande *maestro* portuguez; etc.

O mais distincto e notavel lisbonense é incontestavelmente o grande estadista do seculo XVIII, Sebastião José de Carvalho e Mello (marquez de Pombal), nascido em 13 de maio de 1699 e fallecido em 5 de maio de 1882.

Muito maior é a lista dos filhos illustres de Lisboa, mas o espaço de que dispomos não nos permite alongar a nomenclatura; citaremos porém apenas um contemporaneo cuja existencia se relaciona intimamente com a historia do municipio de Lisboa, que tem engrandecido e illustrado, esse edil, a quem a posteridade ha de votar horas e glorias, é José Gregorio da Rosa Araujo.

Este benemerito cidadão eclipsou a memoria do celebre presidente do senado lisbonense, José Bonifacio, por antonomasia o *Bota Abaixo*, pelas constantes obras que fazia na cidade, abrindo ruas, demolindo pardieiros e esforçando-se por embellezar a capital e tornala digna d'um paiz civilisado.

José Gregorio da Rosa Araujo, filho de um honrado e laborioso industrial, possuindo avultada fortuna, tem sacrificado á politica e aos interesses do municipio não só todos os seus momentos mas também os seus haveres. Outros enriquecem no exercicio dos cargos municipaes, Rosa Araujo tem desfalcado a sua fortuna.

Homem honrado na mais ampla accepção da palavra, bondoso até ao exaggero, muitas vezes a sua confiança e a sua lealdade lhe tem acarretado desgostos immerecidos.

Sob o seu consulado, Lisboa, moral e materialmente, renasceu, transformou-se; a famosa Avenida da Liberdade é não só a mais bella via da capital mas pôde figurar dignamente a par dos mais afamados jardins e passeios europeus; a Avenida Estephania e outras muitas estancias formosas foram emprendidas no seu tempo.

O que principalmente contribue para o seu pleno elogio é o grande desenvolvimento dado á instrucção publica, grande obra em que collaborou activamente Theophilo Ferreira, medico e proeminente entendedor em questões pedagogicas.

E' grande o numero de escolas municipaes espalhadas por toda a cidade, nas quaes milhares de creanças recebem instrucção desenvolvida; a par das escolas ha bibliothecas que facultam leitura no edificio e nas habitações; asylos onde as creanças indigentes são recebidas e tuteladas até se habilitarem a grangear meios de subsistencia; tudo isto constitue o mais relevante serviço que um cidadão pôde prestar ao seu paiz e um edil illustrado ao municipio que administra.

São dignos de menção os edificios municipaes onde se acham estabelecidas algumas d'estas escolas, como por exemplo, o da escola n.º 4, ao fim da rua de S. Lazaro. A organização dos batalhões escolares, á imitação dos de Paris, despertando o amor das creanças pelo mister das armas, foi também obra d'aquelles dois cidadãos, a quem a posteridade ha de votar honras civicas.

Muitos são os monumentos dignos de ser visitados em Lisboa, não só memorias historicas de tempos mais felizes mas ainda alguns modernos, que hão-de attestar á posteridade se—no seculo XIX Portugal não é opulento e rico — não perdeu, contudo, a veneração pela arte e a estima pelas sciencias; assim, pois, faremos breve resenha do que hoje ha digno de ser visto em Lisboa, não podendo juntar mais do que breves palavras, com referencia a cada um.

MEMORIA DE D. JOSÉ I ou estatua equestre, no Terreiro do Paço, obra d'arte admirada pelos entendedores; é toda trabalho nacional, desenho de Eugenio dos Santos, reformado por Joaquim Machado de Castro, e fundição, d'um só jacto, do brigadeiro Bartholomeu da Costa.

MEMORIA DE D. PEDRO IV ou monumento do Rocio.

Consiste n'uma alta columna á semelhança da da praça Vendome, sobre a qual se vê de pé a estatua de D. Pedro, empunhando a Carta Constitucional do Estado. Sentam-se na base quatro figuras allegoricas.

MEMORIA DOS RESTAURADORES, formoso obelisco á entrada da Avenida da Liberdade.

MEMORIA DE LUIZ DE CAMÕES, na praça do seu nome, formoso monumento em que o principe dos poetas portuguezes está ladeado dos escriptores mais notaveis das épocas proximas á sua idade. Seguem-se as—do duque da Terceira, no caes Sodré, Sá da Bandeira, no jardim de D. Luiz I, a de José Estevão, em frente do parlamento, etc.

SÉ DE LISBOA, edificio antiquissimo, cuja idade se não pôde assignalar, por isso que é muito e muito anterior á conquista de Lisboa por D. Affonso I; ali celebraram os musulmanos as snas devoções fanaticas, como atestam diversas inscripções em caracteres arabes; parece que quando a cidade foi tomada aos mouros já estava ha tempo purificada e servia ao culto christão, que os mouros toleravam em algumas partes; abalos de terra, assás frequentes em Portugal, e incendios destruíram diversas partes, algumas das quaes estão remendadas, outras em ruinas; é ainda magestosa e imponente na sua vetustez e pôde durar alguns seculos.

MONUMENTO DOS JERONYMOS, em Belem, na praça de Vasco da Gama, maravilha de architectura manuelina, a mais preciosa obra d'arte no seu genero e grande pelo que recorda: a nossa gloriosa epopêa marítima,—pois foi erecta em memoria da descoberta da India por Vasco da Gama.

TORRE DE BELEM, obra do mesmo tempo; ha n'ella uma sala que outr'ora era de assombro para toda a gente, pelas disposições acusticas que permitem a duas pessoas, collocadas em extremos oppostos, dialogarem entre si sem serem ouvidas d'uma terceira, que occupe o centro.

AQUEDUCTO DAS AGUAS LIVRES, obra ordenada por D. João V, risco e desenho de Manuel da Maia, o celebre engenheiro que tambem deu o risco para a reedificação de Lisboa. Tem 127 arcos, do qual o maior mede de altura 315 palmos e de vão 159.

PELOURINHO, monumento na praça que outr'ora teve o seu nome e hoje se chama do Municipio; é obra tambem de Eugenio dos Santos, quanto a desenho, consta d'uma elegante columna d'um só pedra aberta em espiral com tanta delicadesa que parecem ser tres monolythos distinctos.

ARCO DA RUA AUGUSTA é magnifico e magestoso, foi desenhado no plano de reedificação da cidade em 1755, começado ainda no tempo de D. José, mas só concluido ha poucos annos. Ha imperfeições n'elle, mas as bellezas são tantas que se lhe pôde chamar um poema em pedra.

PAÇOS DO CONCELHO é certamente uma das magni-

ficas obras do nosso tempo e digna d'uma cidade de primeira ordem; enumerar todas as bellezas d'esse sumptuoso edificio não é compativel em tão curto espaço; só a sala nobre reúne primores artisticos de grande valia; a entrada principal é grandiosa, emfim é o edificio digno da primeira cidade do paiz. O quadro allegorico que remata a fachada foi objecto de longa discussão; ha quem o considere realista em demasia.

A CASA DOS BICOS é uma das reliquias de Lisboa não só pela antiguidade como pelas memorias que a acompanham. O grande Affonso de Albuquerque morreu solteiro, mas declarou ter um filho natural de nome Braz, que se creava em casa de sua irmã, ignorando a sua progenitura, e o recommendou a elrei D. Manuel, que contra o seu natural indifferentismo pelos bons servidores, fez entrar o pequeno Braz no mosteiro de Santo Eloy para receber educação condigna, depois o fez adoptar o nome do pae e o casou com uma filha do 1.º conde de Linhares, dotando-o rica e generosamente.

Quiz Affonso (Braz) de Albuquerque edificar um palacio digno do nome de seu pae. Mandou construir aquelle predio na praia então chamada da Ribeira, e tanto na praia que os barcos lhe chegavam á porta, espalhando—para fazer desesperar os émulo de seu pae que eram muitos e os invejosos de sua fortuna, que tambem não seriam poucos,—que no vertice de cada uma das pedras, que a revestem exteriormente, collocaria um diamante. De tal maneira teve voga esta asserção que se tornou tradicional entre o povo, passando a facto o que só fôra promessa. A casa ficou construida em 1523.

Este Albuquerque foi o primeiro presidente que teve a camara de Lisboa e prestou grandes serviços á cidade; demittiu-se do cargo, que exercia desde o anno de 1522, quando em 1580 os castelhanos se apossaram de Portugal.

A casa dos Bicos foi maior do que hoje está, pois em 1649 andava arrendada por 4645000 réis; em 1755 media de frente 93 palmos e 2 terços, (20<sup>m</sup>,60), de fundo até á rua do Albuquerque, hoje do Almagem, 96 palmos, (21<sup>m</sup>,12), e constava de loja, sobreloja e dois andares. Antigamente a frente principal do predio era para a rua do Albuquerque, hoje do Almagem, como facilmente se deprehe de do que ha pouco dissemos da visinhança do rio, a mudança de frontaria fez-se depois do terramoto.

Desde muito antes d'este cataclysmo n'os baixos da casa dos bicos estava estabelecido um deposito de bacalhau.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua de Terreirinho,  
17, 1.º—Lisboa.

NUM.º 39

## LISBOA

(Conclusão)

BIBLIOTHECA PUBLICA, estabelecida nos restos do antigo convento de S. Francisco; contém cerca de 106:000 volumes e 10:000 manuscritos. O actual conservador é o sr. Antonio Ennes, distincto escriptor e primoroso jornalista, que a tem augmentado consideravelmente.

BIBLIOTHECA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, comprehende 80:000 volumes; a collecção numismatica é digna de vêr-se. Ha mais a bibliotheca d'Ajuda com 30:000 volumes e a da Escola Naval com 12:000.

TORRE DO TOMBO, estabelecida no edificio das Côrtes, antigo convento dos frades bentos, é riquissima.

A formosa bacia de Tejo, apesar da sua admiravel serenidade em dias primaveaes, serenidade que o assemelha a um lago suizo, tem sido theatro dos mais deploraveis desastres.

Em 1572 fundeava em frente de Lisboa uma das maiores e mais poderosas armadas que até então tinham sido vistas em Portugal, reunida por el-rei D. Sebastião; essa esquadra constava de quarenta navios de alto bordo e para elles estavam alistados dez mil combatentes em que entrava a mais luzida nobreza de Portugal; para a commandar foi nomeado general D. Duarte, filho do infante do mesmo nome.

Um furioso cyclone, que cahiu sobre o Tejo destruiu a completamente, mettendo um dos navios no fundo, e espedaçou os restantes chocando uns com outros.

As tempestades invernosas quasi todos os annos augmentam as estatisticas dos desastres no Tejo, sendo a mais recente a de domingo de Paschoa no anno de 1870, que destruiu grande numero de barcos de pequena lotação.

Em 1874 deu-se aqui tambem o naufragio do paquete das ilhas Açorianas, que descaindo por força de um estoque de agua sobre o esporão do couraçado Vasco da Gama soffreu um rombo que em poucos minutos o fez submergir; não houve victimas, mas consideraveis prejuizos pela perda da carga.

Na noite de 25 de dezembro de 1896 achava-se no nosso porto uma esquadra ingleza; estabelecendo-se uma forte corrente foram obrigados alguns dos navios a levantar ferro, e n'essa occasião um dos couraçados

caiu sobre o paquete francez *Ville de Victoria*, fazendo o ir a pique em breves instantes. Foi grande o numero das victimas, porque o pouco tempo que mediou entre o choque e a submersão do barco não deu tempo a que os que dormiam saíssem dos beliches. O triste successo causou enorme consternação na cidade.

Em 1370 tambem cahiu sobre o Tejo temivel tempestade que causou grandes estragos, anniquilando alguns baixes de combate; outro tanto succedeu em 14 de outubro de 1384 e 31 de outubro de 1575, chegando n'esta noite a cheia até ao Rocio.

O dia 19 de novembro de 1724 ficou memorado por muitos annos pelo formidavel temporal que cahiu sobre Lisboa; raro o navio que escapou sem avaria e consideravel o numero dos que foram a pique. A *Chronica dos frades bentos* diz que a agua salgada chegára á portaria — hoje do palacio das Côrtes. A violencia da tempestade foi tal que até os caes e muralhas destruiu.

O cyclone do dia 18 d'outubro de 1612 durou 20 horas e submergiu 120 embarcações no Tejo entre nacionaes e estrangeiras.

Estas notas provam que o Tejo é grande em tudo, na belleza e na ferocidade, quando o vendaval lhe sopra as terriveis iras.

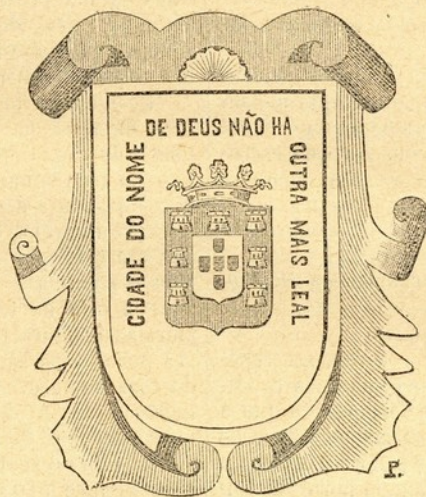
TERREMOTOS. — Tem sido Li boa repetidas vezes victima de violentos abalos de terra; os de que ha noticia nitida occorreram nos annos 370 e 377 antes de Christo e depois nos annos 1009, 1117, 1146, 1290, 1344 e 1391; o de 1356 fez muitas victimas; o de 26 de janeiro de 1531

arrasou 1:500 casas; houve-os tambem em 1551, 1575 e 1597, 1598, 1699, 1724, 1755, que arruinou Lisboa quasi completamente; 1761 (30 de abril), 1796 e 1807 e 1838 (11 de novembro).

MUSEUS:— De Historia Natural na escola polytechnica, dito Anatomico na escola Medica, dito de Bellas Artes na rua das Janellas Verdes, cada um d'elles possui boas collecções das respectivas especialidades.

Casa onde morreu Camões, na calçada de Santa Anna, n.º 139 a 141, tem uma lapide commemorativa; onde morreu Garrett, o restaurador do theatro portuguez, sita na rua de Santa Izabel, n.º 78.

FORTE DE MONSANTO, no alto do seu nome, domina o rio e campos visinhos da cidade e é uma das melhores construcções d'aquelle genero, podendo prestar grandes servicos na defeza do rio; está guarnecido com



Brazão d'armas de Macau

artilheria moderna; merece ser visitado; disfructa-se d'ali extenso e admiravel panorama.

A ESTAÇÃO PRINCIPAL DOS CAMINHOS DE FERRO AO RIO, é um soberbo edificio, em estylo Manuelino e que se pôde denominar a mais elegante construcção do presente seculo. Ainda por concluir impõe-se já a admiração de toda a gente que possui a intuição do bello. O corpo principal, terminado ha poucos dias, é magestoso e recorda uma d'essas concepções maravilhosas dos nossos tempos aureos.

TEMPLO DE S. VICENTE, chamado de Fóra porque foi construido no tempo de D. Affonso I e n'esse tempo aquelles terrenos ficavam além dos muros da cidade; está ali o paço archiepiscopal da diocese metropolitana e a camara ecclesiastica. São dignos de exame os azulejos que ornam quasi todo o edificio. E' aqui tambem o carneiro real que aos cuidados de D. Fernando, marido de D. Maria II, se deve estar hoje decente e digno de ser visitado.

Todos os templos de Lisboa contêm algumas preciosidades e memorias antigas.

THEATROS:— O de S. Carlos, lyrico, o de D. Maria II, normal, o da Trindade, de opera comica, são os principaes, todos espaçosos e ricamente decorados; ha ainda o da Avenida, da Rua dos Condes, da Alegria, do Principe Real, do Rato, e alguns particulares; e, em circos, o do Real Colyseu e o Colyseu dos Recreios, inaugurado ha pouco tempo e ainda incompleto, de capacidade assombrosa, elegante e luxuoso.

Compreheende o actual municipio de Lisboa quarenta freguezias, contando só por uma as que andam annexadas; a população é computada em perto de 400:000 almas, estando no momento em que escrevemos em vespuras de se proceder ao recenseamento geral da população, que ha alguns annos se não fazia.

Lisboa usa os titulos de *muito nobre e sempre leal cidade*.

Thomaz Ribeiro, no seu immortal poema *D. Jayme*, diz com pesar:

«Eu nunca vi Lisboa e tenho pena.»

São justissimas estas palavras e devem ser repetidas por quantos se encontrarem nas mesmas condições, porque não ha cidade mais formosa do que a nossa, brandamente reclinada sobre montes alterosos de onde se disfructam magnificos panoramas, tem a seus pés o Tejo formando, o mais amplo porto da Europa; laboriosa e pacifica pôde dar lições de cordura e de patriotismo a todo o mundo, e os melhoramentos de toda a especie a que se está procedendo, hão de tornal-a, pelas condições naturaes reunidas ás do progresso e da civilisação, a primeira cidade do mundo culto.

J. GARCIA DE LIMA.

## MACAU

As costas da China, e no golpho onde se lança o rio Tigre, surge do seio do mar uma ilha montanhosa, chamada pelos chins Negao-Men. Tem dez leguas de comprimento. Na extremidade oriental d'esta ilha está edificada a cidade de Macau.

A historia d'esta nossa possessão é tão honrosa

para Portugal, que a adquiriu, como para o imperio da China, que lhe cedeu esse territorio. Da parte dos portuguezes significa um serviço importante, de leaes amigos, prestado á China em occasião de apuro. Da parte dos chins representa um acto de gratidão nacional por esse serviço.

Na primeira metade do seculo XVI, estando recentes as nossas primeiras relações com o celeste imperio, foram as costas d'este paiz infestadas por piratas, que commettendo roubos e horriveis carnificinas, espalhavam o terror por todos os mares e portos do imperio. O numero e a audacia dos piratas zombaram do poder do imperador Khang-Hi, tornando-lhe inuteis todos os seus esforços. O mal cresceu a ponto, que ameaçou acabar inteiramente com o commercio da China. Foi n'estas criticas circumstancias que os portuguezes se resolveram a perseguir os piratas; e com tal denodo o fizeram, que em pouco tempo os anniquilaram completamente.

Em recompensa d'este immenso serviço concedeu-lhes o imperador Khang-Hi uma porção de territorio na ilha Negao-Men, para ali estabelecerem uma feitoria. Era isto o que os portuguezes muito desejavam, e em vão tinham solicitado, não tendo obtido até então mais que a permissão de negociarem e residirem nos portos chinezes de Liampo, Chincheo e Lampacão.

N'esta concessão, porém, não se esqueceram os chins da sua proverbial astucia e desconfiança, regulando as coisas de modo que os portuguezes não podessem, para o futuro, estender o seu dominio além dos terrenos concedidos.

Designando-lhes para a sua feitoria uma estreita orla de terra na ilha de Negao-Men, deram-lhes um ponto de importancia para um estabelecimento commercial pela situação geographica da ilha, collocada na desembocadura de um dos maiores e mais importantes rios do imperio, e no qual está a cidade de Cantão, que era e foi por muito tempo a unica porta da China para o commercio maritimo com a Europa. Separando aquella orla de terra do resto da ilha com uma alta muralha de pedra, prohibindo aos portuguezes com graves penas a passagem d'essa linha divisoria, e vigiando com numerosas forças e olhos d'Argos o cumprimento d'essa prohibição, precaveram-se contra quaesquer projectos de futuras invasões.

Se este presente nos fóra dado hoje, ficaria, talvez, para sempre o que primitivamente era, uma estreita lingua de terra, meia erigida de rochedos, meia coberta de areias. Porém n'aquella época era tal o esforço dos portuguezes, tão firme, tão energica e perseverante a sua vontade, que apesar de todos os estorvos e difficuldades conseguiram transformar os inhospitos rochedos e a esteril praia em uma cidade bella, populosa e rica.

Em breves annos se estendeu pela praia uma longa fileira de casas e armazens de agradável aspecto, sobresahindo alguns formosos edificios publicos; e fez-se rosto ao mar com um extenso caes de cantaria. Corroaram-se os montes sobranceiros com alguns conventos e fortes. Arborisaram-se as encostas e plantaram-se hortas e jardins em redor da povoação. D'esta arte, ao aceno do genio portuguez, se ergueu quasi de improviso, d'entre rochas e areias, a cidade do Santo Nome de Deus de Macau, que teve começo pelo anno de 1557.

Como fosse um estabelecimento puramente commercial, no seu principio era governado á vontade dos

moradores, que escolhiam d'entre si um chefe com o titulo de capitão-mór.

Sendo elevada a nascente povoação á cathogoria de cidade no anno de 1583 ou 85, foi então creado o Senado da camara, que ficou regendo a colonia, sujeito ao governo da Índia.

As frotas de Lisboa, de Goa e de Malaca, e as relações commerciaes com a China, fizeram rapidamente populosa e florescente a cidade de Macau.

Cresceu e durou esta prosperidade enquanto Portugal se conservou independente e respeitado na Europa, e poderoso e influente na Asia. Mas logo que immerecido infortunio lhe fez dobrar a cerviz ao jugo de Castella, derrocou-se instantaneamente o imperio portuguez asiatico.

Despojado do predomínio dos mares em breve perdeu a sua supremacia na Índia. Os inglezes e holandezes, desaffrontados de tão terrivel competidor, apresentaram-se potentes n'aquellas regiões, onde o cume dos portuguezes os havia já combatido, e d'onde tinha conseguido expulsal-os. A cidade de Cantão abriu emfim as suas portas aos novos hospedes. O commercio da China mudou de rumo, e Macau foi cahindo em progressivo abatimento.

Varias tentativas feitas pelos holandezes para se apoderarem da cidade fizeram conhecer a necessidade de se estabelecer n'ella um governo militar. Foi então enviado de Goa para a defender D. Francisco Carrasco, ao qual se succedeu D. Francisco Mascarenhas, o primeiro que para ali foi com o cargo de governador e capitão general.

Em junho de 1622 surgiu em frente de Macau uma esquadra hollandeza de quinze navios, disposta a tentar um desembarque contra a cidade, e no dia 20 lançou em terra 800 homens bem armados. A guarnição da cidade constava apenas de duzentos soldados, mas houve-se com tal bravura que o ataque foi victoriosamente repellido, e o inimigo mal pôde recolher aos seus navios uns duzentos homens, deixando o resto morto no campo ou aprisionado. Esta grande victoria foi causa, sem duvida, de que ficassem escarmentados os que nos cubicavam aquella colonia. O que é certo é que não tornou a ser affrontada pelo inimigo. D'este ataque veio-nos comtudo um proveito. O governo chin, vendo o perigo que a cidade correu, e considerando nos inconvenientes que podiam resultar para o imperio se os holandezes conseguissem apossar-se de Macau, consentiu em que se fortificasse a cidade. D'ahi datam pois as primeiras obras de defeza. Porém a sua decadencia foi por diante, e com ella lhe sobreveiu um novo opprobrio e vexação, o poder dos mandarins estabelecido em Macau.

Os fundadores de Macau tinham sabido crear, pela sua actividade e energia, uma situação prospera para a colonia. Mas os seus descendentes, amollecidos pelo clima e pelos gosos da riqueza, foram trocando os habitos activos da Europa pela indolencia e apathia das raças asiaticas. Achando nos chins bons operarios, habéis corretores, e caixeiros intelligentes, foram pouco a pouco descaçando n'elles, encarregando-os de quasi tudo quanto era trabalho. A remuneração liberal d'esses serviços foi attrahindo á cidade, primeiramente a classe laboriosa da parte chinesa da ilha, e mesmo do continente, depois innumeraveis vadios e malfeitores. D'este modo a população chinesa de Macau em pouco empo excedeu muito a portugueza. Enquanto o nosso pavilhão fluctuou triumphante no oriente; enquanto

Portugal se fez respeitar em suas possessões ultramarinas por meio das tropas regulares, que lhes enviava e n'ellas confiava, houve socego em Macau. Os ricos mandavam á sua vontade. Os operarios trabalhavam satisfeitos, mas com sujeição. Os proletarios faziam o menor mal possivel, porque temiam a espadada da justiça.

Porém logo que a decadencia da mãe patria se fez sentir nas colonias, desataram-se todos aquelles laços, e rebentaram na cidade graves desordens entre os chins e os portuguezes. O mais leve pretexto servia de signal de revolta, que ao principio era reprimida a custo, e depois, pela continuação de taes actos, desconceituada e sem força a auctoridade, crescia e rompia em todo o genero de excessos e violencias. N'estas crises as pessoas abastadas e principaes da terra viam-se obrigadas a refugiar-se nos fortes para salvarem a vida, deixando as suas casas e estabelecimentos entregues á pilhagem. Foi no meio dos progressos d'este flagello, que as auctoridades e população portuguezas de Macau invocaram o auxilio das auctoridades chinezas contra os chins rebellados. Assim se estabeleceram n'aquella cidade a intervenção, e mais tarde a influencia e supremacia dos mandarins.

Tão longe foi o abuso d'esta intervenção que a cidade de Macau ficou portugueza apenas no nome, e n'um simulacro de auctoridades nacionaes. Não se fazia ali coisa alguma sem a annuencia dos mandarins. A seu bel prazer lançavam e cobravam tributos; concediam ou negavam licença para se edificar ou reconstruir qualquer casa; fechavam o porto quando lhes parecia; e obrigavam o governador da cidade a expulsar d'ella os estrangeiros com quem estavam em guerra, como succedeu com os inglezes em agosto de 1839, logo que começou a lucta da Inglaterra com a China, por causa da questão do opio.

Este estado precario e humilhante melhorou consideravelmente depois d'aquella guerra. Os chins, pelo abatimento moral em que os deixaram os triumphos dos inglezes e as arduas condições da paz, e pela benevolencia com os visinhos, que nunca os incommodaram, prestaram-se a fazer varias concessões exigidas pelos governadores de Macau. Para tratar d'este negocio veio á cidade um mandarim enviado pelo alto commissario de Cantão, o celebre Lyn. Ajustou-se, pois, e levou-se a effeito um tratado pelo qual augmentaram as immunidades de Macau e se coarctaram as intervenções chinezas.

O commercio d'esta nossa possessão, que tivera um grande desenvolvimento durante a lucta da Inglaterra com a China, cahiu na maior prostracção assim que pelas condições do tratado de paz foram abertos cinco portos d'este imperio ao commercio de todas as nações. Para obviar a este mal foram tomadas varias providencias, sendo a mais importante a que declarou porto franco a cidade de Macau.

A nomeação e chegada a Macau do novo governador Ferreira do Amaral, no anno de 1844, assignalaram o começo de uma nova época para esta cidade. As importantes reformas que concebeu e poz em pratica, e a posição resoluta e energica que tomou em presença dos chins, acabaram de emancipar a colonia da vergonhosa tutela das auctoridades chinezas.

Principiando por collocar o porto militar de Macau em um pé respeitavel, acabou com os impostos lançados em proveito do governo chin, e despojou as suas auctoridades da influencia e jurisdicção, que

exerciam na cidade. Estas medidas excitaram grande agitação, e longa resistencia da parte dos chins. Porém a coragem e perseverança de governador venceram todas as difficuldades, consolidando as reformas, e tranquillizando a povoação.

Por infelicidade, quando esta nossa possessão assim se ia levantando do extraordinario abatimento moral a que chegou; quando começava a restaurar-se economicamente por effeito da franquia do seu porto, e de outras providencias illustradas, sobrevieram dois attentados, um após outro, que encheram a cidade de consternação, expondo-a a perder todos esses beneficios tão custosamente adquiridos.

O primeiro d'aquelles attentados foi a violação flagrante e escandalosa do seu territorio, e o menos-cabo da auctoridade por parte da guarnição de uma fragata ingleza, que se achava surta no porto, e que desembarcando armada accommetteu a cadeia publica, e á viva força tirou d'ella e levou para bordo um seu patrio e companheiro, que fôra preso por se não querer descobrir, sendo advertido, diante do Santissimo Sacramento na occasião de passar a procissão do Corpo de Deus.

Suceddeu este escandalo em 1849. No mesmo anno aconteceu o segundo attentado, que se seguiu de perto ao primeiro, e que foi, talvez, um triste resultado d'este.

No dia 22 d'agosto, tendo saído a passeio, a cavallo, o governador Amaral, foi barbaramente assassinado por alguns chins junto á porta da muralha, que separa o territorio portuguez do da China, e na presença de um posto militar d'esta ultima nação. Este facto augmentou de gravidade pelos justos motivos que houve para se suppôr que as proprias auctoridades de Cantão não eram estranhas á perpetração de similhante crime.

Viu-se então a cidade exposta a grandes perigos. A população chineza, que é a principal, assumiu um aspecto ameaçador; e a portugueza, incomparavelmente menor, possuiu-se de um terror panico desmedido. Todavia, graças ao estado de defeza em que o fallecido governador deixára a cidade, e á disciplina que introduzira na tropa, e graças tambem ao apoio prestado por alguns navios de guerra britannicos ali estacionados, livrou-se Macau da anarchia e da invasão chineza, que lhes estiveram imminente nos primeiros dias que se seguiram áquella catastrophe. Depois acudiram ali embarcações de guerra e tropas regulares enviadas de Goa, com que ficaram asseguradas a paz e tranquillidade da colonia.

O novo governador, tendo a cidade bem guarnecida de tropa, e defendida, além da artilheria dos fortes, por uma fragata e duas corvetas de guerra portuguezas, exigiu das auctoridades chinezas, de Cantão uma reparação do insulto por meio da entrega dos criminosos. Ao cabo de muitas delongas e tergiversações do mandarim de Cantão, foi-nos dada uma satisfação, senão completa, comtudo aceitavel. Os criminosos, ou pelo menos uns miseraveis indigitados pelo mandarim como auctores do delicto, foram justificados na cidade de Cantão.

Posteriormente restabeleceu se a boa harmonia entre os governos chinez e portuguez, e do mesmo modo entre os subditos das duas nações residentes em Macau.

As guerras em que a Grã-Bretanha e a França entraram como alliadas contra a China nos annos de

1854 e 1860, serviram de tornar mais firme aquella harmonia, e de proporcionar a Portugal, em virtude de um recente tratado, eguaes favores aos que o ce-leste imperio concedeu, obrigado pelas armas aos francezes e inglezes.

Macau dista cincoeta milhas, pouco mais ou menos, da foz do rio Tigre, umas oitenta da cidade de Cantão, e quarenta da ilha de Hong-Kong, onde os inglezes teem um importante estabelecimento. A sua distancia de Lisboa em linha recta é de 1:400 leguas, e pelo Cabo da Boa Esperança 3:200.

O aspecto da cidade, visto do porto, é mui formoso e pittoresco. Está edificada em amphitheatro sobre uma extensa bahia. Parte d'ella, sentada á beira do mar, ostenta uma longa fileira de casas construidas ao uso da Europa, resplandecentes de alvura, e algumas com seus adornos architectonicos. Outra parte eleva-se sobre uma collina pedregosa, mediando entre ambas os palmares e mais arvores dos quintaes e jardins. Finalmente coroam-se os montes sobranceiros á cidade com fortalezas, conventos e templos, que contrastam com as negras rochas graniticas, que lhes servem de base.

Os trajos variados, e na maior parte de côres garri-das, da população chineza, que percorre as ruas e anima os caes; a diversidade de embarcações, que estanceam no porto, muitas de fórmulas singulares e exquisitas, empavesadas de flamulas e bandeiras multicores; e enfim os resplendores do sol, e a pureza da atmospheria em dias claros, dando brilho e realce a tudo isto, completam um quadro que surprehende e encanta os viajantes.

Ha em Macau uma curiosidade natural, e ao mesmo tempo sitio historico de mui subido apreço. É a gruta de Camões, onde o principe dos poetas portuguezes, inspirado pelo amor patrio, compoz alguns cantos, ou deu os ultimos traços no seu poema sublime, os *Luziadas*, com que glorificou Portugal, e se immortalizou a si proprio.

É formada esta gruta por grandes rochedos, com duas entradas divididas por um penedo de figura conica, no qual descança a parte superior da rocha. Sobre a gruta está um esbelto pavilhão ou mirante, d'onde se descobre em dilatado horizonte a bahia e a cidade de Macau, e parte do porto da Taipa ou Typa, sempre animado por uma immensidade de navios europeus e barcos chinezes.

Em certas épocas chegou Macau a não ter mais de 10:000 moradores. Quando a guerra assolou Cantão em 1854, elevou-se aquelle numero a mais de 60:000.

A cidade de Macau tem por brazão as armas reaes em escudo de prata, e em volta lê se o seguinte: *Cidade do nome de Deus não ha outra mais leal.*

A etymologia do nome de Macau vem de duas palavras chinezas, *Ama* e *Cau*. A primeira designa o idolo de um pagode, que ali havia desde tempos remotos. A segunda quer dizer *porto*. Começando os portuguezes a chamar ao sitio *Amacau* logo que ali se estabeleceram, deram depois á cidade com pouca differença o mesmo nome.



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

ASSIGNATURAS  
2.ª SERIE Series de 26 numeros... 500 réis }  
Series de 52 numeros... 1,500 réis }  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Raa do Terreirinho, } NUM.º 40  
17, 1.ª—Lisboa.

## MARVÃO

Duzentos metros sobre o nivel do mar, magestosamente collocada nas eminencias da *Hermínius menor* dos romanos, que é um ramo da serra de Portalegre, fica a pittoresca villa do Marvão, uma das mais bonitas povoações de todo o Alemtejo.

De origem antiquissima, pois foi fundada pelos *herminios* (povos da serra da Estrella) 44 annos antes de J. C. querem uns que teve primitivamente o nome de *Aramenha*, outros o de *Medobriga*.

O que é, porém, mais provavel, é que a área hoje occupada pelas duas povoações *Aramenha* e *Metobriga* ou Marvão, fosse outr'ora o sitio da grande e importantissima cidade a que os romanos davam o nome de *Medobriga*.

O que é fóra de duvida é ter errado André de Rezende, quando disse que *Medobriga* é hoje S. Thiago de Cacem. A simillhança do nome — *Medobriga* — *Merobriga*, e *Mirobriga*, produziu o equívoco do illustre escriptor; *Merobriga* foi o nome que teve a actual villa de S. Thiago do Cacem, e é em Ciudad Rodrigo, Castella, que devem procurar-se vestigios da antiga *Mirobriga*.

Parece que pelos annos 50 antes da era christã, já os romanos davam a *Medobriga* o nome de *Hermínius*, pois assim chamam os historiadores da epoca aos povos que a sanha do implacavel *Longuinho* devastou crudelissimamente. Segundo alguns auctores foi esta cidade (*Medobriga*), fundada pelos gallos-celtas 400 annos antes de J. C. e elles lhe deram o nome indicado, o qual significa *povoação ou cidade dos médos*. Ha, porém, archeologos que lhe dão por fundadores os gregos, 1906 annos antes da nossa era.

A villa de Marvão fica a 12 kilometros ao N. E. de Portalegre, 10 de Aramenha, 6 ao sudoeste de Castello de Vide, e 180 ao S. E. de Lisboa.

A isto se reduziu a opulenta cidade dos romanos!

A povoação é agradável, sadia e abundante em aguas e productos fructiferos.

O actual nome de Marvão provém-lhe de *Maruan* ou *Marvan*, mouro africano, senhor de Coimbra, que a mandou povoar e deu-lhe o seu nome, porque a haviam destruido os arabes quando invadiram a peninsula; fazendo grande matança nos christãos. O pri-

meiro monarcha portuguez, aquelle grande e destemido guerreiro, tomou a villa aos infieis, em 1166. e D. Diniz mandou-a cingir de muralhas, e construir o seu castello, em 1299.

Dentro da villa ha duas cisternas, uma de agua nascente, outra muito maior, e que pôde dar agua seis mezes com abastança para a povoação e guarnição da fortaleza.

O primeiro foral d'esta villa foi-lhe concedido por D. Sancho II em 1226 (maço 11 dos foraes antigos n.º 9), a 1 de junho de 1512 e D. Manoel deu-lhe novo foral (livro dos foraes novos do Alemtejo fl. 67, col. 1.ª)

O brazão d'armas de Marvão é—em campo azul um castello de oiro e sobre elle o escudo das Quinas portuguezas entre duas chaves.

Marvão é praça forte, especie de sentinella magesticamente collocada na fronteira, a 6 kilometros ao oeste da Extremadura hespanhola.

Sober-se para a villa pelo lado do leste, unico ponto accessivel, comquanto trabalhosamente, porque a norte, sul e oeste é toda a montanha formada de rochas e alcantis, cortadas a prumo sobre um valle profundissimo.

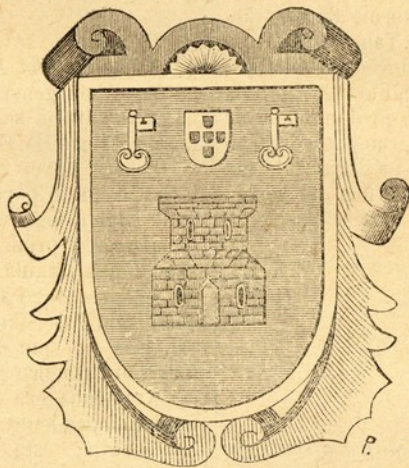
Como a fronteira, porém, fica a leste, é para ahi que se voltaram todas as fortificações militares. Nem mais era preciso, porque dos outros pontos não ha a receiar invasão que não seja a das calamidades da natureza.

A primeira muralha está construida ao fundo do monte, servindo-lhe de fosso o rio *Araménho*.

Dentro da villa e a O. d'ella está o castello com os seus baluartes. Durante os 27 annos da guerra que se seguiram á restauração da independencia nacional, foram as fortificações reparadas.

O rio *Araménho* espraiaando-se voluptosamente pelos campos, lança-lhes os germens de uma vitalidade que se expande em viridentes cearas e luxuosos bosques de aureos pomos.

Ha n'esta villa hospital e misericordia. Marvão foi *couto do reino*, instituido para refugio de criminosos, que, uma vez alcançada aquella estancia, ahi não podiam ser perseguidos pela justiça. Até 1790 houve como este, varios azylos de segurança para malfeteiros, instituições mal entendidas, e que bem attestam a falta de comprehensão moral, e a confusão do espirito dos legisladores das transactas gerações.



Brazão d'armas de Marvão

Abolidos os *coutos*, nem por isso as condições legaes foram mais garantidas, porque as *cartas de seguro* não deram menos triste ideia do irrepeito pelos direitos da sociedade honesta.

Tudo isso, felizmente passou nas scenas do preterito, e hoje a lei para todos equal na distribuição de deveres e de direitos, não tem de ouvir a gargalhada sarcastica do facinora, que chegado a determinada povoação ou posto pè na entrada de algum templo ficava impune, houvesse embora commettido determinados delictos.

Ditosas as gerações que nascem á grandiosa luz da civilisação!

*Aramêna*. — Fica nas margens do rio Sever, o qual tem a origem na serra de S. Mamede, d'esta freguezia, e em cujas aguas se pesca optimo peixe, principalmente as saborosas trutas.

Já acima dissemos que nos parecia que *Aramêna* e *Melobriga* formariam outr'ora a grande cidade dos romanos. O itinerario do imperador Antonino Pio marca a antiga *Medobrica* entre as actuaes Portalegre, Arronches, Alegrete e Marvão, correspondendo aproximadamente á situação actual de *Aramêna*. D. Frei Amado Arraes diz que em seu tempo foram achadas nas ruinas de *Medobriga* varias columnas e sepulturas de preciosos marmores, moedas d'ouro, artisticamente laboradas, e mostrando ser do tempo de Trajano, de Vespasiano, Tito e Tipuciano.

Tambem em uma quinta do termo de Marvão, pertencente aos marqueses de Tancos, se teem achado amphoras de barro, inscrições, medalhas, remontando tudo a recuada antiguidade. Em toda esta área se teem encontrado na profundidade de dois a tres metros, alicerces de grandes edificios.

O duque de Lafões, andando na localidade em investigações archeologicas, pelos fins do seculo passado, descobriu uma lapide com a inscrição seguinte:

C. Jul. Vecefo  
Flamine pro  
vincie Lusita  
nii Propinia  
Stafr. Mari  
to. optimo.

Cuja traducção é — *Propinia Stafr a seu optimo marido Caio Julio Vecefo, flamine da provincia Lusitana*.

Esta lapide foi remettida á Academia Real das Sciencias a 23 de abril de 1797.

Recentemente teem apparecido pelos sitios varios restos da antiquissima cidade romana, entre os quaes muitas lapides com inscrições.

E' fora de duvida que a *Medobrica* dos romanos, a que os arabes chamavam *Armenia* e os luzitanos *Aramêna*, occupára a grande extensão, entre dois rios a que ora se dá o nome de *Varzea* de *Aramêna*, e onde ainda se veem ruinas ou vestigios de grandes edificios, torres e pontes sobre o rio Sever, e os restos de um grande aqueducto que levava a agua á cidade.

Quando se andava construindo a nova estrada que segue á fronteira, acharam-se nas ruinas da velha *Medobriga* quatorze moedas de prata romanas. Em todo o valle se teem tambem encontrado riquissimas sepulturas de bellos marmores, com

epitaphios de letra romana. Como essas opulentas ruinas despertam melancolicos pensamentos! glorias, gozos, galas e fastigio, tudo passa em turbilhões no tempo, para se despenhar nos infinitos mysterios da destruição perpetua!

Em 1706 os castelhanos destruíram as fortificações de Castello de Vide, e preciso foi fazer uma porta nova na cortina de S. Francisco, por estar desmantelada a chamada *porta do carro*. O governador militar, Manuel de Azevedo Fortes, sabendo da existencia de um magnifico portico, que fôra achado intacto entre as ruinas de *Medobriga*, e que estava na quinta da *Azenha Branca*, propriedade de Luiz Freire da Fonseca Coutinho, propoz a compra d'elle a este cavalheiro, proposta a que o abastado proprietario galbardamente respondeu, cedendo-a obsequiosamente a el rei.

O portico, todo de cantaria lavrada, foi conduzido a Castello de Vide, dando-se-lhe o nome de *Porta de Aramêna*, e pondo-se-lhe a inscrição que segue:

«Reinando em Portugal o mui alto e poderoso Senhor D. João V, foi este portado tirado debaixo das antigas ruinas da cidade de *Medobriga*, fundada 1906 annos antes de Christo, no sitio de *Aramêna*: transferido e posto n'este logar por Manuel de Azevedo Fortes, governador d'esta praça, no anno de 1710.»

O mesmo governador deu ao proprietario da quinta da *Azenha Branca*, um documento para perpetuar a sua generosa acção, documento que ainda na actualidade se encontra no archivo da illustre familia Freire da Fonseca Coutinho.

Parece haver confusão na inscrição, pois n'ella se lê que o portado se tirou das ruinas e foi levado para o logar aonde está assente. Isto, porém, é apenas á primeira vista, pois a simples collocação d'uma virgula em seguida ao vocabulo—portado—daria logo a ideia de que o portico não fôra conduzido das ruinas directamente para aquella local, mas sim que d'ellas fôra tirado por alguém que fôra seu primeiro possuidor.

*Aramêna* era da corôa. Não consta que tivesse foral independente do de Marvão.

Todavia, esta villa, assim como Marvão, gozava de grandes privilegios, laes como não pagar portagem, poder conduzir cereaes de toda a a parte do reino sem pagamento de direitos e não dar soldados. Eram, porém, obrigados os povos á defeza da praça, por contracto que fizeram com D. Sancho II, em 1226.

Na freguezia de *Aramêna* fica a serra da *Portagem*, onde ha duas cavernas, uma ao sul, que tem cerca de 34 metros de altura, e outra a norte, muito longa, communicando uma com a outra.

A do norte é escurissima, ignorando-se qual seja o seu termino, e é feita de rocha viva. Parece que ali foi outr'ora uma grande mina de chumbo.

Não é clara a historia na precizão da época em que *Aramêna* foi conquistada pelos christãos; parece, porém, que pelo anno de 1160, ou proximoamente, Affonso I a tomou aos arabes.

No monte que fica proximo a *Aramêna*, ha galerias de extracção d'ouro, prata e chumbo.

Todo o terreno é propenso á fertilidade, e não

regateia generosidades ao agricultor laborioso. E' saudavel o clima e boa a indole da populaçao que ali vive entre as ruinas do passado, e sobre um throno de rochedos, perante o qual se rasgam os mais esplendidos horisontes, e a cujas bases se arrastam os murmurijs das aguas, repetindo talvez saudosos suspiros d'um passado para sempre cahido nos vortices do nunca mais!

## MELLO

A villa de Mello fica a 90 kilometros de Coimbra, 290 ao E. de Lisboa, e pertence ao bispado e districto administrativo da Guarda. Estã situada nas faldas da Serra da Estrella, a 6 kilometros ao S. da villa de Linhares.

Encontramos confusao nos escriptores, sobre quem fosse o fundador e povoador da actual villa. Seguiremos primeiro o sr. Vilhena Barboza, por ser um dos nossos mais sollicitos investigadores contemporaneos. Diz elle:

«Sabendo D. Soeiro Raymond, que Ricardo Coraçao de Leão, rei de Inglaterra, se apresentava com grande exercito, para ir á conquista da Terra Santa, resolveu acompanhal-o n'esta heroica e religiosa empreza.

Era n'esse tempo soldão do Egypto, o barbaro, mas valorosissimo *Saladino*.

Sahiu, pois, de Portugal, para se unir aos cruzados, no anno de 1191. Depois de haver dado provas do seu valor e coragem, na expugnação de Chypre, viu-se finalmente, diante dos muros da tão suspirada Jerusalem.

A ordem para o assalto, não se fez esperar muito tempo, e ao nosso D. Soeiro, coube na disposiçao das forças para o combate, um lanço de muro, que, tomando o nome de um valle, ou voragem que lhe ficava vizinho, se chamava *Mello*.

D. Soeiro praticouahi singulares actos de valentia e gentilezas de armas, com que deixou maravillados os seus camaradas, que, desde então, começaram a appellidal-o o *Mello*.

O fim d'aquella empreza é sabido que foi desgraçado, pois que a peste, a fome e as dissidencias disimaram os cruzados, obrigando-os a demandar os seus paes.

Voltando D. Soeiro a Portugal, e querendo commemorar os seus gloriosos feitos, fundou nas faldas da Serra da Estrella, uma quinta com o nome de *Mello* e n'ella deu principio a uma povoaçãozinha, correndo o anno de 1204, em que reinava D. Sancho I.

No seguinte reinado de D. Affonso II, foi este D.

Soeiro nomeado alferes-mór, e um seu neto, D. Mem Soares de Mello, foi feito senhor de Mello e tambem alferes-mór de D. Affonso III.

Hoje é seu descendente e representante, o sr. conde de Mello, 19.º senhor de Mello.

Vejamos agora a *Chronica dos conegos regantes de Santo Agostinho*, da qual passamos a dar, em resumo, o que diz do convento de freiras de Santo Agostinho, junto á villa de Mello.

Foi este mosteiro fundado em 1539, por D. Mem Soares d'Alvim, senhor de Mello, que lhe deu o titulo e invocação de Nossa Senhora do Couto, porém este D. Mem Soares só fez a igreja.

Teve este convento origem pelo facto seguinte: No mesmo anno de 1539, obrigou D. João III as conegas de Santo Agostinho a que guardassem clausura (porque até então, ellas sabiam quando queriam, a visitar seus parentes, ou a outras quaisquer visitas, compras, etc., sem licença prévia de superiores.)

Porém, muitas d'estas religiosas, não se quizeram sujeitar á clausura perpétua e sabiram dos conventos.

No convento de Chellas, proximo a Lisboa, estava uma senhora chamada Maria Borges Teixeira, prima co-irmã de Isabel Teixeira, viuva de Estevão Soares de Mello, senhor d'esta villa; a qual, por não querer guardar clausura perpétua, sahio de Chellas com algumas suas amigas.

Sua prima lhe mandou offerecer a ermida de Nossa Senhora do Couto, de que era padroeira, para vir ali fundar um convento; e como D. Maria Borges era rica e poderosa, facilmente alcançou do nuncio apostolico, licença para fundar esse convento, em 22 de junho do mesmo anno de 1539.

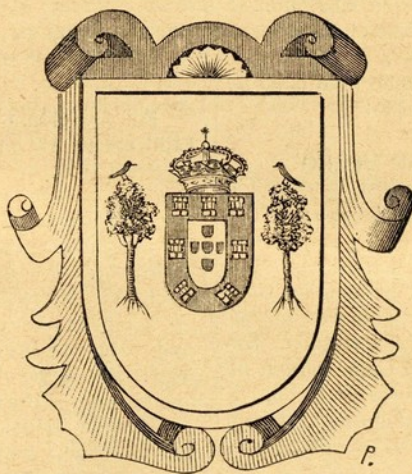
A antiga ermida ficou sendo a capella-mór da nova igreja. Foi-lhe lançada a primeira pedra pelo bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, filho do 1.º conde de Abrantes, logo em 8 de setembro, tambem d'aquelle anno.

Em 1540, já a obra estava em circumstancias de receber as freiras que para ali foram logo.

D. Isabel Teixeira e seu filho Francisco de Mello, fizeram doaçao ao mosteiro, não só da ermida, mas de todas as terras immediatas, sob condiçao de que—*se se viesse a despoovar o mosteiro, tornaria tudo á casa dos Mellos*.

Estas freiras parece que gostavam da liberdade; e, como as *terceiras franciscanas* a tinham muito mais ampla, n'esse tempo, do que as agostinhas, tanto lidaram, que por consentimento e auctorisação do papa Julio III, deixaram a regra e habito de Santo Agostinho, tomando a de S. Francisco, em 1554.

O fundador da primitiva ermida de Nossa Senhora do Couto, D. Mem Soares, foi o primeiro que tomou o appellido de Mello.



Brazão d'armas de Mello

Era casado com D. Thereza Affonso Gata, filha de D. Affonso Pires Gato, rico-homem.

Esta D. Thereza herdou de seu tio, D. Gonçalo de Sá, o senhorio de Mello, *de cuja villa fóra elle o primeiro povoador*; porque elle morreu sem descendencia.

D. Gonçalo de Sá, tisha a sua casa e solar, na freguezia de Santa Maria de Sá, julgado de Cêa.

Martim Affonso de Mello, rico-homem de Portugal, senhor de Cêa, Gouvêa, Luthares e Celorico da Beira, neto d'aquella D. Thereza, foi o que fez Mello villa, e lhe deu armas (isto, segundo a opinião, quer dizer que Martim Affonso de Mello é que sollicitou e conseguiu de D. Affonso V, que desse armas e fóro de villa á povoação).

De D. Thereza Affonso Gata, procedem os condes de Olivença, Tentugal, S. Lourenço e Assumar, os marqueses de Ferreira, hoje duques de Cadaval, e outras notabilissimas familias d'este reino.

A villa de Mello, chamava-se antigamente de Melro, não se sabe quando se mudou o seu nome para Mello, mas suppõe-se que foi no meiado do seculo XVI.

Em um sinete antigo da mesma villa, que se conservava no archivo d'aquella camara, se viam as armas da villa, que eram as reaes, no meio, e de cada lado uma arvore, com um melro em cima de cada uma, com a seguinte inscripção:

#### SÊLLO DO CONCELHO DE MELRO

Vemos, pois, que *A chronica dos cruzios* não se pôde combinar, em alguns pontos; com o que diz o sr. Vilheua, e a mais seguida tradição.

Esse *sêllo* e ainda as armas actuaes da villa, parece desmentirem a origem do nome da povoação e a historia do forte *Mello*, de Jerusalem. Reflexionemos. D. Thereza Affonso Gata, herdou de seu tio D. Gonçalo de Sá, o senhorio de Mello.

Já se vê que os senhores de Mello nada tinham (então), com a familia dos *Soiros* e dos *Soares*. (Soares é patronymico de Soeiros).

E' verdade que o marido de D. Thereza, e fundador da ermida da Senhora do Couto, se chamava D. Mem Soares, mas não foi pela sua linha que a casa veio aos *Mellos*, porém, pela dos Sás, de Cêa.

D. Mem Soares foi o primeiro que tomou o *appellido de Mello*, o que, para a questão de saber quem foi o fundador da villa de Mello, é indifferente; apenas prova que esta povoação já n'esse tempo se chamava Mello.

*A chronica dos cruzios* diz expressamente que o primeiro povoador da villa de Melro foi D. Gonçalo de Sá—logo, não foi D. Soeiro Raymundo.

Collige-se tambem d'aquella chronica que a povoação era já antiga no tempo de D. Gonçalo, ao qual não dá o titulo de *fundador*, mas sim de *povoador*, o que é muito differente.

A tradição da proveniencia do nome á povoação, do citado forte de Mello, na Syria (Palestina) ou é menos verdadeira ou mente o *sêllo das armas do concelho de Melro*, e as actuaes armas da villa, que ainda são as mesmas do *sêllo*, com os dois melros.

O que se não sabe com certeza, é quando a povoação deixou de ser Melro para se transformar em Mello. A citada chronica só diz que se *suppõe* ser

no meiado do seculo XVI; no que tambem se engana, pois em 1515 já se chamava Mello, como logo veremos, quando se tratar do seu foral.

Devemos porém, confessar que effectivamente em Jerusalem havia um sitio (baluarte, forte, ou lanço de muralha) chamado *Mello*, pois já d'elle falla o *Paralipomenon*, livro 2.º cap. 32, mas se D. Soeiro Raymundo d'aqui tirasse o nome para a sua villa, não conservava ella ainda por 200 ou 300 annos o seu primitivo nome de Mello.

Ahi ficam ambas as etymologias, e cada um adopte a que julgar mais acceptavel e auctorizada.

Mello foi por mais de 200 annos cabeça de concelho, com camara, juizes, pelourinho, etc., sendo supprimido depois de 1834. Hoje encontra-se anexo, como freguezia, ao concelho e comarca de Gouveia.

D. Manuel concedeu-lhe foral, em Lisboa, a 19 de julho de 1515 (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 145, col. 1.ª). Já então se denominava villa de Mello. O seu brazão d'armas já acima fica descripto, mas não tem a legenda, que era só necessaria no sêllo.

## CRUZADAS E CRUZADOS

Foi D. Gomes, portuguez, que no anno de 1436 era D. Abbade em Florença e mais tarde prior de Santa Cruz de Coimbra, que trouxe a el-rei D. Duarte, quando estiva em Extremoz, a *Bulla da Cruzada contra os infieis*, requerida no concilio de Ferrara pelo conde de Ourem e concedida pelo papa Eugenio. Por isso aos que combatiam os infieis se chamavam *cruzados*.

Tambem tiveram este nome umas moedas bem conhecidas em Portugal. Já as havia no tempo d'el-rei D. João I, pelo anno de 1397, e talvez já existissem antes d'essa data.

Tomada Constantinopla por Mafamede no anno de 1453, publicou Calixto III, uma cruzada para obstar a tantos damnos. El-rei D. Affonso V promptamente a recebeu, prometendo ir n'aquella guerra com 12:000 homens por um anno, e á sua custa. E tendo já feito grandes preparativos, desvaneceu-se a empreza, que se converteu para a Africa, mas igualmente sem effeito.

E logo no anno de 1457 veiu a este reino por delegado do papa um bispo de Silves, portuguez, homem de bom saber, e grande auctoridade, que trouxe a el-rei a cruzada contra os turcos, com grandes indulgencias e perdões. Mas como os mais principes se não apromptassem, passou a tomar em Africa Alcacer-Ceguer com 25:000 combatentes em 220 villas. Entre os mais preparos que el-rei D. Affonso V tinha feito, era a grande copia de moeda de *cruzados de ouro subido*, lavrados com toda a perfeição, em cujo peso, e não pouco, mandou accrescentar dois grãos sobre todos os *ducados* da christandade, para que em toda a parte corressem sem alguma duvida; «*porque nò seu tempo, e no de seu pae, não se lavrou, de ouro outra moeda, senão Escudos de ouro baixo, que fóra do reino se tomaram com grande quebra e muito pejo.*» *Chron. de D. Affonso V*, cap. 135 e 138.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.ª SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.ª—Lisboa.

NUM.º 41

## MERTOLA

A villa de Mertola pertence á provincia do Alemtejo.

E' esta uma das mais antigas povoações da antiga Luzitania, sendo fundada, segundo a opinião de abalizados archeologos e historiadores, pelos phenicios da cidade de Tyro, cidade celeberrima pela instrucção de seus habitantes, os quaes foram ousados nautas e exploradores dos imperios aquaticos.

Eram muito industriosos, e de notaveis aptidões para o commercio, que conseguiram levar a longiquas paragens. Possuiam elles o segredo da fabricação da mais fina purpura, e eram laboriosos e valentes. Tyro foi vencida pelos macedonios no anno de 3686, antes da era christã. Mais tarde cabiu no poder dos romanos, que asoerberaram o mundo com as suas espantosas conquistas.

Quando o christianismo triumphantemente arvorou na terra o estandarte da regeneração social, Tyro tornou-se a séde de um importante arcebispado. Não estavam porém, findas as eventualidades da sua existencia, pois que no começo do seculo VIII, da era moderna, a vemos subfugada pelos turcos; por estes foi pouco estimada, e de decadencia em decadencia é hoje uma simples villa da Suria, Turquia asiatica, e tem o nome de *Sour*. Das antigas opulencias, do extraordinario brilhantismo de extinctas eras, nada lhe resta. Um simples castello com duzia e meia de habitações e nada que recorde as gloriosas epochas que o passado sepultou na ruina dos tempos.

A fundação de Mertola teve por motôr a fuga de alguns phenicios, que se homisaram aqui quando Alexandre Magno invadiu a cidade de Tyro. Deram os fundadores á povoação o nome de *Myrtilis*, que significa—*Nova Tyro*. Com o andar do tempo a palavra *Myrtilis* corrompeu-se em *Mertola*.

E' provavel que seja esta versão a verdadeira. Os phenicios eram arrojados, e apesar do atrazo em que se achava a nautica, porque os modernos instrumentos mathematicos eram ignorados dos antigos, bem como os mappas maritimos, não lhes causaria embaraço a viagem a *Myrtilis*, elles que

conheciam todas as ilhas do archipelago Jonico, as costas do Mediterraneo, e rios que n'elles desaguan. Foram os phenicios quem, depois dos gregos se affoutaram a transpor as temiveis *columns de Hercules (Calpe e Abila)* a que hoje se dá o nome de estreito de Gibraltar. Foram a Africa, e fundaram Carthago, passaram pela costa de Hespanha e fundaram Carthagena; e algumas povoações do nosso littoral lhe devem a origem.

Usaram os phenicios percorrer os mares, e onde lhes convinha fundavam colonias, e armazenavam os productos mineraes que nas immediações exploraram. O nosso Tejo, Guadiana e Sado, fizeram parte d'essas colonias, tão vantajosas aos seus laboriosos e activos fundadores.

Fundada *Myrtilis* os phenicios trataram de crear-lhe uma situação desafogada e prospera, e tanto se esmeraram em dotar a sua *Nova Tyro* com todos os melhoramentos e progressos materiaes, que, quando os romanos pela primeira vez invadiram a Luzitania, lhe concederam a honra e privilegio de cidade municipal do antigo direito latino.

No tempo do imperador Julio Cesar tomou esta povoação o nome de *Myrtilis Julia*, talvez em homenagem aos beneficos e privilegios recebidos. E' o mais provavel. E' certo que Julio Cesar fôra para a Luzitania um verdugo detestavel, quando aqui veiu como questor de Tuberon, no anno 63 antes de Christo. Quando, porém, voltou elevado á dignidade imperial, foi, por assim dizer, para penitenciar-se das infamias do passado. Das suas mãos, tintas ainda de sangue dos luzita-

nos, corriam effluvios de generosidade e de sollicitude sobre os povos que outrora massacrara. Foi em Beja que ajustou a paz com os luzitanos, e por este facto deu a esta cidade o nome de *Paz Julia*. Evora mereceu-lhe a concessão do direito de municipio do antigo Lacio, e o titulo de *Liberalitas Julia*. Muitas outras povoações, em homenagem a tantas liberalidades e carinhos, adjungiram ao seu nome o nome *Julia*.

Julio Cesar, apesar das suas faltas e criminosos attentados, foi um verdadeiro bravo. De lamentar é que um homem de tanta grandezza de animo livesse vicios imperdoaveis, entre os quaes sobresae o habito da embriaguez. Foi devido a isto que elle, uma noite, durante uma crapulosa orgia, assas-



Brasão d'armas de Mertola

sinou ás punhaladas a Clito, o melhor amigo, e o mais leal de quantos com elle privavam.

Uma coisa o honra bastante, e é a veneração respeitosa que sempre dedicou ao grande Aristoteles, seu preceptor. Julio Cezar possuia vastos conhecimentos scientificos em relação ao seu tempo, e honrou sempre os sabios e os grandes genios. Não era indifferente á poesia; sabia de cór quasi toda a *Illiada*, de Homero, e comsigo a trazia como se lhe fóra precioso relicario. Era soberbo; dizia-se filho de Jupiter, mas nem por isso deixava de reconhecer e de apreciar a nobreza de talento. Apelles, Lysippo e Praxiteles, essas tres glórias artisticas que o mundo da arte sempre contará como brilhantes estrellas do seu ceu, mereceram-lhe atenções, e a elles só consentio que lhe fizessem a esculptura, a estatua em bronze, e o retrato em tela.

Grandes foram os seus serviços ás populações, porque ellas lhe prodigalisaram innumeradas provas de gratidão. Estatuas, padrões e templos, tudo isto se levantou na Luzitania, em honra do imperador Julio Cezar. Lisboa, Evora, Santarem e Mertola, significaram d'este modo a estima pelo grande heroe que se rehabilitara no conceito popular.

\*  
\* \* \*

As immediações de Mertola, bem como o termo occupado pela povoação, tem dado testemunho das prosperidades do passado. Ali se teem encontrado objectos de muito valor material e artistico, taes como vasos preciosos, estatuas, cippos, columnas e outros.

Houve em épocas recuadas uma ponte sobre o Guadiana, construida pelos romanos, e d'ella restam vestígios. Suppõe-se ter sido destruida pelos barbaros do norte, ou pelos portuguezes durante o seculo XIII, afim de difficultarem as repetidas invasões dos mouros do sul do Guadiana.

A mór parte dos monumentos romanos foram estupidamente destruidos pelos godos e pelos arabes, que dos seus destroços formavam as muralhas das praças de guerra.

Miserrimo vandalismo dos devastadores da humanidade! Para estes nada existe digno de reparo, que não seja sob o ponto de vista utilitario ou brutal! Penalisa ver tantos prodigios da arte, tantas manifestações do genio, reduzidas a hastilhas, mutiladas ou esmigalhadas pelo carro triumphal da malvadez humana!

Diz Rezende que tendo mandado fazer umas excavações em Mertola, ali appareceram 10 estatuas remanas, de primorosa execução esculptural.

Tambem D. Frei Amador Arraes, bispo de Portalegre, e dedicadissimo ao estudo de antiguidades, relata ter sido achada no sólo, quando se procedia ás obras da Misericórdia, da villa, uma formosa estatua de mulher, de longas vestes, cahindo graciosamente em fartas pregas. Debaixo dos peitos, um pouco visiveis, estava cingida por um cordão torcido, da grossura de um dedo, atado á frente por dois nós, formando laçadas que desciam elegantemente.

Preso aos hombros tinha uma especie de manto que segurava na mão direita, como quem o lan-

cava sobre o braço esquerdo, deixando a parte superior d'este desnudada.

Era gentilissima esta estatua.

O padre Salgado (*Mem. Eccles. do Alg.*) tomo 1.º, cap. 3.º, pag. 29 not. 27), escreve que, na *Torre de Valle Redondo*, em frente da capella de Nossa Senhora das Neves, vira uma lapide, em forma de barrica, que mostrava ser a sepultura da mãe de Sertorio, porque tinha a inscripção que segue:

D. M. S.  
Aemiliae  
L. . . . ma  
tri. Serto-  
rius nicel-  
lio posvit.

Parece que em 1794, foram de Mertola enviadas para Lisboa algumas lapides com inscripções romanas. Ignora-se, porém, quem as enviasse, e para onde viessem, constando o facto apenas por um manuscrito, que remonta ao seculo XVIII, ou talvez ao principio do nosso seculo.

Nas lapides, que são cinco, viam-se as seguintes inscripções:

a 1.<sup>a</sup>

D. M. S.  
L. Firmidius  
Seregrinus  
Uticensis  
Vixit an. L.X.  
H. S. E. S. T. T. L.

cuja traducção é: Aos denses manes—Aqui jaz Livio Firmidio Seregrino Uticense, que viveu 60 annos. A terra lhe seja leve.

a 2.<sup>a</sup>

D. M. S.  
Quintus Julivs  
Lup. Vix. ann. III. m.  
Nsibvss LX. Flume  
iilo pientibs vit.  
H. S. E. T. T. L.

Esta inscripção, como as que seguem estão evidentemente mal escriptas.

Deve significar talvez:

Aos deuses manes—Aqui jaz Quinto Julio, que viveu (não se pôde saber o tempo), flamine piedoso... A terra lhe seja leve.

a 3.<sup>a</sup>

Ex. DD. M. Es. M. Myr. . . . .  
Per. C. Ivlivm. Marinvm. . . . .  
C. Marcium. Optatum. H. Vir.

cuja traducção é: Aos denses manes—Aqui jaz Caio Julio Marino, prefeito de Marcio Optato, duumviro.

a 4.<sup>a</sup>

D. M. S.  
Herennia Se-  
cundina. Vixit  
An. LV. Pvbfeix  
Ospmerpos.

traduzido dá: Aos deuses manes—Aqui jaz Herenia Secundina, que viveu 55 annos.

O resto é inintelligivel.

a 5.<sup>a</sup>

D. M. S.  
Kam. Lea  
Iv. Vixs  
Ano. I. M.  
Hic Sitv  
Hec. S. TT. L.

Aos deuses manes — Aqui jaz Camilla que viveu quatro annos. A terra lhe seja leve.

O manuscripto a que nos reportamos pertence ao immortal escriptor portuguez Camillo Castello Branco, um dedicadissimo e incansavel investigador de tudo quanto se reporta a antiguidades scientificas, artisticas, e historicas, mórmente áquellas que mais de perto interessam do passado o territorio portuguez.

A noticia das inscrições está escripta em meia folha de papel almasso, e principia: «Inscrições de Mertola, nos marmores que erradamente se mandaram hir para Lisboa, em 1794».

Onde param hoje esses marmores? E' difficil averigual-o.

E' Mertola situada 65 kilometros a E. do oceano, 54 ao S. de Beja, 120 ao O. de Evora, e 180 ao S. de Lisboa.

Mertola fica no monte do seu nome, estendendo-se do alto pela encosta meridional, sobre a margem direita do Guadiana, que d'ali é navegavel até ao mar.

Segundo alguns historiadores o primeiro foral da villa foi-lhe dado por D. Diniz, o qual tambem lhe confirmou os antigos privilegios. O que é indiscutivel é que D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa, no dia 1 de junho de 1512 (*livro dos foraes notos do Alemtejo* fl. 44, col 2.<sup>a</sup>).

Suas armas são em campo de prata um cavalleiro de S. Thiago, a cavallo armado de escudo e espada, em acção de atacar. Na parte superior, juntos, a um canto do escudo, dois martellos.

E' Meitola uma terra bonita, principalmente nos arredores da villa, fertilizados e viridentes pela abundancia das aguas, que enriquecem o sólo. Durante a epoca primaveral é encantador o quadro que se desenrola aos olhos do observador que do alto do monte espraia a vista pelo declive até a repouisar nas formosas e uberrimas campinas. Tudo aquillo se assemelha então a um oasis de verdura lançado sobre as desoladoras e sequiosas vastidões do Alemtejo.

\* \* \*

No principio do seculo V, os barbaros do norte devastaram a peninsula iberica. Todas as povoações foram saqueadas, incendiadas e oprimidas por muitas infamias dos tyrannicos invasores. Poucas pessoas ficavam nas terras por onde a avalanche humana passava, e Mertola foi reduzida á miseria.

No citavo seculo repetiram-se os mesmos factos, sendo d'esta vez seus auctores os arabes que arrasavam as terras da Luzitania; deixando os destroços a nadar em mares de sangue.

Estes, porém, conhecendo as vantagens que Mertola lhes offerencia, reedificaram-na, não tal como fôra em tempo dos phenicios e dos romanos, mas ainda assim muitissimo superior ao que é actualmente.

A excellente posição que occupa foi tambem para a desventurada povoação uma causa de ruina. As guerras entre christãos e os moiros, de que Mertola foi tantas vezes o theatro, prejudicaram-a immensamente a ella que já então não possuia os fóros de cidade.

Parece que D. Sancho II a conquistou aos infieis; desde então não voltou a cabir em mãos moiriscas. Ha outras opiniões que affirmam ter sido esta povoação conquistada por D. Payo Peres Corrêa, em 1242. De qualquer dos modos o que é certo é que D. Sancho a mandou povoar por christãos, dando-lhe depois foraes de villa, e que fez d'ella doação á ordem militar de S. Thiago, cujos cavalleiros valorosamente combateram contra os moiros na batalha que teve por termo a tomada da villa.

Sendo áquelle tempo a Andaluzia e o Algarve dois reinos importantes, d'onde irradiavam as investidas dos infieis ás terras christianisadas, ordenou D. Sancho aos cavalleiros da ordem de S. Thiago que fortificassem a villa que-lhes doava, e a defendessem com o duplo interesse de possuidores, e de crentes na lei do martyr do Golgotha.

Briosamente se houveram os aguerridos cavalleiros no desempenho da nobre missão confiada. Para ali transferiram a sua residencia, que primeiramente foi no antigo mosteiro de Santos-o-Velho, em Lisboa, e que mais tarde se mudou para Alcaçer do Sal, passando ainda d'ali para Palmella, em 1443.

Valentes luctadores, ali onde a sua espada e o seu heroismo se tornavam necessarios á fé e ao engrandecimento da nação que se ia formando, ali era a sua residencia. Todos nós que hoje gosamos pacificamente os beneficios do territorio, os progressos de todos os ramos da actividade social, devemos dar á memoria dos antepassados uma profunda veneração! Corações de oiro e braços de ferro, quantos perigos, quantos trabalhos, quantos heroismos na sua existencia! Para constituir o paiz, para vencer milhares de obstaculos, postos uns pelas condições topographicas das terras, outros pela hostilidade dos povos, outros ainda por falta de communicações viaveis e ausencia de recursos, grandemente admiravel é a constancia dos varões illustres que escreveram com a espada as primeiras paginas da nossa historia.

\* \* \*

Dez kilometros distanciados de Mertola, houve outr'ora um mosteiro beneditino, fundado por S. Salvador no anno 630. A igreja existe ainda no meio de uma charneca, com a invocação de S. Salvador do Mosteiro.

Este edificio foi destruido pelos soldados do feroz Al-Mançor, rei de Cordova, no seculo X.

Outro mosteiro da mesma ordem, que ficava 15 kilometros a oeste d'este, teve igual destino. Em ambos os conventos viviam religiosos dos dois sexos, o que, diga-se de passagem, devia tornar a uns e outros menos aborrecidas as ordens... Os

moiros assassinarão toda essa gente, de um modo barbaro.

Perto da igreja está uma gruta, chamada pelo povo, cella do Santo Varão.

Este Santo Varão ou Varano vivia como anachoreta, mas pertencia á ordem benedictina. Crê-se que muitos annos viveu na gruta mencionada, dando-se aos mais rigorosos exercicios de penitencia, até que falleceu, no anno 700.

O povo erigiu-lhe uma ermida, festejando-o devotamente; é tido pela boa fé popular como protector da paz entre os casados, e advogado contra a esterilidade das mulheres. Ora vejão no que elle meditou tantos annos na sua gruta!

Ha quem diga que foi este anachoreta o que annunciou a D. Affonso Henriques a victoria de Ourique; parece, porém, que esta videncia extraordinaria pertenceu a um eremita de Almeida, de nome Vigido ou Leovegildo.

Mertola foi o berço de um notavel bispo de Evora, dedicado propagandista do verbo sagrado da redempção. Chamava-se Brissos, e foi uma das victimas da inaudita crueldade de Diocleciano, terrivel e ardente inimigo dos christãos. Foi em 9 de julho do anno 308 que o virtuoso Brissos soffreu o martyrio.

Eis como se narra a historia d'este soldado de Christo.

S. Brissos, conhecedor do perigo em que estavam os adeptos do christianismo, determinou-se a viver vida solitaria e contemplativa, e foi-se para os estivaes de Campo de Ourique, para uma pobre cabana.

Ali passou largos annos em penitencias, até que S. Jordão o foi arrancar á tranquillidade do espirito em que os dias se lhe succediam, para lhe conferir ordens clericas.

Em seguida fel-o seu coadjutor no bispado de Evora, do qual S. Jordão era bispo, e instituiu-o seu successor. Morto o santo bispo, que tambem foi martyrisado, tomou Brissos o lugar vago na cadeira episcopal eborense.

Uma vez elevado o bispo, o zeloso christão procurou por todos os meios difundir no espirito das multidões a luz da nova lei.

O presidente Marciano, obediente ás ordens de Maximiano e Diocleciano, começou a perseguir o virtuoso bispo, mas este, cedendo aos rogos dos seus pastoreados refugiou-se em Mertola.

Chegado ali recebeu ordem de prisão, e ficou em poder de Marciano. Quiz este tyranno aterrar a colonia christã de Mertola, e para o conseguir se transportou á povoação, afim de exercer as suas crueldades.

S. Brissos soffreu todas as infamias do algoz covarde; foi açoitado, quebraram-lhe os dentes e as gengivas. Reservando Marciano o supplicio final para o dia immediato, afim de prolongar o soffrimento da victima, foi esta reconduzida ao carcere.

Durante a noite houve um terremoto, e o presidente ficou sepultado nas ruinas dos aposentos em que estava. Este facto amedrontou talmente as auctoridades subalternas, que deram ao desventurado bispo a liberdade.

E eis como uma inconsciente convulsão geologica fez o que a justiça, a razão, e a humanidade não lograram realisar!

\* \* \*

Em todo o concelho de Mertola se encontram varias minas metallicas.

Em dezembro de 1872 foram registadas nada menos de 22 minas, n'este territorio. Estas minas são todas de manganez. Além d'estas foram tambem registadas mais 3 de chumbo e uma de galena.

Em 1843 descobriu-se, nos arredores da aldeia de Sant'Anna, uma mina de alquifoux, ou seja sulphureto de chumbo. Contém 81 partes de enxofre, 6 de quartzo e sulphureto de ferro, e 13 de terra.

No concelho de Mertola estão as importantes minas de S. Domingos, as mais ricas e abundantes de todo o nosso paiz. São minas de cobre, e muito afamadas, mesmo no estrangeiro.

\* \* \*

A esta, como a tantas outras povoações, pôde-se applicar o *tout passe* das scenas da vida. Da grande e florescente cidade dos phenicios, do luxuoso e privilegiado municipio latino, nem quasi restam vestigios! A tyrannia dos invasores dos primeiros seculos christãos, apagou-os em ondas de sangue, para que os pósteros não tivessem onde soletrar a historia das suas passadas opulencias.

Apezar da excellente qualidade dos terrenos, apezar da abundancia das colheitas, esta villa não tem progredido, nem enriquecido.

Demais é ainda possivel que a nova via ferrea do Algarve lhe prejudique um pouco os interesses, fazendo derivar o movimento de viajantes para outro ponto, visto ser mais rapida e commoda, quanto menos pittoresca, a viagem directa de Beja ao Algarve de que o demorado transporte por meio de diligencias até Mertola e d'ahi a Villa Real de Santo Antonio, pelo rio.

Ha dezeseis annos tinha Mertola 850 fogos. De então para cá não se tem desenvolvido muito a população. Afastada das terras mais animadas, esta villa não offerece distracções, a não serem as que os campos podem dar. No entanto é bonita e acceidissima a povoação, tal como em geral o são as terras do Alentejo.

Quem isto escreve já ali passou uma vez. Era por uma bella noite de luar, muito limpida e muito fria. Que profunda tristeza me opprimiu o coração ao descer o pedregoso declive que vai parar no leito do rio! Lá estava nas aguas muito serenas o pequeno vapor, com o seu olhar de luz, qual legendario cyclope que do seio do rio se erguesse a procurar os vestigios dos gloriosos nautas do Tyro.

Quantas vezes, ali mesmo, se cruzaram phrasas de alegria, e se determinaram arriscados planos! E agora por sobre as penedias e ao longo do areal estende-se silenciosamente o manto da melancolia!

Sem saber porquê humedeceram-se-me os olhos. E' que a religião do passado impõe-se a todas as almas que adoram a arte! E' que talvez n'aquelle momento se agitassem no meu ser algumas particulas dos corações que n'aquelle lugar pulsaram de saudade no dia da derradeira partida!



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

ASSIGNATURAS  
2.<sup>a</sup> SERIE Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio da empresa—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa. NUM.<sup>o</sup> 42

## MIRANDA DO DOURO

Na parte meridional da provincia do Douro, sobreposta á direita do rio do mesmo nome, fica Miranda do Douro, outr'ora importantissima cidade da Luzitania.

Separa-a da provincia de Leão, no reino visinho, o revoltoso e indomavel rio que lhe passa tão de perto, similhando velemente e altaneiro protesto do passado, contra a decadencia d'aquella que fora nobre e privilegiada favorita dos romanos.

N'essas eras de venturosas recordações para a infeliz teve ella os nomes de *Contium* depois *Paramica*, e por ultimo *Seponcia*. D'essa extincta opulencia não restam sequer vestigios.

O tempo, no seu afan de perpetua destruição, enguliu as reliquias de uma grandeza que poderia ser hoje o orgulho dos desherdados da sorte. Dir-se-hia que perante a bitola da democracia do progresso teem de reduzir-se ás minimas proporções as aristocraticas povoações de outr'ora. Opprimida por subsequentes infortunios, a brilhante *Seponcia* da Luzitania cahiu gradualmente na miseranda situação em que ora jaz.

Ao fastigio e movimento que enchia de eccos festivos os vallados e as collinas, ao longo das quaes resvalavam sobre o dorso tremulo das aguas, seguia-se a morna quietude, repassada de melancolias vagamente dispersas n'aquelle saudoso ambiente.

Que radicaes transformações soffrem os factos da natureza, em toda a ordem material e psychologica! Quem diria a esses extraordinarios conquistadores, que estenderam sobre quasi todo o mundo antigo as azas victoriosas de suas vencedoras aguias, quem ouzaria dizer-lhes quantos estados se formariam das hastilhas do imperio collossal dos Cezares! Elles, que conquistando civilisavam, foram conquistados por outros, que reduziram a ruinas as suas maravilhas da arte, as suas ousadias architectonicas, as suas cidades confortaveis e fastigiosas.

E o espirito humano sente-se repassar de tristeza ao meditar na instabilidade das coisas terrestres.

E' que perante o infinito tudo é ephemero por mais duradouro que seja; é que perante a fatalidade da evolução cosmica todos os factos physicos ou

sociaes teem em si mesmo inoculados os germens da destruição propria.

Quando D. Affonso Henriques tomou conta das redeas do governo encontrou Miranda do Douro em completo estado de ruina. As guerras continuadas entre os luzitanos e os arabes, que por muito tempo a possuiram, prejudicou talmente os habitantes da povoação, que estes por fim a abandonaram.

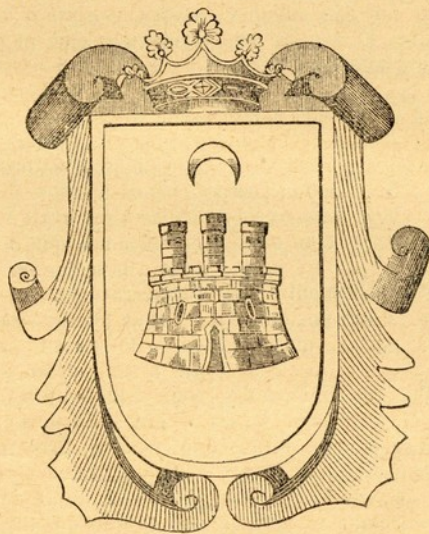
Os arabes conquistaram-na no anno 716 da nossa era, e desde então mudaram-lhe o nome em *Mir-Andul*. Esta denominação significa—*Mir* ou *Emir*—senhor. *Andul* é vocabulo de origem persa, mas adoptado pelos arabes, e quer dizer—*andas* ou *palanquim*, meio de transporte uzado ainda na Asia, e na Africa com o nome de *machila*.

A *machila* é uma especie de sophá, sem pés, coberto por um toldo cahindo em cortinados até tapar toda a peça. No cimo é atravessada ao cumprimento por uma haste de madeira ou ferro, estendendo-se horizontalmente, e servindo para os negros descanzarem no hombro. E' um meio commodo e agradavel de transporte, ainda que á primeira vista pareça extravagante. Quem estas linhas escreve já viajou pela Africa occidental, e recorda com saudade as espantosas maravilhas d'aquelles edens, que tanto assustam os metropolitanos. A primeira vez que se entra na machila sentimo-nos envergoados da condição a que nós, os povos civilisados, reduzimos os miseraveis negros; mas depois de pago este tributo á humanidade, a gente vae bem e não pensa mais no caso.

*Mir-Andul* quer portanto dizer — *Povoação do Emir do Palanquim*, e d'essa palavra fez-se naturalmente a actual *Miranda*.

D. Affonso Henriques, pratico como era em assumptos bellicos, conheceu as vantagens que Miranda offerecia para a defeza dos ataques dos leonezes, os quaes não podiam resignar-se á contemplação pacata do engrandecimento do territorio portu-guez.

Tratou portanto de fortificar-a como praça de guerra, e para tal fim lhe fez construir um valente castello e uma pequena cinta de muralhas. Comprehendendo a difficuldade de povoar terra tão proxima do inimigo, e portanto sugeita á contingencias da sorte das armas, deu-lhe foral com muitos privilegios, entre os quaes o de ser *couto do reino ou dos homiziados*.



Brazão d'armas de Miranda do Douro

Era effectivamente n'aquelles temiveis tempos o unico meio de attrahir gente a lugares distanciados dos pontos mais seguros. Os delinquentes não hesitavam entre um terreno hostil, e o barão ou outra violencia do barbarismo legal.

Tem estes privilegios a data de 1136 e tanto estes como o foral foram confirmados em 1217 por D. Affonso segundo do nome.

Como a povoação se fosse desenvolvendo um pouco, apinhando se em redor do castello, e prometendo alargar-se pelo augmento de habitantes, que aquelle ponto convergiam, homisiando-se das justicas do reino, D. Diniz lhe concedeu outro foral, acrescentando-lhe os privilegios de que anteriormente gosava, e dando-lhe mais o fôro de villa. (*Liv. 1.º das doações do sr. rei D. Diniz, fl. 189, col. 1.ª, e na gav. 15, maço 13, n.º 21*). Um dos privilegios d'este foral, datado de 18 de dezembro de 1286, em Santarem, era o de nunca Miranda sahir da corôa.

Nunca! Que ingenua confiança no futuro o d'esse monarcha! Pobres visionarios da soberba! Tres dynastias cahiram nos pélagos da destruição, e d'essa corôa que se ostentava orgulhosamente ao sol do *direito divino* resta apenas a sombra produzindo-se debilmente na penumbra dos tempos!

As phases da vida social são quaes degraus de uma escadaria interminada: cada um não significa mais do que a passagem a outro. E, sempre subindo, ou descendo, que a humanidade faz o itinerario dos seculos.

Era D. Diniz muito attento á fortificação e povoação das terras do reino, e por isso, achando immensamente arruinadas as muralhas d'esta villa, alvo constante das investidas de Leão, mandou reedical-as, e bem assim as fortificações desmanteladas por effeito das encarniçadas guerras com o impertuno visinho.

O castello foi todo refeito desde os cimentos até ás ameias. Fez-se-lhe uma porta, e um postigo, e nas muralhas rasgaram-se tres portas, durando cinco annos estas obras.

Foi alcaide mór d'este castello Gonçalo Paes de Miranda, tronco genealogico dos Mirandas.

Tambem andou a alcaidaria do castello de Miranda do Douro na caza dos marquezes de Tavora, que a perderam com a propria vida, em 1759, não se sabe bem se por motivo de calculada rebellião, se por intriga habilmente urdida pelo ministro de D. José, o celebrado Sebastião José de Carvalho e Mello, inimigo declarado da velha nobreza.

Mais tarde Miranda tornou a florescer pelas condições vantajosas que offerecia ao commercio entre Portugal e Castella.

Com a paz veio a prosperidade. A industria desenvolveu-se, as transacções commerciaes animaram-se, e os campos, largos annos regados pelo sangue das carnificinas, desentranharam-se em fructos e envergaram as luxuriantes tunicas da abundancia agricola.

Renasceu a esperanza, e a natureza saudava generosamente a nova era, derramando sobre as campinas de Miranda a sua esplendorosa cornucopia de fructos e de flores.

Em 1521 subiu ao throno o rei D. João III. monarcha que ficou maldito da posteridade pelo *delirium tremens* com que se entregou á instituição do

*santo officio* em Portugal. Este principe fanatico e cruel como um verdugo da lei do dulcissimo e misericordioso protogonista do drama do Calvario, occupava-se mais das coisas clericas do que dos verdadeiros interesses do paiz, e por tanto pensou antes de tudo no modo de conciliar os interesses dos seus alliados. O arcebispo de Braga estendia se então pela provincia do Minho e de Traz-os-Montes, e como as corporações ecclesiasticas não estivessem satisfeitas assim, por lhe occasionar transtornos aquella divisão, levaram ao taciturno adepto de Torquemada as suas lamentações ou autes exigencias, resolvendo-o a crear novo bispado em Traz-os-Montes. Concedida pelo papa Paulo III a bulla para a realisção do desejo clerical, foi a nova diocese instituida em 22 de maio de 1545.

Em breve começou a funcionar o novo bispado, sob o pastoral governo de D. Toribio Lopes, esmoler da rainha e seu primeiro bispo.

E', porém, evidente que d'ahi adveio muita importancia e prosperidade a Miranda, que foi elevada ás honras de cidade, e obteve o privilegio de enviar procuradores ás côrtes, com assento no banco quarto.

Opina-se, entre os eruditos, que por essa occasião o mesmo rei deu por armas á cidade um escudo coroadado, tendo no meio um castello com trez torres, e sobre a torre do centro a lua em quarto crescente, com as pontas para baixo.

Foi esta a unica cidade de Traz-os-Montes que remiu as vantagens de ser residencia episcopal, séde de bispado, residencia de conegos e mais ecclesiasticos dependentes do bispo, bem como de autoridades civis e militares.

Dois seculos gozou d'esta rejuvenescencia das decahidas glorias. Estava, porém, escripto no livro dos destinos que de cada vez que subisse ao capitolio, teria de ser pelo infortunio precipitada da rocha Tarpeia.

Hoje Miranda não tem o menor prestigio. Apeada de toda a antiga grandeza, chegou mesmo a perder a séde da comarca, pertencendo muito tempo, como simples julgado, á comarca do Mogadouro.

Em 1855 tornou a reaver o direito de cabeça de comarca, mas não lhe proveiu d'ahi melhora-mento algum.

A sua ultima decadencia foi originada pela desmembração do bispado diocesano, pela concessão obtida por D. José I, na qual o papa Clemente XIV, o immortal auctor da bulla que anathematiza a Companhia de Loyola, auctorizava a fundação dos bispados de Penafiel, de Bragança, e a restauração da diocese de Beja.

O bispado de Bragança formou se pela desmembração do de Miranda, e Pio VI reuniu os dois, transferindo a séde episcopal para Bragança. De então em diante ficou morta a pobre povoação!

E comtudo ainda pos-ue uma recordação d'esses dois seculos de revivencia: o magestoso templo da Sé, hoje matriz da cidade.

Todo o edificio é de cantaria, tendo em cada angulo do frontespicio uma torre macissa. Mas se exteriormente é apenas saliente pela sua grandeza a que dá realce a extensão do adro, que tambem se lhe estende aos pés pelo lado oeste, o interior do templo é uma assombrosa maravilha artistica! As complicadissimas combinações de pilares e arcarias

que sustentam a aboboda, a delicada harmonia dos contornos, a trabalhosa e riquissima execução dos doze altares que tem, e a boa distribuição da luz, deixam sinceramente admirados os visitantes. Repetimos— a sé de Miranda do Douro é uma esplendida maravilha artistica.

Encontram-se ali quadros sagrados de subido valor, pinturas do mais elevado merecimento, e as cadeiras dos conegos ainda mostram o quanto devem ter sido opulentas de labores.

Foi o mesmo D. João III quem fundou este magestático templo, cuja primeira pedra foi lançada em 24 de maio de 1552. Era a antiga parochia denominada—Santa Maria Maior ou tanto monta dizer Nossa Senhora da Assumpção. Com esta invocação, de Santa Maria Maior, foi elevada a Sé. E' esta a invocação de todas as Sés do paiz.

Era a antiga parochia da ordem dos freires de Christo, pertencente á corôa, mas D. João III presenteou com ella a egreja, á qual deu tambem o mosteiro de Castro de Avelans, com todas as suas propriedades e rendimentos.

A transferencia da séde episcopal para Bragança parece ter sido obra do bispo D. frei Aleixo, por se achar em guerra aberta com varias pessoas de Miranda. Sem consultar qualquer opinião, sem mesmo se prender com a auctorisação pontifical, porque n'esse anno de 1763 estavam as relações entre Portugal e a Santa Sé interrompidas, ordenou a mudança.

O bispo lá fez o que quiz, e o clero de Miranda não deixou de indignar-se contra tão inqualificavel resolução. No entanto, bom grado ou mau grado, lá foi tudo para Bragança na quarta feira de cinzas do anno de 1764.

Tudo não; alguns conegos não admittindo, e com fundada razão, o auctoritarismo de D. frei Aleixo, exgotados todos os meios de fazer-lhe comprehender a inconveniencia do seu projecto, não quizeram acompanhal-o, e quedaram-se em Miranda.

Reatadas as boas relações entre a côrte e a corôa, veio de Roma a auctorisação para a transferencia, que afinal já estava feita ha dois annos, passando sem essa formula canonica.

Frei Agostinho de Santa Maria diz que a antiga egreja parochial de Miranda foi obra dos Templarios, dos quaes era commenda, e que elles a dedicaram á virgem dos Remedios. Supprimida a ordem em 1314, o monarcha portuguez não consentiu que os avultadissimos bens dos Templarios passassem á curia, e creou a ordem dos cavalleiros de Christo, para os quaes transferiu todos os bens, rendimentos e privilegios da ordem extincta.

E assim se conservou desde 1319 até que João III doou esta commenda ao capitulo de Miranda.

Foi bispo de Miranda D. Frei José d'Alencastre, notavel varão pelas virtudes que o caracterisaram. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1620, e teve por irmão o cardeal D. Verissimo d'Alencastre. Nobre era a sua estirpe, pois era quarto neto de el-rei D. João II e foram seus progenitores D. Philippa de Mendonça e D. Francisco Luiz de Alencastre, commendador-mór de Aviz.

Exemplo das mais perfeitas virtudes christãs, desprezou os faustos da vida, e professou no convento dos carmelitas descalços em Lisboa, vivendo

9 annos no convento entregue a obras pias e conscienciosos estudos. D'ali passou para os carmelitas da observancia, dos quaes foi provincial e comissario geral, e após trinta e dois annos de permanencia entre esses religiosos, passou a bispo de Miranda.

Foi depois transferido para Leiria, depois para inquisidor geral (o que não lhe dá cheiro de santidade, antes o impregna de cheiro de carne christã, assada nas grelhas de um monstro que se hoje existisse tinha *lugar reservado* na Penitenciaria).

Diz porém, a chronica que D. frei José d'Alencastre vestia pobrememente de lã grosseira, com os forros velhos e remendados, e que fazia muitas esmolos, gastando todos os rendimentos que percebia do bispado de Leiria, e que montavam a quatro mil cruzados, em sustentar os pobres.

Creou em Miranda um collegio da invocação de S. José, dotando-o de rendimentos para o sustento de doze collegiaes sem fortuna e para o mestre de latim, reitor e vice-reitor.

Que pena que este homem tenha sido *inquisidor-mór!*

Entre os variados factores das desgraças de Miranda, avultam nos modernos tempos, as guerras da restauração. Durante os 27 annos que ellas duraram, a povoação soffreu immensamente. D. João IV mandou reedificar as muralhas, e o castello adequou-se quanto possivel ao uzo da artilheria, que os antigos não conheciam.

Durante a guerra da successão de Hespanha, entre Castella e França de um lado, e Portugal, Hollanda, Allemanha e a *Pirata* de outra parte, foi esta cidade tomada á traição, no dia 8 de julho de 1710.

Um infame, cujo nome deve ser de todos conhecido como uma afronta á dignidade humana a entregou ao general marquez de Bay, por 6:000 dobrões, e com a guarnição prisioneira de guerra. O nome do miseravel a quem a morte não pôde ser refugio contra o odio da nação, era Pimentel. Governador da praça, o maldito da honra vendia esse retalho da patria, o que prova que não foi um unico judas quem envergonhou a raça humana.

No anno immediato foi reconquistada esta praça de guerra por D. João Manuel, conde da Atalaya, o qual fez prisioneira toda a guarnição castelhana que ali estava. Unha por unha, dente por dente.

Em 1762 temos novamente de sustentar guerra com Castella, por termos tomado o partido da *Ladra*, na celebre questão do *pacto de familia*.

O marquez de Sarria, general castelhano, invadio a provincia de Traz-os-Montes, e poz-se em marcha sobre o Porto, devastando, incendiando, e roubando quanto encontrava, e deixando após si a desolação e o terror dos poucos sobreviventes. Deploravel foi a sorte de Miranda enquanto esteve nas mãos castelhanas. Felizmente essa tortura durou apenas um anno, pois que em 1763 voltou ao dominio patrio. O duque de Lafões, general em chefe do exercito portuguez, e o conde de Lippe, chefe do estado maior e marechal general, atacaram intrepidamente os castelhanos, e derrotaram-nos em successivas batalhas, que são outras tantas corôas de louro a aureolar-lhes as nobilissimas fronte.

Durante o periodo da invasão napoleonica a pro-

vincia trasmontana foi ainda theatro de desastrosas scenas. Em 1801 Godoy invade Portugal com um poderoso exercito, e apodera-se de Olivença.

O tratado de Fontainebleau, desmembrando a bel prazer o nosso paiz, punha as provincias de Trazos-Montes e Beira em deposito, até á paz geral, depois do que o primeiro Napoleão disporia d'ellas como de coisa sua.

Mais uma vez Miranda foi victima das invasões e estragos das tropas francezas e castelhanas. Esses desastres foram todavia compensados pela heroicidade dos nossos maiores que honraram a luzitana bandeira na memoranda derrota que inflingiram ao insaciavel conquistador, e em que briosamente se distinguio a nobre e desventurada Miranda.

Para que nenhuma fórma de infortunios fosse poupada pelo Protheu da desgraça, empenhado em mortificar esta povoação, lá está o livro dos assentos obituarios da freguezia declarando o seguinte:

«Aos oito de maio de 1762, pelas sete horas e meia da tarde, tempo em que todo este reino de Portugal estava bloqueado em roda, pelas armas hespanholas, esta provincia invadida, e cercada esta cidade por um exercito de 30:000 homens, estando a atilar a artilheria do castello e revelins, ao sobredito exercito inimigo, logo que descarregou um canhão, mais contiguo á torre grande, passados quatro ou cinco minutos, rebentou o armazem da polvora arruinando quasi todo o castello, e fazendo duas brechas exteriores, uma para a porta do norte por onde bem cabiam 15 homens, e outra para a do meio dia, em correspondencia, por onde cabiam 9: arruinando tambem a maior parte do castello, para o oriente, que entrava para a cidade, e metade da torre grande, dando em terra com todo o edificio e officinas que dentro d'elle havia, em cujas ruinas falleceu muita gente, que a mais d'ella se não pôde averiguar quem era, por se acharem queimadas do fogo, que se alimentou com mais de 1:500 arrobas de polvora.

«D'esta gente que pereceu, muitos eram soldados, outros paisanos e ordenanças da terra, que andavam trabalhando dentro do castello, em menesteres que se lhe mandavam, e outras pessoas da cidade.

«Não pude alcançar ao certo o numero de gente, mas, averiguado por prudentes, feita a diligencia e inquirição possivel, me parece falleceriam 350 a 400 pessoas, assim no castello e suburbios, como pelas ruas da cidade. E para memoria mandei escrever esta declaração, que, com a lista das pessoas que abaixo vão carregadas, assignei. «E não vão os nomes e patrias com mais individuação porque o não pude saber.

«E tambem declaro que debaixo da brecha que faz cara ao meio dia, estão mais de cem pessoas, que as vi eu sepultar na ruina, porque casualmente me achava presente, e Deus quiz livrar-me.

«Dentro do *Dunjão*, ao redor do poço, está tambem muita gente.

«Na ponta do terreiro, caminhando para a plataforma, junto ao castello, ficaram muitos sepultados. Na cortina contigua á *peça desbocada*, que é de Josepha Simões, se enterraram setenta e tantas pessoas, que nenhum se soube quem era e que com trabalho poderam tirar-se das ruinas. Encheu-se quasi todo o cemiterio da Sé, e dentro da Sé se sepultaram os que couberam, cujos nomes, conforme pude alcançar, como tenho dito, são os seguintes».

Seguem os nomes que occupam tres folhas do livro, entre os quaes se encontram individuos de varias idades, profissões, de ambos os sexos. O secretario do bispo foi tambem victimado pelo sinistro.

Nunca pôde ser averiguada a causa determinante d'esta enormissima desgraça; ha porém entre os mirandenses uma tradição que attribue a explosão ao governador da praça, o qual se vendera como o mais vil dos negros, e se refugiara no campo inimigo; o que é certo é que no dia seguinte ao da catastrophe entrou em Miranda o exercito hespanhol, o qual não satisfeito das ruinas da vespera, fez ainda ir pelos ares as restantes muralhas.

D'essa epoca em diante não voltou a ser reparado o castello. Resta a torre da menagem, ostentando quasi ao cimo as armas portuguezas. No interior está muito estragada por effeito da explosão.

Ainda existe a porta principal, e alguns vestigios da ponte levadiça. O castello levanta-se sobre uma eminencia ao NO. da cidade.

D'ali se disfructa um bonito panorama. Os campos de Miranda, comquanto pedregosos, são productivos, e n'elles se criam excellentes hortaliças, legumes, cereaes e viuhedos. Ha tambem abundancia de gados.

Hoje, pobre, arruinada, sem futuro, nada lhe resta do quanto outr'ora a engrandeceu. Os seus habitantes, ignorantes em grande parte das repetidas mutações porque ha passado a desventurada povoação, vivem entregues á faina rural, em meio de uma atmospheria rude, como as scenas que ha presenciado. Das rapidas transições de um frio excessivo ao ardentissimo calor, similha o seu clima pezar tambem como uma fatalidade sobre a sentenciada *Seponcia*, onde se refugiam as recordações dos transactos evos! Dores, alegrias festivaes, *De profundis*, trevas e diamantinas claridades, tudo os seculos sepultaram no manto do esquecimento.

Nem para os grandes heroes, que os deve ter havido ali, abriu a indiferença um parenthesis de excepção. Não ha um nome immortalizado entre as desoladoras necropoles da historia de Miranda!

Apenas em noites de luar, noites dos infinitos devaneios da natureza, as aves do ceu, poisando no grande penedo que fronteiro á cidade, da outra margem do Douro, lhe tem contado as lagrimas e os sorrisos, misturam as deliciosas elegias de suas almas aladas, ao melancolico miserere das aguas, que se arrastam em murmurios de compaixão.

E n'esta symphonia sagrada destacam-se notas suavissimas, voando como pombas de saudades sobre as arruinadas memorias do passado!

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 43

## MELGAÇO

Fica esta villa na provincia do Minho, e pertence ao arcebispado de Braga.

E' praça de guerra, cabeça de comarca e dista 430 kilometros ao norte de Lisboa e 72 ao noroeste de Braga.

A origem de Melgaço perde-se na penumbra da historia. Sabe-se que é povoação antiquissima, mas ignora-se quando e por quem foi fundada. Querem uns que a sua fundação fosse devida aos luzitanos, outros que ella fosse obra dos romanos. Não ha vestigios de especie alguma que dêem qualquer idéa do que foi esta povoação na sua primeira idade. Nenhum monumento, nenhuma revelação archeologica tem apparecido a fazer luz n'esta obscuridade de origem.

Que existia no tempo da dominação arabe é incontestavel, porém já a esse tempo era Melgaço antiquissima povoação, visto ter D. Affonso Henriques encontrado ali uma grande fortaleza inteiramente arruinada.

Era este castello denominado castello do Minho, e foi com certeza construido pelos arabes. Em volta d'elle apinhavam-se alguns casebres, talvez construidos com o fim de acolherem os seus habitantes á protecção do forte, pois que n'aquelles tempos não havia segurança longe d'esses collossos de pedra, que continham em respeito os aventureiros.

Qual a importancia que tivesse esta villa não é dado, pois, saber-se positivamente. No entanto, o facto de n'ella terem os arabes edificado uma fortaleza, prova que não era destituida de consideração dos seus possuidores.

No tempo de D. Affonso Henriques achava-se, porém em miserrimas circumstancias, e abandonada pelos seus habitantes. Não são tambem conhecidas as razões que levaram os mouros a essa emigração. Talvez possa explicar-se o facto pela guerra acerrima que os christãos lhes moviam. O audacioso e aguerrido filho do conde D. Henrique encontrando a terra deserta, mandou-a povoar por christãos e reedificar-lhe o castello, em 1170.

Em 1197 o prior do mosteiro de frades cruzios, D. Pedro Pires, mandou á sua custa edificar a fortaleza e a torre.

Era este prior muito abastado de fortuna e dedicado ao engrandecimento do paiz. O mosteiro a que pertencia era o de Longovares.

Em 21 de julho de 1181 deu D. Affonso Henriques o primeiro foral a Melgaço e fez doação da aldeia de Chaviães aos seus moradores.

D'este foral trata o sapientissimo historiador Alexandre Herculano na sua *Historia de Portugal*, vol. IV, pag. 114. Referindo-se ás garantias e liberdades que usufruiam alguns concelhos, escreve o immortal auctor do *Eurico*:

«Quanto, porém, ás liberdades mais importantes, eis o que lêmos no foral de Melgaço, concedido por Affonso I em 1181: «O vigario d'elrei seja um morador da villa. Se alguem o ferir ou matar, pague cem soldos de multa, como de outro qualquer homem.»

«O que quizer ser visinho, vindo morar comvosco, pague um soldo, seis dinheiros para os juizes da villa, e seis para o senhor da terra.»

«Se algum mercador vier com estofos, venha o fardo por atacado e não a retalho, salvo sendo na feira, e se assim o não fizer, pague trinta soldos que se dividirão entre o meu vigario, e os juizes da nossa villa.»

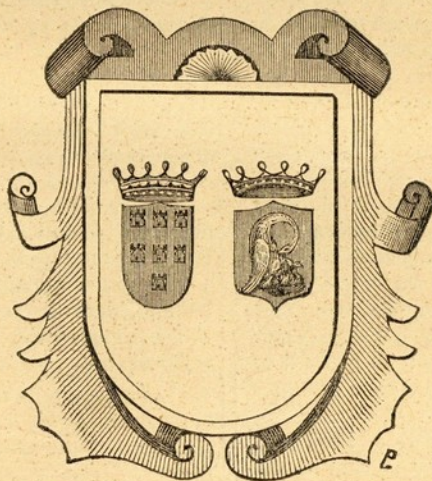
«Se alguns homens travarem lucta e se arpellarem (*per capillos se traxerint*) dentro da villa, quer seja em concelho reunido, quer na egreja, a ninguém deem satisfação disso senão a si mesmos, se quizerem fazel-o, etc.»

«Se porém algum dos dous recusar a reparação, e o outro dêr querella por intervenção

do vigario, execute-se o que *sentencearem os juizes da villa*, dando-se metade (da condemnação) ao espancado e metade ao vizario.»

«Se entre vós o vizinho matar seu vizinho, venha a justiça da villa com o vigario d'elrei á porta do homicida e pegam-lhe um penhor: dado este, pegam-lhe um fiador por cinco soldos: dado o fiador, restitua-lhe o penhor dentro de nove dias: passados os nove dias, venham as dictas justicias e vigario, e exigam do criminoso cem soldos pelo homicidio. Se, porém, não o acharem na terra, o fiador pague cinco soldos, e o homicidio recaia sobre a casa e predios ruraes do ausente, e ninguém mais lhe faça mal senão os seus inimigos.»

Isto quer dizer que a vingança ficaria aos parentes do morto pelo direito de revindicta, sem que a justiça interviesse n'isso, tendo tirado os cem



Brazão d'armas de Melgaço

soldos de multa por execução nos bens do criminoso.

El-rei D. Afonso III lhe deu outro foral em Braga, a 29 de abril de 1258.

Tratando d'este segundo foral, diz ainda o immortal Alexandre Herculano em uma nota da sua Historia, que se encontra a pag. 169, que ali se estabelecia que os moradores da villa fossem 350, devendo pagar 350 morabitinos de direitos reaes.

D'este foral, transcreve o mesmo auctor:

«Mandae-me immediatamente um cavalleiro portognês, que me faça menagem do castello de Melgaço, tal que possa ter e defender o dito castello e fazer delle direito.»

Estes foraes são escriptos em latim barbaro, e encontram-se no archivo da Torre do Tombo, na gaveta especial de foraes antigos.

Pertheceu esta villa á caza dos Braganças, e pelos duques eram dados todos os officios.

De Melgaço são oriundas varias familias nobres de Portugal, taes como os marquezes de Niza, condessa da Ribeira, barão de Proença-a-Velha, Castros Pittas, de Caminha, e outras illustres familias, mais ou menos aparentadas com o antigo senhor de Lapella, morgado de Covas, Gaspar de Castro Caldas.

Se Melgaço não é conhecida na sua origem, se não tem a illustrar-a nem columnas, nem templos, preciosas reliquias da civilisação pagã, a sua historia desde os tempos em que foi povoada pelos christãos é insufficientemente honesta e heroica para lhe grangear titulos de nobreza.

De quantas vezes a patria precisou do seu auxilio, de lá correram valentes e intrepidos patriotas, affrontando perigos, determinando-se bravamente a todos os sacrificios. Nas longas e successivas guerras com Castella os melgacenses souberam sempre honrar a sua terra e a lusitana bandeira.

E não só os homens como tambem as filhas de Melgaço são heroicas e arrojadas na defeza da integridade do territorio patrio. Exemplos tem dado dos seus nobilissimos sentimentos, e d'estes vamos fazer a narração de um, que de per si basta a orgulhar as formosas e honestas mulheres d'esta brioza villa.

No periodo que medeia de 1384 a 1393, sustentou Portugal encarniçadas batalhas com os pretendentes castelhanos João I e Henrique III.

Depois do assassinato do conde Andeiro, a rainha D. Leonor Telles, repleta de odios contra Portugal, chamou o genro de Castella, para que tomasse conta do paiz. Desde logo o monarcha veiu sobre Portugal, invadindo e perpetrando varias barbaridades, mas a heroica attitudo de Nunalvares, a sabia direcção politica de João das Regras, e a sensatez e brios do valoroso mestre de Aviz, lograram salvar o paiz das algemas da escravidão. Não ha, ou pelos menos não deve haver, um só portuguez que ignore os feitos brilhantes dos nossos avós d'aquella epoca de riscos, de angustias e indecizões, aggravada tão lastimosa situação ainda pela peste que se alastrava na Europa.

O epilogo d'estes combates titanicos foi a asombrosa batalha de Aljubarrota, em que as portuguezas hostes se ergueram ás proporções de legendarios heroes. Foi ali que vinte mil guerreiros inimigos, bem equipados e instruidos na guerra, ficaram

derrotados por um exercito indisciplinado, ignorante, e cujo numero não passava de dez mil homens. Mas em cada um d'esses homens havia um coração gigante, trasbordando de amor patrio! Iam dispostos a morrer, mas não a presenciarem a morte da adorada mater. Com elles estava o homem digno, que n'aquelle grande dia symbolisava a Patria, e esse, o sympathico Mestre de Aviz, bateu-se como um leão, incutindo audacia aos seus com a palavra e com o exemplo.

Este illustre varão, que tão immortalizado tinha de ficar na gratidão portugueza por seus feitos e pelos de seus preclaros filhos, viu fugir em debandada o numeroso exercito inimigo, que tão soberbo e provocante se apresentara, contando de antemão com o triumpho decisivo.

Fiava-se o insolente castelhano na desproporção numerica dos nossos combatentes, olvidado dos heroismos de que a fronteira lhe dera já severa lição. E' certo que a principio nos tinham tomado grande parte das povoações fortificadas do alto Minho, mas os portuguezes retomaram o forte castello de Neiva, Vianna, que estava sob o governo de um castelhano, por nome Vasco Lourenço de Lira, foi salva de similhante ignominia por um popular chamado Frisus, o qual pondo-se á frente do povo atacou valentemente o castello, e aprisionou toda a guarnição castelhana. Frisus morreu na refrega, porém a posteridade immortalisa-o no capitolio da gloria.

Villa Nova da Cerveira, Caminha e Monção, foram igualmente rchavidas pela ousadia patriotica dos povos. Ponte de Lima foi resgatada pelos heroicos esforços dos seus habitantes, em premio do que o bom rei D. João I lhes mandou collocar os bustos sobre as vergas das portas.

Voltemos, porém, ao nosso proposito de exemplificar o quanto valem e o quanto bem merecem da Patria as mulheres de Melgaço.

Permanecia ainda esta villa sob o dominio castelhano, defendendo o castello Alvaro Paes Sotto-Maior, alcaide-mór, que tinha ás ordens uma guarnição de trezentos infantes e trezentos cavallos.

Enfastiado pela resistencia, foi o valente D. João I pessoalmente pôr cerco a Melgaço, mas os dias decorriam sem haver ensejo para mais do que ligeiras escaramuças sem importancia para a decisão do pleito. Ao decimo dia o rei-guerreiro, já exasperado com a situação, tomou a resolução de mandar fazer um castello de madeira, que ficasse a cavalleiro das muralhas. Vinte dias levou o plano a executar-se. Vendo os inimigos propinque um assalto, deram signal de armisticio, e mandaram á praça um emissario para entabularem negociações.

Alvaro Paes, o velho amigo de D. João, taes condições poz, que não poudé resolver-se coisa alguma, e então o monarcha ordenou que se dêsse o assalto, o qual seria por elle mesmo commandado.

Deu-se isto pelo anno de 1387; D. João havia-se matrimoniado recentemente com a virtuosa e intelligentissima princeza D. Filippa de Alencastre, que tão salutar, honesta, e gloriosa influencia exerceu no animo do esposo, e na educação dos heroicos filhos. A joven rainha estava em Monção com as suas damas e acompanhada pelo famoso João das Regras, sabio mestre e alma da politica d'aquelles tempos. Viera do Porto para vêr o esposo

real, e tencionava residir no convento de Fiães emquanto durasse o cerco. Espirito varonil e angelico ao mesmo tempo, não a atemorizava o perigo, antes d'elle se approximava como uma estrella de amor que lançava os seus castissimos reberveros no coração dos reivindicadores dos direitos da sua nova patria, patria que a doce e bella rainha tanto amou e soube honrar!

Dentro da praça havia uma mulher destemida, especie de virago, que sendo natural de Melgaço, renegára a sua origem e se dera de alma e coração aos castelhanos. Ora no arraial dos portuguezes achava-se tambem uma mulher de muita valentia, do que havia dado bastas provas. Esta, cujo nome era *Ignez Negra*, abrigava no coração os mais sagrados principios patrioticos, e daria a sua vida pela honra da sua terra. Sabedora a renegada da existencia da valente portugueza nas suas visinhanças, mandou-a desafiar a um combate singular. *Ignez Negra* não repelliu a proposta, e dirigiu-se immediatamente para o lugar da justa, que ficava a meia distancia do arraial e da villa. Chegada ali encontrou a sua antagonista já perfilada, arregaçada e capaz de lutar com o proprio Hercules. Não se intimidou *Ignez*, mas antes se encheu de nobre indignação, em presença da deshonrada virago que atraioçára a mãe patria.

Feriu-se o combate com extraordinario ardor. Parece que ambas andavam armadas, mas não especialisa a chronica a especie de armas de que se serviram, sabendo-se apenas que essas armas ficaram despedaçadas na frega. Por fim valeram-se das unhas e dos dentes.

Final a *arrenegada*, como então se dizia, ficou vencida, rotas as vestes, esmurradas as narinas, escalavrada a cara, e n'esse vergonhoso estado de derrota teve de fugir, deixando como trophéus á vencedora os cabellos e os farrapos do vestuario.

Grande foi a assuada que os castelhanos soffreram do arraial portuguez, e a nossa destemida compatriota foi victoriada como de justiça era.

No dia immediato cahia a villa no regaço da mãe patria, e *Ignez Negra*, guerreira como os guerreiros, lá estava no alto da plataforma do castello, cercada de bêsteiros, olhando amoravelmente o pendão das quinças, que de novo conquistára o seu lugar.

Então, no auge do seu entusiasmo exclamou triumphantemente, collocando as mãos sobre o generoso coração que parecia disposto a saltar-lhe do seio:

«Mas vencemos-te! Tornaste ao nosso poder. E's do rei de Portugal!»

Salvé brilhante heroína de Melgaço! A patria agradecida te cobre de bençãos a gloriosa memoria!

Durante a guerra da invasão napoleonica, não menos digna foi a attitude de Melgaço.

Esta foi a primeira praça de armas que succediu o jugo do odioso Attila moderno. Foi d'ali que partiu o primeiro grito da libertação, e de lá tambem se levantou a famosa pleiade de valentes, que pondo á sua frente o general S pulveda, tão nobremente contribuíram para o resultado da lucta.

Cabe a esta villa tambem a honra de ter sabido da familia dos Castros de Melgaço o laureado ministro da nossa marinha, Martinho de Mello e Castro, nome altamente sympathico e bemquisto da nação.

Nasceu o illustre varão a 11 de novembro de 1716.

Seguiu a carreira ecclesiastica e em 1739 foi nomeado conego da sé patriarchal. Seguiu depois a carreira diplomatica, e estava ministro em Londres, quando rebentou a guerra entre a nação dos piratas, a Hespanha e a França.

O patriotico ministro prestou então valerosos serviços ao paiz, já enviando armas e munições de guerra, já envidando todos os meios para dar lustre ao nome portuguez. Coube-lhe a elle assignar a paz em Paris, o que realison, salvaguardando a honra e os interesses nacionaes como um verdadeiro portuguez.

D. José I nomeou o ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, em 1777.

Martinho de Mello tomou o mais vivo interesse no desenvolvimento da marinha de guerra portugueza, e esteve sempre ao lado do grande marquez de Pombal, em todos os committimentos de utilidade patria. Comquanto não fosse afeiçoado ao severo ministro, que tanta influencia teve no reinado de D. José, coadjuvou-o sempre que se tratava do engrandecimento e prosperidade nacional. Depois da queda de Sebastião José de Carvalho e Mello, continuou a dirigir a pasta da marinha com a mais evidente intelligencia e sollicitude.

A este habil ministro se deve a magnifica esquadra que então houvemos. Ainda quando D. João VI fugiu covarde e criminosamente para o Brazil, deixando a patria nas garras do inimigo bonapartista e do pirateiro aliado, se compunha a esquadra de guerra portugueza de doze fragatas, e doze naus de linha, afóra muitas outras embarcações de menor importancia.

Isto em 29 de novembro de 1807...

Hoje temos o *Pimpão* e meia duzia de chaveros, incapazes de aguentarem os embates do oceano em revoltas de borrasca.

Ah! Mas é que já não existem homens como o marquez de Pombal e Martinho de Mello, á frente da administração publica!

O digno estadista conservou a pasta da marinha até á data do seu fallecimento, em 24 de março de 1795. Possuía inalteravelmente a mais clara intelligencia, e foi activo no desempenho da sua nobre missão até que a morte o prostrou, velho nos annos, sempre novo na pujança do espirito, e no discernimento da acção.

Em Loanda conhecemos ainda um transporte de guerra com o nome do illustre ministro. Ha annos desarmou esse vaso da nossa marinha, e ainda não houve quem se lembrasse de dar o nome de Martinho de Mello a outra qualquer embarcação de guerra.

Em troca ha-os que tem nomes que nada significam, a não ser a maxima insignificancia.

Tem Melgaço um templo digno de menção, edificado sobre uma elevação sobranceira ao rio Minho, o qual, como se sabe, separa esta villa do reino visinho. O atrio d'este santuario é atravessado por uma estrada, que vindo da povoação parte para a Galliza.

Perde-se nos dedalos do tempo a historia d'este templo, sabendo-se, porém, que já estava construido na epoca dos gódos.

Em 1170 estava quasi totalmente arruinado, e D. Affonso Henriques mandou-o reconstruir, con-

forme consta de uma escriptura de doação feita por D. Sancho I, em Santarem, em setembro de 1207, e assignada pelo rei, todos os seus filhos e preladados do reino. Até 1834 conservou-se esta escriptura no *Livro das Datas*, depois foi *inglezada* com tudo o mais quanto serviu de repasto á voracidade anonyma.

O templo, da invocação de Nossa Senhora da Orada, é construido de boa cantaria e foi até 1834 da jurisdicção dos monges do convento de Santa Maria de Fiães, por doação de D. Sancho, que o havia herdado de seu pae.

Desde a igreja á povoação é a estrada ladeada de formosas hortas, pomares, fontes abundantes de magnificas aguas, vistosos campos e casas, o que dá o mais alegre e grato aspecto ao sitio.

Do dia da Ascensão até ao domingo do Espirito Santo era outr'ora muito concorrida a estrada pelosromeiros do concelho de Melgaço, Valladares e Monção, os quaes iam offerecer á Virgem da Orada o residuo paschal, levando cada freguezia os seus parochos, e ao menos uma pessoa de cada familia.

Tinham estas romagens por motivo um voto que os povos das mencionadas freguezias fizeram durante uma terrivel epidemia de peste, que, tendo assolado e deixando desertas innumeradas povoações, áquellas não havia causado o minimo damno.

Hoje, comquanto ainda tenha devotos, não é a igreja procurada como d'antes. A civilisação fazendo pouco a pouco luz no espirito humano tem-lhe ensinado que o verdadeiro templo é a consciencia propria, que todos devem honrar e respeitar como um santuario que Deus nos collocou dentro do peito.

Finalmente: não é a villa de Melgaço rica de pergaminhos artisticos, de que tantas outras povoações se envaidecem, porém a sua carreira historica dá-lhe fóros de illustre.

E o castelhano que com ella defrontar hade comprehendêr que ali n'aquelle pedaço de terreno frigidissimo, rude, mal agradecido aos labores do proletario; que ali, sob aquelle ceu ora de um azul espelhado e frio como uma lamina de aço polido, ora nevoento e opáco como uma desgraça latente, ha corações que abrigam o fogo sagrado dos mais nobilitantes sentimentos.

E poderá pensar que nas veias dos filhos de Melgaço corre um sangue tão puramente portuguez como aquelle que gravou na luzitana historia, n'aquelle dia solemne de Aljubarrota, o verbo sagrado—Independencia!

Quando numa povoação tem tão heroicos antecedentes, pôde com allivez medir-se em glorias com a mais opulentada cidade.

### Freguezias d'este concelho dignas de menção

**Castro Laboreiro.**—Esta povoação foi conquistada aos mouros, em 1136, por D. Affonso Henriques, que mandou circumdar de muralhas o castello que já ali existia desde remotos tempos. D. Affonso III concedeu-lhe foral em Lisboa, a 15 de janeiro de 1372, e a elevou á cathegoria de villa com o nome de Laborcivro. Foi reedificada por D. Diniz, pelos annos de 1290, assim como o castello, que havia sido completamente arrazado, no princi-

pio do seculo XIV, em consequencia de um raio lhe ter incendiado o paiol da polvora.

Este venerando baluarte, hoje completamente arruinado, fica ao sul da villa, sobre um elevadissimo pico, que terá de altura uns 400 e tantos metros, e ergue-se sobre uma base de modesta circumferencia, o que o torna espantosamente apumado. Teve quarteis em recuadas eras e um poço de agua nativa, o que se torna admiravel n'aquella espantosa altura.

Gosou esta povoação o privilegio, concedido por varios monarchas e confirmado por D. João V, de não dar mancebos para o exercito.

D. Manuel concedeu-lhe foral em Lisboa, a 20 de novembro de 1513, e n'elle é citada villa pelo nome de Castro Laboreiro.

Ha annos, e não sabemos se ainda hoje, emigram de Castro Laboreiro para o Douro, Traz-os-Montes, Beira-Alta e outras terras, desde que entrava o mez de setembro, bastantes individuos do sexo masculino de oito annos para cima até á idade mais propecta, não recolhendo senão na Paschoa.

Dava isto em resultado ficar a villa tão despoitada de homens que os defuntos eram conduzidos para a igreja por mulheres, havendo antes d'esse acto, em casa dos doridos um banquete para todas as pessoas que quizessem assistir a elle, o que grande numero d'ellas aproveitava.

Adiante do feretro ia uma comitiva de mulheres, conduzindo á cabeça broas de milho, açafates com bacalhau e outros comestiveis, que na igreja entregavam ao parochio.

Ao enterramento assistiam com uma véla na mão, arrancando gemidos, e soluços, e manifestando hypocritamente com os trejeitos ridiculos que faziam, dôr e magua profundas!

**Lamas de Mouro.**—No anno 812, no sitio chamado *Valle de Mouro*, d'esta freguezia, teve lugar uma grande batalha, dada pelo bravo Bernardo del Carpio, parente e vassallo de D. Affonso, o *Casto*, de Leão, contra Ali-Aton, rei de Cordova, que ficou derrotado e perdeu grande numero de soldados. Ali-Aton havia tomado muitas terras aos luzitanos, que, em consequencia d'este desastre, tornou a perder.

Dizem alguns chronistas que por esta povoação entrou, em 1129, D. Affonso VII de Castella, que foi derrotado na Veiga da Matança, junto aos Arcos de Val-de-Vez, por seu primo D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Tambem por ali entrou para ir atacar Valença, em 1637, o general castelhano D. Vicente Gonzaga.

**Paderne.**—Na doação que D. Affonso Henriques, em 1141, fez do couto de Paderne a D. Elvira, prioreza do convento das conegas de Santo Agostinho, fundado n'esta povoação em 1130, pela condessa D. Paterna, viuva de D. Hermenegildo, conde de Tuy, diz o monarcha que lh'a fizera pelos bons serviços que as freiras lhe haviam prestado quando elle estava sitiando Castro Laboreiro, mandando-lhe mantimentos e alguns cavallos, sendo um d'elles magnifico e ricamente ajaezado, para el-rei montar.

Durante a guerra da restauração, o prior de Paderne, D. Simão da Paixão, commetten actos de bravura como guerreiro e como capitão-mór do seu couto.



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 44

## MONSÃO

**E** Monsão uma antiquíssima terra, cuja origem anda de envolta com varias lendas populares, sem ter sido possivel até ao presente esclarecer como, quando, e porque foi fundada.

Alguns pretendem que 2104 annos antes da vinda de Christo, já existia a povoação, habitada pelos assyrios, os quaes tiveram de abandonal-a, fugindo para a parte occidental da Europa, acaçados da inaudita crueldade do feroz Nemrod, rei dos babilonios. Opinam outros que no anno do mundo 2632 aportou a esta localidade um filho de Semele, por nome Baccho, á frente de um exercito de gregos, achando já a povoação em completa ruina. Baccho deu-lhe o nome de *Orosion*, que quer dizer *Monte Santo*. 404 antes de J. C. os celtas estiveram de posse da povoação, dando-lhe o nome de *Oobriga*.

Até aqui tudo são hypotheses, pois nenhum dado historico affirma positivamente que babilonios ou gregos hajam feito estações em Monsão. O que é certo é que quarenta annos antes da era christã, ou seja na era 78 de Cesar, estava a montanha de Monsão ricamente vestida por uma importantissima cidade romana, cujo nome era *Mamia* ou *Mamea*.

Quando as agnias romanas foram obrigadas a abandonar esta parte da península hispanica, a povoação cahiu em poder de Hermenerico, rei dos suevos. Isto deu-se pelo anno 410.

Dizem alguns escriptores que foi este rei quem restituiu á cidade o seu antigo nome — *Mons Sanctus*. E', porém, mais curial que o deua aos romanos, os quaes teriam vertido *Orosion* em lingua latina.

Pelo decorrer do tempo este nome foi-se alterando até ficar como o encontramos na infancia da nossa historia—Monsão.

A fundação d'esta villa não foi de principio no local em que ora se encontra, mas no local que tem agora o nome de Monsão-Velho, ou aldeia das Córtes.

No entanto é possível que *Córtes* e *Orosion* fossem duas povoações distinctas. Nesta hypothese encontramos o apoio de varios eruditos, que não concordam em que a opulenta cidade estivesse em sitio diverso do que actualmente occupa a villa. Para

estes, *Córtes* era apenas um acampamento romano, sentinella que vigiava os movimentos inimigos, e garantia a tranquillidade dos habitantes de *Mons-Sanctus*. Em epocha muito remota o povo de *Córtes* abandonou a povoação e fugiu para a villa de *Badim*, não a actual villa d'este nome, mas outra que assentava no termo da actual Valladares. O motivo d'esta fuga é ignorado; como, porém, não consta que fosse determinada por algum movimento guerreiro, pôde presumir-se que qualquer epidemia, ou outra calamidade da natureza lhe deu razão.

A villa de *Badim* foi extincta por D. Affonso III. Com os seus habitantes, os do concelho de *Pena da Rainha* e outros que se lhe juntaram, povoou este monarcha a villa de Monsão, no então denominado *Couto de Mauzedo*. A estes beneficios accrescentou o foral e varios privilegios.

Em 1306 D. Diniz mandou edificar-lhe um forte castello e cercar a povoação de valentes muralhas.

O glorioso mestre d'Aviz, D. João I, fortificou melhor a fortaleza e mandou collocar na porta do baluarte o *pelicano*, que era divisa sua. Tambem D. João IV ali fez varios reparos e obras de defesa, por se tornar muito importante esta praça, durante as guerras da independencia.

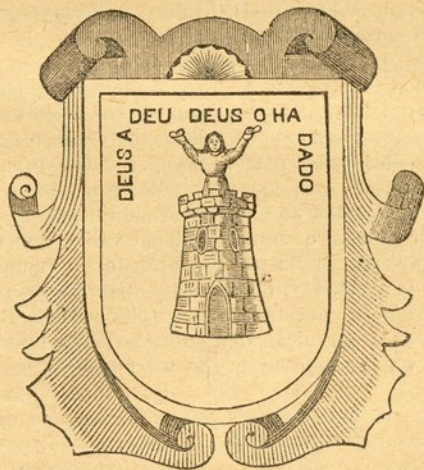
Ha quatro portas nas muralhas, e antigamente tinha mais uma, que era a de S. Bento, mas esta foi tapada. As actuaes são — porta das Caldas ou da Fonte — porta do Sol — porta de Salvaterra — porta do Rosal.

Apesar da importancia que teve outr'ora, ou talvez por isso mesmo, foi Monsão muito victimada pelas guerras medievais.

Ora conquistada por uns, ora saqueada e incendiada por outros, a sua existencia foi uma sequencia de alternativas qual mais afflictiva, até que D. Affonso III a protegeu com piedoso carinho.

Não só na idade média foi, porém, esta povoação posta a terriveis provações. Em 1643 era governador de Salvaterra, na margem direita do Minho—Galliza — o conde de Castello Melhor, representante do rei de Portugal, D. João IV. O valente portuguez ameaçava toda a Galliza e no sagrado intento de desforçar o nosso reino dos 60 annos de affrontas sobre nós vomitadas pelo castelhano, não recuava ante os perigos de qualquer ordem fossem elles.

Era aquelle o periodo em que a guerra estava



Brazão d'armas de Monsão

accesa entre as duas nações, ruminando Castella a vergonha que soffrera no dia 1.º de dezembro de 1640. O conde de Castello Melhor soube um dia que os castelhanos perto andavam de Salvaterra, preparando-se para atacal-a. Acto continuo mandou o capitão Pedro de Bettencourt com um pequeno destacamento, á descoberta do que se passava.

Em má hora partiram, porque de improviso se viram rodeados pelo inimigo, que em numero muito superior os teria vencido, se elles não fossem verdadeiros portuguezes, heroes por hereditariedade. Pressurosamente enviou o governador a guarnição de Salvaterra, mas ainda com esse reforço os nossos ficaram em desproporção numerica que constitua perigo imminente.

Perdidos estavam, pois, os portuguezes quando inesperado e glorioso auxilio os salvou.

D. Marianna de Alencastre, esposa do conde de Castello Melhor, presenciára os acontecimentos do alto do castello de Monsão, o qual defronta com Salvaterra. Sem mais perda de tempo, e qual ousado pelejador fez conduzir duas peças de artilheria para a margam do rio, fazendo com ellas grande destroço nos hespanhoes, que apavorados se pozeram em bandada.

Em 1658 ou 59 voltou novamente o castelhano a acommetter o nosso paiz. Um poderoso exercito entrou pela provincia do Micho e Entre-Douro. Commandava-o D. Balthasar de Roxas y Pantoja, mestre general de campo do marquez de Vianna e D. Luiz de Menezes, general de cavallaria, feito marquez de Penalva por Philippe IV, D. Francisco de Castro, general de artilheria e D. Francisco de La Cueva, tenente-general de cavallaria. Outros pontos eram occupados por guerreiros de grande nomeada, e muitos portuguezes renegados d'elle faziam parte.

Foi a 7 de outubro que o exercito castelhano poz cerco á praça de Monsão, a qual estava ao tempo pouco provida de munições de guerra e muito carecida de soldados. Era então governador da praça o tenente e mestre de campo general, Lourenço de Amorim Pereira, bravo e destemido guerreiro. Comtudo a praça tinha apenas uma guarnição de 600 infantes, e com os reforços que se esperavam não deitava a mais de 2:000.

Escassos eram os mantimentos e munições de guerra para fazer-se face a um cerco. De tudo isto informado o inimigo, por traidores que merecem a eterna execração, suppozeram que d'esta vez d'elles seria a victoria.

Não contavam os rapaces com a valentia de animo de que já fartas provas lhe havia dado o genio portuguez, e por isso mesmo justo foi que fossem corridos das eternas maldições de um povo heroico.

Cançados de lutar, e vendo que pelos combates nada conseguiam, entenderam os castelhanos que pela fome fariam capitular a praça.

Determinaram-se, pois, a um longo sitio, dividiram a circumvalação em tres quartéis bem fortificados, com 11 fortes e linhas em roda da praça, cerrando o cordão, segundo as regras da arte bellica.

Durante quatro mezes se occuparam em construir minas e abrir brechas nos muros, sendo sempre repellidos em todos os ataques. Por sua parte os portuguezes oppunham-lhe contraminas, e tapavam as brechas, sem cederem uma pollegada á cubiça do castelhano.

N'este conflicto se houveram as mulheres de Monsão com o mais alto e extraordinario valor.

Uma houve que, pondo-se á frente de trinta companheiras no valor, com ellas corria aos logares onde se feriam os combates, e armadas de dardos e partasanas, de chuços e de espadas, grande mortandade fizeram no adversario. Fortes como as mulheres spartanas, ellas animavam os soldados com a palavra e com o exemplo, dando aos feridos amáveis consolações, e aos mortos a apothese da bravura.

Nem as balas nem a metralha inimiga as fez recuar, eram invenciveis como deas immortaes.

D'estas heroínas uma houve alcunhada a *Turca*, que sendo durante o ataque ferida por uma bala castelhana, que lhe rompeu o ventre, marchou para a egreja, segurando os intestinos com as mãos e com a mais espantosa serenidade ali se conservou entregue a religiosas praticas até soltar o derradeiro suspiro, lamentando apenas não ver o triumpho decisivo das armas lusitanas.

Aos males produzidos pela guerra juntaram-se em pouco tempo as doenças oriundas da miseria e da propria mortandade. Os quartéis estavam prenhes de enfermos, as munições de guerra exgotavam-se, as muralhas estavam derrocadas, restando todavia a coragem e a nobreza d'aquelles illustres varões.

A fome apertava-os terrivelmente. Todos os cavallos, todos os animaes, até os mais ascorosos tinham servido de alimento aos infelizes. De uma vez os castelhanos assaltaram umas habitações que regorgitavam de enfermos. Estes, porém, levantaram-se como se mola occulta os impulsionasse e investindo com o inimigo castigaram-lhe a infamia, fazendo n'elles grande matança.

Morreram todos os enfermos, mas com honra e honrando a patria. Infamia sem nome foi a do castelhano villão, que nem respeitou os moribundos!

Em taes circumstancias, e não vindo auxilio á praça, tiveram os poucos guerreiros que restavam de capitular, com todas as honras da guerra, porque o exercito hespanhol estava assombrado de tanto valor e tão extraordinario patriotismo.

Quando o inimigo julgava receber uma praça, senhoreava-se de um montão de ruinas, por entre as quaes se amparavam semi-moribundos, cadavericos e extenuados 236 bravos, unicos sobreviventes dos 2:000 que haviam começado a defesa.

Tão espantoso valor fez pasmo ao fidalgo general Pantoja. Com a voz ateadada pela commoção o nobre marquez de Vianna chamou os seus subordinados e lhes disse:

«Aprendam d'estes bravos como se defende uma praça que el-rei lhes confiar. São estes os leões, que com tamaõ valor se hão defendido!

«Se o grão Leão da Hespauha tivesse muitos d'estes leões, seria senhor de todo o mundo.»

Estas palavras, sahidas espontaneamente dos labios orgulhosos de um castelhano, apregoam mais alto o valor dos portuguezes do que as mais ruidosas ovações!

Muitas e illustres reputações honram a antiquissima *Mons Sanctus*.

Faremos menção das que temos conhecimento,

além d'aquellas que ficam nomeadas na historia dos dois ataques bellicos a que acima nos reportamos.

*João Taveira de Lima.*—Foi governador de Monsão e cavalleiro da ordem de Christo. Sentou praça durante a guerra da independencia, e serviu sete annos como soldado, em cavallaria. Falleceu na avançada idade de 108 annos, e jaz na igreja da Misericordia de Monsão. Morreu com a patente de coronel, tendo as honras e soldo de brigadeiro.

*Fernão Ginez.*—Era um bello e virtuoso moço, natural de Monsão. Educado sob as impressões fanaticas do seculo XVI seguiu o desvairado D. Sebastião na louca e inoportuna expedição de Alcaccer-Quibir, que tão fatal foi á patria.

Hoje que luz é feita sobre os acontecimentos d'aquella epocha, sabe-se quanta responsabilidade cabe ao jesuitismo, n'esta espantosa catastrophe da honra nacional. De todos os tempos a Hespanha nutrira a cubicosa idéa de aggregar Portugal ao seu territorio, e para isso encontrou alfim alliados infamissimos que manejaram o espirito do moço imbecil que presidia aos destinos patrios, com tanta destreza jesuitica, que o infeliz emprehendeu a expedição, na creença de praticar uma obra que deixaria na penumbra todos os feitos das transactas legiões de bravos. Encitada a sua mentalidade phantasiosa pela perfidia calculada da seita negra, o moço rei partiu para Alcaccer-Quibir, onde devia lavar-se com o sangue dos portuguezes a ruina de Portugal. Com a leva de mancebos foi, portanto, Fernão Ginez, cujo cerebro participou da allucinação régia. O resultado do louco empreendimento, e tão louco que o mesmo pontifice o não perfilhou, é de todos sabido. A derrota mais vergonhosa foi o castigo da ambição pathologica que dominava o cerebro do desditoso herdeiro de D. Manuel.

Dos numerosos guerreiros que partiram nenhum voltou. Os que não lograram a ventura de ficar mortos na arena, foram escravizados, e entre estes se conta Fernão Ginez, que ficou pertencendo ao xarife Mulei-Maluco. Em pouco tempo ganhou o captivo a sympathia do senhor, e melhor seria a sua sorte se as creenças religiosas não viessem destruir a aproximação moral que entre elles ia fazendo a religião humana.

Um antigo amigo de Ginez, chamado Elche, renegára o christianismo, e como o pobre mancebo envidasse todos os meios para que o apostata voltasse á religião do bom Jesus, o infame denunciou-o intrigando-o com o xarife. Este propoz então ao seu escravo que abraçasse o islamismo, e como o digno rapaz se recusasse intrepidamente a praticar esse crime moral, o xarife encolerizou-se e entregou-o ao carrasco, ordenando que depois de morto fosse lançado em um dos poços do seu jardim.

*Paulo Orosio.*—Comquanto não seja bem averiguado que Monsão fosse terra natal d'este varão, contemporaneo e amigo de Santo Agostinho, é de presumir que o fosse, estabelecido que *Orosion* ou *Orosia* esteve outr'ora occupando o lugar d'esta villa.

E isto porque sendo usado por todos os homens notaveis da antiga idade accrescentarem ao seu nome o nome da terra natal, e, portanto, deve Paulo Orosiano ser natural de Monsão.

O que é incontestavel é ser elle lusitano e da diocese bracarense. Escripitor esclarecido do secu-

lo V. viajou largamente pela Hespanha e Lusitania e só depois de reiteradas investigações escreveu as suas obras sobre geographia e historia.

Foi á Palestina visitar os logares santos de Jerusalem no anno 415, e á Africa expressamente para consultar Santo Agostinho.

*Lopo Soares* e um sobrinho, ambos secretarios de estado. *D. Frei Manuel*, bispo de Angola e *Filippe de Mesquita*, deputado do Santo Officio, todos eram naturaes d'esta villa. O *padre Bartholomeu Pereira*, membro da companhia de Loyola e preclaro mestre de rhetorica e da escriptura sagrada, tambem d'aqui era uriuudo.

Foi muito tempo reitor no collegio da companhia, em Coimbra. Foi poeta insigne, manejando o latim com a mais sabia proficiencia. Escreveu varias obras, entre as quaes um *in folio*, intitulado *Cæcus oculus, sive Argus centoculos; Comentarium in Tobiam*, obra que foi imprimir a França e nunca mais voltou—uma oração primorosa na forma e no conceito, recitada pelo auctor na sala da Universidade e dedicada á rainha Santa Isabel, e um poema heroico em 12 livros, intitulado *Pacificados*, o qual foi impresso em Coimbra. Doze livros! Que inexgotavel paciencia tinham os antigos! . . .

Era natural de Monsão D. Vasco Marinho, filho bastardo de Alvaro Vaz de Bacellar e de uma dama gallega, de appellido Marinho.

D. Vasco foi abbade d'esta villa. Esteve em Roma com o pápa Leão X, a quem serviu de secretario e confessor. Voltando a Portugal trouxe varios beneficios, e trouxe tambem duas filhas e um filho, por onde se prova que nem todo o seu tempo foi gasto em fazer as correspondencias ao santo padre.

Comtudo foi bom pae e honra lhe seja. Os beneficios transformou-os em commendas para o filho e genros, deixando assim bem empregado o fructo do seu labor.

Instituiu a capella de S. Sebastião, dentro da igreja matriz, e n'ella jazem os seus restos.

D. Vasco Marinho foi protonotario d'este reino. Resta ainda falar de outra gloriosa heroína, que na preclara villa de Monsão deu raro exemplo de estranho valor e assombrosa valentia.

Em 1367 lavrava a guerra encarniçadamente entre Castella e Leão. Desde 1364 a guerra fraticida entre D. Henrique, conde de Trastamara, e filho bastardo de D. Affonso XI e seu irmão D. Pedro, o Crú, devastava o paiz visinho.

Apoiado pelos reis de Leão e Navarra, que odiavam D. Pedro pela sua ferocidade tigrina, o conde de Trastamara conseguiu fazer-se acclamar rei de Castella, com o nome de Henrique II.

Após annos de porfiada lucta D. Henrique poz termo á contenda, assassinando seu irmão em Montiel, em março de 1368.

Este odioso crime revoltou toda a gente. A cruza de D. Pedro não chegára até ao fraticidio, e o conde de Trastamara ficava mais odioso do que a sua victima.

Levados pelo rancor que lhe inspirava esse criminoso que occupava o throno, grande numero de fidalgos castelhanos vieram a Portugal offerecer a corôa de Castella a D. Fernando I, pondo-se inteira e incondicionalmente ao seu serviço. D. Fernando accitou a offerta, e investigando as suas ascendenacias achou que de direito lhe pertencia aquelle

reino, como bisneto que era de D. Sancho IV de Castella.

Poz mãos á empreza e soccorreu se de auxilio dos reinantes da *nação dos larapios*, de Aragão, e a'é do rei de Granada, apesar de móiro, ao qual offereceu a paz de 50 annos, para que o ajudasse na empreza.

Ao aragonez pediu a mão da filha, D. Leonor, com a qual chegou a celebrar esponsaes por procuração, na igreja de S. Thiago e S. Martinho de Lisboa, no mesmo anno de 1368.

E' verdade que D. Fernando contratava e destratava casamentos com a mais completa leviandade, porque mais ta. de fez novo pedido da mão de outra Leonor, filha do rei de Castella, vindo sempre a desposar uma Leonor, que nem para capacho das outras duas era aproveitavel!

Feitas as allianças lá marchou o effeminado monarcha com os seus reforços e alliados para a Galliza.

Grande foi o gaudio dos gallegos ao verem o formoso rei de Portugal, porque julgavam ter n'elle um novo Messias da libertação. Castellos e cidades lhes abriam as portas, e Fernando I, magnanimo com o que era de outros, deu á farta empregos e titulos, fez doações e mandou cunhar moeda.

Mas o vento da fortuna breve virou o rumo. D. Henrique II apressou-se a enviar os seus exercitos, que, atravessando a fronteira, estabeleceram um dique assustador aos facéis triumphos do futuro marido de Leonor Telles.

Um fidalgo partidario do rei Henrique, D. Pedro Henriques Sarmento, poz cerco a Monsão; o exercito assediante era numerosissimo e a guarnição da nossa praça diminuta e mal fornecida de mantimentos.

No entanto os gallegos eram repellidos briosamente em todos os ataques e, apesar da miseria que lavrava na villa, ninguém pensava em eutregar-se com vida ao inimigo.

De-imada a guarnição não havia esperança que podesse desfigurar a verdadeira situação.

Vasco Gomes d'Abreu, capitão-mór de Monsão estava áquelle tempo ausente, porém sua esposa, *Deu-l'a-deu Martins* permanecia lá.

Era esta dama nobre pelo nascimento, e mais nobre ainda pelas preclaras virtudes civicas, e pelo espantoso heroismo patriótico.

Onde havia mais encarniçada refrega ali se apresentava a admiravel Dona, arremessando sobre os sitiantes materias inflammaveis e penedos.

Era ella a alma viva do combate, a deusa da guerra, que a todos communicava alento e forças. Apenas os gallegos conseguiram abrir brecha nas muralhas. *Deu-l'a-deu* correu a acutilal-os, de espada em punho, rivalisando em arte e valor com o mais adestrado guerreiro.

A estas nobres qualidades juntava ainda a mais doce e angelica alma de mulher christã. Só largava a espada ou outra qualquer arma de combate, para cuidar dos feridos, dos quaes era a mais santa enfermeira. Tendo os seus vastos celleiros bem fornecidos, deu tudo quanto n'elles havia para que a fome não fizesse mais victimas do que a guerra.

Porém o assedio prolongava-se; era chegado o mez de outubro e o pão acabava-se de todo. Nos celleiros da mulher forte restava uma pequena por-

ção de farinha e o desanimo começou de lavar no coração dos valorosos lusitanos. *Deu-l'a-deu*, porém, accediu como uma providencia aos nossos desventurados soldados. Da farinha restante mandou fazer pães, e como no arraial inimigo tambem havia já falta de mantimentos, a intelligentissima Dona, subindo a uma das cortinas da praça, poz-se a arremessar pães aos gallegos, bradando lhes:

«A vós, que nos não podeis tomar pelas armas e nos quereis fazer render pela fome dizemos: Sômos mais humanos do que vós, e, como nos achamos bem providos, vendo que não estaes fartos vos enviamos este soccorro, e vos daremos mais, se o perdirdes.»

Este luminoso mas arrojado expediente produziu o melhor dos resultados. O inimigo illudiu-se, e crendo a praça abastecida e apta para sustentar muito tempo o sitio, levantou-o e foi para Galliza.

*Deu-l'a-Deu* foi a salvação da praça e das vidas dos pobres soldados, já fracos e famintos. Um rei leviano lançára a patria n'esta guerra devastadora, e uma mulher, mais varonil do que cem homens, ajudou a salvar-a do abysmo que as ambições realengas lhe abriam aos pés.

Em commemoração d'este grandioso feito tomou a villa as armas da nobre heroína, e a camara mandou pintar o retrato d'ella na sua bandeira.

Durante muitos annos depois da sua morte eram todos os annos abertas as listas dos vereadores junto da sua campa, como tributo de respeito e de consideração.

São descendentes d'esta excelsa portugueza os Palhares, que teem por brazão de armas um escudo de purpura, uma mão empunhando uma espada de prata, com guarnições de oiro, a ponta voltada ao ar, e seis pães de oiro em duas palas. Por orla o cordão de S. Francisco, padroeiro da villa—elmo de aço, aberto, e por timbre o braço e a espada.

A guerra terminou depois de tantos martyres sacrificados á estúpida ambição de duas testas co-rodadas, assignando-se as pazes em Evora a 31 de março de 1369.

Entre os muitos males que esta peleja nos trouxe, contam-se os perfidos manejos da «pirataria» que em nome da «alliança» e da «protecção» foi nos tomando sem mais cerimonia Evora, Redondo e Monsaraz.

Raça odiosa de larapios! Não perderemos jámais o ensejo de bradarmos maldição sobre os descarados roubadores das nossas terras e dos nossos direitos!

Tem Monsão perto das muralhas, na margem esquerda do Minho, trez «olhos» abundantes de agnas thermaes de excellentes qualidades medicinaes.

Formam estes olhos tres banhos que sob o mesmo tecto ficam divididos por delgadas paredes de cantaria. Estes tres banhos differenceiam-se apenas pelo temperamento das agnas e teem os nomes de de—temperada—contra-forte e forte.

(Conclue no proximo numero).

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

ASSIGNATURAS  
2.<sup>a</sup> SERIE Series de 25 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa. NUM.<sup>o</sup> 45

## MONSÃO

(Concluido do numero antecedente)

Além d'estas, outras duas ainda existem no leito do rio, mas só no periodo das estiagens ficam a descoberto. Uma não é muito fertil, mas a outra é de todas a mais rica, correndo em uberrimas caudales.

O calor do banho brando ou temperado é de 92° a 96° F., ou 26 1/2 R., é uma temperatura agradável que não occasiona a menor irritação nervosa.

O contraforte de 98° a 102° F., ou 29 2/4 a 31 3/4 R. não pôde soffrer-se meia hora sem produzir afflicções e angustias.

O forte excede a 110° F. ou 34 3/4 R. Em breves minutos produz os effeitos dos banhos quentes, e o mais rico de virtudes therapeuticas, e o mais empregado pela clinica. E' habitualmente tomado em linas, esfriado mais ou menos, segundo a enfermidade de que se trata e o organismo do enfermo.

A mineralisação é igual em todas estas nascentes, das quaes saem ininterruptamente bolhas gazosas, que estalam á superficie da agua.

O liquido é crystallino, diaphano, um pouco picante ao paladar e de cheiro leve-mente apathico.

São estas aguas ricas de saes, gaz carbonico e bases particularmente ferreas.

Internamente como externamente são de excellentes resultados medicinaes. Applicam-se de um outro modo como bebida aos doentes do estomago, fluxo-alvo, hysterismo e affecções nevroticas, molestias do peito, rins e bexiga, rheumatismo, gotta, etc.

Desde epochas remotas são conhecidas estas thermas. D'ellas poderia resultar muita prosperidade a Monsão, se o mau estado do edificio e o mau caminho não privassem muitas pessoas do seu uso. Ainda assim são bastante concorridas, mórmente pelos habitantes da provincia da Galliza.

A *Therma*, edificio mais elevado sobre o nivel do rio, foi construido pelo famoso general Silveira Pinto da Fonseca, 1.<sup>o</sup> conde de Amarante, o qual deixou ao municipio um legado para a sua conservação.

Na mesma data d'esta construcção, 1801, mandava edificar um tal Ricardo Allen, consul inglez em Vianna do Minho, outra casa de banhos, junto a outra nascente.

Devia o municipio de Monsão fazer um sacrificio

para dotar aquellas ricas aguas com um estabelecimento em condições de hygiene e aceio, que attrahissem mais forasteiros, porque d'esse modo o sacrificio seria breve compensado pelos lucros que adviriam ao municipio em geral, e aos moradores da villa, que veriam prosperar o seu commercio, durante a quadra apropriada ao uso das aguas.

A agua é, demais, agradável ao paladar, inodora, e contém por kilogramma 0, gr. 4,615 de principios fixos, que são — sulphatos e chloretos alcalinos, carbonatos de cal e de magnesia, silica, e pouca quantidade de alumina e ferro.

Diz-se que foram estas nascentes descobertas muito antigamente por um frade, cujo nome não chegou até nós.

O senhorio de Monsão pertenceu algum tempo a Lopo Fernandes Pacheco, por doação de D. João I, em 1423. Depois comprou-lh'o por 1:500 libras, e encorprou-o de novo na corôa.

D. Affonso V deu este senhorio ao conde de Ourem, D. Affonso, que mais tarde foi marquez de Valença.

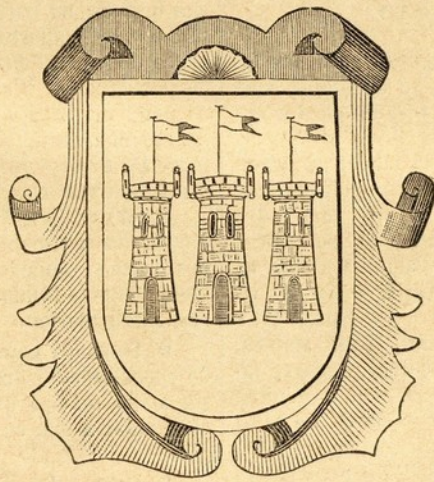
O povo de Monsão não quiz sancionar a dadiva régia, e tanta opposição fez, que o pobre fidalgo, que era primogenito do 1.<sup>o</sup> duque de Bragança, ficou sempre como os *bispos in partibus*.

Quando D. João II subiu ao throno o *senhorio honorario* apresentou-lhe a mais amarga queixa contra os moradores de Monsão, rematando as considerações por dizer que na mesma data da concessão d'aquelle senhorio lhe fizera el-rei mercê do de Valença, sem que a gente d'esta villa

impugnasse a doação. Então el-rei lhe respondeu:

*Valença é femea e Monsão é macho.* O laconismo da resposta d'el-rei mostra bem quanto desdenhava a aristocracia que se impozera aos seus antepassados, e que constituia um poderoso estado no estado. Imagine-se a cara do pobre pretendente, a quem o monarcha, que a historia designa com o nome de *Principe Perfeito*, ainda desconsiderou, a ponto de conceder a Monsão varias regalias e privilegios, entre os quaes o de não poder ella nunca sabir da corôa e dos seus cavalleiros serem distinguidos com a honra de infanções!

Esta villa considera-se ainda praça de guerra. E' cabeça de comarca e dista 420 kilometros ao norte de Li-boá, ficando precisamente na fronteira da Galliza. Diz-se que aqui prégou o apostolo S. Thiago, pelo anno 50, quando a cidade estava em poder dos



Brazão d'armas de Monforte

romanos, com o nome de *Mamea*. São fertilíssimos os campos de Monsão, e mui formosos os arrabaldes da villa, por onde correm em cascadas de fertilidade e encantos as crystallinas aguas do rio Minho.

Em um lugar, cêrca de Monsão, ha uma gruta aberta pela natureza em um enorme rochedo, a qual pôde abrigar grande numero de pessoas sem soffrirem o menor incommodo.

Gloriosa como poucas é, pois, a historia da villa de Monsão. Os feitos que immortalisam os seus heroes, fazem pulsar de orgulho o coração da patria. Por elles se evidencia que nos momentos criticos, o nosso bem amado Portugal tem tão corajosos defensores nos homens como nas mulheres. Se honrar a memoria dos heroes é digno, é justo, é patriótico, muito mais o é quando a apothese tem por alvo uma mulher forte. Um paiz que tem na sua historia nomes femininos, tão nobremente immortalisalos, deve saber ser digno da herança de valor por elles legados aos pósteros.

Se agora andamos curvados ao peso da propria covardia, ergamo-nos com o arrojo dos nossos maiores, e quando erguidos, patentearemos a nossa gigantesca estatura moral aos olhos d'esse mundo que outr'ora nos fitou com pavor!

### Freguezias do concelho dignas de menção

**Lapella.**—E' notavel esta freguezia pela sua famosa torre que lhe deu o nome e se denomina Torre de Lapella. Está situada proximo d'um caes e entre as casas que formam a pequena aldeia da Torre. Acha-se edificada sobre uma grande lagem de granito durissimo e plana como uma cira, é perfeitamente quadrada, correspondendo cada um dos seus lados aos quatro pontos cardeaes, e construida de pedras cubicas, sem cimento de qualidade alguma e com as juntas perfeitamente unidas. As arestas estão tão vivas como se ainda hoje saíssem de sob o cinzel; tal é a dureza e boa qualidade do granito. Tem ameias, cada uma formada por uma pedra cubica. Por tres lados não tem porta ou janella alguma, nem a minima fresta; só do lado que olha para o rio (N.) e a 10 metros da sua base, tem uma porta em ogiva, com uma pedra saliente (especie de balcão) a servir de soleira, mas não tem nem jámais teve escada para subir a ella, senão uma escada portatil de madeira. Sobre esta porta estão as armas de Portugal, com 11 castellos. Não tem data nem inscripção alguma.

No alto da torre encarregavam-se os melros e outros passaros de semear um olival e alguns loureiros, cujo fructo tambem só elles colhiam. O interior da torre mostra ter tido 4 pavimentos ou andares, além do terreo, pelos cachorros ou descansos que ali se vêem.

Tanto externa como internamente, esta torre é perfeitamente liza, sem o minimo ornato, apresentando uma superficie igual e plana por todos os lados.

Este edificio singular, que não tem igual em todo o reino era a torre de menagem de um lindo castello. Tanto este como aquella, foram mandados construir por D. Affonso Henriques, em 1130. Fez esta fortaleza D. Lourenço d'Abreu, senhor do couto e torre de Abreu, em Mourão, e grande capitão, que combateu sempre ao lado do nosso primeiro rei, obran-

do prodigios de valor, sobretudo na batalha de Valle de Vez em 1128.

Apezar dos seus sete seculos de existencia, e dos seus 297 palmos de altura lá está direito, bello de simplicidade, robusto e incolamne este formoso gigante de granito, desafiando impavido a furia dos elementos, sem teuer a acção corrosiva dos agentes atmosphericos.

Consta que o castello que cercava esta torre era um primoroso specimen da architectura militar do seculo XII. D. João V, que bastante curou da conservação dos nossos monumentos antigos mandou demolir as muralhas e castello em 1706, para com os seus materiaes se fazerem as obras de defeza da praça de Monsão, ficando só de pé a torre a que chamavam Vara do Castello.

Em 1860 alguns vereadores d'aquelle concelho quiseram mandar demolir este venerando monumento; mas homens de juizo se oppozeram tenazmente a esta barbaridade e poderam salvar a torre de Lapella dos vaudalos do seculo XIX.

Aquelles vereadores queriam a pedra da torre para fazerem calçadas em Monsão!

Esta torre e o seu castello é cheia de recordações dos primeiros tempos da nossa monarchia.

**Lára.**—Dizem que o nome lhe vem do conde D. Alvaro Nunes de Lára, que ali fizera novo solar, por concessão de D. Affonso II, o *Gordo*, em premio da sua bravura na batalha de Navas de Tolosa, sendo então, o conde, alferes do rei D. Affonso de Castella, sogro do nosso, que o fôra ajudar com uma divisão de portuguezes. Nesta batalha, que teve lugar em 16 de julho de 1212, entraram tambem, em ajuda do rei de Castella, os de Navarra e Aragão, com as suas tropas. D. Alvaro Nunes, se appellidava de Lára, por ser senhor da cidade d'este nome na Castella Velha.

**Longos Valles.**—Está situada na margem esquerda do rio Minho; houve ali um convento de frades cruzios, fundado por D. Affonso I, em 1140, dando-lhe muitas rendas e privilegios que seus successores augmentaram.

D. Sancho I coutou o mosteiro em 1197. Na carta de encoutamento diz que «lhe fez esta mercê pelo assignalado serviço que o prior D. Pedro Pires lhe fez em fundar á sua custa a torre e fortaleza de Melgaço.»

**Luzio.**—Duas partes d'esta freguezia eram couto marcado, annexo ao de S. Fins, no que tocava ao civil; e no crime, pertencia a Monsão. A freguezia pagava á camara d'aquelle villa 29\$000 réis de *fumagens*, sem lhe ser sujeita em mais cousa alguma.

*Fumagem* ou *fumadego* era um censo, tributo ou pensão que o direito senhorio recebia de todas as casas de seus vassallos, ou colonos, em que se accendia fogo.

No foral de Monsão de 1512, se diz:—«Tambem pertence ao concelho o direito de fumagem. Este pagarão todos os moradores do termo d'esta villa, e d'elle são isentos os que n'ella moram, e os do couto velho».

Cada morador da freguezia pagava de *reconhecimento*, ao mosteiro de S. Fins, annualmente, 4 ovos, 1 rabrito, 3 dias de serviço e 10 réis em dinheiro. Os meios fogos, metade. (Eram considerados meios fogos aquelles cujo chefe fosse viuvo ou solteiro.) Quando o rei visitasse aquella povoação, dava a fre-

guezia uma vacca e se trouxesse filho mais meia vacca.

**Pinheiros.**—Consta que foi natural d'esta freguezia, Domingos da Ponte (*o Gallego*) bravo minhoto, que, pelo seu valor e feitos militares, chegou a ser um dos homens principaes do seu tempo.

Em creança fugiu a seus paes, e andando de terra em terra chegou á Allemanha, onde serviu em um regimento de couraceiros, de que era coronel o infante D. Duarte, e chegou ao posto de alferes, por distincção nos combates.

Acclamado D. João IV, em 1640, o leal portuguez voou á sua patria, fazendo com a maior bravura toda a guerra da acclamação, e chegando ao posto de general de cavallaria, na provincia de Traz-os-Montes. Foi feito fidalgo da casa real e commendador da ordem de Christo.

## MONFORTE

Pequena villa alemtejana, mas que mereceu certa consideração em épocas remotas, visto ter-lhe sido dado voto em côrtes, e outros beneficios mais ou menos importantes.

Pertence Monforte ao districto de Portalegre, d'onde dista 24 kilometros. Fazem parte d'este concelho, além de outras povoações, Assumar, Veiros e Vaamonte, freguezias que não são destituidas de importancia e das quaes nos occupamos mais adiante.

Em si mesmo, Monforte pouco vale. E' de antiga origem, sim, porém a época da sua fundação é ignorada, e bem assim o nome do fundador.

E' a villa cercada de muralhas, e tem seu castello, torre de menagem, e mais quatro torres. As muralhas tem quatro portas. Tudo isto, com as torres, cisternas e quatro baluartes, foi mandado fazer por D. Diniz, pelo anno de 1309.

A povoação assenta em um alto, segundo o uso dos antigos, sempre que queriam fortificar qualquer posição.

Foi conquistada pelo intrepido D. Affonso Henriques em 1139, e por este monarcha cheia de distincções e beneficios.

Os reis da primeira dynastia poderiam dar lições de liberalismo ás novas instituições. E' de vêr com quão paternal carinho attendiam elles ás reclamações do povo, e quanto facilitavam as liberdades individuais.

E como esta ideia nos accudiu aqui não deixaremos de notar a differença que ha entre as actuaes theorias da *soberania do povo*, e as antigas praxes do *absolutismo por graça de Deus*.

Então o rei, ungido do Senhor, representante da magestade celeste, ouvia os queixumes e petições dos seus vassallos, por intermedio do *juiz do povo*, e não se negava a escuta-o, nos paços, no templo, nos passeios, em qualquer logar e occasião que o invocasse a voz popular.

E o monarcha descobria a frente em attenção á dignidade de um povo que não sabia ainda pronunciar as phrases estereis, que tanto lhe tem envaidecido a covardia e inutilisado a força moral.

Não ha em nossos dias quem ouse pronunciar aquelle célebre «*senão, não!*» que fazia curvar a magestade real á magestade nacional.

Annos depois da occupação de Monforte pelos christãos, foi a nova colonia destruida pelas guerras com os serracenos, e contra os ferozes castelhanos. Em 1257 foi outra vez reparada e povoada, por ordem de D. Affonso III. Teve então o seu foral, em que eram sancionados os antigos privilegios e concedidos outros. Este foral encontra-se em o *livro 1.º de doações*, de D. Affonso III, fl. 20, col. 2.ª *in-fine*.

No livro dos foraes novos do Alemtejo, fl. 32, col. 2.ª, acha-se ainda o mesmo foral confirmado nos anteriores privilegios, por D. Manoel.

Monforte tinha voto em côrtes, com assento no duodecimo banco.

E' no termo de Monforte que nasce o rio Aviz. Ha tambem, na distancia de tres kilometros, a torre da Palma, junto da qual existe, desde épocas immemoriaes, uma fonte, cuja celebridade consiste em secar em setembro e rebentar fertilmente em maio. Tem o nome de *fonte da Fornalha*.

Conserva memoria a povoação de um attentado á religião, perpetrado na igreja da Senhora da Graça, orago da freguezia, por um moço de 18 annos.

Foi o caso que Luiz Rodrigues roubou os vasos sagrados do altar do Santissimo, e, depois de comer todas as hostias, evadiu-se com os objectos preciosos.

Para Elvas partiu a procurar venda ao sacrilego roubo, mas não logrou o intento, porque ahi foi preso e enviado para Lisboa.

Corria o anno de 1727, estando portanto em vigor a pena de morte e os tratos. O criminoso, que podia ser simplesmente um desvairado innocente dos proprios actos, foi arrastado no Rocio, preso á cauda de um cavallo, e, depois de soffrer a amputação das mãos, foi garrotado e por fim queimado, tudo isto para *vingar Deus* do sacrilegio que uma creança praticara!

E, no entanto, temos por certo que muito mais offensa fizeram ao Bom Deus os algozes de Luiz Rodrigues, roubando-lhe a vida, do que o miserando réu roubando os vasos sagrados!

Todo o concelho de Monforte é rico de productos cealaliferos e abundante de gado suino. As ribeiras e veios de agua que recortam o solo quaes arterias crystallinas, onde pulsam os globulos da vida agricola, dão-lhe um formoso aspecto e fertilisam as agradáveis campinaes.

O Alemtejo tem, de distancia em distancia, estes caprichos de luxuosas affirmações.

As longas extensões, gémeas dos asiaticos desertos, succedem-se, como compensações da Natureza, alguns verdadeiros oasis, perolas cahidas do collar da clemencia divina.

Proxime da villa ha um castello desmantelado, que foi fundado pelos portuguezes, durante as guerras com os moiros.

E' equêvo do castello e da villa de Aviz.

O brazão d'armas de Monforte consta de escudo branco com tres torres da sua côr, seus corucheos, e encimando-os tres bandeiras brancas, tendo cada uma a sua cruz encarnada.

A mais importante freguezia d'este concelho, sob o ponto de vista historico, é a villa de Veiros. No entanto, os habitantes de todo o concelho são laboriosos e activos, o que constitue verdadeira nobreza.

E se Monforte não tem a relembrar vetustos fastigios, tambem não tem, como tantas outras povoa-

ções, de chorar amaramente sobre as ruínas da propria felicidade.

E enquanto essas, na amargura da decadencia, volvem os olhos ao tempo que mais não revive, Monforte, graciosamente sentada no seu pedestal de viridentes radiações, olha alegremente as vastas planícies, pelas quaes serpenteiam as limpidas correntes, e sente no coração a doçura, a esperança, e orgulho do trabalho!

**Assumar.** — É uma pequena villa, estação do caminho de ferro do léste. Excellentemente situada entre Monforte e Alegrete, occupa um fertil e formoso platô, parecendo ainda hoje orgulhar-se dos grandes privilegios que lhe foram concedidos pelos monarchas da primeira dynastia.

Estes privilegios tornavam os seus moradores dispensados de conduzir dinheiros publicos a qualquer lugar, do pagamento de contribuições para pontes, fontes e calçadas, condução de prezos, e isentos de serviço de mar e terra por si e seus bois.

Em 1288 deu-lhe foral el-rei D. Dimiz, e D. Affonso IV fê-la cercar de muralhas, e mandou construir um castello, como se sabe por uma inscripção que ainda hoje se lê na porta principal da villa.

Diz-se ali:

«Em nome de Deus, amen. Era de 1376 (1332), «se fez este castello em senhorio do mui nobre rei D. Affonso de Portugal, filho do mui nobre rei D. Dimiz.»

Os privilegios concedidos a Assumar, como meios de atracção para os individuos que ali estabelecessem residencia, foram confirmados em 1730, pelo magnanimo D. João V.

Assumar foi cabeça de condado, sendo o seu primeiro conde D. Francisco de Mello, elevado a essa dignidade por Filippe IV.

D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar e marquez de Castello-Novo, foi tambem marquez de Alorna. Este titulo tornou-se mais tarde brilhantissimo pela celebridade de uma dama que na republica das letras conquistou preclara posição. Não ha, de certo, pessoa illustrada que não conheça as obras poeticas da notabilissima marquezia da Alorna.

Esta povoação é de antiquissima origem, e parece ter sido anterior ao dominio romano. No seu tempo era ella conhecida pelo nome de *Septem Arae*.

Em 1701 foram as muralhas minadas pelos castelhanos, ficando, por consequencia, em estado ruinoso. Breve, porém, foram reparados os estragos.

Assumar não é hoje terra de importancia. No entanto, costuma ter uma certa animação e movimento por occasião da sua feira annual, a qual se realisa pelo Santo Antonio.

**Veiros.** — Fica na comarca de Fronteira, affastando-se 138 kilometros ao éste da capital. Esta povoação foi commenda de Aviz, mas não possuiu nunca foral antigo, como tiveram outras povoações em remotas eras.

Veiros tem tambem o seu castello, de fundação romana. Arruinado pelo tempo e pelas continuadas pelejas das épocas antigas, estava em pessimas condições quando o nono mestre da ordem de Aviz, D. Lourenço Affonso, o mandou reedificar. Tinha este castello quatro portas, sete torres, e a torre de menagem ficava ao centro. Tão forte e alta era esta, que se tornou conhecida como uma das principaes que havia nos castellos portuguezes.

De todo o edificio restam apenas destroços, e se podemos ajusar do valor guerreiro que elle disfrutou é pelos restos de algumas torres, e pelas muralhas que ali se conservam como testemunhas severas do tempo de arrojadas preoccupações que o espirito moderno não tem valor para comprehender e menos para imitar.

Não consta, como acima dissemos, que tivesse foral velho. Apenas em tempo de D. Manoel lhe foi concedida essa distincção, como se sabe pelo *livro dos foraes novos do Alemtejo*, fl. 50, col. 2.<sup>a</sup>

A pequena villa de Veiros é fertil e bonita, muito aceiada, como em geral todas as povoações do Alemtejo. Situada em uma imminencia, correm-lhe aos pés as homenagens da famosa ribeira de *Anna Loura*, com as suas perpetuas offerendas de abundante peixe. A pouca distancia, e ainda no seu termo, correm os crystalinos *Almuero* e *Sousel*, pequenos rios que espalham em volta de si as benções da fertilisação.

Conserva-se na praça da villa a antiga *casa da camara*, em frente da qual está o pelourinho, attestando a sua velha e perdida autonomia. Os habitantes da villa de Veiros são alcunhados de *tronchos*. A origem d'esta denominação prende-se a um facto brilhantissimo da nossa historia, e é para elles em extremo honrosa e memoranda.

A palavra tronchar, muito vulgar em tempo antigo, e ainda hoje usada nas provincias do norte, significa— *cortado rente*.

Vamos, porém, á causa da alcunha dos veirenses.

Corria o anno de 1663 e ainda não eram concluidas as pugnas aguerridas entre Portugal e Castella. Philippe IV não podia soffrear o odio que o devorava. Desde 1640 que a peninsula estava em terriveis circunstancias, sem que de tantas batalhas se obtivesse a solução derradeira.

A's rancorosas sanhas dos castelhanos respondia a heroicidade sublime das luzas hostes.

Entre os encarniçados inimigos de Portugal contava-se um filho natural do tyranno de Castella, por nome D. João d'Austria, destemido no mal fazer, mas sem animo para medir-se lealmente com o valor dos luzos. Era general, mas tambem era *carrasco de facto e vocação*.

A 8 de junho d'esse anno feriu-se a gloriosa batalha do Ameixial, em que os portuguezes derrotaram o exercito inimigo, como tantas vezes tinham feito.

D. João d'Austria, vencido, desorientado, mas sedento do sangue da nação heroica, fugiu, vendo debandar parte dos seus batalhões, e assim chegou perto de Veiros.

Os valentes portuguezes oppozeram-se á sua passagem, não obstante o diminuto numero de gente que tinham. Encolerisado o brutal castelhano, intimou-os para que se rendessem, mas os nossos, fracos em numero e fortes em brios, responderam-lhe que antes morreriam abraçados ás ruínas da sua terra, do que vivos deshonrariam o nome portuguez.

O covarde general vendo que os seus soldados eram em muito mais quantidade do que os defensores da villa, e sabendo que não estavam elles em termos de sustentar combate, por lhes faltarem munições de guerra e alimentos, fez-se forte e carregou sobre a indefeza povoação.

(Conclue no proximo numero).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1,000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 46

## MONFORTE

(Concluido do numero antecedente)

Breve foi a lucta, mas os herdeiros do valor do grande Viriato não recuaram nem se entregaram. Conhecendo que impossivel era a defeza, deixaram-se matar, e ás suas mulheres e filhos; porém, não destruíram a patria, que com orgulho os acolheu em sua piedosa entranha.

Apenas os miseraveis viram que não tinham em sua frente mais do que cadaveres, entraram na villa, fazendo gala em esmagar sob os pés os restos d'aquelle nucleo de heroes, alguns dos quaes arquejavam ainda nas derradeiras ancias! Tomados da epilepsia do crime, os infames mutilaram as poucas mulheres que havia com vida, cortando-lhe as orelhas e amputando pedaços do corpo ás miseras creancinhas que as mães apavoradas aconchegavam do palpitante coração.

E, concluido este horrroso attentado, lançaram fogo aos principaes edificios, destruindo o archivo da camara, saquearam a villa e fizeram ir pelos ares a torre de menagem, n'uma explosão de polvora.

Foi em consequencia das mutilações que os carascos de Castella lhes fizeram que os veirenses teem a alcunha de *tronchos*, alcunha que faz recordar a espantosa energia, a excepcional bravura d'aquelle punhado de martyres.

Ah! filhos de Veiros!

Quanto deveis ser orgulhosos da vossa pequenina terra, tão grande em magnitudo de patrióticos heroísmos!

Eram alcaides-móres de Veiros os commendadores da ordem militar de Aviz, e no castello da mesma villa nasceu em 1370 o infante D. Affonso, filho natural de D. João I, de gloriosa memoria.

Foi este D. Affonso o primeiro duque de Bragança, e era nono conde de Barcellos.

Este foi o ponto de partida para a familia brigantina. D. João, mestre de Aviz, era filho illegitimo de Pedro. O monarcha rigido não foi tão leal quanto se diz, á memoria de D. Ignez de Castro, de quem as... *filhas do Mondago choravam a morte escura*, porquanto dos seus amores com uma tal Thereza Lourenço nasceu o varão, que foi o verdadeiro redemptor do paiz, levado á beira do precipicio pelo desequilibrio cerebral do formoso Fernando I.

Foi durante uma pequena estação em Veiros que o nobre mancebo se enamorou de Ignez Peres, formosa rapariga sem fortuna nem posição.

A linhagem d'esta é muito obscuramente conhecida, porque a historia não tem tido o preciso desassombro e independencia em nos elucidar ácerca da origem genealogica da casa de Bragança.

O que é, porém, incontestavel é que Ignez Peres não possuia pergaminhos nobiliarchicos, nem aprimorada educação. No entanto, o moço mestre de Aviz apaixonou-se por ella, e apesar da severidade de Pero Esteves, pae da gentil moça, fel-a sua amante, importando-se pouco que a bella tivesse laivos de judia ou ressaibos plebeus.

D'esta união resultaram dois filhos, que foram D. Affonso e D. Nuno Alvares Pereira. O primeiro matrimoniou-se com a herdeira do condado de Barcellos,

e o segundo encheu o mundo com a fama das suas preclaras acções e immortalizou-se sob o nome de condestavel do reino.

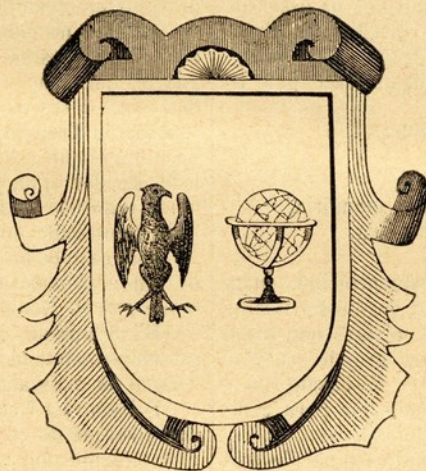
Com o correr dos annos, D. João enfatiou-se da amante e deu-a de presente a Deus, fazendo-a commendadeira de Santos. Era este o habito dos grandes principes. Para elles as primicias da juventude, e os encantos da formosura; para Deus... *os ossos do officio*.

Dos dois irmãos de Ignez nada consta de notavel. Já não é assim do pae, o qual, cheio de vergonha pela deshonra da filha, deixou crescer as barbas a ponto de ficar conhecido pelo cognome de *Barbadão*.

Pelo enlace matrimonial ficou D. Affonso nono conde de Barcellos. Teve ainda Ignez Peres uma filha, que desposou um titular inglez—o conde de Arondel.

De então por deante a familia foi-se afidalgando sempre pelos enlaces, e expurgando os vicios da origem pela educação e pelas honrarias.

Foi o principe D. Affonso um modelo de virtudes civicas, razão porque era estremecido por seu valoroso pae. Na expedição de Ceuta tomou parte em todos os ataques, collocando-se nos pontos de mais perigo, ao lado dos seus brilhantes irmãos, o que lhe mereceu ser armado cavalleiro conjunctamente com elles, por mãos de seu real progenitor. Foi então que D. João I lhe deu por armas as *Quinas*, postas em aspa vermelha, ás quaes os seus descendentes accrescentaram os sete castellos, que são a orla da casa de Bragança. A principio usou D. Affonso estas armas inclinadas, em symbolo de bastardia.



Brazão d'armas de Monsanto

Este príncipe, que foi, como dissemos, o primeiro duque de Bragança, fez construir uns formosos paços em Guimarães, os quaes serviram de morada a sua segunda esposa, quando viuuvou.

Tambem Barcellos lhe deve valiosos beneficios. Foi elle que mandou cercar de muros aquella villa e construir a sua torre. Além d'isto, fundou a collegiada e dessiminou torrentes de bem pelos seus moradores.

Da sua valentia é abonação o heroísmo com que se houve em Africa, e em todas as luctas que houve-mos de sustentar n'aquellas épocas de grandes reivindicações bellicosas.

Em Aljubarrota mostrou-se o preclaro infante digno do nome portuguez, e crêdor da immortalidade historica.

Veio a fallecer este illustre varão em Chaves, nas casas do seu illustre castello, tendo a avançada idade de 91 annos. A elle se deveu a instituição da nobre e preclarissima confraria de S. Thiago, bem como a de S. João Baptista em Chaves.

A primeira sepultura de D. Affonso foi na capella-mór da igreja matriz de Chaves. Nada tinha de notavel, era uma sepultura rasa. Mais tarde foram os seus restos transferidos para o mosteiro de Veiga, por iniciativa de uma filha do infante D. Duarte, D. Catharina, duqueza de Bragança. Esta dama mandou construir um rico mausoléu para receber os restos do exemplar príncipe.

Em 1637 foram de novo removidos os ossos de D. Affonso para a capella-mór da igreja de S. Francisco. E' ali que ficaram desde então, em um elegante e magnifico mausoléu, mandado fazer por D. João IV.

Lê-se n'elle a inscripção seguinte:

Aquí jaz D. Affonso,  
filho de D. João I, de gloriosa memoria,  
primeiro duque de Bragança.

De tantas virtudes apostatou este príncipe, quando se tornou declarado inimigo do desditoso infante D. Pedro, seu proprio irmão! A's intrigas que urdiu com traçozeiro espirito, deve-se, em grande parte, o desgraçado fim que teve o honrado e sensato tio e sogro de D. Affonso V, crime nefando que para sempre ha-de pesar na memoria dos dois algozes.

A villa de Veiros tem um bonito templo de tres naves, o altar-mór é de talha doirada, artisticamente laborado, e em bom estado de conservação.

Tem mais sete altares. Vêem-se ali quatro columnas de estylo dórico, e um vasto côro gradeado de marmore branco.

Varias sepulturas, com inscripções de diferentes épocas, estão no pavimento da igreja. Uma existe ali de 1262, d'onde se deduz a alta antiguidade d'este edificio.

A povoação é bonita e saudavel, porém tem muita carencia de melhoramentos praticos.

No entanto, os veirenses podem, com justiça, orgulhar-se da sua historia — honrados e valentes filhas da altívosa Lusitania!

**Vaiamonte.**—E' uma freguezia pouco popular, mas que tambem possui os seus pergaminhos de antiguidade.

Foi seu primeiro possuidor D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de S. Thiago, e intemerato guerreiro.

Ha de notavel n'esta povoação um oiteiro, junto da igreja, conhecido pelo *oiteiro de Ayamonte*. Diz a tradição ter sido elle uma especie de reducto, d'onde os *maires* sabiam a pelear com os cavalleiros d'Aviz, até que os guerreiros christãos se atiraram a elles com tão grande denodo e athletica energia que a quasi todos deixaram mortos. Narram mais as chronicas que foi em razão do sangue derramado n'essa pugna que o pequeno rio que perto corre tem ainda hoje o nome de *Matança*, por ter ali corrido tanto sangue que durante tres dias só vermelha corria a superficie liquida.

Vaiamonte foi tomada aos infieis por D. Sancho II em 1240, e por elle dada ao seu primeiro possuidor, cujo nome acima démos.

E' fertil esta povoação e está bem situada.

Não se encontrou ali, até ao presente, indicio algum da passagem das aguias romanas. Pobre de tudo, nem uma inscripção possui a atestar-lhe passadas glorias.

## MONSANTO

Valente entre as valentes é esta povoação, contra a qual tão sanguinolentos ataques foram movidos em remotas eras.

Assente no cumiada de um monte asperrimo, parece que a mesma natureza lhe deu fóros de inexpugnável, que ella de resto tem sabido guardar e defender com o desassombro de uma spartana. Em frente do castello de Trebejo, Extremadura hespanhola, ostenta orgulhosamente o seu velho castello, similhante ao leão secular que, já enfraquecido pelos annos, sabe ainda impôr-se ao respeito pelas tradições de um passado scintillante de glorias.

Este castello foi construido em 1239, por iniciativa de um grão-mestre da Ordem dos Templarios, cujo nome era D. Gualdim Paes de Marecos.

E' de antiquissima origem esta villa, que foi longo tempo habitada pelos lusitanos, dos quaes se conservam as mais afamadas e briosas recordações.

Foi em sua frente que as poderosas aguias romanas tiveram de reugar varias vezes, antes de triunphantemente pousarem nas suas torres. Poucas vezes encontraram os invenciveis combatentes dos cezares tão poderoso obstaculo como o que lhe oppozeram os aguerri-dos defensores de Monsanto.

Cento e cincoenta annos antes de Jesus Christo, pouco mais ou menos, no anno de 3854 da era pagã, veio o consul Lucio Emilio pôr cerco a esta povoação.

Numeroso era o exercito inimigo, bem disciplinados os seus soldados e afeitos aos mais arrojados combates. Como de costume parecia-lhes facil a conquista, e tanto mais quanto certo era que os defensores não contavam elementos fortes de resistencia.

No entanto, os fracos tornaram-se athletas, e o numero era suplantado pela coragem. Sete annos consecutivos levou Roma, a inexpugnável, a perseguir a pequena e desprezenciosa Monsanto, e durante este lapso de tempo nunca a bandeira lusitana prestou homenagem ás azas que se estendiam victoriosas sobre os dois hemispherios.

Emquanto na povoação houve homens válidos, em-

quanto restava um braço para sustentar uma espada, teve de recuar o exercito poderoso dos sítiantes. E só quando os cadaveres tantos eram que com elles podia tapetar-se toda a villa, lograram os romanos entrar na povoação, onde encontraram apenas mulheres chorando na viuvez, orphãos aconchegados-se apavorados das desoladas mães, e velhos alquebrados pelos annos, e semi-mortos pela dôr da perda dos entes mais caros.

Quão nobres são as tradições dos nossos avoengos! Raça valente a dos lusitanos! Era no tempo do grande Viriato, denodado campeão que fez vergar a cerviz dos cezares. Em toda a provincia tinha echoado o brado vingador dos homens arrojados que do *Herminio Maior* haviam proclamado a defeza ou a morte. Vinham as hostes romanas, garbosamente equipadas, bem providas de armas e mantimentos, cheias de orgulhosas pretensões, e seguras da facil victoria. Porém, ao defrontarem com os povos herminios, reconheceram que tinham em frente legiões de colossos, cópias verazes dos legendarios titans. Os inexperientes de planos, os ignorantes da arte bellica, davam aos mestres lição severissima. A vaidade e a cubiça dos cezares sacrificava a fina flôr dos valentes que vinham exhalar os derradeiros alentos pelos alcantilados meandros d'aquella epopeia de granito, que constitue a columna vertebral da peninsula hispanica. Entre as numerosas hostes que de Roma partiam para não mais volverem aos protectores penates, contavam-se os bravos generaes: Quinto Fulvio Nobilior — Marco Atilio — Servio Galba — Scipião Násica — Cayo Calfurnio — Cayo Catínio — Pison Lucio — Quincio Crispino — Tiberio Graccho — Publio Manlio — Lucio Posthumio — Terencio Varro — Marco Manilio — Lucio Mumio — Cneyo Sempronio, Marco Elio, etc.

Como fica acima exposto, os habitantes de Monsanto não foram os que menor danno fizeram ás forças inimigas, antes se distinguiram brilhantemente no campo da batalha.

Vendo Roma, que as perdas lhe não aconselhavam a prolongação da guerra com os lusitanos, por isso que d'ellas não conseguia resultado, que podesse animar os seus soldados; vendo mais que o desanimo se desenhava no espirito dos seus generaes, sempre que nova expedição era ordenada, resolveu adoptar um plano perfido, infamissimo, mas de seguro resultado para os seus fins conquistadores.

Para pôr em execução o fim nefario foi encarregado o general Galba. Tomou este sobre si tão deshonrosa missão, e propôz aos lusitanos um convenio. Iludidos estes na sua lealdade, dirigiram-se ao sitio aprazado com a confiança propria das grandes almas, e das grandes valentias. Frente a frente com o inimigo defendiam-se como leões, mas agora que tinham de entender-se em outro campo, agora que lhes propunham um convenio, que elles acceitariam ou não segundo as bases da proposta, iam armados com a nobreza do seu character, e sem mais julgarem necessaria outra couraça ou armaduras.

Den-se então um facto que para sempre ennoçou as aguias romanas. O infame Galba, vendo-os assim desarmados, cerca-os, prostra-os e manda degolar nove mil d'esses heroes, a quem só a traição pôde vencer.

Como Viriato vingou os martyres da liberdade dil-o a historia—da mais terrivel maneira. Se até aquella data elle era temido pelo exercito romano,

depois da traiçoeira hecatombe tornou-se um déva vingador. Tal foi a sua acção destructora, tão extraordinaria a valentia que desenvolveu, que os herminios se tornaram terrorosos para as brilhantes legiões que que em Africa e Asia fizeram o assombro da historia.

Tal é a historia antiga da Lusitania, de que fez honrosa parte a heroica e destemida villa de Monsanto.

Pela sua posição topographica e abundancia de agua nativa, Monsanto pôde sustentar bastante tempo um estado de sitio; foi outr'ora praça forte, e o seu castello não é dos que mais desmantelados se acham. Por muitas vezes foi reparado, até que cahiu no abandono a que se teem votado todos os meios de segurança que possuimos.

A origem do nome d'esta villa tem varias interpretações. Querem uns que fosse primitivamente *Mons Sacrus*, que é a traducção latina do nome actual. Outros opinam que D. Sancho lhe deu o nome de *Monte Sagro*, nome que mais tarde foi corrompido em *Monte Sancho*, e pelo decorrer dos annos ficou transformado em *Monsanto*.

Questão é esta essencialmente secundaria para que se deva insistir n'ella.

O que é sabido é que desde os primeiros annos da monarchia portugueza foi esta povoação tida em conceito elevado, pois o seu primeiro foral houve-o da munificencia de D. Affonso Henriques, e data de 1174.

D. Sancho I confirmou este privilegio no anno de 1190, e o mesmo fez o filho d'este sensato monarcha, o rei D. Affonso II, em 1217, o que tudo stá consignado no maço 12 de Foraes Antigos n.º 3, fl. 3 v., col. 2.ª — Livro de Foraes antigos, de leitura nova, fl. 34 v., col. 2.ª

Por D. Manoel foi elevada á cathegoria de villa, e este monarcha lhe deu tambem novo foral, em 1 de junho de 1510. Livro dos Foraes Novos, da Beira, fl. 7 v., col. 1.ª

Quasi todas, senão todas as nossas villas, cidades e ainda algumas povoações de menor monta, teem origem nobre e assignaladas são na historia por assombrosos feitos.

E' por isso que os portuguezes, herdeiros dos lusitanos, podem com justiça considerar-se fidalgos de sangue.

Houve em Monsanto um homem, cujas virtudes ficaram immorredouramente conhecidas. Chamava-se elle Amador e tem as honras de santidade, conservando os devotos os ossos do virtuoso varão em um cofre, dentro de uma capella que está no sopé do monte, a que dão o nome de Capella de S. Pedro de — Vir-a-corça.

E' muito antigo este mesquinho edificio, e tanto que se ignora quem foi o seu fundador. No entanto, ahí afflue grande numero de crentes de varias povoações, e principalmente de Idanha-a-Velha, já isoladamente, já em caravanas deromeiros.

Diz a tradição que em época affastadissima honye no sitio da capella um anacorêta, cujas virtudes foram afamadas em todos os arredores. Um dia o santo varão encontrou uma creança abandonada entre os matos e comsigo a levou para o eremiterio. Uma corça que por ali divagava foi domesticada por elle, e tão mansa se tornou que do seu leite pôde crear-se o pequenino sêr, salvo pelo religioso solitario.

Cresceu a creança, que era um menino, e tornou-

se digno do affecto do humanitario protector seu. Santo Amador, que este era o eremita, possuia vasta illustração e bons principios philosophicos; n'estes educou o filho do seu espirito, fazendo d'elle um homem de bem.

Attingindo a idade de pensar e de escolher o lugar que podia e devia occupar na sociedade, determinou o mancebo abraçar a carreira ecclesiastica, e ouviu o sábio conselho do seu amigo assim fez.

Uma vez apto para por si mesmo se dirigir, não se apartou d'aquelle a quem devia vida, honra e saber, antes lhe foi grato e exemplar amigo.

Foi de seus braços que o venerando ancião desprende o vôo eterno, e foi a sua voz que lhe derramou no coração as derradeiras góttas do orvalho celeste da esperança. Amador cerrou os olhos, vendo ainda em sua alma o olhar velado de lagrimas do filho adoptivo, que tão bem correspondia aos seus anhelos.

Não sabemos até que ponto o mysticismo enfloraria a lenda, mas seja como fôr ha n'esta narrativa uma lição de moral que tem scintillações de poesia divina.

Um sapiente varão, Miguel Freire Machado, que foi prior da freguezia de S. Miguel em Monsanto, deixou uma obra datada de 1640, denominada *Vida de Santo Amador*.

Durante as guerras da independencia foi esta villa theatro de varias escaramuças, o que não é de admirar pela sua proximidade da fronteira hespanhola.

Pelo anno de 1638 teve de fazer face a um cerco que lhe pôz D. Luiz de Haro, primeiro ministro de Philippe IV.

D'estas, como de outras muitas batalhas, sahín vergonhosamente o leão castelhanos. Os defensores da patria, em Monsanto, bateram valentemente os soldados inimigos, e D. Luiz de Haro, depois de varias tentativas e de haver sacrificado grande parte dos seus regimentos, teve de retroceder em confusão, enquanto os nossos bravos contavam mais uma victoria.

Este não foi o ultimo acto de heroicidade que nos deram os destemidos filhos de Monsanto. Em 1704 veio um poderoso exercito de castelhanos e francezes, sob o commando de D. Francisco Ronquillos, dar combate á guarnição militar da praça.

Sabiu-lhes, porém, á fiente o marquez das Minas, com um punhado de combatentes, e breve ficaram derrotados os ambiciosos soldados do terrivel Philippe. Grande mortandade e destroço fizeram os nossos no exercito contrario, enquanto as perdas soffridas pelos portuguezes foram mui pouco consideraveis em vista das que elles tiveram.

Dos portuguezes houve cincoenta entre feridos e mortos. Os castelhanos contaram trezentos e tantos mortos, mais de 150 feridos e prisioneiros, e perderam ignominiosamente seis bandeiras, todas as bagagens, barracas de campanha, armas e material de guerra, tudo, enfim, quanto levavam.

Os habitantes d'esta villa são, como se vê, de rija tempera.

Tem a coragem por herança, e jámais d'ella negaram. Nunca se deixaram elles vencer pelo numero ou força bruta dos adversarios. Tendo adoptado por lema — vencer ou morrer, caminhavam para a arena da lucta contando com a morte como se fosse um dever imposto pela patria e pela honra.

As armas da villa de Monsanto eram uma aguia,

antigamente, talvez por determinação dos romanos. A esta ajuntou D. Manoel a esphera, emblema que havia adoptado, como symbolo das grandiosas conquistas oceanicas.

Pertenceu esta povoação outr'ora aos Templarios, por doação de D. Affonso Henriques, confirmada por seu filho D. Sancho.

Ha ali uma imagem da Virgem do Castello tão antiga, que se diz ser mandada fazer por D. Gualdim, quando mandou construir o castello. Tem a imagem uma esplendida vestimenta de setim branco, todo bordado a oiro, e ricamente franjado, com preciosos ramos e opulentas alcachofras, tudo do mais subido valor. Este magnifico presente foi enviado da Índia por um tal Fernão Lopes, que, em vista de uma horrorosa tormenta, fez um voto á Senhora do Castello de Monsanto.

Em cumprimento d'esta promessa mandou, pois, o naufrago miraculosamente salvo, o riquissimo fato á padroeira que invocára, e mais um esplendido frontal, pannos do pulpito e da estante, cazullo, calix com seu véu e bolsa, galhetas e toalhas para o altar, com guarnições e palhetas de oiro.

E' a imagem muito venerada pelos devotos, que desde remotas eras a invocam em todas as calamidades.

Foi Monsanto concelho até 1853, em que o supprimiram. Não tem progredido em razão da distancia a que fica dos grandes centros, e da falta de meios de comunicação que durante muitos annos houve entre a villa e outras terras importantes do paiz.

O valor que ella sempre demonstrou deu-lhe, porém, bastante celebridade entre os castelhanos, que, olhando o forte castello, junto ao qual estão dois penedos enormes, semelhantes a sentinellas petrificadas, diziam :

Monsanto, Monsanto,  
Orejas de mullo  
El que te gañar;  
Gañar puede al mundo!

Não ha, que nos pareça, mais eloquente affirmacão da honra e patrioticos sentimentos dos filios d'esta potentosa povoação.

A praça de Monsanto tem uma guarnição de veteranos... quanto devem rir-se de nós os estrangeiros que visitam as fortalezas de Portugal!

Fertilissimo é o sólo em todos os productos agricolas, horticolas e fructiferos. Os arrabaldes da povoação, escoregando montanha abaixo por meio da limpila rede de lymphas, são essencialmente pittorescos e lindissimos.

Ainda Monforte podia tornar se importante se os governos entrassem quanto antes na phase da sensatez.

Mas como se ha-de esperar coisa de utilidade publica em um tempo de exclusivo egoismo? Se o verdadeiro sentimento patriotico não estivesse de todo adormecido a praça de Monforte não seria tratada com similhante indifferencismo.

Faltam os grandes homens, morrem as grandes empresas!

Angelina Vidal.

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>A</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 47

## MONSARÁS (REGUENGOS DE)

**E**rgue-se esta povoação na provincia do Alemtejo, sobre um alto cabeço, formado de um grupo de penhascos. A falda oriental d'este monte desce até ao Guadiana. A villa fica a cinco leguas ao sul de Villa Viçosa, e uma ao noroeste da villa de Mourão.

Foi tomada aos mourós, em 1167, por D. Afonso Henriques, que a deu aos templarios. Supprimida esta ordem em 1311, formou desde 1319 até 1834 uma commenda da ordem de Christo.

A memoria mais antiga, que achamos d'esta terra, é que el-rei D. Diniz a mandou povoar pelos annos de 1310, e lhe edificou o castello.

Em quanto as guerras com os nossos vizinhos se succediam umas ás outras com pequenos intervallos, Monsarás era um sitio appetecido e procurado pelos povos d'aquelles contornos, que achavam n'aquella posição fortificada, e quasi inacessivel a tranquillidade e segurança, que se não podia disfructar nos campos. Assim cresceu e prosperou esta villa. Porém logo que vieram tempos mais bonancosos, e que a paz começou a dar alguma garantia de duração, tornou-se incommoda a todos os respeitos aquella vivenda; e os seus moradores foram pouco a pouco desertando d'ali.

A duas leguas de Monsarás para o lado de leste, no meio de dilatadas e ferteis campinas, via-se então uma ermida dedicada a Santo Antonio. Approximava-se ao seu fim o seculo XVII, quando se principiam a edificar algumas pequenas casas em torno da ermida.

No começo do seculo seguinte já era uma aldeia, chamada do Reguengo, com sua igreja parochial, da invocação de Nossa Senhora da Caridade. A fertilidade do terreno, a bella situação do logar, e a industria dos moradores em varios tecidos de lã, ordinarios, e na fabricação de chapéos grossos, fizeram augmentar por tal modo esta aldeia, que em 1838 foi transferida para aqui a cabeça de concelho, que até então se achava em Monsarás. Passados dois annos, por carta régia de 29 de fevereiro de 1840, foi a aldeia de Reguengo elevada á cathegoria de villa, com o nome de *Villa Nova dos Reguengos*.

A historia do engrandecimento d'esta povoação é

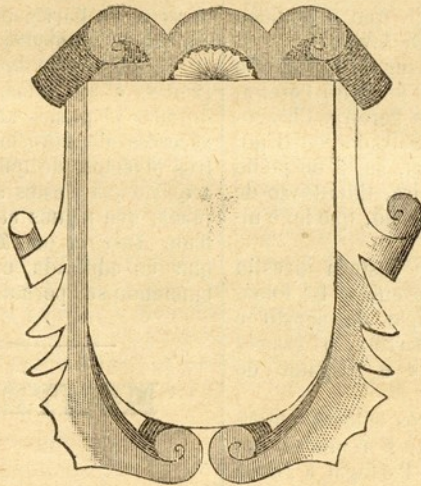
portanto a mesma da decadencia de Monsarás. A expensas d'esta, até certo ponto, tem aquella crescido e prosperado. E d'aqui se tem originado um odio entranhavel entre os habitantes das duas terras.

Monsarás, que teve outr'ora tres parochias, hoje apenas conta uma, que tem a invocação de Santa Maria da Lagôa. A primeira fabrica d'este templo foi obra do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, mas ao presente acha-se amodernada. E' uma igreja espaçosa de tres naves, e com tres portas na frontaria. Entre a porta do meio e a da parte esquerda, entrando no templo, vê-se um grande tumulo de marmore, assente sobre leões. Sobre a tampa está estendida a estatua de um cavalleiro, com um cão deitado aos pés. Na face do mausoleo, qua está voltada para a capella-mór, estão lavradas em relevo quatorze figuras de santos; e na face, que corresponde aos pés do finado, avulta a imagem de um cavalleiro, empunhando um falcão, emquanto outro vóa direito a uma arvore, em que estão poisadas duas aves, para as quaes correm tambem dois cães. Na borda da tampa tem um letreiro gothico, meio apagado, em que apenas se pôde ler, que ali descansa Thomaz Martins, vassallo d'el-rei. No chão, junto a este tumulo, está a sepultura de Martim Silvestre, pae de Thomaz Martins, que morreu em 1371.

Tem a villa de Monsarás casa de misericordia, com um pequeno templo, edificado em frente da matriz, e no qual se vêem dois paineis pintados em madeira, da escola do Grão Vasco.

A villa é cercada de muros, hoje bastante arruinados. O castello ainda se conserva de pé, com as suas torres e muralhas, porém os mais edificios, que encerrava, estão inteiramente derrocados. Das ameias da torre de menagem avistam se em dilatadissimo horizonte as cidades d'Evora e d'Elvas, as villas d'Evora-Monte, de Estremoz, de Mourão, de Alconchel, de Villa Nova del Fresno, d'Olivença, que foi nossa, e agora é de Hespanha, e além d'outras povoações menos importantes, a serra d'Ossa, e outras cordilheiras de montanhas.

Como a villa de Monsarás cresceu muito depois da construcção dos seus muros, achava-se fóra d'elles, como arrabalde, uma parte da povoação. Nos suburbios de Monsarás está o edificio do extincto convento de Nossa Senhora da Orada, que foi de agostinhos descalços, e fica a meia legua da villa.



Brazão d'armas de Monsarás

Em igual distancia corre o Guadiana, apertado entre montes. Na raiz da mesma montanha, em que campeia a villa, ha uma ermida, cuja capella-mór, de fórma oitavada, e de grossa muralha, dizem ter sido templo romano.

Cereaes, algum azeite, muitos montados, em que se cria grande quantidade de porcos, mel e cera, são as principaes produções do termo. Os montes são abundantes de caça, e o Guadiana de peixe.

Monsarás tinha voto nas antigas côrtes com assento no banco decimo-sexto. O seu brasão é um simples escudo de prata. A alcaidaria-mór d'esta villa andava na familia dos Britos Pereiras.

O primeiro que exerceu este emprego foi Fernão Rodrigues de Brito, que procedia de João Rodrigues Pereira, da casa da Taipa, criado e parente de D. Alvaro Gonçalves Pereira, grão-prior do Crato. A este seguiu-se Fernão Rodrigues Pereira, que foi veador de D. Isabel, filha do infante D. Duarte, a qual casou com o duque de Bragança.

Quando D. João II mandou degolar o duque de Bragança, D. Fernando, em 1483, Fernão Rodrigues Pereira temendo igual sorte, fugiu para Castella. Voltando mais tarde a Portugal e trazendo cartas dos filhos do duque D. Fernando para a duqueza sua mãe, receiando que lh'as encontrassem, enguliu-as. No entanto, foi preso por ordem do rei e esteve encarcerado até á aclamação de D. Manoel, que o nomeou camareiro do duque de Bragança, D. Jayme.

A Fernão Rodrigues Pereira se seguiu Christovão de Brito Pereira, Fernão Rodrigues de Brito Pereira, Christovão de Brito Pereira, Fernão Pereira, Christovão de Brito, Fernão Rodrigues, Salvador de Brito, que morreu na batalha do Ameixial, em 8 de junho de 1663. Seguiram-se Fernão Pereira, Christovão de Brito, João de Brito e Salvador de Brito, que foi o ultimo alcaide-mór de Monsarás.

Em julho de 1385, D. João I de Castella investiu o castello de Monsarás, que, desprevenido, foi tomado de surpresa; mas logo no principio de agosto e antes da gloriosa batalha de Aljubarrota, o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira o resgatou do poder dos castelhanos.

Não deve ser ignorado dos nossos leitores que el-rei D. João IV, em 1646, e as côrtes reunidas em Lisboa, tomaram por padroeira de Portugal a Nossa Senhora da Conceição, com o censo annual de 50 cruzados de ouro á sua imagem de Villa Viçosa, o que gostosamente foi accete por todo o reino. Para memorar esta deliberação se mandaram lavrar nas fortalezas e outros logares publicos do nosso paiz muitas inscrições. Monsarás tambem consagrou a eterna memoria de el-rei D. João IV com a seguinte inscrição que existe esculpida em uma pedra sobre a porta chamada da *Villa*:

Aeternitati Sacr.  
Immaculatissimae  
Conceptione Mariae.  
Joan. IV Portugall. Rex  
Una cum generatibus comitiis  
Se et regna sua  
Sub annuo censu tributaria  
Publice vovit.

Não se pôde ler o resto da inscrição, já pela minudeza das letras, já por estarem em parte gastas nelo tempo.

Na antiga povoação de Reguengos appareceu em 1837, no logar do Monte da Azinheira, em um curral de bois, um tumulo romano de marmore branco. Estava tapado com tres lages, collocadas sobre barras de ferro chumbadas. Tinha dentro um esqueleto e á cabeceira um vaso lacrimatorio de vidro. Esta preciosidade archeologica foi vendida pelo seu proprietario á camara municipal do Porto, por 225\$000 réis, e foi para o seu museu Allen em 1867 e ainda hoje ali se conserva.

E' monolithico, de uma só pedra, e está cavado em fórma de banheira, arredondado nas cabeceiras. Está ornado exteriormente de baixos relevos bem esculpidos, com um busto, tambem em baixo relevo, de homem com toga. Tem varias figuras de homens, todas aladas, e uma junta de bois puxando a um arado, a cuja rabiça péga um mancebo que os guia. Contém mais as quatro estações do anno, figuradas por outras tantas mulheres, com os emblemas proprios.

Nas immediações do referido logar do Monte da Azinheira, appareceram outras muitas sepulturas, a maior parte de marmore branco, com ornatos de marmore preto, cobertas de tijolo e cada uma com seu esqueleto e vaso lacrimatorio de barro verde vidrado. Tudo isto foi destruido, sendo a pedra empregada, depois de partida, em fazer paredes!

Tambem ali foram encontradas algumas urnas cinerarias de barro, pedaços de chumbo, em barras e em tubos, e moedas romanas de prata.

Os pégões de arcos, aqueductos, galerias subterraneas, e abobadas, dentro das quaes estavam penduradas pequenas alampadas de barro (terebratulas), alicerces de edificios, mós de moinhos, tijolos e outros objectos, de que ainda ha vestigios, demonstram a existencia n'estes sitios de uma antiga povoação romana, que alguns auctores pretendem que fosse a cidade *Turégia* ou *Taurégia*, a qual apenas se sabe que foi edificada na actual provincia do Alemtejo, ignorando-se, porém, o logar em que teve assento.

## MONTEMÓR-O-NOVO

Como tantas outras povoações portuguezas, Montemór-o-Novo possui pergaminhos de antiga nobreza, pela sua velha origem e pelos privilegios que em remotos seculos lhe concederam os nossos monarchas. Está esta povoação assente sobre tres montes, o que a faz sadia e aprazivel.

Diz a tradição que o nome da formosa villa teve por origem a resposta dada por D. Sancho I quando lhe perguntaram sobre qual dos tres montes determinava que se edificasse o castello: — «No Montemór.» E' possivel que assim fosse, e como outra explicação não ha a tal respeito, admittiremos esta.

O castello está effectivamente no mais elevado monte da povoação. Foi uma das mais fortes e bem construidas fortalezas do paiz, graças á grande attenção e importancia que lhe deu o filho do inexpugnavel fundador da monarchia lusitana.

Anteriormente á construcção do mencionado castello, outro houve, cuja origem se ignora, mas que já no tempo dos arabes existia.

Montemór-o-Novo faz parte do territorio nacional

desde os primeiros dias da nossa autonomia, sem comtudo ser precisamente conhecida a maneira como nos senhareamos d'elle. Sabe-se que em 1203 lhe foi concedido foral por el-rei D. Sancho, e que este lhe foi confirmado em janeiro de 1218 por D. Affonso II.

O mesmo D. Sancho I mandou povoar a villa em 1201, o que prova estar deshabitada áquelle tempo, talvez em consequencia das reiteradas guerras havidas com os mouros, os quaes não davam treguas, por assim dizer-se, aos christãos, seus mais encarniçados inimigos. Como, porém, a povoação nos pertencia n'essa época, evidente é ter sido conquistada por D. Affonso Henriques, não lhe dando este heroe grande importancia. Em 1191 recahiou em poder dos infieis, que d'esta vez se contentaram em saquear e destruir quanto encontraram, abandonando em seguida o montão de ruinas que haviam feito. Deve ter sido este cataclysmo que obrigou os christãos a desertarem da povoação.

A 15 de agosto de 1503, D. Manoel concedeu novo foral a Montemor, com a elevação á cathogoria de villa, e assento no quarto banco em côrtes. Mais lhe deu o titulo de *notavel*, em testemunho de affecto pelos seus moradores.

Em todos os foraes concediam os monarchas grandes e valiosos privilegios, para assim atrahirem familias á povoação, visto a difficuldade que havia em povoar a provincia do Alemtejo, o que ainda em nossos dias tanto prejudica o desenvolvimento agricola d'essa importante porção do territorio nacional.

Nem mesmo se comprehende a animosidade que desde os primeiros tempos da constituição ethica do nosso paiz se manifestou contra esta região. Para ahí precisamente convergiam os cuidados dos primeiros reis, e não pouco sangue custou a conquista d'esta provincia, que, á maneira do Algarve, tão valentemente disputada foi pelos serracenos.

Grandes privilegios, titulos honorificos, visitas régias, isenções captantes da cubica popular, tudo se pôz em acção para desenvolver a população alentejana, sem que o resultado correspondesse á expectativa. E no entanto o Alemtejo tem povoações bem collocadas, algumas em magnificentes locaes, bom ar e rasgados panoramas.

Do desdem votado a esta provincia, resulta a affluencia excessiva de população para o norte do paiz. Assim se observa a cada passo um quadro de mizeria, motivado pelas necessidades chamadas sociologicamente—lucta pela existencia—além, onde os homens são demais para o trabalho, e os productos alimentícios de menos para as familias, enquanto uma vastissima extensão de terrenos está abandonada á mais criminosa incuria!

Caprichos são estes das nevroses sociaes a que não ha explicação logica!

Logo que o castello foi concluido começou a affluir gente para estabelecer-se na sua visinhança. Era este o habito d'aquelles tempos. As construcções de casas amparavam-se á sombra das austeras fortalezas, para se esquivarem aos assaltos de varias ordens de adversarios que ameaçavam a integridade dos lares christãos. Dentro em pouco a povoação espanejava-se ousadamente pelos tres montes, e tão rapidamente se desenvolveu que pelos fins do XIII seculo era já uma terra importante. Foi ahí que se reuniu a numerosa e luzida assembleia, convocada por el-rei D. Diniz quando pretendeu fundar a universidade nacional. Teve lugar

esta imponente reunião em novembro de 1283, e assistiram a ella o D. Prior, secular de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães, o D. Prior de Santa Cruz de Coimbra, o D. Prior de S. Vicente de Fóra de Lisboa, o prior de Santa Maria de Alcaçova, de Santarem, o abbede de Alcobaça, e numerosos parochos. Presidiu aos trabalhos o intelligente e bem-avisado soberano, e ahí se redigiu a petição do beneplacito do pontífice Honorio IV, a fim de levar-se a effeito o civilizador pensamento que tanto honra a D. Diniz.

Provado está que Montemor era então povoação consideradissima, e que contava bastantes recursos, pois de contrario a não escolheria o monarcha para n'ella reunir a sapiente e patriótica assembleia.

Por este facto honrada ficou a graciosa terra, aliás merecedora de taes attenções, como o provou no seculo seguinte por occasião da lucta herculeamente sustentada por Portugal contra Castella.

Quem conhecer, ainda medianamente, a nossa historia durante o ultimo quartel do seculo XIV recorda os desgraçados termos em que ficou a nação, depois do fallecimento de D. Fernando I. A criminosa paixão de Leonor Telles pelo indecoroso conde Andeiro, transformou-se em odio de morte a todos os habitantes de Lisboa. Para satisfação d'esse perfdido sentimento não duvidou chamar o genro de Castella, D. João I, para que este se fizesse proclamar rei de Portugal invocando os seus direitos da corôa como esposo da princeza D. Beatriz, supposta filha do idiotizado D. Fernando.

D. Leonor detestava o mestre de Aviz e para vingar-se d'elle não recuava perante o mais hediondo dos crimes. Em circumstancias talmente anormaes succedeu como sempre: o paiz dividiu-se em dois campos. Terras houve que tomaram o partido da rancorosa rainha viuva, e outras que de alma e coração se offereceram para apoiar a correctá attitule do mestre de Aviz. Algumas povoações não querendo precipitar-se e temendo alguma infamia da parte do castelhano, detiveram-se na expectativa. D'estas fez parte Montemor, que não sabia para onde melhor seria voltar-se. Assim estava indecisa e receiosa, mas com o mais ardente desejo de bem servir a causa da patria, quando o valente D. Nuno Alvares Pereira, que pela fronteira andava a escorraçar o inimigo, fez paragem na povoação. A sua imponente e irreprehensivel individualidade impôz-se logo aos montemorenses, e por tal maneira lhes fallou que immediatamente se pozeram os homens validos ao serviço da autonomia nacional, synthethisada no grande filho de Pedro I, o glorioso mestre de Aviz.

Serenados os espiritos e assegurada a independencia lusitana pela aclamação d'este príncipe heroico, voltaram-se as attenções geraes para os destroços que soffriam as nossas embarcações, e mesmo algumas povoações do nosso litoral, por parte das caravanas de piratas que infestavam os mares.

Não se limitavam os miseraveis a aprisionar os navios mercantes fazendo abordagens contra as quaes não havia meio de vencer, tão bem equipados andavam os navios corsarios, mas levavam o arrojao a ponto de atacarem terras nossas, e a levar innumerous portuguezes como captivos com quem traficavam inhumanamente.

D. João I dispôz-se um dia a castigar os malvados e para este homem resolute e corajoso pensar uma coisa era executal-a sem demora.

Estava ao tempo o grande condestavel em Arraiolos, de onde era conde, e que lhe fôra dada por el-rei em troca das primeiras terras com que o presenteara, e que eram Montemór, Ourem e Extremoz.

Provavelmente o moço rei reconsiderou que não devia fazer presente de Montemór, visto ter sido expressamente determinado nos seus foraes que—*Barones de Montemór non seam em prestamo dados*.

Qualquer que fosse o motivo da troca o que é certo é ter el-rei retirado esta povoação do dominio de D. Nuno, ao qual a dêra depois da grande batalha de Aljubarrota, doando-lhe em seu logar Vidigueira, villa e castello de Monsarás, villa de Frades, villa Alva, villa e castello de Chaves, Villa Ruiva, e o condado de Arraiolos.

D. João I deu ao brilhante condestavel ponto de reunião em Montemór, e ali se dirigiu sem que se presumisse o fim da viagem. Reunidos ambos trataram largamente das coisas da Africa, e assente ficou que dariam severa lição aos piratas africanos.

Com a lealdade amplamente demonstrada offereceu-se desde logo o preclaro amigo do monarcha para ser o primeiro a desembarcar na praça de Ceuta. Concordando D. João determinou-se que o conselho de Estado se reuniria em Torres Vedras. Nesta ultima estancia deliberado ficou que se accomettesse aquella praça africana, e sendo D. Nuno Alvares Pereira o primeiro a fallar, em todos incutiu o santo enthusiasmo que lhe trasbordava do coração.

Os extraordinarios heroismos das armas portuguezas durante o tempo das conquistas oceanicas são de todos sabidos. D. João I, o mais arrojado dos monarchas de todas as dynastias portuguezas, foi tambem um dos homens mais ditosos que tem cingido a corôa. Como rei, teve a seu lado o conselho prudente e a coadjuvação aguerrida do grande condestavel. Como esposo, teve na doce companheira que escolhera a mais virtuosa e dedicada amiga. Bastas vezes foi ella o seu anjo da guarda, e a historia conserva o nome da exemplarissima princeza D. Philippa, cujos conselhos e lucidez de espirito foram inculcados na alma de seus preclarissimos filhos.

E que gloriosos filhos! Um d'elles foi o mais chorado dos monarchas da antiga realeza, o infeliz D. Duarte, tão cedo roubado ao carinho dos seus vasallos. Outro, o infante D. Henrique, foi o arrojado iniciador dos titanicos combates de além-mar, e das victoriosas naumachias que fizeram do nome portuguez o assombro dos dois hemispherios. O outro foi um martyr da patria, um santo que todas as gerações devem venerar, D. Fernando! Quem pôde seu nome pronunciar sem sentir-se repassado de amorosa gratidão! Elle que fez de Ceuta o tumulo da sua mocidade, o sepulchro das suas aspirações, elle que pela patria sacrificou a propria existencia, deve ter perpetuamente o logar de honra no Panthéon das lusitanas glorias!

Com estes filhos, com essa esposa, com esse amigo, e ainda com o sábio conselho de João das Regras, o que não conseguiria o rei valoroso?

Em 14 de agosto de 1415 é tomada de assalto a praça de Ceuta, essa mesma que mais tarde tinha de servir de carcere ao sublime coração do martyr gentil, com cujo generoso sangue se fez o baptismo das oceanicas conquistas.

Por outras vezes ainda foi Montemór escolhido para reunião das potencias dirigentes. Em 1477, por

exemplo, para ali foram convocadas as côrtes geraes, presididas por D. João II. N'estas se legislou sobre 57 capitulos geraes e especiaes, estando presentes os tres estados.

Entre as summidades politicas e ecclesiasticas que na reunião estiveram conta-se o sapiente arcebispo de Braga, que foi residir em casa de um intimo do marquez de Montemór-o-Novo. Este titular, por motivos de *lana caprina*, estimulou-se com o prelado e desconriderou-o de modo tal que este teve de apresentar queixas a el rei, determinando D. João II que o mesmo fidalgo ficasse detido, sob prisão, no seu castello, de onde devia passar ao outro lado do Tejo aguardando as régias ordens.

Vaidoso e perfido o marquez de Montemór-o-Novo longe de acatar as determinações do soberano passa-se a Castello Branco, e leva a infamia a ponto de estabelecer combinações anti-patrioticas com Fernando e Isabel de Castella.

Com dois miseraveis, Tristão Villa Ruel e Affonso Vaz estava tudo combinado contra D. João II. Este, porém, que era muito atilado e fino, desconfiou de alguma trama, e conseguiu subornar Affonso Vaz o qual lhe deu todas as noticias do plano tenebroso.

Conhecedor da meada deixou os seguir a infamissima carreira até ao momento em que lhe aprouve cortar o fio das intrigas. O duque de Bragança, irmão do marquez, e a quem mais aproveitava a astucia, foi preso e decapitado em Evora a 20 de julho de 1483. Pôde eximir-se á terrivel vindicta o criminoso marquez de Montemór, o que obrigou a justiça a executar-o em effigie na praça de Abrantes.

Levado pelo desespero, pela vergonha e quiçá pelo remorso, o marquez suicidou-se, acabando com elle o titulo que tão covardemente deshonrara.

Em uma das vezes que D. João II esteve n'esta villa pretendeu hospedar-se nas cazas do finado duque de Bragança, e mandou alojar os seus cavallos na estrebaria de um fidalgo muito distincto, cujo nome era D. João de Souza.

Avisado este gentil-homem do que se passava indignou-se, e correndo á estrebaria soltou todos os cavallos pertencentes á régia comitiva. Encolerisado o monarcha mandou chamar o fidalgo, e perguntando-o ácerca do que se passára respondeu-lhe o ativo portuguez:

«Porque não queira Deus que V. A. faça da casa de D. João estribaria e da casa de D. Fernando paço».

No animo do rei calou inteiramente a resposta, e muito ficou estimando o destemido fidalgo a quem nomeou seu embaixador em Castella.

D'este fidalgo se contam grandes rasgos de valor, um dos quaes foi o ter cortado de uma assentada a cabeça de um touro, na praça tauromachica, assistindo os reis de Castella a um espectáculo.

A rainha, que o mandára chamar, mandou que soltassem um dos furiosos animâes quando o nobre portuguez atravessou a arena, e assombrada pelo acto que D. João de Souza praticára significou-lhe a admiração de que se possuira, ao que o desassombrado lusitano respondeu serenamente:

«Qualquer portuguez faz outro tanto».

Oh! Grandes heroes das vetustas gerações! Que vergonha seria a vossa se podésseis volver á vida e honvesseis de presenciar a mórbida decadencia dos vossos descendentes!

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 1500 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.º 48

## MONTEMÓR-O-NOVO

(Concluido do numero antecedente)

D. João II, D. Affonso V e o magnanimo D. Manuel mostraram grande predilecção por esta villa, que repetidas vezes visitaram, fazendo hospedagem nos paços dos alcaides-môres, situados no castello.

Quando a peste assolou o paiz e o terror a todos sujeitava convocou D. Manuel para Montemór as côrtes que se reuniram no anno de 1495. Entre varios assumptos que então se trataram tomou el-rei homenagem pela sua subida ao throno. Ahi se deliberou tambem que se proseguisse nas conquistas de além-mar e legislou-se ácerca das taxas relativas aos generos que se vendiam no reino.

Justificaram brilhantemente os montemorenses as sympathias que lhes votaram os monarchas, havendo-se com a maior energia durante as guerras da réstauração.

Em 1580, depois da morte do idiota e senil cardeal D. Henrique, estavam n'esta povoação o conde de Vimioso e D. Diogo de Menezes. A 8 do mez de julho os castelhanos chegaram á villa, e dispostos estavam a arrasar todo o povoado quando os dois fidalgos, reconhecendo que do combate nada resultaria de honroso para as armas portuguezas, partiram para Lisboa acompanhados da sua gente e de duzentos carros de viveres.

No entanto crescia o odio contra os usurpadores, e tanto era o denodo patriótico dos moradores de Montemór, que foram elles dos primeiros a tomar armas contra Castella. Quando D. João IV, seguido do conde de Vimioso e marquez de Ferreira, passou n'esta villa, vindo de Villa Viçosa para Lisboa, os montemorenses acclamaram-no entusiasticamente e delirantemente.

Nas immediações do sólo habitado pelos montemorenses tem sido encontradas varias moedas romanas, amphoras e outros artefactos de argila, cuja proveniencia uns querem que seja romana, outros affirmam ser arabe. Ha quem pretenda ser Montemór a *Castrum Malianum* dos romanos. É possível que assim seja. Pela nossa parte só conhecemos esta povoação desde o anno 93 da era christã, em tempo do imperador Domiciano que ahi fez martyrisar S. Mansos.

A comprovar a alta antiguidade da villa de Mon-

temór, chamada de Montemór-o-Novo—para não ser confundida com a que já existia na antiga Beira—Montemór-o-Velho, houve uma lapide de jaspe na parede exterior da igreja de Nossa Senhora do Bispo. Hoje essa lapide encontra-se embecida na parede de uma casa que defronta com os paços do concelho.

Lê-se ali:

D. M. S.

Memoriæ G. F. calcchisi-

æ. Flam. prov. Lvsit. II

Fil. piissim. et. mar

L. F. Sidoniæ nept.

DVLC. et apon. Lvpiano.

Mar. merent. Fabric.

Qva miser. Mater ivn.

Leonica. Karis svist et sibi.

Além d'este testemunho eloquente ha ainda outros, entre os quaes um cippo que em 1814 foi transferido para o museu Cenaculo. Foi achado proximo da villa, e tinha a seguinte inscripção:

Luriae T. F. bovtiæ

G. Ivlivs L. F. Gal.

Sevrvs vxore sibi

suis qve. F. C.

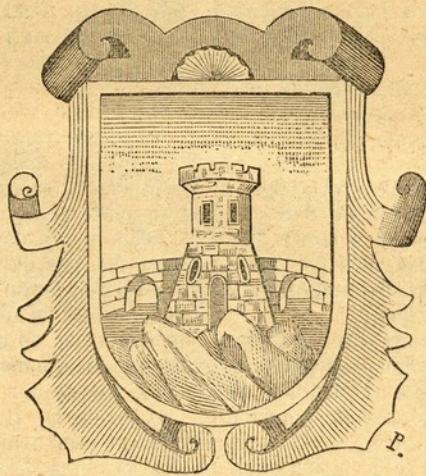
Hoje a villa de Montemór é uma das mais formosas e civilisadoras povoações alem-tejanas, justamente credora do titulo de notavel. As suas armas, são uma torre edificada sobre rochedos, no centro do escudo, e por detraz, em toda a largura, uma ponte, tudo da mesma cor. Por debaixo d'esta ponte vê-se um rio de aguas azues.

Finalmente, a villa de Montemór-o-Novo tende a progredir cada vez mais, graças aos melhoramentos de que tem sido dotada. A excellencia climatica, e a indole civilisada e lhana dos seus moradores fazem d'esta villa uma das mais apraziveis do nosso paiz.

Angelina Vidal.

## MONTEMÓR-O-VELHO

ESTA importante povoação está edificada nas abas de um monte, do qual lhe provém o nome, na margem direita do Mondego, em formosa situação. De um e outro lado do monte se estendem



Brazão d'armas de Montemór-o-Novo

os vastissimos, bellos e feracissimos campos do Mondego. No alto do monte estão as soberbas ruínas do seu nobre e vetusto castello, e d'ali se gosa um delicioso panorama.

Mesmo que não acreditemos na fabulosa antiguidade que lhe dão alguns escriptores portuguezes e castelhanos, que fazem remontar a sua fundação ao anno 2104 do mundo, 1900 antes do nascimento de Jesus Christo, attribuindo-a ao tambem fabuloso Brigo IV, rei das Hespanhas; é certo ser uma das mais antigas povoações da Peninsula Iberica.

Segundo a opinião de varios auctores nacionaes e castelhanos, no tempo do dominio romano era uma cidade de alguma importancia, chamada a *Aledobriga*, *Mirobriga*, como outros escrevem, pois que esta ultima tinha o seu assento aonde hoje vemos S. Thiago de Cacem.

Quando esta villa tornou a cabir no poder dos mouros, em 996, ficou quasi arrasada, e assim esteve algum tempo, até que o mouro Ben-Afalgi a reedificou, com o nome de *Malinense*, convertendo o seu castello na mais temível fortaleza d'aquelle tempo.

Soffreu esta povoação, como todas as da Lusitania, as consequencias das diversas conquistas dos romanos, gôlos e arabes. Estes a occuparam em 716; porém, d'ali a 132 annos (848) D. Ramiro I, de Leão, a resgatou do poder dos mouros.

Era abbade do mosteiro de Lorvão, ou foi então ali posto pelo rei leonez, seu tio, o famoso abbade João, a que seu sobrinho deu o governo do castello de Montemór-o-Velho.

Em breve deu o valoroso abbade evidentes provas de que sabia tão bem contar matinas e laudes, na egreja, como manejar o seu pesado montante nos combates.

Abd-el-Raman, rei ou kalifa de Cordova, investiu o castello d'esta villa, no mesmo anno de 848 com um poderoso exercito; porém, a heroica defeza e bravissima resistencia do abbade e dos seus portuguezes o fez levantar o cerco, para ser derrotado por D. Ramiro I, na gloriosa batalha de *Clavijo*.

Pouco depois se revoltaram contra o rei, os condes Alderêdo e Pinelo. O abbade sahio com parte da sua gente do castello, e os submetten. Marchou na direcção de Vizeu e derrotou os mouros em um rude combate.

Mas, enquanto o abbade João se occupava d'estas expedições, *Garcia Janhes*, renegado, entre os mouros *Zulema*, que tinha sido familiar do abbade João, combinava com o kalifa de Cordova a perda dos christãos da Luzitania.

O kalifa lhe deu um formidavel exercito, com o qual o renegado cahiu inopinadamente sobre Montemór, pondo-lhe um apertadissimo cerco.

A povoação da villa e o abbade e monges de Lorvão, que se tinham posto ao abrigo da fortaleza, resistem com denodo á aggressão; mas a praça estava desprevenida de vitualhas, e a fome principiou a affligir a guarnição.

Então os montemorenses, imitando os heroes de Sagunto, decidiram morrer, matando.

Resolvidos a romper por entre as hostes agarenas, degolaram todas as pessoas das suas familias que os não podiam acompanhar e sahiram decididos a vingar as suas mortes e as dos seus.

Com tal furor, porém, atacaram os mouros desprevenidos, e que não esperavam tamanho arrojamento

dos mouros, que aquelles foram completamente desbaratados. O renegado Garcia e quasi todos os seus ficaram mortos no campo, retirando poucos, na maior desordem e a unhas de cavallo.

Cento e trinta e seis annos se conservou Montemór guarnecida por christãos; porém, em 985, Al-Mansor, kalifa de Cordova, se precipita, como uma *avalanche*, sobre a Lusitania, com um numerosissimo exercito, e conquista e destroe Montemór-o-Velho, Coimbra, Vizeu, Lamego, Braga e outras muitas povoações, reduzindo esta parte da peninsula quasi a um deserto alagado em sangue.

D'ali a 13 annos (998) o mesmo kalifa, que se cognominava *aqueite de Deus*, investe de novo a Lusitania, entrando pela Galliza. O valoroso conde D. Forjaz Vermoiz, progenitor dos condes da Feira, e de muitas das mais nobres familias portuguezas, se oppoz á invasão do mouro e, fazendo o perigo unir os principes christãos D. Bermudo, rei de Navarra, e o conde D. Garcia Fernandes, unidos a D. Forjaz, esperaram os mouros no sitio de Alcantanador, junto a Osma, e os desbarataram ficando perigosamente ferido Al-Mansor.

Montemór continuava sendo uma formidavel fortaleza mourisca, e os arabes d'aqui faziam assoladoras correrias pelas povoações e campos circumferentes, crescendo as suas crueldades, exasperadas pela perda de Coimbra em 1040.

Então D. Fernando I, o Magno, rei de Leão e Castella, resolveu a todo o custo destruir a temerosa praça de Montemór, e atacando-a inopinadamente, a toma de assalto, com grandes perdas dos christãos e quasi total dos mouros.

Para que esta fortaleza não continuasse a ser o paladium dos mahometanos, o rei a faz arrazar até aos fundamentos, bem como á povoação, não ficando pedra sobre pedra.

Pelos annos de 1088, reinando em Castella D. Affonso VI, pae da rainha D. Thereza e avô do nosso primeiro rei, foram o castello e villa de Montemór reedificados, e povoados e defendidos por christãos, por diligencias do conde D. Raymundo de Borgonha, genro de D. Affonso VI, e pelo famoso conde D. Sisanando, governador de Coimbra.

O conde D. Henrique e seu filho, D. Affonso I, cuidaram com a maior sollicitude da reedificação de todas as obras de defeza d'esta praça, ampliando-as e construindo outras de novo, porque estando os arabes ainda senhores de quasi toda a Extremadura portugueza, era Montemór-o-Velho um posto avançado dos portuguezes, e por muitas occasiões foi a salvaguarda de Coimbra, nas diferentes entradas que os mouros fizeram por estas terras, desejosos de recuperarem a sua querida cidade.

Quando o abbade João, tio de D. Ramiro I, de Leão, e os montemorenses venceram e derrotaram os mouros de Al-Mançor, que sitiavam a villa, como fica dito, instituiu o mesmo abbade, em commemoração d'esta milagrosa façanha, a festa de Nossa Senhora da Victoria, a que vulgarmente se dava o nome de *festa do abbade João*.

D. João V, para auctorisar e perpetuar esta patriótica solemnidade, expediu uma provisão régia, que, por ser curiosa, a transcrevemos. E' a seguinte:

«D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, etc.

Faço saber, a vós, juiz de fóra, vereadores e procurador da camara da villa de Montemór-o-Velho, que se viu a vossa conta, em que me representantes que os moradores d'esta villa celebravam todos os annos o portentoso milagre, que obrára com os seus maiores, a Santissima Mãe de Deus, com o titulo da Victoria; pois, sendo degolados, pela direcção do abba-de João, tio de el-rei D. Ramiro, todos os velhos, mulheres e meninos por não cahirem nas mãos dos mouros que tinham cercado o castello d'essa mesma villa, antes dos catholicos que defendiam o castello sabirem a pelejar com os barbaros, alcançando d'estes um maravilhoso triumpho, acharam depois da batalha ressuscitadas todas as pessoas que tinham degolado, conservando-se na garganta o signal das feridas, que se continuaram muitos tempos, em algumas familias d'essa villa, e, de todo o referido houvera sempre uma tradição immemorial, continuada successivamente de paes a filhos; por cujo motivo, não só se repetia a dez de agosto a memoria d'estes prodigios; porém, esta Soberana Virgem, era protectora a quem

essa mesma villa recorria em todas as suas necessidades, nas quaes havia mostrado muitas vezes o seu poder, e a piedade do seu soberano patrocínio, e que estas patentes e sagradas circumstancias persuadiram muitas pessoas d'essa villa, a que todos tomassem por padroeira d'ella, a Senhora da Victoria; e assim o requereram a essa camara e que esta a festejasse com esse titulo, e fizessem numerar esta festa entre as suas: por cuja razão vos resolvereis a convocar toda a nobreza e povo, que todos uniformemente proclamaram que fosse a mesma Senhora da Victoria a sua padroeira, de que se fizera o termo que remetteis. E, para que este tivesse toda a validade precisa, esperaveis que Eu fosse servido mandal-o observar. E, visto o mais que referistes, e o que constou, por informação do provedor da comarca de Coimbra, e resposta do procurador da minha corôa, a quem se deu vista, e não teve duvida.

—Hei por bem, e vos mando, que observeis o termo de aclamação, que fizestes com a nobreza do povo d'essa villa, para que a Virgem Nossa Senhora, com o titulo da Victoria, seja padroeira d'ella; e que numereis a sua festa entre as mais d'essa camara, para ficar perpetua a memoria d'este prodigio.

Cumpri-o assim, e esta provisão fareis registrar nos livros da camara, para a todo o tempo constar que assim o Houve por bem. El-rei Nosso Senhor, o mandou, pelos doutores Manoel Gomes de Carvalho e Fernando Pires Mourão, ambos do seu conselho, e seus desembargadores do paço. — Manoel Ferreira Serrão a fez, em Lisboa, a 20 de dezembro de 1746 annos.—José Galvão de Castello-Branco, a fez escrever.—Fernando Pires Mourão—Manoel Gomes de Carvalho.—Por despacho do desembargo do paço, de 49 de dezembro de 1746.»

A egreja dos Anjos é o melhor templo da villa. E' de *architectura manuelina*; porém, está degenerada com as reparações, accrescentes e ornatos de estylo da renascença, e de pessimo gosto.

Em uma lapide, na capella de Nossa Senhora da Piedade, d'esta egreja, está gravada uma celebre sentença da inquisição, conjuncta com o epitaphio de D. Margarida de Mello Perestrello.

D'esta inscripção consta que sendo esta senhora accusada de heresia, á inquisição de Coimbra, fóra presa nos carcerees do *santo officio*, no anno de 1666, e ali foi conservada 17 annos, até que falleceu no mesmo carcere, em 1683.

Depois da sua morte, e não tendo podido n'aquelles 17 annos de supplicio, acharem culpabilidade n'esta infeliz, se resolveram os inquisidores a declaral-a innocente! Passaram então a tal sentença, pela qual «absolvem a ré e declaram que a seus ossos se pôde dar sepultura ecclesiastica, e offerecer a Deus, «por sua alma, os sacrificios e suffragios da egreja; e «mandam que esta sentença se leia na sala da in-

«sição, e depois se publique «na parochial egreja da villa «de Montemór-o-Velho, d'onde «a ré era fregueza, na estação «conventual, para que venha a «noticia de todos; e lhe seja «levantado o sequestro, que «em seus bens se lhe havia «feito, e D'ELLES SE PAGUEM «AS CUSTAS.»

Está n'esta egreja o bello tumulto do celebre Diogo da Azambuja, escondido atraz do altar-mór, do lado do Evangelho. E' tambem de *architectura manuelina*, de graciosa fôrma e com primorosos lavores.

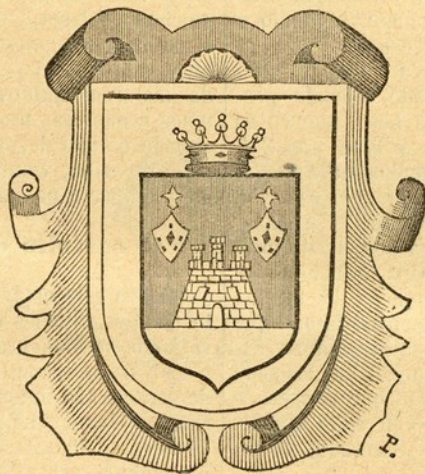
Sobre a tampa está deitada a estatua d'este nobre cavalleiro, representado em trajos de guerreiro, com armas brancas.

Tem esta inscripção gravada na frente do mausoleu :

Aqui ias Diogvo Dazambvia, do Conselho del Rei, Cavalleiro da Ordem Davis, Commendador da Cabeça de Vida e Alter Pedroso, o qual, nas gveras de Castella, por El Rei Dom Afonso, tomov aos castelhanos a vila dAlegrete, onde lhe quebraran va perna, e fez o castello de Sam Jorge da Mina, e svygov toda aquella terra, e fez o castello real em Africa, e tomov a cidade de Cafim aos movros, per sva soo indvstria e valentia, e asi fez ovtras mvtas covsas dinas de memoria e lovvor, em tempo dos Reis Dom Afonso e Dom Joam, o segvndo, e Dom Manvel, o primeiro, como em svas chronicas se pode ver; e fez este Mosteiro de Nossa Senhora dos Anios.

Faleceo de 86 annos, dia de Nossa Senhora d'Agosto, da era de 1518.

Montemór-o-Velho é patria do nosso poeta Jorge de Montemór, tão celebrado em Portugal no reinado de D. João III, e na Hespanha, onde viveu muitos an-



Brazão d'armas de Montemór-o-Velho

nos estimado e favorecido de toda a côrte. As suas poesias obtiveram tal acolhimento, que o livro d'ellas que intitulou *Dianna*, em que cantava os seus amores com uma certa dama de muita belleza, teve cinco edições em vida do auctor.

Jorge de Montemór andava compondo um poema do descobrimento da India, quando falleceu no anno de 1551.

O brazão d'armas da villa é um castello d'ouro em campo vermelho e sobre elle o escudo das quinas reaes. E' assim que se acha no livro dos brazões, que se guarda na Torre do Tombo.

Existiu n'esta villa um convento de frades beneditinos, que foi fundado pelo abbade João no seculo IX. Ignora-se quando deixou de existir.

Não se pôde tratar d'este mosteiro, sem se falar do famoso abbade João.

D. João, nobre cavalleiro leonez, era filho natural de D. Fruella I, e irmão de D. Bermudo, o *diacono*, e de D. Affonso, o *catholico*; e tio de D. Ramiro I.

Cançado de seguir a côrte dos reis de Leão, e dos exercícios da guerra, se retirou ao mosteiro de Lorvão, vestindo ali o habito de monge, seguindo a regra de S. Bento, que n'elle se professava.

Tantos exemplos deu de cordura e virtude, que, na primeira vacatura, foi eleito abbade, estando presente seu sobrinho, D. Ramiro I de Leão, que então estava em Portugal, fazendo guerra a *Mahomad-Cid*, senhor de Gaia, e a *Muley-Achem*, senhor de Agueda.

O rei, vendo a summa pobreza em que estava o mosteiro, causada pelas continuas correrias e exações dos mouros, lhe fez uma larga doação, de muitas possessões, e entre ellas, esta villa, com todos os seus direitos e pertenças, sob a condição de ter no castello a guarnição sufficiente para sua defesa; o que os monges tiveram sempre o cuidado de cumprir.

O proprio D. João, o abbade, com alguns dos seus monges, se passou para este castello, que proven de soldados, armas e mantimentos, e fazendo alcaide-mór da fortaleza a seu sobrinho, D. Bermudo, bravo guerreiro d'aquelles tempos.

Foi então que o abbade tratou de edificar ali um mosteiro da sua ordem no sitio onde havia uma antiga capella de Santa Maria que foi demolida, para se edificar a igreja do mosteiro, para onde foi a santa imagem, que ficou sendo padroeira do convento.

Entre os familiares do abbade, havia um, chamado *Garcia Junhes*, creado desde menino (não se sabia de quem era filho) pelo mesmo abbade, que o tinha encheido de beneficios e distincções. Foi uma vibora que em seu seio acalentou; porque o ingrato, se passou aos mouros, e renegando da fé de Christo, tomou o nome arabe de *Zulema* ou *Zulcimão* e fez aos christãos a crua guerra que já referimos.

Zulema, tinha tão estreitamente cercado o castello de Montemór, que em balde Theodomiro, abbade de Lorvão, tentou reforçal-o com tropas e provel-o com mantimentos.

Foi n'esta triste conjunctura que os cercados resolveram imitar os sanguntinos.

Queimaram todas as suas riquezas, e tiraram a vida a todos que por seu sexo ou idade não podessem combater.

O abbade João, deu o exemplo, lançando o fogo a tudo quanto tinha, e degolando sua irmã, D. Uraca, mãe do alcaide D. Bermudo, e a seus filhos que ainda eram creanças.

Fez este espantoso sacrificio, em uma madrugada, depois de se confessarem e commungarem, tanto as victimas como os sacrificadores.

Era o abbade João, de avançada idade, quando este acto de patriótica desesperação teve logar, mas de grandes forças, correspondentes ao colossal das suas fôrmas; e por onde o seu terrivel e pesado montante era brandido, ficava uma zona de sangue e cadaveres mouriscos.

Na maior furia do combate, avistou João, o traidor Garcia, que com palavras e exemplos animava os mouros, foi direito a elle, por entre uma multidão de infieis, e de um só golpe o degolou.

Foi então que os mouros, aterrados, trataram de fugir; porém poucos escaparam á geral carnificina; porque, tendo construido pontes de madeira em varias partes do Mondego, para irem forragear á parte opposta, dos que por elles fugiam, muitos morreram afogados, por terem as pontes quebrado com o seu peso.

Os restos d'este grande exercito que poderam escapar ao ferro dos christãos, ou ás aguas do Mondego, fugiam desordenadamente; mas o abbade e os seus os perseguiram por espaço de quatro léguas, mettendo-se em uns pantanos, onde os christãos ainda mataram muitos. D'aqui poderam metter-se em umas espantosas brenhas, chamadas *Alcoubas*, onde o abbade os não deixou perseguir, não só pela aspeira do sitio, como pelo cansaço da sua gente, que fez acampar e passar a noite em uma planicie.

### O castello de Montemór-o-Velho

Sobre este notavel castello escreve o dr. Augusto Mendes Simões de Castro, no *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores*, o seguinte:

«E' raro encontrar-se em Portugal uma fortaleza de aspecto tão imponente como esta castello, com as suas ameias e cubellos, cingidos de espessa ramagem de heras a contrastar com a côr denegrida e tsnada de pedras carcomidas, e mostrando ainda nas pittorescas ruinas, a que está reduzido, a formosura e robustez da sua construcção.

Para os effeitos estrategicos que requeria a arte militar de outras eras, nenhuma fortaleza podia estar melhor situada. O monte, sobre que campeia, ergue-se abrupto, no meio das extensas planicies do Mondego, e as suas vertentes descem quasi aprumadas para todos os lados. D'esta maneira, a villa, encostada ao velho alcaçar ficava, bem guardada e defendida, á sua sombra protectora.

Das ruinas do castello, gosa-se um esplendido panorama. Ao longe, os vastos e fertes campos do Mondego, bordados de pittorescas collinas, onde alvejam, quasi sem interrupção, mil casaes, palacetes, pequenas e grandes povoações, e, á frente de todas, a rissonha Coimbra; aqui o poetico e formoso rio, com as longas orlas de salgueiros, choupos e chorões, acurvados graciosamente sobre as suas aguas crystalinas; e a nossos pés a povoação, edificada á maneira de throno, servindo-lhe o logar em que estamos como de ultimo degráu. Fôrma tudo isto um quadro magestoso e formosissimo, que faz deter ali o espectador por longo tempo.»

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa - Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup> - Lisboa.

NUM.º 49

## MOURA

**E**a villa de Moura uma das praças de guerra da fronteira do Alemtejo. Está situada em terreno elevado e accidentado, ao qual cercam por todos os lados extensas planicies. A meia legua para este corre o Guadiana. Banham-lhe os muros as ribeiras de Brenhas, e de Lavandeira, que pagam tributo ao rio Ardila, como este o paga ao Guadiana. Distta quatro leguas ao nornordeste de Serpa, e sete ésnordeste da cidade de Beja.

A origem d'esta povoação perde-se na escuridão dos tempos. Para não referirmos as fabulas, que a este respeito contam alguns auctores, buscaremos para ponto de partida as noticias mais certas, que se encontram sobre a antiguidade d'esta terra.

De varias lapidas e cippos romanos, que se tem achado dentro da villa, e nos seus arredores (1), consta que ali existira a cidade de *Aruccitana*, ou *Arucia a Nova* para differença de outra do mesmo nome. situada na Serra Morena. No tempo do imperador Trajano era uma cidade mui nomeada e importante. Desde esta época até ao principio da nossa monarchia, a sua historia é inteiramente desconhecida. E' provavel que nas vicissitudes porque passou toda a peninsula com a entrada dos barbaros do norte, e mais tarde com a dos arabes, fosse alternativamente destruida, e levantada das suas ruinas. O que é certo é que no seculo XII era uma povoação acastellada, que os mouros tinham a bom recado. Como a lenda da tomada d'esta terra pelos christãos seja a mesma que deu origem ao seu brazão d'armas, vamos referir-l'a.

Corria o anno de 1166. D. Affonso Henriques, aclamado rei de Portugal nos plainos d'Ourique, tinha expulsado os infeis da Estremadura, e combatia sem descanso para os expellir do Alemtejo, cujo terreno lhe disputavam palmo a palmo, em lucta porfiosa e desesperada.

Era então alcaide do castello da antiga *Aruccitana* um moiro nobre e opulento, senhor de muitas terras

do Alemtejo. *Abu-Assan*, que assim se chamava, tinha uma filha por nome *Saluquia*, a quem amava ternamente. Em prova do seu affecto dera-lhe em dote aquelle castello, por elle reedificado e guarnecido com tudo quanto era mister para conforto e defensa. A joven moira, tão ricamente dotada, não tardou a contractar o seu casamento com um agareno, não menos rico e poderoso, e tambem alcaide do forte castello d'Arouxe.

Chegada a occasião dos desposorios poz-se a caminho *Brassma*. era o nome do noivo, seguido de uma numerosa e luzida cavalgada. Ao entrarem, porém, n'um valle estreito e sombreado por espesso arvored, cairam sobre elles alguns cavalleiros christãos, tão d'improviso, e com tal furia e denodo, que em breve espaço de tempo se viu o chão juncado de cadaveres, não escapando com vida um só sarraceno.

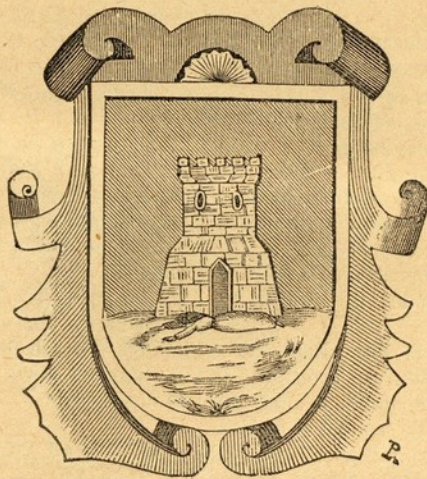
Foi esta acção uma empresa d'antemão combinada e disposta; e foram auctores d'ella dois fidalgos da côrte de Affonso Henriques, chamados Alvaro Rodrigues e Pedro Rodrigues.

Apenas foi concluido este primeiro acto do drama, apresaram-se os dois fidalgos, e os outros seus companheiros d'armas, a despojar os corpos dos mouros de todos os fatos e adornos, e, trocando-os pelos seus, n'um momento se acharam transformados em perfectos cavalleiros mauritanos.

Assim disfarçados seguiram o caminho do castello da noiva, entoando alegres vozes e gritas ao modo dos sarracenos. A desditosa *Saluquia*, que esperava ansiosa a vin-

da do consorte, viu da janella do alcaçar approximar-se a brilhante e jovial comitiva. Com o riso nos labios, e no coração a fallaz esperanza da felicidade, correu a ordenar á sua gente que baixasse a ponte levadica, e abrisse de par em par as portas da fortaleza para receber o seu novo senhor. A sua illusão, porém, passou rapidamente como o relampago. As vozes de alegria e paz, que os cavalleiros, entoavam ao transpôr os fossos do castello, em breve se converteram no retinir das armas, nos alaridos da guerra, e emfim nos brados da victoria.

O sagrado pavilhão das quinas tremulava já triumphante sobre as ameias da cidadella. A praça estava rendida aos pés do vencedor, mas não assim a sua altiva senhora. A desgraçada *Saluquia*, preferindo a morte á escravidão, arremessára se do alto da torre, que defendia a entrada da fortaleza.



Brazão d'armas de Moura

(1) Em uma d'estas lapidas lê-se a seguinte inscripção que vem copiada no «Agiologio Lusitano»: — *Juliae Arippinae Caesaris Augusti Germanici... Matri nova civitas Aruccitana.*

Em memoria d'este successo tomou a terra o nome de villa da Moura, e por seu brazão d'armas um escudo com um castello, e junto á porta d'este uma mulher morta.

Esta é a lenda, mas pretendem alguns auctores que a povoação, antes d'esta conquista, já era denominada *Moura*. Outros dizem que durante o dominio dos arabes davam-lhe estes e nome do *Ilmanijah*.

O que é verdade historica é ter sido conquistada aos infieis por aquelles dois cavalleiros, que tomaram d'esta empresa o appellido de *Moura*, que transmittiram aos seus descendentes, actualmente representados na pessoa do senhor duque de Loulé.

A pouca distancia da villa ha um sitio ainda hoje denominado *Brassma d'Arouxe*, onde a tradição popular diz que foi assassinado o infeliz noivo.

No meio de certa confusão de noticias, que se dá a respeito da tomada d'esta villa, parece deprehender-se que depois d'aquella primeira conquista, tornou a cahir em poder dos mouros, sendo mais tarde outra vez resgatada pelos christãos.

Reinando el-rei D. Diniz, o senhorio de Moura, juntamente com o de algumas outras terras do Alentejo, foi causa de um rompimento entre Portugal e Castella, pelos annos de 1295. Terminada a guerra, e reconhecido o direito de possessão a Portugal pelo tratado de paz de Ciudad Rodrigo, el-rei D. Diniz deu foral á villa de Moura em dezembro d'aquelle mesmo anno.

Por occasião da lucta da restauração de 1640 fizeram-se na villa de Moura importantes obras de defenza, que a elevaram á cathgoria de praça forte. Em junho de 1707, durante a guerra da successão de Hespanha, rendeu-se esta praça por capitulação ao exercito hespanhol, commandado pelo duque d'Ossuna, depois de quinze dias de defenza. Passado algum tempo abandonou-a o inimigo, fazendo antes voar o castello, e grande parte das fortificações da praça.

Em o nosso antigo systema monarchico a villa de Moura tinha voto em côrtes com assento no banco quinto.

Ha na villa duas parochias: S. João Baptista, e Santo Agostinho, pertencentes outr'ora á ordem de Aviz. Tem casa da misericordia, hospital, e umas doze ermidas. Tem dois conventos de freiras: o de Nossa Senhora da Assumpção, de religiosas dominicas, fundado em 1562, dentro do castello, e o de freiras de Santa Clara; e teve tres conventos de frades, um da ordem de S. Francisco, outro de carmelitas calçados, e o terceiro de hospitaleiros de S. João de Deus, que tem servido de hospital militar.

Conserva grande parte das antigas fortificações, posto que muito arruinadas, taes como a cerca de muralhas com as suas quatro portas: do *Carmo*, *Nova do Fojo*, de *S. Francisco* e de *Santa Justa*; uma magestosa torre, fabrica d'el-rei D. Diniz; e varias reliquias de construcções mais antigas, umas que se attribuem aos arabes, e outras aos romanos.

As fortificações modernas acham-se tambem em muita destruição pelo effeito d'aquella catastrophe, e depois pelo abandono dos homens, e pela acção do tempo.

As duas ribeiras de Brenbas e Lavandeira, que cercam e banham a villa, e regam hortas e pomares; o rio de Ardila, onde estas vão desaguar, que, mais caudaloso, faz moer muitas azenhas; e emfim o Guadiana, que passa nas visinhanças, tornam os suburbios

de Moura bonitos, frescos, e amenos. O termo produz em abundancia cereaes, e azeite. Recolhe algum vinho, cera e mel, e possui excellentes montados, onde se cria muito gado suino. Os montes abundam em caça; e o Guadiana fornece variedade de peixe.

A villa de Moura é cabeça de comarca, districto administrativo de Beja, e encerra perto de quatro mil habitantes.

A 8 de setembro tem a sua feira annual, muito concorrida de gente, e de generos.

## MOURÃO

Foi esta povoação fundada pelos arabes, no seculo XI, os quaes lhe construíram as suas primeiras fortificações, e lhe deram o nome de *Mogron*, que significa *lapa, covã* ou *caverna*—talvez por causa de alguma que ali encontrassem, do tempo dos celtas, ou dos antigos lusitanos.

D. Affonso Henriques lhe pôz cerco em 1166; porém os mouros a abandonaram, fugindo para além do Guadiana.

Parece que esteve abandonada e deserta durante os reinados de D. Affonso Henriques, D. Sancho I e D. Affonso II, porque só temos noticias positivas da Mourão, corrupção de *Mogron*, no reinado de D. Sancho II, em que D. Gonçalo Egas, prior da ordem militar de S. João de Jerusalem, depois Malta, a povoou em 1226, dando-lhe foral, que foi confirmado e muito ampliado por D. Diniz, por carta feita em Lisboa, a 27 de janeiro de 1296.

Está a villa situada em um alto, ennobrecida com um forte castello, com tres torres, fundado por D. Diniz, em 1298; porém a *torre de menagem*, uma das mais famosas do reino, foi obra de seu filho, D. Affonso IV.

As muralhas de circumvalação, guarnecidas com seis torres, foram principiadas por D. Diniz, e concluidas por seu filho.

Sobre a porta da torre de menagem está a seguinte inscripção:

«E. MCCCLXXXI (1) annos, ao primeiro dia de março, Dom Affonso IV, rey de Portugal, mandou começar a fazer este castello de Mouron. O mestre que o fazia, havia nome — João Affonso — o qual rey, foi filho do mui nobre rey D. Diniz, e da rainha Dona Isabel, aos quaes Deus perdoe—e elle foi casado com a rainha D. Beatriz — avia filho herdeiro o infante D. Pedro.»

Tem esta villa passado por muitas alternativas e vicissitudes, sendo varias vezes conquistada, usurpada, restituída, doada, comprada e vendida.

Durante a guerra da aclamação, os castelhanos nos tomaram esta praça, em 1637, sendo governador d'ella, João Ferreira da Cunha; arrasando a villa e parte da torre de menagem, e pondo guarnição sua

(1) Esta data não póde ser senão a *era* de Cesar, porque no anno de 1381 já tinha morrido D. Affonso IV e seu filho D. Pedro I. Reinava então D. Fernando I.

na fortaleza; mas logo em novembro do mesmo anno, poucos dias depois da morte de D. João IV, que foi a 6 d'este mez e anno, sendo regente a rainha D. Luiza de Gusmão, foi resgalada do poder dos castelhanos, e a regente, para evitar outra destruição, e por ser praça de fronteira, lhe mandou reconstruir as antigas fortificações, e edificar outras, segundo o systema moderno, adaptadas a receberem artilheria grossa, e em estado de resistirem a um cerco em fôrma.

As armas de Mourão, são—em campo azul, cinco escudos, com as Quinas postas em cruz, tendo o escudo inferior, do lado direito, um sol, de ouro—e do esquerdo, um crescente de prata, por ter sido povoação mourisca.

O primeiro assento d'esta povoação, foi junto ac Guadiana, no lugar a que ainda se chama *Villa-Velha*, e onde se vêem ruínas de grandes edificios, e ainda ali existem duas capellas, perto uma da outra.

Consta que esta villa foi abandonada por causa do grande numero de formigas que havia ali, que, além de lhe causarem grandes prejuizos nas casas e nas habitações, chegavam a matar creanças recém-nascidas.

A tres kilometros da povoação, tinha apparecido em um monte, coberto de *tojal*, uma imagem da Virgem, á qual os moradores da antiga Mourão fizeram logo um templo, que, pouco a pouco se foi cercado de casas, em que vinham habitar os fugitivos da velha Mourão, e em breve se erigiu a igreja em parochial, e priorado da ordem militar de S. Bento de Aviz. E' por ter apparecido em um tojal que á Senhora se deu ao principio o nome de Santa Maria do Tojal.

Outros escriptores dizem, e parece-nos isto mais provavel, que os habitantes da villa antiga a abandonaram por doentia, em rasão das enchentes do Guadiana, que, quando terminavam, deixavam aguas estagnadas nos pègos e charcos, as quaes corrompidas, causavam muitas doenças e mortes nos povos visinhos.

A imagem da padroeira, é de pedra, de 1<sup>m</sup>,20, com o Menino Jesus nos braços, e este com dois pombinhos na mão. E' objecto de muita devoção do povo da villa, que lhe attribue muitos milagres. Não pôde ir em procissões por causa do seu pezo.

A 2:500 metros oeste da villa está a capella de *Nossa Senhora do Alcançe*, muito antiga e ampla. Segundo a tradição constante, foi obra do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, pelos annos de 1400, em memoria de alcançar n'este sitio um grande triumpho contra os castelhanos, dando á padroeira o titulo de *Santa Maria d'Evora Alcançe*, por ter sabido de Evora em perseguição do inimigo e o ter alcançado n'este lugar.

A batalha via-se pintada na parede do alpendre da capella, ainda no fim do seculo XVII; porém uns mórdomos muito *illustrados*, mandaram cobrir a pintura com uma grossa camada de cal.

Junto a esta capella, e a requerimento do povo de Mourão, fundaram os primitivos frades agostinhos descalços, um mosteiro da sua ordem, em 1670.

Apesar da insalubridade do sitio, ardentissimo no verão, e com o ar corrompido pelos gazes deleterios que exhalam os pègos do Guadiana, ali se conservaram os religiosos até ao dia 23 de julho de 1676, sendo n'esse dia obrigados a sahir do mosteiro, por ordem do Desembargo do Paço por não ser um dos comprehendidos no numero de dez que a Santa Sé havia marcado, pelo breve da confirmação d'esta ordem.

## NIZA

Cento e oitenta kilometros ao SE. de Lisboa, e na provincia do Alemtejo, encontra-se a aprazivel villa de Niza, sobre cuja origem não ha indicações positivas. O mais que pôde alcançar-se com referencia á historia d'esta povoação é que nem sempre occupou o local em que a vemos hoje, e que já existia no seculo VIII da era christã.

Suppõe-se que a palavra *Niza* seria um qualquer nome proprio arabe, pertencente ao fundador da villa, mas se assim é os que a fundaram perderam completamente o tempo, porque no anno de 716 foi ella destruida e arrazada por descendentes seus, encarniçados devastadores, especie de Nemrods, de turbante diabolicamente avermelhado.

E' no entanto possivel que já existisse a povoação no tempo do dominio romano; pelo menos assim se pôde inferir de uma lapide encontrada no local da antiga Niza, ha pouco mais de um seculo.

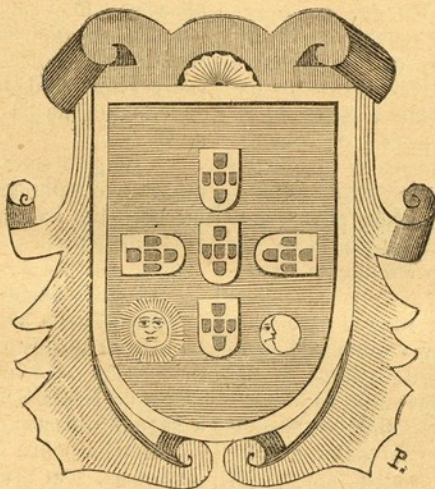
Esta pedra marcava o lugar da sepultura de um tal Maximo, talabricense, fallecido no anno decimo segundo.

E' mesmo possivel que de mais longe venha a existencia d'este povoado se tomarmos em devida consideração a revelação de Mendonça e Pina, com referencia ao assumpto. Na sua *Dissertação sobre os monumentos celticos, que existem em Portugal, denominadas antas*, publicada em 1733, diz este abalizado escriptor ter visto em Niza os restos de um *dolmen*.

Se não houve confusão no que o illustre investigador viu, a existencia de semelhante monumento do culto celta faz recuar a existencia de Niza aos tempos pre-historicos.

Como a villa de Niza veiu ter ao dominio portuguez não se sabe claramente. Em tempo de D. Diniz, fazia já parte do reino, e teve uma certa importancia politica por occasião da guerra civil entre o monarcha e seu irmão o infante D. Afonso.

A primitiva povoação estava situada a tres kilometros ao NE. da Niza actual, encostada a um pequeno monte, e constrangidamente estendida sobre um valle



Brazão d'armas de Mourão

cheio de alcantis, onde decerto a parte laboriosa do povo teria de empregar extraordinarios esforços para obter algumas concessões cerealíferas.

Diz a tradição que a pequena villa possuia o seu castello e era cercada de muralhas. Não ha porém entre as ruínas que se vêem ali vestígios da existencia de qualquer fortaleza, ou monumento de importancia.

De tudo o que foi restam-lhe apenas duas igrejas, uma das quaes é dedicada á Senhora da Graça e outra á Senhora dos Prazeres, ou da Esperança. N'esta existe um altar sobre o qual se ostenta garbosamente montado em um ginete um perfeito cavalleiro que a crença venera com o nome de S. Thiago.

Foi em tempos remotos orago da povoação e diz-se ter tido uma capella sua, porém não se sabe onde fosse construída.

O templo da Senhora da Graça é de antiquissima origem, pois foi fundado pelos Templarios no principio do duodecimo seculo. Era matriz da Niza primitiva, e pela extincção da Ordem do Templo, passou com todos os bens que lhes pertenciam, á Ordem de Christo. Ao sul d'esta igreja consta ter havido uma porta na muralha, denominada porta de S. Thiago.

Em 1287, dirigindo-se o irmão rebelde de D. Diniz ao Tejo, passou junto de Niza, e occorrendo-lhe a ideia de engrossar as fileiras dos seus partidarios para sustentar a guerra fratricida, bateu á porta de S. Thiago para entrar na villa, com assomos de conquistador laureado. Parece que o governador da praça não accedeu ás imperiosas determinações do infante, e este ameaçou os seus habitantes. Não offerecendo grande resistencia os muros da circumvalação, e reconhecendo o governador o perigo imminente, recolheu-se ao castello com os moradores da villa, disposto a bater-se até á ultima gotta de sangue para honrar a lealdade lusitana, e sustentar a fidelidade jurada ao legitimo soberano. Infelizmente a força da razão é quasi sempre suplantada pela razão da força, e d'esta vez não se estabeleceu excepção. Oito dias sustentaram os defensores o assédio posto pelo malevolo principe, mas o castello foi tomado por assalto, apesar dos heroicos esforços empregados em defendel-o. Na temerosa refrega pereceram quasi todos os defensores, e os que sobreviveram peor sorte houveram, porque ficaram prisioneiros d'aquelle ruim irmão que considerava crime a honra e abnegação dos servidores de D. Diniz.

Em seguida á tomada do castello foi a villa saqueada pelos sicarios de D. Affonso e por ordem d'este incendiada, sem misericórdia com os desgraçados que presenceavam aquella inaudita crueza.

Era assim que nos transactos seculos se comprehendia o verbo do Christianismo! Os crimes que os principes christãos castigavam nos infieis, praticavam-n'os elles mesmos com o mais revoltante cynismo. A vida dos povos não lhes merecia mais cuidados do que a vida dos seus cães, e se alguma benignidade demonstravam excepcionalmente, era sempre em favor d'estes. Destruíam uma villa ou cidade com tanta naturalidade como sopriam um castello de cartas. A compaixão não tinha adeptos e só nos humbraes da morte accudia á consciencia d'esses reprobos do bem um talvez assustador. No entanto lá estavam os perfidos ministros de Jesus promptos a dar-lhes passaporte para o Paraizo, mediante avultadissima somma de privilegios para as ordens a que pertenciam. Que importava a incompetencia da absolvição?

A ignorancia dos altos senhores não chegava á comprehensão da verdade eterna, e do intimo da sua malvez eram mesmo sinceros na intenção de illudirem o Creador. Julgavam deslumbrar a Deus pelo oiro que davam ao clero e tornal-o propicio pelos donativos com que abarrotavam as ordens religiosas.

Como differe a sociedade moderna d'aquella cahotica sociedade! O povo de então era apenas *uma coisa*. O verbo civilizador do Direito ainda não havia ecoado a seus ouvidos, aonde apenas resoava o *posso, quero e mando* dos altivos senhores. Considerando-se hoje o passado, custa a crêr n'elle!

Se alguns dos martyres da antiga constituição social volvesse presentemente á vida, que estranha secção lhe causaria os nossos habitos, as nossas leis, os nossos costumes politicos! Mizerrimos adoradores da realza sagrada, mal supportiam os *homens coisa* que tempo viria em que cada homem seria um cidadão livre na familia, cada familia um nucleo de liberdade no municipio, e cada municipio uma instituição democratica no Estado.

E' verdade que as conquistas liberaes foram baptisadas com o sangue, e com as lagrimas de longas gerações de philosophos e de homens de coração. Mas o sacrificio desentranhou-se em uberrima florescencia e a humanidade ascendeu aos páramos da dignidade, a que lhe dá direito a sua attitudo no meio cosmico.

A religião social tem hoje os seus benemeritos como o culto catholico os seus santos. E n'este progredir perpetuo ha ainda muito a esperar em favor das pósteras gerações, por isso que a civilisação caminha sempre em progressão geometrica.

Bemditos sejam os martyres do Progresso!

Quem visita as ruínas da velha Niza, phrases soltas de um protesto do passado contra a tyrannia dos tenebrosos principios da força, encontra no adro da igreja de Nossa Senhora da Graça uma sepultura com a seguinte inscripção: — «Aqui jaz frei Adão Diniz».

Aquelle pobre Adão que para ali ficou em meio de ruínas, sem pretensões a Mário, teve uma certa nomeada entre a gente das povoações limitrophes.

Foi um homem rico, natural da nova Niza, onde gozava prasenteira vida, sem prender-se em escrupulos de pouca monta. Era beneficiado, e de nobre estirpe, mas pouco austero em seu procedimento. Apologista da philosophia de Epicuro, entendia que a vida deve aproveitar-se o melhor possivel; e portanto não pensava em macerar as carnes nem em apoquentar o espirito com inuteis problemas de metaphysicismo theologico. Como mundano tornou-se um escandalo entre os compatricios, que viam no folgazão rapaz uma especie de Belzebuth tentador do sexo fraco, e arreliador da respeitavel classe dos maridos ciosos. Perseguido pela animosidade e desconfiança de todas as familias, o tal Adão tomava porém a sério o seu nome, e como Adão se julgava obrigado a respeitar o preceito de Deus — *CRESCEI E MULTIPLICAEE-VOS*. Os nizenenses é que não commungavam nas mesmas doutrinas, e entendiam que para tão justos fins de amor á humanidade melhor seria fundar novo eden em qualquer ilha deshabitada. Do retrahimento geral redundou um *grave peccado de sensualidade*, commettido pelo atrevido Adão.

(Conclue no proximo numero.)



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 50

## NIZA

(Concluido do numero antecedente)

Não sabemos que especie de peccado esse foi, mas devia ser devéras medonho visto o segredo que d'elle se fez.

O caso fez provavelmente grande bulha na epoca, porque o homem, a partir d'aquelle peccado, entrou de arrepende-se e mudou de vida. Resignou o beneficio nas mãos de el-rei, liquidou a sua avultada fortuna repartindo-a pelo desvalidos, e não satisfeito com estas revelações de socialismo pratico e christianissimo, refugiou-se em uma cova da serra de S. Miguel, distante seis kilometros da povoação. O tal peccado grave deu em resultado a reviravolta do procedimento d'este homem: deixou o convívio dos homens e das mulheres, que decerto lhe aprazia mais, e foi-se a passar a vida solitaria na incommoda Thebaida que a natureza lhe offereceu.

Era n'aquelle tempo bispo de Portalegre o memorando D. Frei Amador Arraes, homem de muito saber e de preclaras virtudes. Indo uma vez este respeitabilissimo theocrata a Niza, ali teve conhecimento da existencia do Adão, que renunciando a todas as Evas, se sepultara com o seu arrependimento em estreita cova.

Commoveu-se o bispo, foi ter com o peccador arrependido, e absolvendo-o do passado, aconselhou-lhe que fosse servir o templo de N. S. da Graça em Niza-velha, e levou-o pela vida de penitencia com que resgatava a vida peccaminosa. Adão obedeceu ao prelado. O que lhe restava de bens gastou-o em adornar ricamente o templo da Virgem, e para seu sustento mendigava. Como é de prever o seu temperamento ardente assim reprimido transformou-se em ascetismo mórbido. Andava descalço, mal enroupado, e trazia feixes de lenha ás costas para deixar ás portas dos pobres, aos presos ou ao hospital.

Apesar d'esta vida de moiro pobre diz-se que era robusto e gosava invejavel saude. Por isso elle, coitado, se afadigava em debilitar o organismo.

Já se vê que o escandaloso Lovelace adquiriu mais tarde honrosa fama, sem ninguem attentar na inutilidade a que se votára. Era assim que outrora se comprehendia a regeneração de um individuo.

Hoje a verdadeira rehabilitação é beneficiar a so-

cidade. Isolar-se do mundo para viver em qualquer cenobio revela egoismo e não desejo de resgatar faltas commettidas. Ainda bem que taes ideias cahiram em desagrado geral. E' pelo trabalho, pela protecção dada á instrucção, pelo altruismo bem comprehendido que o homem se levanta no conceito da sociedade culta. Se o ascetico eremita da cova de S. Miguel assim o houvesse aprendido, não teria dado a sua fortuna a meia duzia de pobres, mas teria fundado um asylo-escola onde inumeras gerações aprendessem as preceituações da honra, da moral, e do civismo.

Derrrotados os moradores de Niza, amontoadas as ruinas dos seus edificios, arrazados os seus campos, estabelecera-se o silencio do terror sobre aquella misera necropole. D. Diniz, compadecido de semelhante hecatombe, resolveu então reedificar aquella lealissima terra, que por leal e dedicada soffrera tão dura sorte.

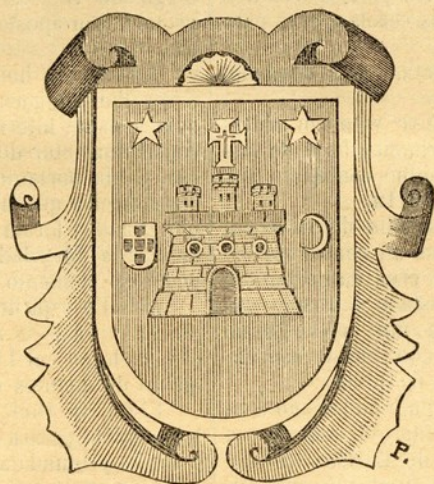
Em vez de remover os antigos alicerces e os destroços, para de novo levantar ali a povoação, resolveu escolher local mais azado ao cultivo e salubridade publica. O valle do Azambujal, proximo da povoação antiga, agradou-lhe para o fim que trazia em vistas. Tinha proximo uma alta torre, edificação romana, conhecida ao tempo pela Torre de João Vaqueiro.

Foi construida no segundo seculo da nossa era, e não havia muitas da sua altura em toda a peninsula hispanica. O valle do Azambujal confinava com o castello Ferrou, propriedade dos cavalleiros do Templo e tinha a pouca distancia um pequeno mosteiro de agostinhos, habitado por quatro monges.

Ainda sobre os Templarios não tinha estoirado o anathema pontificio, e o mestre da ordem, D. Frei Lourenço Martins estava no real agrado, pelos serviços prestados durante o cerco de Portalegre. Foi elle o encarregado das obras, e tão competentemente as dirigiu que dentro em pouco estava a villa fundada e muito superior á antiga. Os destroços das muralhas, e todo o material em bom estado aproveitou-se nas construcções da nova povoação.

Não podemos eximir-nos a dar aqui uma pequena noticia curiosa.

Na edificação de Niza cooperava tambem a camara, coadjuvada pelo bolsinho régio. Faltando-lhe, porém, o dinheiro para continuação dos trabalhos requisitou-o a D. Diniz, o que fez zangar este monarcha, pela revelação de perdularismo dos vereadores, pois havendo mandado dinheiro pouco tempo antes era impossivel



Brasão d'armas de Niza

não existir d'elle porção alguma O que tem graça são as quantias remettidas! Escreven el-rei á camara: — «Vi a vossa carta, e estranho muito que tendo-vos remettido ha pouco, seis mil réis, para a edificação dos muros, me digaes na vossa, que já se gastou esse dinheiro. Ah! vão, pois, mais dois mil réis e continuam as obras sem cesar».

Faziam-se então cintas de muralhas em volta das villas com a quantia com que hoje se não pagam trinta dias de aluguel de uma casa menos de mediocre!

Seis annos apenas duraram as obras para installação dos moradores, e a igreja do castello dos Templarios ficou sendo a matriz da nova Niza.

Segundo o pensamento e necessidades da época foi a villa construida á maneira de praça forte. A população desenvolveu-se dentro em pouco a ponto de não poder conter-se inter muros, e escapando-se pela porta da villa espraou-se á vontade, aformoseando-se cada vez mais.

Alguns varões preclaros teem habitado esta villa, e entre elles o benemerito dr. José Diniz da Graça Motta e Moura, exemplo raro de philantropicas virtudes.

Senhor de avultada fortuna sonbe d'ella fazer bom uso em vida, e boa distribuição testamentaria. Falleceu em janeiro de 1874, mas o nome do illustre doutor ficou para sempre gravado na gradidão dos habitantes de Niza. Entre outros legados particulares deixou dois para a fundação de duas escolas, uma para meninas outra para rapazes.

E' portanto justo que o seu nome seja rememorado com veneração.

Niza é cabeça de comarca, e teve voto em côrtes com assento no banco 7.º O primeiro foral de que temos conhecimento n'esta villa foi-lhe concedido por D. Manuel a 15 de novembro de 1512.

O seu brazão d'armas é um castello de oiro em campo de purpura, com tres torres no centro do escudo; sobre a torre do meio uma cruz da ordem de Christo, de prata. A' direita do castello o escudo das Quinas portuguezas, e á esquerda um crescente de prata. Os dois angulos superiores do escudo são encimados cada um por sua estrella de prata.

Na comarca de Niza, e pertencente ao mesmo concelho, está a pequena villa de Montalvão, em época remota commenda do mestrado de Christo. O foral d'esta villa data do mesmo anno e mez em que D. Manuel o concedeu a Niza, com differença apenas de sete dias.

Ignora-se a data da sua fundação, bem como o nome do fundador.

Nada ha de notavel que indique qual fosse o seu passado, sendo apenas digna de menção como patria de Manuel Godinho, membro da companhia de Jesus e escriptor distincto. Obras de muito merito deixou o abalísado jesuita, e entre ellas tem proeminente logar um livro intitulado — «Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India a Portugal, no anno de 1663, o padre Manuel Godinho, da Companhia de Jesus, enviado á Magestade d'El-Rei Nosso Senhor, D. Affonso VI, pelo seu viço-rei, Antonio de Mello e Castro, e Estado da India».

Esta obra, dedicada ao conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa, foi impressa em Lisboa, na officina de Henrique Valente de Oliveira, impressor do rei, em 1665. O valor do trabalho a que nos referimos é tão subido, que em 1842 a Societa-

de Propagadora dos Conhecimentos Uteis, deu d'ella segunda edição.

Outros escriptos de primorosa concepção deixou o preclaro presbytero, como: «Noticias singulares de algumas cousas succedidas em Constantinopla, depois da róta do seu exercito, sobre Vienna, etc., etc.»

«Sermão do glorioso Santo Antonio, prégado na igreja de Santa Marinha, de Lisboa», publicado em 1668, e 14 annos depois reimpresso em Coimbra.

«Horario Evangelico, etc., etc.», e ainda outras.

O padre Manuel Godinho nasceu em Montalvão no anno de 1630, e entrou para a Companhia de Jesus, em Coimbra, aos 15 annos de idade.

Na flôr da mocidade foi missionar para a India, e ali se tornou notavel pelo talento, pela honestidade de costumes e pelo acerto que punha em todos os encargos que lhe eram destinados. Antonio de Mello e Castro, vice-rei d'aquelle opulento estado, affeiçãoou-se do coração ao joven missionario, e encarregou-o de uma importantíssima commissão junto ao monarcha portuguez. O reverendo Manuel Godinho correspondeu plenamente á confiança depositada pelo alto funcionario, e houve se tão singularmente bem no desempenho da missão secreta para que fora chamado que D. Affonso VI e a rainha D. Luiza de Gusmão lhe dispensaram altos favores e bondosa estima.

Foi prior de varias freguezias e beneficiado do orago de S. Nicolau de Santarem, na sé de Lisboa, protonotario apostolico, e commissario do Santo Officio.

Apesar das honrarias e proventos que a sua posição lhe suggeria, desgostava-o a carreira que seguia, e tanto interessou a el-rei em seu favor, que conseguiu obter do pontifice um breve de secularisação. Sabiu portanto da Companhia de Loyola, enojado das infamias que n'ella se passavam. Como é de supôr grandes foram os obstaculos a vencer para reconquistar a liberdade, porém o auxilio régio era um poderoso elemento de victoria.

Afinal o espirito superior d'este homem de talento ponde espraiair-se amplamente na esphera da libertação. Falleceu em Lisboa com 82 annos de idade, bem-quisto de quantos o conheciam.

El-rei D. Diniz beneficiou bastante esta, como outras muitas povoações, pelo que se de-luz ser este principe profundamente sensato, e intelligente em relação ao seu tempo. Ainda hoje se vêem os restos das muralhas que abraçavam a villa, e os destroços do respectivo castello.

E' proximo a Montalvão que corre o rio Sever, em cuja foz o formosissimo Tejo se nacionalisa portuguez depois do que orgulhoso da nova patria enriquece as formosas campinas lusitanas até ir confundir-se na grande alma do oceano, onde pôde testemunhar que os athleticos conquistadores do emporio neptunico não são menos heroicos nas batalhas da terra.

A villa de que tratamos recorda tambem um desventurado a quem a má sorte perseguiu com iracunda sanha.

Referimo-nos ao infeliz D. Jorge Mascarenhas, marquez de Montalvão. Occupou elle o mais alto fastigio, nenhum fidalgo podia equiparar-se á nobreza da sua estirpe, e no entanto soffreu os maiores vexames e inclemencias, vindo até a morrer no castello de S. Jorge, em Lisboa, onde estava prisioneiro.

Um dia, e sem motivo que justificasse semelhante prepotencia, foi encarcerado com sua illustre esposa,

e se a mesma sorte não abrangeu seus filhos, foi porque estes lograram emigrar para Castella. Com muito trabalho conseguiu provar que era infundada a accusação que lhe faziam, e voltou a occupar a brilhantissima posição anterior. Isto, porém, não foi mais do que um parenthesis, aberto no seu negro destino, porque novamente encarcerado não só aspirou a luminosa atmosphera da liberdade quando a morte desligando-o das cadeias forjadas pelos homens, mostrou a el-rei que não havia verdadeiro absolutismo senão nas leis fataes da natureza.

Dos filhos d'este mallogrado titular nada diz a chronica.

Poderosos inimigos devia ter o pobre marquez para assim ser amargurado em vida. Em todos os tempos a inveja germinou ignobeis attestados, e a intriga os patrocinou sem remorsos, das injustiças que produzia, e das lagrimas que arrancava ás victimas indefezas.

A historia das nações, na parte que se refere aos bastidores politicos, é um manto de infamias que envenena a sociedade.

A villa de Montalvão não possui brazão de armas, nem monumentos de especie alguma. Durante o antigo regimen era sede de concelho, tinha camara com tres vereadores, e juiz ordinario, com a competente grei de empregados municipaes. Hoje nada d'isso existe. No entanto a villa serenamente assentada em um alto, vê deslisar as limpidas aguas do Sever, imagem da tranquillidade em que ella mesma permanece ha seculos. Não tem nobreza hereditaria, mas tambem lhe não remorde a consciencia a vergonha da decalencia, nem golpeia o orgulho, a recordação de passadas grandezas. Os seus filhos nascem para o trabalho, e a trabalhar gastam a vida, mas sem assomos de revolta contra essa lei sagrada, que nobilita e revigora a consciencia humana.

ANGELINA VIDAL.

## OBIDOS

A 65 kilometros a N.O. de Lisboa, acha-se a villa de Obidos, na encosta de um alto monte, perto do Arnoia, rio que está na lagoa de Obidos e desagua no mar.

A origem d'esta povoação não é bem conhecida, no entanto sabe-se que a sua primitiva fundação não occupou o sitio em que actualmente está.

Dizem alguns historiadores que outr'ora existiam grandes argolas de metal, junto á igreja de S. João Baptista, as quaes serviam para amarrar embarcações, porque o mar chegava não só ali, mas ainda á lagoa do Arelho, antiga denominação dada á bella lagoa de Obidos.

Em 1860ahi fez uma grande pescaria aquelle chorado principe, cujo nome fica na historia immortalizado pelas preclaras virtudes, e pelo espantoso infortunio que lhe seguiu passo a passo o itinerario da existencia. D. Pedro V! Régio martyr cuja alma sublime foi alanceada por tantos golpes! Em 1860, ao visitar a villa de Obidos, quem poderia prever que um anno depois se apagaria aquella adoravel vida, devotada a acções que em epocas remotas lhe teriam grangeado um logar no *Flos-Sanctorum*, e que n'este seculo de

pensadores lhe dá nobre collocação no capitolio da gratidão nacional!

Uma só data—1857—seria bastante para sanctificar esse monarcha modelo, cuja exemplar conducta bastava a engrandecer a humanidade. Desventurado principe! Nem pelas muitas lagrimas que enxugou aos desvalidos, nem pelas muitas consolações que deu aos tristes, aos orphãos, aos desamparados, nem por tudo isso lhe foram poupadas as dôres supremas que transformam a vida em carcere de sofrimentos sem eguaes. Nome que se não pronuncia sem commoção, memoria que se não invoca sem affectuosa ternura. Oxalá fosse a sua virtuosa conducta lição e exemplo a todos os homens desde os que occupam o throno até aos que habitam em miseras choupanas! Porque a sua grandeza moral, o seu prestigio, a sua immortalidade, emfim, não a deveu D. Pedro V á aurea corôa de rei, mas sim á corôa de lyrios da virtude. A villa de Obidos foi tomada em 1148 por Affonso Henriques, o terrivel inimigo dos mouros. O resultado da batalha foi ficar a povoação reduzida a um montão de ruinas, e o castello em pessimas circumstancias. El-rei tratou de reedificar o que havia destruido. O castello, situado no platô do monte onde se espraia a população, parece ter sido de construcção romana. E' guarnecido de torreões, e não está de todo arruinado. Esta villa tinha voto nas côrtes com assento no sexto banco, e teve o seu primeiro foral dado pela *casa das rainhas*. O segundo foi-lhe concedido por D. Manuel, em 20 de agosto de 1513.

As armas de Obidos, segundo as encontramos na torre do Tombo, são: uma torre de prata, em campo verde, sobre rochedos da mesma côr; uma bandeira branca está sobre a torre. No entanto as armas primitivas outras eram, e de melancolica recordação, pois se referiam ao mais acerbo desgosto que pôde ferir um coração de mãe.

Uma rede de arrastar, no meio do escudo, tal foi o brazão dado pela desventurada esposa de D. João H. Doce alma de mulher, varada pela dôr quiz assim perpetuar a memoria da catastrophe que tão impiamente lhe transformou a alegria e esperança em noite eterna de desalento.

Aquelle filho, enlevo e orgulho seu, aquella pobre creança que constituia toda a sua gloria, fulminado por terrivel desgraça, ficou para sempre sepultado no seu coração amantissimo, e por isso a rede em que repousou esse corpo gentil e adorado, tornou-se para a mãe angustiada uma reliquia consagrada pela agonia de um astro. Em Obidos demorou algum tempo a santa martyr do amor maternal e ali, contando ás aguas e ás aves as dôres da soledade do coração, viveu na exclusiva absorpção de mágoas, que só as almas das mães, fôcos de luz e de carinhos, são capazes de comprehender.

Habitava junto do castello, e longe de todo o convivio faustoso a que lhe dava direito a sua eminente posição social.

Foi por essa epoca que a triste D. Leonor instituiu cinco *mercieiras* na igreja matriz de Santa Maria.

Encerrada na sua dôr, vivendo uma vida sem prazer nem compensações, o seu espirito gentil fez profissão da caridade sem limites. O seu amado filho estava decerto na *mansão dos justos*, e ella só pensava em rennir-se-lhe, e para a viagem do ignoto fazia vasta provisão de virtudes. Os seus rendimentos gastava-os em obras pias, e foi por sua iniciativa que se

den principio á benemerita irmandade da Misericordia de Lisboa.

O que á sua generosidade deve a formosa villa das Caldas da Rainha já o dissemos ao tratar d'essa importante e florescente povoação. Fundou tambem o mosteiro do valle de Xabregas, chamado da Madre de Deus, onde as damas da alta aristocracia professavam a regra de Santa Clara, e onde o seu corpo foi sepultado em um claustro. Fundou o convento das religiosas de S. Domingos da Anunciada. A igreja parochial da Merceana foi mandada fazer pela piedosa senhora, e bem assim a capella imperfeita da Batalha, obra de monumental magnificencia, e que até hoje não foi supplantada em primores de architectura e opulencia.

Os campos de Obidos são abundantes em cereaes, fructas, e criam bons gados. Produzem bom vinho e são bastante sadios.

Na praça da villa ha um abundante chafariz, cuja agua vem por um aqueducto que tem numerosos arcos de pedra, e que corre n'uma distancia de tres kilometros, indo buscar a agua ao logar da Osseira. Foi mandado construir pela rainha D. Catharina, esposa de D. João III, em virtude de um contracto feito por esta senhora com a camara para fazer esta obra á sua custa, recebendo em troca a Veiga de Obidos, desde então denominada Varzea da Rainha. Tem esta 3 kilometros de comprimento e é regada pelos tres ribeiros que serpenteiam no territorio obidense, e que são: — ribeiro do Meio, ribeiro Real, e rio do Cabo; este vem directamente das Caldas da Rainha. O sitio era em 1550, anno em que se realison o contracto a que nos referimos, um simples baldio municipal, mas que sob o dominio da rainha se tornou florescente e productivo. A vista que d'ali se disfructa é pittoresca e assaz variada.

Ao norte vê-se a capella de Santo António, assente em um monte. A este sobressae modestamente um pequeno oiteiro que sustenta a capella de S. Bento, e na varzea está a ermida da Senhora do Carmo, outra igreja parochial sob a invocação de S. João Baptista. Junto ao campo da feira está a capella de Santa Iria, e o templo do Senhor da Pedra. E' encantador o logar em que foi construido este antigo templo.

Dista quinhentos metros da villa e fórma uma formosissima planície abraçada por vegetações de varia especie, e por viridentes collinas vestidas de copados arvoredos. Aqui e ali semeou a natureza penedos alcantilados, dando mais realce aos variados tons da paisagem.

O templo levanta se imponente como um colosso do passado. Em volta d'elle alarga-se um quadrilongo de casas e muros.

A razão porque se chama ao templo — igreja do Senhor da Pedra — é ignorada, e bem assim o motivo porque foi fundado. O templo não tem muito de regular. E' rico, mas irregular na architectura. Tem a fórma circular, e está velado por duas torres collosaes que o terrivel terremoto de 1755 não logrou aprear senão até meio. Mede o templo cerca de 35 metros de altura, e é rematado por uma alta cruz de ferro, que tem por pedestal um grande globo. O templo é todavia impotente e infunde um sentimento de respeito; pena é que não chegasse a concluir-se. Na cornija da cimalha exterior goza-se esplendida vista, de uma varanda que, se estivesse concluida, devia rodear o edificio. Tanto o templo como as habitações pa-

ra romeiros, pôço de cantaria, chafariz e a espaçosa cavallariça, foram feitas a expensas dos devotos que com donativos concorreram para aquellas construcções. O risco para este edificio deu-o o capitão Rodrigo Franco, architecto da mitra patriarchal. Para o devoto agrupamento das habitações concorreu tambem el-rei D. João V, ao qual tão dilecto era este encantador oasis que sete vezes o visitou. Com a morte do maguano príncipe estacionaram as obras da igreja. Os que se lhe seguiram traziam nova orientação, contra a qual em vão tentaram reagir. O zenith da opulencia e preponderancia do culto catholico deu-se durante o reinado d'esse monarcha semi-fradesco, semi-mundano, crente e devasso, mas de bondosas tendencias. Nenhum d'aquelles que aproveitaram das suas liberalidades puerilmente fanaticas ousaria prever que annos volvidos um homem de cerebro de luz e coração de aço descarregaria no edificio do passado um golpe titanico de que baldadamente quiz salvar-o a mediocridade de D. Maria I, e a ferocidade eriminosa do conde de Basto! Tudo quanto existe, existiu e ha-de existir, contém em si mesmo, desde os primeiros dias de existencia, os germens fataes da sua indefectivel destruição!

E' n'este perpetuo circulo vicioso que os homens, as nações e os seculos laboram eternamente. Matam-se impiamente para implantarem um principio politico, uma formula social que mais tarde hão-de destruir á força de sangue vertido á custa de lagrimas sem conto derramadas. Condemnação implacavel! Caminha a humanidade noite e dia por uma estrada juncada de sonhos despedaçados, e de esperanças que escorrem sangue!

O antigo logar da villa ainda está marcado pelos restos de edificações. Em 1246 o príncipe D. Affonso, mais tarde terceiro do nome, pôz apertado cerco á povoação, tentando castigar-a pela fidelidade guardada ao legitimo soberano o bondoso e infeliz D. Sancho II. No entanto — o bolonhez — achou-se em face de homens que eram verdadeiros heroes, e fidelissimos respeitadores da legalidade, e teve de retirar as tropas por não lhes ser possivel vencer a indômita coragem d'aquelles honrados lusitanos. Acclamado rei, o mau irmão do soberano deposto teve porém o rasgo de bom senso preciso para premiar os nobres sentimentos da população de Obidos, e concedeu á villa o titulo de *sempre leal*, além do titulo de *notavel* com que já anteriormente era distinguida no paiz.

D. Diniz beneficiou immensamente a povoação, e dotou-a com um soberbo castello. Desde 1382 pertencia ella á *casa das rainhas*, por ter a Rainha Santa recebido o senhorio da villa, como presente de seu régio consorte. Em 1834 a nova fórmula de governo remodelando toda a administração, resgatou estes antigos senhorios.

O territorio obidense é fertil em minerio, pois ali abundam os jazigos de carvão fossil. Nada menos de onze minas d'este genero estão manifestadas na camara municipal da villa. O que, porém, torna mais rica e importante esta povoação é a riqueza de aguas thermaes que possui. No sitio de Valle das Flores existe uma bella propriedade, denominada — quinta das Gaieiras, assim chamada pela proximidade á que fóra da aldeia d'este nome.

(Conclue no proximo numero.)

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empresa—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 51

## OBIDOS

(Concluido do numero antecedente)

A quinta das Gaieiras é dividida pela estrada que conduz ao mosteiro dos arrabidos. Distante uns quatrocentos metros de O.S.O. da estrada, ha uma casa coberta de aboboda, abrigando um tanque com um metro de profundidade, por onde se desce por uma escadaria de pedra. O circuito do tanque pôde conter doze pessoas conjunctamente.

No fundo rebentam ininterruptamente fortes bolhas de agua, mineralizada pelo gaz hydrogenio sulphurado, em tudo igual e congenere das thermas das Caldas da Rainha. O calor de agua é constantemente de 92° de F., ou 26,50 de R. O banho tem duas casas lateraes, para descanço dos enfermos.

Dentro da cerca dos arrabidos, nas Gaieiras, ha uma outra nascente, mais pequena, mas da mesma qualidade, com pequena alteração no calor que ali é menos graduado. Esta agua é aproveitada em regas.

Ha ainda outro rebento de thermas a este da villa, distante uns 500 metros da ponte que atravessa o rio Real. Este veio deixa um deposito alvaco na passagem, o qual revela as suas qualidades chemicas. Pôde ser applicada internamente.

E' bom saber-se que a 500 metros de Obidos as agnas mineraes sulphurosas e salinas rebentam com tanta abundancia que podia ali construir-se um edificio balnear.

No entanto a povoação, que assim podia auferir grande prosperidade, de taes fontes de riqueza, nem mesmo tem dado importancia ás nascentes, de modo que apenas as pessoas da localidade podem aproveitar-lhe as virtudes therapeuticas.

Patria de homens illustres tem sido a villa de Obidos, e um d'elles foi o doutor Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, de quem foi filho o immortal padre Malhão, tambem natural da villa, onde nasceu a 16 de março de 1794. Este preclaro varão era de um trato amabilissimo, gostando de conversar com os homens do campo, cuja singeleza e ingenuidade lhe eram um agradavel estudo *d'après-nature*. Orador insigne, não se recusava jámais a encantar os auditorios que sabia enthusiasmar com o seu verbo inspirado, e predicava mesmo sem remuneração de especie alguma. O seu genial talento e o prestígio do

seu nome davam-lhe ensejo a occupar cargos e honrarias; sempre porém as regeitou com uma estranha isenção. Unicamente accitou o titulo de socio correspondente do Instituto de Coimbra. Virtuoso e despretençioso, tudo n'elle era atrahente e digno de respeitosa estima. Possuia o mais bem equilibrado temperamento, e o sangue, sadio, coloria-lhe a physionomia, e espalhava-lhe a alegria em todos os sorrisos. Bom conversador, espirituoso, e sempre correcto na phrase, tornava-se o seu convivio um verdadeiro encanto. Era um bom sacerdote, sem laivos de fanatismo, leal e sincero em todos os seus actos. Falleceu este glorioso escriptor e orador na terra onde nasceu, no dia 10 de novembro de 1860, e está sepultado á entrada da igreja de S. Pedro, em sepultura raze, sem uma simples inscripção que de futuro possa servir de guia a quem quer que haja mais comprehensão

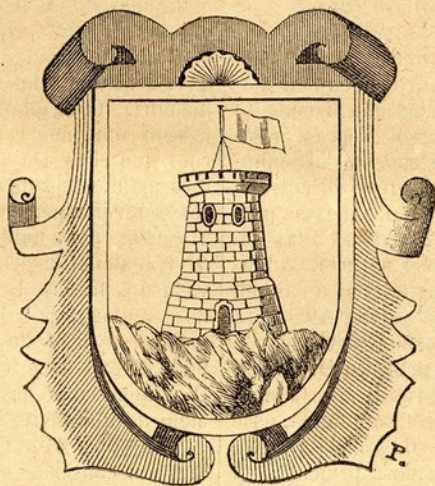
do quanto devem ser honradas as cinzas dos grandes homens, que são o patrio orgulho.

Obras de muito valor deixou o illustre padre Malhão, e entre essas avultam os *Serões da Aldeia*, e a *Aldeia Christã*.

Outro presbytero de grande nomeada veio tambem á luz da vida em uma povoação do concelho de Obidos, conhecida pelo nome de A-dos-Negros. Fez elle parte da Congregação do Oratorio, em Lisboa, e approximadamente uma duzia de annos parochiou em Santa Maria Magdalena, na freguezia em que nasceu.

A mais bella e meritoria obra d'este ecclesiastico foi, a nosso ver, a decidida protecção que deu á instrucção

que elle mesmo administrava aos parochianos, abrindo duas aulas, das quaes uma funcionava de dia, e era destinada ás pessoas que não necessitavam de ganhar a vida com o suor do seu rosto, e outra funcionava á noite, e era destinada aos homens laboriosos e faltos de meios de fortuna. A' educação litteraria elemental juntava o bom sacerdote os mais sãos e paternaes conselhos, e ensino de coisas uteis á vida pratica. Grandes foram os beneficios prestados por seu espirito intelligente á civilisação, e basta saber-se que antes da abertura das suas aulas apenas tres individuos sabiam lêr, para calcular a extensão dos seus serviços. Despresava o austero varão a sua individualidade para se entregar a exercicios religiosos, que chegavam a comprometter-lhe a saude. Por cama tiuha adoptado uma cortiça, no que lhe não gabamos o gosto, evitava qualquer conversação com



Brazão d'armas de Obidos

individuos do sexo fraco, como quem não se fiava muito das proprias forças... Demais consta que jejuava quasi todos os dias, comendo pouco, mal, e alimentos grosseiros, uma vez cada vinte e quatro horas.

Tambem só assim é que teria coragem para sustentar-se na defensiva systematica contra as filhas de Eva. Compreendia-se assim a virtude ha ainda dois seculos! Hoje para ser benemerito é indispensavel ser-se útil e laborioso. O asceta das transactas eras considera-o a civilisação como um desequilibrado de espirito, especie de nevrotico com a monomania do fanatismo. Deus, o supremo philosopho do Universo, não creou o homem para o isolamento nem para o celibato. — CRESCERE ET MULTIPLICARE VOS — preceitoun Elle á humanidade. E eis porque, apesar da sua caritativa acção, apesar da sua inconcussa honestidade, o padre Francisco Gomes merece meos a gratidão do progresso do que o humilde operario social que educa seus filhos na lei do trabalho e da honra, e cuja existencia, portanto, é útil ao municipio e á nação.

Não só os homens se distinguiram em Obidos, mas tambem uma gentilissima dama, primorosa artista de nomeada, ali nasceu e se creou, comquanto haja quem desmint a esta naturalidade, pretendendo que a immortal artista é filha de Sevilha, e só por seu pae. Balthazar Gomes Figueira, pertencia á povoação portugueza, que piedosamente lhe guarda os restos.

D. Josepha Ayala foi uma grande pintora do decimo setimo seculo, e de uma espantosa fecundidade artistica. Os seus primorosos quadros occupam distincto logar entre as mais esplendidas affirmações do genio. A igreja do convento de Torres Vedras, a sacristia do convento do Varatejo, a capella da Senhora dos Remedios de Peniche, e a igreja da Misericordia da mesma terra, possuem algumas d'essas preciosas perolas que sempre não de ser admiradas pelos verdadeiros apreciadores do bello na arte. A miravelis obras existem da maravilhosa artista, umas em tela, outras em laminas d'aço. D. Josepha Ayala era insigne retratista e meretissima gravadora. O retrato da filha de D. Pedro II, a gentil princeza D. Isabel, ficou tão similhante, tão vivo e expressivo, e talmente animado, que d'entre muitos que foram feitos, esse foi o preferido para ser enviado ao duque de Sabeia, Victor Amadeu, que desposou a fermosa princeza:

Como gravadora ha na edição dos *Estatutos* da universidade de Coimbra, de 1634, uma estampa com a assignatura da illustre artista que áquelle tempo apenas contava 19 annos de idade. No côro da igreja do Varatejo está um menino Jesus, que apresenta uma tunica transparente tão maravilhosamente pintada que a todos admira. Na Batalha, em Alcobaça, e em varias casas particulares estão espalhados verdadeiros primores artisticos, devido a essa brilhante e genial historia!

Residia esta sacerdotisa da Arte na sua quinta da Capelleira, extra-muros de Obidos, onde era visitada pela mais fina grei da fidalguia portugueza. Em Obidos falleceu aos 22 de julho de 1684, tendo 50 annos de idade, e em plena florescencia de talento, e de robustez de espirito.

Exemplo raro de virtudes christãs, foi D. Maria Ignacia, viuva do sr. Luiz Maria Cesario da Costa Machado, e mãe amantissima d'aquelle mallogrado escriptor, protagonista da dolorosa tragedia da travessa do Loreira. Falleceu a virtuosa dama em Obidos no dia

30 de setembro de 1875, na avançada idade de 71 annos. O esposo d'esta exemplar septagenaria, e pae do mal aventurado escriptor Julio Cesar Machado foi um nobre e generoso caracter, alma aberta a todos os sentimentos grandiosos e cavalheirescos. Tanto que os dois esposos amavam o filho unico, para tão desventurado ser o fim d'esse portuguezissimo e elegante escriptor que tantas saudades deixou, e tanta compaixão desperta em amigos e indifferentes! Nós que o conhecemos e o avaliamos, nós que lhe merecemos amistosias palavras, e lhe ouvimos palavras de conforto em occasiões angustiosas, não podemos, sem commoção sincera, recordar esse delicado e adoravel character, prototypo da honra e exemplo de dignidade sem mistura.

Pobre alma de luz apagada nas trevas da dôr!

Uma das freguezias do concelho de Obidos é a *Roliça*, povoação que se engrandeceu moralmente no dia 17 de agosto de 1808.

O exercito de Napoleão avançava triumphante pelo luso territorio, mas ao pizar aquelle solo regado pelo sangue dos bravos defensores dos direitos de Sancho II, soffreram a primeira derrota, e receberam o primeiro castigo. O exercito portuguez, inspirado nos vellos brios da patria do mestre de Aviz, e dos heroes de 1640, repelliu energeticamente as hordas bonapartistas, apesar da inferioridade de disciplina, e da quasi ignorancia dos machavelicos planos d'aquelles bandidos inconscientes, que assim se prestavam a servir de instrumentos contra a liberdade da Europa. Commandava a columna hostil o célebre Laborde, de ominosa memoria. Com quanto as forças vivas dos combatentes fossem um pouco superiores do nosso lado, as posições que ellas acatavam, e a pratica da guerra davam-lhes manifesta superioridade. Os soldados portuguezes eram inexperientes, recrutados a esmo, adversos á guerra pelo habito em que estavam de viver entre os trabalhos laboratorios e o latim fradesco dos acovardados frades. Era a primeira vez que a seus ouvidos zumbiam as balas; mal armados, carecidos de munições capazes de arcarem com as do invasor, mal pôde conceber-se a espantosa victoria que alcançaram. O numero dos destróçados no campo inimigo subiu além de quinhentos, entre mortos e feridos.

Ah! Mas o que lhes faltava em sciencia, abundava-lhes em consciencia!

A patria chamava seus filhos, e estes, intrepidos e heroicos, corriam a lançar-se aos pés da mãe adorada com a mais entusiastica adhesão. Era preciso vencer ou morrer, porque a expectativa era mil vezes mais horrivel do que a morte. Bravos lusitanos! Com quanto orgulho, com quanta gratidão deve a historia guardar a recordação d'esses corajosos feitos, dignos dos invenciveis varões das epopeias Indicas!

Não se temeram os nossos avós da pericia e do valor dos contrarios, e era digna aquella ousadia com que umas creanças, quasi, se lançaram sobre os vencedores da Europa, atacando-os á bayoneta calada, até lhes tomarem as vantajosas posições.

Escorraçado o exercito francez, coube a Obidos a gloria de por tão valoroso exemplo incitar as demais povoações nacionaes a proseguirem no patriotico intento de libertação. Em 21 do mesmo mez feriu-se a encarniçada batalha do Vimeiro, novo bote descarregado na vaidosa prepotencia dos vandalos modernos. O sitio onde se deu este recontro foi nos limites da *Roliça*, da *Columbeira* e da *Azambuja dos Carros*.

Achava-se então em Abrantes o general Loison, e sabedor da desastrosa derrota dos seus camaradas, marchou sobre Otta e Alcoentre, a fim de engrossar as fileiras do exercito de Laborde. O terrivel choque da *Roliça* obrigou-o a retroceder para Torres Vedras, para se unir a Junot, cujas tropas vinham da capital. Emquanto os dois generaes occupavam Torres Vedras o exercito defensor marchava pela estrada da Lourinhã, a fim de approximar-se da costa, onde facilmente podia soccorrer-se da esquadra que soccorria o porto e protegia o movimento terrestre. As forças navaes andavam cruzando de Peniche a Ericeira, e parte d'ellas fundeavam em frente da Atalaya.

Foi, portanto, em Portugal que os ousados *barbaros* do principio do seculo XIX receberam a primeira lição da adversidade. Isto prova que em occasiões periclitantes o povo portuguez não desmente as valentes tradições dos valiosos cyclos. Não imaginava com certeza o ambicioso e cruel Junot que invadindo este pequeno paiz teria de medir se com tão giganticas energias. Confiado na covardia do paço, vendo bater em retirada, antes de entrar em lucta, o chefe da nação com a sua côrte de degenerados portuguezes, cantava de antemão a victoria e julgava o triumpho definitivo.

Quem pôde, porém, ajoizar do valor dos opprimidos? A indignação, a consciencia do direito e o proprio desespero são ás vezes mais potentes do que os mais vigorosos choques electricos. De Obidos ao Bussaco estabeleceu-se uma corrente de heroismos que nenhum portuguez honrado deve olvidar, nem deslustrar com a covardia em face de qualquer infamia do estrangeiro.

Os filhos devotados que arrancaram das garras castelhanas a bandeira lusitana, colobio sagrado da mãe-patria; esses que tiveram energia para combater, repellir e destroçar as forças do Hercules moderno, não podem, não devem consentir que uma nação qualquer venha hoje lançar sobre esse passado brilhante a baba peçonhenta da vilissima covardia.

Obidos é pois uma povoação que bem merece os titulos de NOTAVEL e de SEMPRE LEAL com que foi dotada. Outra devia ter sido a sua sorte, e assim como no Bussaco se erigiu um monumento em commemoração dos heroicos feitos ali passados, o mesmo deveria ter-se já realisado no concelho obidense, onde o sangue dos bravos defensores da independencia nacional fertilizou a semente revolucionaria que devia fructificar em 1834.

Todas ou quasi todas as povoações lusitanas teem uma historia nobilitante que afidalga os nossos compatriotas. E' pelas recordações dos transactos cyclos, que o coração nos pulsa de entusiasmo, e a alma, trasbordando gratidão e affecto, se sente verdadeiramente grande em ter tido por avoengos os mais brilhantes guerreiros do mundo civilizado.

Ah! no dia em que o povo souber lèr a sua historia, e comprehendê-la dignamente, incomparavel será a sua alegria, inexcedivel o seu orgulho ao dizer á Europa, de frente erguida e brilhante entono:

—Sou portuguez! Hei-de viver com honra ou morrer com brio.

## OUREM

**A**ntiquíssima é esta povoação, sem saber-se comtudo quem a fundou, nem a era em que

foi fundada. Apura-se apenas que em tempo dos godos gozava de grande reputação, e que tinha por nome *Abdegas*.

Sendo, porém, *Abd-Egas* duas palavras arabes significando *Pae d'Egas*, não devia ser por similhante denominação possuida pelos godos.

A villa de Ourem está admiravelmente situada, tanto sob o ponto de vista hygienico como artistico. A natureza deu-lhe um esplendido throno, onde ella assenta qual orgulhosa princeza, recebendo preito de varias povoações humilhadas a seus pés, e mirando altivamente as serras do Marvão e da Estrella, bem como innumeradas terras da Beira e do Alemtejo, de cuja provincia faz parte.

Ao sopê d'este monte ha um valle extenso e fertilissimo, onde corre a caudalosa ribeira de Ourem, a qual tem sua origem em tres valles pequenos, e em uma fonte do Azambojal, pequeno povoado das cercanias da villa. Esta ribeira rega e fertilisa formosas quintas, de onde os laranjaes em plena exuberancia elevam ao ar as mais deliciosas espiraes de aromas. Ao longo das margens estão sementeados pequenos e alegres logarejos, tão pouco afastados entre si que se diria uma só povoação espreguiçando-se sobre aquelle abençoado terreno.

A villa de Ourem está cingida de muralhas, e tinha um postigo a norte, que por estar perto de uma igreja chamada Sé, era chamado *Postigo da Sé*. Tinha mais duas portas principaes: uma a S.O., denominada *de Santarem*; outra a E., com o nome de *Porta da Villa*.

Abaixo da *porta de Santarem* havia outra, encostada a um revelim. Imminente á povoação ficava o magnifico castello, tendo a suêste uma ampla esplanada, que foi praça d'armas. Era rodeada de muralhas, e tinha a êste uma porta defendida por um revelim, actualmente em plenas ruinas.

Defronta-lhes uma torre, e ainda outra planicie á direita cercado o monte. Era outr'ora este igualmente cercado de muralhas, como ainda se vê pelos vestigios d'essas poderosas edificações, que nos passados seculos serviam de marcos miliarios entre a tranquillidade dos povos e os manejos das ambições tyrannicas.

Até 1834 viam-se parte dos dois arcos na porta da villa. Por occasião da guerra civil do liberalismo foram demolidas essas dismanteladas senticellas de heroicos feitos, e aproveitada a pedra em fortificações novas. Concluida a guerra fraticida demoliram-se as pequenas fortificações modernas, mas foram desprezadas as antigas, que estão cahindo, inteiramente arruinadas.

Parece que foi o castello, torres e muralhas obra dos arabes, pois para ser tudo mandado construir pelo fundador da monarchia é estranho que os antigos possuidores de Ourem deixassem desguarnecida uma tão importante posição militar, e principalmente attendendo ao espirito guerreiro da antiguidade, sempre cheia de imprevistos e cortada de terrores.

Querem, porém, alguns historiadores que fosse seu fundador o primeiro monarcha portuguez. Não é provavel que assim fosse, porque tendo D. Fernando Magno tido grandes difficuldades em conquistar esta povoação, é porque a encontrou bem fortificada e bem defendida. Deu-se este facto em 1037, anteriormente, portanto, ao nascimento de Affonso Henriques. Mais tarde recahiu Ourem sob o dominio mauritano, do

qual foi resgatada em 1136 pelo glorioso fundador da nacionalidade portugueza. A essa data era a povoação ainda conhecida pelo nome de *Abdegas*.

A D. Gualdim Paes, famoso mestre dos Templários, se deve em grande parte esta victoria, bem como a tomada de Cera, Almouroul, Penella, Redinha, Pombal, Soure, Cardiga, Zezere e Leiria. Era um valente de cunho este illustre guerreiro, a quem nenhum perigo amedrontava.

Quando se medita um instante no que foram os homens do passado, e no que ora elles são, sente-se uma profunda mágua! Havia n'aquellas eras uma comprehensão dos deveres pela patria, que na actualidade rarissimos aceitam. Morria-se pela honra como se fôra morte natural, que a ninguem causava grande admiração. A vida era para os *hijos de algo* um meio e não um fim; meio de engrandecer a patria, meio de legar aos pósteros alguma coisa mais do que se havia herdado dos paes. Hoje a vida é um *thesouro* que se defende á custa mesmo de todas as baixezas e indignidades. O amor pela patria tornou-se sentimento ridiculo que é necessario não apparentar para não se ficar sujeito a um certo numero de chufas, mais ou menos apimentadas, ao sabor d'esta geração de anemicos viciosos.

Foi primeira senhora de Ourem D. Thereza, filha de D. Affonso Henriques e de D. Mafalda. Esta senhora, cuja belleza e prendas de coração ficaram perpetuadas, deu á povoação o primeiro foral, em março de 1180, o qual foi confirmado por D. Affonso II em Coimbra, no anno de 1217.

Teve segundo foral em 6 de maio de 1515, como se encontra no livro dos foraes novos da Extremadura, fl. 142 v., col. 2.<sup>a</sup>

Este lhe foi concedido por D. Manuel, e o mesmo monarcha lhe deu uma sentença sobre o foral novo, a qual ficou lançada no mesmo livro dos foraes novos.

D. Pedro II concedeu-lhe foral novissimo em 6 de julho de 1695. Poucas povoações portuguezas tem esta distincção, por onde se deduz o dedicado interesse que os nossos reis tinham pela antiga villa de Ourem.

A primeira senhora da villa fez d'ella doação a uma donzella formosissima, que muito presava, como presente de noivado. Esta donzella chamava-se Oureana, e tem uma vida romantica, como em geral a tinham as altas senhoras d'aquelles cyclos.

Por occasião de um assalto dado pelos portuguezes do primeiro reinado aos infieis de Alcacer do Sal, distinguio-se entre a pleiade de bravos guerreiros lusos um bello e arrojado cavalleiro, a quem chamavam o *Traga Mouros*, tanta era a aversão e denodo com que os combatia.

*Traga Mouros* tivera por progenitor um esforçado cavalleiro de Ourem, fidalgo e guerreiro, chamado Hermigio Gonçalves, cognominado o *Luctador*. O filho, enjo nome baptismal era Gonçalo Hermigues, em nada desmereceu das nobres qualidades paternas. Templario nobre e formoso, era o mais attrahente e vistoso fidalgo da corte de D. Affonso Henriques.

Atravessaram o Tejo os contendores, entre os quaes, como dissemos, tinha logar distincto o famoso *Traga Mouros*, e desembarcaram em Almada na vespera de S. João, do anno 1158. D'alí partiram a surprehender os habitantes de Alcacer. Mouros e mouros sahiram pela madrugada, sem receios do que lhes

estava preparado, e lá iam em luzidos grupos de formosas e louças cavalleiras e cavalleiros. De tanta alegria breve resultou horrorosa afflicção. Os portuguezes cahiram de improviso sobre os agarenos, e sem lhes darem tempo a voltarem a si da surpresa souberam tirar proveito das vantagens que a astucia lhes offerecia.

Grande foi a matança com que os zelosos christãos *honraram* aquella limpida manhã, dedicada ao santo que durante algumas horas estabelece um elo entre o culto christão e o culto agareno. Desprevenidos como iam, aquelles desgraçados que tinham a ingenuidade de suppôr lealdade em gentes que em nome da suprema misericordia produziam horrorosas catastrophes, cahiram um a um, alagando a terra em sangue, e os que escaparam á morte mais desgraçados foram ainda.

Não julgamos nós que em acções taes procedessem bem os christãos. Por mais de uma vez temos accusado os velhos costumes, filhos de uma selvageria horrivel. Comprehende-se a guerra francamente declarada, e d'ella se tiraram grandes vantagens para a civilisação dos povos, e para a definitiva formação dos Estados. Porém á traição atacar quem se não suppunha ameaçado e esperar, armando-se de ponto em branco, quem não contava com o ataque e desarmado seguia em matinal passeio, entendemos que não prova mais do que baixa ferocidade de instinctos.

Depois ainda ha outra infamia em semelhantes sortidas. Aquelles homens que iam em nome de Jesus despedaçar o seu semelhante, esses que condemnavam nos arabes a immoralidade e a heresia, apoderavam-se á traição ou pela força das suas filhas, das suas esposas, que violavam como animaes sequiosos de concupiscencia, e a quem depois infringiam as maiores torturas e assassinavam a maior parte das vezes.

D'esta vez, como de costume, as pobres creanças de olhos negros e tranças de ébano cahiram em seu poder.

Entre os pobres captivos havia uma encantadora joven, filha de um poderoso alcaide, que adorava a filha com entranhado amor, revendo-se orgulhoso na excepcional belleza de tão divina creatura. Fatima se chamava a gentil moira. Viu-a Gonçalo Hermigues de passagem, e sentiu que por ella lhe brotára excepcional paixão na alma. Prestes estava a lançar mão da elegante donzella, quando um esquadrão de moiros, vindo a infame cilada de que foram victima os seus camaradas, se precipita corajosamente sobre os christãos, fazendo-os pagar olho por olho, dente por dente. Fatima é salva por um arrojado cavalleiro agareno. Excitado pela perda da formosa creança—o *Traga Mouros* lança-se como um raio em perseguição do cavalleiro, mata-o, e apoderando-se da gentil presa, corre á praia, dá ordem de retirada, e vae em direitura a Santarem.

D. Affonso Henriques, que estava então, n'esta terra, ficou encantado da bravura do raptor e muito louvou aquelle feito, que em nossos dias seria severamente punido.

A pobre Fatima teve de resignar-se á sorte que lhe destinou o *seu senhor*. Diz-se que o muito que a amou fez com que no coração da formosa agarena se manifestasse igual sentimento pelo *Traga Mouros*.

(Continuá).



# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

2.<sup>a</sup> SERIE

ASSIGNATURAS  
Series de 26 numeros... 500 réis  
Series de 52 numeros... 15000 réis  
O pagamento é adiantado.

ANNO DE 1890

CORRESPONDENCIA  
Deve ser dirigida ao escriptorio  
da empreza—Rua do Terreirinho,  
17, 1.<sup>o</sup>—Lisboa.

NUM.<sup>o</sup> 52

## OUREM

(Continuado do numero antecedente)

E' certo que ella se converteu ao christianismo e desposou o apaixonado guerreiro. Mas se houve n'isso espontaneidade ou simples sujeição de escrava indefeza é o que resta averiguar. No entanto elle amava-a. Character resolutivo e violento, devia ser excessivo em todos os sentimentos, quer de odio, quer affectivos. Fatima recebeu no baptismo o nome de Ouroana, e muito intimamente lhe queria a filha de D. Affonso Henriques para a dotar com o senhorio de Ourem. Apesar de tudo isto Fatima não teve tempo de ser feliz, se é que o podia ser a desventurada a quem roubaram patria e familia. Ouroana adoeceu gravemente, poucos tempos depois do seu casamento, e falleceu sem que os cuidados do afflicto esposo lograssem salvar-a das implacaveis garras da morte.

Transformação completa se fez na vida do brilhante guerreiro desde que a viuvez lhe envolveu o coração em crepes eternos. O mundo, o fausto, a gloria, tudo se lhe tornou aborrecido e odioso, desde que da terra voára a pomba branca do seu affecto. Deixou a sociedade a que nenhuma esperanza o ligava, e foi-se a professar no mosteiro de Alcobça, ao qual legou grande parte da sua avultada fortuna.

Com os bens legados ia uma propriedade distante 6 kilometros a oeste de Ourem, que ficava affastada de qualquer povoado. Era um lugar poetico e melancholico, onde passára doces horas com a esposa adorada. Ali mandou o Dom abbade fundar um mosteiro de Cister, sendo habitado logo pelo triste *Traga Moiros* e mais 5 companheiros, os mesmos que principiaram a fundação do convento em julho de 1171. O mosteiro foi denominado de *Santa Maria dos Tamarães*, e sitio de tantas recordações para Gonçalo Hermigues, foi por elle chamado *Fatima*. N'esse mosteiro foi sepultado o amantissimo esposo de Ouroana, ao qual, certamente, o ultimo dia da vida pareceu o primeiro da libertação do espirito, preso na terra á saudade pungente que lhe entenebrecia a existencia.

Do mosteiro nada resta; uma só quinta recorda as tristes horas de dôr arrastadas n'aquella solidão pelo brilhante guerreiro. De resto a quinta dos Tamarães nada tem de notavel.

A igreja e casas que foram celleiros de Alcobça ainda lá estão no lugar denominado *Casaes da Abbadia*. Tudo o mais passou no eterno rudopiar dos factos.

Gonçalo Hermigues era poeta, e como poeta amou a formosa incarnação do seu ideal. Mas os amores das almas poeticas teem de receber o baptismo das lagrimas, e a confirmação da saudade. Pelo muito que amou, pelo muito que soffreu tem o *Traga Moiros* direito a ser absolvido dos seus excessos de valentia, tantas vezes confundidos em audacia criminosa.

Como se transformou a palavra *Abdegas* em Ourem não é positivamente sabido. Pretendem alguns escriptores que D. Thereza mudou o nome ao lugar, em attenção a Ouroana, sua extremosa amiga.

Os que isto opinam querem que Ourem seja um diminutivo de Ouroana, o que não negamos nem affirmamos e nem mesmo nos parece questão de interesse.

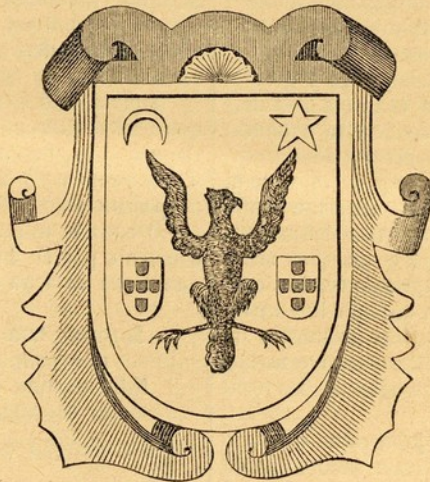
Ourem tinha grande importancia no passado; como praça forte era inexpugnavel e tão temidas eram as suas fortalezas que tendo o imperador de Marrocos vindo sobre Portugal em 1185, não se atreveu a atacar esta povoação. Sobre Torres Novas descarregou a furibunda sanha, roubando, saqueando, destruindo, imitando assim os christãos que jámais perdoavam aos sarracenos. D'ali se foi a Santarem, mas ali foi destroçado e morto, perdendo quanto havia saqueado.

Seis torres defendiam a povoação, tendo entre si communicações secretas subterraneas, e havendo em uma d'ellas uma longa escadaria que dava sahida para o sitio de Valle-Bom. Depois da mor-

te de Ouroana veiu a recahir Ourem no directo senhorio da corôa. D. Thereza partira para Flandres, de cujo paiz era conde reinante seu esposo, e ali se revelou em todo o brillantismo do talento e da valentia herdada de seus nobres paes.

Foi 2.<sup>a</sup> senhora d'esta villa, á parte Ouroana, a esposa do infeliz e virtuoso D. Sancho II, contra quem tão baixas calumnias se moveram, com o fim de depol-o do throno. Nem D. Mecia Lopes de Haro ficou livre das perfidas machinações; contra a sua honra e decôro foram forjadas infamissimas aleivosias, porque assim convinha ao máu irmão do monarcha.

Em Coimbra estava reunida a côrte, e d'ahi foi violentamente levada a infeliz rainha para o seu castello de Ourem, onde era antes captiva do que senhora.



Brazão d'armas de Ourem

Oito annos depois ainda D. Mecia residia em Ourem, sendo mesmo possível que tivesse certa preponderancia no animo dos seus habitantes, que afinal a reconheciam como proprietaria d'aquelle senhorio.

Em 1249 estava já D. Affonso III na villa, pois d'alli datou uma doação ao mosteiro de Alcobaça.

A infeliz esposa do não menos desditoso D. Sancho II retirou-se então para Castella, e lá morreu sem mais voltar a portuguezas terras.

Em 1282 recebeu a esposa de D. Diniz, como presente do monarcha, entre outras, a villa de Ourem.

E' sabido que o infante D. Affonso, irmão de D. Diniz, disputou a corôa ao monarcha, e pôz a ferro e sangue varias povoações que queriam guardar fidelidade ao legitimo rei. Foi a rainha Santa Isabel que conseguiu harmonisar os dois contendores, e por essa occasião entregou o irmão rebelde a el-rei todos os castellos e senhorios da fronteira do Alentejo, dando-lhe o reinante em troca os senhorios de Cintra e Ourem.

Por morte de D. Affonso, D. Isabel, sua filha, quiz succeder-lhe no senhorio d'esta villa, porém D. Diniz oppoz-se, e apoz grande demanda, os bispos de Coimbra, Lisboa e Evora, arvorar los em juizes, pronunciaram-se contra a princeza, e Ourem volta para os dominios da corôa.

Em 1385, em um dia cáldo de agosto, passaram e acamparam em uma planície, distante uns dois kilometros do povoado, D. João I e o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, com o seu exercito.

Vinham de Thomar, e preparados para a grande batalha de Aljubarrota, a qual se realison tres dias depois. Naquelle epoca havia uma grande extensão de mattas no sitio denominado *Alvejares*. Hoje, cultivado como está todo o terreno, nem se pôde saber bem a área que occupavam essas mattas. Conta a lenda que quando o exercito do mestre de Aviz descansava das fadigas violentas, produzidas pelas marchas acceeleradas, appareceu subitamente um grande veado a correr, sem que os soldados lograssem impedir-lhe o passo. O animal foi metter-se na barraca do mestre de Aviz, e este não consentiu que se lhe fizesse o menor damno, tomando o facto como presagio de boa ventura.

Ganha a grande victoria de Aljubarrota voltou o condestavel ao mesmo lugar, e ali orou piedosamente a Nossa Senhora da Purificação, de Ceíça, distante 6 kilometros a êste de Ourem, quasi nos confins da ribeira d'este nome.

Durante esta jornada, ao passar pelos valles de *Calca-Terra*, terreno alcantilado, áquelle tempo plenamente vestido de matagaes, ouvira gemidos afflictivos por entre umas brenhas. Correndo a averiguar o que fosse encontrou semi-morto um castelhano, que tendo podido escapar á morte em Aljubarrota ali estava prestes a expirar nos braços de sua desventurada esposa. D. Nuno era um virtuoso guerreiro; combatia pela patria frente a frente com o inimigo, sem desmentir a lealdade da sua alma de oiro. Aquelle desgraçado inspirou-lhe compaixão, e por isso o mandou conduzir á pequena aldeia de Pédella, sobre o cavallo de um de seus criados, empregando todos os cuidados e attentões com o ferido e com a mulher. E' hoje essa aldeia conhecida por Villa Nova de Ourem, depois de ter tido tambem o nome de aldeia da Cruz.

Ali mandou tratar do castelhano com a maior ca-

ridade, e logo que o viu curado mandou-lhe fazer casas para habitar com sua mulher na proximidade a êste de Pédella. D'essas casas existem ainda vestigios, no sitio chamado *Casella*.

Não foi esta a unica acção generosa com que o santo condestavel assignalou essa viagem, pois consta que durante ella teve noticia de estar mortalmente ferido seu irmão, Pedro Alvares Pereira, portuguez degenerado, que havia seguido o partido do rei castelhano. Confirmada a noticia da morte do irmão, mandou D. Nuno Alvares Pereira fazer-lhe grandes suffragios, e no sitio onde tinha recebido a primeira informação a esse respeito mandou erigir uma cruz.

Do piedoso monumento ainda existe o pedestal. Encontra-se entre Ourem e Villa Nova de Ourem, no sitio onde se dividem as estradas para a villa e para a Charueca, no lugar denominado *o Regato*. Ao lado do pedestal estão umas ruinas, que dizem ter sido uma hospedaria onde o condestavel poisára, e onde recebeu a noticia que o contristou, pois perante a morte não via o seu nobre coração o traidor á patria, mas simplesmente a agonia de um irmão.

D. João I fez ao grande varão mercê do senhorio de Ourem. No dia 19 de agosto dirigiu-se o condestavel ao lugar chamado *S. Jorge*, onde a bandeira real esteve no grande dia de Aljubarrota, e ali mandou edificar uma capella dedicada á Senhora da Victoria e a S. Jorge, escolhido para padroeiro d'este paiz desde aquella memoravel batalha.

D. João I deu ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira o titulo de conde de Ourem.

Alguns edificios de notabilidade ha n'esta villa, e entre elles citaremos o mosteiro de Santo Antonio dos Capuchinhos, fundado pela irmandadê da confraria d'este santo e só com a subida dos Braganças ao throno passou esse padroado para a corôa.

O côro e frontespicio do templo foi mandado reconstruir por D. João V, e tão magnificente foi a obra que n'ella se acha esculpido o seguinte:

Mirares, tam dives opus dum suspicis, et  
quo paupertas tam diuturna viget!  
Nihil mirum, quinti magestas celsa Joannis  
dives, Augustum condidit istud opus.

A traducção é:

Causar-te-ha admiração vêr uma obra tão rica onde se professa pobreza perpetua; porém não é para admirar sabendo que a excelsa magestade de D. João V mandou fazer esta rica e primorosa obra.

A igreja matriz nada tem de notavel. E' uma construcção moderna. Como se sabe, hoje não se prima pelo gosto artistico das construcções de templos. Ao lado d'este edificio está a ponte sobre o rio de S. Sebastião, antigamente chamada *da Silveira*. Passam pela ponte as estradas de Porto de Moz e Leiria, as quaes se juntam perto da igreja, e seguem para a Barquinha e Ourem.

Outra ponte ha sobre o Ourem, conhecida pela *Corredoura*, refeita a expensas do municipio, por ordem do sargento-mór Luiz Leite Pereira, da quinta de S. Gens. Sobre o *talhamar* da ponte foi collocada uma grande cruz com uma inscripção que diz:

Cruz in ponte, quid est? Ambo sunt,  
credite pontes;  
ista viam coeli, fluminis ille parat

Vertido dá:

Cruz em ponte o que quer dizer? Crêde que são duas pontes, uma conduz ao ceo, por outra se passa o rio.

Proximo d'esta está outra inscripção em uma tarja:

Senator, ac praefectus Ludovicus Leite,  
Doctor Maximus,  
familiarisque a numero sancti officii  
populo fieri jussit.

E ainda ha mais outra inscripção na base da cruz:

Quando decem fuerant, et septem  
saecula salutis,  
triginta annorum tres super addesimul,  
septem bis novies solis numeraverat ortus  
hoc reformatum est nobile pontis opus.

Quer dizer:

Aos dezeseite seculos da Redempção, acrescenta mais trinta e tres annos; contavam-se cento e vinte seis dias quando se reformou a famosa fabrica d'esta ponte. O que bem apurado dá a data de 6 de maio de 1733.

A primitiva igreja de Senhora da Visitação, onde esteve tambem a real e insigne collegiada de Nossa Senhora das Misericordias, foi fundada por um neto de D. João I, chamado D. Affonso, que era conde de Ourem. E' ali que está sepultado o fundador, em riquissima urna de branco marmore, artisticamente lavrada. A effigie do nobre senhor de sangue real está deitada sobre a urna e em volta se lê em bellos caracteres gothicos:

Aqui jaz o illastre principe D. Affonso, marquez de Vallença, conde de Ourem, primogenito de D. Affonso, duque de Bragança e conde de Barcellos; e neto de el-rei D. João, de gloriosa memoria, e do virtuoso e de grandes virtudes, D. Nuno Alvares Pereira, condestavel de Portugal, que falleceu em vida de seu pae, antes de lhe dar a dita herança, de que era herdeiro, o qual foi fundador d'esta egreja, em que jaz; cuja fama e feitos, hoje e este dia florecem. Finou-se a 19 dias do mez de agosto do anno de N. Sr. Jesus Christo de 1464.

Este mesmo principe mandou fazer a fonte da estrada da villa, que ainda existe, em frente da porta travessa da collegiada. Lá estão as armas de D. Affonso abertas na cantaria, tendo por debaixo a seguinte inscripção:

Esta fonte mandou fazer D. Affonso, neto do muito nobre rey D. João, e conde d'esta villa, a qual foi arvorada e acabada no anno da era do nascimento de N. S. Jesus Christo, de MCCCXXIV.

Este principe era assás instruido em relação ao seu tempo, e foi encarregado de varias missões no estrangeiro. Foi elle quem, na qualidade de embaixador do rei D. Duarte esteve em Bolonha afim de alcançar do papa Eugenio IV a dispensa para os cavalleiros das ordens militares poderem casar-se.

Obteve a bulla da Santa Cruzada, que só no tempo do papa Calixto III começou a vigorar. Esteve no concilio de Basileia, e de lá partiu a visitar os logares

santos de Jerusalem, e tambem conseguiu que os reis de Portugal fossem ungidos, conforme o eram os reis d'outras nações, caso este que em verdade não vale hoje dois caracoés, mas que n'aquella época tinha grande importancia.

De volta de Jerusalem coube-lhe a mais nobre missão da sua vida, pois el-rei o encarregou do commando da armada da Africa.

Foi ao voltar d'esta commissão que falleceu em Thomar, sendo depois trasladado para Ourem e recolhido na magnifica urna de que falamos, e que foi mandada fazer por el-rei D. João II. O horrivel terremoto de 1755, que sepultou parte de Lisboa em ruinas, tambem fez grandes estragos em varios pontos do paiz. Ourem não se eximiu aos effeitos da catastrophe. A igreja de Santo Antonio ficou com o frontespicio destruido, e a mór parte do edificio monastico. A collegiada foi reconstruida tres annos depois, e concluidas as obras em 1760. Do terrivel terremoto apenas sahiu a salvo a capella onde estão as cinzas do principe D. Affonso, fundador do templo, o côro, o sacrario e grande relicario. Escapou tambem a cabeça de Santa Thereza, uma virtuosa mulher do Azambujal, concelho de Ourem, e que os povos da localidade teem como thaumaturga. Nasceu Thereza em 1220, e era familiar do prior da freguezia a quem pediu com grandes instancias que lhe mandasse fazer uma casinha dentro da *Torre da Cisterna*, no pinaculo do monte, em sitio ermo e afastado. Para ali foi viver até aos 46 annos, idade em que falleceu. O seu cadaver foi enterrado sob a capella das almas na igreja matriz, e mettido em caixão de pedra. Quando se procedeu ao desentulho das ruinas produzidas pela medonha hecatombe de 1755, encontrou-se a urna, mas como a época já não estava ao abrigo das lufadas sopradas pelos labios revolucionarios de Voltaire, e de todos os encyclopedistas, ninguem se importou com esses despojos, que afinal eram um aggregado de materias perfeitamente iguaes ás de todas as ossaturas.

Passára a era clerical para o fanatismo. D. João V levára comsigo o fastigio do culto catholico, e o marquez de Pombal trouxera a iniciação do culto do progresso.

A cabeça da pobre Thereza estava antes da catastrophe do 1.º de novembro de 1755 mettida em urna de prata, dentro de um sacrario, no altar-mór da collegiada, e ao que parece expanham-n'a todos os annos, no dia 3 de setembro, á ingeoua basbaqueira popular. Era considerada protectora dos presos, e advogada contra as cephalalgias. Depois da renovação da igreja foi a tal cabeça mettida em novo envolturo, e posta no altar de S. José.

O facto da cabeça estar em uma parte e o corpo em outra, traz nos logo á ideia o desejo de saber como se fez essa separação. Não constan lo que a pobre creatura fosse decapitada em vida, segue-se que lhe infringiram a pena de garrote depois de morta. E' curiosissima a investigação de certos factos com que se tem explorado a ignorancia e o fanatismo d'aquelles que *formam o reino dos ceus*.

Quantas heresias ha commettido a religião, em nome da orthodoxia? A' sombra do nome de AQUELLE que todos devem venerar com adoração, quantos abusos, quantas offensas á divindade teem sido praticadas pelos que mais zelosamente deviam manter immaculado o fogo sagrado da crença!

Com que direito se faz a apothese de uma ignara mulher, que não se julgando com forças de resistir ás seducções do mundo sepulta a sua acção, a sua energia, a sua mocidade, em uma thebaida estúpida? Porque macerou o seu corpo? Porque se votou á fome e ás fadigas estereis? A sciencia hodierna sabe que todas essas loucuras são méras revelações de hysticismo, e receia-se, com rasão da sua influencia na sociedade.

Joanna d'Arc, salvando a França das garras dos piratas; Filippa de Vilhena armando cavalleiros os seus filhos e ordenando-lhes que morressem pela patria se a não podessem libertar do jugo odioso de Castella, qual spartana sublime; Cornelia dando á Republica romana aquelles dois filhos, syntheses immortaes das mais esplendorosas virtudes civicas, merecem bem mais da humanidade e do verdadeiro Deus, do que todas as fanaticas atacadas de nevroses perniciosas para si mesmas, e para a sociedade, á qual cada individuo deve o concurso do seu trabalho e dos seus sacrificios altruistas.

Entre a lista dos condes de Ourem figura o miseravel D. João Fernandes Andeiro, amante da depravada mulher de D. Fernando I.

Este perfido coronhez, que ia dando causa á perda da autonomia portugueza estava não só nas boas graças de D. Leonor Telles, mas tambem, o que é mais curioso, nas de el-rei.

Durante a guerra de D. Fernando contra Henrique II de Castella o monarcha portuguez commetteu todas as baixezas que se podem esperar de um covarde. Chamou em seu auxilio os inglezes, e acoitado pelo terror do castelhano que marchava sem obstaculo pelo nosso paiz, refugiou-se em Santarem, encolhido, e deshonrado pela mulher e por si mesmo. Os larapios da Inglaterra roubavam-nos e saqueavam Evora, Redondo e Monsaraz, o castelhano entrava já em Lisboa, e o desgraçado não se arriscava a expôr a vida pela patria. Assignado por fim o miserando tratado de Santarem, um dos artigos d'esse tratado era que D. Fernando expulsaria de Portugal a D. João Fernandes Andeiro e os demais fidalgos que aqui estivessem, e que a esta clausula se daria cumprimento dentro de trinta dias.

A desbragada adúltera sophismou este artigo, e convenceu o fraco esposo a escrever para D. Henrique de Castella que tal artigo se não podia cumprir, porque o Andeiro e seus compatriotas se contratavam e fortificavam no castello de Ourem, e de modo nenhum queriam d'elle sair. Como D. Henrique insistisse na expulsão do Andeiro, embora a outros concedesse que permanecessem ali, não houve mais do que ceder. O adúltero partiu para Londres, mas de lá se correspondia com a rainha, e D. Fernando, despartando-lhes sempre a louca ideia de reinarem em Castella. No entanto el-rei adoece gravemente e morre aos 39 annos de idade, quicá ralado de desgostes e de vergonha.

Já a esse tempo, 1383, o Andeiro estava de volta em Lisboa, passando quasi todo o tempo nos paços da Moeda Nova, onde el-rei agonisava. Morto D. Fernando, o valido da mulher infame que o paiz odiava teve de refugiar-se no seu castello de Ourem, porque lhe não pareceu animadora a attitude do povo lisboense.

No entanto a ambição e o crime impulsionavam-no a volver a Lisboa, e como pretexto tomou os funeraes do rei. Em vão sua desditosa mulher lhe supplicou

que não partisse; a tudo cerrou ouvidos, e armando vinte e cinco criados com elles veiu caminho da capital.

Attrahia-o o abysmo.

Com o maior desplante se hospedou no paço, como conselheiro de D. Leonor, que se arvorára em regente, em nome de sua filha D. Beatriz, mulher de D. João I de Castella.

Sabida é de todos a sequencia dos acontecimentos. O miseravel amante de D. Leonor Telles pagou com a vida os escandalos e as aventuras com que offendia a opinião publica. O mesmo traje de gala com que se apresentava em occasião de luto para o paiz, que apesar de tudo amava a D. Fernando, era uma provocação.

Mal pensava o Andeiro ao envergar o seu vistoso gabão tão saliente no meio do burel branco, que era o luto d'aquelle tempo; mal pensava, repetimos, que vestia a propria mortalha.

D. Nuno Alvares Pereira, como já dissemos, foi o terceiro conde de Ourem. Era justo, porque depois do miseravel fidalgo gallego devia Ourem ser purificada pelas virtudes d'este excelso lusitano, honra e gloria do nosso paiz.

Desde o oitavo conde d'este titulo, ficou o condado sempre unido á casa de Bragança, como ainda existe, tendo sido el-rei D. Carlos possuidor do titulo, e crêmos que actualmente o será tambem o principe real. As ruinas do solar dos senhores de Ourem ainda se vêem, descendo o castello para o lado sul, e a pouca distancia. Pelo que resta vê-se que foi um magestoso edificio, tanto pelo merecimento architectonico como pela solidez e boa posição. Era uma verdadeira fortaleza apta para resistir a fortissimas arremetidas.

Durante a invasão franceza Ourem soffren varias desfeitas e violencias. Batidos para fóra de Lisboa, os novos barbaros desfogaram a colera sobre as terras que não podiam resistir-lhes. Em Ourem praticaram toda a casta de latrocínios e de vandalismos. Saquearam, mataram, e por fim lançaram fogo á povoação, não escapando ao incendio mais de vinte e tantas casas. Mulheres e creanças foram impiamente violadas e trucidadas n'uma infernal orgia de sangue. Na igreja da collegiada installaram estrebearia, e praticaram toda a casta de sacrilegios.

Homens de coragem e de coração eram outr'ora os filhos de Ourem. Fortes e ledos houraram sempre o nome portuguez, até por elle morrerem como aconteceu aos mancebos que acompanharam o duque de Barcellos a Alcacer-Quibir, onde tão desastradamente se decreton a ruina de Portugal! O duque, filho do duque de Bragança, cahiu em poder dos moiros, e os ourienses bateram-se como leões até ficarem mortos no campo da batalha.

Nada menos de tres brazões de armas tem Ourem. As primeiras, e as verdadeiramente tidas como officiaes, são entre dois escudos das Quinas portuguezas, e em campo branco, uma aguia. Uma estrella e um crescente ficam sobre os escudos. Estas armas estão gravadas no pelourinho da praça velha da antiga villa, faltando-lhes porém os escudetes das Quinas.

(Conclue no primeiro numero da 3.<sup>a</sup> serie)

FIM DA 2.<sup>a</sup> SERIE E DO 2.<sup>o</sup> VOLUME

# ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

## Indice da segunda série e do segundo volume

<b>C</b>		PAG.	<b>J</b>	
Castello Branco .....	1		Juromenha .....	118
Castello Rodrigo (Figueira de).....	2			
Castello de Vide.....	6		<b>L</b>	
Castro Marim.....	8	Lagos.....	119	
Celorico da Beira.....	3	Lamego.....	122	
Certã .....	9	Leiria.....	124	
Chaves.....	13	Linhares.....	129	
Coimbra .....	21	Lisboa.....	131	
Coruche.....	33	Loulé .....	130	
Covilhã .....	15			
Crato .....	18	<b>M</b>		
		Macau .....	154	
<b>E</b>		Marvão .....	157	
Elvas .....	34	Melgaço .....	169	
Ericeira .....	55	Mello .....	159	
Evora .....	65	Mertola .....	161	
Extremoz .....	57	Miranda do Douro .....	165	
		Monforte .....	179	
<b>F</b>		Monsão .....	173	
Faro .....	73	Monsanto .....	182	
Ferreira do Alemtejo.....	81	Monsarás (Reguengos de).....	185	
Freixo de Espada á Cinta.....	83	Montemór-o-Novo .....	186	
Fronteira .....	85	Montemór-o-Velho .....	189	
Funchal .....	87	Moura .....	193	
		Mourão .....	194	
<b>G</b>				
Garvão .....	89	<b>N</b>		
Goa (Nova) .....	90	Niza .....	195	
Gollegã .....	95			
Gouveia .....	108	<b>O</b>		
Grandola .....	96	Obidos .....	199	
Guarda .....	98	Ourem (Villa Nova de).....	203	
Guimarães.....	102			
<b>I</b>				
Idanha-a-Nova .....	116			

101  
102

